



ARQUITETURAS DA ESPERANÇA

*Uma etnografia da mobilidade econômica
no Brasil contemporâneo*

Moisés Kopper



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ARQUITETURAS DA ESPERANÇA

Uma Etnografia da Mobilidade Econômica
No Brasil Contemporâneo

MOISÉS KOPPER

Porto Alegre
2016

MOISÉS KOPPER

ARQUITETURAS DA ESPERANÇA

Uma Etnografia da Mobilidade Econômica
No Brasil Contemporâneo

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do Título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Arlei S. Damo
Co-Orientador: Prof. Dr. João G. Biehl

Porto Alegre
Abril de 2016

MOISÉS KOPPER

ARQUITETURAS DA ESPERANÇA

Uma Etnografia da Mobilidade Econômica
No Brasil Contemporâneo

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João G. Biehl (Princeton University) (Co-orientador)

Prof. Dr. Fernando Rabossi (UFRJ)

Prof. Dr. Ruben G. Oliven (UFRGS)

Profa. Dra. Claudia L. W. Fonseca (UFRGS)

Prof. Dr. Arlei S. Damo (UFRGS) (Orientador)

Porto Alegre
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Kopper, Moisés

Arquiteturas da Esperança: uma etnografia da
mobilidade econômica no Brasil contemporâneo / Moisés
Kopper. -- 2016.
439 f.

Orientador: Arlei Sander Damo.
Coorientador: João Guilherme Biehl.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Teoria Antropológica. 2. Mobilidade Social. 3.
Políticas Públicas. 4. "Minha Casa Minha Vida". 5.
Etnografia. I. Sander Damo, Arlei, orient. II.
Biehl, João Guilherme, coorient. III. Título.



ATA PARA ASSINATURA Nº 05

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
ANTROPOLOGIA SOCIAL - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Moisés Kopper, com ingresso em 12/03/2012
Título: **Arquiteturas da Esperança: Uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo**
Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Data: 20/04/2016
Horário: 14:00
Local: IFCH

Banca Examinadora	Origem
Claudia Lee Williams Fonseca	UFRGS
Ruben George Oliven	UFRGS
Fernando Rabossi	UFRJ
João G. Biehl	Externo

Porto Alegre, 20 de abril de 2016.

Membros	Assinatura	Conceito	Indicação de Voto de Louvor
Claudia Lee Williams Fonseca		aprov.	✓ SIM
Ruben George Oliven		aprov	SIM
Fernando Rabossi		Aprov.	sim
João G. Biehl	(Participação por teleconferência)	APROVADO	SIM

Conceito Geral da Banca: APROVADO Correções solicitadas: () Sim (X) Não
Indicação de Voto de Louvor: (X) Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno

Orientador

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é o resultado individualizado de um trabalho construído a muitas mãos. Sua realização só foi possível graças ao suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Apoio e Pesquisa em Ensino Superior (CAPES), que possibilitou um estágio com bolsa-sanduiche nos EUA, entre setembro de 2014 e setembro de 2015. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que realizei toda a minha formação universitária. Em especial, sou profundamente grato por todo apoio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) ao longo dos seis anos de pós-graduação; à presteza da Rose, aos coordenadores Cornélia, Carlos e Patrice, aos demais professores com quem aprendi a fazer antropologia, e aos colegas da turma de doutorado que trilharam o mesmo caminho e com quem dividi ansiedades e expectativas: Vitor, Ulisses, Rafael, Rodrigo, Pedro Paulo, Luísa, Liziane, Juan, Flavio, Érica, Claude, Carlos Eduardo.

Encontrei no Núcleo de Pesquisas sobre Culturas Contemporâneas (NUPECS) do PPGAS um espaço propício para o desenvolvimento de meus interesses de pesquisa. Sou grato pela receptividade de meu trabalho e pelos diálogos acadêmicos e informais no Grupo de Antropologia Econômica e da Política (GAEP) e no Grupo de Estudos de Empresas e Organizações (GEEO), da PUC-RS; em especial, agradeço aos seus coordenadores, Arlei e Ruben, e Lúcia Müller e Mauro Roese, respectivamente.

Quero expressar meu agradecimento aos homens e mulheres do Codespa, por terem me aceito durante três longos anos de pesquisa de campo em suas reuniões e em suas casas, e por seu papel decisivo na criação desta tese. Dedico minha gratidão especial a Marília Fidel e sua diretoria, por terem franqueado as portas de suas vidas e histórias, e por sua contínua disposição em dialogar e ajustar-se aos rumos da pesquisa, à medida que esta abria novos flancos. Agradeço a Rodrigo, de modo especial, pelo acesso aos arquivos de fotos e vídeos, e por sua amizade. Sou grato a cada morador(a) do Residencial Bento Goncalves, por fazerem-se disponíveis na participação do *survey* e na colaboração com as entrevistas realizadas na sua sequência. Que esta tese – e os outros produtos resultantes dessa longa interação – seja mais um artefato na consolidação dessa parceria.

Em respeito às pessoas que inspiraram as histórias que compõem as páginas deste trabalho, optei por preservar os nomes dos interlocutores privados da pesquisa no anonimato. Por outro lado, o leitor reconhecerá figuras públicas inerentes ao debate da “nova classe média” brasileira, assim como lideranças populares e autoridades políticas, cujas histórias e reputações são construídas nesse registro. O objetivo é o de conservar, tanto quanto possível, a privacidade das pessoas que me confiaram com suas histórias e dilemas de vida.

No processo de confecção da etnografia, topei com inúmeros interlocutores espalhados em diferentes agências e lugares. Em Porto Alegre, agradeço pelo diálogo e receptividade de Glauco e seus assessores no Departamento Municipal de Habitação; de Jaqueline na Caixa Econômica Federal; dos membros da Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária (CAADHAP); da arquiteta Deborah, da Fará empreendimentos; de Edna, da consultoria de projetos sociais Domicilium; de Fábio, Tiago, Camile, Gustavo e Sheila, em diferentes construtoras do mercado imobiliário; aos colegas, professores e corretores que encontrei durante o curso e estágio em Transações Imobiliárias. Em São Paulo, agradeço a Renato Meirelles e aos sociólogos e economistas com quem pude conversar no Instituto Data Popular; à receptividade de André Torreta em A Ponte Estratégia/Black Box; à disponibilidade de Mário e Luciana, na Plano CDE. Em Brasília, agradeço aos técnicos Alessandra e José Jorge da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) que me receberam em 2012; a Diana Coutinho, diretora de projetos sobre a “nova classe média” na SAE; a Rafael Osório, Pedro Herculano, Marcelo Medeiros, Sergei Soares, Cláudio Hamilton, Carlos Corseuil (este no Rio de Janeiro), pelos diálogos frutíferos no IPEA. Em Washington D.C., agradeço à interlocução de Francisco Ferreira, ex-economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe; e Aude-Sophie Rodella, economista com quem conversei da unidade de Redução de Pobreza, Gênero e Equidade do mesmo banco. Embora centrais na elaboração dos argumentos, nem todas as pessoas mencionadas compõem personagens na tese; sou grato a todo(as) de igual modo, e faço votos de que este estudo seja uma ponte profícua para diálogos vindouros.

Sou também profundamente grato às parcerias e diálogos acadêmicos estabelecidos ao longo do doutorado. O ano vivido na Universidade de Princeton não teria sido tão gratificante não fosse a generosidade de muitos colegas e novos amigos. Conteï com o inestimável apoio infraestrutural do Departamento de Antropologia, na pessoa de Carol Zanca; agradeço aos professores Elizabeth Davis, Susan Ellison, Carol Greenhouse, Didier Fassin, Viviana Zelizer e João Biehl, pelos privilegiados momentos de interlocução, pelas inspiradoras disciplinas ministradas, e pela leitura atenta de partes de meu trabalho. Sou grato ainda aos colegas do “Best Writing Group Ever” – Megan, Eva, Alexander, Celeste, Sebastian, Pablo, Marissa, Joel –, por sua amizade, pelas trocas acadêmicas, pela leitura de meus *papers*, e pela organização de painéis nas reuniões da American Anthropological Society, American Ethnological Society e Society for Psychological Anthropology. Aos colegas de departamento com quem dividi

momentos, nas salas de aula e fora dela – Kessie, Alecia, Kalyani, Jessie, Jessica, Benjamin, Onur, Sarah-Jane, Nikos, Emma, Leah, Luce Grace, Kyle, Heath, Peter, Igor, Bridget, Sofia, Thalia, Vinicius, Tyler – agradeço pela parceria e conversas acadêmicas e formais. Aos professores e pesquisadores da Woodrow Wilson School, do Program in Latin-American Studies, da Princeton-Mellon Initiative in Architecture, Urbanism and the Humanities, agradeço pelas possibilidades de interlocução abertas com meu trabalho.

No Brasil e na Argentina, sou grato a todos os interlocutores com os quais pude estabelecer diálogos ao longo de minha circulação por eventos e congressos acadêmicos, como as Reuniões Brasileiras de Antropologia, o Seminário Internacional de Ciências Sociais, a ANPOCS, as Reuniões de Antropologia do Mercosul, a reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia, o Encontro Nacional de Estudos do Consumo, o seminário do Núcleo de Pesquisas sobre Cultura e Economia (Nucec), o Seminario-Taller Investigación Histórica y Etnográfica sobre las clases medias” do IDES. Sou grato a Federico Neiburg, Sergio Visacovsky, Ariel Wilkis, Nadya e Antonio Guimarães, Elaine Leite, Mariana Cavalcanti, Mariana Heredia, André Salata, Hilaine Yaccoub, Eugenia Motta, Gustavo Onto, pelas conversas e leituras de partes de meu trabalho.

Aos professores que compõem a banca examinadora, e que também se dispuseram a tomar parte em minha qualificação, sou grato pela leitura atenta e por guiar intelectualmente o trabalho que ora apresento.

Agradeço de modo especial a Mônica Backes pela inestimável assistência de pesquisa na aplicação do *survey*, durante meu período em Princeton.

Sou grato por todo o suporte afetivo e intelectual que recebi de Miqueias, Juliana, Felipe, Lorena, Carolina, Louise, Victoria, Maria Luiza, Ulisses, Beatriz, Herbert, Patrícia, Talita, Nino, Ricardo, Erika, Júlia, Alexia. Em especial ao Miqueias e ao Felipe, por propiciar a experiência de verdadeiras amizades.

O suporte emocional sempre presente de minha família, sua confiança e torcida, foram fundamentais ao longo de toda a minha trajetória acadêmica e pessoal. Tenho uma dívida incomensurável com meus pais Cláudio e Jurema, por toda a ajuda prestada, e pelos valores que representam. A minha avó, Irma, que partiu durante o doutorado, agradeço por ser uma referência sempre presente. De minha avó de adoção, Ilona, ficam as lembranças que ainda hoje inspiram minha vida. A todos que se fizeram presentes nessa trajetória, muito obrigado!

Lebené, não há palavras que descrevam a importância da tua ajuda na reta final da tese. Agradeço por todo o apoio, pela compreensão em todas as horas, por estares ao meu lado e por dividires comigo as experiências que importam na vida.

Por fim, sou profundamente grato pelo apoio que recebi de meus orientadores. João Biehl, em Princeton, foi amigo, colega, professor e conselheiro. Recebeu-me de braços abertos em sua família e municiou-me com todas as ferramentas para o meu desenvolvimento pessoal

e profissional. Jamais esquecerei os conselhos de escrita dispensados em pleno feriado, as orientações aos finais de semana, os incentivos morais e financeiros para apresentar meu trabalho em diferentes conferências americanas, as interações que me fizeram desejar pensar mais longe, e sua confiança na co-organização de eventos em Princeton. O apoio da família Biehl foi também indispensável: estendo meus agradecimentos a Noemia, Andre e Adriana.

Tampouco há palavras que expressem minha dívida com Arlei Damo, na UFRGS. Sua orientação foi fundamental para que eu firmasse minhas escolhas pela antropologia e pela carreira acadêmica. Desde a Iniciação Científica, em 2007, no trabalho em conjunto, na troca de ideias, Arlei mostrou-se um parceiro valioso e sempre presente. Sou imensamente grato à sua confiança, seus conselhos e seu apoio, moral e intelectual.

RESUMO

Uma economia em crescimento, baixo desemprego e múltiplas políticas públicas construíram o caminho para a redução das desigualdades sociais e a mobilidade ascendente de milhões de brasileiros na década de 2000. Economistas, jornalistas, políticos e marqueteiros viram na ascensão econômica dessa população a emergência de uma “nova classe média”, definida na releitura de estatísticas nacionais e tornada alvo de intervenções governamentais e de mercado. A partir de uma pesquisa multissituada realizada entre 2012 e 2015 em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Washington D.C., esta tese problematiza os agenciamentos e as consequências políticas, econômicas e subjetivas da mobilidade em perspectiva etnográfica. Em Porto Alegre, a pesquisa encontrou a “nova classe média” de carne e osso, focando no desenho e implementação da maior política habitacional brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida. Escavando as alianças e tensões entre políticos locais, vendedores de lojas, arquitetos, planejadores públicos, líderes comunitários e cidadãos-consumidores da casa própria, a etnografia se movimentou entre distintas escalas temporais e espaciais para captar as novas formações sociais, políticas e econômicas no seio da mobilidade econômica. A partir do acompanhamento de uma associação de futuros moradores politicamente articulada na demanda de um desses projetos habitacionais, a tese documentou como sua circulação política e espacial descortinou um trabalho cotidiano por cidadania predicado no testemunho público da necessidade. Ao mediar inclusões e exclusões na política pública, associações e lideranças locais ajudaram a entretecer economias morais do merecimento que coalesceram com o desejo das pessoas por vidas para além da pobreza. Forjando novos “horizontes de imaginação” através do espaço construído e do consumo da casa, os beneficiários costuraram “*becomings*” coletivos e individuais que se materializaram em cartografias da esperança, aberturas de sentido e novos devires pelo território da cidade. O artefato etnográfico desses alinhamentos – ambíguos, controversos e efêmeros – entre cidadãos desejantes, dispositivos locais de governo e políticas públicas, transcende a gramática da “nova classe média” e questiona as novas fronteiras, limites e sobreposições entre cidadania, consumo, pobreza, democracia e inclusão de mercado na mobilidade da década de 2000 no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade; Políticas Públicas; Nova Classe Média; Merecimento; Materialidades; Esperança; Etnografia.

ABSTRACT

An economy on the rise, low unemployment, multiple social and economic policies paved the way for the upward mobility of dozens of millions during the 2000s in Brazil – one of the most unequal countries in the world. Economists, journalists, politicians and marketers heralded the end of endemic poverty and the incorporation of this population into a newly defined “middle class”. Drawing from a three year long, multi-level ethnographic research conducted in São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre and Washington D.C., this dissertation problematizes the political, economic and subjective assemblages under which upward mobility unfolded amongst poor Brazilians. Empirically, it focuses on the design and implementation of the federal housing program “My House, My Life”. Unraveling the interactions between grassroots politicians, salespersons, architects, public planners, community leaders and first-time homeowners, ethnography traverses and breaks through the new social, political and economic formations of present-day Brazil. Based on fieldwork with an association of future residents of one these subsidized housing units, the dissertation foregrounds people’s resilience and work for citizenship, as they find ways to publicly document their precariousness. Brokering inclusions and exclusions from the housing policy, the association and its local leaders unleashed moral economies of worthiness that coalesced with people’s desire for lives beyond poverty. By concocting new “imaginative horizons” mapped onto the built environment and the consumption of the house, beneficiaries weaved together individual and collective “becomings” that crystallize into cartographies of hope – new openings intermingling with the urban fabric. The ethnographic artefact of such controversial and transient alignments between desiring citizens, local instances of governance, and public policies continuously leaks out of the hegemonic language of “middle class”, questioning contemporary boundaries and juxtapositions of citizenship, consumption, poverty, democracy and market inclusion in Brazil’s upward mobility.

KEY-WORDS: Mobility; Public Policies; New Middle Class; “Minha Casa Minha Vida”; Statecraft; City; Hope; Ethnography; Brazil.

SUMÁRIO

PRÓLOGO: Vidas no Futuro	21
<i>“Um lugar para descansar os ossos” (Dona Hilda)</i>	23
<i>“Eu fui o caminho, mas quem garantiu foram eles” (Marília)</i>	26
<i>Alforria (Daiane)</i>	27
<i>Aprender a Esquecer (Elisa)</i>	29
<i>“Hoje eu vejo a política de uma forma diferente” (Jussara)</i>	31
<i>“Esse apartamento desperta o melhor em mim” (Rodrigo)</i>	33
INTRODUÇÃO	36
<i>A Pirâmide em Ebulição</i>	36
<i>Números e Personagens</i>	41
<i>Um Mundo de Políticas Públicas</i>	45
<i>Em Busca do Meio</i>	55
<i>A Política e a Escrita</i>	60
PARTE I	64
A MOBILIDADE E SEUS AGENCIAMENTOS	
1. A INVENÇÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA	65
1.1 <i>Nódulos Globais de Produção Científica</i>	67
1.1.1 <i>O Jovem Economista Virtuoso</i>	67
1.1.2 <i>Linhagens Nacionais</i>	71
1.2 <i>A Engenharia Científica de um Conceito</i>	74
1.2.1 <i>Da Microeconometria à Política dos Números Públicos</i>	74
1.2.2 <i>Fabricando a “Classe C”</i>	76
1.2.3 <i>Experimentações, estatísticas imperfeitas e a “realidade” sob suspeita</i> ...81	
1.3 <i>Da Ciência ao Governo</i>	84
1.3.1 <i>As Vozes da “Nova Classe Média”</i>	85
1.3.2 <i>A Economia Política da Mobilidade</i>	92
1.4 <i>Do Banco Mundial ao IPEA: os caminhos da contestação</i>	97
1.4.1 <i>O Fantasma da Pobreza</i>	101
1.5 <i>Considerações Finais</i>	103

2. VESTÍGIOS DE UM “NOVO BRASIL”	108
2.1 <i>A Configuração do Mercado de Pesquisas sobre a “Base da Pirâmide”</i>	112
2.2 <i>O Surgimento da Propaganda para a “Nova Classe Média”</i>	115
2.2.1 Renato Meirelles, um Publicitário Vocacionado	115
2.2.2 André Torreta, o <i>out of the box</i>	118
2.2.3 Luciana Aguiar, uma Antropóloga de Mercado	121
2.3 <i>A Construção Sócio-Técnica de um Instituto de Pesquisas de Mercado</i>	124
2.3.1 Clientes	126
2.3.2 Metodologias e <i>Experts</i>	130
2.3.3 Etnografia de Mercado	133
2.3.4 Co-Criação	136
2.3.5 Quanto custa um retrato do Brasil?	139
2.4 <i>O Consultor da “Nova Classe Média”</i>	141
2.4.1 Renato Meirelles: a construção de um personagem	142
2.5 <i>Considerações Finais: como fazer coisas com palavras e histórias</i>	149

PARTE II

CIDADANIA

3. A COMUNIDADE MODELO	156
3.1 <i>Um Governo que Dá e Toma de Volta</i>	159
3.2 <i>Governando através da Casa</i>	165
3.3 <i>O Político Comunitário</i>	168
3.4 <i>A Formação de uma Líder Comunitária</i>	171
3.5 <i>Mediando Critérios Técnicos, Negociando o Espaço Construído</i>	176
3.6 <i>Em Busca da Terra</i>	179
3.7 <i>“Ela me deu uma nova vida”</i>	181
3.8 <i>“Só posso deixar as pessoas felizes, falar o que elas querem ouvir”</i>	184
3.9 <i>Economias do Merecimento</i>	187
3.9.1 Definindo o “Direito do Outro”	191
3.10 <i>Por dentro do OP: a produção da transparência</i>	194
3.11 <i>Considerações Finais</i>	197

DO MORRO AO ASFALTO (CADERNO FOTOGRÁFICO)

4. BORBOLETAS EM TRANSFORMAÇÃO	219
4.1 <i>“Eu não tiro ninguém, eu dou espaço para entrar”</i>	221
4.1.1 Calculando a Esperança	222
4.2 <i>A Grande Família</i>	226
4.3 <i>A Força da Comunidade, segundo os políticos</i>	232
4.3.1 Microempreendedores de si	232
4.3.2 As Reuniões com o Demhab	234

4.3.3 A Fase e as ambivalências cadastrais	236
4.4 <i>Testemunhas da Necessidade</i>	238
4.4.1 Os <i>experts</i> sociais	241
4.4.2 Ecoando o Vocabulário do Merecimento e da Cidadania	244
4.5 <i>Considerações Finais</i>	247
4.5.1 Um modelo para o país	247
4.5.2 Em busca da transformação	249
4.5.3 Em busca da reprodução	251
4.5.4 Em busca da mobilidade	252
5. O TRABALHO POR CIDADANIA	254
5.1 <i>Na Textura do Cotidiano</i>	257
5.1.1 Sentimentos Públicos e Vidas Íntimas	259
5.2 <i>A Contadora de Histórias</i>	263
5.2.1 A Personagem Pública	265
5.2.2 A Proposta de Marília	267
5.2.3 Da Precariedade à Dignidade, da Vulnerabilidade à Inclusão	271
5.3 <i>Entre Deslocamentos e Retornos</i>	275
5.3.1 “Assim como eu vivia lá eu quero viver aqui”	277
5.3.2 “Um Homem Feito”	280
5.3.3 O Último Trabalho, a Última Casa	282
5.3.4 Uma Pessoa Popular	284
5.4 <i>Palavras Finais</i>	288
PARTE III	291
CONSUMO	
6. O CONSUMO DA CASA	292
6.1 <i>“Minha História é um Livro”</i>	295
6.1.1 Imaginando Novos Futuros	296
6.1.2 Buscas por Conexão, Mundos Internos Expostos	299
6.2 <i>“Casando” Noções de Família, Criando os “Pobres”</i>	303
6.2.1 Uma Casa Bem Arrumada	307
6.3 <i>Casa como Topografia de Mercado</i>	311
6.3.1 A Televisão Quebrada	315
6.4 <i>O Protagonismo das Mulheres</i>	318
6.4.1 “Eu tenho que comprar, quero tudo do bom e do melhor” (Alice)	320
6.4.2 “Esse apartamento é a realização pessoal” (Adelaide)	324
6.4.3 “Viver Dignamente” (Maristela)	326
6.5 <i>Cidadãs-Consumidoras da Casa Própria</i>	329
6.5.1 “Comigo é na ponta do lápis” (Delci)	329
6.5.2 “Eu tenho que pensar no progresso” (Ana Paula)	331
6.6 <i>Considerações Finais: entre Permanecer e Sair</i>	334
BORBOLETAS EM TRANSFORMAÇÃO (CADERNO FOTOGRÁFICO)	337

7. CARTOGRAFIAS MORAIS DA ESPERANÇA	355
7.1 <i>Novas Subjetividades Políticas e Econômicas</i>	358
7.1.1 “Quero mostrar a minha casa, por dentro”	358
7.1.2 “Não sou inferior, eu vou melhorando”	361
7.1.3. Um “mundo novo”	362
7.1.4 Dinheiro e Merecimento	364
7.1.5 Cartografias morais da mobilidade.....	366
7.1.6 “A pessoa desacredita, mas no fundo ela tem esperança”	368
7.2 <i>Vozes Subversivas</i>	371
7.2.1 Um novo líder para um novo coletivo.....	371
7.2.2 O Espectro da Vila	374
7.2.3 O Xerife	376
7.3 <i>Viver Bem</i>	379
7.3.1 O Atestado de Pobreza	379
7.3.2 A Sargentão.....	381
7.3.3 O Novo Carandiru.....	383
7.4 <i>Um Trampolim para uma Vida Melhor</i>	385
7.4.1 “Aqui a gente depende da nossa própria autonomia”	385
7.4.2 “Não importa da onde a pessoa veio, importa onde ela quer chegar” ...	388
7.4.3 Vidas no Subjuntivo.....	390
7.5 <i>Considerações Finais</i>	393
 POSFÁCIO.....	 396
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 406
 ANEXOS	 433
<i>Anexo 1 – Circuito dos principais eventos de campo (2012-2015)</i>	433
<i>Anexo 2 – Questionário para levantamento sócio-demográfico – Residencial Bento Gonçalves</i>	434

LISTA DE MAPAS, TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição de Matérias de Jornal sobre a “Nova Classe Média” entre 2001 e 2014	p. 43
Mapa 1	Porto Alegre	p. 48
Mapa 2	Bairro Partenon e Adjacências	p. 48
Gráfico 2	Definição das Classes Econômicas	p. 80
Gráfico 3	Evolução das Classes Econômicas	p. 80
Tabela 1	Novo Critério de Estratificação Social da SAE-PR	p. 88-89
Tabela 2	Itens do Programa Minha Casa Melhor por Faixa de Preço	p. 312-313
Gráfico 4	Composição da Renda Familiar	p. 319
Gráfico 5	O que significa viver no Residencial Bento Gonçalves?	p. 320
Gráfico 6	O Consumo da Casa	p. 320
Gráfico 7	Palavras que Retratam sua Atual Situação	p. 390

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

VIDAS NO FUTURO

Imagem 1	Residencial Bento Gonçalves	p. 22
Imagem 2	À Caminho da Casa	p. 23
Imagem 3	Dona Hilda, 2013	p. 24
Imagem 4	Dona Hilda e seu Filho, 2015	p. 25
Imagem 5	Marília Fidel, 2014	p. 26
Imagem 6	Daiane, 2013	p. 27
Imagem 7	Daiane em seu Apartamento, 2015	p. 28
Imagem 8	As Casas de João	p. 29
Imagem 9	Elisa	p. 30
Imagem 10	Jussara e a Filha	p. 31
Imagem 11	A Casa de Jussara	p. 32
Imagem 12	Rodrigo	p. 33
Imagem 13	A Família de Rodrigo	p. 34

DO MORRO AO ASFALTO

Imagem 14	Assunto: Compra de imóvel; deferido	p. 201
Imagens 15 e 16	Fluxos Burocráticos	p. 202
Imagens 17, 18 e 19	Reuniões do Codespa	p. 203
Imagem 20	A Tessitura do Sonho	p. 204
Imagem 21	Entre Sair e Continuar	p. 204
Imagens 22 e 23	Fluxos Arquitetônicos	p. 205
Imagens 24 e 25	Sócios	p. 206
Imagens 26, 27, 28 e 29	Circulando pelo OP	p. 207
Imagens 30, 31, 32 e 33	A sede do Codespa	p. 208
Imagens 34, 35 e 36	Construindo a Nova Sede	p. 209
Imagens 37, 38 e 39	As Performances de Marília	p. 210
Imagens 40, 41, 42 e 43	As Parcerias: SMIC, Demhab, Outras Lideranças	p. 211
Imagens 44 e 45	A Família Exemplar	p. 212
Imagens 46 e 47	A Grande Família	p. 213
Imagens 48, 49 e 50	O Trabalho Moral	p. 214
Imagens 51 e 52	Dona Hilda e o Trabalho por Cidadania	p. 215
Imagens 53, 54 e 55	O Sorteio	p. 216
Imagens 56 e 57	O Prefeito com Dona Hilda e a Entrega das Chaves	p. 217
Imagens 58 e 59	Uma Visita Especial	p. 218

BORBOLETAS EM TRANSFORMAÇÃO

Imagem 60	Casas. Autor: João Rafael	p. 338
Imagens 61 e 62	Residencial Bento Gonçalves	p. 339
Imagens 63 e 64	Futebol e Sociabilidades	p. 340
Imagens 65, 66, 67 e 68	O Consumo da Casa	p. 341
Imagem 69, 70, 71 e 72	A Entrega dos Móveis e Eletrodomésticos	p. 342
Imagem 73	Alice e Família	p. 343
Imagens 74 e 75	Alice e Família II	p. 344
Imagem 76	Dona Maristela	p. 345
Imagem 77	A Casa de Dona Maristela	p. 345
Imagem 78	Nos Bastidores da Conversa	p. 346
Imagem 79	Sociedade de Consumo	p. 346
Imagens 80 e 81	Dona Delci	p. 347
Imagens 82, 83 e 84	Ana Paula	p. 348
Imagens 85 e 86	Seu Juliano e Família	p. 349
Imagens 87 e 88	Seu Juliano	p. 350
Imagem 89	Berenice	p. 351
Imagem 90 e 91	A casa de Berenice	p. 352
Imagens 92 e 93	Dona Hilda	p. 353
Imagem 94	Desenhos. Autor: João Rafael	p. 354

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AMRIGS	Associação Médica do Rio Grande do Sul
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
AP	Administração Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASSCOMAVIC	Associação Comunitária dos Moradores e Amigos da Vila Clarel
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BoP	Bottom of the Pyramid
BRICS	Brazil, Russia, India, China, South Africa
CAADHAP	Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária
CAR	Centro Administrativo Regional
CCEB	Critério de Classificação Econômica Brasil
CDES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODESPA	Conselho de Desenvolvimento do Partenon
COHAB	Companhia Estadual e Municipal de Habitação
COP	Conselho do Orçamento Participativo
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPS	Centro de Políticas Sociais
CRECI	Conselho Regional de Corretores de Imóveis
CRT	Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
DEP	Departamento de Esgotos Pluviais
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgotos
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EAD	Educação à Distância
ENBRACI	Encontro Brasileiro de Corretores de Imóveis
EVU	Estudo de Viabilidade Urbanística
FAAP	Fundação Armado Álvares Penteado
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial

FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FROP	Fórum Regional do Orçamento Participativo
GWP	Gallup World Poll
IAPI	Instituto de Assistência e Proteção à Infância
IASI	Inter-American Statistical Institute
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDES	Instituto de Desarrollo Económico y Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPC	International Center for Inclusive Growth
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LSE	London School of Economics
MDI	Ministério do Desenvolvimento e Indústria
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda
NIS	Número de Inscrição Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBE	Programa Bolsa Escola
PBF	Programa Bolsa Família
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PGM	Procuradoria Geral do Município
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PP	Partido Progressista
PPA	Participatory Poverty Assessment
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PPR	Partido Progressista Renovador
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAC	Secretaria da Aviação Civil
SAE-PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEACIS	Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SM	Salário Mínimo
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMGL	Secretaria Municipal de Governança Local
SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação
SMT	Secretaria Municipal dos Transportes
SMURB	Secretaria Municipal de Obras e Viação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TI	Técnico em Informática
TTI	Técnico em Transações Imobiliárias
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre/RS
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEU	Unidade de Estruturação Urbana
UFF	Universidade Federal Fluminense
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

Esse caos.

Todo o mundo com carro, e todos os carros na rua ao mesmo tempo.

Não tem mais hora de pique, agora é pique o dia inteiro.

Foram criar a tal nova classe média e o resultado está aí: ninguém consegue mais se mexer.

E não é só o trânsito.

As lojas estão cheias.

Há filas para comprar em toda parte.

E vá tentar viajar de avião.

Até para o exterior – tudo lotado.

Um inferno.

Será que não previram isto?

Será que ninguém se deu conta dos efeitos que uma distribuição de renda irresponsável teria sobre a população e a economia?

Que botar dinheiro na mão das pessoas só criaria essa confusão?

A nova classe média nos descaracterizou (...)

Nós não éramos assim.

Nós nunca fomos assim.

(...) acabou (...) o que tínhamos de mais nosso, que era a pirâmide social.

Uma coisa antiga, sólida, estruturada...

PRÓLOGO

Vidas no Futuro



1 – Residencial Bento Gonçalves. Agosto/2014

Em setembro de 2014, 160 famílias mudaram-se para o Residencial Bento Gonçalves. Essas pessoas tornaram-se beneficiárias do maior programa habitacional brasileiro. Egressas de periferias e assentamentos precários, elas tiveram uma nova chance em vida.

“Um lugar para descansar os ossos” (Dona Hilda)



2 – À Caminho da Casa. Maio/2013.

– Isso aqui vai cair pra baixo e nós vamos todos morrer! – uma voz embargada sentenciou, apontando para a parede úmida no fundo de uma casinha enjambrada.

Em 2013, conheci Dona Hilda, uma senhora negra de 95 anos que vivia no alto de um morro, na periferia da cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil.

No caminho até a sua porta, a geografia acidentada e íngreme era completada por fragmentos de tijolos, vestígios de casas, ervas daninhas e brinquedos abandonados.

Transitando de um projeto habitacional a outro, as memórias de Dona Hilda esculpiam a temporalidade dessa precariedade.

Nascer, se criar, casar, sair de casa, ter filhos, morrer.

As palavras cadenciadas e resolutas costumavam a resiliência dos ciclos das vidas que viu acompanhar, forjando uma cartografia de seus desejos e deslocamentos.



3 – Dona Hilda. Maio/2013.

Dona Hilda estava determinada a não ter a mesma sorte das paredes que desmoronavam.

Os tijolos em decomposição não representavam o fim de seu tempo nesse mundo.

Eles a convidavam para sair e deslocar-se, reinventando um futuro que insistia em espreitar, apesar da idade.

Em 2009, Dona Hilda foi convidada a participar de uma associação local que demandava unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Após cinco anos de militância pela casa própria, Dona Hilda foi contemplada e tornou-se o símbolo coletivo da busca pela melhoria de vida e da mobilidade.

– Durante toda a minha vida, eu passei por diferentes moradias. Agora eu finalmente vou ter um lugar onde posso descansar os meus ossos. Do morro eu vou para o asfalto.



4 – Dona Hilda e seu Filho. Janeiro/2015.

Em janeiro de 2015, encontrei com Dona Hilda e seu filho em seu novo apartamento.

Líderes comunitários, políticos, vendedores de loja e planejadores públicos vinham ter com ela para saber de seus devires e merecimentos.

– Tinha dias que eu não acreditava. – Ela sentou-se ao lado da televisão. – Prali? Nós pobre? Meio difícil. Ali acho que só pra rico. Mas eu vou em frente! Se eu não ganhar, não perdi nada. Eu ia pela folia. Tava lá no meio da conversa. Dava risada, brincava. Se eu não ganhar, eu não perdi nada. Eu lutei!

Dona Hilda estava em paz.

– Eu não quero mais nada. Só isso aqui ta bom. A gente sendo feliz, com qualquer coisa. Pago direitinho. Não sou gastadora. Comer bem, beber bem, dormir bem. Só isso.

“Eu fui o caminho, mas quem garantiu foram eles” (Marília)



5 – Marília Fidel. Janeiro/2014.

Não me lembro exatamente como foi que conheci Marília. A senhora negra, de cerca de sessenta anos, estatura baixa e voz impostada, havia se construído na circulação pelos espaços da democracia participativa de Porto Alegre. Em 2009, para fazer uso da política habitacional, ela criou um novo fórum de participação, convencendo centenas de famílias a perseguirem coletivamente o sonho da casa própria.

– Tu não transforma a cultura de uma família do dia para a noite. Trabalhamos seis anos para preparar esses moradores. Nós temos um tripé: precisamos de habitação, desenvolvimento econômico e educação. Conseguimos a casa, o resto a gente corre atrás.

Circulando pelos bastidores da política, Marília costurou alianças e negociou influências.

– Nós precisamos estabelecer parcerias com a sociedade, com o governo, com a universidade – ela gritou na direção do prefeito, na inauguração do Residencial. – Essa é uma parceria com o governo que deu certo! A gente tem o direito humano à moradia, que não se ganha na porrada. Eu sozinha não removo uma pedra. Eu fui o caminho; quem garantiu foi eles. Eles foram a estrada que me levou numa trilha correta e digna.

Alforria (Daiane)



6 – Daiane. Maio/2013.

Marília pediu que parasse o carro no alto do Morro Maria da Conceição. Nos fundos de uma casa, encontrei Daiane, uma senhora negra de meia idade.

Suas transições habitacionais coincidiram com os ciclos de casamento. No início foi morar em Viamão. Separou. Foi morar no bairro Partenon. Separou. Morou de aluguel até se tornar beneficiária da política habitacional.

Em 2013, ela era cuidadora e morava com a filha – separada – e a neta, recém-nascida.

– Eu imagino um sonho, sonhei uma vida toda. Preciso dar um caminho. Pensar em fazer outras coisas. Não é só dinheiro. É um presente.

Marília intrometeu-se e insistiu que falasse da separação e do ambiente doméstico: era por isso que Daiane havia sido selecionada beneficiária da casa própria.

Daiane chorou.

– Ele se achava o homem da casa porque pagava o aluguel – balbuciou.

Em janeiro de 2015, regressei para rever Daiane em seu novo apartamento.

– Eu sempre quis muito vir pra cá. Quando eu assinei o contrato e vi que tinha acontecido, começou a me dar um medo. Eu comecei a embromar. Sabia que eu fui sorteada e precisava me organizar. Eu fui deixando. Ficando com medo. Era medo do novo. A primeira noite eu não dormi. Fiquei na janela. Morei mais de dez anos num lugar abaixo da rua, tipo um buraco. Eu não via o movimento da rua. Naquela noite eu fiquei só na janela. Só observando o movimento da avenida. O que acontecia.

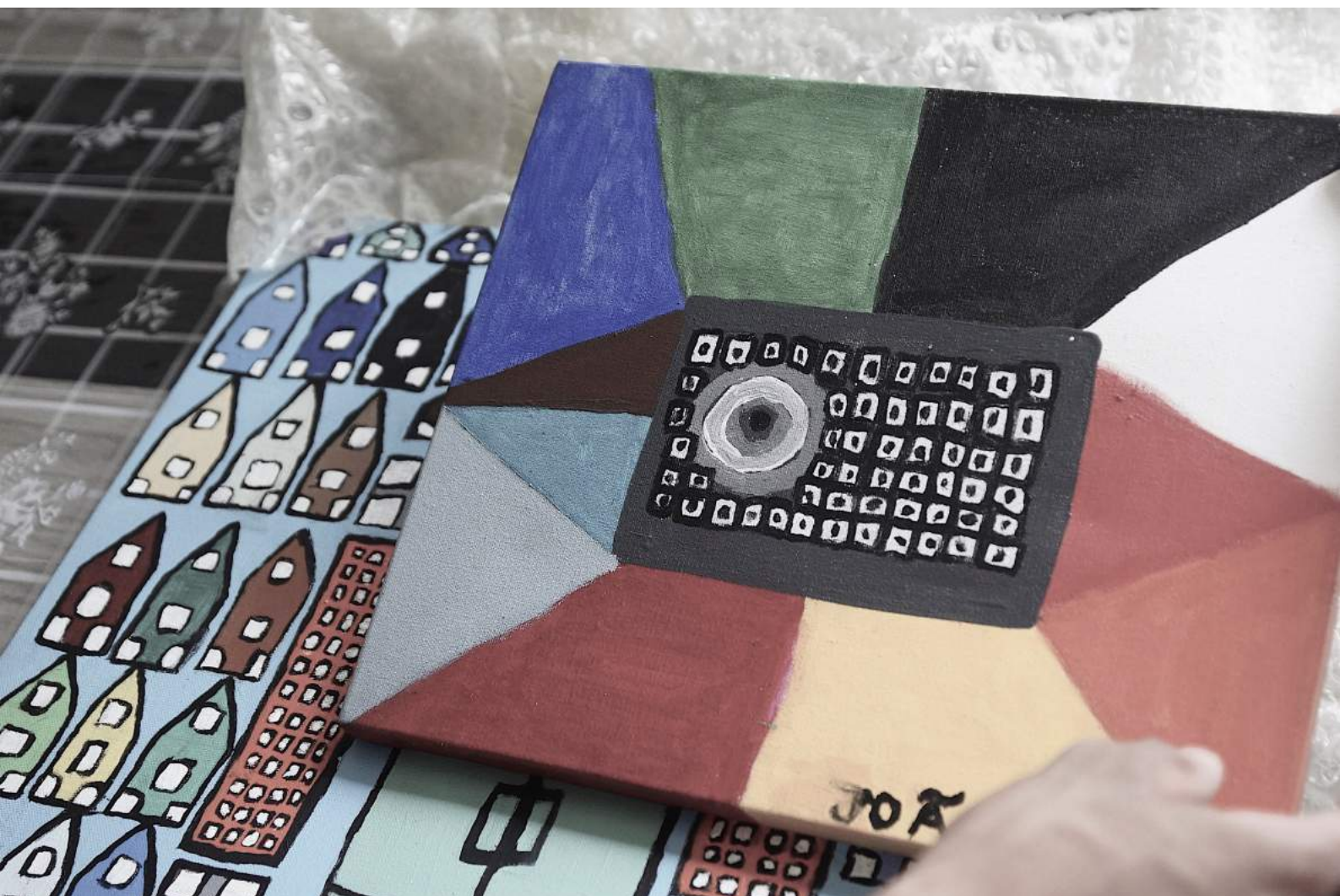
– E o que tu viu? – perguntei.

– Nada importante. Mas foi ali que as coisas começaram a se ajustar. Começou a me dar vontade de comprar as coisas pra dentro de casa. Foi um mês só de empolgação. Passei vinte vezes nas mesmas lojas. Minha autoestima mudou 100%. Eu me sinto assim, tão capaz, cheia de planos pra conseguir mais coisas ainda. Antes eu morava numa casa de aluguel, dependendo de uma pessoa que passava o tempo todo me humilhando, me botando pra baixo, me chamando de incapaz, que eu não ia conseguir. Quando eu conseguir esse apartamento vai ser a minha carta de alforria, eu dizia assim. A gente se separou, ele voltou pra casa, dormimos separados. Quando nós viemos pra cá minha guria pediu pra ele vir. Vamos ficar um tempo, tu mora lá até tu conseguir te organizar. Só que aqui quem manda sou eu. Eu to tranquila porque eu sei que as coisas que ele fazia antes ele nem ousa fazer. Ele mudou, ele ficou melhor também, e ele sabe que se não mudar ele vai caminhar.



7 – Daiane em seu Apartamento.
Janeiro/2015.

Aprender a Esquecer (Elisa)



8 – As Casas de João. Janeiro/2015.

João Rafael é o autor da pintura que abre esta tese. Ele é um rapaz negro e autista de 20 anos que se mudou com a mãe para um dos apartamentos do Residencial Bento Gonçalves.

– Casa! Casa! Casa! – ele mostrou com impaciência o calhamaço de desenhos com os objetos que constituíam seu ambiente, como a televisão, o ônibus, a escola e o computador.

Poucos dias após a mudança, um temporal destruiu o casebre improvisado onde morava com a família. Elisa, a mãe, precisou levar o filho até o morro para visitar os escombros.

– Ele observava, contemplava... Pulava o muro de 2 metros, entrava no que restou da casa.

– Viu? Não tem mais nada aí. Vamos embora? – o pai fitava o filho nos olhos.

Sem dizer palavra, João o acompanhava de volta ao apartamento, até que certo dia deixou de pedir pela casa antiga.

– Ainda tem alguma coisa que ta incomodando ele – confessou a mãe Elisa. – Mas aqui é o lugar dele. Ele já viu que aqui é melhor. Com o tempo, ele vai aprender a esquecer.



9 – Elisa. Janeiro/2015.

A condição do filho não foi empecilho para que Elisa continuasse a traçar projetos de vida. Em 2014, ela se formou em educação infantil em uma universidade particular.

– Eu preciso estudar, eu preciso me preparar pro futuro. Até porque eu almejava trabalhar na prefeitura de Porto Alegre. No ano passado eu fiz o concurso e fui chamada.

– Tu quer contar mais alguma coisa? – perguntei, já no fim de nossa conversa.

– Ah, sei lá, eu acho que assim, como vou te dizer? É mais um recado. Para as pessoas que acham que tá tudo perdido, para não perder a esperança. Sempre vai encontrar uma Marília para te ajudar, sempre tem uma pessoa. Ou tu trabalhar, não ficar de braço cruzado. Se tu for à luta vai conseguir muita coisa, com certeza. Sempre tem oportunidade, só querer. Tem que ir atrás e arregaçar as mangas. Se ficar sentado não vai arrumar nada, nada cai do céu. Se tu for merecedor tu vai ganhar. Acho que isso aconteceu comigo – ela sorriu.

“Hoje eu vejo a política de uma forma diferente” (Jussara)



10 – Jussara e a Filha. Janeiro/2015.

Sobre o recém adquirido sofá, Jussara se balançava, desconfiada, enquanto montei a câmera sobre o tripé e ajustei o microfone de lapela.

– Hoje eu vejo a política de uma forma diferente. Hoje eu sou beneficiária de um programa, fui beneficiária do Bolsa Família, sou beneficiária do programa de cotas da universidade federal, então hoje eu olho o governo de uma forma diferente. Por isso que eu aceitei dar esse depoimento. No começo eu fiquei meio assim de gravar, mas agora não mais. Eu sei que se esse estudo for mudar a cabeça de alguém que ta lá dentro e pode fazer alguma coisa, maravilha! Se é de evidências que eles precisam, é evidências que eles têm que ter. Eles acham que é só pobre e ignorante que está dentro do residencial, não é. Graças a Deus não é.

Olhando para a fotografia da filha na parede, Jussara contou a história de como se tornara uma merecedora, enlaçando as sobreposições ambíguas entre estado e mercado que compunham sua própria subjetividade em transformação a uma narrativa crítica das políticas de inclusão social e mobilidade econômica. Era assim que a mudança se efetivava.



11 – A Casa de Jussara. Janeiro/2015.

Os retratos na parede de um casal sorridente de meia idade não escondiam o ar de tristeza e ressentimento daquela mulher negra de 32 anos que viu sua família se decompor com a política habitacional. Após cinco anos de militância conjunta pela casa própria, Jussara e sua irmã tiveram seus caminhos interrompidos pela maquinaria da política habitacional.

– Na minha vida, eu sinto que a minha família ficou fraturada. Eles não vêm me visitar. Às vezes acho que roubei a oportunidade da minha irmã construir um futuro melhor – Jussara olhava pela janela, contemplando o horizonte. – Como vai ser um aniversário aqui? Será que vou poder convidar minha irmã? É uma montanha russa constante. Essa é a minha única tristeza no condomínio: a minha irmã não estar aqui por motivo fútil.

Mesmo após a exclusão de sua irmã da política pública, Jussara não desistiu do projeto que ambas perseguiram, de melhorar de vida. Ela seguiu na reinvenção de sua subjetividade.

– Eu olho como a beneficiária, ela olha como a excluída. Aqui, eu tenho que ficar feliz.

“Esse apartamento desperta o melhor em mim” (Rodrigo)



12 – Rodrigo. Maio/2013.

– De tanta tristeza na vida de uma pessoa, ela fica parada, cansada, estagnada no tempo. Aquilo ali te trava, vira um peso que tu não consegue carregar” – explicou Rodrigo, um jovem de cerca de 30 anos, casado e pai de um adolescente, enquanto narrava sua história de infortúnios, em março de 2013. – É como se tivesse limpando a poeira de uma pessoa, botando de pé e colocando pra caminhar de novo. Dar um rumo. Vai cara, ta lá, só chegar! Assim que eu me senti, nem sei como explicar. A ideia é virar em 180 graus a vida. A gente quer melhorar. Esse é o combustível. Essa é a ideia.

Morador da vila Maria da Conceição, Rodrigo foi recrutado para participar da diretoria da associação por ser técnico em informática. Antes disso, foi porteiro.

– Eu sou daquele cara que precisa de um alvo pra funcionar. Sempre fui esforçado. Nunca tive oportunidade de nada. Procuro sempre melhorar no meio onde eu vivo. Antes era o contrário. Teve uma época... eu chegava e estragava o ambiente – ele sorriu timidamente para a câmera. – Parei de estudar. Eu poderia estar formado em duas faculdades. Mas não deu certo. Eu já passei por muita dificuldade. Por isso eu me identifico com esse pessoal.



13 – A Família de Rodrigo. Janeiro/2015.

Rodrigo pigarreou.

– As pessoas que já têm, que não desandaram na vida, não sentem isso. Com a casa, 50% da tua vida ta realizada. O resto vem ao natural, com a luta, com o suor. Mas a base é essa. Uma casa desestabilizada não leva a lugar nenhum. E preparar essas famílias que vão entrar pra lá pra viver essa vida é o objetivo principal. Claro, com o apoio do governo, que disponibiliza mil e um recursos pra participar, conquistar e desenvolver... Então tem muita coisa pela frente que eu não sei como é que vai ser, eu só sei que eu to lá pro que der e vier.

Meses antes do início de meu doutorado sanduíche, Rodrigo contou-me excitadamente sobre o curso de inglês que iniciara.

– Não dá pra ficar parado. O inglês é o futuro para se manter competitivo. É como essa tua oportunidade de ir para o exterior: tem que aproveitar cada minuto, levar a nossa experiência para eles e trazer a experiência deles para nós.

Nas semanas que antecederam a mudança, Rodrigo foi apontado síndico do condomínio. Em janeiro de 2015 foi difícil encontrá-lo em seu apartamento; ele circulava entre pátios, corredores e vizinhos, antecipando problemas e imaginando soluções.

Suas palavras estavam agora mais espaçadas, mas o projeto de transformação subjetiva imaginado dois anos antes seguia vibrando através de sua narrativa.

– To aqui hoje. Foi uma questão de sorte. A gente fica esperando uma palavra, uma oportunidade, uma inserção, que é pra ti conseguir continuar. Pra mim apareceu as três coisas. Ajudando os outros eu me beneficiei. Aprendi muito, muito. Vi que se não tiver essa rede em prol... Aprendi o que é sociedade civil organizada versus estrutura que já existe de governo, clareou um pouco minha mente, traz uma sensação de amadurecimento.

Ele tomou uma pausa para respirar. Ao ensaiar os primeiros desdobramentos da vida em condomínio, ele falou dos coletivos emergentes, cavando um espaço para o redesenho de sua própria subjetividade. No novo ambiente de mobilidade propiciado pela política pública, o deslocamento da associação tornara-se sua própria caminhada vital como cidadão no mundo.

– Tem muita coisa que passa na minha cabeça, tem muita coisa pra fazer. Não sei dizer se amanhã vou estar aqui. Por mim eu to num lugar melhor, se tiver oportunidade de mudar de padrão. O objetivo é mudar de classe social, mas as pessoas ainda não tão enxergando isso. Eu quero fazer enxergar. Que o meio onde ela vive empurre ela pra isso. Mesmo que ela tenha 90 anos de idade. Quanto mais pros pequenos. Dar uma esperança. Agora só o tempo pra dizer. Temos 10 anos de financiamento. São 10 anos pra ficar aqui. Um relóginho, contando. Se em cinco anos eu puder ter uma vida melhor... O ambiente que eu vivo me impulsiona pra isso, basta meu esforço. Tenho que construir isso, e depois habitar.

INTRODUÇÃO

“Essas ruas que sobem e descem — entre a miséria e a boa vida — podem ser vistas como uma alegoria da situação precária em que vivem os sujeitos, de sanduíche entre duas classes, entre dois modos de vida. Um pequeno escorregão para cima significa a queda, a entrada para a marginalidade. A esperança é de ‘subir na vida’ até chegar à riqueza, à legitimidade que existe embaixo, perto da faixa”

Claudia Fonseca, *Família, Fofoca e Honra* (2000, p. 48)

A PIRÂMIDE EM EBULIÇÃO

Desde as primeiras aulas de geografia no ensino básico, os brasileiros aprendem a associar a pirâmide social à estratificação de sua sociedade, a tal ponto que não seria exagero afirmar que essa figura geométrica se tornou parte indecomponível da identidade nacional. Emblema de sociedades caracterizadas por altas segmentações e desigualdades de renda¹, a pirâmide representa a aposta na possibilidade de representação holográfica de uma noção mais abstrata: a de classe social. Segundo o dicionário Houaiss (2009) da língua portuguesa, a expressão “classe”, que remonta ao latim “classis”, encapsula duas ações distintas: a de formar grupos, categorias, estratos e divisões; e a de classificar ou hierarquizar. Dividir e classificar, eis as operações de sentido conjugadas na representação gráfica da pirâmide social: ao dispor as pessoas em categorias decrescentes, ela cristaliza e afirma como natural uma ordem progressiva de sujeitos, ideias e objetos.

Em 2012, o indicador clássico de mensuração da desigualdade de renda, o Coeficiente de Gini², caiu para seu menor patamar desde 1960 (Paes de Barros et al., 2007). Após mais de uma década de políticas econômicas e sociais – como a estabilidade inflacionária do Plano Real, o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito e os programas de transferência de renda –, o Brasil parecia ter finalmente encetado a marcha em direção ao crescimento, ao desenvolvimento e à modernização. Pessoas como Dona Hilda, Jussara – e tantas outras que conhecemos há pouco e que seguirão acompanhando a trajetória desta tese –, tiveram uma

¹ Ao longo da história, seu emprego aparece onde quer que segmentações de classe estejam presentes, estendendo-se de Platão e Aristóteles – apenas para ficar em nossa tradição intelectual –, passando por interpretações sobre o Antigo Egito, as sociedades estamentais da Idade Média, até desembocar na moderna figura tornada clássica da sociedade industrial de princípios do séc. XX.

² O Coeficiente de Gini foi criado em 1912 pelo estatístico italiano Corrado Gini para medir o grau de desigualdade social. Nele, os países são distribuídos ao longo de uma escala que varia de zero (onde todos detêm a mesma renda per capita) a um (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela da população, detém toda a renda e os demais nada têm). Além dele, outros operadores da mensuração da desigualdade podem incluir o Produto Interno Bruto (PIB), a Renda Per Capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

oportunidade de re-imaginar seus futuros, até então improváveis. A figura da pirâmide social, com seus estratos bem marcados, parecia não fazer mais sentido; ou melhor, ela estava agora em ebulição.

Por longas décadas, a desigualdade social brasileira, de amplas proporções, afirmada na metáfora da pirâmide e cantada por intelectuais, literários e compositores³, ocupou cientistas sociais de todos os credos e tornou-se uma espécie de ícone internacionalmente conhecido da identidade nacional (Ortiz, 1985; Oliven, 1989; 2002; Souza, 2000). Dizia-se que, apesar de riquezas naturais e econômicas abundantes, sua distribuição entre a população era um problema. Na busca por uma explicação de suas origens, as referências intelectuais que desabrocharam com a industrialização e modernização nacionais da década de 1930 e a fundação das primeiras universidades brasileiras, culpavam ora as origens luso-imperiais (Freyre, 1933; Holanda, 1936), ora o tradicionalismo das elites nacionais (Prado Jr, 1933; 1945; 1968; Faoro, 1958; Silveira, 2010), ora a fraqueza e inanição institucional (Furtado, 2007; Carraro e Fonseca, 2003). *Um país rico em recursos, porém com muitas pessoas pobres*, foi o jargão que se cristalizou dessas interpretações.

Nos anos 1970, o economista Delfim Netto⁴, ministro da fazenda em vários governos militares, condensou a desigualdade social como filosofia de governo na máxima de que era preciso “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Waldir Quadros (1991) cristalizou a expansão econômica dessa década na formação de uma “nova classe média” urbana – composta de funcionários públicos, gerentes, profissionais liberais assalariados, professores, empregados do comércio e de escritório beneficiados pela industrialização primária, de capital e de bens de consumo duráveis (Quadros, 1985; 1991). Alinhando o desenvolvimentismo ao capitalismo mundial, a pirâmide social brasileira figurava como a representação gráfica mais contundente e bem-acabada do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Ela permitia demonstrar como a pobreza estava situada em sua ampla base, convertendo-se progressivamente em riqueza à medida que se atingia o seu topo – porém, com um número cada vez menor de partícipes desse “bolo”.

Em 1988, já no fim da chamada “década perdida”, após duas décadas de regimes ditatoriais, a redemocratização trouxe a promulgação de uma nova constituição. Ela

³ Ver, por exemplo, o clássico livro de memórias do jornalista e novelista austríaco Stefan Zweig (1941), que em 1936 recebeu um convite para passar um tempo no Brasil e viajar o país. *Brasil, o País do Futuro* foi lançado simultaneamente em seis países, sua repercussão foi controversa e muitos o acusaram de haver se aliado ao Estado Novo de Getúlio Vargas pelo tom ufanista que a obra carregava (Dines, 2009). Zweig projetava, internacionalmente, a imagem de um país-continente com “incomensuráveis riquezas enterradas na fértil e virgem terra” (p. 4) e pela aparente coexistência pacífica de amplas diferenças raciais e étnicas.

⁴ Delfim Netto continua sendo um pensador influente na sociedade brasileira. Professor emérito da Universidade de São Paulo, foi ministro da fazenda entre 1969 e 1974, e Ministro do Planejamento entre 1979 e 1985. Após a redemocratização, foi eleito cinco vezes seguidas deputado federal pelo PDS, PPR, PPB e PP. Atualmente, Delfim escreve para a revista Carta Capital e publica artigos em jornais nacionais. Ele também serviu de conselheiro político nos governos de Lula e Dilma.

consagrou o ideário da universalização das políticas sociais no país⁵, em um cenário pouco favorável à sua concretização – marcado pela instabilidade econômica, pela crise nas finanças públicas nacionais; pelo Consenso de Washington; pela dependência financeira com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; e pela expansão do neoliberalismo em nível global. Nesse contexto, cientistas políticos sugeriram, a intervenção sobre certos setores da economia de um Estado clientelista, paternalista e com precária infraestrutura produziu um sistema público de seguridade social com direitos universais, mas acesso excludente, limitado a trabalhadores formais, o que desfavoreceu os pobres, limitou sua mobilidade, e ampliou ainda mais a desigualdade de renda (Franzoni e Sánchez-Ancochea, 2013).

Em 2001, após uma década de discussões públicas, políticas e legais que converteram a pobreza em problema de governo (Sprandel, 2004) o economista Ricardo Paes de Barros (et al., 2001) – tido como um dos maiores planejadores de políticas públicas no Brasil –, coordenou um estudo presidido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em que criticou o caráter persistente e naturalizado da desigualdade brasileira. Seu pressuposto era que a origem da pobreza brasileira não estava na escassez de recursos, absoluta ou relativa, mas na distribuição desigual da renda estável. A redução nos níveis de pobreza dependia mais de diminuições na taxa de desigualdade que de incrementos no crescimento econômico, mensurado pela evolução do PIB. Após os fracassos das políticas de combate à pobreza dos anos 1990, os autores sugeriram que “a sociedade brasileira ousaria, com responsabilidade, ao definir a busca de maior equidade social como elemento central de uma estratégia de combate à pobreza”.

Imagens como a da pirâmide e a do bolo, um dia já empregadas como poderosas metáforas para representar criticamente a sociedade e que circulavam como verdades livremente aceitas sobre a sua estratificação, voltaram a ser invocadas a partir da década de 2000 para falar da emergência de um “Novo Brasil”. Em 2010, o comunicado do então presidente do IPEA, Marcio Pochmann, mensurou os avanços alcançados pelo país no enfrentamento à pobreza e desigualdade desde 2001. Refletindo as conclusões de um estudo de amplo impacto organizado por Paes de Barros em 2007 sobre uma incipiente redução das desigualdades com redistribuição de renda⁶, ele enfatizou que, na década de 2000, a

⁵ Entre esses direitos, inclui-se a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Muitos deles, sobretudo os de caráter trabalhista, já compunham a Constituição de 1934, assinada na Era Vargas (1930-1945).

⁶ Na coletânea, escrita por especialistas vinculados ao Banco Mundial, Cebrap, Cepal, Pnud, e às universidades de Princeton, Chicago, Campinas e USP, sugeria-se que, entre 2001 e 2004, a renda média dos 10% mais pobres da sociedade cresceu a uma taxa anual média de 7%, enquanto a renda média nacional declinou 1% ao ano. A conclusão era de que a desigualdade da renda familiar per capita caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível desde 1960. Os trinta capítulos que perfazem a coletânea exploram as razões da queda na pobreza, resumidas em cinco tendências macroeconômicas, a saber: a) a redução da heterogeneidade educacional da força de trabalho e dos correspondentes diferenciais de remuneração; b) reduções nas imperfeições do funcionamento do mercado de trabalho; c) expansão e melhor focalização das transferências públicas de renda (sobretudo do Bolsa Família); d) modificações na composição demográfica das famílias. A cada uma delas, corresponderiam diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas que deveriam garantir a sustentabilidade do aumento efetivo da renda da população mais pobre.

“melhoria social” resultara da estabilidade monetária, da expansão econômica com aumento do emprego formal e, sobretudo, da ampliação de políticas públicas. Estes incluíam a elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular através do mercado interno, e a reformulação e expansão dos programas de transferências condicionadas de renda.

Uma dessas políticas, o salário mínimo foi criado por Getúlio Vargas nos anos 1930 e constitui, atualmente, a remuneração básica de 46,7 milhões de brasileiros. Seu reajuste anual, promovido pelo governo em relação à taxa de inflação, objetiva manter ou expandir a capacidade de compra da população assalariada. Com a estabilidade econômica e o controle da inflação propiciadas pelo Plano Real de 1994, os ganhos no poder aquisitivo do salário mínimo se expandiram rapidamente: entre 1994 e 1999, o ganho acumulado foi de 28,3%; durante os anos 2000, a valorização foi de 76% – a maior desde a redemocratização⁷. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre 2000 e 2011 o Brasil passou do 14^o para a 4^o posição no *ranking* dos países que mais valorizaram o salário mínimo: o valor passou de R\$ 151 (US\$ 62,9) para R\$ 545 (US\$ 227). A política de valorização do salário mínimo afetou sobretudo a População Economicamente Ativa brasileira – o que, aliado ao bônus demográfico⁸, foi responsável pela queda na taxa de desemprego observada ao longo da década, que fechou 2002 em 12,6% e 2014 em 4,8%⁹.

O aumento real do salário mínimo e a conseqüente queda do desemprego formal coincidiram com políticas de expansão do crédito. Como notou Müller, a disseminação de serviços bancários e de instrumentos de crédito a taxas de juros menores (subsidiadas pelo BNDES) e com maior facilidade de acesso aos pobres já estava prevista no Plano Plurianual de 2004-2007 como forma de “alavancar o desenvolvimento econômico” (2013, p. 2). Somado a isso, o governo federal apostou no desenvolvimento do mercado de consumo interno como estratégia de superação da crise de 2008, encabeçando subsídios fiscais a setores da indústria – como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que afetou eletrodomésticos da linha branca e veículos automotores¹⁰.

Finalmente, as políticas de redistribuição foram impactadas pelos programas de transferência condicionada de renda, iniciados em nível municipal em 1995 com o Programa Bolsa Escola. Baseado na iniciativa mexicana Oportunidades¹¹, em 2003, o governo Lula promoveu sua unificação com a criação do Programa Bolsa Família (PBF). Visando à

⁷ Segundo informações disponíveis em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/pais-comemora-aumento-real-de-76-do-salario-minimo-na-ultima-decada>. Acessado em 20.01.2016.

⁸ O bônus demográfico ocorre quando a maior parte da população se encontra em idade de trabalho (20-50 anos).

⁹ Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/. Acessado em 15.02.2016.

¹⁰ Em seu conjunto, a “financeirização” da economia (Müller, 2014) e o estímulo a mercados consumidores elevou o nível de endividamento das famílias, que em 2015 afetava 60% da população e representava 46,3% do total da renda ou 21% do PIB, comprometendo 22% da renda mensal das famílias.

¹¹ O Programa Oportunidades (agora chamado de Prospera) é o maior e mais antigo programa de transferência condicionada de renda a famílias de baixa remuneração – com medidas na área da educação, saúde, nutrição para conter o avanço da extrema pobreza no México. Para uma análise recente de seus efeitos, ver Levy (2010).

“inclusão social” e à reparação histórica da pobreza estrutural – que passava a ser entendida em sua pluralidade de causas, efeitos e modos de intervenção (Silva e Silva, 2007) – o programa beneficiava 14 milhões de famílias em 2015 com um investimento anual de 0,5% do PIB¹². Os efeitos da transferência de dinheiro – condicionada à vacinação e à matrícula escolar das crianças – deslocaram as imagens arraigadas sobre a pobreza que projetavam os beneficiários como maus administradores do dinheiro, ociosos e oportunistas. Como mostraram etnografias recentes sobre o tema, o Bolsa Família inauguraria a ideia, de que as políticas sociais brasileiras devem empoderar seus beneficiários, garantindo-lhes, por meio da transferência direta de ativos preferencialmente às mulheres, a autonomia para perseguirem seus próprios projetos de vida (Eger, 2013).

Como as conclusões do IPEA apontaram, o Brasil da década de 2000 finalmente deixava os piores postos nos *rankings* de estatísticas sociais globais (Medeiros, 2003; Osorio et al., 2011; Rocha, 2000; Pochmann, 2008; Soares, 2008). Com a queda nos indicadores de desigualdade, a população já podia desfrutar dos benefícios de uma insipiente redistribuição, acompanhada de um crescimento econômico acumulado de 40% entre 2004 e 2013, e de 58% de aumento da renda média das famílias no mesmo período, apesar da recessão internacional. A pirâmide cedia lugar, doravante, à imagem do “losango” ou “diamante” social: a renda já não se concentrava exclusivamente no topo da estratificação, tendo se deslocado para suas camadas intermediárias – e era desejável, segundo uma miríade de agências internacionais, que assim o fosse. Perdíamos, pois, a possibilidade de descrever nossa sociedade por meio de uma de suas figuras mais persuasivas, a da pirâmide social – nas palavras de Veríssimo (2011): “essa coisa antiga, sólida, estruturada...”.

Tomando este cenário como ponto de partida, esta tese problematiza, em perspectiva etnográfica, os agenciamentos e as consequências da mobilidade no Brasil recente – que situo entre 2001 e 2012, período de maior crescimento econômico com redistribuição de renda. Apropriar-se da mobilidade como uma questão antropológica implica propor uma forma de problematização do presente (Rabinow, 2005, p. 43; Fassin, 2014, p. 2)¹³, que reconhece sua persistência presença no epicentro dos “jogos do verdadeiro e do falso” (Foucault, 1994, p. 670). Como em uma gramática móvel que organizou a integração e a distensão, e justificou intervenções diversas¹⁴, a mobilidade se tornou o nódulo central de

¹² Estudos recentes mostram como as melhorias do PBF estendem-se para a saúde, a educação e a segurança alimentar dos beneficiados (Campello e Neri, 2013). Segundo a pesquisa, 75% dos titulares já se encontravam empregados (muitas vezes como microempreendedores) e 1,7% milhão já deixaram de receber a ajuda do governo.

¹³ Convém ressaltar que não estou interessado em uma discussão conceitual do termo “mobilidade” tal como feita na sociologia brasileira, há longa data, por autores como Celi Scalón (1999; 2004; 2009), Pastore (1979) e Pastore e Silva (2000) –. Ao invés de desenvolver mecanismos teóricos para situar meus interlocutores ao longo de gradações de estratificação, classe, status ou ocupação, utilizo o termo simplesmente para designar, como ponto de partida, as transformações socioeconômicas que afetaram sobretudo uma parcela significativa da população brasileira na década de 2000.

¹⁴ Tomar a mobilidade da década de 2000 como um problema não significa, portanto, dizer que ela esteve ausente de debates anteriores na história brasileira. Tampouco implica afirmar que havia um projeto consertado – científico, político ou econômico – de ascensão social. Menos ainda, que ela se traduz em devires unificados do ponto de vista dos sujeitos afetados.

preocupações, expectativas e dúvidas que partiram de muitos lados, em escalas variáveis de espaço, tempo e poder.

Instrumentada em palavras, imagens e práticas, a mobilidade traduziu-se, concretamente, em *assemblages* (Collier e Ong, 2005) ou no que chamarei aqui de *alinhamentos* – por definição móveis, fugazes e efêmeros – entre zonas científicas, políticas, econômicas, morais e subjetivas, constantemente em convergência ou fricção (Tsing, 2005), de uma configuração histórica específica: o “Novo Brasil” das transformações sociais da década de 2000. Nessa época, as mudanças na composição da pirâmide social brasileira desestabilizaram crenças arraigadas sobre a desigualdade, a pobreza e a mobilidade, e abriram novos espaços políticos, econômicos e subjetivos de intervenção sobre as populações que se articularam no lastro dessas transformações. Desconcertados pela mobilidade de milhões de brasileiros, diferentes setores da *intelligentsia* nacional cristalizaram uma gramática moral predicada nas fronteiras entre cidadania e consumo para tornar inteligíveis as transformações econômicas e pensar o Brasil e seus dilemas.

NÚMEROS E PERSONAGENS

Com a melhoria de vida de dezenas de milhões de brasileiros até então enquadrados em linhas internacionais de pobreza, muitos intelectuais públicos passaram a competir pelo enquadramento dessa população emergente. Seria possível falar no surgimento de uma “nova classe média”? Que população heterogênea era essa? Disputas fervorosas em torno do legado político, econômico e subjetivo dessa mobilidade foram travadas, dali por diante, entre economistas, sociólogos, políticos, jornalistas e marqueteiros para reposicionar o país no mapa geopolítico internacional. Sob o manto das tensões taxonômicas, projetos políticos, científicos e econômicos foram colocados em prática para reafirmar o lugar do país no radar global do desenvolvimento social e econômico, atrair investimentos internacionais, reforçar tecnologias de governo dos pobres e ratificar práticas científicas de mensuração dos números públicos (Neiburg, 2007).

Em 2008, o economista Marcelo Neri lançou uma pesquisa de grande vulto à frente do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), chamada “A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres” (2008a). A “tese da nova classe média”¹⁵ (como foi cunhada por Salata, 2012; 2013; 2014) apropriou-se de debates internacionais – realizados no Banco Mundial, por exemplo (Ravallion, 2009; 2010) – que discutiam a pertinência de

¹⁵ Ao estudo de Neri seguiram-se outros *surveys* que reafirmaram seu argumento sobre a emergência de uma “nova classe média” brasileira, como o da CNI, coordenado por Souza e Lamounier (2010). Eles sugeriram que o adensamento da classe média (uma tendência mundial) precisava ser entendido como fator econômico (ritmo e composição do crescimento e processos estruturais), “weberiano” (educação, empreendedorismo, atitudes) e político (capacidade de articular interesses e de projetar objetivos e valores) (Souza e Lamounier, 2010, p. 4).

novas mensurações estatísticas para a estratificação em países em desenvolvimento¹⁶. Ela refletiu uma tendência já observada em outros países da América Latina, onde a emergência de novas classes médias tornara-se a pauta política, intelectual e midiática do dia (Ferreira, 2013). A classe média do economista passou a englobar famílias com renda domiciliar entre R\$ 1126 e R\$ 4854 (valores de 2009) – cerca de US\$ 470 e US\$ 2,022¹⁷ –, o que perfazia mais de 50% da população e a tornava uma espécie de retrato da sociedade brasileira.

Como veremos em mais detalhes no primeiro capítulo, a tese da “nova classe média” conduziu Marcelo Neri a uma rápida ascensão (e queda) política. Enquanto sociólogos criticavam o uso pouco criterioso do conceito de classe (cite-se, por exemplo, Souza, 2009; 2010; Xavier Sobrinho, 2011; Scalón e Salata, 2012), políticos, economistas, marqueteiros e jornalistas apropriaram-se da pesquisa do economista para celebrar a inclusão social, o acesso à cidadania e a abertura de mercados de consumo para os agora chamados “ex-pobres”. Institutos de pesquisa de mercado – como o Data Popular, fundado em 2001 pelo publicitário Renato Meirelles, do qual trataremos no capítulo dois – foram inventados com foco específico na “nova classe média” e celebraram contratos milionários de consultoria com empresas interessadas em comercializar para o novo público-alvo. Um *boom* de notícias e números sobre consumo alastrou-se na mídia: rendas familiares generosas, acesso a crédito e a bens duráveis, potencial de consumo anual de mais de R\$ 1 trilhão (US\$ 461 bilhões).

Finalmente, seguiu a narrativa, o Brasil dera a volta por cima da desigualdade, alinhando-se a marcos mundiais de desenvolvimento através da produção de novas subjetividades de classe média: trabalhadores formalizados, pagadores de impostos, consumidores integrados a uma crescente sociedade de consumo marcada pela circulação internacional de bens e produtos. A possibilidade de proclamar o Brasil um país de “classe média” chamou a atenção do governo federal, que estabeleceu, a partir de 2012, no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), uma comissão para discutir o assunto. A iniciativa desembocou em um projeto, que perdurou até 2015, visando decifrar as expectativas e desejos dessa população¹⁸, e na formulação de um novo critério de estratificação da sociedade brasileira, que discutiremos no primeiro capítulo.

A crônica desse “Novo Brasil” passou a ser escrita a múltiplas penas nas principais páginas de jornal do país e do mundo. Em novembro de 2009, a revista *The Economist*

¹⁶ Ravallion (2009; 2010), por exemplo, argumenta que crescimento econômico tende a produzir classes médias em expansão. Para ele, as classes médias em países em desenvolvimento (os BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) devem ter como limite inferior US\$ 2 e superior US\$ 13 (linha de pobreza americana). Nesse critério, 1,2 bilhão de pessoas juntaram-se de 1990 a 2005 às novas classes médias nesses países.

¹⁷ Nesta tese, adoto cotações de Dólar de 2009 para preservar a paridade do poder de compra em Real da época.

¹⁸ O Projeto foi chamado de “Vozes da Classe Média” e foi resultado de um seminário organizado em 2011 que visava congregar “especialistas”, cientistas sociais e figuras políticas estratégicas ao governo para pensar políticas públicas para a sustentabilidade da “nova classe média”. Renato Meirelles, diretor do instituto Data Popular, foi o único representante do setor privado a ser convidado. Essas discussões se estenderam através de publicações quadrimestrais de cadernos que levam o mesmo título do projeto e se dedicam a analisar tópicos estratégicos, como formalização, estabilidade e rotatividade do emprego; micro-empendedorismo; desigualdade; heterogeneidade e diversidade. Seus autores variam de membros do governo a intelectuais convidados.

publicou uma reportagem de capa intitulada *Brazil takes off*, à luz da imagem do Cristo Redentor decolando – na mesma proporção em que lançou, quatro anos depois, a imagem da estátua em queda livre, sob o título *Has Brazil blown it?*¹⁹. Fotografias que antes urgiam o combate à pobreza eram agora substituídas por comportadas famílias sorridentes posando em ambientes domésticos povoados por objetos de consumo; outras procuravam acentuar os contrastes e ambivalências que ainda existiam, à frente de suas (muitas vezes) precárias habitações em zonas periféricas de grandes cidades. Ao longo da década de 2000, o número de artigos e reportagens a se valer dessas imagens não cessou de aumentar. Pelo contrário, um circuito, que parecia se constituir na profusão de publicações científicas, lançou dados cada vez mais bombásticos para comprovar a veracidade desses argumentos: uma assim chamada “nova classe média” estava em gestação, agouro de um novo tempo, vaticínio de um “Novo Brasil democrático e moderno “do presente”.

Ao longo da pesquisa, realizei uma catalogação dos dez principais jornais brasileiros, entre 2001 e abril de 2014, à procura do termo “nova classe média”²⁰. Foram levantadas 2159 matérias relacionadas ao termo. No gráfico abaixo vemos sua distribuição relativa aos anos. É possível constatar seu aparecimento como “frente discursiva” (Fonseca 1999) em 2008 – ano do lançamento da pesquisa de Neri – seu auge em 2012, e sua progressiva diminuição a partir de então. Em seu conjunto, considero essas reportagens mais que “provas” da relevância de personagens como Marcelo Neri e Renato Meirelles na formatação de um debate taxonômico sobre a mobilidade. Como veremos na primeira parte da tese, elas são vetores que ativamente emolduraram os termos da discussão, forjando um espaço social através do qual equilíbrios de poder foram seguidamente negociados. Editoriais como o *The Economist* (2009), ao produzirem leituras hegemônicas sobre a realidade, ao lançarem os termos do debate, ao desenharem diretrizes de política econômica e ao vaticinarem quedas, ajudam a constituir a temporalidade dessa taxonomia. Assim, essa ciclicidade é também a ciclicidade das vidas públicas dos principais personagens que compõem a tese da “nova classe média”: por meio de jornais e entradas televisivas, foram veiculadas as evoluções de seus projetos político-intelectuais, suas alianças difusas e atravessamentos entre Estado, mercado e ciência e, mais importante, as escaladas e derrocadas profissionais que fizeram de sua própria mobilidade subjetiva uma metáfora para a mobilidade da “nova classe média” como projeto para o Brasil.



¹⁹ Em 2009, a revista acentuava as conquistas resultantes da estabilidade econômica, a expansão de multinacionais brasileiras, do empreendedorismo, do investimento estrangeiro, da expansão de mercados através da superação da pobreza e do inchaço de uma classe média baixa. Em 2013, ela apontava para os principais dilemas da administração Rousseff à luz dos protestos de junho do mesmo ano, sugerindo reformas políticas e da previdência. Em janeiro de 2016, ainda, a revista publicou outra reportagem sob o título *Brazil's fall*, em que documentou a falta de perspectiva política e econômica do governo em meio ao déficit fiscal. Em seu conjunto, essa periodização (2009, 2013, 2016) aponta para a fabricação de um ciclo histórico e político através do qual as mudanças devem ser entendidas (Roitman, 2014).

²⁰ Respeitando a diversidade geográfica e política do país, foram selecionados os seguintes jornais: Folha de São Paulo (617 ocorrências), Zero Hora (28), Jornal do Brasil (140), Jornal do Commercio (66), Valor Econômico (574), O Globo (183), Estado de Minas (180), Correio da Bahia (48), Diário de Pernambuco (46), O Estado de São Paulo (222). Nos números relativos a 2014, deve-se levar em conta que o levantamento foi feito apenas até abril.

Mais que discutir os modelos de subjetivação que economistas, sociólogos, marqueteiros, políticos e jornalistas buscaram colocar em prática para captar a “nova classe média”, estou interessado nas ficções persuasivas (Strathern, 1987) que produziram o ciclo de sua própria circulação como personagens no espectro da mobilidade. De que artefatos esses *experts* lançaram mão para performar (Callon, 1998) os sujeitos das estatísticas, da cidadania, do mercado ou mesmo os novos coletivos emergentes na esteira dessas transformações? Que éticas, práticas e “regimes de vida” (Collier e Lakoff, 2005) lhes foram atribuídos, e como estes criaram novas relações materiais, coletivas e discursivas entre o saber econômico e sociológico, as políticas governamentais de intervenção e os mercados de consumo? Como, enfim, essas múltiplas camadas de governo alinharam-se aos devires das pessoas de carne e osso que experimentaram as consequências da mobilidade?

Através de uma pesquisa de campo multissituada, fui ao encontro desse novo sistema taxonômico da mobilidade. Em São Paulo, entre 2012 e 2013, realizei visitas nos três institutos de pesquisa brasileiros especializados na “nova classe média”: Data Popular, A Ponte Estratégia, Plano CDE. Conversei com pesquisadores e publicitários vinculados a essas agências de mercado focados na “nova classe média”. Na circulação e no acompanhamento das trajetórias de seus presidentes por espaços tão diversos quanto a mídia, o governo e consultorias diversas, dei-me conta de como foram produzidos alinhamentos de mercado por meio da criação de instrumentos metodológicos e rotinas de pesquisa, mas também da fabricação de personagens capazes de contar performaticamente as histórias da “nova classe média”. No processo, um novo mercado para a “base da pirâmide” estava em jogo; seus mediadores foram alçados a celebridades com capital intelectual acumulado que lhes garantia livre circulação em espaços tão heteróclitos quanto o governo federal e empresas nacionais de telecomunicação.

Durante o mesmo período, mapeei a formatação de outros alinhamentos políticos. Em Brasília e no Rio de Janeiro, dialoguei com técnicos, economistas e coordenadores de projeto do IPEA e da SAE-PR. Em Washington D.C., falei com o ex-economista chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial e com outros técnicos da instituição sobre as “novas classes médias globais” e seus desafios. Estariam esses segmentos interessados em planos de saúde e escolas privadas, ou demandariam do Estado serviços públicos de melhor qualidade? Que tipos de sujeitos eram produzidos pelas políticas públicas? A qual modelo de Estado – contributivo ou distributivo, intervencionista ou liberal – esses sujeitos aspiravam?

Diferentemente situados na geopolítica global, intelectuais, políticos e marqueteiros se mostraram nódulos em uma gramática moral que intersectava técnicas e metodologias científicas, modos de governo e a formatação de novos mercados para a base da pirâmide. Veremos na primeira parte da tese como, graças a arranjos e alinhamentos variáveis de sentido, a “nova classe média” tornou-se o operador comum para enunciar a mobilidade que

permitiu a economistas, planejadores públicos e publicitários realizar seus projetos econômicos, políticos ou científicos, em nome do “Novo Brasil” da década de 2000.

Löïc Wacquant (1991) certa vez notou que classes médias não são reais porque existem na teoria, mas porque as pessoas existem em formas classificadas [*classed ways*] que podem ser teorizadas. Gostaria, aqui, de inverter esta asserção: ao invés de partir de uma noção objetiva de classe, sugiro que a “nova classe média” tornou-se o efeito material de disputas taxonômicas com consequências reais sobre políticas públicas, imagens de nação e fronteiras de mercado. Ao serem discutidas, debatidas e criticadas, as categorias se tornam fluxos vitais que dizem e fazem coisas. Como gramática moral, a “nova classe média” organizou integrações e distensões de sentido; influenciou tomadas de decisão em diferentes escalas de tempo, espaço e poder; materializou um todo político, econômico e social englobante capaz de agenciar e refletir as transformações em curso na sociedade brasileira da última década; e condensou as aberturas de desejo por mobilidade ascendente que floresceram entre as pessoas, à medida que essas transformações tomaram forma.

UM MUNDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conheci Dona Hilda em 2013, enquanto frequentava as reuniões de uma associação de futuros moradores em demanda por unidades habitacionais. Não demorou para que chamasse minha atenção uma fileira de senhoras de idade, que muitas vezes chegavam horas antes do início, e aproveitavam a ocasião para conversar e observar. Dona Hilda se destacava das demais pelo seu olhar atento e lúcido. Foi ela quem primeiro quebrou meu jeito algo desajeitado e controlado, atrás da câmera: “O Senhor é Jornalista?” – perguntou. Seu riso contagiante denunciava: não importava qual fosse a resposta; tudo já estava cunhado.

Com o tempo, aprendi que os encontros de Dona Hilda com jornalistas eram frequentes e tornaram-se parte de suas expectativas de mobilidade. Com uma renda de pouco mais de um salário mínimo, e vivendo apenas com um de seus três filhos, Dona Hilda era considerada parte da “nova classe média baixa”, na nova paisagem sociológica do Brasil contemporâneo. Rapidamente, percebi que ela se tornara um alinhamento central em uma engrenagem política, econômica e social mais ampla: como uma senhora negra e pobre de 95 anos, maculada pelos infortúnios da vida, ela era a história incorporada dos limites da governamentalidade e da desigualdade brasileira. Disposta a abandonar seu passado de agruras e a recomeçar a vida em um apartamento, ela cristalizava, com sua força interior, o improvável da plasticidade humana: a esperança de deslocar-se na busca por uma vida melhor. Esse desejo era cristalizado à medida que ela era celebrada, aclamada, fotografada e procurada por políticos, líderes comunitários e vendedores de lojas em busca da “nova classe média” de carne e osso. Dona Hilda tornou-se o espelho do “Novo Brasil” construído na esteira de políticas sociais, estabilidade econômica, aumento real do salário mínimo e da expansão do mercado de consumo interno.

Histórias como as de Dona Hilda e tantas outras que atravessam esta tese, infundem aberturas de sentido no trabalho de intelectuais públicos, políticos e marqueteiros que, a partir da releitura de estatísticas econômicas e da redução das taxas de desigualdade social, esforçaram-se em redesenhar os contornos desse “Novo Brasil” que emergiu na esteira da mobilidade ao longo dos anos 2000. Como ilhas de desejo, esperança, imaginação e sonho, suas trajetórias etnográficas permitem trazer de volta as pessoas (Biehl e Petryna, 2013) em um debate dominado pela performatividade dos números e por visões normativas sobre a mobilidade. Como metáforas dos percursos de ascensão de milhões de brasileiros, elas são parte de uma das várias políticas públicas implementadas na década de 2000 que tiveram efeitos diretos sobre a ampliação da renda na base da pirâmide (Scalon, 2011): o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV tornou-se um marco dos modelos de gestão de governos esquerdistas na América Latina – particularmente no Brasil, onde foi concebido e implementado em 2009, no fim do segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). O programa concedeu subsídios²¹ e financiamentos habitacionais sem precedentes históricos a mais de 2,4 milhões de famílias com renda de até dez salários mínimos, colocando em marcha mais de R\$ 320 bilhões até 2015²². Baseando-se numa maquinaria difusa que se espalhou para centenas de cidades ao longo do país, o programa empoderou líderes locais, técnicos e planejadores para decidir questões como o número de unidades e a sua alocação entre beneficiários. O programa também passou a ser visto como um dos motores do rápido crescimento econômico brasileiro, em expansão ao longo da década de 2000, fortalecendo a construção civil e articulando-a ao trabalho de planejadores urbanos, elaboradores de políticas públicas e movimentos sociais (Andrade, 2011; Cardoso e Lago, 2013). Em nível nacional, O PMCMV foi crucial para a manutenção do PT no poder²³, e foi a partir dele e de seus efeitos territoriais, de expansão das cidades e de seus novos moradores, que novas narrativas sobre o Brasil, sobre o alcance de políticas públicas e sobre o fim da pobreza foram cristalizadas em 2014, na reeleição da atual presidente Dilma Rousseff. Como Dona Hilda sugeriu, o programa operou na regularização de ocupações ilegais de terra, num esforço de superação da pobreza e da precariedade, em direção a um mundo moderno de asfalto e de infraestrutura urbana.

²¹ O PMCMV é dividido em três segmentos de renda familiar que informam a concessão de subsídios: Faixa 1 (zero a três salários mínimos, ou R\$ 1600 / US\$ 667 em 2009); Faixa 2 (três a seis salários mínimos ou R\$ 2800 / US\$ 1,167 em 2009); Faixa 3 (seis a dez salários mínimos ou R\$ 5000 US\$ 2,084 em 2009). A Faixa 1, objeto desta tese, é administrada pelas prefeituras, que organizam, dispõem e alocam a demanda segundo critérios do governo federal; depende da disponibilidade de terrenos públicos doados pelo município; e do interesse de construtoras em propor projetos que se enquadrem nas regras de financiamento da CEF. O banco paga R\$ 49mil / US\$ 20,5 mil por unidade habitacional à construtora; deste valor, os beneficiários pagam prestações mensais equivalentes a 5% de seu salário (até R\$ 80 / US\$ 33, mínimo de R\$ 25 / US\$ 10) ao longo de 10 anos de financiamento. Portanto, o subsídio governamental para a Faixa 1 do PMCMV varia, segundo cálculos, de um mínimo de 80,5% ao máximo de 93,9%.

²² Segundo dados disponíveis em: <http://www.feiraodacaixa2016.com.br/cadastro-minha-casa-minha-vida-2013> e <http://mcmv.caixa.gov.br/numeros/>. Acessado em 20.01.2015.

²³ Dilma Rousseff (PT) reeleveu-se presidente em 2014, após um segundo turno disputado, com 51,64% dos votos.

Na medida em que o projeto deslanchou, organizações coletivas mobilizaram-se em diversas partes do país para obter acesso aos recursos, prefigurando novas formas de ativismo político e engajamento social. Fui introduzido às proezas de Dona Hilda, Jussara e tantas outras beneficiárias do PMCMV por meio de uma líder comunitária de nome Marília Fidel. Seu nome não me era estranho já que, desde 2008, ela frequentava o Conselho do OP e figurava entre as principais lideranças populares de Porto Alegre²⁴. Sua representatividade política era respeitável, mesmo entre quem não simpatizava com suas bandeiras, fato notável levando-se em conta as diferenças de gênero nas instâncias diretivas do OP (Matos, 2009)²⁵.

Em nossas conversas, Marília contou-me a história de uma pacata dona de casa e trabalhadora de supermercados, moradora de uma “vila” do bairro Partenon, que assistia passivamente às movimentações da política comunitária do bairro. De suas primeiras experiências quando resolveu afrontar os homens que comandavam a associação de moradores, preocupados com o futebol de várzea, restaram-lhe justamente as memórias de como quase “venderam as ruas” de sua comunidade para a iniciativa privada. Às voltas com o problema da degradação das habitações de seu bairro, ela mobilizou os moradores para ocuparem os espaços públicos de participação onde as tomadas de decisão eram performadas e onde os direitos e expectativas das comunidades carentes poderiam se fazer ouvir.

Com o lançamento do PMCMV, em 2009, ela criou um novo fórum de participação focado na demanda por habitação que rapidamente convenceu centenas de famílias a perseguirem coletivamente o sonho da casa própria. Os membros do Conselho de Desenvolvimento do Partenon – o Codespa – ocuparam diversos espaços de participação política em Porto Alegre, como o Orçamento Participativo (OP)²⁶. Rapidamente, a associação

²⁴ Entre 2007 e 2009 participei de pesquisa de campo vinculada ao projeto “Cultura e Democracia Participativa”, coordenado pelo prof. Arlei Damo, que tinha por objetivo captar, em perspectiva ampliada, o papel de mediação desempenhado pelas lideranças comunitárias que têm assento nas instâncias diretivas do OP, bem como as estratégias por eles desencadeadas para constituir e assegurar suas reputações no universo da política popular (Kopper, 2009). Essa experiência foi decisiva para a estruturação da pesquisa de mestrado em antropologia (Kopper, 2012), em que acompanhei a circulação de um grupo de comerciantes populares atuante no OP e envolvido com as discussões em torno de um projeto de remoção dos vendedores ambulantes do centro da cidade para um shopping comercial de baixa renda, o Shopping do Porto Camelódromo. Minha etnografia focou nos conflitos que decorreram da resistência dos camelôs em se adequarem a essa nova configuração, enquanto criavam um espaço subjetivo, afetivo e moral para a reinvenção de si e de suas táticas comerciais.

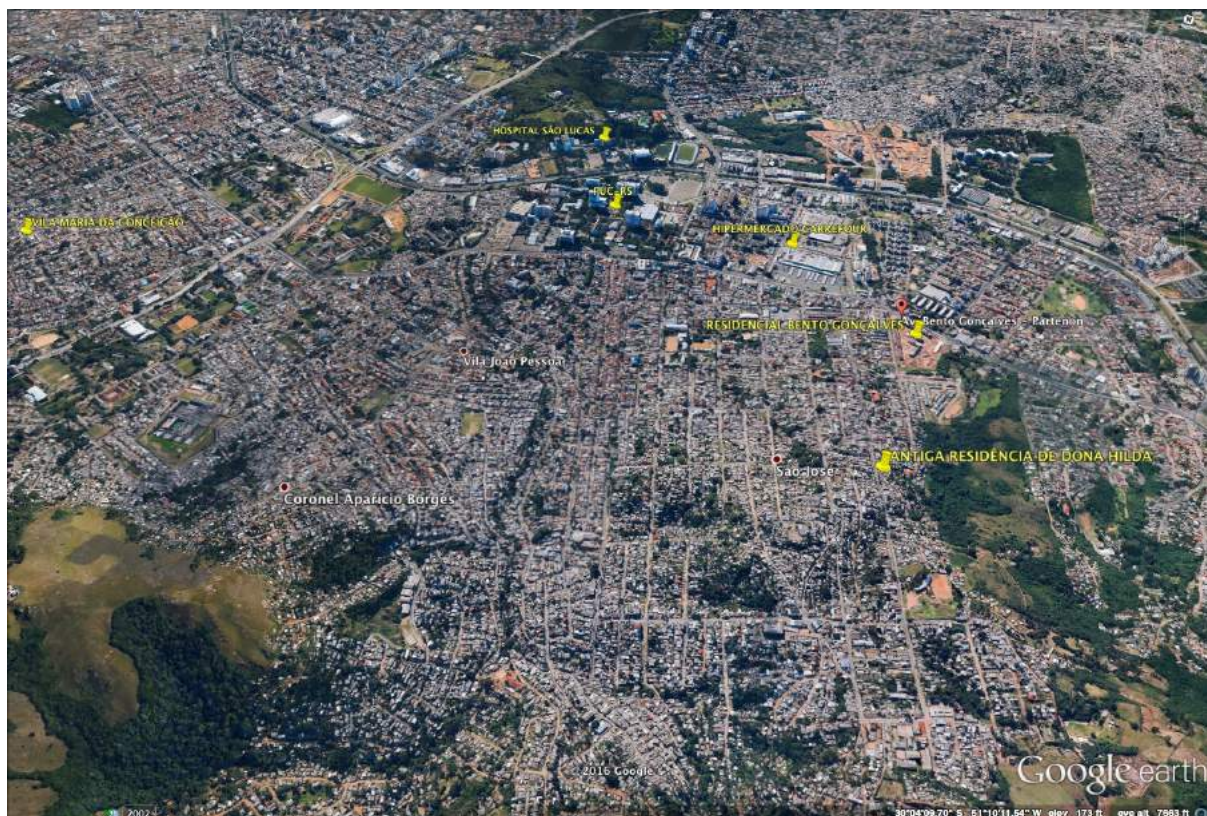
²⁵ Uma das demandas alcançadas por meio da participação extensiva nos espaços do OP foi a creche Eremi, construída em 2011 e que recebe, atualmente, 120 crianças oriundas de comunidades do Partenon. Os mais de 20 funcionários empregados foram selecionados a dedo por Marília, sob a condição de serem “da vila” e “terem direito a uma vida melhor”. Ao longo da pesquisa, acompanhei eventos relativos às comemorações do primeiro ano de funcionamento e da formatura da primeira turma de crianças, além de ter contribuído com o projeto realizando levantamentos fotográficos e edições de vídeo sobre a creche junto com Rodrigo, um dos membros da diretoria do Codespa. Ficava claro que para Marília não havia fronteiras nítidas entre os diferentes espaços de atuação comunitária: a creche, o OP, o partido, o Codespa.

²⁶ O Orçamento Participativo foi a principal realização do governo da Frente Popular, que assumiu o poder em 1989. Trata-se de uma tecnologia democrática de participação direta das pessoas nas decisões sobre a alocação dos investimentos públicos, que teve em Porto Alegre sua expressão máxima. Posteriormente, alastrou-se por outras capitais brasileiras, latino-americanas e europeias, consagrando-se como uma das mais bem-sucedidas e inovadoras ferramentas de governança em cerca de 200 municípios brasileiros (Avritzer e Navarro, 2003; Damo, 2006; Kunrath, 2002; Fedozzi, 2001; 2000). Na capital gaúcha, o OP divide-se em 17 regiões geopolíticas e 4 temáticas. Sua estrutura de operação compõe-se de Conselho do OP, órgão máximo de deliberação, e de Fóruns Regionais de Delegados (FROPs), que reúnem semanalmente os conselheiros, delegados e comunidades de cada região/temática para discutir as prioridades locais de investimento.

Mapa 1: Porto Alegre



Mapa 2: Bairro Partenon e Adjacências



tornou-se uma referência local na luta pela habitação, engajando seus participantes em um trabalho moral de visibilização e superação da precariedade e da pobreza.

Em 2013, quando iniciei o trabalho de campo junto ao Codespa, este já perfazia mais de 700 famílias, oriundas de diferentes adensamentos populacionais – as chamadas “vilas”²⁷ – do bairro Partenon e imediações. Situado em uma área central de Porto Alegre, cercada de ampla infraestrutura urbana, o bairro foi palco da construção do Residencial Bento Gonçalves, projeto habitacional que receberia, em setembro de 2014, 160 daquelas famílias. Como se pode ver, em diferentes escalas, nos mapas 1 e 2, sua localização contrasta com todas as outras obras construídas na Faixa 1 do PMCMV, invariavelmente arremessadas para a Restinga – um bairro periférico inventado nos anos 1960 para acomodar reassentamentos municipais de populações pobres.

Circulando ativamente pelos bastidores da política, Marília costurou alianças e negociou influências. Desde cedo, durante boa parte da Administração Popular²⁸, ela foi uma exímia militante do PT, até repartidarizar-se, no início da administração Fogaça, para o PMDB – partido pelo qual candidatou-se a vereadora em 2012²⁹. Nas reuniões, encontros políticos, jantares, almoços e festividades do Codespa que acompanhei, Marília deixava claro que o poder de mobilização comunitário transformava-a em um ativo político e intelectual valioso: seja para negociar favores comunitários nas eleições, seja chamando representantes políticos e da universidade – como era o meu caso – para o diálogo nas reuniões.

Junto de sua diretoria, a líder viu na incorporação do PMCMV ao OP uma oportunidade de ter as demandas habitacionais de sua comunidade atendidas e passou a recrutar centenas de outras famílias para tomar parte na associação. Por seis longos anos, Marília e seu time reuniram essas pessoas em espaços diversos, cobrando delas assiduidade e mensalidades de R\$ 10 (US\$ 4), e uma atitude proativa de testemunho das suas necessidades que levaria ao merecimento do benefício habitacional. Em troca, ela abriu espaços de diálogo e mediação com autoridades municipais, planejadores públicos, assistentes sociais, representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) e da iniciativa privada. Em seu conjunto, a presença frequente dessas agências nas reuniões, organizando palestras de capacitação para a nova vida em condomínio, reforçava o papel do Codespa como uma tecnologia local de

²⁷ Termo nativo que faz menção a agrupamentos populacionais densamente povoados e de pequena escala, localizadas em diferentes bairros de Porto Alegre. As vilas são, em geral, formações consideradas “irregulares” pelo Estado, resultantes de processos históricos de sedimentação de populações vulneráveis nas periferias das cidades, devido ao crescimento desenfreado das cidades e à expulsão desses grupos de áreas tidas como nobres do ponto de vista da especulação imobiliária.

²⁸ Termo usado como slogan da administração do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da prefeitura de Porto Alegre, por quatro mandatos ininterruptos, de 1989 até 2004 – quando assumiu José Fogaça (PPS antes e depois PMDB).

²⁹ Marília foi candidata a vereadora de Porto Alegre pelo PMDB em 2012, antes de minha entrada em campo, o que lhe rendeu aproximadamente 2500 votos. Isso a deixou em uma das primeiras posições de suplência, acima de quadros antigos da legenda que concorriam à reeleição.

governo dos “grupos populares”³⁰ – o que muitos autores chamaram de instituições pára-legais ou pára-infraestruturais (Biehl e McKay, 2012) – que tensionava e deslocava as fronteiras entre governo, mercado e sociedade civil organizada no Brasil da mobilidade.

Ao longo do tempo, observei como a militância pela habitação e por mobilidade produziu novas fronteiras entre cidadãos ativistas e merecedores, e pobres sem futuro – imagens que alimentavam a busca por uma comunidade modelo que se edificava em oposição aos vícios que caracterizariam os movimentos populares por moradia nas periferias das grandes cidades brasileiras. Acompanhando o trabalho de mediação do Codespa, dialogando com seus líderes e agentes situados ao longo da rede por eles acionada, percebi que as palavras espaçadas e memoriadas de pessoas como Dona Hilda, que orquestravam o tempo ordinário da política, eram parte de um cenário mais amplo. Elas eram instâncias concretas, costuradas por dentro das entranhas do governo municipal e de mercados locais, que nos transportavam para as escalas variáveis em que tecnologias de governo eram fabricadas e se interconectavam ao desejo das pessoas de ativamente buscarem novas condições de vida. Elas se articulavam, em outra escala, ao trabalho de políticos, intelectuais orgânicos (Gramsci, 1971; 1982) e marqueteiros esforçados em desenhar os contornos de um “Novo Brasil” que emergia da releitura de estatísticas econômicas e que apontava para a redução das taxas de desigualdade social e para a mobilidade ascendente de milhões de brasileiros.

A etnografia estendeu-se então para compreender esse trabalho de colaboração com secretarias governamentais, empresas construtoras e representantes de bancos encarregados dos financiamentos habitacionais. Com o objetivo de destrinchar a maquinaria local da política pública habitacional, estabeleci aproximações e conversei com representantes do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e da Caixa Econômica Federal (CEF); arquitetos, planejadores e economistas associados a algumas das maiores construtoras do país; e intermediadores do mercado de imóveis, entre os quais acompanhei palestras e eventos – como o Feirão da Casa Própria³¹, o Salão Pense Imóveis³² e o congresso nacional de

³⁰ Nesta tese, doravante, utilizarei o termo “grupos populares” para designar o segmento populacional referido no corrente debate sobre mobilidade como “nova classe média”. Essa estratégia justifica-se por duas razões: de um lado, trata-se de uma forma de conservar as conotações políticas e científicas das nomenclaturas envolvidas no debate taxonômico; de outro, insere-se na tradição antropológica brasileira que, como veremos adiante, estruturou-se discutindo as “classes populares” urbanas.

³¹ O Feirão da Caixa, ou Feirão da Casa Própria, é promovido pela CEF, ocorre anualmente e tem como objetivo comercializar unidades habitacionais de até R\$ 170 mil reais. A feira tem lugar nas principais cidades brasileiras e envolve bancos, construtoras, imobiliárias e pessoas interessadas na aquisição da casa própria.

³² O Salão Pense Imóveis é uma iniciativa do grupo RBS, detentor do portal de comercialização de imóveis “Pense Imóveis”. Trata-se de um evento similar ao Feirão da Caixa, embora bem menos expressivo.

corretores de imóveis, em Brasília³³ – e tomei parte em um curso Técnico de Transações Imobiliárias (TTI)³⁴. O Anexo 1 oferece ao leitor um mapa dos principais eventos de campo.

O PMCMV revelou-se, assim, o apogeu de uma linhagem de políticas públicas visando à redução da desigualdade social – materializada na ocupação diferencial da terra – e do *déficit* habitacional brasileiro, que em 2009 representava 10,4% do total de domicílios nacionais, cerca de 6,143 milhões de unidades habitacionais (PNAD, 2009). Diferente de programas anteriores, contudo, ele performou reassentamentos e regularizações de ocupações ilegais através de parcerias público-privadas. Nesse processo, o Estado intermediou a seleção dos beneficiários, mas os deixou nos braços do mercado ao lhes assegurar um contrato de compra e venda que os converteu em sujeitos legais do consumo. Emancipados da assistência do governo – que se desresponsabiliza do acompanhamento de longo prazo após a entrega das chaves³⁵ –, os beneficiários foram deixados apenas com o seu desejo de progredir na vida.

Com isso, o programa colocou em jogo um modelo de governo da pobreza à distância e pelo dinheiro, calcado em intervenções espaciais seletivas e difusas. Ao deslocar a execução da instância federal às unidades locais de governo, ele amparou-se na capacidade de iniciativa de empresas privadas – em geral pouco estruturadas para arcar com gastos e riscos desse mercado – em desenhar e atender as necessidades de um “beneficiário-consumidor” de baixa renda. Construtoras e receptores da política passaram a depender de uma participação ativista na demanda e proposição ativa desses bens, mediados por um Estado-de-bem-estar que busca atingir os efeitos redistributivos das políticas sociais sem, contudo, fazer-se presente para garantir que os investimentos sociais alcancem os efeitos esperados.

Ao mobilizar as pessoas em torno do sonho da casa própria, o PMCMV agenciou projetos de mobilidade ascendente, cristalizados no deslocamento espacial, moral e subjetivo

³³ Trata-se do IV Enbraci (Encontro Brasileiro de Corretores de Imóveis), realizado anualmente em Brasília, que conta com milhares de profissionais vinculados a delegações estaduais, organizadas por CRECIs e Sindicatos.

³⁴ O curso em questão teve duração de um ano e meio (800 horas/aula), dividido em três módulos, seguido de estágio de 80 horas. O currículo inclui disciplinas como Administração, Ética, Informática Aplicada, Direito e Legislação, Comunicação e Expressão, Organização e Técnica Comercial, Economia e Mercados, Matemática Financeira, Operações Imobiliárias, Noções de Construção Civil, Marketing, Negócios Imobiliários, Desenho Arquitetônico e Práticas Imobiliárias. Através do curso, pude aproximar-me dos corretores, sua formação, e do conhecimento técnico sobre o mercado de imóveis. A realização do estágio em vendas facultou uma aproximação com os dilemas práticos do ofício na formação da expertise. Ao longo do curso, apliquei ainda um *survey* entre os colegas para mapear o perfil dos estudantes e seu direcionamento na absorção pelo mercado como profissionais.

³⁵ Como já discuti em outra oportunidade (Kopper, 2016), especialistas acreditam que isso explica o limitado número de projetos bem-sucedidos do PMCMV. Entre seus avanços e dilemas, críticos apontam que o programa segue reproduzindo alguns dos problemas já vistos em outras iniciativas habitacionais (Bonduki, 2008; 2009; Nascimento e Tostes, 2011; Botega, 2008). Apesar da redução do déficit habitacional em 2012 para 9,1%, Cardoso e Aragão (2013, p. 44 e ss.) apontam para: a) a falta de articulação do programa com a política de planejamento urbano; b) a localização inadequada dos novos empreendimentos; c) o excessivo privilégio concedido ao setor privado; d) a grande escala dos empreendimentos; e) sua baixa qualidade arquitetônica e construtiva; f) a perda do controle social sobre a sua implementação. Em síntese, esses críticos sinalizam que, sob o argumento de realizar o “sonho da casa própria”, o PMCMV estaria suscitando a criação de novas periferias, com precária infraestrutura, mão-de-obra barata e má qualidade construtiva – fatores resultantes do próprio modelo institucional adotado, baseado na autonomização dos municípios e regulação de mercado. Isso terminaria por produzir efeitos perversos no cumprimento de seu papel social de inclusão cidadã, no acesso à terra e ao consumo.

pelo tecido urbano, na obtenção do endereço fixo, na formalização e no acesso a direitos sociais e políticos, e na linguagem da inclusão cidadã. Tornando a casa um benefício governamental de acesso limitado³⁶, ele criou camadas de governamentalidade que produziram atravessamentos morais entre os sujeitos pressupostos pela política e o desejo das pessoas por mobilidade ascendente. A questão – quem tem direito ao benefício? – traduziu-se, na prática, por outra: que “regimes de vida” são condutores da mobilidade e merecem receber o benefício? Na prática, os critérios oficiais de recrutamento do programa – que incluem mulheres responsáveis pelo domicílio, idosos, famílias desabrigadas ou residentes em áreas de risco, e famílias com deficientes físicos – coalesceram com economias locais da participação que floresceram à medida que organizações como o Codespa progrediram e recrutaram potenciais beneficiários para militar pela casa própria.

Na etnografia desses agenciamentos, instituições locais como o Codespa, ao mediar o acesso das unidades habitacionais aos cidadãos, foram fundamentais para a consecução da política pública em larga escala. Com a atribuição estatal – delegada pelo próprio governo municipal – de performar inclusões e exclusões de beneficiários do PMCMV, o Codespa converteu-se em uma maquinaria local de governança que trabalhou em colaboração com outras camadas mais amplas de governo – como a própria prefeitura e o mercado – e em oposição a agências concorrentes de governo – como os traficantes de drogas, a violência da polícia e o próprio anonimato que sempre marcou a relação dos grupos populares com a sociedade englobante.

Nesse processo, líderes locais como Marília infundiram os contornos de um espírito coletivo – uma espécie de *communitas* (Turner, 1974) – que desembocou na formação de uma comunidade modelo de beneficiários da casa própria. Eles desenharam as fronteiras de novos coletivos desejantes [em inglês, *desiring collectives*], esses cidadãos que, juntos, passaram a re-imaginar seus desejos, expectativas e chances de futuro. As lideranças e seus enredamentos sutis e enviesados por dentro e por fora da política e do mercado ajudaram, enfim, a deslocar a ideia de que a sociedade se constitui num campo de manipulação técnica e ética das intervenções do Estado, ou ainda a pressuposição de que aos pobres e excluídos caberia apenas uma forma de contra-política da satisfação das necessidades diárias e da vida simples (Caldeira e Holston, 2005). Ao contrário, a etnografia mostrou as dificuldades e ambivalências por trás do esforço do Codespa em produzir alinhamentos com os discursos – estes igualmente instáveis – que se delineavam, à mesma época, sobre a mobilidade ascendente de milhões de brasileiros. Engajados em um trabalho ativo por cidadania e inclusão de mercado, fabricando economias do merecimento que visavam o seu descolamento dos outros pobres urbanos vistos como “sem futuro”, os beneficiários-cidadãos do Codespa buscaram converter sua mobilidade geográfica em mobilidade social de fato.

³⁶ Apesar de ser a maior iniciativa habitacional da história, a disponibilidade de unidades em todo o país é muito menor que o número de famílias inscritas no programa.

Ao ocuparem os apartamentos do Residencial Bento Gonçalves e se apropriarem de suas materialidades por meio da inclusão social e de práticas de consumo³⁷, as pessoas arquitetaram cartografias morais da esperança. Continuamente em fluxo, esses *becomings* (Biehl, 2013a; Biehl e Locke, 2010) incrustaram novas paisagens morais, afetivas e sociodemográficas na malha urbana das grandes cidades. Projetos habitacionais revelam-se, portanto, infraestruturas privilegiadas para observar os efeitos da mobilidade cristalizados no espaço construído (Landa, 2014): como microcosmos políticos e econômicos, esses espaços refletem formas sociais e agenciam afetações de classe (Sassen, 2001; 2002; Liechty, 2002, p. 249; Heiman et al., 2012).

Para mapear esses fluxos e sua emergência na nova vida em condomínio, conduzi, entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, um *survey* entre as 160 famílias do Codespa, com o objetivo de complementar os *insights* etnográficos e as entrevistas com moradores no mapeamento desses repertórios e economias. Como veremos nos capítulos seis e sete, entre os beneficiários do Residencial Bento Gonçalves, 70% dos beneficiários são mulheres, 61% são negros ou pardos e 40% tem, pelo menos, ensino médio completo. Esses dados apontam para as afetações e os atravessamentos, objetos desta tese, entre os “regimes de vida” pressupostos pela política habitacional e o delineamento de novos devires, à medida que as pessoas se apropriam de suas infraestruturas.

Ao dar as condições para a abertura de um espaço para o indeterminado na vida dos “grupos populares” (Han, 2011), políticas públicas como o PMCMV ajudaram a recriar a cidadania por meio de instâncias indiretas e temporárias de governo como o Codespa; da concessão e do consumo de benefícios pontuais como a casa própria; e da expansão de mercados como espaços experimentais para o exercício do ativismo democrático (Biehl, 2013a). Com a ajuda de economistas engajados no planejamento e *design* de políticas públicas e preocupados com índices de felicidade e bem-estar, e com políticas de estímulo ao crédito que expandiram mercados de bens e serviços, o Estado facultou, mesmo aos mais pobres, espaços para a realização de seus desejos e devires, enquanto convertia suas histórias em estatísticas de sucesso da mobilidade para performar sua própria racionalidade econômica e fiscal (Roitman, 2005; Collier, 2011; Foucault, 2008)³⁸.

Simetricamente, ao reorientarem suas vidas em torno do planejamento do futuro, do pagamento de contas e débitos, e na busca por um espaço digno de vida, os beneficiários do Codespa que encontrei em minha pesquisa consagraram uma passagem da mobilidade via

³⁷ Como veremos em mais detalhes no capítulo 6, o PMCMV inclui em suas diretrizes a concessão de um cartão de crédito a cada uma das famílias beneficiadas, chamado *Minha Casa Melhor*, com limite pré-aprovado de R\$ 5 mil (US\$ 2,083) para equipar e mobiliar os novos apartamentos.

³⁸ Considero, com Bourdieu (2001; 2005), o papel do Estado na regulação da economia uma instância central para entender os desdobramentos subjetivos da mobilidade econômica. Contudo, ainda mais relevante que ver o Estado no mercado é observar a crescente economização do Estado. Esta pode ser interpretada à luz das interseções propostas por Foucault (2008), entre biopolítica (o governo dos homens, que leva à subjetificação) e governamentalidade neoliberal (a “conduta da conduta”, ou o governo de si, que leva a práticas de subjetivação).

ação coletiva (em busca da casa como bem público) para a mobilidade privada (de si mesmos, de sua família, de sua comunidade modelo) (Schielke, 2012). Isso colocaria o desafio da reinvenção do Codespa e de suas lideranças como coletivo político e econômico. No deslocamento dessas transformações – que cristalizam novas formas materiais e imateriais de consumo e produção, reprodução e motivação cidadã, desejos por pertencimento e segurança – encontramos, enfim, pontos de contato com uma crescente literatura internacional, preocupada em teorizar os espaços do meio através da emergência e evanescência de classes médias como referenciais na composição de projetos político-econômicos de desenvolvimento, globalização e construção da soberania nacional (Heiman et al., 2012; Caldeira, 2000; Freeman, 2000; Fontaine, 1985; Guano, 2003; Di Leonardo, 2004; Heiman, 2004; Liechty, 2002; Lomnitz, 2003; O’Dougherty, 2002; Ortner, 1991; 2003; Patico, 2008; Wacquant, 1996).

Esta tese é, portanto, dedicada a documentar criticamente o que acontece nos interstícios desses alinhamentos efêmeros; quando nódulos de mediação como o Codespa coalescem com o desenho de políticas públicas, aberturas de novos mercados, e discursos sobre a emergência de “novas classes médias”. Que cartografias afetivas esses encontros furtivos entre governantes e cidadãos, marqueteiros e consumidores, planejadores e beneficiários, permitem desvelar? Como a etnografia desses alinhamentos entre mercados, instrumentos científicos e tecnologias de governo expõe a busca por uma narrativa hegemônica do Brasil como um país democrático e moderno, cristalizado em uma “nova classe média”? Ao conectar as ambiguidades do planejamento de políticas públicas e as disputas taxonômicas sobre os seus efeitos esperados às vidas das pessoas de carne e osso, esta tese abre canais para entender as novas subjetividades e materialidades políticas e econômicas desencadeadas pela mobilidade econômica no Brasil contemporâneo.

Ao colocar a mobilidade, seus efeitos e agenciamentos, em diálogo criativo com as histórias de vida de pessoas que a experimentaram na prática, argumento que a consolidação da tese da “nova classe média” dependeu diretamente do trabalho ativo de colaboração conceitual e subjetivo daqueles diretamente afetados pela política pública e pelo aumento da renda. Uma vez instrumentados com as ferramentas que levam à mobilidade, à reavaliação e à reconstrução de suas vidas, as pessoas fabricaram novos devires e horizontes de imaginação que transcenderam o escopo original das políticas. Escavando a viscosidade do cotidiano, a etnografia revela a emergência de economias locais da esperança, construídas em múltiplas escalas de interações entre políticos locais, líderes comunitários, marqueteiros, planejadores públicos e cidadãos desejantes, dispostos a mobilizarem-se por uma vida melhor. Como consequência, argumento que as materialidades resultantes da intervenção – os próprios projetos habitacionais, os apartamentos e, em outro nível, os novos futuros escavados pelos beneficiários – entretecem cartografias de desejo, de emoção, de mobilidade e de ansiedades que ultrapassam linearidades políticas e identitárias de “classe média”. Através do

planejamento, aquisição e uso de objetos e da ocupação dos lugares, esses devires são inscritos no espaço como microcosmos da mobilidade, rescrevendo, em seus próprios termos, a crônica dos limites contemporâneos entre cidadania e consumo, pobreza e emancipação, democracia e inclusão de mercado.

EM BUSCA DO MEIO

A antropologia urbana feita no Brasil nasceu em meio aos rápidos processos de industrialização e urbanização das décadas de 1960 e 1970 que consagraram a cidade como cenário das dinâmicas sociais (Oliven, 1980). A preocupação com os efeitos da desigualdade era problematizada através da ocupação desigual do território por grupos vulneráveis em vias de migrar para a cidade (Durham, 1973; Durham e Torres, 2009). O objetivo era mensurar os “reflexos culturais do desenvolvimento urbano na população de baixa renda” (Cardoso e Durham, 1977, p. 133) e estudar o seu “processo de integração” à cidade. Ao documentarem seus modos de vida e artes de existência para além da regulação do Estado, esses estudos apontaram para as “dificuldades do acesso a recursos que permitissem realizar plenamente os ‘padrões de vida urbanos’” (p. 136). Estes eram associados a uma emergente “classe média”, moderna e cidadina que se opunha ao tradicionalismo dos grupos populares e emigrantes do campo, em busca de uma vida melhor, mas sem as condições para realizá-la.

Na cidade, um dos palcos que melhor retratava essa tensão eram os modos de vida cristalizados por favelas, cortiços e bairros periféricos oriundos da rápida urbanização. Políticas habitacionais, de modo particular, cristalizaram-se como formas de regulação e intervenção estatal sobre a pobreza a partir do espaço construído desde a Era Vargas (Cavalcanti, 2009). Ao propor alvos específicos e produzir certas populações como classes de beneficiados, elas contam a crônica do acesso universal, porém desigual (Holston, 1998) dos brasileiros à cidadania, construída na articulação entre o cívico, o político e o social (Carvalho, 2003; Oliven, 2014)³⁹.

Na década de 1970, Ruth Cardoso (1977; 1978) explorou o conjunto heteróclito de elementos que caracterizavam os modos de vida dessas classes de “baixa renda”, trabalhadoras informais e excluídas da infraestrutura da cidade, do consumo e do Estado de bem-estar brasileiro. Baseando-se na noção, advinda da Escola de Chicago, de “subcultura” (Cardoso, 1975; Velho, 1987), ela escreveu contra uma consolidada literatura internacional sobre a cultura da pobreza, que encontrava em Oscar Lewis (1961) seu expoente máximo. Discordando da ideia de que esta implicava inanição, fatalismo e esquecimento do futuro, Cardoso argumentou que os próprios advérbios repetidos em “agregados

³⁹ Brodwyn Fischer (2008) investigou as relações entre cidadania e desigualdade entre 1930 e 1964, Ela argumentou que a legislação foi progressivamente estendida para incorporar direitos políticos, econômicos e sociais que não se fizeram valer entre os pobres. Informalidade e vulnerabilidade eram, para a autora, traços marcantes de uma nova massa urbana de excluídos da retórica desenvolvimentista, e a cidade se configurava como o palco desses processos.

habitacionais periféricos” no Rio de Janeiro já continham o germe da mobilidade: “O favelado nos mostrou um envelope com uma sigla impressa pela qual seria conhecida sua empresa. E, na presença desse envelope, o favelado já é empreendedor. Faltam-lhe apenas alguns recursos para realizar seu projeto” (Ibid., p. 166).

Mensuradas contra os novos indicadores de exclusão econômica e social – como a informalidade, o desemprego, a baixa escolaridade – e vítimas da instabilidade política e monetária, as “classes populares” e suas novas derivações (subproletários, trabalhadores ascendentes, operariado) caracterizavam o novo enfoque da antropologia brasileira, preocupada com o caráter multidimensional, culturalmente heterogêneo e politicamente subversivo da vida dos pobres urbanos (Zaluar, 1985; Fonseca, 2000; Dias Duarte, 1986). Fonseca (2000), em trabalhos de campo realizados nas “vilas” de Porto Alegre, atentou para os operadores de sentido – como a honra, a violência, a fofoca e a reputação – que articulavam os sistemas de valores e as táticas diárias que situavam as camadas populares no “espaço social que ocupam na sociedade de classes”. Nos anos 1980, buscando pensar a sociedade de baixo para cima, a discussão sobre “cultura das classes trabalhadoras urbanas” (Durham e Cardoso, 1973; Zaluar, 1985; Velho e Viveiros de Castro, 1978; Lopes, 1987; Oliven, 1980, Caldeira, 1981) encontrou solo fértil, sob a influência de autores ingleses como Thompson (1966), Hobsbawn e Ranger (1983), Hoggart (1973) e Goldthorpe (1968).

Nessa época, estudos consagrados sobre classes médias em diferentes partes do mundo desenvolvido – como o de Wright Mills (1951) sobre os *White Collars* nos EUA, o de E. P. Thompson (1966) sobre os trabalhadores ingleses, e o de Luc Boltanski (1987) sobre os *cadres* franceses – já assinalavam as ambivalentes relações entre Estado e mercado, produção e consumo, cidadania e inclusão de mercado, que caracterizavam os estratos do meio na hierarquia produtiva. Apontados como vetores da mobilidade, a presença de classes médias densas e sólidas era a prova cabal da existência de sociedades modernas, abertas e menos desiguais, em países democráticos e progressivos (Heiman et al., 2012). Na América Latina, ao contrário, acreditava-se que a distintividade cultural do continente preclodira a formação desses estratos intermediários estáveis e modernizantes (Alba, 1965). Owensby (1999, p. 6), documentando a abertura de mercados de consumo no período de 1920 a 1950, argumentou que a “absence of a middle class became a crucial measure of Latin America’s social and political instability, a confirmation of what had long been thought to be Latin America’s pathology”. Como ele, Jiménez escreveu que muitas sociedades latino-americanas estavam “riven with intense political, ethnic, and religious rivalries which jeopardize middle-class hopes for stability and improvement”. E concluiu: “no wonder so many of them have fled to the North Atlantic in search for greater opportunities” (Ibid., p. 209; 1994).

Quando Gilberto Velho lançou-se o desafio de pensar uma antropologia das sociedades complexas contemporâneas, ele alinhou-se a esses estudos e engendrou o conceito de “camadas médias”: pequenos funcionários públicos, bancários, comerciários,

profissionais liberais assalariados que haviam ascendido durante os primeiros governos ditatoriais (1973, cap. 4 e conclusões; 1987, caps. 1, 2 e 8). Em sua etnografia do condomínio estrela (Velho, 1973), ele tomou o rápido crescimento da cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do séc. XX como pano de fundo para entender a estratificação de Copacabana. Por meio da etnografia e de noções estenográficas como campo de possibilidades e projetos de vida⁴⁰, Velho documentou sua diversidade interna e as relações que as camadas médias mantinham com a sociedade englobante. Ao associar projetos de vida e classes sociais, ele descreveu a mudança e os valores culturais a ela associados. Noções como prestígio e ascensão eram cruciais para entender a emergência da individualidade no seio da “hierarquia brasileira” e do “pertencimento familiar” como forma de construção identitária na sociedade brasileira contemporânea (Salem, 1986).

“As camadas médias urbanas cariocas [veem] com dramaticidade o dilema de *mudar* ou *permanecer*”, escreveu o antropólogo; “o problema de sua identidade como categoria está sempre presente”, completou (Velho, 1987, p. 108). Como ficava claro desde seus primeiros escritos, para Velho a mobilidade social passava pelo local de residência e pelo *ethos* a ela associado. “O mapa da cidade passa a ser um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram” (1973, p. 80); assim, concluiu o autor, “as pessoas mudam de estrato quando mudam de bairro” (ib., p. 82). Ao articular as narrativas biográficas das pessoas ao seu pertencimento ao tecido urbano, Velho mantinha uma visão ampla da cidade e de seus habitantes (Eckert, 2010; Velho, 2007) através dos elementos que a particularizavam. Sua ênfase na noção de mobilidade como narrativa e ocupação do território, embora deflagrasse tensões decorrentes das dinâmicas de prestígio e ascensão das camadas médias urbanas cariocas, circunscritas sociologicamente por seus padrões de ocupação profissional, passava ao largo dos conflitos *entre* classes sociais – particularmente aqueles emergentes nas fronteiras simbólicas com os “grupos populares” – que servem de cimento para um mapa social verdadeiramente *da* (e não apenas *na*) cidade.

Movimentos de migração, fluxos entre bairros, usos e apropriações de certos espaços – são fenômenos explorados pela antropologia urbana brasileira em suas primeiras décadas

⁴⁰ Para além de Wright Mills, Velho apropriar-se-ia de uma série de conceitos oriundos da Escola de Chicago, do interacionismo simbólico e, em menor medida, da Escola de Manchester. Categorias como “estilo de vida”, “províncias de significado”, “negociação da realidade”, “campo de possibilidades”, “redes de significado”, “metamorfose”, “memória”, “identidade” compunham um arsenal metodológico consistente, em geral oriundos de sua apropriação das obras de Simmel (1987), Schütz (1979) ou Goffman (1959) e que se desdobrariam em análises posteriores (1986; 1994; 1999; 2002; 2007). Destacam-se, igualmente nessa linha, os trabalhos realizados em parceria com Karina Kuschnir, que produziram renovadas reflexões em torno de conceitos como “mediação” para problematizar as passagens, porosidades e fronteiras de classe, enfim, sua mobilidade social (2003).

de existência. Atravessados por discussões sobre “grupos populares” e “camadas médias”⁴¹, eles entrelaçam sujeitos de classe com os lugares da cidade. Essas cartografias territoriais tornam-se, então, uma alegoria do espaço social; elas são uma porta de entrada situada para a compreensão das representações dos “grupos populares”. Magnani (1984; 1996), argumentou, nessa linha, que conceitos como “consciência” e “interesses” de classe “não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano. Quem são? Onde moram? Em que acreditam? Como passam seu tempo livre?” (Magnani, 1996, p. 28)⁴². Essas questões não apenas complexificavam as narrativas sobre desigualdade e exclusão, mas mapeavam e sedimentavam essas diferenças na da cidade⁴³.

O choque entre a categorização e a localização de “grupos populares” e “camadas médias” seguiu sendo objeto da literatura preocupada com as favelas cariocas. Valladares (1978), Burgos (1998), Rebouças (2000), Fiori (2000) e Lima (1989) examinaram, por exemplo, os efeitos dos programas de remoção empreendidos pelo governo desde a década de 1970. Elas concluem que as políticas habitacionais direcionadas a famílias de baixa renda, ao procurarem pedagogizar, moralizar, remover e reassentar, muitas vezes desencadearam mercados imobiliários informais que apontam para o fracasso desses projetos em reintegrar as famílias à sociedade. Estudos recentes, como os de Cavalcanti (2007; 2009) e Motta (2014) revelaram a permanência das questões associadas ao estigma e à segregação desses híbridos de sujeito-espaço, junto com a introdução de novos elementos, como a apropriação pelo tráfico de drogas, a mercantilização do espaço, as autoconstruções que envolvem práticas de fortificação (Caldeira, 2000); e os processos de pacificação, remoção e abertura econômica⁴⁴.

⁴¹ Considerada tipicamente sociológica (Guimarães, 1999; Cardoso e Faletto, 1970; Ianni, 1966) – Florestan Fernandes já escrevera que a sociologia tinha “como objeto fundamental o conhecimento da origem, da estrutura e da dinâmica de sociedades de classes” (1948, p. 93) –, a questão da mobilidade ou das classes sociais no Brasil não foi tomada pela antropologia como tema privilegiado de análise (Barcellos, 1996). Oliven (1980) escreveu que “com exceção de alguns estudos fragmentados que geralmente se concentram em aspectos isolados e/ou somente numa classe social, pouco progresso tem sido alcançado no sentido de fomentar este tipo de pesquisa”. Durham (1986) esbarrou no mesmo problema: “Quando se examina a produção antropológica recente, em que pese a influência do marxismo, nota-se uma ausência muito reveladora – a do conceito de classe”, escreveu. Mais recentemente, essa ausência foi sentida por outros intelectuais (Fonseca, 2000, ver epílogo; 2006; Sader e Paoli, 1986; Pereira e Rieth, 2007). Fonseca, por exemplo, argumentou que a antropologia brasileira teria diluído o debate sobre classes em outras questões que marcaram a década de 1990, como identidade, consumo, globalização e estilos de vida – temas ajustados ao “clima de conciliação neoliberal” (2006, p. 20).

⁴² Alba Zaluar (1985), em trabalho realizado no complexo *Cidade de Deus*, lançou questões semelhantes ao discutir as categorias de “trabalhadores” e “pobres” à luz da descrição de seus modos de vida e locais de moradia: “O que é, afinal, ser trabalhador e ser pobre para eles? Como sua condição proletária, sem direitos ao emprego e à assistência estatal já conseguidos pela classe operária nas economias capitalistas desenvolvidas, repercute nos padrões familiares de cooperação, na composição da renda e nas atitudes diante dos políticos e do governo?”, ela se questionava. Com isso, Zaluar pretendia dar conta das imagens êmicas desenhadas por seus interlocutores a respeito da sociedade brasileira – particularmente dos estigmas que eram associados à vida na favela.

⁴³ Ao estudar os circuitos e práticas de lazer de grupos populares em São Paulo, Magnani cunhou o termo “pedaço” para referir-se à sua localização no território da cidade; por meio da etnografia de adensamentos e manchas que cruzam o tecido urbano, seria possível observar a cidade como um “palco”, do ponto de vista das práticas de sociabilidade de seus “atores” (1996, p. 30-37).

⁴⁴ As favelas pacificadas do Rio de Janeiro mostraram-se um terreno fértil para a análise etnográfica recente. Ver, os trabalhos de Hilaine Yaccoub (2011; 2014; 2015), Shirley Torquato (2013; 2015) e Cláudia Sciré (2014; 2015).

Nesse contexto, “morro” e “asfalto” são tropos que cristalizam divisões de classe no espaço urbano das grandes cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, Mariana Cavalcanti (2009) mostrou como essa dicotomia está subjacente não apenas em programas estatais de intervenção como também na narrativa dos próprios habitantes de favelas. Nessa metáfora da desigualdade nacional, a tensão entre o “morro” e o “asfalto” condensa três operações complementares da antropologia urbana brasileira. Primeiro, ela revela a busca teórica da disciplina pela diversidade dos modos de vida, respectivamente, dos “grupos populares” e das “camadas médias”; segundo, ela aponta para as aberturas e fechamentos da mobilidade econômica, ascendente ou descendente, dessas populações; terceiro, ela localiza esses fluxos, dinâmicas e tensões no espaço habitado e planejado das grandes cidades brasileiras.

Vimos até aqui que a pobreza e seus sujeitos foram objeto privilegiado da antropologia urbana brasileira. Em conjunção com os espaços da casa e as especificidades de sua circulação, as etnografias documentaram a ocupação desigual das cidades, associadas à diversidade de seus modos de vida. Na linguagem das “classes populares”, os estudos mapearam os dilemas e (im)possibilidades da mobilidade econômica e social ascendente entre os pobres urbanos. No idioma das “camadas médias”, os trabalhos apontaram para projetos – individualizados e individualizantes – de ascensão social e para as ansiedades delas advindas, como a ruptura com o passado materializado na família e o medo da mobilidade descendente, práticas frequentemente retratadas em novas formas de consumo e estilos de vida (O’Dougherty, 1998; 2002). Finalmente, nas práticas estatais de remoções e deslocamentos, as pesquisas apontaram para a periferização dessas populações e para as falhas da política em reintegrá-las à sociedade. Em seu conjunto, esses estudos deram cor, vida e forma ao desenho sedimentado e segregado da pirâmide social brasileira, e a filosofias de governo baseadas no crescimento do bolo ao invés de sua distribuição.

Com o advento, nos anos recentes, de uma miríade de políticas públicas com efeitos diretos sobre a ampliação da renda entre os “grupos populares”, deflagraram-se novas aberturas para a mobilidade econômica ascendente. Ruth Cardoso (1977; 1978) já havia notado como o germe da ascensão social se refletia em práticas de empreendedorismo que, não obstante, eram freadas por não encontrarem canais institucionais, políticos e econômicos, para sua disseminação e reprodução. Mesmo onde houvessem melhorias, notou Cláudia Fonseca (2000), as pessoas progrediam e permaneciam no mesmo lugar, distinguindo-se pela construção das casas. “Para viver no bairro, eram exigidos talentos de malabarista”, ela explicou, em relação à transição entre universos de classe espacializados. O desejo estava colocado; no entanto, as pessoas permaneciam onde estavam.

Ao intervirem diretamente na vida das pessoas, as políticas sociais nos convidam a observar a textura das justaposições morais entre essas tecnologias de intervenção e o desejo das pessoas por mobilidade. Ao invés de assumir, com a literatura, que há uma extensividade semântica entre sujeitos e territórios, esta tese procura explorar os caminhos que são abertos

quando os elos que conectam a desigualdade à segregação são momentaneamente suspensos; quando o Estado deixa de performar simples remoções e estigmatizações que fazem viver ou deixam morrer (Foucault, 2006), para agenciar ativamente a vida dos cidadãos e, com sua aquiescência, incluí-los em seus braços, ainda que precários e incompletos, de ação.

Em minha etnografia junto ao Codespa, documentei o que acontece quando as pessoas decidem articular seus devires e moralidades aos projetos de intervenção do Estado para escavarem uma vida para além da pobreza. Qual a temporalidade dessa mobilidade e desses alinhamentos/deslocamentos/porosidades entre Estado e mercado, produção e consumo, público e privado? Que coletivos – políticos ou econômicos – se estruturaram na esteira das políticas habitacionais? Que visões sobre a política, sobre o consumo e sobre seus próprios futuros como beneficiários esses cidadãos-consumidores entreteceram? Como, enfim, deslocaram, transcenderam ou complexificaram a narrativa hegemônica nacional que visava rendê-los como subjetividades de classe média?

Suas camadas de governo, articuladas aos devires subjetivos, convidam a suspender o “morro” como o lugar do “popular” e o “asfalto” como o tropo da “classe média”, para escavar a densidade desse *in-betweenness*. Os sócios e lideranças do Codespa, ao “deixarem” os limites econômicos da pobreza e iniciarem percursos individuais de deslocamento que desestabilizaram essas categorias e colocaram a pirâmide social em ebulição, puseram em prática a formação de um coletivo da mobilidade que não é redutível ao projeto individualizante estudado por Velho ou à diversidade das “classes populares”. Aprender os sentidos da mobilidade espacial e social para essas famílias – em busca do asfalto e da classe média – significa transcender o registro econométrico e sociológico desse debate. Significa, isto sim, voltar os olhos e sensibilidades para o potencial que apenas a etnografia carrega de captar os tipos de inventividade e agência mais amplas das pessoas, sem restringir seus repertórios de ação e lugares de ocupação ao “local” por definição inalcançável do Estado.

A POLÍTICA E A ESCRITA

As narrativas que abrem esta tese resumem os principais argumentos que atravessam a mobilidade econômica e, por extensão, as páginas que seguem: a formação de uma comunidade modelo, o trabalho por cidadania, as economias locais da esperança, os cidadãos ativistas e a criação de horizontes imaginativos, as materialidades políticas e os objetos que compõem o consumo da casa própria, a invenção de mercados de baixa renda, a pulsão por movimentos e deslocamentos em vida. Em cada caso singular, elas fornecem aberturas de sentido que são uma porta de entrada para as redes contextuais do cotidiano: a aflição, a alegria, o amadurecimento, a autoestima, a busca, o caminho, o combustível, a competitividade, a conquista, a cultura, o depoimento, a desconfiança, o desejo, o desenvolvimento, a desistência, o desconforto, o dinheiro, o direito, a embromação, a empolgação, o empurrão, o esforço, o esquecimento, a estagnação, a evidência, a exclusão, a

hesitação, o horizonte, a ignorância, a inclusão, o incômodo, a janela, a luta, o medo, o merecimento, o movimento, o muro, a oportunidade, o otimismo, a palavra, a parceria, a pedra, a peneira, a perseverança, a poeira, o presente, o recado, o rumo, a separação, o sofrimento, o sonho, o sorriso, a titubeação, a tristeza, a vontade.

Em cada encontro etnográfico, descobrimos a tessitura das relações entre os *travails* pessoais e as questões mais amplas que cercam o espectro da mobilidade. Essas palavras trazem um registro alternativo de engajamento e significado que anima as páginas que seguem. Como esses sujeitos se entrelaçam com o desenho das políticas públicas e com as controvérsias políticas e científicas acerca da formação da “nova classe média” que caracterizaram a mobilidade brasileira recente? Como suas histórias de vida se encontram e desencontram, visibilizam e invisibilizam, criam nódulos e fluxos, umas em relação às outras, numa atualização que é também uma reinvenção constante desses *milieus* pelos quais circulam e que os fazem sujeitos? Qual o lugar dessas subjetividades na grande narrativa de mobilidade que pontuou a década de 2000, e nas novas configurações de Estado, mercado e ciência que a legitimaram? O que essas histórias, tomadas em conjunto ou em sua singularidade, nos dizem sobre os novos coletivos e devires que se cristalizaram em economias locais da esperança, articuladas ao trabalho de *desiring collectives*, planejadores e intelectuais públicos? Qual, enfim, o trabalho do tempo na construção dos traçados da mudança, e como esses trajetos são implicados em regimes de larga escala para contar uma história de transformação e/ou permanência na vida das pessoas?

Apostando nesses percursos como diretrizes da escrita, esta tese foi dividida em três partes correlatas. A primeira unidade explora a mobilidade econômica recente a partir de seus agenciamentos científicos, mercadológicos e governamentais. No primeiro capítulo, levo em consideração o papel crescente de economistas sociais globais – junto com a microeconometria estatística e a disponibilidade e interpretação de números públicos – na formatação de políticas públicas. O objetivo é demonstrar como sua circulação em redes de tecnologias científicas legitimou a expressão “nova classe média” como uma gramática moral que encapsulou o debate acadêmico em torno da mobilidade e condensou um projeto político-governamental durante a década de 2000. No capítulo dois, mostro como a tese da “nova classe média” foi apropriada e expandida por institutos de pesquisa de mercado e consultores que se especializaram nesse segmento populacional. Ao problematizar os agenciamentos científicos e mercadológicos envolvidos na formatação da “base da pirâmide”, mostro como “grupos populares” foram convertidos em cidadãos-consumidores, tornando-se parte de um projeto moderno e democrático de “classe média”.

A segunda parte da tese traz de volta personagens como Dona Hilda e Marília para, com eles, pensar as ambivalências e concretudes etnográficas da mobilidade brasileira recente. No capítulo três, destrincho o funcionamento da maquinaria local do PMCMV, tensionando as redes de trocas e alianças que se estabeleceram entre políticos, planejadores,

lideranças e cidadãos no cotidiano de implementação da política pública. Argumento que o benefício habitacional, tornado escasso como instrumento de governamentalidade, estimulou a organização de coletivos-modelo que demandaram e engajaram-se ativamente na busca da casa própria. O capítulo quatro estende essa reflexão, focando no agenciamento dos beneficiários que, para terem suas expectativas atendidas e serem incluídos na política, foram instados a produzir testemunhos de suas próprias necessidades e engajamentos com uma moralidade prospectiva calcada no deslocamento e na imaginação da melhoria de vida. O capítulo cinco concentra-se na história de Dona Hilda e documenta, através de diferentes engajamentos com evidências empíricas, como a senhora empreendeu um trabalho por cidadania e conexão com o Estado, que era também o trabalho de criação de sua figura pública como beneficiária modelo. Ao recuperar sua circulação por distintas escalas de espaço e tempo, demonstro como ela se tornou a figura exemplar da política pública e, por extensão, da mobilidade brasileira recente.

Na última parte da tese, exploro as relações entre a formação de novas subjetividades políticas e econômicas, o consumo da casa e seus objetos, e sua inscrição no espaço. Discuto essas questões à luz da etnografia e de um *survey*⁴⁵, ambos realizados entre beneficiários do Codespa. O capítulo seis, sugiro que a abertura de novos horizontes imaginativos do futuro ocorre na medida em que se apropriam e consomem materialidades políticas como a casa e seus objetos. Nesse sentido, mostro como o uso e a transformação desses artefatos *afeta* a granulosidade do que é possível – isto é, os materiais tornam-se nexos processuais e vitais para explorar a relação entre o espaço construído e as formas sociais. No capítulo sete, demonstro como a construção desses devires e *becomings* subjetivos coalesce com a idealização de novos coletivos políticos e econômicos. À medida que os beneficiários ocupam o espaço e reformulam seus desejos, o futuro do condomínio torna-se um espaço em disputa para a cristalização de cartografias morais da esperança.

Como sugere Biehl, comparar por meio da etnografia, diferentes momentos no tempo, o aqui e o ali, abre um espaço crítico para examinar “what happens in the meantime” (2007, p. 18): os eventos e práticas que criam fissuras, mudanças, permanências e intricamentos. É através dessas fendas que podemos direcionar nossas “lanternas empíricas” (Hirschman 1998 apud Biehl e McKay, 2012, p. 1209), descortinando a própria temporalidade da política, da ciência, dos mercados e da sobrevivência. Por meio do retorno ao campo, o antropólogo traça as linhas que articulam as paisagens animadas por subjetividades, manobras humanas e institucionais e políticas de intervenção. É a temporalidade da escrita, esse devir em forma (textual, imagética, videográfica), que reconcilia os devires subjetivos e institucionais, essas

⁴⁵ O *survey* foi aplicado entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015 entre as 160 famílias que ocuparam o primeiro condomínio do Residencial Bento Gonçalves e contou com 98 respondentes. Trata-se de levantamento sócio-demográfico entre os novos moradores, captando suas percepções quanto à política pública. Como se pode ver no Anexo 2, ele estruturou-se em torno de eixos temáticos: perfil do chefe de família; renda e classe; políticas públicas e PMCMV; residência anterior; Residencial Bento Gonçalves; cultura material; política e associativismo.

“instâncias de *becomings* humanos” de que nos fala Biehl (2013b). Através desse mapa cartográfico de desejos e expectativas, horizontes e *becomings*, as páginas que seguem convidam o leitor a uma viagem pelas justaposições de subjetividades, tecnologias, saberes, práticas e estratégias que deslocam e colocam em movimento. Ao transitar no tempo e no espaço, através de registros distintos de escalas, esta tese oferece um registro etnográfico crítico, aberto à multidisciplinaridade e à polivalência de públicos e interpretações (Fassin, 2013), que busca recolocar o debate sobre os efeitos da mobilidade, das políticas de intervenção e da produção oficial de dados à luz de subjetividades que os transcendem e de futuros que, de outra forma, permaneceriam empoeirados, improváveis.

PARTE I

*A Mobilidade e seus
Agenciamentos*

1. A INVENÇÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA

Fui introduzido às proezas e histórias que se cristalizaram em torno das “senhoras da primeira fila” desde minhas primeiras incursões de campo junto ao Codespa – uma associação de futuros moradores que se preparava para receber apartamentos do PMCMV. Não foi, porém, senão após alguns encontros etnográficos que decidi aproximar-me da mais curiosa entre elas. Espreitando por entre as fileiras intermináveis de cadeiras dispostas pelo salão, deparei-me com Dona Hilda. Seus olhos agitados contrastavam com um sentar ereto, impecável. Fitando com inquietude a tudo e a todos, nada dizia; nada, absolutamente, mexia.

Dona Hilda convidou-me para sentar ao seu lado – faltava uma hora para o início da reunião mensal e era comum que chegasse antes mesmo da diretoria. Pedi que me contasse sua história – qualquer uma. Em um par de sentenças desinibidas, fui transportado por entre casas, sonhos e projetos interrompidos. Como já havia notado, Dona Hilda estava acostumada a interações com políticos locais, líderes comunitários, planejadores e, mais recentemente, vendedores de loja. Narrativizar sua própria trajetória era parte do que a levava àquelas reuniões. Logo, porém, sua entonação mudou. O olhar parou em outro lugar; de volta ao tempo presente, fitou meus olhos e confessou: “Mas eu ainda tenho *aquela carta*”.

Ajudada por um filho parcialmente debilitado que a acompanhava em todas as reuniões e com quem residia, Dona Hilda mostrou-me um pedaço de papel com seu nome e algumas palavras escritas à mão: “Compra de imóveis – preterido”. O documento tinha então mais de 20 anos e datava de 1988, ano em que o Brasil celebrara sua mais recente e progressista constituição. Cunhado pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), o pedaço de papel continha uma observação escrita em letras inconspícuas: “Informações serão dadas mediante apresentação desta ficha”.

A inóspita “carta” que Dona Hilda carregava diligentemente consigo era um conector que a deslocava para os espaços e tempos da burocracia estatal brasileira. A partir daquele momento, a velha senhora – e milhões de outras pessoas como ela – estavam registradas em uma base de dados social em que pobres e necessitados deveriam aparecer, seja como um número em uma lista de espera interminável por benefícios que raramente chegavam, seja

como um cidadão, mesmo que fosse para permanecer fora dos limites de governo de um Estado precário em busca de políticas de bem-estar e direitos civis.

Mais de vinte anos depois, novas tecnologias foram concebidas e substituíram a ficha escrita à mão e endereçada a Dona Hilda. Mesmo assim, ela a guardou segura e quando o PMCMV foi anunciado, ela a levou às autoridades municipais competentes. “Eu guardei, né, é uma carta, eu vou guardar. Isso aqui tem vinte anos! Vinte anos! E eu não botei fora, vai ser agora que vou botar fora? Eu tirei xerox e mandei lá. E por causa dessa carta a minha parte ta liberada, eu *fiquei* inscrita!”. Como beneficiária de políticas sociais – que incluíam ainda o Programa Bolsa Família (PBF) – Dona Hilda precisou obter o Número de Inscrição Social (NIS) para que o governo pudesse coletar informações socioeconômicas de sua situação familiar por meio de um dispositivo chamado “Cadastro Único”⁴⁶.

Ao longo da década de 2000, a estabilidade econômica, a expansão de programas sociais e de políticas de consumo internas fez aumentar a renda das famílias de baixa renda, instilando a mobilidade econômica ascendente de milhões de brasileiros. Entre políticos, economistas, sociólogos, marqueteiros e na grande mídia, essas transformações foram cristalizadas na linguagem de uma “nova classe média” em expansão. Neste capítulo, estou interessado em explorar os dispositivos econômicos, científicos e calculativos que estabeleceram essa gramática moral como legítima e hegemônica na interpretação desse “Novo Brasil”. Especificamente, problematizo a emergência, ascensão e evanescência do economista Marcelo Neri e do sociólogo Jessé Souza como personagens públicos, centrais a esse debate. Ao tematizar a invenção de estatísticas – e de sua crítica – a etnografia permite justapor escalas variáveis de tempo, de espaço e de poder (Tsing, 2005) para compreender como alinhamentos de classe média foram performados, simultaneamente, como figuras de integração e dissidência.

Uma das questões a serem exploradas neste capítulo é a produção de ajustes entre doutrinas econômicas e políticas econômicas – ou, se quisermos, entre ciência e governo. Como veremos, Neri é parte de uma autoproclamada categoria de economistas “sociais” que, crescentemente, passaram a ocupar posições estratégicas no planejamento, avaliação e prognóstico de políticas públicas de caráter social. Callon (1998, p. 2) já demonstrou que a ciência econômica “performa, modula e formata a economia, ao invés de observar como ela

⁴⁶ No Brasil contemporâneo, a sucessão de políticas públicas visando capturar determinadas populações-alvo pode ser narrada através da evolução das tecnologias empregadas na sua classificação. Ao permitir captar sentidos de mobilidade – seja ela espacial, social, econômica ou mesmo íntima –, esses instrumentos revelam nuances sobre o desenho de políticas, o alcance do Estado e o desbravar de novos mercados. Segundo a página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, “permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população”. Ele contém informações como características domiciliares, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acessado em 09.03.2016.

funciona” (Callon, 1994; Latour, 1987). Aqui, estou particularmente interessado nos procedimentos de experimentação empregados no desenho de políticas públicas. Muniesa e Callon (2008, p. 163) argumentaram que “to experiment is to attempt to solve a problem by organizing trials that lead to outcomes that are assessed and taken as starting points for further actions”. Experimentos performam, por conseguinte, os objetos econômicos que pretendem descrever; seu valor está nos efeitos que são capazes de provocar.

Mais que procedimentos de tentativa e erro, este capítulo resgata a importância das pessoas atrás dos números. Por meio da microeconomia, de tecnologias estatísticas e de bases de dados ambíguas, analiso a circulação e produção de economistas sociais brasileiros como nódulos locais de teorias econômicas globais. Sugiro que sua persuasão está atrelada à experimentação política dos números e à sua capacidade de conectá-los a teorias e redes acadêmicas globais de legitimidade. Ao mergulhar no jogo microeconômico de conceitos e sua aparente arbitrariedade, questiono o impacto variável, no tempo e no espaço, desses economistas na formação de políticas de Estado. Quais as consequências da introdução de economistas no planejamento tecnocrático de políticas públicas? Até onde se estende sua influência? Como, enfim, convencem sociólogos, jornalistas, planejadores urbanos e elaboradores de políticas públicas?

Ao focar nas trajetórias dos personagens que tornaram as teorias fluxos vívidos de conhecimento e poder, situando-os como nódulos nacionais de disputas globais, procuro compreender a materialidade e porosidade dessa gramática de “classe média”. Acompanhando seus desdobramentos na formatação de políticas públicas, demonstro como a circulação desses personagens e seus atravessamentos entre ciência e política colocaram em marcha uma filosofia de governo dirigida para uma emergente “classe média”. Convertida em linguagem de governo por meio de políticos e jornalistas, a gramática da “nova classe média” buscou reconfigurar os alvos de intervenção do Estado brasileiro em nome de um “novo social” (Rose, 2008). Trazendo para o diálogo a crítica sociológica, aponto para as moralidades, contradições e limites entre Estado e mercado, produção e consumo, que subjazem a esse dispositivo de classificação que buscou colocar o país na rota de uma geopolítica internacional do conhecimento.

1.1 – NÓDULOS GLOBAIS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

1.1.1 O Jovem Economista Virtuoso

“O grupo que você chama de comissão era, na verdade, altamente secreto” – confessou-me, aos risos, Francisco Ferreira, economista chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, em seu gabinete em Washington D.C., em abril de 2015. Minutos

antes, ele jogara um libreto sobre a mesa, em que se lia *O Benefício Social Único: uma proposta de reforma da política social no Brasil*, datado de março de 2001. “Não sei se nossos estudos têm impactos na confecção de políticas públicas na América Latina, mas isso aqui eu sei que teve um impacto direto sobre o Bolsa Família” – prosseguiu. O texto para discussão n. 443 fora elaborado sob os auspícios do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) e serviu de modelo para discussão quando um pequeno e seletivo grupo de economistas passou a se reunir em Brasília, aos finais de semana, para discutir a integração dos programas sociais em marcha desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, Ferreira era professor da PUCRJ e preparava-se para regressar ao Banco Mundial, onde atuara previamente como pesquisador por longos anos. “Quando eu e minha esposa voltamos para cá, o banco apoiou, pagou as minhas passagens para eu ir, fazer parte desse grupo. Era até uma questão interessante porque na época, politicamente, ninguém queria que isso fosse associado ao Banco Mundial ou sequer à PUCRJ. Tinha uma certa imagem neoliberal”, confessou.

Com graduação e doutorado pela *London School of Economics*, Ferreira é parte de uma linhagem de economistas sociais brasileiros com larga trajetória de formação em instituições de ensino consagradas internacionalmente. Decidi por entrevistá-lo após tomar contato, meses antes, com uma extensa crônica sobre a trajetória política do economista Ricardo Paes de Barros, publicada na Revista Piauí⁴⁷. Sob o sugestivo título de “O liberal contra a miséria” (Cariello, 2012)⁴⁸, Paes de Barros também participou do grupo de intelectuais mencionado por Ferreira e é apontado pela revista como o arquiteto improvável das políticas sociais da década de 2000.

Ao voltar ao Brasil para dar sequência aos seus estudos sobre desigualdade e pobreza, Paes de Barros seguiu os passos de outro economista que, dez anos antes, adotara estratégia semelhante. Carlos Langoni obteve seu doutorado em 1970 pela Universidade de Chicago, onde foi um dos primeiros estudantes de Theodore Schultz, economista que em 1979 receberia o Prêmio Nobel de Economia. Pioneiro da teoria do capital humano para o entendimento do desenvolvimento econômico, Schultz (1969) sugerira, pela primeira vez, que a educação tornava as pessoas produtivas e que um bom sistema de saúde regularia o investimento em educação e o tornaria apto a produzir. Nos anos 1980, suas contribuições inspirariam trabalhos em desenvolvimento internacional, motivando investimentos em

⁴⁷ Matéria disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-liberal-contra-a-miseria/>. Acessada em 24.01.2016.

⁴⁸ Rafael Cariello, autor da matéria, esforça-se em desenhá-lo como uma caricatura do intelectual burocrata brasileiro. Após um doutorado obtido pela Universidade de Chicago – e com ofertas de emprego em Yale – Paes de Barros regressou ao Brasil para dedicar-se exclusivamente ao serviço público junto ao IPEA.

educação vocacional e técnica por instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

“Eu fiquei impressionadíssimo com as aulas do professor Schultz”, confessou Langoni a Cariello. “Quando chegou a hora de escrever a tese, decidi usar as ideias dele para o Brasil. Ali, eu calculava as taxas de retorno do investimento em educação no país”. Em 1973, Carlos Langoni publicaria “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil”, considerada a obra inaugural no estudo da desigualdade no país e a primeira a adotar modernas tecnologias estatísticas em sua estimação. O economista argumentou que a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro entre 1960 e 1970 fez aumentar a disparidade na distribuição de renda, situando o país entre as nações mais desiguais do mundo. Sua conclusão é de que a educação continuava a ser uma variável crucial na mensuração da transmissão de status e prestígio entre gerações, essencial na determinação da renda individual (1973, p. 209). A contracapa da primeira edição do livro não deixava dúvidas quanto à missão do economista:

Este é o livro que afinal propicia uma visão objetiva do que realmente está acontecendo com a renda dos brasileiros. Partindo de uma exaustiva pesquisa dos dados disponíveis, Carlos Geraldo Langoni, Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago, fornece uma explicação lógica para o aumento das desigualdades observado ao longo da última década, expondo e discutindo soluções para o problema.

Deparei-me com a primeira edição da obra na biblioteca da Universidade de Princeton, em 2015. Se acreditarmos na materialidade dos livros como vetores de uma história sobre a circulação das ideias que carregam, então um rápido exame dos empréstimos aos estudantes nos dará pistas sobre o fluxo internacional dos argumentos de Langoni. Quatro carimbos sinalizavam a retirada do livro entre 1974 e 1977⁴⁹; eu seria a quinta pessoa a retirá-lo – o que aponta para um impacto imediato considerável seguido por décadas de silenciamento. Enquanto me familiarizava com a obra, uma questão se impunha: qual a razão desse esquecimento pós-1977? Que pistas isso nos abriria para compreendermos o contexto em que economistas e ideias convergiam nos primórdios dos estudos sobre a desigualdade brasileira?

O livro que encontrei na biblioteca de Princeton trazia um sublinhado a lápis em uma das referências bibliográficas que Langoni citou à nota de rodapé no primeiro capítulo. Entre os trabalhos que mapeou como “já realizados sobre o assunto”, estava o do economista americano Albert Fishlow (1972). Além de reconhecer que o Brasil transformara-se num país mais desigual, Fishlow sugeria que políticas estatais de arrocho salarial, performadas através de repressão a mobilizações sindicais e instabilidade inflacionária, estavam na sua origem.

⁴⁹ Entre os estudantes, foi possível traçar Richard Salvucci, economista radicado em *Trinity University* cuja obra foca na história política e econômica do México (2013).

Pela primeira vez, o Estado era diretamente chamado ao debate como interventor da desigualdade. Mas, para entendermos as disputas político-ideológicas na origem do sublinhado de lápis sobre o artigo de Fishlow, precisamos voltar no tempo e destrinchar as conexões veladas que o livro de Langoni suscitou e que o tornaram sua emergência, afinal, possível.

O chamado de Langoni por objetividade que localizamos na contracapa de sua obra estava fundamentado em uma geopolítica do conhecimento que não apenas conectava o Brasil a disputas teóricas mais amplas emergentes no seio da academia americana, mas também estavam predicadas em tensões nacionais sobre a produção de dados, sua disponibilidade e *accountability*. Nesse contexto, não se pode descurar que o autor do prefácio à obra é o economista Antonio Delfim Netto, uma das figuras centrais da ditadura militar brasileira durante os anos 1970. Como vimos na introdução, seu adágio mais conhecido – “O bolo precisa crescer para ser distribuído” – passou a encapsular uma filosofia de Estado preocupada com o crescimento econômico e industrial à revelia de equidade social e teve consequências duradouras sobre a teorização de Langoni. O então Ministro da Fazenda Delfim Netto constituía o centro de uma rede científica e política que congregava os economistas mais proeminentes de seu tempo, participando ativamente de reuniões informais e trocas pessoais e profissionais.

Em 1970, Langoni e alguns outros economistas foram convocados pelo ministro para uma conversa sobre a distribuição de renda do Brasil. Segundo Langoni confessou a Cariello, Delfim Netto estava irrequieto com os recentes debates nos EUA que conectavam o aumento das desigualdades ao modelo desenvolvimentista empregado por regimes autoritários na América Latina. O artigo de Albert Fishlow (1972) estava em sua mente. Delfim Netto estava preparado para comissionar qualquer jovem economista com carreira internacional para produzir uma visão alternativa da conjuntura nacional brasileira. Langoni recebeu acesso privilegiado imediato à base de dados do censo populacional de 1970. O ministro assegurou-se que um técnico o assessoraria na performance das mensurações estatísticas com cartões perfurados, localizados em um computador central na PUCRJ – um local estratégico onde esses economistas não apenas se graduaram como encontraram apoio institucional para desenvolver seus projetos de pesquisa e de ensino. Pela primeira vez, os dados seriam “rodados” – termo pelo qual até hoje se referem à confecção de gráficos e tabelas que combinam variáveis.

Sob o regime militar, a produção de estatísticas tornou-se estratégica para o controle de uma imagem nacional e seu deslocamento rumo ao desenvolvimentismo, permanecendo um empreendimento velado e cercado por rumores. Isso traria duradouras consequências

para o modo como as futuras gerações de intelectuais se relacionariam com a própria “realidade” brasileira que lhes caberia analisar. Com as ressalvas que passariam a cercar a produção de estatísticas confiáveis, tornar-se-ia problemático contar com uma lupa capaz de olhar, incontestemente, para as mudanças na sociedade nacional. De lá para cá, economistas com formação nos melhores centros internacionais cada vez mais se especializariam na vocação de “ler” esses números públicos, fabricando interpretações hegemônicas que seriam convertidas em peças-chave na elaboração de políticas de Estado – sobretudo aquelas visando combater à pobreza.

1.1.2 Linhagens Nacionais

A institucionalização da ciência econômica no Brasil esteve peremptoriamente articulada à produção de bancos de dados e *surveys* sobre o país. Em 1938, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entidade pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão⁵⁰, que assumiu atribuições ligadas às geociências e ao processamento de estatísticas sociais, demográficas e econômicas. Sob os seus auspícios é realizado, desde 1940, a cada dez anos, o censo demográfico, que inclui a contagem de homens, mulheres, idosos e crianças, além de informações ocupacionais e residenciais. Até hoje, como veremos adiante, o IBGE permanece sendo a instituição central na produção e execução de pesquisas nacionais, contribuindo para o municiamento dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal com dados “primários”. Nesse quadro, o nascimento das primeiras escolas econômicas apontava para uma demanda futura por novos profissionais, que aparecia sobretudo no interior de agências governamentais, devido à expansão das atividades de planejamento e intervenção keynesiana do Estado na economia.

As primeiras faculdades de economia surgiram na década de 1940, como resultado das mudanças implantadas no ensino superior naquele período⁵¹. Na década anterior, em 1930, intelectuais como Gilberto Freyre (1933) já haviam discutido a formação de uma nova identidade brasileira alinhada às transformações econômicas e sociais do período⁵². A

⁵⁰ O Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por sua vez, é tributário do Conselho de Desenvolvimento, criado em 1956 e convertido em ministério em 1962, que assumiu as atribuições de coordenação e planejamento da política econômica.

⁵¹ As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela criação das primeiras instituições universitárias, a exemplo da Universidade de São Paulo (1934); pela criação dos primeiros cursos universitários de Ciências Sociais e de Sociologia no ensino secundário; e pela multiplicação das coleções de livros e compêndios de sociologia que tratavam de problemas brasileiros.

⁵² A crise de 1929 trouxera profundos impactos para a economia cafeeira, responsável por mais de 70% do valor gerado pelas exportações brasileiras. Com o golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1930, teve fim a chamada “República Velha”, em que forças políticas republicanas de São Paulo se alternavam com Minas Gerais na presidência do país. A Era Vargas, que se estenderia até 1945, modernizou a economia e ampliou os direitos trabalhistas, costurando um projeto nacional-desenvolvimentista industrializante (Carraro e Fonseca, 2003; Furtado, 2007) que pela primeira vez fez uso de propaganda de Estado com foco na figura carismática de Vargas

disciplina surgiu em pleno processo de “pensar a nação” através de indicadores que apontavam para o crescimento econômico, central ao desenvolvimento. O horizonte consistia, segundo diversos autores, nos níveis e padrões da civilização moderna (Prado Jr., 1968), cristalizadas na aplicação de princípios de racionalidade e rigor científico. O projeto, contudo, não vingou, já que a maioria dos professores vinha de outras áreas, como o Direito e a Engenharia. Foi apenas em meados de 1960, com a Reforma Universitária e a expansão dos cursos de pós-graduação, que a Economia se consolidou no Brasil, nos moldes do sistema americano de ensino (Loureiro e Lima, 1994).

Naquela época, o desenvolvimento econômico constituía a questão-chave que mobilizava disputas tanto nos meios intelectuais quanto políticos, ocupando o lugar outrora dedicado à discussão da identidade nacional. De um lado, estavam adeptos de um liberalismo econômico, que rejeitavam propostas de intervenção do Estado na economia, admitindo apenas medidas corretivas das tendências do mercado e reformas nas áreas monetária e fiscal que buscavam restabelecer as classes médias. Essa corrente bebia nas teorias neoclássicas para pensar o caso dos países subdesenvolvidos ou periféricos. De outro lado, aglutinavam-se grupos denominados nacionalistas, à esquerda do espectro político, que afirmavam a necessidade de uma intervenção estatal para promover a industrialização do país através do planejamento econômico e da proteção das indústrias nacionais.

Ligados a estes, encontravam-se os economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), um órgão das Nações Unidas criado no Chile em 1948 para realizar estudos e elaborar propostas para o desenvolvimento econômico do continente. Estavam vinculados a ela dois dos principais economistas do período, considerados estruturalistas: o argentino Raúl Prebisch (1963; 1973) e o brasileiro Celso Furtado (1961; 1966; 1968; 1982). Esses intelectuais descartavam as hipóteses de que valores culturais poderiam explicar o “atraso” latino-americano. Considerações históricas sobre o processo de desenvolvimento do mercado de trabalho, das relações entre oferta e procura, dos volumes de capital, de ingresso e de crescimento tornavam-se, aqui, variáveis fundamentais no entendimento de por que diferentes países, apesar de coexistirem em relações econômicas multilaterais, possuem ritmos de crescimento diferenciados e apresentam resultados, muitas vezes, opostos⁵³.

para construir empatias com um segmento da população em nome da qual suas estratégias de governo adquiriam sentido: os trabalhadores. Portanto, Freyre escrevia em um contexto de rápidas transformações econômicas, políticas e sociais, que incluíam a passagem de uma sociedade escravocrata à outra, baseada na imigração de mão-de-obra europeia. Sua obra inspirou projetos oficiais de governo onde a mestiçagem era reconhecida como “a verdadeira nacionalidade” brasileira (Schwarcz, 2006).

⁵³ Ambos partiam da premissa de que, se o comércio internacional podia ser explicado em termos de seu desenvolvimento histórico, este não era, necessariamente, uma consequência de vantagens comparativas. Ao contrário, o contexto internacional marcado por hierarquias de produção – tais como matérias-primas, manufaturas, produtos industrializados, bens tecnológicos e de serviço – e pela expansão de empresas globais teria influenciado fortemente tanto a industrialização quanto a expansão do mercado de consumo brasileiro.

Loureiro e Lima (1994) argumentaram que os economistas da CEPAL, tidos como nacionalistas, se opunham, no Brasil, aos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, identificados como grupos à direita do espectro político, ligados a empresas estrangeiras e adeptos teóricos do “monetarismo ortodoxo”, valorizando fortemente a modelização matemática. Segundo esses autores, este seria o polo mais internacionalizado das ciências econômicas no Brasil, bastando para isso observar que mais de 80% de seus professores se doutoraram nos EUA, com intensa participação na rede científica internacional (congressos, revistas científicas), incluindo-se organismos internacionais, como o Banco Mundial e a ONU. Essa corrente valorizaria o papel do mercado no sistema econômico, com muitos desses intelectuais estabelecendo, de fato, laços estreitos com empresas privadas, bancos em particular, onde trabalhariam como consultores.

A CEPAL exerceu papel importante na formação do pensamento econômico brasileiro e latino-americano até pelo menos a década de 1960. Nos anos 1950, por exemplo, Celso Furtado presidiu um estudo sobre a economia brasileira que prognosticaria a urgência do avanço na industrialização de base (siderúrgica, energética e petroquímica) e da política de substituição de importações, diretrizes que nortearam o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A pedido desse mesmo presidente, criou em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, em 1962, foi nomeado o primeiro Ministro do Planejamento no governo de João Goulart.

Ao “denunciar” o desenvolvimentismo como lógica imposta de fora, esses intelectuais inauguraram uma nova fase no pensamento econômico, pregando a intervenção ativa do Estado na economia. A expansão econômica, mensurável objetivamente pelo crescimento do PIB e da criação de novas ocupações ajustadas às transformações em curso, fez proliferar os chamados *think tanks* – nome pelo qual ficaram conhecidas as organizações que performam pesquisas e traçam linhas de intervenção política, militar, econômica, tecnologia, cultural e social –, a exemplo do Cebrap⁵⁴ e do ISEB⁵⁵. Em seu conjunto, eles escavaram espaços para a produção de instituições e pensadores engajados com o planejamento público brasileiro e seus efeitos.

Prebisch falou em “deterioração dos termos de intercâmbio” para caracterizar o crescimento desigual da economia, e Furtado concentrou-se no estudo de elementos sócio-políticos (as atitudes e posturas das elites locais) que explicariam a o atraso econômico e a distribuição desigual dos lucros em sistemas híbridos situados nas periferias do sistema-mundo.

⁵⁴ O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) foi fundado em 1969 por um grupo de professores afastados das universidades pelo regime militar e suas publicações, seminários e pesquisas foram marcados por um caráter de resistência política e produção do conhecimento crítico e independente.

⁵⁵ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foi criado em 1955 no Rio de Janeiro e perdeu até o golpe militar de 1964. Vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, ele era destinado ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais. O instituto funcionou como um importante núcleo de discussão sobre o desenvolvimentismo durante o governo Kubitschek.

1.2 – A ENGENHARIA CIENTÍFICA DE UM CONCEITO

1.2.1 Da Microeconometria à Política dos Números Públicos

“Quero recomendar a leitura de um livro do Marcelo Neri, aquele que está ali sentado, conversando, mas não devia conversar. Da leitura do livro dele, ‘A Nova Classe Média’, que é, eu acredito, um dos estudos mais bem feitos a respeito desse processo que estamos vivendo no Brasil”⁵⁶. Estas são palavras da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2012, no Rio de Janeiro, enquanto celebrava a incorporação de 1,5 milhão de beneficiados oriundos de programas sociais estaduais, como o Renda Melhor, e municipais, como o Família Carioca – ambos desenhados pelo economista –, ao Bolsa Família. Como veremos, a notoriedade de seu estudo conduziria o economista rapidamente às instâncias científicas máximas no interior do governo – primeiramente assumindo a presidência do IPEA e, em seguida, tornando-se ministro da SAE –.

A trajetória de Marcelo Neri ilustra distintivamente o percurso de vários economistas com formação acadêmica internacional a operar nos interstícios do governo brasileiro. Após concluir sua graduação em economia pela PUCRJ, Neri realizou seu Ph.D. na Universidade de Princeton, em um dos departamentos mais influentes no que se refere a microeconometria e bem-estar. A tese, defendida em 1996 e orientada por David Card⁵⁷, correlacionou os altos índices de inflação com a baixa regulação do mercado de trabalho durante as décadas de 1980 e 1990, a partir de dados domiciliares agregados. Dessa forma, ele alinhava-se a uma incipiente corrente de economistas autodenominados sociais, na busca por correlações entre variáveis macroeconômicas e seus impactos subjetivos, analisados por meio da microeconometria.

Fundada em 1910 pelo economista polonês Pawel Ciompa, a econometria é um ramo das ciências econômicas que se vale de teoria estatística, matemática e computacional para “descobrir” graus variados de relações entre variáveis empíricas e formalizá-las, por meio de raciocínio dedutivo, em modelos comparáveis. Aqui, entretanto, estou menos interessado em sua existência como subárea da economia. Antes, trato-a como uma forma de reflexão e intervenção que serve para requalificar indivíduos como microdados que estruturam uma realidade cognoscível e governável. A crítica econométrica de governo (Collier, 2011, p. 23), portanto, envolve um método de análise e um tipo de programação do Estado social completamente novo (Foucault, 2008, p. 219). Por meio da microeconometria, conceitos

⁵⁶ Palavras extraídas de reportagem do Jornal Valor Econômico de 20 de maio de 2014 sobre a trajetória política de Marcelo Neri. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531483-renda-dos-mais-pobres-teve-maior-avanco-com-dilma-do-que-sob-lula-diz-neri>. Acessada em 24.01.2016.

⁵⁷ David Card, atualmente professor de Econometria na UC Berkeley, possui renomada trajetória acadêmica e especializou em tópicos como reformas do Estado de bem-estar, imigração, sistemas previdenciários, salário mínimo, desemprego e avaliação de programas sociais.

agregados como “Estado”, “interesse público” e sociedade são transformados em atores calculativos (como firmas, grupos de interesse e cidadãos individuais). Assim, ela permite apontar esferas cruciais de intervenção e reforma, configurando uma nova visibilidade crítica da atividade governamental.

Em outubro de 2014, Marcelo Neri voltou a Princeton como Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos para uma rápida conferência sobre as políticas de Estado voltadas à nova classe média. O evento foi sediado na *Woodrow Wilson School*, um dos mais importantes centros mundiais na área de relações internacionais. A apresentação, carregada de gráficos que traziam as principais tendências futuras quanto à sustentabilidade das transformações sociais e econômicas brasileiras, impressionou Angus Deaton, professor emérito do departamento de economia da mesma universidade e Prêmio Nobel de Economia em 2015. “Foi um argumento bastante convincente”, revelou-me em conversa informal alguns dias depois. Deaton foi um dos orientadores de Neri nos EUA e é mais um nó em uma cadeia globalizada de produção de conhecimento econômico que desemboca na releitura das estatísticas nacionais. Em 1997, com o apoio do Banco Mundial, Deaton publicou *The Analysis of Household Surveys*, considerada uma obra de referência na aplicação da microeconometria à economia do desenvolvimento. No livro, o economista faz uso de cruzamentos de dados e gráficos para explorar os possíveis usos de pesquisas domiciliares na confecção de políticas públicas⁵⁸.

A trajetória de economistas mundiais, como Angus Deaton, revela o grau de proximidade entre teorias econômicas e tecnologias de leitura e produção de números. A evolução no processamento de dados, que tornou possível, num primeiro momento, o cruzamento de variáveis oriundas de pesquisas domiciliares, seria complexificada em tempos recentes pela incorporação de variáveis “subjetivas”, reunidas sob o que o economista e filósofo Amartya Sen – uma das principais influências de Deaton e vencedor do Prêmio Nobel em 1998 – cunhou de *bem-estar*⁵⁹. Talvez mais que a relação entre teorias e dispositivos, impressiona a progressiva penetração de ideias econômicas em esferas políticas nacionais como balizadores da eficácia de políticas públicas. Naquele mesmo evento em 2012 que celebrava a marca de 1,5 milhão de beneficiados pelo Plano Brasil sem Miséria, Dilma

⁵⁸ Outras obras anteriores de Deaton incluem a exploração behaviorista do consumo a partir de modelos econômicos de demanda (Deaton e Muellbauer, 1980; Deaton, 1993). Recentemente, publicou *The Great Escape* (2013), em que se debruça sobre as origens da desigualdade, fazendo uso exaustivo de índices subjetivos, como o Gallup Pool (sobre o qual trataremos adiante), para analisar as condições de saída da pobreza que caracterizam o desenvolvimento de economias emergentes.

⁵⁹ Seu primeiro livro sobre desigualdade, *Poverty and Famines* (1981), argumentava que a fome era resultado não da falta de comida, mas das disparidades embutidas nos seus mecanismos de distribuição. Dono de um dos salários mais bem pagos da academia, na Universidade de Harvard, Sen é mundialmente conhecido por suas contribuições ao Banco Mundial e às Nações Unidas. Em 1990, o economista ajudou a desenvolver o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um importante indicador global que agrega variáveis sociais para escalonar os países e auxiliar no desenho de políticas públicas.

Rousseff disse que as análises desse economista [Amartya Sen] “devem nos orgulhar. Quando [ele] diz que encontramos uma maneira de fazer o crescimento ser amplamente compartilhado pela população, esse indiano sintetiza o que fazemos: estamos compartilhando e isso é o que caracteriza o nosso crescimento”⁶⁰.

A presença de Amartya Sen, alguns dias antes, no Brasil⁶¹, e sua citação pela presidente, permitem entender as transformações profundas no papel que os “intérpretes de números” passaram a ocupar no planejamento e condução direta das políticas de um Estado cada vez mais explicitamente tecnocrático. Conectando os dois extremos estão nódulos e mediações em uma cadeia global de produção de conhecimento em que, desde os governos ditatoriais, economistas estiveram à frente, encarregados de prognosticar, analisar, testar e experimentar teorias aplicadas às realidades econômicas e sociais.

1.2.2 Fabricando a “Classe C”

Em 2010 e 2012, Marcelo Neri foi escolhido como um dos 100 brasileiros mais influentes, segundo pesquisa anual realizada pela Revista Época⁶². Na primeira oportunidade, ele foi comentado pelo economista Fabio Giambiagi – igualmente graduado pela PUCRJ e integrante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do IPEA. Ele escreveu: “Marcelo dedica-se ao sacerdócio de ‘ler’ os números. Por isso, ganhou o direito de frequentar diferentes “igrejas” e ter todo tipo de interlocutores. É uma das poucas pessoas capazes de ser chamadas um dia para discutir com o ex-presidente FHC e no dia seguinte tratar do mesmo assunto com o presidente Lula”⁶³.

Se em 2010 Neri era rotulado “o acadêmico do combate à pobreza”, Renato Meirelles, diretor do Instituto Data Popular o definiria em 2012 como o responsável por colocar o tema da “nova classe média brasileira” no mapa e dar a ela “um rosto humano que as estatísticas escondiam”. E prosseguiu: “estudo o tema da evolução de renda há 11 anos e, desde o início, considerei Neri uma referência”. Como Giambiagi, Meirelles sugeriu uma perenidade intrínseca aos números: “Impressiona sua capacidade de trazer a economia para o cotidiano das pessoas. Ele faz isso de um jeito sempre lúcido e distante das falsas polêmicas que tentam partidarizar o surgimento de uma classe média no Brasil”.

Observando esses depoimentos, mais que a reivindicação de uma controversa relação entre objetividade e subjetividade, chama a atenção o esforço de traçar linhagens intelectuais. O que esses vínculos fabricados em eventos e comentários cotidianos dizem sobre os

⁶⁰ Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-26/dilma-diz-que-brasil-superou-maxima-economica-de-que-bolo-precisa-crescer-antes-de-ser-repartido>. Acessado em 23.06.2015.

⁶¹ Amartya Sen esteve em São Paulo para o evento *Fronteiras do Pensamento*.

⁶² A publicação lista as 100 pessoas que são “capazes de liderar, inspirar ou comover os brasileiros”.

⁶³ Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/clippings/mc2684.pdf>. Acessado em 12.06.2015.

contornos da mobilidade econômica recente? Como a circulação das ideias de Neri permite, afinal, um retorno renovado à sua própria performance como economista? Aqui, considero a circulação de ideias e alianças de pessoas como nódulos de um circuito de trocas mais amplo que conecta agentes diferentemente situados no tempo, espaço e poder e que terminam por consagrar a nova classe média como uma categoria persuasiva de apreensão da mobilidade. De modo a demonstrar como Neri é apontado como articulador dessa rede, precisamos entender quais as possibilidades de apropriação que sua pesquisa e sua retórica inclusiva e metafórica abriram. O que, afinal, tornou o economista tão persuasivo?

Após a conclusão de seu Ph.D. em Princeton, Neri voltou ao país, ajudando a fundar o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como economista chefe da instituição, Neri pôde colocar sua expertise em prática vinculando-se a uma das instituições privadas de ensino, pesquisa e extensão mais influentes na promoção de políticas públicas na América Latina⁶⁴. No IPEA, foi pesquisador por cinco anos, sob a batuta de Ricardo Paes de Barros, com quem trabalhou em parceria, na pasta de políticas sociais. Simultaneamente, desempenhou a docência nos departamentos de economia da UFF e da PUCRJ.

À frente da Fundação Getúlio Vargas, Neri publicou exaustivamente sobre questões relacionadas à expansão do microcrédito, formalização, redução da pobreza e redistribuição de renda (Neri, 2006; 2008b; 2008c; 2009; 2010; 2011), ao longo da década de 2000. Essas obras desembocaram, em 2008, no lançamento de uma pesquisa de grande vulto, intitulada “A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres”⁶⁵. O projeto teria ampla repercussão na grande mídia⁶⁶, seria lançado nos meses seguintes no Palácio do Planalto, e publicado pela editora Saraiva no formato de livro em 2011. A vasta circulação da obra encontrou respaldo no uso de uma linguagem pública, capaz de converter teorias herméticas em cenas cotidianas.

Diferentemente da literatura de pobreza que geralmente não é lida pelos próprios pobres, mas por outros, motivados por altruísmo e sentido de justiça social, a ideia de classe média mexe com todos para além daqueles contidos em suas fronteiras. (...) Ao mirarmos o cidadão comum, por meio de uma linguagem de compreensão mais universal, atingimos a todos: políticos, gestores de políticas e de empresas, formadores de opinião, acadêmicos, etc. (Neri, 2011, p. 20).

⁶⁴ Fundada em 1944, a FGV tinha o propósito de preparar o pessoal qualificado para a administração pública do Brasil (Fischer, 1984). Atualmente, está posicionada no topo da lista da edição 2010 do *Global Go To Think Tanks Rankings*, e é apontada como o Segundo *Think Tank* mais influente em desenvolvimento internacional, políticas públicas e economia doméstica pelo relatório *Think Tanks and Civil Societies Program*, da Universidade da Pensilvânia.

⁶⁵ Como é de praxe com os materiais produzidos sob os auspícios do CPS, o texto, as tabelas e os gráficos ilustrando o cruzamento de variáveis foram disponibilizados ao público primeiramente em um website específico da Fundação e estão disponíveis neste link: <http://www.cps.fgv.br/cps/nem/>. Acessado em 25.01.2016.

⁶⁶ Segundo o levantamento midiático realizado ao longo da pesquisa (ver Gráfico 1, p. 43) o nome de Marcelo Neri aparece associado às matérias de jornal sobre a “nova classe média” desde 2008. De 2008 a 2014, são 470 associações em 2159 matérias de jornal.

Recorrendo a sentenças e situações ordinárias, o economista discutiu novos paradigmas de mensuração econômica e social subjacentes à queda da desigualdade brasileira. Ao longo do livro, ele consagraria um argumento de longo alcance que encontraria seu caminho no interior da maquinaria estatal: o da existência de dois Brasis retratados por meio de uma tensão entre abordagens macro e microeconômicas: “Tem um Brasil das contas nacionais, que governa a maioria das análises econômicas, e há um Brasil que visita as casas das pessoas, que é o das pesquisas domiciliares. Um está descolado do outro”⁶⁷. Neri sugeriu haver um descompasso entre o resultado de indicadores convencionais de avanço da economia – como a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – e a progressiva diminuição da desigualdade de renda brasileira, mensurada por meio do poder de compra das famílias: entre 2003 e 2009, o PIB cresceu a uma “modesta” taxa média anual de 2,88%, enquanto a renda crescia a taxas entre 4,7% e 7% – quase o dobro, portanto.

Para explicar esse descolamento, Neri tomou como referência primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), considerado o instrumento brasileiro mais completo de produção de dados – uma espécie de retrato da sociedade nacional, a partir da qual “debate nossas conquistas e percalços” (2008a, p. 6). Realizado desde 1967, o *survey* integra o Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios, do IBGE, e foi inicialmente concebido com o objetivo de suprir a falta de informações básicas sobre a população durante o período intercensitário, concentrando-se em temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos Censos Demográficos⁶⁸ (IBGE, 1991, p. 7). Implantada em um contexto de grandes transformações socioeconômicas, a PNAD converteu-se no principal sistema de informações que alimentaria, de forma sistemática, a gestão e análise de resultados das políticas públicas (Dedecca, 1998). Atendendo às necessidades das políticas de planejamento e desenvolvimento econômico, ela seria o instrumento central no delineamento de um Estado produzindo instâncias de mediação com sua população, mas também tratando de se alinhar aos incipientes sistemas de pesquisas contínuas internacionais, estimulados por organismos como a United States Agency for International Development (USAID) e o Inter-American Statistical Institute (IASI) (Martine, 2005; Martine et al., 1988).

Apesar de sua importância, ele concluiu que a PNAD não constitui, por si mesmo, uma interpretação dos números que levanta. Para o autor, interessava responder a questões

⁶⁷ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531483-renda-dos-mais-pobres-teve-maior-avanco-com-dilma-do-que-sob-lula-diz-neri>. Acessado em 24.01.2016.

⁶⁸ A PNAD traz informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população (sexo, idade, educação, trabalho e rendimento) e características dos domicílios, além de informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade (cf. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40, acessado em 25.01.2016).

mais sensíveis, como “e aí, melhorou ou piorou a vida dos brasileiros?” (2011, p. 6) – ampliando, assim, o escopo da pesquisa para um entendimento não-técnico das estatísticas. Em última instância, o economista propôs um novo eixo imaginativo do que significa a “realidade” econômica de um país em desenvolvimento como o Brasil. Ao descolar indicadores como PIB e PNAD, Neri sugeriu um novo modelo de mensuração do crescimento brasileiro: já não seria mais o produto interno o indicador de bem-estar da nação, mas o poder de compra (a renda) de seus cidadãos. Neri abria as portas para uma imaginação econômica baseada menos na produtividade nacional e mais nos efeitos redistributivos de políticas públicas. Como veremos adiante, tal abordagem dos números encaixar-se-ia em uma perspectiva desenvolvimentista de Estado em construção e demarcaria uma nova etapa nas relações entre economistas públicos e planejamento de políticas sociais.

Para compreender a dinâmica das mudanças recentes no país, Neri fez uso do conceito de “classes econômicas”⁶⁹, valendo-se da segmentação em cinco estratos proposta pelo “Critério de Classificação Econômica Brasil” (CCEB). Conhecido como Critério Brasil, trata-se de um estimador padronizado da capacidade de consumo dos domicílios brasileiros desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)⁷⁰. A metodologia está atrelada à posse de determinados bens⁷¹ que, compondo uma hierarquia de pontos, informam as fronteiras de classe econômica.

Neri apropriou-se do Critério Brasil não para definir as fronteiras de classe, mas para avaliar o potencial de consumo das famílias divididas em classes de renda através de outra noção estatística: a mediana – uma linha imaginária que divide a população em duas metades iguais. O procedimento do economista consistiu em calcular a faixa de renda que caracteriza o intervalo composto pelos 40% da população acima da mediana e abaixo dos

⁶⁹ O termo é proposital para diferenciar seu uso do de sociólogos. Ainda no primeiro capítulo lemos: “Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se, dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana [sic]” (2011, p. 17).

⁷⁰ A Pesquisa de Orçamentos Familiares é executada pelo IBGE e busca obter informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias pesquisadas, tendo como unidade de coleta os domicílios. Atualiza a cesta básica de consumo e obtém novas estruturas de ponderação para os índices de preços que compõem o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE e de outras instituições.

⁷¹ Se por um lado especialistas concordam em que a presença de bens duráveis atrelada ao grau de escolaridade do chefe de família é uma medida menos flutuante que a renda corrente, por outro o Critério Brasil sofre várias críticas quanto à escolha do tipo de bens que entram na classificação. Em janeiro de 2015, por exemplo, numa tentativa de manter o modelo alinhado com a dinâmica da economia brasileira, novos itens passaram a compor a pontuação, tais como o acesso a certos serviços públicos (água encanada e rua pavimentada), microcomputador, lava-louças, micro-ondas, motocicleta e secadora de roupas, ao passo que outras variáveis, como televisão em cores, rádio e videocassete, foram excluídas por serem consideradas defasadas na demarcação da classe. Outros itens, como o número de banheiros, de automóveis e de empregadas domésticas, permaneceram constantes. Com isso, as mudanças históricas na composição da metodologia terminam por inviabilizar comparações longitudinais, quebrando a série histórica de dados. Sem uma metodologia constante, não seria possível avaliar aumentos ou diminuições nas classes brasileiras.

10% mais ricos em 2004, inflacionando-a para preços de 2008. Neri dispôs as classes econômicas nesse recorte arbitrário inicial que pressupõe uma classe intermediária composta de 40% da população em 2004, equacionando-as segundo cálculos de renda domiciliar per capita advinda sobretudo do trabalho (ver Gráficos 1 e 2). Com isso, ele mostrou os movimentos para cima e para baixo desses segmentos no tempo. Na Figura 2 vemos como a Classe C manteve-se relativamente estável entre 1995 e 2003 – em torno de 32% da população – passando a crescer no ano seguinte e atingindo 50,5% da população em 2009 (35% de aumento). Em números brutos, entre 2003 e 2009, as classes E e D tiveram uma diminuição de mais de 20 milhões de pessoas, contrabalançadas pela passagem de mais de 29 milhões para a classe C e 6,5 milhões para a classe A e B (cf. Neri, 2008a, p. 12).

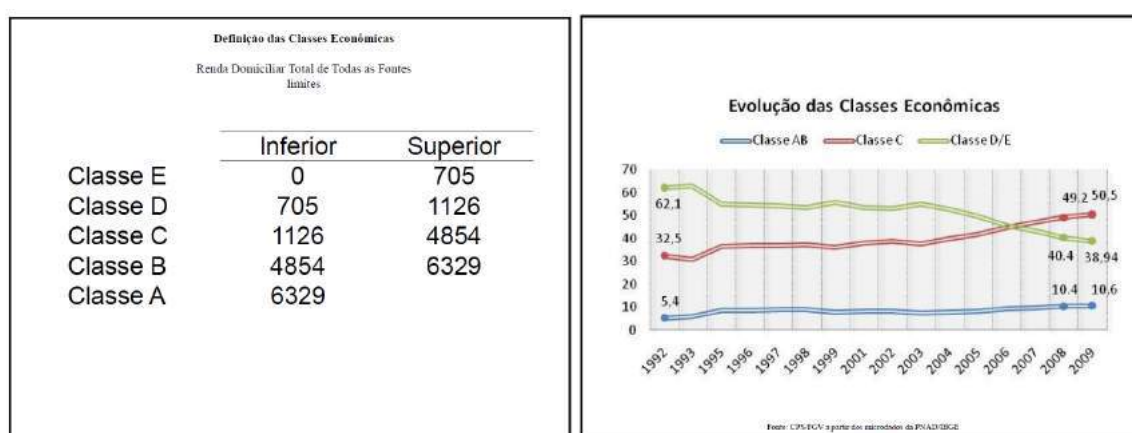


Gráfico 2: Definição das Classes Econômicas, retirado de Neri (2008). Gráfico 3: Evolução das Classes Econômicas, retirado de Neri (2008).

Ao situar a faixa C entre os “remediados” e a “elite”, entre ricos e pobres, Neri a definiu como um espelho persuasivo da sociedade brasileira como um todo (Neri, 2011, p. 14-15). Jogando com metáforas, tropos do senso comum e comparações com países de distribuições de renda distintas, ele sugeriu que uma análise apropriada das atitudes e valores da “Classe C” conduziria a um retrato fidedigno do que o país se tornara nos anos recentes.

Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. Investigamos as migrações entre estes diferentes Brasis. A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. A classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira.

A fim de decompor as expectativas e “faces” da nova classe média, Neri se apoiou na combinação de diferentes *surveys* que ressaltam a importância do trabalho como fator decisivo de ascensão social. “A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo” (Neri, 2011, p. 19). Ao criar dois índices – um de potencial de consumo (incluindo bens duráveis, serviços públicos e moradia) e o outro de produção (incluindo potencial de geração de renda familiar e investimentos em capital físico, social e humano) – Neri sugeriu que o aumento da renda do

trabalho foi o que mais impulsionou o crescimento da nova classe média. “Nos termos da fábula de La Fontaine”, continuou, “o brasileiro está virando menos cigarra e mais formiga” (ib., p. 34).

As flutuações imediatas do mercado de trabalho foram mensuradas pelo economista com o auxílio da Pesquisa Mensal de Empregos (PME), realizada mensalmente pelo IBGE, nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras em 100 mil domicílios. Apesar de seus reconhecidos limites metodológicos (ver Xavier Sobrinho, 2011), Neri argumentou em favor da “fotografia” mensal do desempenho social e econômico nacional. Ao contrário da PNAD, que funciona com uma defasagem de 18 meses, a PME acondiciona um ponto crucial na elaboração de estatísticas modernas: “o aumento de velocidade [como] um requisito necessário para traçar um sistema de acompanhamento e avaliação de metas sociais operativo” (Neri, 2008a, p. 85).

A partir de indicadores como o trabalho, o potencial de consumo e de produção, Neri deslocou a discussão do registro estatístico para o valorativo, embutindo em sua nova classe média “um sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida” (ib., p. 18). Uma vez definidas as faixas arbitrárias de renda, sua especificidade consiste em perguntar-se sobre questões não-econômicas e respondê-las por meio de quantificações e decomposições analíticas. “Em nossa visão, baseada em renda sobre nova classe média, aninhamos expectativas subjetivas das pessoas e seus respectivos estoques de ativos físicos, humanos e sociais” (ib., p. 19). Nesse processo, Neri procede ainda a uma segunda passagem: da Classe C à “nova classe média: “classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por exemplo. Nova Classe Média difere em espírito da expressão *nouveau riche*, que acima de tudo discrimina a origem das pessoas” (ib., p. 18). Sua abordagem articula, então, o instrumental micro-estatístico das bases de dados a uma imagem *sui generis* do brasileiro médio em vias de ascensão: “Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está. Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã” (ib., p. 18). Nesse movimento conceitual das classes econômicas para as classes sociais, Neri destrincha as tendências de renda, escolaridade, religião, sexo, etnia, geração, gênero, e região que caracterizam esse novo estrato intermediário. Esses cruzamentos analíticos serão fundamentais para entendermos, nos próximos capítulos, a sua apropriação na abertura de novos mercados para a base da pirâmide.

1.2.3 Experimentações, estatísticas imperfeitas e a “realidade” sob suspeita

Entre os críticos de Neri, alguns sociólogos apontaram para o caráter inusitado da segmentação de 40% da população em 2004 e o foco na faixa C. Xavier Sobrinho argumentou que o intervalo analisado, de 2004 a 2009, é excessivamente curto para conclusões de maior fôlego, apontando ainda para perdas de acuidade resultantes do uso exclusivo do trabalho como indicador-chave e da cobertura geográfica de seus dados advindos da PME, limitada a seis regiões metropolitanas brasileiras. Sua principal crítica, entretanto, é que a estratificação é arbitrária ao estabelecer como ponto de partida uma quota de 40% para “sua ‘classe média” (2011, p. 79). Mesmo tomando a sério o corte, o sociólogo argumenta que haveria ainda outras áreas para onde focalizar a atenção, como a diminuição no tamanho das classes mais baixas e o aumento das mais ricas – ambos processos mais intensamente acentuados que a expansão do estrato intermediário.

Se tomarmos as asserções do sociólogo como razoáveis, por que então Neri insiste em focalizar sua atenção sobre a formação da “Classe C” a partir de um recorte absoluto de 40% da população em 2004⁷²? Certamente, é preciso adotar algum fator de corte como ponto de partida, e seja qual for o intervalo adotado, haveria uma inequívoca redistribuição de renda a partir de 2004. Mas o que aconteceria se tomássemos a mediana da população em 2006 – ou em qualquer outro ano?

Argumento aqui que a “arbitrariedade” que sociólogos como Xavier Sobrinho e tantos outros imputam a Neri deriva, na verdade, de processos de experimentação e erro que consagram um certo modelo econométrico de raciocínio na produção e performance dos números por economistas autodenominados “sociais”. Quando Langoni realizou seu estudo pioneiro sobre a desigualdade brasileira, uma das questões centrais era investigar o grau de correlação entre educação e renda na variação do Coeficiente de Gini⁷³. Mais do que isso, o economista desenvolveu cenários hipotéticos que associavam outras variáveis – como raça, sexo e idade –, alterando alguns dos dados observados. Como isso, ele era capaz de voltar ao “mundo real” com uma ideia mais concreta acerca do impacto e da significância dos dados em comparação com as mudanças “imaginárias”. Essa modalidade de raciocínio econômico-indutivo que se apoia na manipulação dos dados, conhecida como pensamento contrafactual,

⁷² Paes de Barros e Coutinho (SAE, 2012b) argumentaram que há duas vias possíveis na definição econômica de classe. Enquanto uma noção relativa de classe média não alteraria o seu tamanho – pois seria definida sempre como um intervalo de 50% da população em diferentes momentos históricos – uma noção absoluta de classe parte de uma definição histórica particular para analisar suas variações no tempo – o que a tornaria particularmente apropriada para a leitura das dinâmicas de crescimento econômico e inclusão social com redução de desigualdade, já que mostraria a ampliação da classe média e de seus níveis de bem-estar.

⁷³ Como já visto na introdução, o Coeficiente de Gini passou a valer como a representação hegemônica da desigualdade de renda, já que permitia dispor os valores de cada país em uma escala numérica que favorecia a comparação. Trabalhos como os de Langoni e Paes de Barros tiveram grande importância na divulgação e legitimação de seu uso no Brasil, situando o país numa rede global de dados que, uma vez mensurados sob o mesmo critério, poderiam ser homogeneizados e comparados internacionalmente de modo adequado.

foi também consagrada por Paes de Barros na importação de teorias americanas para o contexto brasileiro:

Eu quero saber se educação é importante? Eu volto nos microdados. Eu tenho a pesquisa da PNAD. Eu quero saber, digamos, qual seria a desigualdade no Brasil se não existissem analfabetos funcionais. Volto na PNAD. ‘Você é analfabeto funcional?’ ‘Sou.’ ‘Hoje vai deixar de ser! Vou te dar cinco anos de estudo.’ Mas aí a sua renda vai mudar. Para quanto? Vamos pegar pessoas que tenham tudo igual a você, idade, sexo, cor, mas com cinco anos a mais de estudo, e vamos achar esse cara na PNAD. Aí você vai ter a renda desse cara. Constrói uma nova PNAD, sem analfabetos funcionais, e diz qual seria o novo Gini⁷⁴.

Em minha conversa com Francisco Ferreira naquela manhã de abril de 2015 em Washington D.C., enquanto mencionava seus mais recentes estudos sobre mobilidade e dinâmicas de distribuição de renda na América Latina, ele também esbarrou na insuficiência dos dados brasileiros: “Nós ainda não temos os dados ideais para fazer isso no Brasil, mas começamos a ter dados melhores, dados que *já davam pra fazer alguma coisa*, principalmente em termos de mobilidade de educação”. Impossibilitado de obter o dado empírico a partir do acompanhamento de uma mesma pessoa ao longo do tempo para fazer as estimativas de mobilidade inter-geracional, Ferreira alegou que a única saída estava em fazer “extrapolações estatísticas com base em cortes”: “os pais dessas pessoas na década de tanto estariam na PNAD de 1976, seriam mais ou menos assim, e tem um método estatístico bem feito pra se fazer isso, mas não é a mesma coisa do que ter os dados”, comentou⁷⁵.

Ao iniciar seu recorte em 2004, Neri logrou chegar em 2008 – ano da publicação de seu estudo – sustentando que a Faixa C atingira a maioria da população – 50,5%. Foi isso que lhe permitiu afirmar que o Brasil superara a crise econômica, ensaiando argumentos que correlacionavam a formalização do mercado de trabalho com a expansão do uso de bens “típicos” de classe média – reunidos sob a alcunha de “ativos produtivos e de consumo” (Neri, 2011, p. 129-142). Sem, contudo, uma definição precisa de classe média – e jogando com variáveis não-econômicas do Critério Brasil, das PNADs e de outros indicadores sociais – ele conseguiu dar corpo estatístico à suposição de que a mobilidade ascendente era ardentemente desejada em um país altamente desigual como o Brasil. Articulando o cruzamento de variáveis arbitrárias ao rigor das estatísticas “rodadas” no âmbito da FGV, Neri abraçou o embaraço conceitual que sempre caracterizou o estudo das classes médias (Wacquant, 1991), deixou que seus números adquirissem vida própria, e configurou a cena sem dela tomar parte – deixando que sociólogos se digladiassem sobre as fronteiras teóricas (em todo o caso arbitrárias) de sua “Classe C”.

⁷⁴ Matéria em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-liberal-contra-a-miseria/>. Acessada em 24.01.2016.

⁷⁵ Estudos recentes sugerem a necessidade de introduzir mudanças na conceituação e estrutura de *surveys* como a PNAD (Martine et al., 1988; 2005), o que traz de volta o problema das comparações históricas e seus limites.

Sem o consenso que apenas a precisão estatística poderia costurar, o significado da “realidade” que esses números pretendiam descrever tornou-se alvo de suspeitas. Traduzidas em uma crítica sociológica, as disputas cristalizaram-se em torno da falta de acuidade das ferramentas metodológicas disponíveis e da falta de rigor no corte (arbitrário) das fronteiras de classe (Xavier Sobrinho, 2011; Souza, 2009; 2010; 2013; 2015; Scalón e Salata, 2012). Como consequência, muitos desses autores deslocaram o debate para uma imaginação não-econômica sobre o conceito de “classe média”, abdicando dos números como condutivos de uma realidade “em si” e tomando parte naquilo que, para Neri e Paes de Barros, era senão uma questão taxonômica secundária: como melhor nomear essa nova “realidade” advinda da mobilidade?

Assim, a passagem da estatística para a sociologia implicou a passagem de uma noção de classe como pura diferença (econômica) para uma de classe como marcador político (simbólico). Com a falta de consenso em torno de números confiáveis, a mobilidade brasileira passou a ser discutida por intelectuais em um registro político, isto é, em que múltiplas interpretações disputaram o significado dessas transformações. Talvez mais importante, elas disputaram os *próprios* instrumentos mais adequados para dar conta de sua mensuração e seus efeitos.

Circunscritos em seu repertório de ação e criatividade pelos limites arquitetônicos das pesquisas nacionais, de um lado, e por alianças nem sempre explícitas com ideologias de Estado, de outro, os economistas dos números públicos no Brasil recorreram a modelos internacionalizados de raciocínio econométrico e análise de dados. Sob o manto das tecnologias estatísticas e de um raciocínio de teste e erro, esses economistas exploraram o espaço político entre a falta de *surveys* nacionais confiáveis e a falta de consenso sobre a “realidade” brasileira e suas transformações. Era preciso “ler” nos números aquilo que não continham como verdade auto-evidente; daí porque, voltando às palavras de Giambiagi, tratava-se de um verdadeiro “sacerdócio”. Parafrazeando Ferreira em uma de suas metáforas, era preciso uma atitude proativa diante dos números públicos, uma espécie de *wishful thinking*: através de sua interpretação e de suas correlações, esses economistas sociais configuraram um horizonte do desejável e do atingível; suas metas estatísticas tornaram-se metas políticas performadas no jogo de métricas imperfeitas que fizeram falar um “novo” Brasil. O pensamento do que pode ser atingido, transvestido em uma linguagem econômica globalizada e atualizada, tornou-se então a extensão de uma filosofia desenvolvimentista de Estado que articulou ciência e governo.

1.3 – DA CIÊNCIA AO GOVERNO

Mas, se “classe média” tornou-se um significante vazio em que tudo e, portanto, nada cabia, qual a especificidade desse debate para um entendimento crítico da economia política do presente? Argumento que, ao apelar para o “meio”, as controvérsias taxonômicas converteram a “classe média” em um espelho governável do Brasil, isto é, um idioma de referência (um conjunto arbitrário de signos combináveis para dizer ou performar) em torno do qual seriam erigidas intervenções de governo que, em nome desta classe, buscariam atingir a sociedade como um “todo”.

1.3.1 As Vozes da “Nova Classe Média”

“No passado, dizia-se que não era possível crescer e distribuir renda. Nós todos, como sociedade, superamos essa consciência. Hoje, dificilmente alguém no Brasil pode defender que o bolo precisa crescer para ser repartido depois”, pronunciou a presidente naquele mesmo evento de abril de 2014 no Rio de Janeiro em que Dilma Rousseff introduzira ao público amplo um dos principais arquitetos das políticas sociais contemporâneas. Nesse meio tempo, o argumento de Neri havia encontrado seu caminho por dentro do governo federal e servira de base para o desenho de um projeto de pesquisa sobre a “nova classe média” no interior da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR).

Com status de ministério, a secretaria foi criada em 2008, durante o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e foi inicialmente coordenada por Mangabeira Unger – filósofo da Universidade de Harvard filiado ao partido do então vice-presidente, José de Alencar (PRB)⁷⁶. Tendo como missão desenvolver políticas públicas de longo prazo voltadas à prosperidade econômica e social do Brasil, a secretaria se inseria na complexa história do repertório de planos de desenvolvimento que caracterizaram o Estado brasileiro desde a década de 1930 e que tiveram novo enfoque com a criação do Ministério do Planejamento, em 1962, e do IPEA, em 1964⁷⁷.

Em 2011, o sociólogo Wellington Moreira Franco (PMDB) assumiu a secretaria, que passou a adquirir maior importância para o planejamento estratégico do governo⁷⁸. Com isso,

⁷⁶ O trânsito político e intelectual de Mangabeira Unger é difuso e problemático de ser traçado com exatidão. Desde a década de 1970, o filósofo político tem publicado suas abstratas ideias sobre liberdade e prosperidade da atividade humana (1998; 2007; 2014). Em 2005, ele escreveu duramente contra o governo petista, em plena crise do Mensalão, sob o título de “Por fim ao governo Lula” [Disponível em <http://toma-mais-uma.blogspot.com/2015/02/roberto-mangabeira-unger-por-fim-ao.html>, acessado em 26.01.2016], em que pedia o impeachment do presidente. Anos após deixar a SAE, ele se repartidarizou ao PMDB e retornou ao governo da presidente Dilma Rousseff, ocupando novamente o cargo de ministro da SAE até setembro de 2015, quando a secretaria foi extinta.

⁷⁷ Ao substituir o Núcleo de Assuntos Estratégicos na atribuição de assessorar o presidente no planejamento nacional, a SAE voltaria a empregar uma sigla já usada durante os anos 1990 para nomear o setor de planejamento estratégico do governo federal.

⁷⁸ Foi nesse período que o IPEA, até então vinculado ao Ministério do Planejamento, foi remanejado para os auspícios da secretaria. Economistas importantes, como Ricardo Paes de Barros, foram convidados para integrar o enxuto quadro do órgão, então composto de 79 funcionários comissionados. Também em 2011, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência (composto de 90

novas agendas de pesquisa passaram a compor a ordem do dia. Em entrevista de 2011 à revista *Desafios do Desenvolvimento* – publicada pelo IPEA – o ministro deixou claro que por trás da criação da SAE estava um esforço de planejamento que visava transformar o Brasil na “quinta economia do mundo”. Em sua opinião, isso “implica mudanças de qualidade”, como investimentos em educação, inovação, empreendedorismo e produtividade.

Hoje há um personagem político novo no cenário político e eleitoral brasileiro. (...) Temos trinta milhões de brasileiros que entraram no sistema e que usam aviões e aeroportos. Há uma demonstração de pujança nisso. Nós queremos preservar esse ativo. Para sermos a quinta economia do mundo, precisamos ter uma classe média sustentando isso. E que seja a ampla maioria do país⁷⁹.

“A ideia é não tentar adivinhar o que essa classe média precisa”, confessou-me em 2014 Diana Coutinho, diretora de projetos da SAE, em uma das várias visitas que realizei à sede em Brasília ao longo da pesquisa de doutorado. “Vamos ver se a gente consegue extrair as preferências e opiniões desse pessoal em termos de serviços que o Estado pode oferecer pra eles”. A disposição para *entender* a nova classe média empurrou os técnicos da SAE para pensar um novo sistema de classificação da estratificação social brasileira. “O governo precisava de uma qualificação, o governo não tinha nenhuma”. Era preciso ir para além de linhas de pobreza e extrema pobreza. Em 2011, Moreira Franco compôs uma agenda de pesquisas amparada na realização de um seminário chamado “Políticas Públicas para a Nova Classe Média” – evento que reuniu especialistas, cientistas sociais e figuras políticas estratégicas do governo.

Diana Coutinho revelou que a celebração da emergência de uma “Classe C” em diferentes veículos de imprensa despertou o interesse do ministro. A criação de vários programas sociais durante os dois mandatos do presidente Lula motivou um balanço sobre o direcionamento das políticas assistencialistas na transição para o governo Dilma. De um lado, havia “os pobres que não eram fáceis de acessar”, os “remanescentes” que não eram abarcados pelas políticas por estarem em áreas isoladas ou por “terem menos informação”. Essa população seria monitorada por um “programa de busca ativa” em que o governo passaria a “correr atrás” – que desembocaria no Plano Brasil sem Miséria⁸⁰. De outro lado, os programas de combate à pobreza que espraíram durante os anos 2000 incitaram um questionamento sobre o seu direcionamento: “quem vai olhar pra esse pessoal agora que ta

membros entre empresários, sindicalistas, intelectuais e representantes da sociedade civil) para discutir políticas públicas e propor medidas para o crescimento do país, foi transferido da Secretaria de Relações Institucionais para a SAE.

⁷⁹ Disponível em: http://ipea.gov.br/desafios/index.php?index_php?option=com_content&view=article&id=2637%3Acatid%3D28&Itemid=23&option=com_content. Acessado em 21.06.2015.

⁸⁰ O Plano Brasil sem Miséria é gerido pelo MDS e foi criado em junho de 2011 visando superar a extrema pobreza no país por meio de um conjunto integrado de medidas, incluindo-se segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mercado de trabalho.

indo pra esse *meio*? Embora não sejam rendas muito altas, essas pessoas já têm uma certa estabilidade, têm outras necessidades”.

Coutinho sugeriu que, diferentemente dos pobres caracterizados pela busca da necessidade, o “pessoal do meio” nutria outros anseios que revelavam “uma capacidade de visão mais prospectiva da vida”. Essa habilidade em planejar o futuro abria um leque de possibilidades de intervenção; “o Brasil precisa de políticas para essas pessoas aqui”, emendou.

Mas qual o objetivo dessas políticas? – perguntei à economista. Sem titubear, ela logo emendou: “Queremos impedir o regresso delas a uma situação pior”; Coutinho seguiu sua narrativa colocando perguntas à si própria. “E como a gente quer fazer isso? Favorecendo o progresso. Não é só segurar aqui, é ir pra frente pra evitar que elas caiam”.

Anos antes, em 2012, eu já havia participado de conversas com técnicos e diretores da subsecretaria de ações estratégicas que se debatiam com a elaboração de políticas públicas para a insipiente nova classe média. “Quando terminou o seminário em agosto de 2011, o Moreira Franco e o Ricardo Paes de Barros saíram meio frustrados”, contou-me Alessandra Ninis, então gerente de projetos da SAE. Coutinho revelou o motivo da frustração: “eram inúmeras as definições possíveis, cada um trazia uma diferente”; era preciso focalizar: “estamos trabalhando com o que? Queremos descobrir o que?”, questionou.

Para o ministro, estava claro que uma política social bem pensada “é uma ferramenta que o Estado coloca à disposição do cidadão para ele aproveitar o ambiente de crescimento econômico”. Seguindo esse raciocínio, não poderia haver política social sem crescimento econômico. Através do planejamento de longo prazo, era preciso deslocar-se das políticas assistenciais, “em que você dá diretamente porque não tem nada, só aquele dinheiro que o Estado dá”, para um “um ambiente de movimentação econômica”, em que “você dá uma ferramenta para que o cidadão aproveite aquele ambiente e vá em busca da sua realização”⁸¹.

“O ministro então teve a ideia de fazer uma comissão”, continuou Alessandra. Uma portaria foi criada com o objetivo de convocar intelectuais de diferentes instituições para compor dois grupos de trabalho: uma comissão técnica e outra de avaliação. O primeiro incluiu técnicos do MDS, do MF, e intelectuais como Marilena Chauí (USP), Eduardo Giannetti (Insper) e Amaury de Souza, que trabalharam entre novembro de 2011 e abril de 2012 no mapeamento de diversas definições de classe média. Estas abarcavam o Critério Brasil, classificações do Banco Mundial, do Asian Development Bank, da Organisation for

⁸¹ Trechos extraídos de http://ipea.gov.br/desafios/index.php?index_php?option=com_content&view=article&id=2637%3Acatid%3D28&Itemid=23&option=com_content. Acessado em 21.06.2015.

Economic Co-operation and Development, e definições sociológicas (Jessé Souza) e econômicas (Marcelo Neri) nacionais.

“A comissão tava gostando muito de tudo”, revelou Coutinho. Era preciso definir um critério que, em suas palavras, fosse menos “arbitrário”. O estudo das possibilidades poderia incluir, por exemplo, o uso de múltiplas variáveis, ou o de apenas uma – renda –, ou ainda renda e outra variável que se relacionasse monotonicamente a ela. Era possível ainda usar um critério para definir o limite inferior e outro para definir o superior. Segundo a economista, duas técnicas prevaleceram. De um lado, havia o exercício matemático da polarização, em que uma população é dividida em grupos de modo a maximizar as semelhanças internas e diferenças externas no que se refere à renda. “Essa definição era legal porque não tinha arbitrariedade; matematicamente só existe uma solução”, completou Coutinho. Por outro lado, muitos intelectuais desejavam algo para além de simples renda. Um consenso desenvolveu-se a partir das pesquisas do Banco Mundial, que calculava o grau de vulnerabilidade de uma população – isto é, nas palavras de Coutinho, “a chance de você ter uma piora na sua renda”. Sua mensuração seria, segundo Paes de Barros e Coutinho (SAE, 2012a), um critério adequado “pela relação que guarda com a possibilidade de visão prospectiva e capacidade de planejamento. (...) Ao perceberem sua ascensão como duradoura, as famílias trocam estratégias de sobrevivência por atitudes e visões de longo prazo, voltadas a garantir seu contínuo progresso econômico”. Na prática, isso implicava uma definição clara da linha de pobreza, incorporada do Programa Bolsa Família.

A solução final foi uma combinação desses dois critérios, de modo que, para cada ponto na distribuição de renda, haveria uma probabilidade matemática associada ao retorno à pobreza (vide Tabela 1 abaixo). Aplicada à polarização em três grupos, o estrato intermediário seria aquele com chances de cair abaixo da linha de pobreza entre um período de um a cinco anos (ver Tabela 1 abaixo). O critério foi apresentado, em seguida, à comissão de avaliação, que deliberou e referendou sobre a solidez conceitual da proposta. Esta era composta por técnicos e intelectuais do IPEA, MDS, MF, IBGE, FGV, IPC (International Center for Inclusive Growth e do Instituto Data Popular (Renato Meirelles). “Não foi encomenda da presidência”, apressou-se Alessandra em acrescentar, naquela primeira conversa em 2012. “A iniciativa partiu da própria SAE. É nossa definição para nossas políticas públicas”. Coutinho salientou que alguns órgãos governamentais passaram a usar o critério no desenho de suas próprias políticas.

Tabela 1: Novo Critério de Estratificação Social da SAE-PR

	Faixas de Renda per capita familiar (em 2012)	Renda Familiar Média (para família de 4 membros)	Vulnerabilidade (probab. de voltar à pobreza)	% da população
Extremamente pobre	Até R\$ 81 (US\$ 34)	Até R\$ 324 (meio SM)	N.A.	5%
Pobre	R\$ 82 – 161 (US\$ 67)	R\$ 324 – 644 (1 SM)	N.A.	10%
Vulnerável	R\$ 162 – 291 (US\$ 121,25)	R\$ 644 – 1164 (1,8 SM)	N.A.	19%
(Nova) Classe Média Baixa	R\$ 292 – 441 (US\$ 184)	R\$ 1164 – 1764 (2,8 SM)	Até um ano	17%
(Nova) Classe Média Média	R\$ 442 – 641 (US\$ 267)	R\$ 1764 – 2564 (4,1 SM)	De um a cinco anos	17%
(Nova) Classe Média Alta	R\$ 642 – 1019 (US\$ 425)	R\$ 2564 – 4076 (6,5 SM)	Mais de cinco anos	15%
Baixa Classe Alta	R\$ 1020 – 2480 (US\$ 1033)	R\$ 4076 – 9920 (16 SM)	N.A.	13%
Alta Classe Alta	Acima de R\$ 2480	Acima de R\$ 9920	N.A.	4%

Esquemáticação: autor

Como, porém, definir nominalmente esse grupo intermediário de renda ainda em formação? O lançamento do novo critério de classificação da estratificação brasileira foi publicado em um caderno lançado pela SAE após a conclusão dos trabalhos das comissões. Nele, Paes de Barros e Coutinho explicam que, por mais inadequado que fosse o uso do termo “classe” – dada a significativa heterogeneidade interna e o fato de que não haveria “consciência” mútua entre seus membros acerca de suas similitudes (SAE, 2012b, p. 11) – a secretaria insistiria em adotá-lo. A justificativa não poderia ser menos arbitrária: “Fazemos esse uso sem buscar qualquer justificativa conceitual e empírica e, portanto, apenas como uma forma de facilitar a comunicação, usando um termo já em uso” (ibidem). E concluem: “conceito de classe média é apenas um instrumento analítico capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o grupo no meio da pirâmide social”.

Os dias que se seguiram ao anúncio do novo critério de classificação da SAE foram marcados pela incredulidade de muitos setores da sociedade quanto aos módicos limites da “nova classe média” brasileira. Para Paes de Barros e Coutinho, um dos problemas da PNAD era que, sendo autoreferida, haveria uma “tendência da população a subdeclarar sua renda” (SAE, 2012b, p. 58), o que puxaria as fronteiras desses estratos para baixo⁸². Outro

⁸² Nesse contexto, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) forneceria instrumentos mais exatos de análise, com limites levemente acima dos estipulados a partir da PNAD, isto é, entre R\$ 458 e 1661 per capita. Nesse caso, entretanto, o inconveniente residia no fato de que a POF é executada apenas a cada cinco anos, prejudicando comparações longitudinais. Como consequência, a falta de estatísticas adequadas obrigaria a permanecer com a

argumento frequentemente invocado tanto Paes de Barros quanto por Marcelo Neri está em apelar para uma comparação internacional sobre classes médias. Isso revelaria que mais da metade da população mundial (54%) vive em famílias com renda per capita inferior a R\$ 291 por mês (limite inferior previsto pela SAE em 2012), e apenas 18% da população viveria em famílias com renda per capita acima de R\$ 1019 por mês (limite superior previsto pela SAE em 2012). Os limites de renda da classe média brasileira perderiam apenas para os de países desenvolvidos, como é o caso dos EUA. Mesmo aqui, “94% das pessoas do mundo são mais pobres que o americano mediano, que 18% dos indianos e que 62% dos brasileiros. Nossa classe média é uma boa fotografia global” (Neri, 2011, p. 109). “Um dia essa faixa vai ser recalculada”, emendou Coutinho em nossa conversa. “Porque daí é uma coisa um pouco relativa, que nem altura, o que é uma pessoa alta, média? (...) Agora, se você ficar mudando todo ano você não consegue perceber direito esses movimentos de ascensão”, concluiu⁸³.

Municiada com o novo sistema de classificação, a SAE buscou parcerias em diversos órgãos de pesquisa nacionais e debruçou-se sobre 27 pesquisas já existentes para testá-lo e compará-lo. Confeccionadas entre 2009 e 2012, essas pesquisas têm abrangência nacional, tratando da opinião das diversas classes de renda brasileira sobre 22 temas públicos de relevância para o bem-estar individual e para o desenvolvimento do país. Elas incluem fontes de dados do IBGE, como as PNADs e as POFs, mas também pesquisas realizadas pelo IPEA, pela CNI e pelo instituto de pesquisas de mercado Data Popular⁸⁴.

“Nós queríamos ver como o gosto das pessoas mudou; como que as pessoas nessa faixa mudaram e quantas pessoas entraram”, seguiu Coutinho. Entretanto, os projetos de pesquisa de larga escala são interrompidos pela falta de financiamento. “A SAE tem um orçamento pequeno e insuficiente. A gente consegue algumas contratações por editais nas situações que a lei 8666 prevê, mas se reduz a isso”. Alessandra, em 2012, já sustentara que, analisadas em seu conjunto segundo o novo critério, as pesquisas permitiriam “entender” e “ouvir” os anseios da nova classe média. Tal postura contrastaria com o modo como seriam elaboradas políticas voltadas aos pobres – estes “tutorizados pelo Estado, incapazes de pensar

baixa fidedignidade das rendas autodeclaradas da PNAD, diminuindo os limites mínimo e máximo absolutos da classe média brasileira.

⁸³ Paes de Barros e Coutinho (SAE, 2012b) deixam claro que as faixas de renda da classe média devem ser corrigidas através da inflação, aferida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), executado mensalmente pelo IBGE. Assim, o fato de que nos anos 2000 o salário mínimo cresceu mais que a inflação aponta para a incorporação mecânica de trabalhadores assalariados à nova classe média e para a importância do trabalho formal para o governo.

⁸⁴ Segundo Coutinho, o Data Popular foi o único instituto privado de pesquisas de mercado a participar da comissão de avaliação do novo critério. Além disso, três de suas pesquisas foram cedidas à SAE e incorporadas ao seu acervo de dados. Coutinho ressalta que tudo se desenvolveu no âmbito de uma cooperação voluntária do instituto e de seu diretor, o publicitário Renato Meirelles. Com a apresentação do novo critério, o Data Popular teria passado a empregá-lo em suas próprias pesquisas. Finalmente, o Data Popular seria um colaborador permanente do projeto “Vozes da Classe Média”, participando da comissão editorial e escrevendo uma coluna de opinião em cada volume.

sobre si próprios, onde a política já vem pronta”. Ao juntar as pesquisas qualitativas, fracionadas pela renda, com os estudos de opinião de institutos de pesquisa como o Data Popular, seria possível, segundo Coutinho, “capturar as vozes dessa classe média”.

Os estudos desenvolvidos pela SAE resultaram na confecção de cadernos bimestrais integrados a um projeto que recebeu o nome de “Vozes da Classe Média”, com auxílios financeiros e logísticos da CEF e do PNUD. As primeiras duas edições foram dedicadas à decomposição e aplicação exaustiva do novo critério de classificação – testando seus limites e potencialidades por meio de simulações econométricas e exercícios contrafactuais que remetem, invariavelmente, à pena do economista Ricardo Paes de Barros, então subsecretário e conselheiro pessoal de Moreira Franco. Segundo formulações já presentes em Neri (2008a; 2011a) e nos discursos políticos do ministro, a introdução do segundo caderno concluiu que, “cada vez mais, a classe média vem se tornando um retrato do Brasil e, dessa forma, um ambiente ideal tanto para o aprimoramento do respeito à diversidade, como para o aproveitamento dessa diversidade como um ativo cultural, social e também econômico” (2012b, p. 8). Para a diretora de projetos da SAE, Diana Coutinho, os cadernos temáticos foram o resultado de aproximações editoriais com diferentes órgãos do governo federal. No terceiro caderno, sobre empreendedorismo⁸⁵, trabalhou-se com o Ministério do Desenvolvimento e Indústria (MDI). No quarto caderno, sobre juventude⁸⁶, contou-se com a colaboração técnica da Secretaria da Juventude.

Em seu conjunto, esses escritos apontam para o crescimento da participação do trabalho formal na composição da renda familiar e sugerem intervenções em três áreas estratégicas: formalização, qualificação e produtividade. No primeiro caso, Coutinho revelou que a ideia era criar ferramentas que permitissem unificar o pagamento dos benefícios ao trabalhador formal – como o abono salarial e o salário família: “Isso é para dar mais incentivo para a permanência no trabalho formal. Ele vai ganhar mais se ela ficar mais tempo no formal. É um incentivo, é um subsídio mesmo”, comentou. No segundo caso, a SAE procurou desenvolver estratégias de qualificação profissional que evitem a alta rotatividade no emprego. A proposta era criar um cupom que desse ao trabalhador 40 horas de curso ao ano, aplicáveis à área que ele e seu empregador escolhessem de comum acordo. “Nós achamos isso: os trabalhadores ainda têm qualificação baixa, e a educação por meio de cursos como o Pronatec⁸⁷ é um investimento com retorno muito demorado”, revelou Coutinho. No

⁸⁵ Segundo Coutinho, tratava-se de cruzar dados para observar a proporção da classe média entre os empreendedores, e as diferenças de oportunidades e necessidades para esse público.

⁸⁶ O caderno sobre juventude tratou da representatividade da juventude na classe média, observando as variações nas opiniões dos jovens de classe média em relação aos jovens de outras classes.

⁸⁷ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo governo federal em 2011 para expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e melhorar a qualidade do ensino médio.

passado, ela prosseguiu, “o governo ia lá e oferecia os cursos que ele achava da cabeça dele, e não o que o mercado realmente quer”.

Na proposta encabeçada pela SAE, o governo deixaria de ter que pensar na “qualificação que o mercado quer, pro próprio mercado demonstrar, *revelar*, qual que é a qualificação necessária”. Um consultor foi comissionado para analisar experiências prévias em outros países, testar o desenho do programa e sua efetividade, cruzando variáveis no intuito de descobrir a relação de complementaridade entre qualificação e rotatividade. Já na área de produtividade, Coutinho argumentou que era preciso avaliar as políticas existentes com impactos diretos ou indiretos sobre o aumento na produção, tais como o Pronaf⁸⁸. Em nossa conversa, fui confrontado com uma bateria de dados comparativos que apontavam para a relativa estagnação do Brasil no cenário global. “O que é isso? É falta de política? (...) Então aí novamente a SAE, antes de sair e pensar numa ideia genial, vamos olhar e tentar ver o que não está dando certo”, Coutinho esclareceu. Ela contou que foi criada uma “estrutura analítica” capaz de apontar com precisão todos os fatores que impactam, positiva ou negativamente, a produtividade. O modelo foi testado pelo que chamou de “espancamento” – isto é, colocado à prova, num primeiro momento, entre os próprios técnicos da secretaria, e posteriormente testado por pesquisadores do IPEA, professores da UnB, especialistas do BID, CDE, do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, e da Cepal. Com a estrutura analítica “de pé”, era chegada hora de distribuir as políticas públicas de acordo com as diversas ações planejadas: “Oh, ali naquele eixo não tem nenhuma política. Tem excesso de políticas de um lado, falta de outro, então nossa ideia com essa estrutura e a distribuição dessas políticas é ajudar a dar foco pra onde tem que corrigir ou complementar”, concluiu.

1.3.2 A Economia Política da Mobilidade

Sob a sigla do planejamento de longo prazo, a SAE hospedou, em diferentes momentos e por vezes simultaneamente, duas figuras centrais na discussão de novos modelos estatísticos de representação da classe média brasileira e de classificação de sua população. Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros foram peças em uma complexa engrenagem que sobrepõe planejamento de Estado, ideologias políticas e ciências aplicadas. Suas trajetórias se alinharam a uma linhagem de economistas que adquiriu crescente influência na concepção e planejamento de políticas públicas nacionais, através da introdução de conceitos advindos da microeconometria, como polarização de renda e bem-

⁸⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece, por exemplo, atividades recursos como financiamento e assistência técnica que teriam efeitos indiretos sobre o aumento da produtividade.

estar social⁸⁹, de um lado, e os estudos de desigualdade, de outro. Sua circulação no governo, alternando momentos de maior e menor proximidade, expôs como ideias e teorias econômicas viajam e penetram os porosos limites do planejamento de médio e longo prazo de políticas públicas, fornecendo pistas para a leitura de seus efeitos no presente.

Marcelo Neri, de modo especial, foi uma figura chave para os desígnios do governo federal, num momento em que suas ideias sobre o desenvolvimento de uma nova classe média – para ele resultado da expansão do mercado de consumo interno e do aumento no número de empregos formais – tomaram forma. Suas filiações institucionais e intelectuais o situavam à direita do espectro político, razão pela qual nunca foi considerado pelo governo petista para integrar o quadro de economistas públicos. Desde 2004, à medida que seu foco de pesquisa voltava-se para políticas públicas, Neri passou a desenvolver estudos estatísticos de desigualdade que foram bem vistos pelo governo petista.

Em outubro de 2008, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva declarou-se otimista quanto aos efeitos da crise estadunidense no Brasil⁹⁰, sugerindo que se ela chegasse, teria o efeito de uma “marolinha”⁹¹. A fim de minorar seus impactos, o governo concentrou-se no estímulo ao mercado interno: reduções sucessivas de impostos na indústria automobilística e de eletrodomésticos tornaram-se realidade cotidiana, e não chegaram a afetar os índices de otimismo da população. Nesse cenário, o livro de Neri garantiu a legitimidade científica de uma conquista simbólica a ser preservada – a ascensão da pobreza de um contingente expressivo de brasileiros – e de uma estratégia de recuperação – a ênfase na criação e estímulo de mercados de baixa renda. Sua autoridade advinha não apenas da trajetória e circulação por ambientes acadêmicos internacionais, mas sobretudo do empiricismo de seus números, confirmados pela imprensa internacional à medida que a “marolinha” provava-se verdadeira⁹².

Neri empenhou-se em explicar a resiliência econômica brasileira no período pós-crise 2008 e para isso fez uso exaustivo de metáforas e exemplos do senso comum. “O Brasil não possui a agilidade dos tigres asiáticos em booms, somos um país-baleia, lentos e com gordura

⁸⁹ Não é por outra razão que Neri insiste, ao longo de seu livro (2011), em dizer que o “binômio dinheiro no bolso e felicidade” (p. 23) seriam os dois indicadores mais fortes de mensuração do desenvolvimento da economia de um país.

⁹⁰ A crise estadunidense eclodiu com o pedido de falência do quarto maior banco de investimentos americano, Lehman Brothers, e está baseada na falência do modelo de hipotecas *subprime*, cujos prenúncios se fizeram sentir já em 2006, após rápida valorização do mercado imobiliário. Esses empréstimos eram concedidos a pessoas de baixa renda, com histórico de inadimplência, sem comprovação de renda. Considerados de alto risco, implicaram na elevação da taxa de juros e no não-recebimento desses títulos de dívidas pelos compradores, o que gerou uma crise de liquidez.

⁹¹ É preciso enfatizar, aqui, a coincidência temporal entre o modelo adotado pelo governo brasileiro para enfrentar a crise internacional e a discussão de Neri sobre a “nova classe média”. Ao escolher incentivar o consumo interno de massa, o governo rejeitava uma perspectiva macroeconômica e liberal da contenção de gastos públicos. Isso traria efeitos deletérios para a redução do crescimento econômico a partir do primeiro governo Dilma Rousseff.

⁹² Um ano após o anúncio da crise Americana, o jornal francês *Le Monde* publicou matéria sugerindo que Lula esteve correto em seu diagnóstico.

para suportar os rigores do inverno econômico”, escreveu (2011, p. 240). Um ano depois o país já estaria recuperado. Parafraseando a expressão consagrada pelo então presidente Lula, Neri argumentou que “a crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira” (ibidem).

Na transição do governo Lula para o governo Dilma Rousseff, o economista passou a participar de avaliações de programas sociais e de reuniões do CDES. Em 2012, assumiu a presidência do IPEA e, março de 2013, com a saída de Moreira Franco para a Secretaria de Aviação Civil (SAC), tornou-se ministro interino da SAE, sendo oficializado no ano seguinte no mesmo cargo. No governo, Neri deu continuidade à agenda de pesquisas sobre classe média e à publicação dos cadernos da SAE, cujo título seria modificado para acomodar o selo do economista: “Cadernos da *Nova Classe Média*”. Em nossa conversa, Coutinho revelou que, ao contrário de Moreira Franco, que “ficava mais na direção e num controle de qualidade do que a gente produzia”, o novo ministro “dava bastante liberdade quanto aos temas de pesquisa”. Neri se envolvia diretamente com a produção dos números, escrevendo artigos em conjunto, desenvolvendo roteiros e, para usar as palavras da economista, “colocando a mão na massa” para trazer novas metodologias à SAE.

À testa do setor de planejamento de políticas públicas do governo federal, Neri seguiu nos desdobramentos de seu argumento, segundo o qual falar de números é falar do Brasil e sua gente (numa espécie de realismo às inversas em relação àquele invocado pela etnografia). “Falo do Brasil *latu sensu* e não de nosso seletto grupo de pesquisadores ou mesmo de leitores de livros” (Neri, 2011, p. 52), escreveu o economista. Para o economista e para o governo federal, esse deveria ser o parâmetro para pensar um novo Brasil em gestação: ao invés de olhar para o crescimento econômico e para o Produto Interno Bruto (PIB), dever-se-ia atentar para a redução da desigualdade expressa por indicadores como o Coeficiente de Gini, em queda desde 2001.

O ponto era ilustrado através de comparações com outros países dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul que, após a crise financeira de 2008, seriam os principais responsáveis por manter a economia global girando⁹³. “O que aprendi nessas viagens como economista social brasileiro”, ele escreveu, “é que o Brasil vai melhor para os brasileiros do que para os economistas, pois as pesquisas que vão à casa das pessoas revelam uma melhora superior a das Contas Nacionais e de seu principal subproduto, o PIB” (ibid., p. 52). E emendou: “O reverso acontece nos demais BRICS”. Segundo o economista, em países como China e Índia o PIB cresceu mais que a renda familiar, mas não foi acompanhado de redução

⁹³ Ao longo de sua circulação por esses países, o economista sugere ter aprendido que o Bolsa Família é a principal tecnologia de governo que “virou produto de exportação *Made in Brazil*” (ibid., p. 52). Mas, acrescenta, as pessoas também querem saber sobre a ascensão da nova classe média brasileira, “mais ao gosto das empresas privadas”, ávidas para vender em tempos de estagnação da economia.

na desigualdade. Sua conclusão é de que “o tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros BRICS depende do tipo de placar”. China e Índia, em particular, tiveram um crescimento macroeconômico superior ao Brasil em todos os anos desde 1992. Entretanto, a renda das pesquisas domiciliares, isto é, a microeconomia, mostrou um crescimento inferior ao PIB em cada um dos BRICS, exceto Brasil. Neste caso, a renda da PNAD teria crescido em média 1,8% acima do PIB, e de modo mais intenso quanto mais próximo à base da pirâmide social: “a taxa de crescimento dos 20% mais ricos no Brasil é inferior à de todos os BRICS, e a dos 20% mais pobres superior a de todos, menos da China” (ibid., p. 23).

Neri opunha-se àqueles que não viam mudanças no país por meio de tabelas, gráficos de desempenho da economia e indicadores que deslocaram o eixo dos números brutos para uma filosofia estatística do bem-estar retratada através de novas tecnologias metodológicas. Assim, por exemplo, o crescimento brasileiro com redução da desigualdade se refletiria no índice de satisfação com a vida, mensurado pelo *Gallup World Poll*. Criado em 2005, ele se baseia em mais de 100 variáveis qualitativas com impacto direto sobre a opinião e a qualidade de vida das pessoas, em mais de 160 países. O indicador tem sido cada vez mais usado por economistas “sociais” em todo o mundo, assim como por pesquisas do Banco Mundial e das Nações Unidas que lidam com desenvolvimento, pobreza e inclusão laboral e social. Segundo seu presidente fundador, o índice serve para capturar “os desejos de cada pessoa nesse planeta”⁹⁴, endereçando a pergunta sobre o que conta como “vontade” ou “liberdade” em um regime democrático.

O que a incorporação do índice internacional de felicidade futura permitiu a Neri dizer? De um lado, argumentou o economista, numa escala de zero a dez a média brasileira foi de 8,78 em 2011 – a maior entre 132 países. Esse dado demonstraria uma “atitude jovem”, uma “satisfação prospectiva de um cidadão do mundo com a vida. (...) O brasileiro, profissão esperança que a vida vai melhorar, independentemente de onde se está, talvez seja o verdadeiro espírito de nossa nova classe média” (Ibid., p. 47). Por outro lado, quando a pergunta se refere ao país, a nota cai dois pontos. “A felicidade geral da nação é menor que a soma das felicidades de cada um. Como cada brasileiro pode dar uma nota tão alta para sua vida e dar uma nota tão baixa para a vida de todos?” (Ibid., p. 44). A explicação do economista é que essa dissonância seria “uma marca tupiniquim, nossa jabuticabeira [sic]” (Ibidem), a refletir uma tendência subjetiva brasileira de atribuir problemas à ordem coletiva, e não individual⁹⁵. Em última instância, isso apontaria para a ausência de uma lógica

⁹⁴ Disponível em: <http://www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx>. Acessado em 23.06.2015.

⁹⁵ Tal qual já acontece com auto-percepções distorcidas sobre racismo (Schwarcz, 2001), em que o racista é o outro, e sobre classe (Visacovsky e Garguin, 2009), em que todos são classe média e ricos são os outros.

empreendedora e meritocrática individualizada, já que os fracassos seriam atribuídos ao público: a desigualdade, a inflação, a informalidade, a violência, a falta de democracia, entre outros (Ibid., p. 41).

Baseando-se nesses indicadores, Neri prognosticou a configuração de novas relações entre mercado e Estado, expectativas sociais e *accountability* público, advindas da ascensão da nova classe média. Esta foi, sem dúvidas, a grande pedra de toque da discussão sobre mobilidade econômica no Brasil contemporâneo, que atravessou os projetos de Neri na FGV/IPEA/SAE, de Paes de Barros no IPEA/SAE e de Francisco Ferreira na PUC/Banco Mundial. Moreira Franco, por exemplo, perguntava-se se o fato de “uns terem conseguido” migrar para o estrato intermediário e outros não era um sintoma de políticas sociais deficientes ou se, ao contrário, revelava fraquezas individuais. “Se é uma deficiência da política social, vamos mudá-la. Se é um problema das pessoas, vamos saber que problema é, para ver como ajudá-las a superar isso”⁹⁶.

“O Brasil vem trilhando o caminho do meio, nem tanto ao Estado nem tanto ao mercado, combinando programas sociais com respeito às regras do mercado, com um governo grande, guloso e generoso, mas sem ímpeto reformista” (Ibid., p. 240), escreveu Neri, no último capítulo de seu livro. Aqui o economista propôs-se a pensar “os elementos centrais da agenda de políticas públicas e ações privadas para a nova classe média” (Ibid., p. 239). Nos anos recentes, sugeriu, “demos os pobres aos mercados (consumidores)” – processo que teria desdobramentos importantes que discutiremos nos próximos capítulos. Seria preciso ir além para “dar o mercado aos pobres”, melhorando o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. “O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados”.

Paes de Barros e Marcelo Neri concordam em que investimentos no mercado de trabalho e sua regulação devem superar eventuais preocupações com consumo. Coutinho, por exemplo, confessou-me que o “foco não é tanto a classe média como consumidor. A classe média tem amplo acesso a crédito, consumo é o que não falta. A gente quer olhar a classe média como trabalhadora empregada, menos empreendedora e mais empregado. São pessoas que querem planejar seu futuro, progredir pelo trabalho”, comentou. Neri, alternativamente, aposta no “microcrédito produtivo popular” como “fundamental para dar vazão aos espíritos empreendedores da baixa renda” (Ibid., p. 261). Entretanto, sugere que este deveria ser acompanhado de investimentos em microsseguros que garantam às conquistas econômicas e sociais sua sustentabilidade: “O microcrédito é uma espécie de trampolim, que idealmente

⁹⁶ Disponível em: http://ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2637%3Acatid%3D28&Itemid=23&option=com_content. Acessado em 23.06.2015.

faz as pessoas superarem a linha de pobreza em época de crescimento, enquanto os microsseguros são as redes de proteção que impedem que as pessoas caiam abaixo dessa linha em época de decadência de renda” (Ibid., p. 241). Sua conclusão é que “há riqueza no meio da pobreza, e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nessa busca” (Ibidem)⁹⁷.

Para Neri e para os agentes da SAE, a focalização nas estratégias de incentivo ao mercado de trabalho implica um conjunto de reformas – trabalhistas, previdenciárias, tributárias, infraestruturais e educacionais – que culminariam no aperfeiçoamento da institucionalidade do Estado. Desembaraçando seus obstáculos regulatórios, ele operaria como um “mediador” na realização de políticas públicas que seriam, então, plenamente efetivadas no mercado. Sem “mercados perfeitos”, seria possível sair do falso dilema entre eficiência (à direita do espectro político) e equidade (à esquerda), já que tais programas sociais alavancariam ganhos de bem-estar e não acarretariam custos fiscais. Neri nos fala de um Estado provedor, mas “amigável” à ação privada, respeitando as regras de mercado e promovendo políticas sociais ativas. Coutinho, na mesma linha, sugere redesenhar essas fronteiras, de modo a acomodar uma nova visão do “pobre como protagonista de sua história e não como um passivo receptor de transferências de dinheiro oficiais e de crédito consignados a benefícios” (Ibid., p. 261). No processo, as metas sociais aperfeiçoariam o funcionamento do setor público, que incorporaria a eficiência dos instrumentos de *accountability* do setor privado em políticas executadas através do mercado.

1.4 – DO BANCO MUNDIAL AO IPEA: OS CAMINHOS DA CONTESTAÇÃO

Em 2012, durante uma conversa com o sociólogo Rafael Guerreiro Osório, então Coordenador de Estudos de Previdência, Assistência Social, Desigualdade e Pobreza do IPEA, fui alertado para as similaridades do projeto “Vozes da Classe Média” com outro, desenvolvido pelo Banco Mundial no fim da década de 1990, chamado *Voices of the Poor* (Narayan et al., 1999). O estudo era parte do Relatório de Desenvolvimento Mundial para os anos de 2000 e 2001, e incluía uma pesquisa de larga escala até então inédita usando métodos participativos que visavam trazer à tona as “vozes dos pobres”. Apesar de críticas quanto à sua metodologia⁹⁸, mais de 60 mil pessoas foram entrevistadas em cerca de 60

⁹⁷ Políticas de Estado, como o Programa Bolsa Família, são vistas como uma espécie de “seguro social capilar e valioso em épocas de turbulência” (Ibid., p. 241) econômica, cuja população é diretamente beneficiada através do ajuste de renda propiciado pelos sucessivos aumentos do salário mínimo nacional. Ao mesmo tempo, seria por conta de uma “economia fechada” e de “ineficiência” estatal – que propiciara menor deslocamento de produtos que em outros países emergentes – que a crise internacional se fez sentir com menor intensidade depois de 2008: “Compramos sem saber um seguro para uma crise não anunciada” (Ibid., p. 240).

⁹⁸ Anne Rademacher, uma das técnicas envolvidas com a confecção do relatório, sugeriu que os *surveys* usados na pesquisa – os Participatory Poverty Assessments (PPAs) – não permitem generalizações do tipo realizadas pelo Banco Mundial por conter informações locais sobre raça, gênero, classe, etnia e história de grupos particulares. O

países para produzir um olhar que transcendesse perspectivas tradicionais focadas em investimentos, gastos públicos, educação e saúde, e que visibilizasse como a vida dessas pessoas era formatada pela fome, falta de poder e de voz na tomada de decisões, isolamento social e desigualdade de gênero.

Mais de dez anos depois de sua publicação, encontrava-me reunido com o economista-chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial, Francisco Ferreira, que me falou de seu mais recente estudo, *Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class* (et al., 2013). “Na verdade, foi uma coisa mais pelo lado da demanda que da oferta [risos]. Havia um interesse por parte dos países e do banco, vem cá, há uma nova classe média?”, ele confessou. As questões que o relatório propunha responder eram similares às da SAE: quais trabalhadores e domicílios foram bem-sucedidos na superação da pobreza? Quais não foram? O que aconteceu com aqueles que deixaram a pobreza para trás? Eles todos foram integrados à classe média? Quais as implicações disso para políticas públicas? (cf. 2013, p. 5). Em suas palavras:

E meio que pra minha surpresa na verdade havia uma grande mudança! Quer dizer, eu achava que essa coisa de nova classe média era meio... ar quente, meio pra imprensa, mas tem um gráfico que até virou infográfico da revista *The Economist*. (...) De repente, a partir de 2002, você tem isso. Isso é impressionante! (...) A sociedade estava se transformando de uma maneira importante. Pra você acreditar nisso você não precisa nem acreditar que 10 dólares ou 4 dólares têm algo de mágico a respeito dessas linhas, não tem. Mas há um movimento, entendeu? Uma transformação.

Ferreira reconheceu que, durante boa parte do tempo, havia uma sobreposição entre três critérios de definição da classe média brasileira: o de Paes de Barros na SAE, o de Marcelo Neri na FGV e o seu, vinculado ao Banco Mundial. Os três economistas chegaram a participar de mesas redondas e painéis sobre o tema. O lançamento do relatório do Banco Mundial no Brasil, entretanto, não gerou grandes repercussões midiáticas se comparado ao impacto que teve em outros países latino-americanos. O motivo, Ferreira é rápido em apontar, era o debate, já em voga, sobre o trabalho de Marcelo Neri; o Banco Mundial havia chegado relativamente tarde no mercado brasileiro de ideias sobre mobilidade.

Para Ferreira, mais que disputas sobre os limites inferiores e superiores da classe média, o que estava em jogo eram as novas fronteiras entre mercado e Estado que a discussão ensejava. “Essa nova classe, que talvez não possa pagar as melhores escolas particulares, não possa pagar o melhor plano de saúde, ela vai na direção de tentar subir aquela mesma coisa, ou ela vai dizer, vem cá, nós precisamos que o Estado produza e sirva serviços de uma qualidade mais condizente ou com os impostos que já existem?”. Na linguagem do economista, estas eram implicações sobre a natureza do contrato social na América Latina. O

relatório teria negado sua especificidade ao tirá-las de contexto para entender a pobreza. De acordo com: <http://www.brettonwoodsproject.org/2000/04/art-15797/>. Acessado em 23.06.2015.

movimento observado nos anos 2000, de um sistema de bem-estar truncado (De Ferranti et al., 2003) à incorporação dos pobres no acesso à cidadania, levantava uma questão já discutida por Santiago Levy (2008), criador do *Progresá* no México: qual o balanço ideal entre o sistema previdenciário-contributivo, e o sistema de assistencial-redistributivo? “Talvez a porta de saída da pobreza tenha menos a ver com classe média que com um debate sobre a integração entre esses dois sistemas”, Ferreira acrescentou.

Alguns dias depois do encontro com Francisco Ferreira, tive a oportunidade de conversar com Aude-Sophie Rodella, economista na unidade de Redução de Pobreza, Gênero e Equidade para a região da América Latina e Caribe do Banco Mundial. Ela explicou como as pesquisas desenvolvidas no Banco Mundial contavam com dados emprestados de institutos nacionais, sem as quais não poderiam ser concretizadas. No caso brasileiro, tratava-se de *surveys* disponibilizados pelo IBGE e, sobretudo, de relatórios analíticos do IPEA. Ao depurar as alianças e circulação de números e ideias por uma geopolítica científica, a economista forneceu pistas para pensar os nódulos globalizados que articulam a elaboração de estatísticas à legitimação de economistas situados em diferentes escalas de tempo, espaço e poder. Ela nos transportou de volta à concretude das disputas locais sobre as políticas dos critérios de classificação social.

Fundado em 1964, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas insere-se numa estrutura governamental voltada para o planejamento brasileiro (Barbosa, 2012). Ele teve forte influência na formulação da política econômica brasileira e participou ativamente da elaboração de programas macroeconômicos como o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-67), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967-76) e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1967-70) (D’Araujo et al., 2005). Vinculado desde 1967 ao Ministério do Planejamento, o IPEA consagrou o modelo desenvolvimentista brasileiro baseado no padrão fordista-keynesiano, com o Estado exercendo papel ativo no sistema público de planejamento, ao mesmo tempo em que criava sua própria estrutura e burocracia (Barbosa, 2012). Desde seu nascimento, o IPEA esteve vinculado às preocupações internacionais de planejamento estratégico e *policymaking*, razão pela qual conservou-se como instituição internacionalizada, contando com a colaboração de pesquisadores estrangeiros (D’Araujo et al., 2005).

De modo particular, a presidência do IPEA sempre foi palco de disputas políticas estratégicas, traduzidas em tensões intelectuais. Em 2007, o economista Marcio Pochmann foi nomeado para a posição após circular por outros cargos políticos como a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, no governo da prefeita Marta Suplicy, em São Paulo. Pós-graduado pela Unicamp e com uma extensa produção

bibliográfica sobre políticas sociais e do trabalho, o economista alinhava-se a uma ala marxista no interior do PT que se mostrou contrária à tese da “nova classe média”⁹⁹. Dois de seus livros recentes (2012; 2014) foram dedicados à contestação do argumento de Neri¹⁰⁰. A partir de uma análise da estrutura de ocupações da população, ele sugeriu que o crescimento econômico com redução da desigualdade não teria implicado uma mudança de classe. Nas suas palavras: “O grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos de classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Trata-se de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo que ganha” (idem, 2012, p. 10). Em 2012, Pochmann, após anunciar sua candidatura à prefeitura de Campinas, foi substituído por Marcelo Neri na presidência do IPEA – que em pouco tempo acumularia o cargo com o de ministro interino da SAE. A troca institucional ocorreu num momento em que a tese da “nova classe média” atingiu seu pico na esfera pública – incentivada pelo crescimento do PIB e pela subida do Brasil ao posto de sexta maior economia mundial em 2011.

“Você tem que imaginar o IPEA como uma grande universidade que abriga pesquisadores autônomos com agendas muito diversificadas”, prognosticou Marcelo Medeiros em conversa por telefone¹⁰¹. Em todas as minhas visitas e conversas que tive a oportunidade de entreter com técnicos e diretores de pesquisa vinculados à instituição, fui informado de que o “espírito universitário” garantia, no fundo, sua autonomia de pensamento. Em entrevista com Sergei Soares – presidente do instituto entre 2014 e 2015 e chefe de gabinete de Marcelo Neri antes disso –, ele desenhou o IPEA a partir de duas vertentes interconectadas: a “pesquisa pura” e as atividades de assessoria no planejamento

⁹⁹ A crítica marxista no interior do PT foi levada a cabo ainda pela filósofa Marilena Chaui nos prefácios dos livros de Pochmann e em artigos publicados em coletâneas de livros como aquela organizada pela Fundação Perseu Abramo (Bartelt, 2013) e outra, organizada por Emir Sader (2013). Nesta, ela escreveu: “Como a tradição autoritária da sociedade brasileira não pode admitir a existência de uma classe trabalhadora que não seja constituída pelos miseráveis deserdados da terra, os pobres desnutridos, analfabetos e incompetentes, imediatamente passou a afirmar que surgiu uma nova classe média, pois isso é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política” (Chaui, 2013, p. 123). Em seus escritos e intervenções públicas, ela se colocou contrária ao que chamou de “medianização” das sociedades como simplificações neoliberais que suprimem políticas sociais universais como ação do Estado (Pochmann, 2014, p. 9). Chaui tornou-se controversa ao afirmar, no evento de lançamento do livro de Emir Sader (2013), que “odeia” a classe média: “A classe média é um atraso de vida. A classe média é a estupidez. É o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista. É uma coisa fora do comum a classe média (...). A classe média é uma abominação política porque ela é fascista. Ela é uma abominação ética porque ela é violenta. E ela é uma abominação cognitiva porque ela é ignorante”. Lula, que assistia à fala da filósofa, exclamou: “Agora, depois de tantos anos de luta, que eu cheguei a ser considerado de classe média, essa mulher avacalha com a classe média! Não é possível! [risos]”. Como mostrei em outra oportunidade (Kopper, 2013), o desabafo da intelectual gerou grande repercussão na mídia, com reações enfurecidas em diferentes veículos de comunicação pela internet.

¹⁰⁰ Além de seus livros críticos, publicados anos após a tese de Neri, Pochmann publicou, como presidente do IPEA, inúmeras notas e estudos em que reconhece o padrão de mudanças da década de 2000, mas rejeita uma discussão sobre “classe média”. Ver, por exemplo, *Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano* (Pochmann, 2008b).

¹⁰¹ Marcelo Medeiros é também professor de sociologia e economia na UnB e escreveu importantes trabalhos sobre mobilidade social, desigualdade e riqueza (ver Medeiros, 2005).

de políticas públicas. “No fundo, as duas linhas são indistinguíveis”, confessou. Quando perguntei sobre estudos de mobilidade social e de classe média, seu tom mudou. “Aqui ninguém trabalha com classe média”. A existência de um órgão público de pesquisas quantitativas da envergadura do IPEA que fosse contrário à tese da “nova classe média” em gestação em outros setores de planejamento do governo federal causou-me perplexidade.

“Eu nunca vi uma definição da nova classe média que não fosse um treco completamente *ad hoc*, né? Tipo, no percentil tal e tal, em torno da mediana. Ou então aquelas definições malucas do tipo, classe média é quem é padeiro, não sei o que. Então eu não *acredito* nisso”, Soares continuou. Quando insisti na questão, trazendo figuras como Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros para o debate, ele desconversou: “São agendas pessoais. As nossas agendas institucionais são definidas pelos diretores que dão graus variados de autonomia para os técnicos”. Re-fraseada como uma questão de crença pessoal, a tese da “nova classe média” não encontrou terreno fértil em um instituto público de pesquisas visto como patrimônio nacional e salvaguarda das estatísticas da realidade brasileira (Barbosa, 2012)¹⁰².

Dois anos após a saída de Marcio Pochmann da presidência do IPEA, com a economia já em recessão e um ambiente político de incertezas e escândalos de corrupção¹⁰³, o otimismo foi substituído por uma linguagem de crise. Meses após as eleições presidenciais de 2014 – e de assumir o planejamento da campanha de Dilma Rousseff à reeleição¹⁰⁴ – Neri pediu exoneração do cargo de ministro da SAE¹⁰⁵, que reempossou o filósofo Mangabeira Unger. Ao mesmo tempo, na circulação de posições políticas associadas à leitura dos números públicos brasileiros, o IPEA conheceria seu novo presidente: o sociólogo Jessé Souza.

1.4.1 O Fantasma da Pobreza

“Me desculpe, mas eu não resisto”, começou a voz grave do sociólogo Roberto Grun, depois de uma tarde de debates calorosos em um Grupo de Trabalho da Anpocs denominado *As Classes Sociais no Brasil Contemporâneo*. “O que eles estão fazendo, quando eles fazem

¹⁰² Em 2014, o IPEA foi alvo de contestações públicas sobre a validade de seus dados. Na primeira situação, foi acusado de reter os dados da PNAD de 2013 durante o período eleitoral, que teriam apontado uma estagnação na redução da miséria. Na segunda situação, houve um erro na divulgação de pesquisa sobre violência doméstica. Já o IBGE divulgou um “erro” de 0,001 para mais no cálculo do Coeficiente de Gini, que teve efeitos sobre o cálculo da desigualdade.

¹⁰³ Após a reeleição de Dilma com baixa margem sobre Aécio Neves (PSDB), o cenário foi marcado por dificuldades de governabilidade, ajustes fiscais (corte de investimentos e reajuste da taxa de juros), escândalos de corrupção na Petrobrás e tentativas de impeachment da presidente.

¹⁰⁴ Conforme matéria do jornal Valor Econômico de 20 de maio de 2015, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/531483-renda-dos-mais-pobres-teve-maior-avanco-com-dilma-do-que-sob-lula-diz-neri>. Acessado em 28.01.2016.

¹⁰⁵ Em entrevista concedida à revista InfoMoney em dezembro de 2015, Neri confessou: “No ano passado houve uma campanha muito dura, com muito calor e pouca luz. Não saí do governo exatamente por causa disso, mas confesso que a campanha não me deixou muita vontade de ficar. No final de novembro, coloquei meu desejo de sair”. Disponível em: <http://www.compasso.com.br/clipping/rc112.pdf>. Acessado em 28.01.2016.

essas pesquisas? Nenhum deles está fazendo sociologia! Mas nem passa pela cabeça deles que eles não estão fazendo sociologia!”. Estávamos em outubro de 2013; cinco anos haviam se passado desde a publicação do livro de Marcelo Neri, e Grun criticava a rápida ascensão pública das ideias do economista. “Eles estão criando fatos públicos. Eles estão performando, são *enunciados performáticos*. As pesquisas deles servem para chamar a atenção para o que eles querem dizer. Eles não dizem o que satisfaz, eles dizem o que eles querem que as classes sejam”.

O Seminário Temático é realizado desde longo período no âmbito da Anpocs e é levado a cabo por Jessé Souza¹⁰⁶. Desde 2009, o sociólogo publicou duas obras de grande vulto na esteira do livro de Neri – *A Ralé Brasileira* (2009) e *Os Batalhadores Brasileiros* (2010) – convertendo-se no maior porta-voz crítico da tese da “nova classe média”. Naquela tarde de outubro, Jessé Souza estava tomado por uma excitação similar aos esportes de combate (Elias e Dunning, 1992) e gaguejava mais que o habitual. “Aqui eu não quero apenas ‘dizer’ a crítica”, ele começou. “Eu quero *enfrentar* o desafio de ‘comprová-la’ com o meio típico do debate científico por excelência que é a competição entre argumentos”. E arrematou, triunfalmente: “Entre nós confunde-se o tempo todo o poder interpretativo dos conceitos com as posições políticas pessoais dos autores que as enunciam com resultados previsivelmente lamentáveis”. Souza esbravejou uma crítica aos intelectuais que, tendo uma ideia, “pretendem realizá-la e torná-la prática no Estado” e sugeriu que, ao contrário, “o debate de ideias científicas é primeira trincheira da luta política e da luta de classes” (2013, p. 8).

Meses depois, ele ocuparia um dos principais cargos de gestão no governo brasileiro. Em entrevistas concedidas logo após sua nomeação, sob o título de *O Brasil não conhece o Brasil, só faz de conta*, o primeiro sociólogo a ocupar a presidência do IPEA apresentou uma nova agenda de pesquisas intitulada *Radiografia do Brasil Moderno: onde estamos e para onde podemos ir*, que buscava “descobrir como capacitar essa classe de trabalhadores que cresceu muito nos últimos anos, para que ela seja capaz de assimilar novas tecnologias e aumentar sua produtividade”¹⁰⁷. Ao sugerir, na mesma entrevista, que 70% da população era pobre, Souza foi questionado sobre a mudança de nomenclatura no interior do governo, que até então sustentava ter o Brasil mais da metade da população na classe média. “O termo não é o principal; é inegável que houve ascensão” – retrucou o sociólogo; e “este grupo é o foco central da capacitação”.

¹⁰⁶ Com graduação em direito e doutorado em sociologia, Souza foi professor da UnB entre 1992 e 2003, da UFJF entre 2005 e 2014, e atualmente está vinculado à UFF, tendo circulado por instituições como o IUPERJ e a USP.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/o-brasil-nao-conhece-brasil-so-faz-de-conta-diz-presidente-do-ipea-15983568>. Acessado em 28.01.2016.

Nos livros em que buscou contestar a tese da “nova classe média”, Jessé Souza criticou as teorias do atraso que remetem o caráter brasileiro às origens históricas coloniais¹⁰⁸. Resultado de pesquisas quali-quantitativas conduzidas em diferentes partes do país, sua obra é dedicada a desenvolver o argumento de que o Brasil teria assistido à emergência de uma “nova classe trabalhadora”, visto que faltaria a essa população o principal atributo que caracterizaria a classe média como tal: o acesso privilegiado ao capital cultural que legitima sua participação no mercado e no Estado. Suas análises foram inspiradas em uma linhagem “weberiana” de classe (Weber, 1999), pontuada por marcadores de status, prestígio e distinção, e têm influência direta do sociólogo francês Pierre Bourdieu, para quem a luta de classes é, essencialmente, uma luta de classificações taxonômicas e uma luta da concorrência pelo monopólio da definição legítima do mundo social (1996b; 1998; 2001; 2005a; 2005b; 2006). Souza foi o principal porta-voz dessa crítica sociológica na interpretação dos dilemas contemporâneos do Brasil e, em todo caso, o único a encontrar seu caminho para dentro das entranhas de planejamento do governo. Para este, o desafio estava agora, como o ministro Mangabeira Unger declarou na posse de Jessé Souza, em superar o modelo de desenvolvimento baseado na popularização do consumo de baixa renda para investir na expansão da estrutura de produtividade e de oferta.

1.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1960, Celso Furtado publicou um livreto chamado *Um Projeto para o Brasil* (1968), em que discutiu resultados e alternativas ao processo brasileiro de industrialização. Nele, o economista da Cepal escreveu que a demanda global restringia o mercado de bens industriais, provocando uma difusão desigual do progresso técnico, da produtividade, e causando a concentração de renda. Furtado sugeriu que a solução para o problema estava na produção em massa de produtos de consumo generalizados, o que transformaria a estrutura da indústria nacional, geraria empregos, ampliaria mercados e difundiria o progresso técnico. Após a redemocratização, a expansão de governos neoliberais na América Latina e a abertura econômica global, as teorias do economista caíram em desuso e suas principais questões permaneceram sem resposta. Ao longo deste período, o Estado e suas lógicas de governo passaram a depender cada vez mais de indicadores econômicos de eficiência, e instituições como o IPEA, compostas de economistas com formação e circulação internacional, tornar-se-iam fulcrais no planejamento de tais diretrizes de intervenção e avaliação.

¹⁰⁸ Sua indisposição recai sobre a literatura histórico-sociológica brasileira que dá grande ênfase à problemática do “atraso” desenvolvimentista, tomando como parâmetros de comparação os paradigmas estruturais, econômicos e sociais que se desenvolveram nos grandes centros (Botelho e Schwarcz, 2009; Ricupero, 2008; Roiz, 2010).

Neste capítulo, atentei para um tipo particular de economistas – auto-referidos “sociais” – que se constituíram em torno de um conjunto específico de questões – a invenção de uma “nova classe média” para caracterizar a mobilidade econômica da década de 2000 – por meio de uma metodologia que lhes é característica – o raciocínio econométrico e contra-factual – atuando no planejamento de um tipo particular de intervenção estatal – as políticas públicas. Tomando como pano de fundo a crescente intervenção desses economistas e de suas organizações na tomada de decisões, avaliação e recomendação de estratégias de governo, foi possível documentar como a elaboração de estatísticas sobre o Brasil dependeu da criação de linhagens nacionais que se tornaram núcleos de um fazer científico e de uma circulação global de técnicas. Elas colocaram em questão um modelo de Estado menos atrelado às técnicas de poder que fazem viver e deixam morrer do que a uma “heterogeneidade espacial e temporal de governo da diferença e dos mercados (Povinelli, 2014).

A relação entre “tecnologias intelectuais” e suas inscrições e calculações políticas e mercadológicas não constitui, a rigor, nenhuma novidade (Miller e Rose, 2008, p. 26-52). Elisabeth Berman, por exemplo, estudou como governos nacionais, ao longo dos anos 1960 e 1970 estimularam o desenvolvimento de uma nova concepção de ciência voltada à formação e aprimoramento de mercados, em que as ciências acadêmicas e, particularmente a economia, se tornaram um produto economicamente valioso (2012). A autora documentou as reformas estatais e políticas que converteram conhecimento científico e novas tecnologias nas bases do crescimento econômico de longo termo. Em pesquisa recente, a mesma antropóloga – refletindo outros estudos (Mehta, 2013; Gormley, 2012) – explorou como, a partir da década de 1970 nos EUA, linguagens e argumentos econômicos passaram a informar a confecção de políticas públicas, nomeadamente aquelas voltadas à redução da pobreza e ao estímulo da educação. Essa “história de economização” (p. 3) carregaria importantes efeitos políticos – ajudando a racionalizar mas também resolver impasses políticos – e levaria à consagração de uma racionalidade econômica no modo de resolver problemas sociais, como a pobreza e a educação.

Tampouco é surpresa, como argumentado ao longo do capítulo, que teorias econômicas não apenas “leem” a realidade, mas no processo ajudam a performá-la por meio de processos de tentativa e erro (Callon, 1998) que ajustam dedutivamente esses modelos econômicos à realidade (Desroisières, 1993; Porter, 1995; Thévenot, 1995). No próprio campo da teoria econômica, autores clássicos já lidaram com a questão da retórica, ou seja, a arte de convencer empregando argumentos econômicos (McCloskey, 1983). Abordagens recentes tentaram capturar a importância da retórica e da hermenêutica no desenvolvimento de uma História do Pensamento Econômico (McCloskey, 1994; Fernandes e Pessali, 2012; Dib, 2003;

Paulani, 2006; Gala e Rego, 1996). Arida (1996), por exemplo, afirmou que “o recurso aos fatos nunca serviu para resolver controvérsias substantivas” (p. 35) e que o “papel metodológico da econometria é um fantástico faz-de-conta. Todos sabem que seu poder de decisão é ultimamente irrelevante, mas fazem de conta que não o sabem”. E prosseguiu:

A história do pensamento econômico nos mostra que as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas sim porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas ideias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si (p. 36).

Quais foram, então, os múltiplos modos pelos quais a epistemologia econômica é constantemente alinhavada, por testes e erros, às situações políticas e econômicas concretas, de modo a funcionar simultaneamente como linguagem que catalisa políticas públicas, inspira ideologias estatais e justifica a abertura de novos mercados?

De 1970 para cá, o tipo de questões e o papel ocupado por economistas certamente mudou. Economistas cada vez mais passaram a definir os termos do debate público de ideias. Carlos Langoni, como vimos, foi um personagem que permitiu ao governo ditatorial contar uma história de desenvolvimento legitimada no campo científico-econômico. Ele consolidou a figura do consultor – uma espécie de conselheiro que, em tempos de crise, era chamado a dar pareceres, mas que, salvo raras exceções, não assumia as consequências de um eventual fracasso. Com o tempo, não apenas o desempenho de um país passou a ser mensurado pela saúde de sua economia, como também teorias econômicas e economistas penetraram diferentes instâncias de governo na elaboração direta de planos e projetos de intervenção¹⁰⁹.

A trajetória de Marcelo Neri provou-se a apoteose desse movimento. Suas teorias dificilmente eram inovadoras, mas se alinharam a uma corrente crescente de estudos internacionais com “preocupações sociais” que passou a olhar com outro viés para a desigualdade, propondo novas medidas de renda e bem-estar capazes de focalizar as transformações protagonizadas pelas classes médias em países emergentes (Stiglitz, 2013; Ravallion, 2010; Fleurbaey e Blanchet, 2013; Piketty, 2014; Piketty e Goldhammer, 2015). Com isso, ele deu corpo estatístico – performatizando e agenciando – a mobilidade econômica da década de 2000. Sua inovadora metáfora – a classe média como o espelho da sociedade – sinalizou um alinhamento a novas perspectivas de mensuração do desenvolvimento que transcendem o PIB e priorizam a resiliência das pessoas em escapar da

¹⁰⁹ Boa parte dos debates eleitorais presidenciais de 2014, por exemplo, centraram-se na discussão de modelos econômicos de desenvolvimento desencadeadas a partir da nomeação de possíveis Ministros da Fazenda; de modo similar, líderes políticos precisaram aprender a falar em linguagem econômica e, pela primeira vez, acusações mútuas foram disferidas não mais contra candidatos, mas contra suas escolhas econômicas e seus marqueteiros de campanha.

pobreza (Hirschman, 1970; Deaton, 1997), ao mesmo tempo em que chamaram a atenção para os novos papéis do Estado nessa configuração.

Ainda assim, a tradução dessas ideias para um ambiente nacional e seu ajuste aos projetos de Estado vigentes fizeram com que o economista experimentasse uma rápida ascensão política – tão rápida quanto a sua queda. Através da trajetória intelectual e política de Marcelo Neri, foi possível mapear as passagens da ciência ao governo que caracterizaram a introdução da ciência econômica e de seus cânones científicos globalizados no planejamento de Estado desde a década de 1960. Este capítulo mostrou como, ao inventar a “nova classe média” como um idioma para referir-se à recente mobilidade brasileira, o economista engendrou uma ideia e abriu espaços para a sua apropriação pelo governo e para a contestação sociológica. Ao fim e ao cabo, sua mobilidade profissional tornou-se a crônica (ou, se quisermos, a metáfora) de suas próprias análises sobre mobilidade; e seu otimismo teórico abriu um espaço para um otimismo de Estado que perdurou até a sua saída do governo e a inauguração de uma linguagem de crise nacional.

Como alguns críticos da tese da “nova classe média” notaram, os processos de transubstanciação ideológica empreendidos por economistas como Neri podem ser definidos como alquimias de números públicos¹¹⁰. Tal qual mágicos e xamãs – apenas para recuperar uma literatura antropológica clássica – os economistas *performam* operações e experimentações nem sempre claras ao seu público, e nisso reside sua habilidade de convencer (Muniesa e Callon, 2007). Retornando de seus estudos no exterior para trabalhar no Brasil, esses economistas vieram equipados com o estado da arte do raciocínio empírico e econométrico que, acoplado à evolução das bases de dados e a capacidade de processamento de variáveis, desembocou numa visão política que pressupunha, nas palavras de Paes de Barros, “atingir o maior nível de satisfação com a menor intervenção governamental possível” e que, para Neri, traduzia-se no equivalente brasileiro do “sonho americano”, sintetizado na trajetória do ex-presidente Lula¹¹¹.

Articulado à importação de ferramentas analíticas, o retorno ao Brasil permitia a eles discutir questões nacionais urgentes, como a educação e as desigualdades, em posições políticas e acadêmicas privilegiadas de poder. Intelectuais como Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros tornaram-se verdadeiros personagens nacionais, como provou o *ranking* de

¹¹⁰ Parte da mídia nacional reagiu ao argumento de Neri e da SAE chamando esses economistas de “alquimistas federais”. Ver, por exemplo: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/a-classe-media-inventada-pelos-alquimistas-federais-continua-a-subir-pelo-elevador-de-servico/>. Acessado em 28.01.2016.

¹¹¹ Neri escreveu: “A popularidade de Lula é tal que ele não é considerado um novo Getúlio, mas Getúlio é visto como o velho Lula. Getúlio era o pai dos pobres, já Lula não é o pai dos pobres, nem mesmo pai dessa nova classe média. Ele é a nova classe média. Ele encarna melhor do que ninguém a possibilidade de ascensão social de cada brasileiro. (...) Lula desperta nos mais pobres a realização do sonho brasileiro, que é similar ao americano ou de outros povos, o de subir na vida” (Neri, 2011, p. 257).

peessoas influentes e as reportagens de jornais e revistas que os descreveram como pessoas ordinárias decidindo os rumos do país, citadas ao longo do capítulo. Nas páginas diárias de jornais, nenhum deles recusou a “fama” que o uso da ideia de “classes médias” pela grande mídia e pelo governo lhes rendeu, e com o qual procuraram descrever as portas que se abriram para a mobilidade brasileira na década de 2000. Para economistas dos anos 1970, como Carlos Langoni, a educação mostrava-se o único caminho para a mobilidade ascendente. O desenvolvimento era atingido por esforços pessoais e a classe média encapsulava as distinções morais de uma sociedade cada vez mais desigual. Para economistas contemporâneos como Marcelo Neri, Francisco Ferreira e Paes de Barros, o desenvolvimento implica a promoção de equidade social, e classe média traduz uma noção renovada do governo da nação, na medida em que constitui o espelho mais acabado de sua população. Assim fazendo, eles ajudaram a cristalizar a figura do Estado democrático brasileiro como o provedor de serviços compreensivos por meio de uma forma particular de intervenção – políticas públicas – sobre uma população específica – as “novas classes médias”, consideradas as causas e os resultados das transformações econômicas recentes.

Talvez a maior ironia dessa gramática moral da “nova classe média” seja que ela depende de um sentido de colaboração de sua população-alvo – ou, nas palavras de Foucault, de um trabalho de substanciação ética dos sujeitos – que nunca se reduz aos escopos imaginados dos interventores públicos. Ela não pode prescindir de vozes como a de Dona Hilda – que está oficialmente incluída no novo critério de classificação proposto por Neri e ratificado pela SAE, mas que em seus trabalhos por cidadania continua a se representar como pobre. Documentos como a carta de Dona Hilda carregam o potencial de iluminar o que mudou e o que permaneceu constante na crônica de um Estado em busca de inclusão econômica e emancipação política de seus cidadãos. Eles constituem materialidades políticas profundamente modelados por afetações pessoais e históricas, ideologias de Estado, expertise econômica globalizada e o desejo por mobilidade pessoal.

Dona Hilda está menos preocupada em forjar um sentido de identificação do que com um desejo de narrar seus *drifting ups and downs* em vida – uma narrativização que privilegia seu valor humano à medida que atravessa escalas de tempo e espaço imprevisíveis para expressar suas aspirações de mobilidade. Narrativas de mobilidade social como as de Dona Hilda – que estamos prestes a conhecer – tornam-se então o quadro discursivo conveniente para retratar uma sociedade em movimento e um Estado errático em busca de intervenções minimalistas e que precisa lidar com os limites, alcances e qualidades de suas próprias políticas de bem-estar social.

2. VESTÍGIOS DE UM “NOVO BRASIL”

Eu conheço a Candeia, já fui na casa da Candeia, nunca tive um caso com a Candeia, juro pra vocês. Mas a Candeia já viajou de avião a essa altura do campeonato mais de seis vezes. Candeia tem cinco cartões de crédito. A Candeia ta fazendo terapia porque ta de saco cheio do marido. E se eu falasse pra vocês, alguém que tem cartão de credito, viaja de avião, faz terapia, pode ser assinante do seu jornal, pode comprar o seu produto? Claro que pode! E quantas vezes se faz comunicação pensando na Candeia? E só de Candeias [empregadas domésticas] eu tenho sete milhões no Brasil! Agora, a Candeia tem alguma cara de quem quer ficar parecida com a patroa? Nenhuma! A patroa é perdulária, joga dinheiro fora. Não entende porque na hora do almoço só come um franguinho com salada podendo comer um prato cheio. A classe C definitivamente não aspira mais ser como a classe A. Só que a classe C movimenta por ano 1,17 trilhão de reais! É tanto dinheiro que se a classe média fosse um país, ela seria o 12º maior país do mundo em população, o 18º maior país do mundo em consumo, ela taria no G20 do consumo mundial. Então nós não tamos mais falando de um nicho de mercado, ou de um nicho de cidadãos, ou de um nicho de consumidores. Nós estamos falando do verdadeiro mercado brasileiro.

Renato Meirelles, sócio-diretor do Instituto Data Popular.

Era tarde da noite de sábado em um inverno gelado de 2014, e a *Kombi* do Codespa estacionava no pátio de uma das maiores lojas de móveis e eletrodomésticos da Zona Norte de Porto Alegre. Cerca de 15 pessoas amontoadas saíram de dentro do veículo e foram conduzidas para o *showroom* do estabelecimento. Já era passado do horário do expediente, mas Marília conseguira negociar a abertura da loja especialmente para que os membros do Codespa pudessem circular pelos corredores e escolherem com calma os móveis e eletrodomésticos para seus novos apartamentos.

Dona Hilda era a consumidora mais empolgada do lugar. Acompanhada de um vendedor “particular” e de um filho – que sempre a seguia nas idas e vindas da mobilização popular pela casa própria – a velha senhora apalpava os produtos, sorria, pausava, tentando relembrar a custo a lista imaginária de bens que havia planejado adquirir.

– Eu não sou rica, se eu fosse rica eu me esbaldava, comprava tudo isso aqui oh! – exclamou, fitando as lentes da minha câmera.

– Dona Hilda, o que mais a senhora precisa – cortou o vendedor.

– Heim?

– Mãe, ele quer saber se a senhora já escolheu o fogão – interrompeu o filho.

– O fogão não pode passar de 600, né – o vendedor fez questão de lembrar.

Marília também insistia em ajudar Dona Hilda.

– Aquele ali é lindão – apontou para um dos vários fogões de quatro bocas, indistinguíveis entre si. – E cabe no orçamento, é 445 reais. Vem aqui e tira uma foto vendo o seu fogãozinho novo, segura aqui pro Moisés ver a senhora.

Dona Hilda não se conteve e caiu em gargalhadas.

– Olha o Moisés ali filmando! – e, fechando a tampa do fogão, emendou – Acho que vai ser esse aqui mesmo. Agora já tenho o fogãozinho e o roupeiro, aquele com a porta pra lá e pra cá [risos]. Agora só falta pra esse guri aqui – apontou novamente para o filho de mais de 60 anos.

– ...1,100, 1780, 1800! Ainda tem gordura para gastar! – o vendedor voltou a fazer as contas, sob o olhar atento de Dona Hilda.

– Faltou o meu quarto – exclamou o filho.

– O teu quarto já ta pronto, já tem a cama de solteiro e o roupeiro de solteiro” – retrucou o vendedor, enquanto Dona Hilda acenava com a cabeça. “Falta a televisão agora” – tentou emendar.

– Televisão eu já tenho”.

– Falta pra mim um... arma...”

– Um armário de cozinha! Vamos pra lá Dona Hilda!” – interrompeu novamente o vendedor.

– ...com a pia. Não! A pia não! A pia eu já tenho!”.

* * *

“Essas pessoas precisam aprender a administrar o dinheiro. Precisam aprender a consumir, e nós estamos aqui para ajudar, entendemos que esse é um projeto social”, começou Ilmo Silva, gerente da loja onde Dona Hilda comprou seus móveis, em conversa pessoal, alguns dias depois. Ao longo dos últimos dois anos, Silva viu vários clientes oriundos do *Programa Minha Casa Minha Vida* chegarem à sua loja. Baseando-se nessas experiências, ele entendia que as pessoas deveriam aprender a ajustar seus desejos e expectativas aos orçamentos domésticos e às condições e limites físicos de suas novas unidades. Em sua perspectiva, os beneficiários da casa própria receberam uma oportunidade única para repensar seus meios de vida através das novas condições deflagradas pela política pública. A compra de objetos seria condutora de uma plasticidade material alinhavada aos

travails das pessoas em construir uma nova vida. Através de inclusão econômica, o *uncanny* transfigurar-se-ia no *homely*; o objetivo último de Bachelard (1958), a casa como topografia do *self* e do íntimo, seria finalmente realizado através da marquetização e configuração de um lar adequado, educando pessoas sobre como viver renovadamente para além da pobreza.

“Nós sempre tivemos interesse em atender a esse público”, Silva continuou. “É claro que alguns planos, como esse [PMCMV] que o governo lançou no mercado trazem um volume maior de vendas”. Ao oferecer diferentes linhas de produtos – com variados padrões de acabamento, cores, formatos e linhas – e dispô-los lado a lado, Silva desencadeava um não-planejado *efeito aspiracional* em seu público. Na elaboração de seu *mix de produtos*, Silva estava preocupado em manter uma linha de baixo custo, que atendia investidores visando construir empreendimentos para o que chamou de “classe popular”. “Eu vejo que há uma preocupação saudável do governo, que é fazer a pessoa querer vislumbrar um produto acima das condições financeiras. Automaticamente depois disso ele vai mobiliar essa casa, ele vai ter um produto condizente com aquele padrão”. Para Silva, era preciso estar atento às novas circunstâncias de consumo propiciadas pela democratização do acesso à bens e tecnologia nessa faixa de renda – a TV não seria mais de tubo, e a máquina de lavar ter-se-ia tornado uma das prioridades no orçamento doméstico.

Seu Ilmo, contudo, não estava sozinho no projeto de educar os pobres a como consumir através de sua inserção em mercados para a baixa renda. Em todo o Brasil, empresas de varejo passaram a se interessar em vender seus produtos e serviços para as “classes populares” brasileiras, as maiores beneficiadas com as recentes políticas de aumento da renda e de mobilidade econômica. Para potencializar sua entrada nesse universo e criar as fronteiras desse mercado, recorreram aos institutos de pesquisa de mercado que, desde 2001, se especializaram na “nova classe média” brasileira. Em 2012, por exemplo, a *Movelsul Brasil* – maior feira de exposição de móveis da América Latina, realizada anualmente na cidade de Bento Gonçalves – passou a usar um serviço de consultoria de mercado com o objetivo de redirecionar seu escopo para esse segmento da população. Segundo Vanessa Machado, coordenadora de marketing com quem conversei em abril de 2014, a pesquisa foi levada a cabo pelo Instituto Data Popular e explorou o comportamento do consumidor brasileiro no que se refere à compra de móveis. “Em 2013, as empresas de móveis populares foram as que mais cresceram no setor, enquanto que as fabricantes de planejados enfrentaram dificuldades para não fechar o ano no vermelho”, completou. A feira que gera volume anual de US\$ 300 milhões em negócios nacionais e internacionais consolidou um modelo de negócios operacionalizado por grandes magazines como as lojas de Seu Ilmo e por consumidores populares que, segundo a pesquisa teria apontado, enfatizam a decoração com tons claros, mobília moderna e móveis pré-moldados.

Para pessoas como Dona Hilda, a aquisição de novos objetos como eletrodomésticos e móveis são experiências significativas que operam como vetores na reconstrução de subjetividades e trajetórias de vida. Na parte três desta tese veremos que novos sentidos de *self* são forjados em consonância com as materialidades políticas associadas ao projeto da casa própria. Neste capítulo, estou interessado em desvendar como essa modalidade de consumo doméstico voltada para o que Seu Ilmo chamou de “classes populares” tornou-se possível ao longo dos anos 2000. Para tanto, problematizo os agenciamentos científicos e mercadológicos que buscaram enredar pessoas como Dona Hilda e a reconstituíram, através de metodologias oriundas das ciências sociais, da publicidade e da propaganda, como consumidora da “base da pirâmide”. Explorarei esses instrumentos como dispositivos de qualificação que operam na definição de contornos simbólicos, morais e econômicos de novos mercados (Çaliskan e Callon, 2009; 2010), questionando suas imagens de alteridade e o modo como são acionadas persuasivamente por institutos de pesquisa e personagens a ele associados para contar uma história: a de um país moderno que, por meio de políticas públicas, democratizou o acesso de bens e serviços a sujeitos até então mantidos às margens da sociedade de consumo. Tornados *experts* na “nova classe média”, na antecipação de suas preferências e no inventário de seus gostos, as trajetórias desses profissionais contam a história da passagem do conhecimento científico para a configuração de um mercado na “base da pirâmide” brasileira.

No capítulo anterior, vimos como a produção moderna de estatísticas por economistas sociais como Marcelo Neri (2011) empregou os números na definição do Brasil contemporâneo como o país de uma “nova classe média” em expansão. Mostrei como sua analítica fez sentido em um contexto pontuado pela execução público-privada de políticas sociais, convertendo mercados em espaços experimentais para a aquisição e o exercício da cidadania, e as “novas classes médias” em sujeitos ativos desse consumo. “Classe C é consumo: carro, computador, TV a cabo, crédito, casa própria”, escreveu o economista, usando os marcadores disponíveis da PNAD (Ibid., p. 167-216). Como vimos, Neri deu pistas importantes para a passagem das estatísticas ao consumo. Aqui, estou interessado em demonstrar como sua abordagem galvanizou o interesse de institutos de pesquisa de mercado, que passaram a valer-se do termo “nova classe média” para desenvolver e ampliar a tese do economista no *design* e na comercialização de bens dirigidos às especificidades de uma audiência emergente de consumo¹¹².

¹¹² Sua ênfase sobre a “percepção dos demandantes” de serviços públicos, instrumentos de crédito e acesso ao consumo, e seu estudo sobre as mudanças associadas a raça, religiosidade, emigração, casamentos, filhos e consumo de drogas no interior de sua nova classe média, abriram espaço para a apropriação dessas questões por institutos de pesquisa de mercado que se constituíram na abertura de mercados para a “base da pirâmide”, no início dos anos 2000.

Por meio de etnografia realizada em três institutos de pesquisa de mercado que emergiram a partir de 2001 com foco no estudo da “nova classe média”, examino as operações de criação de sentido e as negociações das fronteiras (arbitrárias) de um mercado consumidor na “base da pirâmide”. Na reconstituição das materialidades técnicas implícitas no jogo dos números públicos, atravesso agentes, personagens, práticas e racionalidades, escavando as redes, conexões e fissuras que revelam a apropriação da mobilidade econômica pelos institutos de consultoria de ideias no Brasil.

2.1 – A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE PESQUISAS SOBRE A “BASE DA PIRÂMIDE”

No início da década de 2000, o universo da administração corporativa recebeu um de seus impulsos mais duradouros na direção de um reordenamento dos paradigmas que sustentam o planejamento de estratégias de negócios e empresas e, logo, da estruturação dos mercados capitalistas contemporâneos. Economista C. K. Prahalad¹¹³ lançou o conceito de *bottom of the pyramid* (BoP) em dois artigos publicados em 2002 (Prahalad e Hart, 2002; Prahalad e Hammond, 2002; Kramer, 2007), seguido de seu best-seller *The fortune at the bottom of the pyramid: eradicating poverty through profits* (2004). A obra sugeriu, de um modo até então inédito, que era possível erradicar a pobreza através da invenção de novos modelos massificados de mercado. “What are we doing about the poorest people around the world?”, perguntou-se o economista no prefácio do livro em seu tom quase filantrópico, enquanto descrevia como a questão o afligira durante as férias de Natal de 1995. “Why can’t we create inclusive capitalism?”.

A questão não era nova. O problema já havia sido enfrentado por organismos multilaterais, agências internacionais e governos nacionais que, entretanto, fracassaram ao apresentar iniciativas paternalistas para o combate à pobreza. Observando a sociedade como uma pirâmide, ele argumentou, sua *base* figura como o grupo mais pobre, mas também como o mais volumoso, constituindo 80% da população mundial ou cerca de quatro bilhões de pessoas. “Poverty alleviation’ and ‘the poor’ are terms that are loaded with meaning and historical baggage”, prosseguiu Prahalad. “We should commence talking about undeserved consumers and markets. The process must start with respect for Bottom of Pyramid consumers as individuals. The process of co-creation assumes that consumers are equally important joint problemsolvers” (p. xiii). O desafio econômico de Prahalad estava em como atingir esse segmento e despertar seu potencial de consumo, transformando pobres em

¹¹³ Coimbatore Krishnarao Prahalad (1941-2010), de origem indiana, foi por longos anos professor de Estratégia Corporativa na Universidade de Michigan. Sua formação inclui passagens pelo Indian Institute of Management Ahmedabad e pela Harvard Business School, de onde resultou, em 1975, sua tese de doutorado sobre administração multinacional. Seu nome constou entre os dez mais influentes pensadores de administração e estratégia do mundo.

consumidores por meio de interações produtivas chamadas de “co-criação” e convertendo-os no *target* primário de empresas privadas.

Na filosofia do economista, autoestima e empreendedorismo eram valores que deviam guiar o setor privado nessa tarefa. Ao entronizá-los, sua perspectiva alinhava-se às teorias de Neri (2008) que viam na criação de um espírito empreendedor a porta de saída da pobreza. Essas concepções faziam sentido em um universo até então dominado por teorias aspiracionais advindas da propaganda e do marketing: “decision-makers do not often hear the voices of the poor. We tend to make assumptions about how they feel”, ele escreveu. Na prática, esse projeto era conduzido pela inovação – em tecnologia, em modelos de negócios, nos canais de distribuição e em sistemas de pagamento. Isso incluía questões como a criação de serviços e produtos pensados desde sua concepção para circulação em mercados emergentes, a simplificação e o barateamento dos custos de produção local, com menores margens de lucro e grandes volumes de venda, a percepção e o estímulo a novas “necessidades” nesses segmentos e o foco em baixo custo, sustentabilidade e qualidade¹¹⁴. Na prática, essas interfaces entre empreendimentos sociais e a produção de novos consumidores tornava-se tangível na atuação coordenada de governos, entidades civis (como ONGs), parceiros locais e companhias globais – numa espécie de “globalismos localizados de baixo para cima” (Ribeiro, 2010), colocar a imagem da pirâmide social em movimento, convertendo-a em “diamantes sociais”, ou em populações de classe média (Prahalad, 2004, p. 109 e seguintes).

Iniciados ainda no fim da década de 1990, os estudos de Prahalad inseriram-se numa linhagem de economistas, planejadores e *policymakers* que desde a década anterior basearam-se no uso e desenvolvimento de mercados chamados sociais, de microcrédito e de novas modalidades bancárias como estratégias de remoção das famílias da pobreza¹¹⁵. Em *Portfolios of the Poor*, por exemplo, Collins et al. (2009) questionaram as pressuposições convencionais que sugeriam que a saída da pobreza de famílias pobres (com renda de até dois dólares por dia segundo o Banco Mundial) precisava depender de caridade internacional ou de sua incorporação numa economia globalizada. Usando instrumentos de monitoramento dos gastos das famílias, como diários financeiros, esses economistas

¹¹⁴ Repleto de estratégias de inovação e *cases* de sucesso, a obra trata comparativamente de políticas habitacionais, empresas varejistas, saúde pública e empreendimentos privados, inovações no mercado financeiro, transformações rurais e políticas energéticas em países como Índia, Venezuela, México e Brasil. Neste último caso, ele focou em um estudo detalhado das Casas Bahia e sua vocação de abrir um mercado consumidor que “ensinou” os pobres a pouparem e comprarem.

¹¹⁵ Em 1983, por exemplo, o vencedor do prêmio Nobel Muhammad Yunus (1999) criou na Índia o Banco Grameen, baseado na ideia de que o acesso a crédito deve ser um direito humano universal. A iniciativa atualmente provê mais de US\$ 2,5 bilhões em micro-empréstimos para mais de 2 milhões de famílias na Índia rural. Investindo o dinheiro para gerar o próprio negócio, esses usuários apresentam índice de pagamento de quase 100%, e 94% delas são mulheres. Yunus também desenvolveu a ideia de negócio social, criando parcerias com empresas para diminuir a pobreza, a fome e a desigualdade em regiões pobres do mundo.

acompanharam seus gastos e seu planejamento financeiro ao longo de semanas e mesmo meses. Sua conclusão foi de que era preciso produzir instrumentos financeiros mais confiáveis que desafiassem ideias arraigadas sobre bancos e mercados. Não bastava simplesmente apontar para o movimento global de microfinanças; era preciso forjar novas oportunidades para filantropos, governos e empresas que buscavam criar mudanças econômicas e sociais através da invenção de novos mercados.

De modo similar, defendendo a expansão das economias de crédito, o economista e empresário Hernando de Soto mapeou as circunstâncias do acesso à terra no Peru dos anos 1980, documentando a evolução do setor informal e de uma economia subterrânea como o resultado de falhas governamentais na regulação de direitos de propriedade (1989). Seu argumento era de que as economias não-ocidentais fracassavam em emular o desenvolvimento ocidental porque a maior parte de sua riqueza estava situada fora da economia formal, sem acesso ao mercado e, portanto, não podendo ser investida para criar mais riquezas (2000). Descrita como *capital morto*, essa riqueza era composta de terra e habitação. Essas pessoas, argumentou De Soto, “are outside the global economy, are in fact outside the Market economy, are certainly outside the capitalista economy” (2000). Crédito, ao contrário, era um *capital vivo*, acumulável, capaz de ser investido e convertido em outras fontes de renda. Sua solução para o alívio da pobreza mundial passava pela construção de aparatos de representação que poderiam transformar capital morto em ativos, como programas baseados em vizinhança que permitissem às pessoas registrar suas propriedades e usá-las como garantias para empréstimos.

Em seu conjunto, essas iniciativas e publicações apontaram para a crescente marquetização da pobreza, geraram ampla repercussão na opinião pública internacional, deram origem a empreendimentos¹¹⁶ inspirados por sua filosofia e, sobretudo, levaram a uma vasta literatura sobre o tema (London e Hart, 2004; Sachs, 2005; Hart, 2010; Yunus, 2010; Rahman et al., 2013). Deslocando concepções arraigadas sobre a “cultura da pobreza” (Lewis, 1961), elas apresentaram os pobres não como incapacitados por suas tradições, mas como agentes econômicos competentes que precisavam apenas ter à sua disposição os equipamentos técnicos (como o microcrédito e o micro-empendedorismo) para serem trazidos ao mercado.

Uma das questões centrais para a antropologia econômica contemporânea, a criação de novos mercados põe em evidência as dinâmicas de produção de valor e conversão de

¹¹⁶ Ver, por exemplo, uma entrevista realizada com Prahalad pela revista Knowledge@Wharton, traduzida para o público leitor brasileiro pela Revista Exame, sobre a repercussão de sua obra em termos práticos. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/novas-abordagens-novos-mercados-600280/>. Acessado em 2.02.2016.

elementos não-econômicos em variáveis de mercado passíveis de precificação (Riles, 2011; Schüll, 2014). Nesse processo, que Callon e Çaliskan chamaram de “economização” (2009; 2010), agentes (cientistas e atores sociais), ações, dispositivos e descrições analíticas e práticas concorrem para *performar* (Callon, 1998; 2006) uma *assemblage* que passa a configurar um determinado “mercado”. Para Slater (2002), as práticas de marketing¹¹⁷ conduzem à estabilização e desestabilização constantes das fronteiras de mercado, das categorias de produtos e de seus atributos (Zwick e Cayla, 2011), na medida em que inventam produtos e serviços que produzem significados para consumidores. O “valor” econômico é criado através de seu posicionamento em uma definição competitivamente ótima de mercado. A “marquetização” envolve, portanto, a presença de economistas (Berman, 2012; 2014), arranjos institucionais e técnicos, e objetos que precisam ser qualificados e valorados para operar no espaço desse mercado emergente. Ao longo dessa cadeia, borram-se as fronteiras entre *experts* e leigos (Callon et al., 2001), objetos e agentes; o que está em jogo são modos de qualificação das práticas tidas como econômicas.

Nas páginas que seguem, estou interessado em explorar essas dinâmicas como técnicas de experimentação (Mackenzie et al., 2007) que criaram um mercado brasileiro na “base da pirâmide”. Aqui, proponho enxergar as práticas de *marketing* como um conjunto de elementos institucionais, culturais, econômicos e técnicos que re-qualificam bens, objetos e categorias em formas provisoriamente estáveis e contestadas (Callon, 1998; Callon et al., 2001; Mackenzie, 2006; 2009; Slater, 2002; Arvidsson, 2015). O objetivo é o de demonstrar como o processo de transformação das “classes populares” em “consumidores de baixa renda” – e, após a pesquisa de Neri (2008), em “consumidores de classe média” – foi arbitrado pela agência de antropólogos e sociólogos vinculados a esses institutos. Através de técnicas qualitativas e ajustes conceituais, eles procuraram desvendar as faces desses sujeitos, suas predileções e expectativas, outorgando aos mercados a capacidade de plenamente realizá-las. Que sistemas de conhecimento são acionados na sua articulação? Como são operacionalizados para demarcar os limites de um novo mercado? Que contornos desenham, enfim, para esse novo cidadão-consumidor?

2.2 – O SURGIMENTO DA PROPAGANDA PARA A “NOVA CLASSE MÉDIA”

2.2.1 Renato Meirelles, um Publicitário Vocacionado

Em 2014, menos de uma década depois da publicação dos estudos de Prahalad, em um programa televisivo de abrangência nacional, um apresentador inquiriu seu interlocutor

¹¹⁷ Essa ideia fica explícita ainda na própria concepção sustentada pela Associação Americana de Marketing, que sustenta que “Marketing is the activity, set of institutions, and processes for creating, communicating, delivering, and exchanging offerings that have value for customers, clients, partners, and society at large”.

da seguinte forma: “O Sr. é *especialista* na nova classe média. Quem levar essa *fatia do eleitorado* tem muitas chances de ganhar esta eleição. Quais são as *demandas* da nova classe média na próxima eleição presidencial? Que que é *prioridade* pra esse público?”¹¹⁸. Quem estava diante das câmeras era Renato Meirelles, diretor fundador do *Instituto Data Popular*, que se consolidou rapidamente como referência consultiva quando o que está em jogo é traçar tendências, explicar comportamentos e prognosticar reações da chamada “Classe C”.

Filho de psicólogos, residente na Vila Madalena¹¹⁹, bairro boêmio de São Paulo, Meirelles compõe a terceira geração de universitários da família. Participou desde cedo de diferentes movimentos estudantis, entre os quais a direção da *União Brasileira dos Estudantes Secundaristas*¹²⁰, e atuações destacadas no Centro Acadêmico durante o período universitário. Ao tomar parte do projeto *Sou da Paz* – uma campanha em favor do desarmamento que surgiu em 1997 –, Meirelles deu-se conta de como, em função da campanha, diretores de faculdade passaram a abrir as portas para a construção de um centro acadêmico dentro da escola. Isso fez com que redirecionasse o olhar para o universo da propaganda e do marketing: “É impressionante o papel que a propaganda tem pra isso!”, comentou com entusiasmo em nossa conversa, em 2014.

Instigado pela perspectiva de transformar a realidade, Renato decidiu inscrever-se na faculdade de Publicidade e Propaganda da Fundação Armado Álvares Penteado (FAAP). Lá, conheceu um professor de pesquisa de mercado que era, então, sócio da Popular Comunicação, uma agência de marketing em operação na cidade de São Paulo. Meirelles ingressou como estagiário na empresa, coordenada por publicitários como André Torreta, Bá Assumpção, João Augusto Palhares Neto e Wagner Sarnelli. O *Instituto Data Popular* surgiria anos depois como ramificação da Popular Comunicação, posteriormente renomeada para *Avenida Brasil Comunicação e Marketing* – já parte de um esforço de mercado em voltar suas estratégias para as “classes populares”. Meirelles ascendeu rapidamente às posições de comando da empresa – coordenada desde sua fundação pelo economista Haroldo da Gama Torres – até tornar-se reconhecido publicamente como sócio-diretor do Instituto¹²¹.

¹¹⁸ Trecho extraído de entrevista disponível em <http://jornalgggn.com.br/noticia/rolezinho-nao-e-um-movimento-politico-diz-renato-meirelles>. Acessado em 31.01.2016.

¹¹⁹ Trata-se de um bairro nobre de São Paulo, situado no distrito de Pinheiros, na região oeste. É conhecido por ser um reduto boêmio da cidade, desde o início da década de 1970, quando passou a ser ocupado por estudantes em função da proximidade com a Universidade de São Paulo (USP).

¹²⁰ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foi fundada em 1948 no Rio de Janeiro, e congrega e representa todos os estudantes de escolas de ensino fundamental, médio, técnico, profissionalizante e pré-vestibular do Brasil. A UBES tem como objetivo declarado a defesa da educação pública gratuita, de qualidade e laica. Em sua história, acumulam-se inúmeras vitórias e participações em eventos importantes para a vida política do país, como a resistência à ditadura militar, a luta pelo passe-estudantil, pela meia-entrada em atividades culturais, esportivas e sociais, pelo voto aos 16 anos e contra as guerras.

¹²¹ Matéria de 2006 apontou Haroldo da Gama Torres, Luciana Aguiar e Renato Meirelles como sócios-diretores da empresa Data Popular – “primeiro instituto de pesquisa no Brasil criado para estudar em profundidade os

A criação de um instituto de pesquisas respondia às demandas de mercado, ávido por ampliar seu conhecimento a respeito do público de baixa renda. “Existia um grande preconceito no mercado em ter uma agência de propaganda pra classe C e D”, confessou-me Meirelles em entrevista. “A propaganda aprendeu a fórceps essa classe média. Eles têm uma dificuldade de entender que o Leão de Cannes, que é o maior prêmio da propaganda mundial, não vale nada para quem mata um leão por dia para sobreviver”. Sua crítica, que era também a de Prahalad, era de que “a propaganda cresce com a teoria do aspiracional, de que todos querem ser melhores, e esculhamba as pessoas pra que elas se sintam mal e achem que a compra do produto é a única forma delas se sentirem bem”. Para a “nova classe média”, entretanto, “isso não funciona. Ela ta com a autoestima elevada, quer ser reconhecida, e ela acha o rico o babaca, o maior perdulário”.

Em pouco tempo, por meio de generosas matérias midiáticas e contratos de alta monta com clientes interessados em suas pesquisas e metodologias, seu nome transformou-se numa espécie de selo certificador dos saberes produzidos sobre a “nova classe média”. Até o momento de nossa entrevista, sua rotina concentrava-se na concessão de entrevistas e palestras decorrentes da visibilidade adquirida à frente do instituto. No processo, a conversão da agência de marketing em um instituto de pesquisas lhe permitiu investir estas últimas em reconhecimento científico, agregando uma equipe multidisciplinar capaz de engendrar um “produto diferenciado”:

A equipe do Data Popular aqui é muito multidisciplinar. Então eu sou publicitário de formação; a Marlise, que é meu braço direito aqui, tem mestrado em Ciências Sociais na USP; Ariana, que é gerente de pesquisa qualitativa, tem doutorado no Museu Nacional, você é antropólogo e sabe o que é ter doutorado no Museu [risos], que é um negócio bem bacana... Eu tenho o Márcio que é economista, mais estatístico, então a gente consegue ter um time com uma visão de mundo muito plural, e produzir relatórios que efetivamente passam por todos esses crivos.

Para Renato, o *Data Popular* precisava fornecer, segundo me disse, “uma leitura distinta do que a opinião pública, a imprensa e as empresas estavam acostumadas a ver”. É nessas instâncias que o publicitário vislumbrava a atuação do instituto. “Se a imprensa é bem generosa com a gente, isso tem a ver com a visão de mundo que a gente construiu, de como mostrar a história das pessoas atrás das estatísticas”, completou. O sucesso do *Data Popular* foi resultado, então, de uma composição sócio-técnica que articulava redes de intelectuais, agências da grande mídia, novas metodologias importadas das ciências sociais e reconfigurações nos discursos e recursos de comunicação. Como veremos na sequência, seu recurso persuasivo residia no uso de “casos” e números para contar a história dos consumidores de classe média.

2.2.2 André Torreeta, o *out of the box*

Em 2001, por ocasião do surgimento do *Instituto Data Popular*, um conjunto de sócios atuava em parceria, promovendo cursos e palestras que tinham o objetivo de chamar a atenção para a constituição de novos mercados e a necessidade de pensar estratégias inovadoras de marketing para esses segmentos. O termo “nova classe média” ainda não havia sido cunhado, mas já se falava em focalização de mercados para as “classes populares”. Naquele mesmo ano, matérias de jornal davam conta da divulgação do que parecia ser um novo olhar sobre o marketing. Em 23 de maio de 2001, por exemplo, a Folha de São Paulo anunciava a promoção de uma palestra intitulada *Estratégias publicitárias para as classes populares*. Em comentário publicado no mesmo jornal, dias após o evento, lia-se que *Consumidor de baixa renda faz marca líder*:

(...) os publicitários disseram que as companhias não sabem como lidar com o mercado de baixa renda, que deve movimentar R\$ 230 bilhões neste ano [2001]. Por isso, eles argumentam, quem atingir essa população será imitado por outras empresas. Apesar do baixo poder aquisitivo, é essa classe social que decide a liderança das marcas, porque, segundo os publicitários, é formada por 80 milhões de pessoas.

Segundo essa mesma matéria, a abordagem convencional da propaganda operaria instigando desejos por produtos aos quais os consumidores de baixa renda não teriam acesso. Como resultado, campanhas publicitárias veiculadas em rede televisiva, por exemplo, atingiriam apenas uma pequena parcela dos espectadores. “É preciso conhecer esses consumidores para não criar peças publicitárias que pecam em detalhes que pode levá-los a concluir que o produto vendido não é feito para eles. Os consumidores de baixa renda têm sonhos diferentes dos consumidores de alta renda”¹²², concluiu a peça jornalística.

Entre os fundadores do futuro Data Popular que em 2001 organizavam palestras como essas encontrava-se o publicitário baiano André Torreeta, que até aquele momento exercera a profissão empregando-se como redator e diretor de criação em diferentes empresas de comunicação. Apesar de bem-sucedido, a rotina de sua ocupação não lhe satisfazia plenamente. “Não tinha nada de *brasileiro de verdade*, e eu sonhava que tinha essa possibilidade”, comentou-me em entrevista realizada em seu escritório. “Propaganda, no final das contas, é muito chata. Eu era relator publicitário e não queria passar o resto da minha vida na frente da tela de um computador fazendo relatório”, acrescentou.

André decidiu, então, mudar de rumo, passando a atuar como estrategista político em diferentes estados brasileiros, incluindo-se o Rio Grande do Sul, em que foi responsável pelas campanhas de Antônio Britto ao governo do estado, em 1998, e de Alceu de Deus Collares à

¹²² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0506200120.htm>. Acessado em 23.04.2014.

prefeitura de Porto Alegre, em 2000¹²³. Ficou nesse ramo por quinze anos até que, cansado de percorrer o país em correrias infundáveis atendendo a esse setor, decidiu que era chegada a hora de regressar ao universo da propaganda de mercado. Torreta estava decidido a fazer isso em São Paulo. Porém, como reconheceu, “a fila é enorme; é difícil pra cacete”. De posse de um extenso *networking* feito durante as campanhas políticas, o publicitário associou-se a outros profissionais para montar uma agência de *marketing* no coração econômico do país. “Eu achava que uma hora o Brasil ia se reconhecer. Eu tinha esse sonho por trás de uma nova identidade nacional. Eu conhecia o Brasil e achava que isso poderia valer algum dinheiro. Agora começa a valer”, emendou.

As andanças pelo Brasil e a ampla experiência de campo provar-se-iam decisivas para realizar o intento e, posteriormente, fundar a *Publicum*, por meio da qual veio a associar-se à *Popular Comunicação* e, em seguida, ao *Data Popular*. Juntou-se a dois outros sócios, um dos quais de nome Fábio que, nascido em “um bairro muito pobre”, supunha-se, poderia oferecer uma “visão” mais “próxima” da realidade. Outro, Haroldo Torres, era economista de formação e prestava consultorias ao grupo – “depois brigou lá e fundou a *Plano CDE*”, emendou. Com esse valioso *networking*, ele reivindicou a autoria criativa que culminaria na criação do Data Popular:

Eles vão negar que fui eu, porque brigaram comigo, mas eu fundei... Aí eu chamei o pessoal que era de uma agência de propaganda tradicional, que passou pelo Data Folha, só que não deu certo a sociedade porque o modo de olhar as coisas eram bastante diferentes né... Afinal o mercado publicitário vem de uma tradição de falar com a classe A/B nos seus últimos quinhentos anos.

André não permaneceu tempo suficiente para consolidar-se no instituto¹²⁴. Segundo o publicitário, em 2001 ainda não havia clientela que justificasse investimentos vultosos de propaganda e marketing direcionados para as classes populares: “As pessoas ainda não enxergavam isso”. Mas, sobretudo, André sentia-se deslocado pelos atritos resultantes do contato das diferentes experiências dos sócios:

Eram quatro sócios e eu incomodava muito. Por quê? Porque quem tinha algo pra falar era eu. Quem tinha ido pra favela era eu. (...) Eu já tinha 15 anos de política fazendo isso, então não me venham com tese de escritório. ‘Ah não, eu acho que é assim’. É claro que você acha. Você já conversou com ele? ‘Não, mas eu acho’. Bom... achar... *Eu fui um cara que tive a ideia*. Se você procurar nos primórdios, ninguém falava disso antes de mim. Por isso que o Data Popular hoje me odeia. Porque eles sabem disso.

¹²³ Vale lembrar que ambos os candidatos foram derrotados nas urnas em seus respectivos pleitos.

¹²⁴ Segundo sua narrativa, nessa época Renato Meirelles nem havia ainda entrado no instituto; ele chegaria apenas dois anos mais tarde, ingressando como estagiário de planejamento, assumindo em seguida o Data Popular, momento em que a Popular Comunicação convertera-se em Avenida Brasil. Ainda de acordo com Torreta, essa alteração de nomes se deu em função de um processo jurídico que ele movera contra o instituto por empregarem o nome que fora de sua autoria: “Eu processei eles pra pegar meu dinheiro de volta. Aí eles fecharam a empresa e eu ganhei a minha ação e ganhei meu dinheirinho. E aí eles fundaram a Avenida Brasil que eu nunca mais ouvi falar”.

Em 2007, sua sensibilidade indicava que era chegada a hora de apostar mais incisivamente nessa *ideia*. Torreta retornou ao mercado de publicidade e fundou a empresa *A Ponte Estratégia*. “Ela nasce como uma consultoria e com um braço de pesquisa, só que pesquisas diferenciadas, porque a tese, que não é minha, é que as pesquisas tradicionais foram elaboradas e criadas em países de primeiro mundo, onde todo mundo é universitário”, argumentou o empresário. Na prática, André fez uso extensivo de uma literatura internacional de *business management* para esculpir sua grande ideia e adaptá-la ao mercado brasileiro, numa tentativa de aproveitar a “onda de descentralização do crescimento mundial” provocada pela expansão de mercados periféricos.

Na experiência de Torreta, para ingressar no mercado já constituído de publicidade e consultoria era preciso inventar um espaço de enunciação específico a partir do qual seria absorvido por certas modalidades de clientes. Construir-se como profissional bem-sucedido equivalia a observar a si próprio como protagonista de processos constantes de recomposição e reconfiguração, numa dinâmica incessante de renovação e reciclagem que inauguraria um nicho de mercado próprio, dentro do qual era possível pensar “*out of the box*” – isto é, para além dos parâmetros tidos como convencionais ou instituídos. “Tem gente que quer ser o melhor dos iguais. Tem gente que morre de medo que o mundo mude. Eu adoro!”, desafiou. Para ele, o mesmo tipo de engessamento criativo estava por trás da saturação do mercado de pesquisas:

Hoje tem uma discussão mundial sobre a qualidade das pesquisas [de mercado]. As pesquisas do jeito que foram formatadas não evoluem. Está se discutindo mudanças de modelo de todos os serviços e produtos do país, e os institutos de pesquisa se recusam a discutir o seu negócio, achando que o mundo cabe ali. Muitos institutos de pesquisa não fazem o campo. Tudo é terceirizado. O cara que apresenta o PowerPoint nunca conversou com ninguém. Mas quando você manda gente ir atrás de um assunto, as pessoas voltam falando coisas que a gente não perguntou. Não existe questionário completo. Então, se achar alguma coisa interessante, trás pra gente! Aí começa a vir outro tipo de informação.

Para Torreta, a invenção de um novo negócio – a consolidação da *Ponte Estratégia* – era diretamente proporcional à apropriação de novas metodologias que permitissem dar conta das especificidades da “realidade brasileira” – como Torreta insistia em chamar, numa espécie de sinônimo para “nova classe média” ou ainda a “classe C” de Neri (2011). Ao situar seu esforço numa posição de vanguarda, em que está em jogo a fabricação de tendências e a interpretação de indícios, o publicitário projetava-se por meio de suas habilidades persuasivas em um mercado ainda pouco explorado. “O *mainstream* brasileiro nunca foi um *mainstream*. O *mainstream* brasileiro era alguém de classe A”, comentou enquanto

descrevia a história recente dos institutos de pesquisa no Brasil, como o IBOPE¹²⁵ e a IPSUS¹²⁶.

“Ainda não caiu todas as fichas de que a gente vive em um país em que Moinhos lá em Porto Alegre é a exceção. Agora tem esse começo de quebra de paradigma das agências, dos institutos de pesquisa”, prosseguiu Torreta. “Foi um trabalho de *catequese*. Existia um preconceito muito grande no Brasil sobre essa nova classe média. Há quatro anos atrás nem se discutia se devia ter cara de pobre na televisão ou não; se deveria se fazer produtos específicos ou não. As agências diziam que o que eu estava falando era maluquice”. Em pouco tempo, Torreta descobriu uma agência em Nova Iorque chamada *Mirrorball* que fazia um trabalho de planejamento e pesquisa semelhante. “Mas não são institutos, nós não nos colocamos na caixa ‘instituto de pesquisa’”, seguiu o publicitário. “As pessoas falam, ‘ah, mas você trabalhou no Data Popular’. Não tem problema nenhum. Eu não faço o que eles fazem. São dois mercados não excludentes”, contou.

Ao produzir essas e outras interfaces com literaturas internacionais na área do marketing e com experiências de companhias bem-sucedidas no exterior, André logrou capitalizar seu negócio, especializando-o em conhecimento para o contexto brasileiro. Esse processo de apropriação e circulação de tecnologias de como fazer a gestão de sua empresa passava igualmente pela importação crítica de metodologias já bastante convencionais em outros cenários internacionais, que precisariam ser empregadas no redesenho das práticas de pesquisa realizadas no Brasil. “A gente foi montando um monte de metodologias, porque também não é ciência. *Não é ciência*. É uma outra história”, revelou. Derivado da gramática da administração, Torreta chamou de *rennovation* o processo de inovação através do desenho de produtos e serviços específicos em países de terceiro mundo. Para o publicitário, o principal desafio dos institutos de pesquisa no Brasil estava, por conseguinte, em inverter as instâncias de tomada da decisão sobre campanhas de *marketing* e propaganda, ainda demasiadamente centradas nos grandes centros mundiais de multinacionais. Em pleno processo de renovação, era isso que garantiria a readequação da pesquisa de mercado às necessidades e aspirações do mercado interno nacional da “nova classe média”.

2.2.3 Luciana Aguiar, uma Antropóloga de Mercado

A antropóloga Luciana Aguiar é a última parcela do tripé que deu origem ao Instituto Data Popular, ao lado de Renato Meirelles e André Torreta. Doutora em antropologia social

¹²⁵ O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) é uma das maiores empresas de pesquisa de mercado da América Latina; conta com mais de 3500 empregados e atende estudos de mídia, opinião pública, intenção de voto, consumo, marca, comportamento e mercado, no Brasil e outros 14 países.

¹²⁶ A Ipsos é uma multinacional de pesquisas fundada na França em 1975 que conta com mais de 16mil funcionários espalhados em 87 países. No Brasil, foi fundada em 1997 e conta com 700 funcionários.

pela Universidade de Cornell (EUA) – ver Aguiar (1993) –, sua trajetória é pontuada pelo trânsito entre espaços acadêmicos e de mercado. Na carreira de mais de mais de vinte anos, Aguiar tomou parte de diferentes projetos de responsabilidade social e geração de renda promovidos por instituições internacionais e multilaterais. Além disso, atuou na coordenação de pesquisas e projetos em empresas multinacionais dos segmentos de alimentos e bebidas, varejo, cosméticos, laboratórios farmacêuticos, finanças, telefonia, tecnologia e publicidade.

Na passagem da academia ao terceiro setor, Luciana voltou a trabalhar com o público que fez parte de sua tese de doutorado. “Fiz um projeto de geração de renda; eu tinha uma visão muito da produção, bens culturais, serviços e tal, mas não tinha o entendimento do lado do consumo”. Segundo a antropóloga, em 2013, época de nossa conversa, era “impossível entender a sociedade brasileira sem entender a dimensão do consumo e o papel que ela tem dentro desse universo”.

A entrada de Luciana no mercado de consultorias e pesquisas estava vinculada à possibilidade de um retorno ao trabalho com o que chamou de “público de menor renda”, movimento que é indissociável de uma tentativa de ampliar os horizontes sobre quem compõe esse cenário. Luciana salientou que os discursos que emergiram no fim da década de 1990 em torno da importância estratégica dos países dos BRICs vieram associados de uma constatação de que “os mais pobres” não eram atendidos, muitas vezes sendo desconsiderados pelo discurso do marketing e dentro das estratégias das empresas em geral. “Era um público basicamente atendido pelo setor público ou pelo terceiro setor”, completou. Assim, o processo que tornou esse público visível veio acompanhado do surgimento das primeiras pesquisas de mercado no Brasil, e da constatação de que existe um mercado na “base da pirâmide”:

Na verdade, o argumento era: ‘existe um mercado de baixa renda’. E essa questão vai tomando corpo ao longo aí dos anos 2000 e até 2000 e tantos. Então o que você tem dentro das empresas no começo é um grande, enorme preconceito com relação a esse público, uma classe média que é empobrecida e uma construção de um argumento de que de fato existe uma nova oportunidade nesse mercado e as empresas começam a se dar conta disso muito recentemente. (...) Por isso que eu acho que quando se escuta falar da classe média você escuta mais o olhar de quem vê. Eu não vejo que seja de fato uma caracterização do público.

Para Aguiar, as características atribuídas aos sujeitos da “nova classe média” refletiam a própria expertise e as predileções científico-mercadológicas dos pesquisadores envolvidos na sua construção. Como “antropóloga de mercado”, a possibilidade do acesso a uma miríade de informações e “campos” pesquisáveis acelerava o “ritmo” da coleta de dados se comparado ao universo da pesquisa acadêmica. É nesse contexto de rápidas transformações e de grandes volumes de dados que ela pensava sua carreira e circulação como pesquisadora de mercado.

Tudo iniciou com a associação ao Data Popular, que era então o único a “empunhar essa bandeira no começo dos anos 2000”. Luciana ajudou a fundar o instituto. “Boa parte dos argumentos que são usados hoje lá eu ajudei a construir”, ela sugeriu. “Mas ele acaba assumindo muito o esforço de como vender para o pobre. Ele começa a assumir um papel *apenas* como consumidor”. A antropóloga definiu os problemas de relacionamento entre os sócios através de desavenças metodológicas e de perspectivas sobre a pobreza. “É uma visão muito caricata de classe média, um discurso que a mídia e as empresas têm adotado, que marca as diferenças e coloca a pobreza em segundo plano”, confessou.

Em 2009, enquanto essas diferenças metodológicas se acentuavam e a tese da “nova classe média” se amplificava, Luciana Aguiar e seu colega, Haroldo Torres¹²⁷, responsável pela arquitetura técnica do *Data Popular*, decidiram retirar-se do instituto para fundar a *Plano CDE*. No tempo de nossa conversa, a instituição contava com quatro sócios – incluindo-se sua fundadora e diretora técnica, Luciana; Haroldo, que atuava como consultor; e Mário Mattos, sociólogo e diretor executivo com quem conversei na sede do instituto, em São Paulo, em 2013¹²⁸. Em pouco tempo, adquiriram um fundo de investimentos e negócios de impacto social, chamado *Vox Capital*, que era igualmente parte do *Data Popular*. A empresa contava ainda com treze funcionários e duas equipes de base técnica, de atendimento e análise, compostas cada qual de um gerente, um analista sênior, um analista pleno, um analista júnior e mais dois estagiários – graduações, essas, que se referiam a hierarquias de conhecimento, maturidade, autonomia e experiência de pesquisa. Havia ainda duas pessoas na base administrativa, uma das quais encarregada das finanças e outra de relacionamento com fornecedores. As áreas de formação do pessoal de nível técnico concentravam-se sobretudo em Ciências Sociais, embora também incluíssem *marketing*, comunicação social e administração. Como se via, a estrutura de funcionamento do instituto reforçava a vocação analítica e técnica de seus pesquisadores e corroborava o argumento de Torreta, segundo o qual, apesar de nascerem da mesma empresa e da mesma vontade de

¹²⁷ Economista e demógrafo com doutorado na Unicamp e especialização pela Universidade de Harvard, já tinha grande experiência na formulação de projetos junto a organismos internacionais, governos, terceiro setor e empresas quando da fundação do Data Popular. No setor privado, desenvolveu projetos nas áreas de educação financeira, varejo, investimentos, cartões, construção e bebidas. Sua trajetória também foi marcada pela atuação junto ao setor público, em instituições como o IPEA, a Secretaria de Educação de São Paulo, prefeituras, o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Regional. Era nítido, em suma, que sua carreira e interesses o aproximavam substantivamente de Luciana.

¹²⁸ Possui mestrado em Ciências Políticas e mais de vinte anos de experiência em pesquisa de geração e gestão de conhecimento, tendo atuado em institutos acadêmicos e empresas multinacionais. Sua atuação consagra-se, portanto, na área quantitativa, sobretudo no que se refere a estudos de branding, posicionamento e extensão de marca, avaliação de comunicação, sustentabilidade e consumo consciente, relacionamento com *stakeholders*, lealdade de clientes, elasticidade de preços, varejo e comportamento do *shopper*, conhecimento de diversos mercados como *healthcare*, financeiro, tecnologia, varejo, *homecenter*, automotivo, duráveis, educação, e por aí afora. Foi atuando nesse mercado que conheceu Luciana Aguiar, juntando-se à recém aberta empresa depois da sua fundação.

atender à “base da pirâmide”, o desenvolvimento de expertises específicas teria prevenido a concorrência direta e excludente.

A saída de Luciana e Haroldo do quadro técnico do *Instituto Data Popular* em meados da década de 2000 trouxe consequências que levaram à reconfiguração do espaço mercadológico da empresa. O rompimento entre os sócios provocou a migração de parte dos clientes do *Data Popular* para a *Plano CDE*, sobretudo aqueles interessados em avaliações de impacto e responsabilidade social e organismos governamentais buscando informações para o subsídio de políticas públicas. Por outro lado, o *Data Popular* rapidamente se converteu numa espécie de selo garantidor dos debates subsequentes sobre a emergência de uma “nova classe média” brasileira. Com a decomposição do instituto, Meirelles conseguiu conduzir com maior controle os problemas que lhe interessavam na opinião pública – chegando mesmo a tomar assento, como vimos no capítulo anterior, na comissão da SAE que discutiu a formatação de um novo critério de estratificação das classes sociais brasileiras.

A cunhagem do termo “nova classe média”, em 2008, pelo economista Marcelo Neri, forneceu o instrumento taxonômico definitivo para a consolidação do *Data Popular* como instituto especializado na “base da pirâmide”. Tal qual no caso do economista, pode-se argumentar que a mobilidade dos imaginados cidadãos-consumidores desse estrato implicou a mobilidade, ascendência e visibilidade da figura de Meirelles como *especialista* desse estrato social¹²⁹. A partir da segunda metade dos anos 2000 os principais jornais do país não cessaram de associar seu nome à expertise da produção de números¹³⁰. Para manterem-se persuasivos, eles precisaram agregar novos valores: no interior da “nova classe média” novos desdobramentos passaram a emergir: o que consumiam esses sujeitos? De que forma o faziam? Quais subpopulações eram afetadas pelos efeitos do aumento de renda? Quais os prognósticos futuros sobre o Brasil, seus mercados e seus políticos? Para que essa gramática – ou maquinaria – reproduzisse a si própria, novos quadros institucionais foram construídos. Alimentando-se desse cenário de invenções orquestradas, eles garantiram a seu principal personagem público sua reprodução: Renato Meirelles tornava-se o especialista na “nova classe média” brasileira.

2.3 – A CONSTRUÇÃO SÓCIO-TÉCNICA DE UM INSTITUTO DE PESQUISAS DE MERCADO

Em julho de 2012 tive a oportunidade de visitar o *Data Popular*, em sua sede na cidade de São Paulo, próximo à Avenida Paulista. O Instituto ocupava todo o terceiro

¹²⁹ No ápice dessa visibilidade, alguns veículos de comunicação chegaram a redirecionar o interesse da temática para a própria vida do publicitário: era Renato que, por meio da fabricação de sua trajetória e narrativa de vida, podia materializar a própria ascensão da “nova classe média”, colocando-se como protagonista na descoberta desse universo.

¹³⁰ De acordo com o levantamento midiático que realizei, entre 2001 e 2014 o nome de Renato Meirelles é mencionado 251 vezes nas 2159 matérias de jornal que trataram da “nova classe media” brasileira.

pavimento de um prédio comercial no coração corporativo da cidade. Em meio à alta demanda pela finalização e entrega de relatórios, fui recebido em um dos espaços destinados à realização de grupos focais e reuniões de apresentação para clientes.

A sala tinha dimensões bastante amplas. Uma bandeja com cafés e copos de água já estava disposta no centro de uma mesa retangular com capacidade para aproximadamente 12 ou 14 pessoas. O ambiente era sóbrio sem ser austero: uma generosa televisão de mais de 50 polegadas preenchia um dos lados, com *home theaters* acoplados e móveis sob medida – para a apresentação performática dos relatórios. Do outro lado, um grande painel chamava a atenção, em que se lia uma definição completa, extraída de algum dicionário, sobre o significado do verbete “popular”; ao fundo, ainda, um grande painel espelhado e, em frente a ele, um cavalete que hospedava um calhamaço de folhas brancas, do tamanho de uma cartolina, usadas para apresentar produtos a clientes.

Quem me recebeu naquela ocasião foi o jovem Carlos Alberto Lemos. Formado em ciências sociais pela USP e especializado em economia pela mesma instituição, ele era a própria materialização de uma nova geração de pesquisadores, habilidosos em converter instrumentos e resultados de pesquisa em materiais apropriáveis pelo mercado. Aparentando ter pouco mais de vinte anos, trajando calça e camisa sociais, tinha o olhar atento ao que se passava em seu entorno, retórica bem desenvolvida e números apurados. Ao longo de nossa conversa, Lemos apresentou-me algumas das técnicas de investigação, apropriadas das Ciências Sociais, e empregadas no cotidiano da pesquisa de mercado. Antes, porém, tratou de resolver um problema metodológico que poderia parecer inconveniente para dois cientistas sociais colocados em diálogo: como era possível falar *em nome de* uma “classe média brasileira”? Que artifício de autoridade científica permitia, afinal de contas, essa “licença poética” [sic]?

“Eu chamaria de ex-pobres. Talvez isso eles tenham em comum. Mas é claro, em termos metodológicos são pessoas muito diferentes”, começou Lemos. Sua conclusão era de que, uma vez tomando-se as limitações da renda, era possível inferir “implicações comportamentais”. Mesmo que o aumento de renda não tornasse uma família “que viveu muito tempo num ambiente de restrição acentuado” rica, ele abria novas possibilidades. “Ela passa a poder fazer coisas que ela não fazia antes”, emendou. Do ponto de vista comercial, o empoderamento financeiro dessas famílias teria forçado as empresas a focarem sua atenção nesse “novo mercado”. “Você entender se ele gosta de um café mais forte ou mais fraco agora faz mais sentido do que há 10 anos atrás, quando o mercado de café era mais elitista”. Para Lemos, portanto, as teorias aspiracionais da propaganda já mencionadas por Meirelles no início do capítulo eram o reflexo natural de um mercado estruturado de cima para baixo.

A carreira de Carlos Alberto Lemos escalou de forma relativamente rápida. Em 2009, ingressou no instituto como estagiário, sendo alavancado à posição de coordenador de pesquisas quantitativas três anos depois. Na época de nossa conversa, ele já havia conquistado o espaço para falar em nome da empresa. Ele então contou que a conversão da empresa de marketing à condição de instituto de pesquisa ocorreu num período em que poucos teciam suspeitas sobre a emergência de um novo estrato da população, capaz de consumir.

O Data Popular surgiu em 2001, e foi o primeiro instituto de pesquisa de mercado a se especializar no consumo de baixa renda. Isso é curioso, porque em 2001 esse debate ainda não tinha deslanchado. O Lula ainda não tinha ganhado a primeira eleição. De 2004 pra cá, esse debate muda de patamar, aqui no Brasil, quando a gente começa a ver de fato mudanças ali nos indicadores de pobreza, de desigualdade, e uma série de outros indicadores. Então de lá pra cá, o Data Popular, enquanto empresa, também ganhou muito mais visibilidade. Um pouco depois, em 2007, 2008, isso vira um tema público e depois, em 2009 e 2010, tem um boom de notícias sobre isso.

O breve relato empírico do entroncamento da história do Data Popular com a evolução da tese da “nova classe média” é ratificado pelo levantamento de notícias jornalísticas que realizei a respeito do tema. Na introdução, vimos que, entre 2001 e 2014, foram publicadas 2159 matérias de jornal sobre a “nova classe média”; nestas, o Data Popular é referido 296 vezes – mais, até, que seu presidente, Renato Meirelles, citado 251 vezes. De acordo com Lemos, as mudanças no ambiente de debates ao longo da década de 2000 foram acompanhadas pelo despertar do interesse de empresas em atender esse “novo público” – ampliando a demanda do Data Popular por pesquisas de mercado, inclusive internacionalmente. “Tem empresa multinacional que vem pra cá, ‘estou ouvindo dizer que tem essa nova classe média, que ascendeu no Brasil, e que ta todo mundo vendendo muito pra ela, eu também quero vender’”, comentou. Para o economista, o principal desafio tornara-se a manutenção dessas pessoas na nova posição de consumidores – o que traria, igualmente, longevidade ao espaço de atuação de mercado do instituto de pesquisas.

2.3.1 Clientes

“Você chega com o seu problema, me fala, eu faço uma pesquisa só pra você, te vendo e o resultado é só seu”, prosseguiu Lemos ao explicar o funcionamento da principal modalidade de serviços oferecidos por institutos de porte pequeno e médio como o Data Popular. A pesquisa chamada *ad hoc* incluía, em geral, um contrato de confidencialidade dos dados ao cliente final¹³¹. Esses serviços oferecidos pelo instituto são divididos em pesquisas

¹³¹ O instituto também realia pesquisas de natureza contínua, realizadas com certa periodicidade – de três em três meses, por exemplo – cujos resultados podem embasar consultorias, vendidas para diversas empresas ou ainda servir ao intuito de promover o instituto na mídia.

de mercado (qualitativa e quantitativa e suas subdivisões) e consultorias (feita a partir de conhecimento já existente) ¹³².

Em 2013, a carteira do instituto ultrapassava oitenta clientes ¹³³. As razões que levaram as empresas a contratar os serviços de pesquisa e consultoria podiam ser, segundo Lemos, as mais variadas. “Nenhuma empresa contrata pesquisa pra deixar na biblioteca dela. Se ela está gastando dinheiro com isso, é porque ela espera ter um retorno financeiro maior do que o que ela está desembolsando com a pesquisa”, comentou. As chances de o cliente voltar a usar os serviços do instituto variavam, segundo o economista, de acordo com cálculos de retorno do investimento para as empresas contratantes.

O cotidiano abarrotado de projetos que compunha a rotina do instituto revelou uma miríade de perfis distintos de empresas que procuravam os serviços do *Data Popular* para a resolução de seus “problemas”. “Você tem desde a empresa que já chega com o escopo definido de pesquisa, até empresas que não sabe o que querem, simplesmente têm um problema e querem que seja resolvido”, continuou Lemos. Os problemas podiam assim incluir estudos sobre a “imagem” de uma marca até o seu completo reposicionamento de mercado. Lemos vendeu-me a ideia de um instituto que se ocupava das diferentes etapas de construção de uma empresa – oferecendo instrumentos que iam além da pesquisa de mercado, como a realização de workshops e consultorias de marca aos seus empresários.

Nem todos os setores empresariais e varejistas tiveram, como parte de suas estratégias de inserção de mercado, a mesma sensibilidade de atentar para a “nova classe média”. De acordo com Lemos, as empresas de bens de consumo de massa foram as primeiras a aderir à tese, contratando os serviços do instituto para propulsionar seu escopo de vendas: “Quem vende iogurte, quem vende arroz, quem vende café, sente isso de uma forma muito rápida. São produtos que todo mundo consome, e qualquer variação na renda faz que o cara mude de marca, que o cara compre mais ou menos”, revelou.

¹³² Segundo o website do instituto, as pesquisas de mercado incluem: pesquisa de observação (“painel etnográfico”; “semana popular”; “ciclo de compra”; “observação participante”; “consumidor misterioso”); grupos de discussão (“tradicional”; “mini grupos”; “super grupos”; “tríade”; “tríade in home”); laboratório de consumo (“implantação de produto na casa do consumidor”; “teste de uso em ambiente controlável”; “grupos de discussão no ambiente de uso ou compra” e “entrevistas em profundidade”); pesquisas amostrais; *tracking*; levantamento, processamento e análise de dados secundários; e clínica. Estas metodologias são agrupadas para oferecer os seguintes serviços ao cliente: Contextualização de marca na rotina do consumidor; Identificação de tendências de comportamento e consumo; Perfil de mercado; Avaliação de *brand equity*; Avaliação de produto; Pesquisa de satisfação; Teste de conceito de comunicação; Análise de potencial de mercado; Monitoramento da marca; Avaliação de canal de vendas; Avaliação de força de vendas. A consultoria oferece: “Programa de treinamento de executivos para trabalhar na base da pirâmide e programa de ambientação de executivos estrangeiros com consumo brasileiro”; “palestras”; “visitas monitoradas a campo”; “workshops”; “mapeamento e levantamento de oportunidades locais”; “suporte a mercado teste”; “elaboração e implementação de planos estratégicos e/ou táticos de marketing e comunicação; e “estudo de loja”.

¹³³ Atualmente, esses clientes incluem, por exemplo, bancos (como Itaú, IBI, Bradesco, Citybank, Lemon Bank, Unibanco, Mastercard), a Bovespa, Casas Bahia, Magazine Luiza, Walmart, Marabraz, Coca-Cola, Editoras (Abril, Alto Astral), Grupo Algar, Grupo Pão-de-Açúcar, Grupo Positivo, Grupo Sílvio Santos, Ministérios Governamentais (do Trabalho, do Turismo), Partidos Políticos (PCdoB), e por aí afora.

Na sequência vieram os bens de consumo duráveis, como eletroeletrônicos e eletrodomésticos. “Os grandes magazines varejistas tiveram um reflexo muito rápido. Supermercados foram os primeiros a demandar esse tipo de conhecimento porque impactava o negócio deles”. Eletroeletrônicos, em especial, fizeram uso da política de redução de impostos do governo federal no período e atingiram altos índices de venda entre o público da “nova classe média”. “Havia uma demanda reprimida imensa pra esse tipo de produto. Tinha milhões e milhões de domicílios que não tinham máquina de lavar. Quando se começa a ter aí 200 reais a mais por mês, a primeira coisa que uma dona de casa quer é pegar uma prestação e comprar uma máquina de lavar”, emendou o economista.

A segunda onda de empresas a se interessarem pelo uso de pesquisas de mercado focadas na “nova classe média” incluiu companhias aéreas e indústrias de produção de veículos automotores – estas últimas fazendo uso da política de redução do IPI que vigorou de modo intermitente no país entre 2009 e 2014. “Companhias aéreas passaram a vender passagem em lojas de varejo, fazendo a entrada de tapete vermelho”, Lemos exemplificou. Outras apostaram num reposicionamento mais popular, com a abertura de filiais em áreas populares e lojas de rua. Em São Paulo, essas empresas focaram sua atenção em migrantes que buscavam visitar suas famílias no Nordeste: “Ao invés de passar quatro dias num ônibus, pagando uma grana, 250 reais numa passagem, tendo que tomar banho e comer no caminho, eles podem pagar *um pouco mais* e são vistos como um público potencial dessas empresas”, completou o economista.

Lemos explicou que nem todas as empresas seguiram o mesmo ritmo de adaptação à tese da “nova classe média”. Algumas delas a teriam recusado por venderem produtos de nicho, destinados a outros mercados; a maioria, contudo, devido a “receios e preconceitos”, sob o argumento de que os clientes mais rentáveis eram os de renda média e alta. O setor financeiro era parte de uma terceira onda de abertura, baseada na ampliação radical da oferta de crédito, obrigando bancos e administradoras de cartões de crédito a se realinharem no mercado. “Esse é um setor que tinha um pouco de restrição. Então, ‘eu não quero atender com clientes que não passem na minha escolha de crédito, pessoas que não comprovam renda, eu não vou ganhar muito dinheiro com eles’”, ele resumiu. Parte do esforço de reposicionamento implicava “trabalhar melhor com a ideia de se adequar a pessoas com menos repertório, que em termos financeiros têm maior dificuldade de banco”, seguiu Lemos.

Como veremos na próxima seção, o *Data Popular* procurou a adotar novas tecnologias metodológicas que aproximavam consumidores finais e empresários. “A gente tentou levar algumas pessoas que trabalham em empresas pra visitar uma casa de baixa

renda. Pra que o cara veja melhor, saindo do escritório e vendo na prática, num choque de realidade rápido pro cara se abrir à diferença que esse novo tipo de pessoa representa pro mercado”, Lemos emendou.

Na experiência de Luciana Aguiar, diretora da *Plano CDE*, a adaptação das empresas brasileiras ao mercado da “nova classe média”, que como vimos com Lemos ocorreu de modo irregular e inconstante, foi propulsionada por mudanças na conjuntura internacional e tornou-se, já em 2013, uma demanda pré-existente do próprio cliente. “Esse é um mercado que ta todo mundo vendo, não só no Brasil. Você vê um papel da classe média forte em países como Índia, China, América Latina, pensando ali em Colômbia, Peru, México. Então isso é uma demanda estruturada por quem tem uma atuação global”. Apesar de se colocar como uma questão há muitos anos, para muitas empresas que procuravam o instituto tratava-se ainda de uma novidade.

Para a antropóloga, a relutância das empresas em se adaptarem ao mercado da “nova classe média” se devia, sobretudo, à falta de *glamour* que, elas imaginavam, era trabalhar para esse público. Reposicionar-se no mercado implicava uma inequívoca massificação e padronização do consumo e, assim também, uma inflexão no modo de pensar as estratégias de marketing e a concepção da cadeia de produtos e serviços. De um lado, Luciana sugeriu, isso era possível através da diversificação dos canais de distribuição, visando acessar o público que residia na periferia dos grandes centros urbanos. Outro caminho era baratear o produto final, tornando-o mais simples: “é uma visão absolutamente estreita né, mas enfim, muito comum”.

Mário, colega de Luciana, sustentou que as empresas em geral ainda estavam num processo de aprimoramento de suas técnicas, e que ainda havia muito a ser feito. O problema não era apenas de “comunicação”, mas um “entendimento real da dinâmica de funcionamento e lógica de consumo dessas classes de renda mais baixa”. Para o economista, era preciso implodir a ideia de que pensar produtos para a “nova classe média” implicava uma simples adaptação e tradução de conceitos e produtos destinados ao público de alta renda. Nas suas palavras:

Não se trata só de pegar um produto e tirar atributos para ele ficar mais barato e poder ser consumido pelo público de renda mais baixa. Eles querem produtos que respondam às suas necessidades. Às vezes o atributo que você tira é exatamente aquele que seria fundamental para atender uma necessidade que é diferente da outra. Então acho que ainda existe muito desconhecimento sobre essa classe, ou essas classes, e ainda muita coisa é pensada a partir dos processos e da dinâmica de consumo de renda mais alta, tentando se adaptar para o público de baixa renda.

Seguindo a experiência de Lemos no *Data Popular*, Mário sugeriu que havia setores mais reticentes quanto à possibilidade de interlocução com o novo público-alvo. Repetindo as palavras de Lemos, ele acreditava que as maiores dificuldades estavam no mercado

financeiro. De um lado, elas envolviam problemas característicos da infraestrutura de bancos – sobretudo a necessidade de produzir *provas* que visam comprovar determinadas situações financeiras. De outro, elas esbarravam no uso “incorreto” dessas tecnologias pelos “novos incluídos”, o que conduzia à necessidade de implementar políticas de educação financeira quanto ao melhor uso do dinheiro e dos instrumentos de crédito¹³⁴.

Além das consultorias no desenho de negócios e no desenvolvimento de produtos, o instituto atendia a demandas governamentais visando subsidiar a formatação de políticas públicas. Para Luciana, este era um importante flanco de interlocução a ser aberto pelos institutos de pesquisa. “Os governos estão perdendo uma oportunidade de entender melhor as demandas do cidadão”, afirmou. “Muitas vezes a gente é chamado por organismos multilaterais pra fazer isso. O que a gente constata é que há falta de conhecimento do gestor público com relação à realidade do público que ele atende. É muito calcado no conhecimento de escritório e em algumas pesquisas específicas de pouca aproximação com o público”, comentou. Por outro lado, no que se referia ao uso das informações produzidas pelas empresas privadas, tudo se passava às inversas: se havia muita pesquisa realizada, havia falta de visões mais amplas que permitissem o aprofundamento das questões. “Então você sabe o uso de creme entre mulheres de classe C mas você sabe muito pouco sobre a realidade sociocultural dessa mulher sem o creme”, exemplificou. Além de demandas governamentais, o instituto mantinha parcerias com o terceiro setor – sobretudo ONGs com foco em educação, educação financeira, habitação, direitos humanos e finanças – e organismos internacionais – como o Banco Mundial e a ONU, com objetivos claros de intervenção e geração de produtos que promovessem “inclusão financeira”.

2.3.2 Metodologias e Experts

O *Data Popular* era composto por um “time” multidisciplinar de cerca de vinte e cinco pesquisadores vinculados a universidades em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, divididos em dois departamentos, segundo a natureza das investigações que conduziam – quantitativa ou qualitativa. Por um lado, Lemos continuou, os estudos quantitativos se realizavam a partir de dados secundários, como análise de informações do IBGE, do censo demográfico ou ainda de amostragens do PNAD. De acordo com as demandas de cada cliente, era provável que o *Data Popular* organizasse pesquisas primárias, através da realização de *surveys* com dezenas, centenas ou até milhares de entrevistados.

O departamento de pesquisas quantitativas, sob a coordenação do próprio Carlos Alberto Lemos, trabalhava de modo mais ou menos independente em relação ao de pesquisas

¹³⁴ As políticas de educação financeira foram estudadas no Brasil da década de 2000 por Müller (2013; 2014), do ponto de vista de seus impasses, ambiguidades e dos dilemas concretos nas vidas das pessoas por elas afetadas.

qualitativas, dirigido pela socióloga Marlise Cunha desde 2007, ano de seu ingresso como analista de pesquisa. Em 2009, ela retirou-se para trabalhar em uma agência de publicidade, onde era encarregada da pesquisa e planejamento da comunicação institucional do governo Lula. Em 2011, passou pela Ipsos, um instituto de pesquisa multinacional, para em 2012 retornar ao Data Popular como diretora de pesquisas qualitativas.

Em entrevista realizada em outubro de 2013, durante minha segunda visita ao instituto, ela conferiu grande importância ao processo de tradução dos “diferenciais” do *Data Popular* como agência de pesquisas em metodologias de investigação. Para ela, pesquisas que buscassem conciliar estratégias quanti- e qualitativas eram usuais, seja como forma de mobilizar os diferentes recursos humanos do instituto, seja como tática de legitimação diante do cliente.

“Esse é o diferencial do Data”, Marlise começou. “Em geral os institutos entregam um relatório *quali* e um *quanti*. As coisas não se conversam e o cliente dá um jeito de resolver. A gente realmente pega os *insights*”. Apesar de a terceirização de pesquisas, sobretudo qualitativas, ser prática comum em institutos de menor porte, Marlise sugeriu que no *Data Popular* essas etapas eram costuradas “pelo time de cientistas sociais”.

“Tudo começa com um grupo de discussão e uma imersão etnográfica”, seguiu a socióloga. “Mas os clientes querem um número que comprove aquilo, eles querem a segurança do número pra tomar decisões sobre um produto novo ou uma estratégia”, emendou. Marlise explicou que após a realização da etapa qualitativa, desenvolvia-se um questionário quantitativo baseado nos *insights* iniciais que visavam reafirmar, em linguagem objetiva e corporativa, os achados já estabelecidos por grupos focais, entrevistas ou imersões etnográficas.

Segundo Marlise, a experiência do *Data Popular* na realização e processamento de *surveys* e o conseqüente acúmulo de expertise técnica e grandes volumes de pesquisa voltados ao segmento da “nova classe média” permitia ao instituto “não partir do zero”. “Muitas vezes o cliente já chega e diz ‘olha, eu preciso entender tal coisa’. Aí a gente recomenda a metodologia”. Outras situações, por outro lado, requeriam intervenções mais diretas com modificações que fazem o projeto “funcionar melhor”¹³⁵.

Como já vimos, Renato Meirelles, André Torreia e Luciana Aguiar concordavam com a ideia de que o mercado redireciona, naturalmente, as vocações institucionais de cada instituto de pesquisa, encarregando-se de produzir as distinções necessárias que permitissem

¹³⁵ Carlos Alberto Lemos acrescentou que empresas com departamento de pesquisa próprio costumavam solicitar demandas bastante específicas, que podiam variar desde a simples aplicação de grupos focais para testes de marcas ou produtos, até a execução de pesquisas já previamente montadas.

sua coexistência pacífica. Assim, por exemplo, a saída de Luciana e Haroldo do Data Popular levou, na opinião da antropóloga, à fundação de um instituto focado na qualidade técnica das metodologias, fruto de um reposicionamento de aptidões que produziu um ajuste entre o tipo de pesquisa, a expertise e capacidade de volume de trabalho. Calcado no pressuposto de um entendimento mais amplo da realidade, a perspectiva que norteava a *Plano CDE* apontava, segundo Luciana, para os limites das abordagens focadas no consumo como critério definidor da “nova classe média”. Com isso, outras dimensões apareciam, como o micro-empendedorismo e práticas de cidadania. “Esse é um olhar diferenciado que a gente trás”, completou a antropóloga.

Era também esse olhar amplo sobre a realidade que explicava a grande variedade de demandas e clientes do instituto. Mário destacou que o trabalho era direcionado para o atendimento de três grandes áreas: uma de diagnóstico, voltada à pesquisa de mercado; outra de consultoria, referente à formatação de novos modelos de negócios com ênfase no “público CDE”; e outra ainda de avaliação de impactos de projetos sociais. Em conjunto, elas conduziam a interfaces muito distintas e assim também a uma diversidade de clientes. De um lado estavam as empresas privadas, com as quais era possível ter dois tipos de interlocução: uma relativa à área de *marketing* e pesquisa de mercado, desenvolvendo produtos e serviços voltados à “nova classe média”; outra referente à interlocução com a área de responsabilidade social, em projetos de avaliação de impacto. Apesar de apontar para perfis distintos, esses projetos podiam ter sua origem em um mesmo cliente.

Como “empresa de impacto”, Mário continuou, a *Plano CDE* era classificada em um *ranking* internacional de avaliação de impacto social. Para ele, o instituto gerava uma transformação da realidade. “A gente impacta pelo conhecimento que a gente gera, e pela ajuda que a gente dá para os nossos clientes desenvolverem soluções que vão mudar a vida das pessoas”, prosseguiu. Empresas e negócios emergentes, *startups* em especial, buscavam o instituto para “construir um mercado novo, ou para buscar um caminho novo para responder a uma solução já existente, normalmente com enfoque de gerar impacto”, completou.

Segundo Mário, o desenvolvimento de projetos – sejam eles quantitativos, qualitativos ou baseados em dados secundários – era levado a cabo por duas equipes compostas de gerente e analistas técnicos, organizados por grupos de clientes. Os trabalhos eram distribuídos segundo as competências analíticas de cada time, embora houvesse certa margem de circulação de profissionais entre eles. Mesmo que não fossem executados por esses profissionais, projetos de natureza qualitativa podiam ser gerenciados por um *expert* quantitativo: “nossos profissionais têm que ter a habilidade de saber integrar dados com

outras informações e transformar isso num conhecimento útil e acionável pro cliente”, completou o economista.

Visando preservar a concorrência, a separação de projetos em equipes também fazia com que empresas atuantes em um segmento não fossem atendidas pelos mesmos profissionais. Em outras situações, o que importava era preservar relações já previamente estabelecidas com certos gerentes: “a gente procura preservar isso, você vai estimulando a manter essa relação, conhecer mais o negócio do cliente, conhecer mais a *cultura* do cliente”, comentou. Em última instância, a distribuição de projetos obedecia ao fluxo e volume de trabalho: “procura-se observar a *carteira* que ta menos cheia e que consegue absorver uma proposta num projeto novo”, completou Mário.

A miríade de clientes e equipes de trabalho que compunha a rotina da *Plano CDE* faz com que o instituto produzisse diferentes segmentações no interior das classes C, D e E. Via de regra, Mário sugeriu que os organismos internacionais estavam mais preocupados em definir o “público de baixa renda”, ao passo que empresas locais focavam na “nova classe média”. Da mesma forma, embora houvesse demandas que cruzassem todas as classes, as modalidades de projeto mais atendidas pelo instituto priorizavam comparações entre baixa e alta renda. “As empresas privadas tão olhando mais pro BC, têm mais dificuldade de chegar efetivamente lá na ponta, enquanto que governos, *startups*, ONGs, áreas de responsabilidade social das empresas, acabam olhando mais pro CDE. São olhares distintos”, emendou o economista.

2.3.3 Etnografia de Mercado

A implosão das teorias aspiracionais do *marketing* e da propaganda para pensar a abordagem de pesquisas de mercado para a “nova classe média” passava, como vimos, pela adoção de um corpo multidisciplinar de profissionais, incluindo-se antropólogos e sociólogos. Envolvidos no *design* e na arquitetura metodológica dessas investigações, sua tarefa era explorar as idiossincrasias, peculiaridades, expectativas e desejos desse público, a fim de transformar esse conhecimento em objeto de intervenção através de tecnologias mais efetivas de comunicação. Nesse processo, a etnografia seria importada como metodologia das pesquisas acadêmicas e reconfigurada para produzir conhecimento diretamente aplicável em instâncias de mercado.

Para Luciana Aguiar, a construção de relações duradouras e confiáveis com seus clientes era diretamente proporcional às qualidades analíticas do instituto, ao tipo de material produzido e ao modo como o produto era entregue e apresentado diante de seu consumidor. “Tenho clientes que eu atendo há quase 10 anos. Quando eu mudo de empresa eles mudam comigo”, sugeriu. Para a antropóloga, a fidelização era “o reconhecimento dessa

habilidade analítica intelectual pra ajudar o público a pensar”. Parte significativa dessa expertise era garantida pelo uso do método etnográfico nas pesquisas de mercado. Para Mário, havia uma nítida separação entre metodologias quantitativas – em geral, análises secundárias de dados –, qualitativas e um olhar etnográfico que, para ele, sugeria uma separação entre discurso e comportamento. Se as metodologias qualitativas se estruturavam na interação com materiais derivados de discursos, como entrevistas ou grupos focais, por exemplo, a etnografia, ao fazer uso de outras técnicas de captação, levava ao entendimento comportamental da “realidade”.

“Você *anota* alguns comportamentos, usa diários, recortes de revista ou jornal, outras *ferramentas observacionais*”, seguiu o economista ao tratar da etnografia. Para Mário, isso levava a outros resultados, relacionados ao “ambiente de vida” e, em especial, à realização do consumo no dia-a-dia das pessoas. Foi ele quem deu um exemplo sobre o emprego da etnografia no mapeamento do uso de alimentos para um cliente desse ramo:

A gente faz alguns estudos onde a gente vai na casa das pessoas, e aí eles querem observar a realização e o consumo alimentar. Então muitas vezes a gente vai no café da manhã, acompanha o café da manhã da família, ou vai no almoço, acompanha a preparação do almoço e depois o consumo do almoço. E aí o objetivo é não só entender o discurso, mas observar pra ver como é que é o comportamento, e tudo, então por isso é que a gente também separa um pouco esse etnográfico do qualitativo.

Os usos da etnografia serviam a um leque variado de interesses, de testes de inovação de produtos e serviços ao desenvolvimento de políticas públicas com vistas à promoção da “inclusão social”. “A gente usa como aprofundamento para entender efetivamente uma dinâmica de consumo ou a dinâmica de organização da vida dessas famílias”, completou o economista. Esses esforços que visavam promover o conhecimento sobre um determinado público também se prestavam ao entendimento da sazonalidade do consumo: “nós acompanhamos famílias ao longo de vários meses para entender em que medida a época do ano, a estação, os momentos festivos, os aniversários e tal impactavam nas mudanças de padrão de consumo dentro da família”, completou.

“Tem algumas saídas que são bem interessantes que nós acabamos afinando e adaptando”, confessou Luciana ao tratar da passagem da etnografia do registro antropológico à pesquisa de mercado. A construção de painéis era um bom exemplo. “Recentemente fizemos um estudo onde visitamos por 6 meses 120 famílias, a cada 15 dias. Tem muitos antropólogos urbanos com doutorado que não fazem tantas visitas assim nas famílias que costumam investigar”, sorriu. Em sua opinião, enquanto tecnologia de apreensão da realidade, a etnografia de mercado permitia um olhar longitudinal sobre esses grupos que podia ser um ponto de contato com a etnografia antropológica, com adaptações mutuamente

benéficas caso fossem apropriadas nas pesquisas de caráter assumidamente científico¹³⁶. Para o instituto, portanto, a ênfase na etnografia se justificava pela produção diferenciada de valor – isto é, capaz de ser revertida, para o cliente, em uma determinada gama de resultados que justificassem sua precificação e que fizessem jus à expertise e formação dos pesquisadores nela envolvidos.

Para Marlise, coordenadora de pesquisas qualitativas do *Data Popular*, os estudos de caráter observacional e etnográfico buscavam resolver problemas relativos ao uso de certos equipamentos e objetos e eram empregados quando o objetivo último era conhecer a “realidade” do público-alvo de certo cliente. “Tudo depende do objetivo”, seguiu a socióloga em sua reflexão:

Em uma pesquisa sobre o consumo de eletroportáteis, por exemplo, que é liquidificador, batedeira, essas coisas. Como que eu vou conseguir saber se o que importa é o *design*, se o que importa é a potência, ou... Eu preciso ir lá e preciso ver se esse aparelho tá dentro do armário ou tá na bancada? Isso já me dá uma pista boa de se o *design* é realmente importante ou não. Como que ela usa? Então a gente chega por exemplo de manhã e fica junto com uma dona de casa... No caso do eletroportátil em geral é dona de casa ou em uma casa de classe A é com a empregada doméstica. Então a gente fica lá, passa o dia, vai vendo onde são as disposições dessas coisas, como que ela usa quando ela vai preparar o almoço, se ela usa ou não usa, enfim... E daí no final a gente faz uma entrevista em profundidade pra esclarecer alguns pontos.

Para Marlise, a entrevista permitia explorar uma distensão, já observada na fala de Mário, entre comportamento e discurso. “Quando a gente faz um grupo de discussão ou uma entrevista em profundidade as pessoas falam muito aquilo que o entrevistador quer ouvir. Quando a gente vai até a casa dela e observa a gente consegue pegar a prática”, completou. Na conjunção desses dois elementos era possível entender “o que está por trás daquele discurso”. “Aí é o processo analítico nosso, dos nossos pesquisadores”, emendou. As observações são assim seguidas da confecção de um extenso caderno de campo. Do confronto da entrevista gravada e das notas registradas elaborava-se o relatório analítico. “O que vai pro cliente é a nossa análise em cima disso”, finalizou.

Em certas situações, a etnografia podia ser conduzida com a presença do executivo ou de algum técnico designado da empresa contratante. Marlise acreditava, entretanto, que a intromissão do proprietário na cena de campo podia atrapalhar a execução e lisura do processo, eventualmente causando efeitos não premeditados ao contexto da observação. “Se o cliente insiste em participar, nós procuramos limitar o número de participações e oferece um treinamento para o empresário sobre como se comportar e como se vestir. ‘Entenda muito bem pra onde você tá indo’”, seguiu a socióloga. Para ela, o “choque” entre a realidade

¹³⁶ Luciana fez questão de acrescentar que a produção da etnografia devia ser distinguida de outros métodos qualitativos em função do cuidado associado à coleta de dados, já que implicava um constante processo reflexivo que perpassava todas as etapas da pesquisa. Assim também ela implicava outra forma de escrita que devia ultrapassar a análise de discurso para focar-se no comportamento e numa leitura multidimensional da realidade.

do empresário e a sociabilidade e a casa das pessoas que habitam a favela – em geral participantes das pesquisas – devia ser monitorado e, quando possível, evitado. “Ele vai como *Data Popular*, ele não vai estampando a marca dele ali. Nós não revelamos sobre o que é a pesquisa antes. É a maior neutralidade possível”, completou.

“Essa daqui é uma sala de espelho, onde a gente faz grupos focais. A gente fica ali atrás com o cliente, a gente pega pessoas com perfil de renda baixa, e fica ali discutindo sobre produtos” – Lemos apontou para as paredes do recinto onde estávamos conversando. Para ele a participação de executivos em grupos focais era vista como uma possibilidade de estreitar relações entre consumidores e produtores. “Normalmente quem conduz o grupo é um especialista, alguém com formação em antropologia ou que tenha facilidade pra fazer esse tipo de acompanhamento”. Ambos, Carlos Alberto e Marlise, concordavam que o objetivo do cliente ao tomar parte do processo de pesquisa, para além do tom provocativamente aventureiro-radical que essa experiência de imersão evocava, estava em conhecer e aproximar-se de *seu* cliente.

Em seu conjunto, portanto, a etnografia (e, em menor medida, os grupos focais) eram tecnologias científico-metodológicas empregadas para aproximar realidades afastadas uma da outra. Ao qualificar (Çaliskan e Callon, 2009; 2010) – em detalhes observacionais, por meio da escuta de suas vozes –, os diferentes perfis de consumidores e hierarquizar suas expectativas e práticas no uso de objetos, ela focalizava o repertório possível de intervenções de mercado para os clientes dos institutos de pesquisa. Com isso, a etnografia reafirmou as barreiras simbólicas entre esses universos de pesquisa e a necessidade da expertise de profissionais – antropólogos e sociólogos – no desvendamento dessas mediações.

2.3.4 Co-Criação

A etnografia não era a única tecnologia metodológica que convocava a participação ativa de consumidores imaginados na criação de bens e produtos para o mercado da “base da pirâmide”. “Eu sou amigo de alguns presidentes e vice-presidentes de corporações internacionais que dizem que não podem me contratar porque eu sou muito *fora da caixa*”, confessou o publicitário André Torreta em nossa conversa. Mesmo com todos os riscos de mercado, Torreta não via atrativos na pesquisa que chamou de “tradicional”. À frente de *A Ponte Estratégia*, depois de desvincular-se do *Data Popular*, ele considerava-se pioneiro no uso de metodologias criativas para a obtenção de dados qualitativos. Na prática, isso influenciou o desenho de sua empresa, a fidelização de seus clientes e a existência de rotinas diversificadas e imprevisíveis.

Os três primeiros grandes contratos de trabalho foram decisivos para a sedimentação de suas metodologias. Baseados nas redes de capital social do empresário, que incluíam

figuras públicas e altos executivos mundo afora, eles envolviam empresas multinacionais de telecomunicação e tecnologia digital. A terceira grande experiência do instituto ocorreu com uma das maiores redes varejistas brasileiras, as Casas Bahia. “Foi uma ideia que eu tive. Eu falei para ele: eu não treino os caras da periferia? Treino. Eu quero treinar o seu vendedor de loja para ser seu pesquisador. Esse cara ta todos os dias conversando com 100 pessoas, esse cara é da ponta, esse cara sabe tudo”, comentou. Após três meses de preparação, os *trainees* estavam capacitados para continuar o projeto por conta, gerando informação para a empresa. “Saiu barato”, concluiu.

O recurso adotado por Torreta nesse negócio era parte de um conjunto metodológico conhecido pelo jargão de *co-criação*. Na gramática do *marketing*, isso significava que o processo de gestação de um produto devia ser pensado colaborativamente entre seu desenvolvedor e seu potencial consumidor final, supostamente rompendo as barreiras entre clientes e usuários. O publicitário confidenciou-me que seu uso tem sido bastante extensivo no instituto, variando de cartões de crédito a biscoitos, e passando por novas tecnologias, como a lata-copo¹³⁷. A ideia subjacente era de que essa aproximação entre produção e consumo minorasse os riscos envolvidos no lançamento de novos nichos de mercado, aumentando as chances de eficácia da propaganda. Por conseguinte, apenas consumidores que satisfizessem a certos perfis necessários ao “teste” do produto entravam no jogo de recrutamento, o que implicava tanto a participação de pessoas consideradas atípicas ao *target* do segmento, quanto *heavy users* capazes de explicitar, objetificar e questionar suas relações e reações em relação aos usos do objeto.

A participação e treinamento de funcionários na produção de informação era uma técnica empregada por Torreta para formular estratégias de reposicionamento de mercado e de produto. Os “antenas”, como ele os chamava, eram empregados em diversas empresas no mundo¹³⁸. O publicitário explicou que os resultados obtidos eram variáveis. Em geral, as pessoas qualificadas a atuar como “antenas” recebiam máquina fotográfica com filmagem e eram instigadas a retratar todos os cenários envolvendo uso e manipulação de produtos. Esses dados geravam um relatório seguido de um questionário. “Sabe o Criolo, o cantor? Já foi um antena, há quatro anos atrás. A gente *educou* ele” – Torreta movia-se com estertor na cadeira. O processo de recrutamento dos sujeitos empregados como *Antenas* obedecia a diferentes táticas. Em geral, colocava-se mais que o número contratado em função de uma

¹³⁷ A lata-copo é uma tecnologia que transforma uma lata de cerveja em copo, através de uma tampa com abertura total. O produto foi contratado por um grupo cervejeiro multinacional de forte atuação no Brasil.

¹³⁸ Um exemplo paradigmático era a fabricante de celulares Nokia que, em seus tempos áureos, contratara um antropólogo para circular o mundo “capacitando” pessoas para operarem como “antenas”. No Brasil, fora realizado um festival de *design* na favela Rocinha: “quem desenhasse os telefones mais legais ganhava prêmios”, ele emendou.

alegada “perda de capacidade cognitiva”: “Esse tipo de coisa não é fácil. São pessoas muito sensíveis”, continuou. Em outros casos, o recrutamento era feito escolas de teatro da prefeitura e outros canais: “Pra um trabalho que a gente fez pra AmBev a gente pegou passista de escola de samba, grafiteiro, era uma festa. Eles têm a aparência de descolado. Nenhum instituto trabalha assim pra eles”, emendou.

“A pesquisa não ta pronta, é artesanato puro” – Torreta foi taxativo quanto ao seu caráter inédito, pouco convencional e necessário diante das demandas imprevisíveis de seus clientes. “Muitas vezes você tem que bater a cabeça pra entender qual é o problema real do cara”, seguiu o publicitário. Certa vez, uma grande companhia de bebidas veio tratar com Torreta da construção de uma fábrica que deveria ficar pronta em cinco anos. “Ele quer saber que produto eu vou produzir naqueles setores e que tipo de produto o brasileiro vai querer. Aí você volta pra casa [risos] e começa a ver, começa a *criar*”. Chamada de *cenários futuros*, a técnica empregada por André na resolução desse caso consistia num cálculo de previsão e imaginação de contextos de curto e médio prazo. “Eu peguei esse livro de cenários futuros. Imaginei comida daqui a 5 anos, o que vai impactar. Por exemplo, café da manhã vai comer no metrô, trem, ônibus, que não vai ter tempo. Opa! Um primeiro *insight*”, calculou o publicitário na minha frente. “E o que isso significa?”, ele seguiu. “Aí você começa a prever, começa a pensar em cima disso. É um trabalho que ficou lindo, um dos trabalhos mais lindos que a gente já fez aqui dentro”, arrematou.

Ao fazer do inesperado uma porta de entrada necessária ao trabalho criativo com a “nova classe média”, Torreta reafirmou a co-criação como uma técnica de gestão no seio do capitalismo informacional. Zwick et al. (2008) argumentaram que o discurso da co-criação aludia ao poder corporativo moderno que não buscava mais disciplinar consumidores e modelar suas ações segundo uma norma, mas trabalhar com e através de sua liberdade, num estilo quase ativista de *marketing* que requeria, como fundamento, que “*customers are in charge*” (p. 164). Para esses autores, o controle sobre consumidores e mercados poderia melhor ser atingido por meio de plataformas para práticas de consumo (Lury, 2004; Rose, 1999) que liberariam a criatividade e o *know-how* de consumidores e os canalizariam segundo os desejos de marqueteiros. Co-criação implicaria, assim, uma forma de administração do consumo que permite a contínua emergência e exploração de formas criativas e valorosas de trabalho consumidor (Zwick et al., 2008).

Para Torreta, a co-criação era uma tecnologia de afetação que, tal qual a etnografia para o *Data Popular* e a *Plano CDE*, permitia costurar sua posição no concorrido mercado de ideias e consultorias, criando canais de mediação entre oferta e demanda por meio de consumidores engajados que atalhavam a cadeia de conversão entre a ideia e o cliente final.

2.3.5 Quanto custa um retrato do Brasil?

Como fui informado em diferentes institutos de pesquisa, as metodologias qualitativas, como a observação etnográfica e a co-criação, colocavam em marcha uma intrincada cadeia conectada de agentes, mediações e instituições envolvidos na sua produção. Na opinião de Marlise, do Data Popular, para desvendar e criar o personagem imaginado do cidadão-consumidor, era preciso acionar um mercado multiforme de recrutamento de pessoas e famílias – os “informantes” da antropologia. A “observação etnográfica”, como a socióloga a definiu, pressupunha um ajustamento, que começava antes mesmo de a pesquisa ser desenhada, entre os objetivos da investigação e os sujeitos ideais para aquele perfil. No recrutamento, como Lemos chamou esse processo, “tem pessoas que prestam esses serviços, vão lá, veem bem a casa, veem se ela tem condições de receber uma pessoa e se ela quer”. Marlise acrescentou que recrutadores trabalhavam comercializando, de forma autônoma, fichas de pessoas aptas a participar de pesquisas, sendo remunerados por ficha que atendesse ao perfil da pesquisa. Essa terceirização levava a muitas fraudes, daí a importância das redes de indicação e confiança entre esses profissionais, bem como os procedimentos de checagem de dados com os potenciais candidatos.

Mário, da *Plano CDE*, concordava com esses cuidados, especialmente para o processo de imersão de altos executivos em campo. Eram necessários processos de purificação das mediações que compunham o elo empírico da pesquisa, tanto com vistas a garantir a segurança dos empresários quanto a outorgar validade científica à amostra cuidadosamente selecionada de acordo com critérios de classe previamente estabelecidos. “A gente tem um processo de validação da família que vai receber, ela assina o recrutamento, manda fotos pra gente do domicílio, da rua, da casa, pra gente avaliar se aquela família tá dentro do perfil esperado pelo cliente”, confessou. Para o economista, o recrutamento – ou a validação de um perfil de domicílio – devia cruzar outras variáveis para além de classe em função da heterogeneidade interna dessas categorias. “Pode ter uma família de classe D morando numa rua de pedra, precária, com *gato* [instalação clandestina], assim como pode ter uma família de classe D morando numa região e casa mais estruturadas e ainda assim ser de classe D, seja pela renda ou posse de bens”, completou.

Para esses profissionais, o mercado de recrutamentos só podia funcionar na medida em que implicava a presença e circulação de dinheiro em diferentes níveis do processo de pesquisa. Desde a intermediação de pessoas com “perfis” adequados até a remuneração dos próprios participantes de entrevistas e grupos focais, nas dependências do instituto ou em suas residências, tudo era recompensado monetariamente. “Tem institutos que dão portarretratos ou alguma outra coisa”, seguiu Marlise, ao tratar das maneiras mais eficazes de

recrutamento. “A gente entende que pelos gastos de deslocamento e etc. o melhor é pagar em dinheiro. A gente já tentou recrutar de várias formas e eles preferem receber dinheiro mesmo”, revelou.

Segundo Carlos Alberto Lemos, o montante a ser pago era dimensionado através de um cálculo de gastos e horas dispostas pelo participante das “observações etnográficas”. “Se ela trabalha e tem que ficar em casa você dá um determinado valor pra que ela aceite receber uma pessoa, fazer um almoço pra ela, dormir durante a noite”, prosseguiu. O número de dias ou mesmo semanas que se passa na casa de um consumidor, variável em função dos interesses da pesquisa, também era incorporado ao custo de logística de uma pesquisa. Assim também para Marlise, toda a dinâmica de gastos era computada nesse cálculo de precificação:

O entrevistado é remunerado, a pessoa que achou esse entrevistado é remunerada... Enfim, tudo tem custo. Por exemplo, essa é uma sala de espelho pra grupos de discussão. Então a gente serve comida pra todo mundo, pra todo mundo ficar à vontade e ir falando e etc. (...) Então isso tudo entra na cadeia de gastos, além do moderador, do analista que faz o relatório, que embora seja interno isso também é contabilizado nesse custo. Tem o custo, sei lá, da copeira que serve aqui e que volta pra casa de táxi, então tem o custo desse táxi... Então tudo isso entra na nossa planilha pra definir o valor de um grupo.

Todos esses “esforços” de “compreensão” da alteridade eram mensurados, do ponto de vista de seu produto final, em termos dos custos unitários de logística e realização. Nesse sentido, uma pesquisa qualitativa, apesar de lidar com universos de pesquisa significativamente menores que aqueles das abordagens quantitativas, despontava como o produto mais inflacionado e exclusivo de um instituto. Por outro lado, Carlos Alberto Lemos sugeriu que havia situações em que a pesquisa quantitativa podia ser tão ou mais dispendiosa: “uma pesquisa qualitativa com oito, dez pessoas, te dá várias hipóteses e uma série de *insights* bacanas. Numa pesquisa quantitativa isso é inviável. Você precisa de uma amostra de pelo menos 120, 300, 500 casos que te permita fazer inferências estatísticas de acordo com uma margem de erro”, explicou.

Em geral, portanto, o custo de uma pesquisa variava substantivamente, de acordo com a amplitude, o escopo, e as necessidades do cliente. O leque de produtos ofertados incluía, como vimos, desde realização de grupos focais para teste de determinadas logomarcas, produtos, comerciais, propagandas ou estratégias de marketing, até a realização de entrevistas em profundidade com potenciais consumidores. Apesar de representarem investimentos de alta monta, sobretudo quando se trata de estudos de grande amplitude, com várias mediações e metodologias distintas, havia um equilíbrio entre o preço de uma pesquisa, a metodologia empregada e a aplicabilidade e validade científica de seus resultados.

Na corrida em busca do perfil desse novo consumidor de classe média, os institutos de pesquisa focaram-se na produção de casos emblemáticos que se tornaram histórias de sucesso na grande mídia e em palestras de consultores, mas também no caso oposto: pesquisas de abrangência nacional que produziram subcategorias populacionais no interior do segmento. Marlise salientou que existem “truques” na fabricação da diversidade de uma pesquisa de caráter ou abrangência “nacional”. “Cada grupo ou imersão etnográfica que você faz é uma passagem que você paga, é um negócio que vai ficando caro. Para se ter um retrato do Brasil que não fique muito extenso nem muito caro, o custo-benefício acaba sendo São Paulo no Sudeste, Porto Alegre no Sul e Recife no Nordeste”, sugeriu a socióloga. Torreta, por outro lado, falou-me do processo inverso, associado à co-criação: a segmentação de produtos, que ocorria quando estes eram planejados segundo as especificidades locais de seus consumidores. No contexto brasileiro, o caso paradigmático era o Nordeste, que recentemente dera origem a departamentos próprios em setores de *marketing* de grandes empresas¹³⁹. Em seu conjunto, ao incorporarem a diversidade cultural e regional do país como um atributo comercializável de seus estudos científicos, os institutos de pesquisa voltados à “nova classe média” justapuseram escalas de método, tempo e espaço na composição de um retrato do “Novo Brasil”.

2.4 – O CONSULTOR DA “NOVA CLASSE MÉDIA”

Vimos até aqui como, para tornarem legítimos os mercados na “base da pirâmide”, os institutos de pesquisa incorporaram metodologias científico-sociais que, ao desenharem os contornos de um consumidor imaginado, aproximavam esses profissionais de seus alvos de intervenção. Este intento, contudo, não estaria completo sem a presença de outro agente nessa *assemblage*: o consultor da “nova classe média”, que emergiu à proporção que esse mercado de produção em massa de pesquisas se consolidou nos anos 2000. Figuras como Renato Meirelles adquiriram evidência e fama rapidamente graças ao uso performático de histórias de vida e casos de sucesso instrumentados pelas pesquisas “etnográficas” de institutos como o *Data Popular*. Tomando Meirelles como caso emblemático, argumento que a criação do personagem publicitário é coetânea à criação de personagens-consumidores que, ao descobrirem o mercado como espaço de satisfação de seus desejos, narram crônicas de mobilidade econômica, superação da pobreza e redefinição de valores associados à

¹³⁹ Torreta chamou a atenção, ainda, para a relutância do mercado nacional em aceitar a regionalização, que repercutia em campanhas publicitárias pouco eficazes e muitas vezes descoladas do contexto da audiência. Um caso exemplar era o da rede varejista Casas Bahia quando tentou adaptar suas estratégias de marketing no sul do país. “Foi lá, pegou um baianinho e colocou de gaúcho. Só uma anta que não conhece Porto Alegre faria isso. Então o que acontece: Casas Bahia quebrou”. Um tanto incrédulo, perguntei a Torreta se o aumento de custos da segmentação levava a resultados de fato mais seguros e eficazes. Sem pestanejar, retrucou: “As Casas Bahia não podem gastar R\$ 200 mil em pesquisa pra entender Porto Alegre, mas aceitam ter um prejuízo de R\$ 10 milhões? Aí você fala: bem, é caro ou é barato?”.

identidade nacional que precisam então ser ouvidas por empresários do setor. A invenção desses consumidores ativistas – quer dizer, ávidos por serem capturados pelas histórias do publicitário e pelas campanhas de *marketing* – está ajustada, como veremos na seção seguinte, ao uso de métodos qualitativos poderosos de pesquisa que implicam sua participação ativa no *design* de novos produtos que satisfaçam suas “necessidades”. Assim, para fazerem sentido numa economia política do presente, consultores e tecnologias metodológicas precisam compor redes sociotécnicas capazes, simultaneamente, de engajar-se com e falar em nome de consumidores como Dona Hilda, recriando-os.

2.4.1 Renato Meirelles: a construção de um personagem

Era maio de 2014 quando tive a oportunidade de assistir a uma das performances de Renato Meirelles, nas dependências da Faculdade de Jornalismo da PUCRS – espaço frequentado por um público de classe média tradicional. Em geral, suas palestras eram destinadas a empresas privadas interessadas em treinamento de pessoal, mas naquela noite o evento fora promovido por uma deputada federal esquerdista com grande circulação entre jovens intelectualizados do Rio Grande do Sul – Manuela d’Ávila (PCdoB)¹⁴⁰. Essa esdrúxula sobreposição entre esquerdismo político e corporativismo publicitário foi re-fraseada para a audiência como uma oportunidade para “atualizar” seus conhecimentos sobre a “realidade brasileira”. “Ninguém melhor hoje para falar disso do que Meirelles”, discorreu a deputada.

“Nós tomamos muito prejuízo porque poucas empresas acreditavam na classe C”, começou Meirelles ao traçar uma breve história da “visão” do *Instituto Data Popular*. Em 2014, conhecer os rumos da “nova classe média” havia se tornado uma questão de conhecimento geral e implicava dar-se conta de um “Novo Brasil”. “Cada vez mais as empresas tão olhando pra esse público como um mercado consumidor importante, de produtos, de serviços e de informação”, emendou. Para provar essa e outras passagens e envolver a plateia em sua performance, o publicitário empregou táticas oriundas de palestras motivacionais, como a circulação entre o público e o uso exaustivo de exemplos paradigmáticos e figuras de linguagem. Assim, o salário durante o período da hiperinflação era tornado concreto como um grande bloco de gelo que o trabalhador carregava debaixo do braço sob um sol escaldante de quarenta graus: era preciso chegar ao mercado o mais rápido possível para trocá-lo por produtos e estocá-los em casa; da mesma forma, a expansão do crédito e do consumo era retratada por um encontro casual, mas inesperado, entre patroa e empregada no aeroporto durante um período de viagem de férias. Nessas mediações entre diferentes épocas da história recente do consumo brasileiro, Renato precaveu-se para dar o

¹⁴⁰ Manuela D’Ávila é uma jornalista e deputada estadual do PCdoB, eleita em 2014 com a maior votação daquele pleito (222.436 votos). Foi deputada federal entre 2007 e 2015 e concorreu à prefeitura de Porto Alegre por duas vezes.

devido crédito à estabilização econômica promovida pelo governo FHC e as políticas de incentivo ao consumo e ao emprego levadas a cabo por Lula: ele não estava interessado nas disputas políticas, mas na apropriação de seus efeitos para a consolidação de um mercado na “base da pirâmide”.

“Qual o preço da mensalidade de sua universidade?”, ele brincou com a plateia para introduzir os critérios que demarcavam classe no Brasil. Com um sorriso amarelo, ele enunciou o sistema de classificação aprovado pela SAE-PR – sem deixar de mencionar sua participação como *expert* na comissão que o definiu – para daí concluir que havia uma dissonância entre a percepção subjetiva e a situação objetiva das pessoas. Como podia alguém que precisava pagar uma mensalidade escolar de mais de R\$2mil enquadrar-se ainda na classe média? – provocou. “O que tem de gente aqui que entrou achando que era pobre ou classe média, descobriu que era rico, é impressionante, né”, sorriu, apenas para concluir: “Nós não podemos falar que os 5% mais ricos do Brasil são média, não é média de nada, é o topo da pirâmide. As pessoas me dizem, ‘rico é o Antonio Emílio de Moraes, o Abílio Diniz’. Eu digo não, eles não tão no topo, eles são os faraós, eles *mandam* na pirâmide”. Para ele, entender a natureza estatística do conceito de renda era o primeiro passo para entender o que mudou na distribuição da renda do brasileiro.

Crítérios

Embora o uso do critério da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) seja hegemônico entre publicitários e institutos, não há consenso entre os profissionais do ramo com quem conversei.

“Fica uma coisa louca”, exclamou excitado André Torreta durante nossa conversa. “Todo mundo quer inventar um conceito de classe média e você fica sem critério. Chega um cliente e você tem que ficar explicando o que é classe média” – ele continuou. “O que que é classe C? Isso não existe. O mundo inteiro é dividido de acordo com o Banco Mundial: até 4 mil dólares de renda ano você é base da pirâmide; nova classe média de 4 a 14 mil dólares ano. O mundo inteiro sabe isso. Mas jabuticaba só existe no Brasil, né?”. O publicitário também comentou sobre o conceito da SAE-PR: “Acho uma irresponsabilidade do tamanho de um bonde! Primeiro que quem tava lá era o Moreira Franco e o *Data Popular*, não tinha ‘intelectuais’; segundo, sem dar nenhuma razão; terceiro, você já tem um Critério Brasil que só existe no Brasil, que é ABCDE”. Em meio à salada de conceitos, Torreta foi incisivo na defesa de Marcelo Neri: “Ele foi honesto intelectualmente. Ele pegou um conceito do *Banco Mundial* e trouxe a tese para o Brasil”. Para o empresário, o critério da SAE-PR permitiu ao *Data Popular* confrontar o economista da FGV. “É uma briga de números. Na época não tinha ninguém que entendesse do assunto. E não ligaram pro cara que mais entende de números de classe média, que é o Marcelo Neri”, completou.

Segundo Marlise Machado, socióloga do *Data Popular*, o instituto buscou complexificar o Critério Brasil, baseado na posse de bens e na escolaridade do chefe de família. “O *Data* já surge não olhando pra isso mas sim olhando pra renda, porque tem uma série de questões que o Critério Brasil não atende”. Marlise argumentou que com a estabilidade econômica e a expansão do crédito, mensurar as fronteiras de classe com base na posse de bens tornava-se inviável e confuso. “Sobretudo porque se a gente tá pensando em empresas que vão vender produtos no mercado de consumo de fato você tem que ver o

potencial de consumo dessas pessoas. Isso você mede pela renda e não pela posse de bens”, emendou.

“Qual é o problema de complexificar muito a questão da classe social?”, perguntou-se a socióloga. “Você não consegue aplicar um questionário. Tem uma crítica a isso que tem que ser feita, mas por outro lado você não pode gastar vinte minutos de questionário pra entender de que classe o cara é porque senão você não consegue fazer a pesquisa. Isso tem um custo altíssimo e inviabiliza”, seguiu. “Com uma pergunta eu preciso saber quem é o cara porque senão essa pesquisa não vai funcionar direito”, Marlise argumentou ao tratar das razões que levaram o governo a produzir um critério.

Apesar da mudança na nomenclatura da classe trazida pelo critério da SAE-PR – que foi adotado pelo Data Popular –, pouca coisa teria mudado na rotina do instituto. “É uma discussão meio simbólica. É o que a gente quer que seja classe média ou não”, seguiu Marlise. “Nenhuma nomenclatura isenta-se de sentido político. Tem um peso político muito forte você falar que o Brasil agora é um país de classe média”, continuou. Em uma sociedade marcada por moralidades de classe, sustentou Marlise, chamar de classe média tem o impacto simbólico de abrir novos mercados: “eu não posso vender pra pobre mas eu posso vender para a nova classe média”. Marlise também problematizou a crítica conceitual de Jessé Souza: “Quem tem capital cultural? A gente vai continuar tratando a classe média o 0,000001% das pessoas que tão vinculadas à academia, e esse pessoal que consome pra caramba, mantém o governo, mantém o consumo, a gente vai continuar falando que eles são... classe C? Com toda a carga pejorativa que isso tem?”.

“Acho que a SAE já deveria ter feito isso há muito tempo”, argumentou Luciana Aguiar, diretora da *Plano CDE*. “Acho que precisa haver um critério comum pra que você mantenha algum padrão pra comparabilidade”. Segundo a antropóloga, por muito tempo o instituto trabalhou com o critério da ABEP acoplado à renda familiar, ajustando as informações à inflação e seguindo faixas de renda do IBGE. Com a adoção do critério da SAE, “uma segmentação um pouco mais detalhada do cliente de menor renda” teria sido possível, aliadas às possibilidades de comparação com outros conceitos fora do Brasil.

“Mercados que antes eram completamente invisíveis cresceram, ganharam força”, segue Renato, apontando para o contingente de mais de 11 milhões de “novos” consumidores nas “favelas” brasileiras. Sob essa categoria, o publicitário agregou diferentes espaços ao longo do país caracterizados por moradias irregulares e, não obstante, um potencial de consumo de R\$ 63 bilhões ao ano. Esse crescimento econômico e social “de baixo para cima” implicava o *design* e planejamento de novos produtos capazes de “dialogar” com os “valores” dessa “nova classe média”. Meirelles apresentou ao público fotografias que contrastavam a fachada decadente de uma casa com um interior requintado e que revelavam escolhas de consumo, mostrando como as práticas de consumo tornaram-se processos estéticos, afixados ao território urbano, de marcação de diferenças¹⁴¹. Renato resumiu a história: “na prática, quem vê rosto não vê bolso. Então não dá pra gente achar que o que o Kotler escreveu pros

¹⁴¹ Meirelles via na produção de programas televisivos um espaço para refletir essas mudanças. Para a realização da novela “Avenida Brasil”, em 2013, pela Rede Globo, por exemplo, o *Data Popular* fora contratado para realizar um workshop que ajudou a compor os personagens do drama e suas características de classe: “A gente passou uma semana no Projak, e conviveu na favela pra entender quais eram os valores desse novo rico que tava surgindo aqui. Que era um cara que tinha orgulho da sua história e não queria se mudar. (...) Ta existindo uma nova elite de milhões de brasileiros que têm bolso de classe A e cabeça de classe C”.

publicitários lá atrás serve pra essa nova classe C. Que o manual de jornalismo feito na época que só a classe A e B lia jornal serve pra se comunicar com essa que tem acontecido no país”.

Assim como a caracterização de Meirelles da mobilidade econômica de milhões de brasileiros era uma amalgama entre políticas de governo e reestruturações de mercado, assim também as novas subjetividades emergentes dessas interfaces conectavam experiências econômicas com experiências políticas. Em suas pesquisas, ele continuou a performance, as pessoas da classe média sustentavam ser elas próprias os agentes responsáveis pela melhoria de vida. Sua conclusão era de que “na prática, eu quero um governo que não me atrapalhe”. Assim, o alegado “otimismo” da classe C – que Meirelles toma emprestado de indicadores como o Índice de Felicidade – estavam amarradas à arquitetura das políticas públicas recentes. A felicidade em melhorar de vida pelo próprio esforço conectava-se à efetividade de políticas sociais que buscavam emancipar os sujeitos e torná-los responsáveis pelo seu próprio sucesso. Na fala de Renato, essa passagem era também a passagem do cidadão ao consumidor – doravante tutelado menos pelo Estado e mais pelas empresas capazes de observar e captar seus desejos na configuração de mercados específicos, promotores da autodescoberta e da auto-realização.

“Comunicação não é o que você fala, é o que seu interlocutor entende”, era a frase que Meirelles ouviu repetidas vezes de seu professor durante a faculdade de comunicação. Sem saber o que fazer com o conselho, o publicitário descobriu seu sentido na crítica à abordagem de Philip Kotler¹⁴² – renomado economista e guru do *marketing* – sobre a propaganda. Para Meirelles, era preciso compreender as necessidades do consumidor de baixa renda para reformular as estratégias mercadológicas que visavam atingi-lo. “O primeiro passo é a gente deixar de enxergar que esse cara da classe C é parecido com a gente, só que com um pouco menos de dinheiro no bolso. Não é isso. Ele tem um jeito próprio de pensar”, seguiu Meirelles naquela palestra. Ao construir o “sujeito da Classe C” desta forma, ele abriu espaço para uma *exotização controlada* de suas características, evidente no uso impessoal da terceira pessoa ao se referir a esse público.

Ao reapropriar falas e opiniões da “nova classe média” em discursos controlados, Renato edificava-se a si próprio como personagem central de um processo de experimentação criativa com a diferença e com o imaginário de seus interlocutores de pesquisa. Essa construção visando estabelecer sua expertise como consultor era realizada em etapas. Primeiro, era preciso estabelecer a “Classe C” como um universo específico, distante do

¹⁴² Philip Kotler escreveu, desde a década de 1960, sobre as práticas de gestão do *marketing* (1967). Para ele, o *marketing* (sintetizado na técnica dos quatro Ps: ponto, promoção, produto e preço) constitui parte essencial da economia, e suas atividades – propaganda, estratégias de promoção, etc. – são tão ou mais eficazes na influência da demanda quanto o preço de um produto ou serviço. Em suas obras recentes (2015), ele argumentou que o lucro deve subordinar-se às necessidades do consumidor e promover o bem-estar geral da sociedade; esse “*marketing social*” deveria enfatizar a comunicação e a mudança de comportamentos e hábitos de consumo para beneficiar consumidores, seus pares e a sociedade.

entendimento de seus pares; essa dissidência foi formatada como uma diferença de percepções de classe e foi performada com recurso a vídeos produzidos pelo instituto onde eram confrontadas opiniões de patroas e empregadas quanto à rotina de trabalho destas últimas. Para explicar essas diferenças¹⁴³, foram invocados os analistas do *Data Popular* – figuras necessárias nessa cadeia explicativa da alteridade – para argumentar que “consumir significa esquecer do passado de pobreza”. A experiência de compra foi vista então como um momento de empoderamento e inclusão social¹⁴⁴.

Em seguida, Meirelles apresentou-se como personagem-aprendiz em interações com pessoas da “Classe C”, através de casos paradigmáticos extraídos de pesquisas qualitativas realizadas pelo instituto. Usando vinhetas desses encontros, o publicitário transportou sua audiência para complexos habitacionais na periferia de São Paulo, onde conviveu com uma família por uma semana e só foi assimilado ao aceitar dois pratos de comida à mesa. Noutro caso, ao morar no morro Dona Marta, Rio de Janeiro, Renato contou como foi instruído por uma mulher negra sobre a lógica de suas decisões na compra de uma lavadora de roupas:

‘Finalmente eu comprei a primeira máquina de lavar roupas da minha família’. ‘Como é que a senhora pagou?’; ‘como pobre paga, eu fiz um carnê’. ‘Por acaso você fez as contas pra saber quanto de juros você ta pagando?’. ‘Claro que fiz, eu não sou burra’. Pah, pah, idiota, né, de novo [risos da plateia]. ‘E por que a senhora não guardou o dinheiro pra pagar à vista e fazer uma economia?’. Ela olhou pra minha cara e falou: ‘Renato, com essa carinha de rico, você nunca lavou roupa no tanque na sua vida, né? Porque senão você iria entender porque eu não passo todo o dia estragando o esmalte lavando roupa quando eu posso ter a minha máquina de lavar. Eu quero ter a minha máquina de lavar agora!’. E não nos cabe com a lógica da elite, da planilha do Excel, da racionalidade da classe A e B, decidir o que é melhor pra Dona Maria, se é estragar o esmalte ou se é pagar parcelado.

Esbofeteado pelas “verdades” apreendidas “em campo”, Renato exagerou no uso de expressões e interjeições para desenhar uma caricatura desse consumidor e radicalizar sua predisposição em aprender com o Outro. Colocando-se momentaneamente na posição de escuta, do subalterno, do observador das diferenças culturais, o publicitário operou deslocamentos de contexto e se valeu de figuras de linguagem para cristalizar a distância e o seu deslocamento engajado para entendê-la. Ao retornar, em seguida, para narrar essa experiência, o personagem de Renato em suas histórias tornou-se a caricatura de seu próprio interlocutor.

¹⁴³ A construção dessa distância foi costurada, com a participação de sua plateia, em temas como redes informais de ajuda e padrões de beleza, por exemplo. Neste último, Renato mostrou que a maioria da “nova classe média” preferia “curvas” e padrões de cores vibrantes – informações que ajudariam a reposicionar marcas e estratégias de negócios.

¹⁴⁴ O empoderamento do “consumidor de baixa renda” foi discutido por uma literatura brasileira em efervescência no fim da década de 2000 (Azevedo e Mardegan Jr, 2009; Godoy e Nardi, 2006). Nardi (2009), por exemplo, explorou o “perfil psicológico” desse cliente a partir da pirâmide das necessidades de Maslow (1943). Para ele, o consumo era o auge de um processo inconsciente de autorealização que se construía em oposição ao “complexo de inferioridade” – a “tendência de desvalorizar-se com base em comparações, desejos e invejas, sentimentos ligados à baixa autoestima” (p. 51). “Cabe ao vendedor adulá-lo e a todos os envolvidos no processo de vendas trata-lo com educação, respeito e admiração pela conquista naquele momento”, completou. Para ele, essa interação emocional entre o estabelecimento e o cliente, fundamental para a inclusão social e a fidelização, ilustrava o “momento mágico da compra” (p. 57).

Essas vinhetas eram, contudo, mais que artifícios de legitimidade para afirmar a autoridade de Meirelles como *expert* na “nova classe média”. Em sua viagem cultural, uma importante revelação foi feita: o sujeito encontrado e imaginado por Meirelles descobriu-se como consumidor dotado de desejos e, mais importante, de um conhecimento de si e dos meios para satisfazê-lo. A exposição de sua lógica de consumo era a garantia de que sua liberdade para escolher realizava-se no espaço do mercado, podendo ser escrutinada, explorada e refinada pelo *marketing*. Era nessa economia política e científica que a pesquisa de mercado poderia tornar visíveis os cidadãos-consumidores da “nova classe média”.

A ideia permitiu ao publicitário introduzir, já no fim de sua palestra, as populações-alvo no interior da “nova classe média”: os negros, os jovens, as mulheres. Longe de serem simples categorias econômicas, elas refletiam estratos economicamente governáveis e tornados evidentes por meio das pesquisas de mercado (Rose, 2007). Os negros, por exemplo, representavam “8 em cada 10 pessoas que melhoraram de vida”, seguiu o empresário. “Eu falei isso pra segunda maior rede de varejo do Brasil. ‘Olha, vocês têm que usar garotos-propagandas negros, eles são um público importante’”. A reação de seu cliente fora colocar uma mulher negra na propaganda de supermercado, acompanhando a patroa branca. “Tudo errado! É ela que compra! É ela que ta consumindo! Vocês não têm que se preocupar em ser politicamente corretos, vocês têm que entender que os negros movimentam por ano 720 bilhões de reais! E a última coisa que o negro quer é parecer branco”, Meirelles esbravejou ao microfone.

Já os jovens da “Classe C” compunham 21% da população brasileira e 32% do eleitorado. Dispondo de acesso à internet e computador, eles eram a primeira geração de “conectados” da família e os maiores beneficiados pelo aumento real do salário mínimo e pelo emprego formal. Mais informados e educados que a geração anterior e contribuindo com parcela significativa da renda domiciliar, eles eram os novos “formadores de opinião” na família. As mulheres da “Classe C”, na mesma linha, eram mais escolarizadas que os homens e contribuía com 44% do orçamento doméstico, constituindo “chefes de família” em muitos domicílios. Corroborando conclusões de etnografias recentes sobre políticas públicas (Eger, 2013), Meirelles afirmou que “se a mulher já mandava no dinheiro do homem, agora que ela tem o próprio dinheiro ninguém segura” – o que incomodaria de modo particular aos homens. O publicitário ilustrou esse ponto com a apresentação de dados quantitativos de pesquisas realizadas com maridos afetados pelo recente protagonismo feminino, concluindo que “ainda tem montadora de carro achando que é o homem que decide a compra, ainda tem banco que faz comunicação só pro homem, não entende o papel na decisão que essa mulher tem”.

A palestra de Renato durou pouco mais de uma hora. O publicitário foi bastante aplaudido pelo auditório praticamente lotado, e ainda esteve disponível para mais uma hora de interlocução com o público, por meio de perguntas e respostas. Antes de entregar o microfone, ele reafirmou um argumento já bem conhecido do *Instituto Data Popular*¹⁴⁵: o de que haveria uma “dissonância cognitiva” entre a lógica empresarial e a da “nova classe média”. Para resolvê-la, apenas um “choque de realidade” – esse compósito de números e histórias persuasivas – que revelasse as “diferenças na formação cultural, educacional, econômica e nas referências estéticas e linguísticas. A minha provocação”, prosseguiu, “é que ou você entende a forma que os caras pensam, o *jeitinho* que o brasileiro pensa, ou você ta fora do jogo!”. Como artefato vendável nas mãos performáticas de um dos maiores publicitários brasileiros, a tese da “nova classe média” – sistematizada em seus pormenores como um esquema articulado de crenças e saberes populares – tornou-se um poderoso instrumento na consecução de mercados para a “base da pirâmide”; uma gramática moral, alimentada pelo consumo de cidadãos-consumidores imaginados.

A cidadania de consumo descrita em exemplos paradigmáticos na performance de Renato Meirelles não constituía argumento novo. Lizabeth Cohen, por exemplo, em *A Consumers' Republic* (2003), demonstrou como, com as mudanças políticas do pós-guerra norte-americano, a expansão do consumo de massas transcendera seus objetivos econômicos e tornou-se a materialização do patriotismo, da equidade social e do bem-estar de um país. “The new postwar order of mass consumption deemed that the good purchaser devoted to ‘more, newer and better’ was the good citizen” (Ibid., p. 119), escreveu a autora. Através do ideal do consumidor-cidadão – isto é, do comprador como cidadão que simultaneamente atende seus desejos pessoais e obrigações civis ao consumir –, Cohen argumentou que o espaço do mercado tornou-se um meio público e privado de trabalho por justiça social, especialmente para grupos como jovens, negros e mulheres. Por sua vez, na figura do consumidor-comprador são realizados interesses de empresas e uma filosofia *lassiez-faire* de consumo de massa desregulado, conduzindo a benefícios do tipo *trickle down* para todos.

No Brasil da década de 2000, a cidadania de consumo esteve no centro dos debates sobre os significados da mobilidade econômica. Como vimos no capítulo anterior, em diferentes níveis de crítica à tese da “nova classe média”, sociólogos, filósofos e economistas se dedicaram a um projeto político-intelectual de combate à associação entre cidadania e consumo na definição desta população como “classe média”. Para publicitários como Meirelles, por outro lado, era justamente o potencial de consumo que, com a ajuda de pesquisas, conduzia esses sujeitos ao mercado e à mudança de classe. Alinhando-se a Neri

¹⁴⁵ Trato deste argumento em outra oportunidade (2015). Xavier Sobrinho (2011) também já tratou a respeito. O ponto também é evidenciado no website do instituto. Disponível em www.datapopular.com.br. Acessado em 02.02.2016.

(2011), ele defendeu que este era o “verdadeiro mercado brasileiro”, aquele que importava efetivamente captar e perseguir. Como magos dos números e dos personagens, respectivamente, os percursos de Neri (que conhecemos no capítulo anterior) e Meirelles contaram a história dos alinhamentos entre ciência, mercado e governo na formação da gramática da “nova classe média” no Brasil da década de 2000.

2.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO FAZER COISAS COM PALAVRAS E HISTÓRIAS

O papel dos institutos de pesquisa na potencialização e justificação de um mercado para a “base da pirâmide” através de tecnologias científicas não teria sido o mesmo sem os espaços de divulgação e visibilidade abertos pela grande mídia brasileira e internacional. Como se poderia imaginar seja o caso na rotina dessas empresas cuja reputação depende da produção de números persuasivos, as negociações com os grandes veículos da imprensa nacional são cercadas de cuidado¹⁴⁶. Emissoras de televisão também converteram-se em clientes privilegiados quando o que estava em jogo era a produção de prognósticos, consultorias de tendências ou ainda cursos de capacitação de determinadas realidades, como evidenciado na trajetória de Renato Meirelles¹⁴⁷.

Em 2014, tive a oportunidade de conversar com profissionais de um instituto de pesquisas ocupados da mediação com a imprensa. Por anos, estiveram à frente da produção de *briefings* endereçados a jornalistas ávidos por novas informações relativas aos avanços e retrocessos da “nova classe média”. Nesse processo, sua maior queixa era de que dispunham de pouca ou nenhuma autonomia no processo criativo. “Nós apenas cumpríamos ordens”, disseram.

A cada novo estudo de grandes proporções, a diretoria do instituto demandava que a pesquisa fosse publicada nos maiores veículos de imprensa nacionais. Para contornar as demandas por exclusividade dessas empresas, os profissionais eram conduzidos a “picotar” os resultados. “A gente picotava. Dentro desse estudo tinha vários temas, tinha mulher, tinha negro, tinha jovens. A gente dava um pra cada veículo”. Muitas vezes, a demanda por

¹⁴⁶ André Torreta, por exemplo, quando se aventurou no mercado de pesquisas, considerou essencial planejar suas estratégias de divulgação. “Eu não tinha *network* nenhum. Aí eu falei, ‘meu, o que eu faço?’ E eu precisava de *dado*. Eu não podia aparecer lá com o *marketing* político. Aí eu falei, ‘vou fazer através de pesquisa’”. A primeira de suas iniciativas não recebeu grandes atenções da imprensa, fora apenas para *testar*. Em seguida, lançou o trabalho chamado *O que é bonito?*, que tratava da relação da “mulher nordestina” com seu cabelo, tendo ainda o objetivo de mostrar quais seriam as aspirações, desejos e vontades do público de “Classe C” em termos de *luxo*, *sonhos* e *beleza*. “Na verdade a gente fica fazendo isso pra lançar coisas novas”, concluiu o empresário. “Nós finalmente conseguimos uma página no *Estadão*, deu muita sorte”. Em outra ocasião, *A Ponte Estratégia* mediou uma foto de capa para a revista *Época Negócios*. “Agora eu to querendo lançar uma sobre o *brega nordestino*. Tem um brega em cada estado e em cada estado os bregas são diferentes. Então, como é que funciona a música brega no nordeste?”, comentou.

¹⁴⁷ André Torreta também considerava a Rede Globo como importante agente na produção e lançamento de novas tendências, a principal das quais sendo a novela “Avenida Brasil”, que teria rompido com a ideia conservadora de que o “Rio de Janeiro não é o Leblon” e São Paulo não é a “Avenida Paulista”. Além disso, havia outros programas pontuados pela consultoria de antropólogos e sociólogos, como o “Esquenta” apresentado por Regina Casé.

visibilidade a todo custo incorria em tensões entre diferentes jornalistas. “Em certos casos, a gente já tinha prometido, por exemplo, negro com exclusividade para a *Folha de São Paulo*. Sem que soubéssemos, a diretoria do instituto por fora dava exclusividade pra *Veja*, por exemplo”. As tensões que isso gerava, entretanto, eram controladas com novas mediações de exclusividade: “A moeda de troca era a próxima novidade”, emendou um dos funcionários. Isso terminou por gerar uma expectativa de reciprocidade entre a diretoria do instituto e os órgãos de imprensa:

Às vezes eles tinham uma ideia na cabeça e era só ligar pro jornalista e eles oferecerem, e no dia seguinte tava a matéria lá. Em outros casos, se o jornalista fazia uma solicitação, mesmo que a gente não tivesse uma pesquisa pronta sobre aquilo, a diretoria ia dar um jeito de buscar em algum banco de dados, levantar alguma informação, para não perder aquela pauta. Tinha essa troca com os jornalistas que fazia com que o instituto estivesse sempre em evidência. O que vocês quiserem de informação sobre a classe média vocês conseguem aqui, era o recado que eles queriam passar. Pro jornalista era ótimo. Era só ligar pro instituto que eles arrumariam um dado. Eles davam até manchete pronta.

“Às vezes era apenas uma história, que é o que o jornalista quer”, completou outro funcionário. A certa altura do *boom* de notícias, continuaram os profissionais, “havia uma divulgação por semana” – regime que contrastava com a política adotada por outros institutos de pesquisa que lançavam grandes pesquisas em intervalos mensais. “Cada hora era uma pauta nova que eles inventavam. Mesmo quando se tinha contrato de exclusividade com o cliente eles sempre davam um jeito de pegar algum dado lá que o cliente não se importaria. O objetivo maior dele era sempre estar na mídia”, completou.

À medida que a tese da “nova classe média” perdia vigor na esfera pública, a diretoria pediu que seus funcionários passassem a “reciclar” pesquisas antigas. Um dos profissionais explicou o procedimento: tratava-se de fazer projeções numéricas de cenários futuros a partir de estudos realizados em anos anteriores, de modo que seu resultado fosse “vendido” como dado “fresco”. “Sempre tinha que ter alguma coisa nova para oferecer, mesmo que não tivesse de fato”, comentou. Junto de sua equipe de dados quantitativos, a diretoria fazia projeções até atingir os números esperados:

Por exemplo: eles querem falar que a classe média compra a maioria dos televisores. Mas na pesquisa tá dando que é a classe alta que comprou mais. O assessor de quantitativa dá um jeito de fazer as contas e as projeções pra mudar isso. Pra inverter a maioria, pra dar o dado que o diretor quer. Esse é o jogo. *É tudo uma grande rede de marketing.*

Aliando a avidez por manchetes e novidades com o anseio por visibilidade dos institutos de pesquisa, a tese da “nova classe média” ganhou rápido fôlego na grande mídia. Baseada na projeção de casos e na dança de números, centenas de reportagens tomavam as páginas diárias dos principais meios de comunicação. Sem a tradicional checagem de fontes, os institutos de pesquisa foram tomados como selos certificadores dessas tendências, e suas pesquisas tornaram-se o ápice de uma “realidade” que procuravam, a todo custo, manter e

estimular através do cruzamento de variáveis com histórias de vida dos novos consumidores de classe média.

“Para entender quem é o Renato Meirelles, você precisa ouvir não uma, mas três ou quatro palestras”, escutei certa vez da boca de um ex-funcionário do *Instituto Data Popular*. “Você vai ver que as histórias dele são todas decoradas, parece papagaio de pirata, são todas depuradas. É a história contada da forma que o jornalista quer ouvir, que as pessoas vão se comover, que as pessoas vão dar risada”, a mesma pessoa seguiu. “Tudo é confeccionado; é um grande teatro em que ele consegue o que ele quer, que é a visibilidade, o jornalista consegue o que ele quer, que é a manchete que vai dar mais Ibope, mais dinheiro, e assim funciona o mundo sujo e corporativo desse mercado”, concluiu em tom áspero e amargo.

Cada hora era um tema, e no fim tudo era protagonista da classe média. Mulher, negro, jovem, todos que se encaixassem dentro das histórias eram protagonistas. Ele é um grande ator, na verdade. Apesar de tratar mal seus funcionários, ele era um doce com os jornalistas. Extremamente carismático, ele consegue passar essa coisa do bom moço, ele consegue passar credibilidade, ele consegue passar tudo que ele quer.

“Cada dia era um negócio diferente”, confessou-me outro funcionário. “Ele queria estar sempre na Globo, era o desespero de sempre estar na mídia”, prosseguiu. Enquanto já escrevia a tese, deparei-me com o vídeo da entrevista concedida por Meirelles ao *Programa do Jô*, da mesma emissora. Decidido a comparar suas palavras, observei atentamente suas reações diante do apresentador. Renato estava ansioso; dessa vez, era ele o entrevistado que não podia errar: tratava-se do momento crucial em sua busca por visibilidade. Inquirido por um humorista que não perdia a piada enquanto narrava o episódio em que falsificou a assinatura de sua mãe para estudar em um colégio público durante o período de sua adolescência, Jô Soares perguntou: “isso mais tarde não te deu vontade de falsificar algumas estatísticas?”. Pego de surpresa, aos risos, Meirelles respondeu, simplesmente, “nenhuma”. Após um silêncio, emendou: “porque é a verdade, não precisa”. No último bloco do programa, Renato voltou à cena, desta vez em um “número” que pretendia inquirir a plateia sobre padrões de beleza da “nova classe média” – sem, embora, arrancar os risos que viemos esperar de sua performance¹⁴⁸.

Em *Inside Marketing*, Zwick e Cayla (2011) escreveram que “marketing represents a perpetual questioning machine asking the modern consumer to make a project of oneself based on ongoing self-examination and querying; to look at oneself as a set of constantly multiplying problems (too fat, too wrinkly, too boring, etc.) and as yet unrealized

¹⁴⁸ Demorei algum tempo para encontrar a entrevista online. Apesar de mencioná-la em suas palestras como o grande feito de sua carreira, Meirelles não a divulgava com a mesma presteza das outras performances. O motivo era simples: encoberto na posição de entrevistado, suas piadas e histórias sobre Donas Hildas e Candeias não convenceram. Renato era o único a rir de sua própria falta de envergadura e havia se convertido no personagem que procurava exaustivamente retratar nas suas palestras. Ele era o próprio efeito de uma busca incessante pela nova ideia, pelo novo personagem, pela eterna renovação de si prognosticada pelo *marketing* e que ele via, com tanta certeza, projetada nos sujeitos da “nova classe média”.

potentialities; to translate them into personal needs and desires; and to look to the market for solutions”. Para esses autores, o *marketing* é uma tecnologia biopolítica que, por meio da propaganda, precipita e projeta no consumidor a aspiração da vida como um trabalho de arte (Nealon, 2008, p. 12); um modo de existência centrado no contínuo e criativo projeto de fazer-se e commodificar-se a si próprio (Lury, 2004; Arvidsson, 2007; Bowers, 2008; Zwick et al., 2008).

Nesse contexto, os institutos de pesquisa de mercado se inseriram no complexo dilema de produzir e, ao mesmo tempo, refletir essa obsessão em descobrir-se a si através de uma amálgama totêmica com objetos, realizada pela compra de produtos e serviços no espaço do mercado (Jambet, 1992; Moor, 2003). Eles dependeram do agenciamento ativo de consumidores imaginados, autogovernados e empreendedores de si (Foucault, 2008; Binkley, 2007; Binkley e Capetillo, 2009) – isto é, embebidos em uma cultura das técnicas de si, do autodesenvolvimento e da auto-responsabilidade (Zwick e Cayla, 2011). Ao inventar categorias de consumo a partir de categorias sociais de classe, eles “marquetizaram” – isto é, performaram um mercado de categorias e ideias (um tipo de sistema de suporte e um centro de informações) – pensado como um facilitador para o trabalho contínuo de aprimoramento e realização do *self* –. Ao forjar esses flancos de intervenção, eles consolidaram a indústria brasileira da propaganda que, em 2014, ocupava a sexta posição mundial segundo a revista *Advertising Age*, com mais de US\$ 14 bilhões investidos.

Neste capítulo, documentei a abertura e expansão de mercados na “base da pirâmide” no Brasil da década de 2000, do ponto de vista das técnicas de *marketing* e tecnologias metodológicas empregadas na cristalização de suas fronteiras econômicas, simbólicas e culturais. Ao destrinchar a economia política do *marketing* envolvido na formatação de mercados para a “nova classe média” (seus reguladores, *experts*, dispositivos técnicos), problematizei os modos de governamentalidade dessa figura imaginada do cidadão-consumidor que emergiu na passagem da ciência ao mercado.

Acompanhando a criação e as estratégias de crescimento dos três maiores institutos de pesquisa de mercado que se especializaram nesse segmento, mostrei que sua subsistência econômica passou a depender do fechamento de grandes contratos com empresas dispostas a arcar com os custos de projetos de pesquisa milionários, com duração de meses, senão anos, capazes de produzir valor através de conhecimento científico gerado sobre a “nova classe média”. Compostos de profissionais polivalentes, altamente especializados e com rotinas de trabalho atribuladas, a consolidação desses institutos esteve vinculada à expansão de um modelo de negócios dependente de consultorias e pesquisas no processo de inovação de suas estratégias – sejam elas tecnológicas, produtivas ou humanas (Azevedo e Mardegan Jr, 2009;

Müller, 1989; Nardi, 2009; Quadros, 2001; Parente et al., 2008; Rocha, 2009; Torreta, 2009)¹⁴⁹.

Argumentei que planejar a invenção desse mercado com foco na “nova classe média” requeria mais que uma simples mudança de vocabulário, do pobre ao consumidor, como queria Prahalad. Que modalidades imaginadas de consumidor estavam na sua base? Como as metodologias científicas eram continuamente ajustadas na produção de verdades sobre seus comportamentos e expectativas? Para responder a essas perguntas, foram necessários processos de qualificação (Callon, 1998; Callon et al., 2001; Foster, 2008) de produtos e serviços que incluíram uma reestruturação de paradigmas de comunicação. Era preciso deixar o consumidor falar e descobrir-se a si próprio – escutá-lo em suas casas e barracos, conviver com ele, abrir-se aos desafios de compreensão da diversidade que suas vidas representavam para a estruturação de negócios – para, em seguida, poder falar em seu nome e sugerir-lhe novas necessidades.

As tecnologias metodológicas ocuparam papel central na invenção do consumidor da “nova classe média”. Mais que as grandes pesquisas de abrangência nacional envolvendo números públicos, a mudança de paradigmas da propaganda focou nas histórias de personagens criados especialmente para convencer – seja as empresas contratantes interessadas em comunicar e vender para esse público, seja as audiências das palestras de consultoria. Tecnologias como a “etnografia de mercado” estiveram constantemente engajadas na extração de verdades de potenciais consumidores. Elas foram levadas a cabo por antropólogos e sociólogos formados em universidades brasileiras de excelência, capazes de importar a expertise acadêmica, o rigor científico e as histórias de protagonismo das “classes populares” documentadas pela literatura antropológica e sociológica brasileira. A eles, coube fazer a passagem da ciência ao consumo, arranjando o conhecimento resultante da interação com os sujeitos recrutados em um todo ordenado que levaria à qualificação dos objetos na formatação das bordas desse mercado¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Em menor medida, este capítulo também é uma contribuição ao campo de estudos recentes que se debruçaram sobre a indústria do marketing, seus agentes (sejam eles experts, cientistas sociais, publicitários, marqueteiros ou empresários) e suas práticas (ver, por exemplo, Dávila, 2001; Malefyt and Moeran, 2003; Mazzarella, 2003; Applbaum, 2004; Elmer, 2004; Slater, 2002), ajudando a visibilizar os mecanismos técnico-científico-sociais na formação de novos mercados, bem como de um corpo cada vez mais informado, conectado e mobilizado de consumidores (Cook, 2006).

¹⁵⁰ O uso de antropólogos e sociólogos em pesquisas de mercado não constitui fato novo e é documentado desde pelo menos 1986 (ver Miller, 2007, p. 4). Em 1961, Charles Winick já advogava em favor do uso das contribuições antropológicas nas práticas de *marketing*. Das ciências sociais que tratam do homem e da sociedade, ele argumentava, apenas a economia, a psicologia e a sociologia eram usadas nas pesquisas de mercado. A primeira no coração do conteúdo do marketing; a segunda produzindo procedimentos de entrevista e testes de projetos; e a última com conceitos como o de classe social. A antropologia, por outro lado, poderia ser chamada a contribuir com seu conhecimento específico, com temas relativos à cultura, ou ainda com sua sensibilidade a tabus de consumo.

Sob o manto da autonomia e da independência científicas, buscando valorizar o aprendizado com os interlocutores de pesquisa, esses institutos se provaram essenciais na divulgação da tese da “nova classe média”. Canalizando esse conhecimento no *design* e execução de novos produtos e serviços, eles contribuíram para gerar e imaginar novos perfis de consumidores ativamente agenciados pelas entranhas do mercado. Metodologias como a etnografia e a co-criação, ao chegarem mais perto de suas subjetividades, garantiram que a figura de um consumidor ativista e colaborador fosse ativada. Em um movimento do particular ao geral e do geral ao particular, eles “captaram” os desejos de pessoas como Donas Hilda, traduziram-nos em escolhas conscientes realizadas no espaço do mercado, e reconverteram-nos em personagens generalizáveis – as “Candeias” de Meirelles – tornados visíveis nas narrativas de consultores da “nova classe média”.

Vimos até aqui como a mobilidade econômica foi agenciada no Brasil da década de 2000 por economistas, sociólogos, publicitários e jornalistas para contar a história da inclusão de milhões de brasileiros nas redes de cidadania e de consumo – do Estado e do mercado –. Também vimos como esses processos foram encapsulados em uma gramática moral que via nessas transformações a emergência de uma “nova classe média”, em linha com discursos científicos internacionais e com a expansão de redes globais de produtores e consumidores. Na segunda parte da tese, veremos como esses agenciamentos criaram espaços políticos, econômicos e subjetivos que colocaram as bases para transformações na vida de pessoas como Dona Hilda. Através da etnografia desses deslocamentos espaciais, morais e temporais, documentarei os efeitos da mobilidade econômica na abertura de sentidos subjetivos de ascensão social.

PARTE II

Cidadania

3. A COMUNIDADE MODELO

Era fevereiro de 2013 e fazia muito calor enquanto eu circulava pela sede do Conselho de Desenvolvimento do Partenon, o Codespa, com minha câmera em punho. Era uma de minhas primeiras visitas de campo quando uma mulher de estatura baixa, vestida e adornada de vermelho, irradiou pela porta e usou seu vozeirão para esbravejar as últimas novidades que trazia diretamente do gabinete do Secretário Municipal de Habitação. Rumores davam conta de que a construção do Residencial Bento Gonçalves, o último de uma sequência de obras realizadas pelo PMCMV em Porto Alegre, estava a ponto de ser paralisada, consequência de impasses burocráticos entre a construtora e o banco financiador, a Caixa Econômica Federal.

Em todo o país, o equilíbrio instável das novas parcerias público-privadas na execução de políticas públicas levou várias empresas de construção civil a declararem falência. No Partenon, as coisas não eram diferentes. Nesse cotidiano instável de dificuldades, as pessoas eram instadas a lidar com os precários canais de comunicação com o Estado para fazerem os benefícios chegarem e imaginarem novos caminhos para o futuro.

A senhora de sessenta e poucos anos que esbravejava e circulava pelo apertado recinto improvisado como gabinete de reuniões era Marília Fidel, presidente do Conselho de Desenvolvimento do Partenon (Codespa) – uma associação de futuros moradores que, desde 2009, demandava unidades habitacionais no bairro. Ao ouvir suas palavras naquela tarde tórrida de fevereiro, comecei a dar-me conta de como os critérios de inclusão e exclusão na política habitacional eram orquestrados através de interações ordinárias entre planejadores, políticos e líderes locais. Para se verem contempladas com a sonhada casa própria e ascenderem à chance de buscar uma vida melhor, as pessoas precisavam buscar ativamente os canais locais pelos quais a política pública era materializada, alinhando-se à maquinaria mais ampla do PMCMV. As autoridades municipais asseguraram a Marília que tudo que teria de fazer era continuar a reunir a comunidade, para que os futuros beneficiários não perdessem a esperança no projeto que lhes garantiria a realização da mobilidade ascendente. À medida que incertezas tomavam conta do cotidiano, os líderes do Codespa tomaram para si

a tarefa de refazer o delicado e arriscado sonho, como eles colocam, de “sair do morro” para descer ao mundo moderno representado pelo asfalto.

Nos capítulos anteriores, documentei como a mobilidade econômica descortinada pelo aumento de renda das famílias e a redução da desigualdade social ao longo da década de 2000 suscitou disputas taxonômicas sobre sua definição entre economistas, sociólogos, planejadores públicos e marqueteiros. Mostrei como a tese da “nova classe média” encontrou vazão na formação de dois personagens idiossincráticos: valendo-se dessa gramática, o economista Marcelo Neri construiu números públicos e o publicitário Renato Meirelles, histórias persuasivas. A trajetória dessas figuras públicas tornou-se a crônica do próprio debate sobre a emergência de um “Novo Brasil”: enquanto Neri tornava-se ministro, Meirelles foi idolatrado como uma celebridade. Neste capítulo e nos seguintes, vou ao encontro da “nova classe média” de carne osso – assim apontada por esses *experts* e por instâncias de mercado e de governo. Que artefatos, personagens e histórias foram colocados em movimento na transformação do desejo das pessoas por uma vida melhor em um coletivo desejante? Como o papel de lideranças e de instâncias locais de governo se reconfigurou a partir desses novos sentidos do engajamento no político, no econômico e no subjetivo?

Acompanhando os rastros da mobilidade na prática, exploro os canais que se abriram nas redes de trocas políticas, econômicas e morais entre planejadores públicos, políticos locais, lideranças comunitárias e cidadãos desejantes, no cotidiano da implantação de uma política pública paradigmática, o PMCMV. De modo particular, investigo como, entre um grupo de beneficiários de Porto Alegre, essas *assemblages* arquitetaram a fabricação de uma comunidade modelo cujos contornos morais falam das ambiguidades da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo. Ao tornar o benefício habitacional um item limitado e valioso, o desenho institucional do programa abriu espaços intersticiais para a atuação de líderes comunitários como Marília. Com a fundação do Codespa, o desejo por mobilidade foi articulado politicamente na demanda coletiva por habitação, materializada em parcerias difusas com governos locais e num trabalho de pedagogização e socialização cotidiana de seus membros. Persuadidos da necessidade de lutarem e engajarem-se na conquista do “sonho da casa própria” como forma de legítima de mobilidade econômica, social e territorial, os membros do Codespa valeram-se de uma linguagem de direitos e de uma economia moral do merecimento para tornarem públicas suas necessidades e darem corpo e vida a uma comunidade modelo supostamente livre dos vícios da pobreza que caracterizariam as periferias das grandes cidades brasileiras.

No Brasil, a cidadania foi construída na articulação entre o cívico, o político e o social (Carvalho, 2003; Oliven, 2014), dando origem a um modo de governo da diferença em que seu acesso é universal, porém desigual (Holston, 1999). A concessão variável de cidadania

erigiu-se sob a forma de um acesso restrito ao Direito e à terra; nesse cenário, a casa própria representava a possibilidade (de outro modo improvável) de mobilidade econômica ascendente por meio da ocupação diferenciada do território ou do espaço social (Lefebvre, 2006; Santos, 1994)¹⁵¹. Nas últimas décadas, James Holston sugeriu em *Insurgent Citizenship*, as periferias urbanas brasileiras teriam demandado novas formas de cidadania igualitária que “converted their violence into law talk”. Isso teria transformado a política brasileira e eliminado formas tradicionais de “clientelistic relations of dependency” (2008, p. 234).

Sem discordar do uso de um vocabulário legal nas relações dos grupos populares com o Estado, observei em minha etnografia como reivindicações locais por inclusão social e cidadania, cristalizadas em negociações em torno de benefícios habitacionais e sua seletiva implementação, também conduziram a novas formas de exclusão e desigualdade. O uso retórico ou discursivo do jargão de direitos não precipita, por si só, novas formações político-democráticas, assim como os deslocamentos espaciais suscitados pela política pública não se traduzem, necessariamente, em mobilidade social. Facilmente subsumidas em categorias totalizantes como “inclusão” e “nova classe média”, a circulação dos “grupos populares” deve ser restituída, por meio da etnografia, às realidades políticas, econômicas e afetivas que se entrelaçam no cotidiano, permitindo questionar criticamente as instâncias locais de governo da diferença (Povinelli, 2014) que levam à distribuição desigual da cidadania na prática.

Neste capítulo, revelo como o trabalho de busca por cidadania e conexão com o Estado, através do PMCMV, propiciou a formação de novas micro-desigualdades entre seus beneficiários. A colaboração entre planejadores, lideranças e políticos locais que tornou a política possível terminou por orquestrar critérios morais de inclusão e exclusão. Estes geraram fronteiras de pertencimento entre os pobres merecedores – alçados, como vimos na primeira parte da tese, à “nova classe média” através do trabalho de economistas e agentes de mercado – e aqueles que, “não querendo se ajudar”, desperdiçaram a oportunidade de tornarem-se cidadãos ativistas em nome da melhoria de vida. Na busca por seus próprios direitos, esses “incluídos” precisaram engajar-se em processos participatórios locais e redescobrir-se a si próprios, justificando a “necessidade” de tornarem-se parte do programa. Ao acompanhar esse processo junto à militância pela habitação do Codespa, investigo como o ativismo pela casa própria esteve na origem do desejo por uma comunidade modelo, purificada e legitimada na retórica do cidadão de direitos, incluído na sociedade de consumo

¹⁵¹ Tradicionalmente, a casa própria é considerada um delimitador central de classe e distinção social, particularmente para a classe média (Castilhos, 2007; Arizaga, 2000; 2005; Girola, 2005). Até a crise econômica de 2008, a realização do “sonho americano” podia ser resumida à compra de hipotecas como porta de entrada para a classe média nos Estados Unidos (Putnam, 2015; Sullivan, 2001; Collado, 2010; Isenstadt, 2014).

e supostamente livre dos estigmas que marcaram as interações entre grupos populares e o Estado pós-ditatorial no Brasil moderno.

3.1 – UM GOVERNO QUE DÁ E TOMA DE VOLTA

Paulo e Rodrigo, dois dos conselheiros mais próximos de Marília que aguardavam pela chegada da líder, tiveram a ideia de viajar até a Restinga – um bairro periférico de Porto Alegre onde seis outros projetos do PMCMV já haviam sido construídos. O bairro fora inventado na década de 1960, durante a ditadura militar e, apesar de sua precária infraestrutura, segue sendo um recipiente eficaz de realocações habitacionais, oferecendo terras em abundância e mão-de-obra pouco dispendiosa. Paulo e Rodrigo queriam produzir informações comparativas para organizá-las e apresentá-las aos membros do Codespa em futuras reuniões. Vendo minha câmera a tiracolo, eles se aproximaram de mim e me convidaram para acompanhá-los até a Zona Sul. Ao fazer-me parte da visita, Paulo e Rodrigo poderiam documentar em vídeo e fotos a “realidade” do tipo de vida que a construção de condomínios em larga escala tornara possível nos últimos seis anos no Brasil.

Um Bairro Periférico

A história do surgimento do bairro Restinga confunde-se com a fundação do Departamento Municipal de Habitação – o Demhab. Os primeiros esforços para tratar da política habitacional em Porto Alegre remontam a 1940, quando se instituiu a Comissão da Casa Popular para tratar da construção de habitações, seguido, na década seguinte, da criação do Serviço de Habitação Popular, de uma superintendência e finalmente em 1952 do Departamento Municipal da Casa Popular, que gozava de autonomia administrativa e financeira. Sob sua égide, eram reunidos diversos serviços, como atendimento médico, odontológico, assistência social e infantil (Demhab, 2007; 2009a; 2009b; Avila, 2000). Em 1965, durante a segunda gestão do prefeito Célio Marques Fernandes, vinculado à ARENA, foi instituído o Demhab, uma “autarquia com a função de construir habitações de interesse social em substituição às subhabitações existentes” (Demhab, 2009a, p. 7).

Na prática, além de mais recursos financeiros – decorrentes de parcerias com a CEF e organismos internacionais –, a criação do Demhab também impactou na crescente precisão estatística dos mapeamentos de áreas e núcleos irregulares. Em 1972, por exemplo, constavam¹⁵² 124 núcleos e vilas com 20.152 domicílios; em 1999 eram 390 núcleos e vilas com 73.057 domicílios, e em 2005, 486 núcleos e vilas mapeados pelo departamento.

Desde a década de 1950, a filosofia subjacente à elaboração de políticas habitacionais pressupunha uma integração entre as atividades da assistência social, da saúde e a implementação de vias e infraestrutura. Isso significava que desde muito cedo o fluxo de pessoas através da malha urbana era visto como atrelado ao saneamento e higienização de populações precarizadas e territórios isolados. Na década de 1960, por exemplo, o lema do departamento era “Remover para Promover” (Demhab, 2009a, p. 32). Como veremos, a gramática da dignidade desempenharia papel crucial na justificação das intervenções estatais – e no modo como seriam apresentadas à sociedade englobante.

O Demhab nasceu em meio a uma tentativa de “fugir” de “atividades improvisadas” – evitando auxílios de emergência e dedicando-se à execução de projetos organizados e

¹⁵² O termo “constar” sinaliza que o que está em jogo não é o aumento no tamanho ou proporção relativa de moradias irregulares, mas a sofisticação dos instrumentos técnicos de apreensão dessa irregularidade.

financiados, na época, pelo Banco Nacional de Habitação. Através de recursos oriundos dessa parceria foi criado o bairro Restinga, cortado pelo Arroio do Salso, com as margens cobertas de mato e sanga, possuindo uma vegetação arbustiva e de matas com figueiras nos sopés dos morros. As primeiras 390 famílias residentes nas Vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia foram removidas em 1971. Em pleno contexto de rápida urbanização, abertura de avenidas e construção de grandes prédios, alegava-se que essas populações ocupavam regiões alagadiças da cidade e de grande insalubridade, que passaram a ser chamadas de “vilas”.

O problema da precária infraestrutura, entretanto, acompanharia as famílias para o novo local de moradia – como esgotos a céu aberto e falta de calçamento. Na década de 1970 elaborou-se um grande projeto habitacional (na época o maior projeto habitacional brasileiro), chamado de “Nova Restinga”, que consistiu na criação de um Distrito Industrial na margem esquerda da mesma avenida que cortava a Restinga. O projeto não vingou como esperavam as autoridades municipais, em parte porque as indústrias não se instalaram na localidade. Mesmo assim, foram criados cerca de dez mil apartamentos e casas populares naquela década, que supostamente absorveriam a mão-de-obra que atuaria nas indústrias. Atualmente, a Restinga é um dos maiores bairros da capital, com o terceiro pior IDH de Porto Alegre¹⁵³ e com uma população três vezes maior que aquela inicialmente pensada pelos planejadores públicos. Agrupando 27 “vilas”, ela é considerada um núcleo urbano autossuficiente dentro da cidade, distante cerca de uma hora e meia do centro.

À exceção do Residencial Bento Gonçalves, todos os empreendimentos do PMCMV na faixa de zero a três salários mínimos foram construídos na Restinga. Em abril de 2011 foi entregue o Residencial Camila, situado na Estrada João Antônio da Silveira; em abril do mesmo ano, o Residencial Repouso do Guerreiro, na Estrada Egdar Pires de Castro; os residenciais Jardim Paraíso (Estrada Barro Vermelho) e Ana Paula (Estrada João Antônio da Silveira) foram entregues em abril de 2012. Em janeiro de 2016, havia ainda dois projetos em fase de finalização: os residenciais São Guilherme, com 352 unidades, e Jardim Belize, com 760 – ambos no Bairro Restinga. Até esta data haviam sido entregues 1948 unidades.

Sáimos de ônibus da Avenida Bento Gonçalves – a poucos metros do canteiro de obras do empreendimento que receberia os beneficiários do Codespa – e, após uma hora de viagem, descemos em uma rua pouco movimentada, cercada de mato por todos os lados. Em nossa frente apenas um conjunto de prédios, o Residencial Ana Paula, entregue pela CEF em 2013. Paramos na portaria, autogerida por um dos condôminos. Paulo partiu em disparada para introduzir-nos como pesquisadores interessados em aprimorar o programa habitacional¹⁵⁴. Nem bem ele terminara de negociar nossa entrada, o porteiro iniciou seu desabafo. Já não havia mais *playground* nem brinquedos; os imóveis estavam sendo abandonados ou invadidos, alguns depredados, sem vidros, pichados, com crianças correndo ao léu, sem nenhuma preparação para a ocupação responsável e a vida em condomínio, enquanto mães ficavam nas beiradas das janelas observando, fofocando e discutindo: “Logo depois que nós viemos pra cá já começaram a *vender*. A pracinha ali acho que não durou um

¹⁵³ Segundo o ObservaPoa, em 2013, o IDH médio de Porto Alegre era 0,805, considerado muito alto, enquanto o da Restinga era 0,685, valor considerado médio.

¹⁵⁴ Nossa chegada foi motivo de inquietação e curiosidade da parte dos moradores. Alguns perguntavam se éramos da TV ou de alguma universidade. Antes que eu pudesse dar qualquer esclarecimento, Paulo interpôs-se com o discurso “acadêmico”: que éramos da universidade e tínhamos interesse de “pesquisa”. Outras pessoas vinham espontaneamente falar-nos, na esperança de alguma solução para seus problemas – como uma mulher que invadiu um dos apartamentos porque na época estava grávida, ou então um senhor que pediu que a universidade fizesse o seu papel e criasse um projeto social de extensão para “capacitar essa gente a viver em condomínio”.

mês, por incrível que pareça”. As mulheres citadas pelo porteiro nos fitavam, efetivamente, do alto do parapeito das janelas, enquanto outras se ocupavam com xingamentos e palavrões arremessados aos transeuntes no térreo. Já os restos que sobraram da estrutura da praça de brinquedos estavam acumulados num canto do condomínio, inapropriados para uso infantil.

Nosso próximo interlocutor foi Vagner, um rapaz relativamente jovem que disse ser o síndico do condomínio. Ele reafirmou que a praça central e o *playground* haviam sido destruídos logo após a mudança para o condomínio; entre 30 e 40 unidades vagas teriam sido invadidas; outras haviam sido depredadas ou pichadas. “Tem muitas crianças soltas nas áreas comuns enquanto as mães se ocupam discutindo, fofocando e gritando com vizinhos do parapeito de suas janelas”, queixou-se.

Paulo e Rodrigo estavam entretidos com o registro da precariedade do lugar. Que tipo de vida era possível diante da falta de organização comunitária e da presença, pela ausência, do Estado? – perguntavam-se os conselheiros de Marília. Por todo o lado, curiosos amontoavam-se e tentavam entender por que Rodrigo tomava notas em seu caderno, ao mesmo tempo em que segurava, na outra mão, um recorte do jornal *Diário Gaúcho* sugerindo que os prédios do PMCMV em Porto Alegre haviam sido tomados pelo tráfico de drogas e por depredações e deserções de toda espécie, causando incertezas e insegurança entre os moradores.

Enquanto isso, eu contemplava as reações às investidas de Paulo e Rodrigo, tentando captar a atmosfera de suspeição que emergira dos olhares desconfiados de moradores. Como beneficiários de políticas públicas, eu pensei, eles deviam estar conscientes de sua relevância política para planejadores e representantes de Estado interessados em criar uma cidade organizada e livre de vícios. Projetos habitacionais executados sob a rubrica do PMCMV costumam lançar mão de um modelo arquitetônico centralizado e estandarizado que é facilmente transferível para diferentes empreendimentos, o que desencadeia uma circulação de formas estruturais, disposição de atributos e *design* espacial (Kopper, 2016). Arquiteta Deborah Fará, vinculada a uma construtora especializada nesse tipo de empreendimentos, comentou em entrevista que “existe um modelo de bloco padrão que precisa ser homologado pela CEF. São blocos muito parecidos, muda poucas coisas nas dimensões. Isso já foi estudado pelos profissionais da construtora para viabilizar a sinalização de construção e a racionalização de custos”. Como a antropóloga Teresa Caldeira notou, condomínios fechados e fortificados constituíam um modelo já visto em formações de classe média na procura de segurança e isolamento nas grandes cidades; agora, tecnologias similares eram simplificadas, padronizadas e reformuladas como materialidades políticas para o governo de “grupos populares”, buscando separá-los da pobreza e colocando-os na direção de uma emergente “nova classe média”.

À medida que eu conversei com diferentes arquitetos e planejadores públicos, tornou-se claro que o ambiente construído era intencionalmente pensado de modo a deflagrar um estilo de vida comunitário, familiar e disciplinado. “Esses empreendimentos têm que ter uma quadra de esportes poliesportiva, um salão de festas, e áreas de estar pras pessoas sentarem e conviverem, graças a um espaçamento mínimo entre blocos de 5 metros”, seguiu a arquiteta Déborah que, ao listar as exigências dispostas pela CEF às construtoras, revelou como projetos de ressocialização eram cristalizados na modelação do espaço construído. A disposição dessas instalações e sua inserção no tecido das grandes metrópoles deveria repercutir na melhoria da condição moral dos pobres, ensinando-lhes novos valores à medida que fossem reassentados para espaços urbanos de classe média. Tentativas de monitorar e avaliar o tipo de vida tornado possível por esses condomínios eram parte integrante de como os projetos habitacionais entravam nos debates públicos, mas também estava no centro de como as pessoas ordinárias engajavam-se como parte ativa desses projetos.

Sentado de baixo de uma árvore, observando as crianças brincarem com pedras e bebendo chimarrão, estava Seu Luís, um morador do condomínio. “O problema, ele nos disse, é que as famílias que entram aqui não são preparadas para mudar para esse ambiente. O que falta é um trabalho de conscientização dos próprios moradores, valorizar o que recebeu”. Após interromper sua fala para xingar um menino que parecia querer subir em um veículo estacionado ao lado, Seu Luís prosseguiu: “Eu muitas vezes me vejo tendo que educar os filhos de outras pessoas. Tu tem todo um choque cultural, as pessoas moram num lugar onde tudo é liberado, o lixo, onde a regra não existia”. Depois de fazer uma pausa, ele completou:

Isso aí acontece muito que nem a droga. Os caras atacam no dar. O governo hoje dá bolsa, dá isso, dá aquilo... só que ele não ataca a causa. Receber é fácil, mas o que vem depois? Essa que é a grande questão. Existe dentro da máquina do governo vários programas, mas que não funcionam na sua maioria. Por isso que o Brasil está do jeito que está, né?

A cativante justaposição de Seu Luís, do modo como políticas de Estado e traficantes de drogas operavam dando à população benefícios aparentemente “gratuitos”, permaneceu em minha mente por algum tempo. Transferências condicionais de dinheiro como o Programa Bolsa Família (PBF) estabeleceram-se desde 2003 e, junto de outras políticas de Estado, foram responsáveis pelo incremento nas estatísticas sociais do país. Nos anos recentes, realocações habitacionais promovidas pelo PMCMV tornaram-se uma parte significativa desses programas de intervenção e críticas como a de Seu Luís, mesmo que corriqueiras, se tornaram importantes lócus de contestação (Neves, 2011; Mesomo, 2014). Pessoas em diferentes periferias das grandes cidades foram removidas de invasões e assentamentos, num esforço aleatório que frequentemente piorou suas condições de vida,

destituindo-os de seus empregos informais ou temporários sem oferecer alternativas de trabalho e de infraestrutura.

Projetos habitacionais passaram a alimentar o imaginário de um novo ambiente pessoal de desenvolvimento e a produzir artefatos materiais que ajudariam o governo na busca por uma narrativa de sucesso sobre um novo país em desenvolvimento. Entretanto, observando mais de perto o que acontece no cotidiano de beneficiários, esse raciocínio linear rapidamente se desfazia. Quais eram os problemas concretos e diários que surgiam dessa cartografia induzida pelo território urbano e que buscava cristalizar novos sujeitos políticos? Como essas novas subjetividades, através dos devires que colocaram em circulação, passaram a lidar com discursos políticos e econômicos, amarrando cidadania e inclusão de mercado?

Pendurado na janela despedaçada de um dos apartamentos, encontramos a fotografia do candidato a vereador de Porto Alegre Humberto Goulart (PTB). Doutor Goulart, como era conhecido, era um dos políticos mais antigos da cidade. Ele graduou-se em medicina sanitária no início dos anos 1970 e trabalhou por vários anos em programas de saúde pública. Em seu website pessoal, lia-se que “quem tem a oportunidade de conviver com ele conhece bem a sua dedicação, permanente com as classes trabalhadoras e com os menos favorecidos”. Aos sábados, Doutor Goulart atendia a pacientes carentes, realizando exames ginecológicos gratuitos e promovendo palestras nas comunidades do bairro Restinga. Na época em que os primeiros condomínios do PMCMV foram inaugurados, Doutor Goulart era secretário municipal de habitação. “Aqui nós todos votamos nele”, lembrou Maria Diniz, uma senhora de sessenta anos, impaciente para contar-nos mais sobre os problemas do empreendimento em que vivia. Ela rememorou com nostalgia o tempo em que Doutor Goulart vinha para visitar as mulheres do projeto, dando-lhes exames gratuitos em um dos salões comunitários, agora depredado. “Tudo virou uma esculhambação; as mulheres não querem se ajudar. Ta tudo abandonado, nem o exército quer tomar conta”, confessou.

Maria Diniz apontou para a justaposição forçada de pessoas oriundas de diferentes comunidades e partes da cidade, um dos grandes problemas do programa. Suas palavras não deixavam dúvidas: “Teve gente que veio lá detrás do Beira-Rio pra cá! Gente lá do Rubem Berta pra cá, e gente lá daquele, como a gente chama, o Timbaúva. Mas isso aí é... *tu não inclui pessoas das vilas num projeto desses*”. Formações comumente encontradas nas periferias das grandes cidades brasileiras, as vilas são adensamentos populacionais considerados “irregulares” pelo Estado e que incluem, usualmente, uma população variada de trabalhadores informais, traficantes de drogas e moradores de rua. Na visão da senhora, os cálculos do Estado visando incluir beneficiários não deveriam levar em consideração pessoas sem estrutura para progredir. Aulas gratuitas de boas maneiras e de como se comportar civilizadamente deveriam ser dispensadas pelo governo aos novos beneficiários.

Paulo aproveitou para perguntá-la sobre a ocorrência de desistências e entregas voluntárias de apartamentos. “Ihhhhh... Teve gente que nem chegou a entrar aqui dentro!” – Maria Diniz foi categórica e esbravejou: “Os próprios moradores já botaram outras pessoas, já venderam. Teve gente que vendeu chave aqui por 500 pila! Eu digo, eu *ganhei com tanto sacrifício*, tu acha que eu vou vender? Onde se viu?”. A senhora queixava-se ainda quanto à inexistência de creches e escolas nas imediações. Ela própria disse que se disporia a cuidar das crianças, caso fosse criado um espaço de convivência que pudesse acomodá-las, no interior do condomínio. “As mães são daquelas que não se interessam, não gostam que os filhos tenham uma boa educação”, concluiu.

Alguns blocos dali, um pequeno grupo de residentes discutia sobre o futuro do lugar. O que o condomínio estaria em vias de tornar-se? Como a falta de planejamento infraestrutural mais amplo afetaria seus próprios desejos em construir uma nova vida? “Essas unidades eram para ser para famílias de baixa renda”, comentou um senhor de 45 anos. “O problema é que a gente paga 350 real de IPTU por ano, 80 reais de condomínio o mês, mais água, mais luz, que é registro individual, mais a parcela da Caixa, de 300 e poucos contos... Tem gente que paga até menos num condomínio de burguês, aí! É câmara, é dois seguranças, é serviço particular, pra que tudo isso?”, seguiu o mesmo sujeito. Uma pessoa ao seu lado corrigiu-o, dizendo que as câmeras foram destruídas pelas crianças, enquanto outra afirmava que elas haviam sido levadas pela equipe de segurança, dispensada por falta de pagamento.

“Depredaram um carro... Conta pro tio o que fizeram com o carro”, uma das senhoras questionou uma criança que passava por perto. “Fala!”, berrou. Enquanto esperávamos pela fala que não vinha, o senhor prosseguiu: “Não tem mercado aqui perto. Fizeram um troço bem mal-estruturado, na real. Quer saber? Eu acho que a Dilma que deu a furada, não foi a Dilma que fez isso daqui?”. Após certo silêncio, a senhora objetou que o governo federal não poderia ser responsabilizado pela falta de infraestrutura. Outro lembrou que boa parte dos beneficiários também estavam inscritos no PBF. Depois de pensar por alguns instantes, o senhor concluiu: “Mas eles dão o Bolsa Família pras pessoas que não têm condições de pagar. O governo é esperto: ele dá o dinheiro e toma de volta. A gente ta devolvendo pra Dilma!”.

* * *

O caminho de volta à sede do Codespa, algumas horas depois de nossa chegada, foi permeado de impressões sobre o que Paulo e Rodrigo tinham acabado de ver e ouvir. Para eles, os residentes desses condomínios pareciam demasiadamente despreparados e deseducados para adaptar-se aos conceitos de sociabilidade e convivialidade mútua que subjaziam a arquitetura planejada do lugar. Em um contexto em que benefícios habitacionais

eram distribuídos em número limitado entre os pobres urbanos, eles argumentavam, a falta de um desejo que conduzisse à mobilidade social e econômica ascendente era suficiente para torná-los não-merecedores na luta de um país por inclusão social através do acesso a bens e serviços. As pessoas simplesmente não saberiam como usar uma casa e como dispendar conscientemente o dinheiro dos subsídios na construção de uma vida digna.

Entretanto, as críticas e narrativas dos beneficiários sobre os limites da política pública contavam uma outra história. “O governo dá e toma ao mesmo tempo”, foi a última expressão que ouvimos. Em sua sabedoria ordinária, as pessoas insinuavam uma crítica ao modo como o governo operacionalizava o benefício – isto é, valendo-se de uma maquinaria difusa que delegou a administração aos municípios, concedendo benefícios condicionados à inclusão mercadológica dos pobres e, ao mesmo tempo, concedendo incentivos fiscais às empresas construtoras para encorajar o crescimento econômico e o consumo em massa.

Paulo e Rodrigo não estavam preocupados com um sentido de falha estrutural da política pública. Ao contrário, seu trabalho moral era o de inventar um intenso contraste entre os próprios pobres – entre os merecedores e não-merecedores do benefício social. Como o seu engajamento em associações comunitárias como o Codespa poderia ajudá-los a escapar do destino dos pobres urbanos brasileiros, fundando uma zona moral, encravada no espaço, capaz de conduzir à cidadania e a novas subjetividades políticas? O que a busca por essa comunidade modelo por dentro da política habitacional poderia nos dizer a respeito do trabalho por cidadania e acesso a direitos nesse Brasil movido a políticas sociais?

3.2 – GOVERNANDO ATRAVÉS DA CASA

A trajetória dos condomínios residenciais na Restinga é mais um capítulo da longa história da habitação no Brasil, que se confunde com os rápidos processos de industrialização e urbanização das grandes cidades ao longo do século XX. A Lei de Terras de 1850 – que declarava o mercado de compra e venda como único meio de acesso à terra, excluindo-se, com poucas exceções¹⁵⁵, a posse e a ocupação – deu o primeiro impulso na desigualdade econômica e social que se perpetuaria com a abolição da escravatura de 1888. Cidadãos desiguais por definição, os escravos libertos apenas poderiam votar para escolher vereadores, juízes de paz e eleitores¹⁵⁶ se alcançassem o critério censitário – renda de 100mil réis anuais –; ainda assim, era-lhes vetada a ocupação de cargos eletivos. O surgimento de cortiços, amplamente documentados pela literatura de ficção da época, cristalizavam a segregação no

¹⁵⁵ As terras de fronteira, por exemplo, eram passíveis de ocupação e poderiam ser concedidas pelo Estado.

¹⁵⁶ Eleitores eram sujeitos capazes de escolher deputados provinciais e gerais, além de senadores, em uma lista tríplice, que eram posteriormente escolhidos pelo Imperador.

espaço de trabalhadores livres, pobres e precarizados, revelando o descompasso histórico entre o acesso à cidadania e à moradia, e o crescimento populacional e das cidades.

Muitos autores concordam que a ineficácia das políticas estatais em prover alternativas para dimensioná-la terminou por afastar os contingentes pobres dos centros em direção a ocupações informais de terra, criando periferias suburbanas, precárias, paraestatais e sem infraestrutura. A partir de 1950, devido ao desenvolvimentismo industrial e à rápida urbanização brasileira, esses problemas se agravaram. Em 1964 foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que procurava dinamizar a captação de recursos para financiar habitações através de dois instrumentos: o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Ambos eram administrados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), considerada a principal instituição financeira de desenvolvimento urbano. Por meio de operações de crédito, ele financiava empreendimentos imobiliários e era fiscalizado pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Nesse modelo centralizado de distribuição de recursos em vigor durante o período de Ditadura Militar, as demandas por unidades habitacionais eram divididas em dois ramos: um, gerido por agentes privados ligados à construção civil, voltado para a classe média e alta; outro, para as classes de baixa renda, gerenciado pelas Companhias Estaduais e Municipais de Habitação (COHABs). Com a instabilidade econômica, arrocho salarial e inflação elevada da década de 1980, a inadimplência dos financiamentos tornou-se um problema e, aliada à diminuição da arrecadação do FGTS e da SBPE, causaram a extinção do BNH em 1986.

Para Cardoso e Aragão, o colapso do sistema de crédito habitacional mostrou a “fragilidade institucional e descontinuidade administrativa [do Estado], com reduzido grau de planejamento e baixa integração às outras políticas urbanas” (2013, p. 2). Nos anos que seguiram à falência do banco, as ações habitacionais passaram a depender da iniciativa de governos municipais, fortalecidos pela reforma institucional e fiscal promovida pela Constituição de 1988 (Arretche, 1996). A produção habitacional manteve-se baseada no modelo de “autofinanciamento” (Cardoso, 2000), que exigia que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento, e cooperativas habitacionais e de crédito assumiram o papel das antigas COHABs. Os processos de urbanização, regularização fundiária de assentamentos precários e construção de habitações populares não foram suficientes para abrigar a massa urbana de pobres, e muitas vezes funcionavam como um incentivo à formação de novas favelas e ocupações ilegais (Cardoso e Aragão, 2013, p. 23; Maricato, 2001, p. 17).

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003, foram criados organismos que promoveram a descentralização das políticas habitacionais. Sob o novo Ministério das Cidades passava a funcionar o Sistema Nacional de Habitação de

Interesse Social (SNHIS) que passou a planejar as diretrizes da nova política habitacional e urbana e a alocação de recursos em parceria com estados e municípios. Também foi criado o “Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social” (FNHIS), que permitia o repasse de recursos a fundo perdido para estados e municípios, efetivamente implementado em 2005. Segundo Cardoso, Aragão e Araújo, “esse processo demonstrava a intenção do governo em planejar ações com horizonte temporal de médio e longo prazo diante dos problemas urbanos de moradia, criando condições para a constituição dos meios necessários para atingir seus objetivos” (2011, p. 2-3). Em nível municipal, conselhos com participação popular foram criados para elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Na opinião de críticos, essa nova estrutura habitacional que culminaria com a invenção do PMCMV em 2009 condensava e aperfeiçoava experiências anteriores, aproveitando o *know-how* de empresas que desenvolveram técnicas de barateamento dos custos de construção que visavam atender prioritariamente às “classes populares” (cf. Kopper, 2016). Com o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁵⁷ em 2007, essas novas políticas habitacionais consolidariam um modelo de progressiva liberalização dos gastos públicos e aumento no volume de crédito via bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e CEF). Ao mesmo tempo em que tinha impactos diretos sobre o crescimento da economia, aquecendo a indústria de construção civil, o programa também privilegiava a urbanização de favelas e outras ocupações, convertendo-as em modelos nacionais de reintegração das famílias à sociedade (Cavalcanti, 2007; 2009).

Seguindo experiências chilenas e mexicanas, o PMCMV punha em marcha um modelo de parceria público-privada em que políticas públicas eram realizadas via mercado mas com controle direto do Estado sobre os critérios de seleção de beneficiários, os juros do financiamento, o volume de crédito e a procedência das construtoras. Assim, o programa situava-se a meio caminho entre as iniciativas paliativas e de emergência que predominaram na década de 1990 e a política de autofinanciamento que predominou na época do BNH em décadas anteriores: altamente subsidiado, o sonho da casa própria não dependia mais da aprovação de crédito individual, mas consistia ainda assim num contrato de compra e venda realizado no espaço do mercado e, portanto, sujeito às suas consequências legais.

Os sujeitos imaginados pela política habitacional colocada em marcha pelo PMCMV nasciam nas próprias interfaces ambíguas entre mercado e Estado: como cidadãos-beneficiários, precisavam disputar e desejar o escasso benefício; como cidadãos-consumidores, precisavam tornar-se seus mantenedores e administradores legais. Isso

¹⁵⁷ Trata-se de um programa do governo federal brasileiro que englobou um conjunto de políticas econômicas planejadas para os quatro anos seguintes (sendo renovado em 2010 sob a sigla de PAC2), com investimentos de R\$ 503 bilhões até 2010, e priorizou áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

pavimentou o terreno para a emergência de associações civis como o Codespa, que se construiu como um movimento político – isto é, arregimentando futuros moradores em torno de um projeto coletivo de mobilidade e participação com vistas ao sonho da casa própria –, mas realizado no espaço do mercado – ou seja, na apropriação individual dos apartamentos como materialidades que permitiam imaginar vidas melhores. Na etnografia dos alinhamentos entre a política pública e seus desdobramentos, é possível desvendar as subjetividades da mobilidade que floresceram nas conjunções políticas, econômicas e morais.

3.3 – O POLÍTICO COMUNITÁRIO

Figuras como Paulo e Rodrigo consolidaram-se à proporção que o PMCMV tomava forma e encorajava a organização comunitária de associações como o Codespa. Tomando notas das falas, pegando contatos telefônicos, suas habilidades de observação, percepção e avaliação os tornavam exímios assessores de lideranças locais e denotavam uma circulação por espaços de bastidor da política tradicional. De suas noções sobre a democracia representativa emergia um entendimento êmico de que uma comunidade modelo deveria levar à concessão e repartição de benefícios escassos, fossem eles políticos ou comunitários, entre aqueles que compunham a rede de alianças, para “fortalecer” esses vínculos coletivos.

Certa vez, já ao fim de uma das reuniões mensais do Codespa celebrada na nova sede construída ao lado do Residencial Bento Gonçalves, fui interpelado por um dos oradores que falava à comunidade sobre projetos de geração de renda. Era maio de 2014 e estávamos há alguns meses das eleições presidencial e estadual brasileiras. Nos fundos do estacionamento, ele colocou um calhamaço de folhas sobre o porta-malas de seu carro e perguntou: “O que tu achas disso? Vou apresentar o projeto semana que vem”. Sem saber ao certo como reagir, contemplei aquelas páginas. Eram cerca de quinze, separadas em capa, sumário e tópicos muito bem delineados e esquematizados. Na capa, lia-se em letras garrafais e destacadas: “PMDB, rumo a um partido ainda melhor!”. Logo abaixo, a proposta: “Projeto Político”. O sumário era recortado por tema, objetivos e trabalho de campo.

Enquanto lia alguns trechos diante de mim, o senhor intercalava explicações de que aquele era um projeto para melhorar a imagem do partido nas comunidades periféricas. “Essa vai ser a grande virada!”, enfatizou. Em uma das frases mais incisivas, ele dizia que era preciso acabar com velhas formas de fazer política baseadas na hierarquia e começar a trabalhar a partir de parcerias e compartilhamentos, produzindo conhecimento que beneficiasse efetivamente a comunidade. Era necessário desenvolver novos canais de comunicação com as “vilas” e comunidades carentes de Porto Alegre¹⁵⁸.

¹⁵⁸ As reivindicações do documento e seu tom de busca por transparência ecoavam com as pautas dos protestos de junho de 2013 em diversas capitais brasileiras. Conhecidas como Jornadas de Junho, elas congregaram milhões

Não foram raras as vezes em que, em outras ocasiões, ele se aproximou de mim, com curiosidade, para saber mais de meu trabalho. Além de querer provar-se um intelectual diante da comunidade, ele se valia dessas interações para sugerir a valorização do que chamou de “conhecimento de causa” e, mais importante, a necessidade de um pragmatismo que revertesse as pesquisas em aplicações e melhorias concretas. Em seu conjunto, essas preocupações apontavam para a formação de novos sentidos do que lhe parecia deveria ser a política comunitária. Para ele, era preciso produzir uma nova “visão de *marketing* sobre a política”, capaz de aproximar o partido ao qual estava filiado às bases sociais e populares.

Desde a primeira página, ele explicou que o objetivo do projeto era o de recolocar o PMDB na “frente executiva” do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, o Codespa comprometer-se-ia a apoiar três candidatos a deputado estadual do mesmo partido. Na parte destinada à metodologia, o líder descreveu brevemente as regiões de Porto Alegre segundo a divisão do OP para em seguida focar-se em duas delas: Partenon e Lomba do Pinheiro. Em cada uma, listou os colégios eleitorais, junto de seus devidos endereços e localização no mapa – esses eram os locais que o novo projeto político visava atingir. “Eu coloco alfinetes azuis para os comitês eleitorais do PMDB espalhados pela cidade e alfinetes vermelhos para os do PT, pra monitorar as ações do partido rival e contra-atacar à altura”, completou.

A seção destinada ao “trabalho de campo” contemplava a operacionalização do projeto, ou de como o Codespa dispunha-se a mobilizar a comunidade em favor da estratégia eleitoral traçada. No período de realização da campanha, entre 5 de agosto e 5 de outubro, seriam empregados membros da comunidade; pagar-se-ia R\$ 300 semanais a cada um que fosse contratado como agente, além de um adicional de R\$ 50 por dia a quem fizesse uso de seu próprio veículo de transporte no processo. Para quem dispusesse de van, o custo diário adicional subia para R\$ 100, já que implicaria o pagamento de motorista e combustível.

De posse do mapa político da cidade e com um orçamento detalhado do engajamento político, o novo projeto político propagado pelo líder incluía a participação de tantas pessoas da comunidade quanto fossem possíveis, garantindo-lhes remuneração por alguns meses enquanto vendiam a imagem de um “novo” partido aos seus pares. Antes que eu pudesse continuar a ler aquelas páginas sedutoras, ele as recolheu do porta-malas do carro e engatou rapidamente outra conversa. “Por que tu não aparece mais nas reuniões do OP? Semana que vem quero lançar outra *ideia* muito interessante”. Perguntei do que se tratava. Ele completou dizendo que formariam uma comissão que se encontraria nos três sábados seguintes para discutir a formação de uma Copa de futebol paralela à Copa do Mundo – que se realizaria

de brasileiros de distintos credos políticos em manifestações populares ao longo daquele mês. As pautas incluíram cobranças quanto ao aumento da passagem e má qualidade dos serviços públicos de saúde e transporte; críticas à repressão policial, aos gastos públicos com megaeventos esportivos e à corrupção política endêmica (Damo, 2013; 2014).

entre junho e julho de 2014, no Brasil. “Vamos ter jogos de futebol de várzea nos mesmos dias dos jogos ‘oficiais’. Vai ser uma maneira de colocar as crianças da periferia no mapa. Mas para fazermos isso precisamos de parcerias. Da universidade, do governo, da sociedade”.

* * *

O projeto mencionado foi redigido por Seu Luís, um senhor negro em seus 50 anos, orgulhoso de sua formação universitária em economia. Engajado em associações comunitárias desde longa data, Seu Luís era vice-presidente da Associação Comunitária dos Moradores e Amigos da Vila Clarel (ASSCOMAVIC) e participava de diversas articulações políticas no bairro Partenon. Conheci-o quando comecei a frequentar as reuniões do Fórum de Delegados e Conselheiros (FROP) do Partenon do Orçamento Participativo. Era dezembro de 2012 e Seu Luís era conselheiro titular da região.

Entre Churrascos e Feijoadas

Os jantares, churrascos e feijoadas das associações comunitárias são um espaço privilegiado de sociabilidade em que é possível observar seus membros em interações informais, mas também acompanhar as dinâmicas de rivalidade entre grupos na auto-organização das festas. Ao longo do trabalho de campo, tomei parte em vários desses eventos, organizados pelo Codespa e por outras associações, como a de Seu Luís.

Era uma noite de inverno de 2013 e Seu Luís havia alugado um galpão tradicionalista junto à Associação dos Cabos e Soldados. Minha presença era motivo de envaidecimento; ele tomou-me pelo braço e introduziu-me a várias pessoas, explicando como havia pensado em cada detalhe. Uma delas era a presidente do grupo – uma senhora de 88 anos. Seu Luís logo explicou: “É por isso que eu preciso estar aqui; ela sozinha não faz mais nada”.

Rapidamente, ficou nítido que a festa visava contrapor-se àquelas patrocinadas pelo Codespa, numa espécie de competição agonística sobre quem era capaz de melhor organizar-se para entreter a comunidade. “É assim que se organiza as coisas; nós já tínhamos pessoal trabalhando desde o início da tarde. Aqui o clima está de calma, mas por trás dos panos nós temos várias pessoas terminando os serviços necessários à festa”, confessou.

De fato, a organização do espaço era de dar inveja; o galpão com mobília rústica havia sido totalmente redecorado; no centro, demarcado por uma espécie de salão de danças, havia, num dos cantos, algumas mesas acopladas com toalhas brancas, sobre as quais estavam as saladas; Luís apontou para o fundo, dizendo que até as reservas já estavam prontas. Na mesma linha do *buffet*, havia um local que mantinha as comidas e carnes quentes. Os assadores já estavam com o galeto no espeto e na churrasqueira há algum tempo. Na periferia do salão principal, que também estava destinado a hospedar o baile, estavam dispostas mesas individualizadas com capacidade para quatro pessoas, com panos brancos estendidos sobre elas. No palco, uma instalação de DJ, com caixas de som, computador e algumas luzes, bem como um telão para projeção com o aparelho logo na frente.

Com certo desapontamento, Seu Luís contou-me que Marília não poderia vir à festa; estava em Passo Fundo resolvendo problemas pessoais com um de seus filhos; outros membros do Codespa, entretanto, haviam comprado ingressos para o jantar-baile. Ele sentou-se ao meu lado e conversamos sobre suas insatisfações quanto à diretoria do Codespa, da qual era parte. “O nível cultural das pessoas ainda é muito baixo; as pessoas precisam de mim para qualquer tarefa mais complexa, que exige algum conhecimento específico, como por exemplo redigir uma minuta ou um documento”, queixou-se. Para Seu Luís, havia uma distinção fundamental entre sua associação e a do Codespa: “Eles têm bem mais pessoas,

mas é outro tipo de engajamento. Ali as pessoas tão atrás de apartamentos. No momento em que essa luta acaba, morreu o movimento”. Ele lembrou de reuniões passadas, quando chegaram as primeiras notícias de atraso nas obras e o abandono de algumas pessoas. Seu grupo, pelo contrário, não tinha pretensões imediatistas; reuniam-se não por demandas pontuais, mas pela simples sociabilidade de estarem em coletivo. Suas queixas não paravam por aí; falou-me dos problemas que o inquietavam, da ausência de negros na Câmara de Vereadores; da dificuldade de negros e pobres de ingressarem na política – citando Marília e seus pouco menos de 2500 votos em 2012 como o exemplo cabal.

Perguntei a Seu Luís quantas eram as pessoas que participavam de sua associação. Ele desconversou e disse que era hora de iniciarem o baile. Todo o processo foi muito formal. Seu Luís, como é de seu jeito, pegou o microfone para agradecer a presença de todos, saudando a todos os “senhores e senhoras”. Ele também passou de mesa em mesa para vender números de uma rifa que sorteava uma cesta de café da manhã, uma torradeira, uma cafeteira e um liquidificador. Cada número custava R\$ 2; a janta custava R\$ 20. Na mesa onde se encontravam os membros do Codespa, todos compraram números. Quando a música começou, poucos casais sentiram-se animados a dançar; Seu Luís havia selecionado músicas gauchescas antigas, com intervalos muito grandes e com alguma dificuldade por parte dos DJs, que ficaram um bom tempo tentando montar o cenário com a lâmpada que insistia em não ficar pendurada no local adequado. Assim mesmo, foi feito o sorteio dos prêmios. “Assim vamos tocando”, ele se virou para mim sorrindo.

Com grande experiência na política comunitária, Seu Luís considerava-se também uma espécie de caçador de talentos. Foi assim que descobriu o jovem Rodrigo. “O Luís que já me conhecia sugeriu pra Marília, ‘oh tem o Rodrigo ali, ele lida com TI, ele pode ajudar em muita coisa. Ele pode organizar computador pra gente, ele faz sites...’ E aí é onde tudo começou. Onde não parou mais”, contou Rodrigo, que teve uma conversa pessoal com a líder do Codespa e passou a tomar parte ativa na diretoria do movimento. “Cheguei meio sem saber, meio sem chão, como todo mundo chega, ‘ah participa da reunião, vai lá, acompanha, pra ver se tu consegue um lugar pra ti morar, alguma coisa assim’”, ele continuou. Ao tomar conhecimento dos bastidores da luta política e comunitária, Rodrigo adquiriu gosto pela “luta” à proporção em que rapidamente escalava nas posições de poder da associação. Passou a participar de reuniões de planejamento, acompanhou os líderes em encontros fechados com autoridades municipais e engajou-se na militância política pelo PMDB. Em pouco tempo, estimulado pelo seu trabalho com *marketing* político, mídia e panfletos eleitorais, Rodrigo ascenderia à posição de assessor político do grupo.

3.4 – A FORMAÇÃO DE UMA LÍDER COMUNITÁRIA

Seu Luís e Rodrigo não eram os únicos membros do PMDB a povoar a diretoria do Codespa com uma filosofia política de estímulo ao trabalho comunitário que remontava ao período de consolidação do PT e implantação do OP na capital gaúcha. Marília Fidel, presidente da associação e liderança atuante nos espaços da democracia participativa da cidade desde 1999 (quando se elegeu conselheira pela Região Grande Partenon por dois mandatos consecutivos), é a própria encarnação da circulação político-partidária: quando ingressou na militância, filiou-se ao partido que havia concebido o OP, o PT. Anos depois,

com o fim da Administração Popular, seguiu a mudança partidária da política municipal, convertendo-se ao PMDB e levando seu séquito de colaboradores no Codespa¹⁵⁹. Essas metamorfoses nas alianças partidárias representavam, para ela, uma mudança de atitude diante da política comunitária: “Quando o OP surgiu, os líderes se matavam por 1% do orçamento do município. Hoje os líderes trabalham pro governo; eu trabalho pro governo”, ela confessou-me certa vez, em uma de nossas conversas.

Em dezembro de 2013, sentei-me com Marília na sala da diretoria da creche que administrava para ouvir sua história. “Como eu me tornei o que chamam hoje de líder comunitária?”, foi a pergunta que ela se colocou no início de nossa conversa. “Eu sempre conto que foi na contramão da minha história”, brincou. Ao colocar-se como a personagem de sua própria história, ela apontava para a institucionalização da figura do líder comunitário na paisagem das políticas públicas contemporâneas. Além de um “plano de carreira”, a liderança precisava de uma história que convertia o tempo do cotidiano à exceção da política.

Diante da câmera, Marília objetificou a trajetória de uma mulher comum. Falou sobre a vida difícil que levava desde pelo menos os seus 12 anos, quando começou a trabalhar para ajudar a família; sobre o casamento, ainda jovem, que veio acompanhado de mais trabalho e acabara com suas chances de ingressar na vida pública. Durante este tempo, Marília e seu marido já moravam na Avenida Paulino Azurenha; ela era caixa de um supermercado e ele, açougueiro. “Não faltava nada”, completou. Com os sacrifícios realizados para ganhar dinheiro e ampliar a casa de madeira, a situação econômica de sua família melhorou aos poucos. Em certo ano, já com a “casa arrumada”, Marília não precisou trabalhar durante as férias de verão. Enquanto descansava em casa, dois meninos que vendiam tomate e cebola bateram à sua porta. Ela os convidou para entrar e almoçar com seus filhos. “Eu achei que a história tinha encerrado ali. No outro dia eles vieram e trouxeram mais dois irmãozinhos vendendo, e trouxe mais dois irmãozinhos, já num intuito de almoçar”, seguiu.

À medida que Marília comprava as cebolas e tomates e cozinhava para as crianças que se multiplicavam à porta de sua casa, ela passou a ouvir as histórias de vida de cada um. “Eu vi que eles estavam fora da escola, mas ainda não tinha uma noção de que aquilo ali era o trabalho infantil que a gente fala hoje. Pra mim eram crianças que trabalhavam como eu. Eu sou um produto do trabalho infantil mas não encarava como trabalho infantil”, ela continuou. As crianças vinham do coração da Vila Maria da Conceição¹⁶⁰, próximo à Rua Umberto Campos, onde Marília teria grande parte de sua atuação como líder comunitária.

¹⁵⁹ Em 2015, Marília divulgou em sua página na rede social que negociou mais uma repartidarização – a sua própria e a dos principais líderes da diretoria do Codespa –, desta vez para o PDT.

¹⁶⁰ Como podemos ver nos Mapas 1 e 2 na introdução, a Vila Maria da Conceição perfaz um agregado de diferentes comunidades de “grupos populares” situada em uma região montanhosa do bairro Partenon, há pouca distância da Avenida Bento Gonçalves, uma das principais da cidade, onde foi construído o Residencial homônimo.

“Aquilo começou a me preocupar”, ela prosseguiu, “e um dia meu esposo perguntou se eu ia abrir uma quitanda. Eu não tinha me dado conta que eu tava fazendo um estoque de tomate e cebola porque eu já não conseguia mais fechar a porta pra eles”. Depois de conversar com as crianças e ouvir delas que passariam fome caso deixasse de comprar seus produtos, Marília procurou a Associação de Moradores do bairro para explicar a situação. Lá foi informada que cuidavam de outras questões, como pavimentação e saneamento básico, mas que não podiam tomar conta de crianças. “Aí eu fiquei muito braba! Pra mim a matéria prima de um movimento social é uma criança! Então ali eu já fiquei com o pé atrás na Associação de Moradores. Minha primeira experiência foi muito negativa”.

Com uma rede de ajudas baseada na vizinhança, Marília já atendia cerca de quinze crianças em sua casa e foi buscar ajuda na Assistência Social da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que lhe explicou que teria de ser uma pessoa jurídica. “Pra mim eu tinha que ter ensino superior, mas como? Eu tava terminando o supletivo e a senhora quer que eu me forme?”. Na falta de traquejo, explicaram-lhe que “jurídico era fazer uma associação”. Depois de passar noites em claro, debatendo o assunto com as vizinhas, e com as pressões do marido, Marília abandonou a ideia. Aos prantos, ela contou de como tentou explicar às crianças que deixaria de cozinhar para elas para voltar ao trabalho na semana seguinte. “Foi difícil! Tu me perguntou como eu entrei no movimento social? E eu digo, como é que eu vou sair agora? Não tinha jeito”.

Marília chamou para si algumas mulheres decididas a encabeçarem a primeira associação de mulheres para tratar das crianças. No trabalho, Marília pediu transferência para o turno da noite, com rotinas que iniciavam às 15 horas e se estendiam até a meia noite. Em busca de legitimidade junto a outras entidades, Marília buscou o apoio da UAMPA e da Associação de Clubes de Mães, que rejeitaram sua inclusão por considerá-la política e sexista. Marília finalmente associou sua recém-criada associação de mulheres, chamada de Bem-me-Quer, à Federação das Mulheres Gaúchas, também vinculada à LBA. Foi lá que aprendeu sobre gênero, participando de seminários e trocas diversas com outras mulheres.

O primeiro pacto que Marília estabeleceu com o governo foi através do Programa Recriança¹⁶¹, criado no fim da década de 1980. “Nós buscamos esse programa, que era exatamente o que a gente fazia, só que sem ter o nome”, prosseguiu a líder. “Aí veio alimentação, veio material escolar, veio cursos. Eu só tinha um banheiro que era o da minha casa, aí nós dávamos tricô e crochê na minha sala, culinária na minha cozinha, e oficina na

¹⁶¹ O Programa Recriança foi lançado pelo Ministério da previdência e Assistência Social em 1988 e atendeu a mais de 500mil crianças em todo o país por meio de parcerias com as prefeituras municipais. Perdurou até o Governo Collor de Mello, sendo posteriormente reconfigurado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

minha garagem. Se criou uma entidade, nós perdemos a noção. Atendíamos crianças de zero a dezesseis anos”, continuou.

A mobilização com as mulheres chamou a atenção da diretoria da Associação de Moradores, que procurou Marília para compor uma chapa eleitoral. Após relutar, ela aceitou ser a vice-presidente, desde que o presidente fosse um homem com competências para mediar questões como asfalto e saneamento básico. “Pela primeira vez votaram 229 pessoas. Eu nunca me esqueci. Não votava mais que dez pessoas na associação. Foi a maior vitória e a maior responsabilidade”. Seis meses após as eleições, o presidente faleceu e Marília se viu na iminência de assumir o comando da Associação de Moradores da Vila Maria da Conceição.

Na nova realidade que Marília vira desenvolver-se, as pessoas da comunidade exigiram-lhe que tomasse parte das reuniões do Orçamento Participativo. “Eu digo, não! Não quero me envolver em política. Isso é coisa de partido. Isso é coisa do PT! Que era o que todo mundo dizia, e era mesmo. Não deixava de ser”, prosseguiu. Quando finalmente se deu conta da importância do novo processo político, Marília foi até a reunião e deparou-se com uma nova realidade: era preciso mobilizar toda a comunidade para demandar e priorizar a alocação de recursos municipais. “Agora qualquer um trazendo um monte de gente ganha? Era um critério correto mas pra mim tava errado. Se eu fui eleita presidente eu tenho que ser respeitada pelos órgãos públicos”, ela emendou. Hoje em dia, contudo, ela pensava diferente: “A maior obra que o OP fez com as pessoas foi a transformação humana delas. Toda pessoa que passa pelo OP e pelo movimento comunitário se transforma. Porque ela tem espaço pra ouvir que não é só ela que tem problema; outros também têm e às vezes mais que ela”.

À medida que os movimentos organizados de Porto Alegre convergiram para os fóruns de participação OP, a habitação tornou-se uma importante pauta de reivindicações, sobretudo na Região Centro. Ao longo dos anos 1990, a população da cidade cresceu pouco, enquanto as intervenções públicas direcionaram parcela significativa dos investimentos para a periferia, terminando por alterar o quadro do *déficit* habitacional. Diagnósticos elaborados pelo Demhab dão conta que o número de pessoas morando em situação irregular era de 24% em 1991 e de 20% em 2001. Essa diminuição – de 300mil pessoas em 1991 para 250mil em 2001 –, apesar do crescimento da população em números brutos, dever-se-ia, sugerem alguns autores (Moraes, 2007), ao impacto de um arrojado Programa de Regularização Fundiária de Porto Alegre, estabelecido desde a Constituição de 1988.

Marília contou que a natureza participativa do processo democrático deu origem a muitas novas lideranças comunitárias. “Os delegados saíram dali. O delegado não precisava ser um líder. Bastava a entidade indicar ele. Muitos se transformaram em líderes e muitos fizeram currículo”, emendou. Três anos depois de começar a tomar parte das reuniões do OP,

Marília lançou-se conselheira. “O grupo que me convidou, que era do PT, me convidou já me dando o cargo de suplente. Eu disse: eu não vou concorrer a suplente. Quem vai dizer se eu vou ser suplente ou não é a comunidade”, prosseguiu. Então eu já entrei no movimento criando polêmica, por isso até hoje tem pessoas que gostam e tem outras que não gostam”, emendou. Eleita pela primeira vez já como titular em 1999, Marília experimentou uma rápida ascensão política por dentro da democracia participativa de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, candidatou-se a conselheira tutelar. “Eu não tinha apoio de partido político nem da igreja e fiquei em segundo lugar”, continuou a líder, reportando-se à influência da Igreja Católica nas eleições do Conselho Tutelar. Naquela época, o grupo de mulheres Bem-me-quer já atendia 80 crianças e Marília já planejava a preparação de uma sucessora para o cargo de presidente da Associação de Moradores: “Eu tenho uma prática de investir nas pessoas”, completou.

Como Conselheira Tutelar, Marília constatou que grande parte dos problemas que afligiam as crianças estava relacionado à precariedade das moradias. “Quando eu recebia uma denúncia de negligência, eu ia lá e via que a casa tava caindo, que não tinha banheiro, não tinha água, os pais vendiam filhos por dinheiro, então eu comecei a ver pessoas morando em condições subumanas”.

“Eu me dei conta de que nós não tínhamos uma política habitacional”, Marília referia-se às ações paliativas do Demhab que, como veremos no capítulo seis, incluíam casas de passagem e de emergência. “Tem muitas pessoas que não precisam duma casa, precisam dum telhado, de pedra, então nós tínhamos que ter um banco de material. É uma política necessária, se a pessoa tem o terreno ela pode até fazer uma casinha com esse material”. Marília contou que teve dificuldades de convencer a região para a busca de habitação. “A prioridade das associações era as pavimentações. Tinha muito aquele discurso do pé no barro. A criança vai pra escola com sapato embarrado, ou vai trabalhar com o sapato embarrado”. Com investimentos apenas na infraestrutura do bairro, ela contra-argumentava, a área se valorizava até que uma política de reassentamento atingisse os moradores que, uma vez removidos, deixavam abria espaço para a iniciativa privada. “Isso aconteceu com muitos bairros”, prosseguiu. “As pessoas hoje passam de carro mas quem buscou foi o líder lá do beco que não tá mais morando ali”.

O caminho para convencer as lideranças e associações da região da importância da habitação como demanda prioritária do OP foi longo e conturbado. Para lidar com o alto *déficit* habitacional foi criada a Concessão do Direito Real de Uso. Adotado para fins de regularização fundiária de áreas públicas ocupadas, o instrumento foi decorrência das tensões e luta empreendidas pelas comunidades residentes em áreas ao longo do leito aterrado do Arroio Dilúvio – processo finalizado na década de 1970 e que teve por efeito a expulsão de levas populacionais para a periferia, coincidindo com a criação do bairro

Restinga e a institucionalização do Demhab. Algumas dessas comunidades, contudo, permaneceram ocupando áreas públicas ao longo da Avenida Ipiranga, que foram regularizadas e urbanizadas através do Orçamento Participativo (Damo, 2008). Tal é o caso da Vila Planetário, da Vila das Placas, da Vila Renascença e da Vila Lupicínio Rodrigues¹⁶².

“Apesar de morarem em área de risco, apesar das moradias serem muito precárias, os líderes nunca priorizaram isso. Daí a Marília Fidel enxergou que se tu tem a tua casa, tu busca o resto”. Com a alegada “visão do todo”, a líder aprendeu que, para tornar sua demanda efetiva na linguagem do OP, ela precisava priorizar a regularização fundiária. “Hoje nós não temos mais que pedir regularização fundiária. Hoje nós temos que pedir é produção de unidades habitacionais”, Marília concluiu.

3.5 – MEDIANDO CRITÉRIOS TÉCNICOS, NEGOCIANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO

O bairro Partenon foi instituído oficialmente em 1959, com limites ampliados no sentido leste, em 1990. Levou este nome em função da “Sociedade do Partenon Literário”, um grupo de literatos fundado em 1868 com a pretensão de construir no local uma réplica do Partenon grego¹⁶³. Ainda no século XIX, o bairro tornou-se cenário do primeiro hospital psiquiátrico do estado. O Hospício São Pedro teve sua primeira pedra assentada em 1879 e foi inaugurado em 1884. Durante o século XX, o bairro foi um dos principais receptáculos do afluxo de migrantes que caracterizou a expansão de Porto Alegre entre 1940 e 1980. As demandas habitacionais da cidade deviam-se em parte à explosão demográfica decorrente do deslocamento de famílias do campo (e dos municípios do entorno) para a cidade.

Atualmente, o bairro Partenon é cortado pela Avenida Bento Gonçalves, que se tornou uma das principais artérias de Porto Alegre. Às margens desta avenida se desenvolveu uma ampla rede comercial, que vai de pequenos estabelecimentos a hipermercados. A mesma diversificação de oferta se dá quanto à educação, com escolas de ensino médio, estaduais e particulares, e o Campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), inaugurado em 1968. O Partenon é marcado por grandes contrastes em termos residenciais, alternando entre regiões com praças, amplas ruas pavimentadas e arborizadas, e outras localidades como o Morro da Conceição, com casas construídas em madeira e estrutura

¹⁶² Sobre o reassentamento paradigmático da Vila Planetário, ver a descrição de Damo (2008, p. 69-74). Sobre o reassentamento das Vilas Lupicínio Rodrigues e das Placas ver as descrições presentes em Borba, Alfonsin e González (2007, p. 261). É interessante contrastar o tom de ambas as narrativas e observar – a partir de uma problematização referida por Damo (2008) quanto às justificações das nomeações –, como no caso da segunda descrição, o emprego de certos jargões que fazem referência ao padrão das casas, das condições de vida e do lugar, à mudança para o condomínio, operam como produtores de uma positividade no processo da passagem.

¹⁶³ Na mesma conjuntura em que estava sendo planejado o Partenon, se estabelecia também um grande plano de urbanização e loteamento para a área. Em função de um acordo, o loteamento usufruiria do nome Partenon e a sociedade receberia parte do terreno a ser loteado, o que não aconteceu. Em 1899 a sociedade se dissolveu e doou seus terrenos a Santa Casa de Misericórdia. Afora este plano piloto, o loteamento recebeu outros impulsos para a sua urbanização, dentre eles o bonde que, apesar de levar mais de uma hora para completar o trajeto do centro ao bairro, facilitou as conexões ao centro da cidade.

precária irregularmente distribuídas. Encontram-se no bairro a Vila Ceres, a Vila Maria Degolada, o Campo da Tuca, a Vila João Pessoa, a São José e Morro da Cruz, onde ocorre a procissão da Sexta-feira Santa acompanhada da encenação dos últimos momentos de Cristo.

Do ponto de vista topográfico, Porto Alegre possui uma característica peculiar: a existência de uma crista de morros que cruza a cidade no sentido sudoeste-nordeste – ao longo de bairros como Partenon e Lomba do Pinheiro –, definidos legalmente como áreas de preservação ambiental. Em função da localização no centro geográfico da cidade, os sopés de alguns deles foram povoados por famílias sem condições de acesso a um lote no mercado formal. Essas ocupações deram origem ao termo técnico “áreas de risco” para definir espaços impróprios para habitação e, logo, para a regularização fundiária.

Essas ocupações costumam acarretar uma instabilidade geológica, caracterizando-se como *áreas de risco*. Tecnicamente, a regularização fundiária desses assentamentos é inviabilizada. Como resultado, uma grande parcela das necessidades habitacionais do município é consequência da ausência de condições de habitabilidade dessas áreas e da necessidade de realocar as famílias ocupantes, construindo-lhes novas casas (Borba, Alfonsin e González, 2007, p. 257).

Apesar da descentralização das políticas habitacionais ao longo dos anos 1990, promovida pelo OP e por Conselhos Municipais de Habitação, apenas 605 dos 20.500 lotes que passaram pelo processo de regularização fundiária foram efetivamente regularizados até 1997. Nesse mesmo ano aumentaram os esforços para alterar a regulação urbanística municipal com a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA). O ano seguinte foi declarado o “Ano da Regularização Fundiária” em Porto Alegre; todas as mais de 100 áreas nas quais o programa intervinha foram registradas como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)¹⁶⁴. Nessa época, boa parte das vilas situadas em regiões centrais foi regularizada. Assim, em que pese a política habitacional definida e identificada com o ideário da reforma urbana por diversos atores sociais em Porto Alegre¹⁶⁵, muitos autores argumentaram que o PDDUA, articulado pelo Programa de Regularização Fundiária, foi o responsável pela criação das condições para uma maior integração entre política urbana e política habitacional (Borba, Alfonsin e González, 2007).

O PDDUA foi também um dos eixos norteadores para a aprovação de projetos habitacionais do PMCMV em Porto Alegre. Em outubro de 2009, meses após o anúncio do programa, foi instituída a Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária (CAADHAP), órgão que reuniu semanalmente representantes das secretarias

¹⁶⁴ Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) possuem especificidades urbanísticas, ambientais e arquitetônicas que as vocacionam à condição de áreas especiais de interesse social, e que repercutem em flexibilizações legais visando adequar o maior número possível de moradias. Elas foram cruciais para a execução do PMCMV em sua faixa inicial, em que o poder público é responsável pela provisão da área.

¹⁶⁵ Entre os quais o próprio OP, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), a União de Vilas de Porto Alegre, ONGs, sindicatos, cooperativas habitacionais, Conselhos Populares, entre outros.

municipais envolvidas na aprovação de projetos arquitetônicos¹⁶⁶, com o objetivo de agilizar sua tramitação. Esta incluía o atendimento de uma exaustiva lista de critérios técnicos que dariam origem a diretrizes¹⁶⁷ – documentos no formato de pareceres redigidos pelos membros da comissão e que variavam de acordo com a natureza do parcelamento do terreno da obra¹⁶⁸. Estas, por sua vez, desembocavam na aprovação de um Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU)¹⁶⁹ que sinalizava a aprovação do andamento das obras. Ao fazer funcionar esses critérios técnicos, a CAADHAP operacionalizava mediações entre governo e mercado na efetivação de políticas habitacionais.

Entre janeiro e março de 2014 tive a oportunidade de acompanhar essas reuniões, observando como as diretrizes se materializavam em meio a embates entre agentes municipais, arquitetos e representantes da iniciativa privada, na negociação dos critérios de implementação e viabilidade de projetos habitacionais. “Aqui nossa questão é mais técnica”, argumentou Rodrigo, um rapaz de cerca de 30 anos que coordenava, junto com Maria do Carmo, as reuniões levadas a cabo no Escritório de Licenciamento e Regularização Fundiária, vinculado à Secretaria de Gestão¹⁷⁰. “O planejamento urbano da cidade prevê áreas para possíveis densificações populacionais. Nosso plano diretor tem essas estimativas”, seguiu.

Para os membros da CAADHAP, a técnica era resumida na busca de um constante equilíbrio entre o planejamento urbano da cidade e a especulação imobiliária de mercado. “Existe a questão urbana projetada pela prefeitura e existem questões de mercado. Na verdade, elas vêm em paralelo. O nosso esforço é o de pensar na cidade como um todo. A comissão dá seu parecer com base no que ta acontecendo na cidade”, arrematou Rodrigo. Na prática, isso significava a existência de um espaço permanentemente aberto e flexível de negociações entre empreendedores e governo municipal quanto aos critérios urbanísticos, ambientais e infraestruturais de execução de um projeto habitacional. Assim, por exemplo,

¹⁶⁶ Estes incluíam a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), a Procuradoria Geral do Município (PGM), a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), a Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social (SEACIS), a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL).

¹⁶⁷ A tramitação de um projeto na CAADHAP da Faixa 1 do PMCMV dura, em média, três meses, e é iniciada com doação de terreno público ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que converte a área em AEIS, seguida da protocolização de um pedido de análise junto à SMURB quanto à sua viabilidade técnica e urbana.

¹⁶⁸ No caso do PMCMV, tratava-se basicamente de loteamentos (áreas acima de 22,5 hectares com vias internas) ou desmembramentos de terra (áreas menores que utilizam-se de sistema viário existente).

¹⁶⁹ O Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), sua aprovação e negociação, é baseado no regime urbanístico da cidade. Este pode ser definido em função das normas relativas a densificação, atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo. Para tal controle, o município de Porto Alegre é dividido em seu Modelo Espacial, em Área de Ocupação Intensiva e Área de Ocupação Rarefeita e estas, por sua vez em: Macrozonas, UEUs (Unidade de Estruturação Urbana) e Subunidades (EdificaPOA, 2013).

¹⁷⁰ O escritório existe desde outubro de 2013 e concentra os processos de licenciamento urbano e ambiental em Porto Alegre. De acordo com o site do serviço, “o EdificaPOA é a porta de entrada para os pedidos de aprovação de projetos de loteamentos e edificações, de vistorias, certidões e laudos diversos, inclusive os de proteção contra incêndio, estudos de viabilidade urbanística e outros que eram solicitados no “Protocolo Setorial da SMOV”. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/edificapoa/default.php?p_secao=4. Acessado em 31.05.2014.

era regra aceita que os construtores deveriam doar parcelas de terra como contrapartida por aprovações urbanístico-ambientais e pela concessão de isenções fiscais nas taxas de aprovação de diretrizes. A Faixa 1 do PMCMV, Rodrigo foi incisivo em afirmar, era a mais beneficiada pelos incentivos da prefeitura, uma forma de atrair investimentos a um mercado que, por definição, tem dificuldades de crescer e gera lucros menores (Kopper, 2016).

Na opinião de meus interlocutores, pensar a cidade implicava ainda superar uma visão segundo a qual o mercado deslocava naturalmente as populações de baixa renda para a periferia. “Aquela tendência da Restinga de levar lá pro fim do mundo, sem acesso a nada, não é mais assim. Hoje mudou. Teve um tempo no passado que isso era regra. Tira daqui e bota ali. Um tempo meio negro [sic]”, comentou Maria do Carmo. Rodrigo acrescentou que era preciso levar infraestrutura e investimentos para esses lugares, e que os novos projetos deveriam diminuir o impacto na vida das pessoas: “Não existe realocação de pessoas. Existe uma realocação habitacional”, destacou. Ambos, porém, concordavam que o pressuposto subjacente ao PMCMV era o de possibilitar uma passagem à “inclusão social” através do acesso a um bem que modificaria hábitos de sociabilidade que levariam à civilidade. “Algumas pessoas não sabem nem como usar um vaso sanitário, puxam gato da luz do condomínio, roubam esquadrias”, comentou Rodrigo com o rosto corado. “É uma realidade diferente porque eles saem de um barraco e vão para um condomínio. Torna-se uma questão de educação, de cultura”, concluiu. Maria do Carmo via na mudança uma oportunidade de transformação interior dos sujeitos em direção a algo melhor: “A ideia foi dar a matrícula do imóvel ao invés da Concessão de Uso. É pra ela ser proprietária. Então não adianta sair vendendo que não vai ter outra chance igual. É um cadastro único. Se ela não for usar, ao menos ela teve a oportunidade, coisa que nunca tiveram antes”, arrematou.

3.6 – EM BUSCA DA TERRA

“Vende-se a Avenida Paulino Azurenha” era, segundo Marília, o título de uma matéria publicada no jornal *Correio do Povo*¹⁷¹. O problema fundiário da rua já se alastrava há anos. Cerca de quinhentos metros da Avenida pertenciam a apenas um proprietário: o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A líder esteve em Brasília por diversas ocasiões para tratar da questão. “Por que ele tem terras? Porque para muitas dívidas se aceita terras. E ele não quer ceder pra comunidade porque ele quer que a União compre dele”. Segundo os cálculos de Marília, a construção de um condomínio na área ocupada pelo INSS poderia resolver todo o *déficit* habitacional da Vila Maria da Conceição e arredores. “E resolveria também o problema do tráfico, porque abriria as ruas”, acrescentou.

¹⁷¹ Tentei localizar, sem sucesso, a matéria de jornal nos arquivos do *Correio do Povo*.

“A ideia da habitação veio a partir do PMCMV. Ela não veio solta da minha cabeça”, Marília continuou nossa conversa. “Eu tinha problemas que eu não sabia como resolver”. Mesmo sabendo das dificuldades de encontrar no bairro áreas disponíveis no mercado, a líder foi em busca de um loteamento que pudesse comportar a grande demanda habitacional da região. Deu-se conta de uma enorme propriedade, de frente à Avenida Bento Gonçalves, que descobriu ser das Máquinas Condor S.A. – uma empresa especializada em sistemas integrados de armazenagem, beneficiamento e movimentação de granéis sólidos, equipamentos para mineração e sistemas de controle eletroeletrônicos. Marília contou que o lance de terras estava cercado de problemas; havia invasores e empresários interessados em adquiri-lo para a construção de shoppings centers. “Eles tiveram informação privilegiada e compraram todas as terras antes do PMCMV ser anunciado. Eu ainda quero saber: quais foram as medidas compensatórias da empresa pela construção do condomínio?” – provocou.

“Eu vi que aquele era o lugar que a gente precisava. Mas nós necessitávamos de um *coletivo* para isso”, Marília prosseguiu. “Eu poderia demandar pela minha associação, mas aí eu teria que ser para a Paulino Azurenha. E eu queria demandar para todas as famílias do Partenon que não têm moradia”. A líder precisava institucionalizar a demanda pela habitação representando um grupo grande o suficiente para chamar a atenção do poder público. “Eu tenho uma coisa que é muito minha”, ela continuou, “eu gosto muito de trabalhar com a alma das pessoas, com o sentimento. Eu aprendi que se tu não chamar a atenção de alguma forma, nada acontece”. Marília resolveu organizar um Seminário de Habitação do Partenon, que se realizou em novembro de 2009¹⁷², meses após o lançamento do PMCMV. Como, porém, denominá-lo? “Gente, nós moramos aonde? No morro. Nós queremos morar aonde? No asfalto. Pah! *Do Morro ao Asfalto*. Aí veio a ideia, veio a cor, o verde do morro, o preto do asfalto, e chamou a atenção. Isso mobilizou as autoridades, a sociedade, os moradores do Partenon”, concluiu.

Muitas das mais de 800 pessoas presentes pensaram que o evento havia sido organizado por uma empresa contratada, a líder se orgulhava; “nós fizemos camiseta preta; nós *éramos* a empresa”, emendou. Após os dois dias, os interessados em habitação da região que participaram do seminário começaram a reunir-se em um foro para debater a casa própria, que rapidamente seria convertido em um conselho de desenvolvimento abrangendo “a questão da habitação, do desenvolvimento econômico e da educação. Que eu acho que é um tripé que o ser humano precisa”. Para Marília, a realização do evento foi decisiva para

¹⁷² Em http://www1.prefpoa.com.br/cs/default.php?reg=117927&p_secao=3&di=2009-11-13 lê-se: O Demhab, a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local e os conselheiros da Região Partenon do Orçamento Participativo realizam hoje, 13, e amanhã, 14, o 1º Seminário de Habitação do Partenon. Com o título “Do morro ao asfalto”, o evento ocorrerá no auditório da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigrs), localizado na avenida Ipiranga, 5.311, bairro Partenon.

colocar o *déficit* habitacional da região Partenon no radar político de Porto Alegre. “O problema é mais amplo: porque o Partenon, ele serve pra quê? Nós temos presídio, nós temos sanatório, nós temos exército, que nos geram uma série de prédios antigos, desocupados, ociosos, mas não temos moradia”, confessou-me na mesma conversa.

Enquanto o recém instituído Codespa realizava reuniões com um público cada vez maior em diferentes espaços comunitários, Marília se empertigava nas vilas e becos para convencer mais interessados a aderirem à causa. A mobilização popular passou a exigir da prefeitura a compra da área de terras pertencente às Máquinas Condor. No dia de Nossa Senhora Aparecida, contou a líder, 200 pessoas foram às ruas para manifestar-se em defesa da área. À medida que as pessoas se aproximaram do terreno, caminhando com velas acesas pela Avenida Bento Gonçalves, idosos, motoqueiros, jovens, mães com carinhos de bebês ajuntaram-se, chamando a atenção de canais de televisão, como a Record. “Nós mostramos pro governo municipal que ele poderia negociar essa área em troca inclusive da própria dívida da empresa e transformar isso daqui num local de habitação de interesse social”.

Na história grandiloquente de Marília, o prefeito terminou por se ver forçado a adquirir o terreno, que foi então doado ao Fundo de Arrendamento Residencial, gerenciado pela CEF, de onde seria usado para a construção do Residencial Bento Gonçalves. A partir de então, o Codespa ganhou força e visibilidade na discussão das diretrizes habitacionais da cidade. Reconhecido como tal por autoridades municipais, a associação adquiriu do Demhab a autonomia necessária para indicar 300 das 540 famílias beneficiárias que ocupariam a primeira fase do empreendimento. Por meio de vigílias, procissões, eventos e reuniões, seus membros passaram a construir, lenta e progressivamente, um sentimento de adesão não apenas à política habitacional mas, sobretudo, a uma comunidade moral que, por meio de uma ética coletiva de como viver, deveria ser preparada para a nova vida em condomínio.

3.7 – “ELA ME DEU UMA NOVA VIDA”

“Nas reuniões as pessoas querem é escutar a Marília falar”, ouvi de Alice, uma mulher negra, professora da creche e ex-nora de Marília. “Ela é muito louca, as pessoas pensam que a luta tá perdida e tem uma coisa que parece que ela tira da cabeça e tudo muda! Ela sabe conversar com as pessoas; e as pessoas se convencem”, emendou. “No fundo, ela quer te dar oportunidade”, Alice prosseguiu. Apesar de pertencer ao círculo familiar, fazia menos de dez anos que ambas estreitaram a relação. “Um dia ela perguntou se eu não queria dar uma volta naqueles ônibus turístico, com as criança. Outro dia ela me chamou para fazer uma faxina na casa dela. ‘Quer quebrar um galho pra mim?’. De lá pra cá, Alice ajudou-a na divulgação do PMCMV, nas atividades do Codespa, do Orçamento Participativo e em campanhas eleitorais. “A Marília mostrou um lado que a gente não conhece da vida, né? Ela me mostrou coisas de

outro mundo, totalmente diferente do que tava acostumada”, completou. Na creche, Alice começou como auxiliar de serviços gerais. Depois de ajudar Marília na campanha, ela lhe dissera: “não, tu tem que ser professora!”. Ela pagou o curso pra mim e hoje eu sou professora das crianças”, completou.

“Ela tem o contato, ela sabe como fazer, nós não”, confessou-me Adelaide, uma mulher branca e cozinheira da creche. Ela contou que quando Marília telefonou lembrando que precisava se inscrever no PMCMV, ela morava em um estacionamento de carros. “Eu cuidava do lugar, morava numa peça. Eu não pagava aluguel, mas não tinha liberdade nenhuma”, disse. Foi quando Adelaide conheceu o Codespa. “Se não fosse a Marília dar um empurrão a gente não teria conseguido aquilo ali”, emendou.

Naquela nossa conversa, em dezembro de 2013, Marília confessou-me que uma de suas intenções era inverter padrões de desigualdade racial cristalizados no senso comum. “Nós abrimos as inscrições para trabalhar na creche e 80% das que queriam trabalhar na cozinha eram negras, e 99% das professoras eram brancas”, afirmou. “Quando eu cheguei na reunião, eu disse: eu não quero negra na minha cozinha. Eu quero negro na sala de aula”. Para muitas das interessadas e que tivessem primeiro grau completo, Marília ofereceu o curso de capacitação. “Hoje são professoras”, completou. De início, a iniciativa ressabiou os pais, que em geral provinham dos entornos da Vila Maria da Conceição e eram, em sua maior parte, negros. “O menininho preto ta acostumado a ver a tia Anastácia na cozinha e a professora branca. Nós temos que romper com isso”, ela emendou.

“A Marília foi uma luz”, disse-me Berenice Gonçalves, atualmente vice-presidente do Codespa. “Falar dela é muito difícil pra mim sem lembrar o que eu passei. Ela me deu uma nova vida”. Negra, em seus quarenta anos, Berenice era mãe solteira, tinha duas filhas e morava de aluguel com sua mãe até receber o apartamento do PMCMV. “Não adianta querer dizer pra mim, ah, tu tem que ser forte. Tu é forte! Mas é difícil, muito difícil”. Assim que passou a frequentar as reuniões do Codespa, Berenice não demorou para estabelecer uma relação de afinidade com a líder. “Ela é uma pessoa que se tu quer aprender, ela te ensina. Se tu quer saber o caminho, como fazer a coisa certa, ela te ensina”, completou. “O que eu tenho hoje eu tenho que agradecer a ela. Tenho que agradecer e agradecer”, concluiu Berenice, aos prantos. O Codespa já tinha dois anos de funcionamento quando Berenice estreitou as relações com Marília. “Nós realmente começamos a trabalhar juntas nas eleições de 2012”. Dali em diante Berenice passou a frequentar o OP, assumiu o controle da lista de presença das reuniões e, em seguida, tornou-se a secretária da associação:

Tu começa a ver as ideias das pessoas, né? Tu começa a pensar, principalmente, em política. Tu fica muito bitolada dentro de casa. Tu é mãe, tu é esposa, tu trabalha. Então tu abre os teus horizontes. A Marília te abre um leque, ela te encanta com as ideias dela, tu fica envolvida com o que ela fala pra ti, o que ela almeja para as

peessoas. Eu não queria me envolver com política, mas quando a Marília ta junto, a política ta envolvida. Eu ia nas reuniões do Codespa e também fazia política com ela. Sinceramente, naquele ano nós trabalhamos de segunda a segunda. Não me lembro de ter final de semana. Era bom porque tu conhece, aprende tanta coisa, tu começa até a ser mais humana. Tu começa a ter um pensamento diferente das outras pessoas, tu começa a ter aquela vontade de também querer ajudar as pessoas. Eu passei a fazer a agenda dela, eu já não fazia só a agenda política, às vezes também a particular, a da creche, aí fui me envolvendo com tudo, que a Marília não é só uma coisa, é creche, é política, é tudo né. Até coisas particulares, ‘ai Berenice, anota aí para depois eu me lembrar’, porque tu cria essa confiança com a pessoa, né?

O passo seguinte foi a filiação de Berenice ao PMDB. Apesar de não ter pretensões de carreira política, almejava uma posição no Conselho Tutelar, motivada pela “vocaçao em ajudar”. Após o segundo ano de funcionamento do Codespa, Seu Luís, que até então controlava a tesouraria, renunciou ao cargo. “Tá, então deixa que eu assumo”, Berenice teria dito, fazendo valer sua formação técnica em administração de empresas. À medida que o número de afiliados à associação aumentava, Marília vislumbrou a possibilidade de criar um cadastro dos membros. Berenice, que trabalhava há anos numa empresa de telemarketing em meio turno, ofereceu sua experiência de digitadora para a criação da listagem.

* * *

Pouco tempo após as eleições de 2012, representantes do Demhab acionaram o Codespa para que a associação fizesse a indicação de 300 beneficiários, posteriormente reduzidos para 150 devido a novas remoções não planejadas em função das obras para a Copa do Mundo de 2014¹⁷³. “Nós temos demanda por 1200 apartamentos no Partenon. Mas como na vida política tu sempre tem que negociar, houve a negociação”, Marília revelou em entrevista. Boa parte dos sócios selecionados eram conhecidos de Marília e Berenice e haviam participado ativamente da campanha eleitoral. “Eram as pessoas orgânicas que nós indicamos, aquelas que realmente vinham participar das reuniões”, Marília continuou. Apesar disso, a diretoria não tinha conhecimento da origem socioeconômica de todos os membros e o controle do número de sócios era realizado apenas através de listas improvisadas de presença das reuniões. Ao mesmo tempo, o Demhab exigia que as pessoas confirmassem o interesse no benefício habitacional produzindo um novo conjunto de documentos burocráticos – chamado de *dossiê* por Marília – que assegurava ao Estado sua visibilidade em um banco de dados social e reafirmava a importância dos critérios técnicos para o acesso à política. Nas palavras de Marília:

Nós jogamos um pouco por ordem alfabética, participação e carência. Aí tem uma mescla. Tem jovens que trabalham, não tão na beira do arroio, mas participaram e buscaram e precisam sair do aluguel. Aí tu vê também idosas que tão a 90 anos esperando por uma casa, e tem toda uma família por trás. (...) Nós tivemos que convencer algumas pessoas de que elas não precisavam tanto quanto outras. Não foi fácil mas eu consegui convencer a esperar a

¹⁷³ A lista completa de selecionados para o Residencial Bento Gonçalves encontra-se disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/aprovadosbentogoncalves.pdf. Acessado em 5.02.2016.

segunda etapa. Não é fácil, por que quem é nós pra dizer quem precisa mais? É relativo. *É complexo tu definir o direito do outro.* Eu busco definir o equilíbrio. Tu tem o cara solteiro mas também tem a vovó, aquela chefe de família com 4, 5 filhos. Eu estou com minha consciência tranquila. Quando eu vejo as pessoas, eu acho que a gente ta representando todo o segmento que prevê o PMCMV e a política pública do Demhab. Vejo 90% da minha região e todos os segmentos representados.

A demanda do Demhab pelos “escolhidos” deu origem à confecção de uma lista de participantes e a frequência na participação das reuniões passou a ser objeto de escrutínio de Berenice. O período eleitoral foi usado ainda para uma visitação à casa dos membros. “Muita coisa a gente descobriu na listagem”, emendou a agora secretária do Codespa. Com precisão contábil, Berenice sabia a ficha biográfica e participativa de quase cada membro. A criação das fichas implicou numa burocracia que se traduziu em pilhas de papéis que passaram a ser carregadas de uma reunião a outra e foram acumuladas na sede da associação. Os membros interessados em saber sobre sua situação – significa dizer, de suas chances de participar da lista de indicados ou mesmo para esclarecer ausências nas reuniões e negociar níveis de precariedade – passaram a consultar-se com Berenice em seu expediente na sede da associação.

Enquanto falava do encantamento causado pelo trabalho voluntário no Codespa, que disse fazer com mais vigor que o remunerado no banco de telemarketing onde trabalhava, Berenice foi várias vezes interrompida em sua narrativa pela filha que a acompanhava e pelo telefone, que nunca parava. “Codespa, boa tarde? Olha, meu anjo, ela vai... Quem é que ta falando? Olha, Veroni, assim oh. Vou dar uma ligadinha pra ela, tu me liga daqui a meia hora que eu te digo se ela vai estar aqui amanhã, ok? Hoje eu sei que ela não vai estar. Tchau, tchau”. E, virando-se para mim, seguiu: “onde a gente tava, mesmo? É cada uma que aparece, a gente tem que filtrar as coisas que chegam na Marília, senão... Filha, não mexe no celular!”.

3.8 – “SÓ POSSO DEIXAR AS PESSOAS FELIZES, FALAR O QUE ELAS QUEREM OUVIR”

Berenice estava para a infraestrutura burocrática do Codespa assim como Seu Juliano estava para o ambiente construído do condomínio. Assim que chegou o primeiro container de materiais de construção, ele decidiu mudar-se permanentemente para o local da obra. Considerado por muitos membros da associação como uma espécie de anjo da guarda do sonho coletivo, Seu Juliano encarava seu papel como necessário para preservar o terreno de possíveis invasores. “As pessoas da comunidade me traziam refeições, era café da manhã, almoço, janta; sofri pedradas na lata de pessoas que moravam do outro lado”, comentou em nossa conversa. Apesar das dificuldades, sua motivação era altruísta: “Fazendo o bem a pessoa não se cansa, não se estressa, é uma coisa que se faz com o coração, parece que se ganha mais mentalmente, fisicamente”, emendou.

Seu Juliano nasceu e se criou nas vilas “carentes” de Porto Alegre, como a Vila Vargas e o IAPI. Participou do movimento comunitário desde a década de 1970, quando fundou a Associação Padre Mascarenhas, no Morro da Cruz. Seu Juliano era eletricista, entregava leite e fazia mutirões para alargar as ruas, numa tentativa de “abrir” as vilas e colocá-las na agenda de discussões sobre infraestrutura. Em 1975, ele acidentou-se na explosão de um transformador elétrico e teve parte do corpo queimada, com cicatrizes visíveis ainda hoje em sua face e sequelas que afetaram parcialmente sua capacidade motora. “Eu nunca me escondi de mim, quando eu me acidentei, aprendi a gostar de mim e as portas se abriram; passei a ser líder comunitário, eu não tinha nada do governo, eu brigava para trazer as coisas para a comunidade”, confessou.

Seu Juliano evitou o trauma. “Porque com trauma a gente não sai de dentro de casa”, destacou. Ao invés disso, seguiu a vida comunitária, participando de doações, rifas, festas, e tomando parte no OP da cidade. “Foi ali que eu consegui canchas, esportes, terrenos para a comunidade”. Seu Juliano participava através da Região Partenon, mas mudou-se pouco depois para a Lomba do Pinheiro com sua família, onde ajudou a fundar a Associação Nova Serra Verde. Perto de onde morava, ele viu que havia vários campos de futebol abandonados. Em uma reunião secreta com o grupo, decidiram por mobilizar-se para ocupar os terrenos e demandar, pacificamente, por habitação. “Não é invasão de tirar as coisas dos outros, era área verde que a gente fazia”, salientou. “Até hoje eu me orgulho. Deu 25 famílias em terrenos de 10m por 25m. Deixemo um espaço para ruas amplas com direito a calçada dos dois lados; fizemo um rateio, eu fui na CEEE e compramos postes deluz”, completou.

Na política habitacional improvisada e levada a cabo por Seu Juliano e outros líderes, havia um controle comunitário efetivo de quem precisava mais da casa. “Duas ou três pessoas conseguiram coisa melhor e saíram; aí tinha uma lista de espera. Tem uma mulher que até hoje me agradece, ela tava grávida e eu coloquei ela lá”, comentou. “Eu disse, ninguém vai vender, é pra morar, não pra vender. Quer dizer, um negócio bacana, sem sacanagem”. Seu Juliano conduziu, através da associação, melhorias e beneficiamentos no local, até que se incomodou com irregularidades em sua diretoria e resolveu se demitir. De volta ao Partenon, onde residia até o dia de nossa conversa, ele engajou-se em pequenas causas pontuais, com a demanda por sinaleiras em ruas movimentadas.

Quando Seu Juliano ficou de guardião do terreno que servia para a construção do Residencial Bento Gonçalves, ele recém havia se separado da esposa. “Nós semo casados mas separemos de corpo”, disse aos risos. Para ele, o afastamento possibilitou estreitar a relação de amizade com a ex-mulher e com os sete filhos. “Eu consegui colocar os meus filhos no caminho certo. As minhas filhas são formadas, pessoas com educação, elas vêm aqui pra jantar, me convidam, então eu me sinto bem trabalhando para a comunidade”, completou.

Durante os meses em que morou no container, Seu Juliano sofreu assaltos e arrombamentos. Ele foi ameaçado com martelos enquanto dormia; roubavam as poucas quantias em dinheiro pagas pelo Codespa para a sua manutenção, comida e utensílios de trabalho, como fogão e furadeira. Ao longo desse tempo, Seu Juliano também viu a obra crescer e transformar-se. Ele foi a testemunha ocular de um processo de materialização do sonho coletivo em espaço construído. Em sua narrativa apressada e excitada, sem se dar ao luxo das pontuações e respirações, Seu Juliano era a voz da precariedade em deslocamento, da busca pela casa, da construção:

Me colocaram para cuidar o terreno, tinham medo de invadir. Demoravam para construir, trouxeram o container e em seguida já veio os materiais, compensado, telha, vem bastante para fazer o refeitório, almoxarifado, o banheiro, o vestiário, tinha que ter para trazer os funcionários. Naquele meio tempo fizeram terraplanagem, vieram com as máquinas, tinham que levar a máquina em cima do caminhão e ir embora. Um tempo depois, quando a construtora faliu, nós conseguimos um escritório junto à obra e eu passei a trabalhar pra obra, ganhar folga e carteira assinada; eles já não tavam conseguindo pagar os guardas, eles saíram. Eu paguei mais dois e fiquemos ali, eu fui o primeiro a dormir nos apartamentos durante o dia, de noite eu cochilava um pouquinho, então eu sou o Codespa de coração. Eu me sinto saudável, já tive derrame, me sinto feliz, se eu saio daqui eu fico pensando bobagem. Às vezes o cara fica o dia inteiro parado sem pensar em nada, estendido, então o cara tem que ter ocupação.

Para Seu Juliano, a luta pela habitação representava o investimento de uma vida em ocupações, invasões, insalubridades e mobilizações por moradia digna. O merecimento produzia-se na relação entre o preenchimento dos requisitos das políticas de Estado, a disposição em mover-se para lutar pela casa própria e a produção constante de testemunhos orais como esse: “Se tem alguém com direito ao apartamento sou eu, vou encher a bola, porque eu fui o cara que veio pro terreno, desde que fundou, quatro ou cinco anos, fiquei conhecido por todo o Partenon, eu não saio daqui, 24 horas, toca telefone, o pessoal reclama que me dão dinheiro, mas não ganho remuneração”.

“Ultimamente to dando até conselho”, brincou Seu Juliano, referindo-se às pessoas que iam até a sede, diariamente, para pedir esclarecimentos ou cobrar novidades sobre o andamento do PMCMV. “Aprendi a tratar as coisas da melhor maneira, eles vêm aqui xingando, aí eu começo a conversar, explico, sem ofender ninguém, quem sabe elas não vieram até se queixar da família delas, eu ouço e elas saem faceiras”, seguiu. E completou: “Hoje em dia ninguém enxerga o outro, só enxerga para usurpar. Eu tenho que tratar as pessoas melhor do que a presidente, porque eu represento ela, senão as pessoas vão fazer queixa de mim”.

Em *The Purchase of Intimacy* (2005), a socióloga Viviana Zelizer mostrou como o cuidado foi progressivamente monetarizado e disputado em processos legais de que o tornaram um valor de mercado. Na economia improvisada do *care* de que Seu Juliano era parte, peremptoriamente amarrada à política comunitária, a obrigação moral do cuidado

mútuo era acompanhada da circulação de dinheiro e alimentos, como vidros de doce de goiaba e montes de couve. Nesse circuito, ao mesmo tempo em que carregava as folhagens, cartões e artesanatos que Marília recebia durante as reuniões, ele também recebia presentes da comunidade em busca do benefício habitacional. “Eu faço amizades, elas me trazem um dinheiro, elas são gratas por nós termos conseguido os apartamentos”. Os bens e o dinheiro, longe de serem negados ou incompatíveis com o ideário do “trabalho voluntário”, eram os sinais visíveis da perduração de laços sociais e de uma disposição participativa individual no processo político-comunitário que, afinal, garantiria os apartamentos. “Tu é testemunha, tu acha que o governo vai procurar as pessoas? Se não é o Codespa, que tem telefone, já pensou? A gente tem obrigação de comunicar, liga, dá o recado, chama, reúne, coloca as cadeiras, dá o ambiente, mas a pessoas tem que tomar a iniciativa de vir”, completou.

Em uma de minhas visitas à sede do Codespa, em julho de 2013, Seu Juliano ajudava Berenice com os cadastros existentes de sócios. A cada dia, novas famílias apareciam no local para atualizarem seus dados ou para converterem-se membros. “Nós não estamos mais aceitando novos sócios”, Juliano explicou-me enquanto carimbava a ficha de um casal que recém deixara o recinto; “o que acontece com essas pessoas que se juntam hoje à associação? – perguntei –; elas vão para o fim da fila?”. “Precisamos usar o bom senso”, Berenice interrompeu. No caso daquela família, que participava da associação há anos, mas cujo registro perdera-se no “sistema”, ela teria seu benefício assegurado. Para os novos membros – ou aqueles que debandaram depois de receberem a carteirinha – a concessão da casa dependeria da participação no Codespa e, sobretudo, na Assembleia Geral do OP, cuja presença arregimentaria votos que garantiriam à associação a maioria para a consecução de suas demandas no fórum participativo. “Muitas lideranças prometeram apartamentos em troca de votos e se deram mal quando viram que não podiam cumprir”, Berenice referia-se aos inimigos de Marília. Seu Juliano, que ouvia a conversa enquanto removia a ficha de uma cabeleireira travesti de nome Mário do leque de beneficiados, baixou o tom e, sem dar-se conta da contradição de suas palavras, proferiu em minha direção: “Tu não ta interessado num apartamento? Não tá precisando? De repente... Tu é jovem, é uma boa oportunidade de começar uma vida, e ta ajudando o movimento, vem nas reuniões... *Quais são as tuas necessidades?*”.

3.9 – ECONOMIAS DO MERECIMENTO

Em dezembro de 2012 fui conversar pela primeira vez com Marília, na recém-inaugurada creche presidida pela líder. Com capacidade de atendimento para 120 crianças em turno integral, a obra fora construída no mesmo ano com recursos do OP e era administrada pela Associação de Moradores da Avenida Paulino Azurenha. Tal qual Marília,

outras lideranças de Porto Alegre valiam-se da demanda e construção de creches como um modelo de reprodução da política comunitária baseado na auto-gestão de recursos públicos transferidos da prefeitura às unidades locais (Damo, 2006; 2008). Desta forma, a creche colocava em circulação uma rede de benefícios e beneficiários que partia do Estado, através da Secretaria Municipal de Educação (SMED), se ramificava pelo mercado, com inúmeras parcerias e terceirização de serviços, e desembocava nas famílias atendidas nas comunidades.

Ao longo dos meses de trabalho de campo, acompanhar as atividades promovidas pela creche era parte de minha rotina. Para conhecer as atividades do Codespa e de sua comunidade, era preciso deslocar-se e circular pelos diferentes espaços e tempos em que a política comunitária tomava forma e as alianças e reciprocidades se cristalizavam. Boa parte dos membros mais ativos do Codespa, incluindo-se sua diretoria, eram, na origem, pessoas do círculo íntimo de Marília – pessoas, em certa altura de suas vidas, fizeram uso de sua generosidade, convertendo-se à causa social.

Naquela conversa, Marília explicou-me que “rola muito dinheiro e não é fácil ser correto”. “Todo mundo quer ajudar as crianças!”, ela seguiu. Na colagem *sui generis* entre estratégias de mercado e táticas de governo, indicações de nomes de empresas para prestação de serviços eram práticas comuns, recompensadas monetariamente. “Daqui a pouco a pessoa ta com um micro-ondas novo, de última geração, e a Marília continua dentro de casa com goteira. Então passo por pessoa *non grata*, porque eu não quero tirar o dinheiro de ninguém, muito menos de criança!”, completou, em sua defesa.

A gestão de um grande número de recursos financeiros e humanos não era tarefa fácil, e mesmo Marília reconhecia a dificuldade de lidar com a variedade de interesses e de escalas das demandas comunitárias. Não eram raras, pois, histórias de aliciamentos e tentativas de negociação de favorecimentos e trocas pecuniárias em favor de benefícios habitacionais. No cotidiano do exercício da liderança, Marília era defrontada com dezenas de famílias que, indo até a sede do Codespa, procuravam consultar-se com ela para resolver sua situação habitacional.

O número limitado de unidades disponibilizadas pelo governo e a capacidade de mobilização comunitária de associações como o Codespa empoderou líderes locais na administração, concessão e avaliação do benefício aos cidadãos. Desde a sua fundação, o Codespa investiu na sua consolidação como a mais representativa organização civil da Região Partenon do OP, apostando para tanto na participação em peso de sua comunidade e em parcerias políticas com o poder público municipal. O duplo engajamento foi efetivo na medida em que permitiu negociar a realização das demandas por habitação já existentes através do PMCMV – utilizando-se da prioridade de atendimento estabelecida pela prefeitura de Porto Alegre, comprometida com as demandas antigas do OP e o reassentamento de

populações em função de projetos urbanísticos.

À medida que a associação crescia em número de membros, Marília viu-se na iminência de estabelecer fatores de corte precisos para incluir e excluir pessoas no programa habitacional. “Todo dia eu peço a Deus que me ilumine pra que me dê justiça”, ela exclamou em uma de nossas conversas. Como Berenice já havia antecipado, nem todos os membros eram escrutinizados em suas biografias sociais com vistas à produção do merecimento; boa parte dessas operações morais eram performadas cotidianamente, baseadas nas redes de reciprocidade e alianças locais já existentes. Era quando uma família desconhecida – ou então aparentando ser muito pobre ou muito rica para os padrões usuais – que investigações eram realizadas. Em uma dessas situações, narradas pela líder, duas mulheres haviam se candidatado a uma vaga pelo Codespa, sob o argumento de que ambas “estavam precisando muito de casa”. “Aí eu liguei lá pros meus 007”, contou Marília, “pra ver se conferia, e eles descobriram que as véias [sic] tinham quase 80 anos, e tinham um monte de casas alugadas. São proprietárias; cada uma tem uma casa de um lado da rua”. E completou: “já pensou se uma senhora *latifundiária* dessas me enrola e consegue dois apartamentos?”.

“Se tiver que abrir mão do meu [apartamento] eu abro a qualquer momento”, Marília berrou enfaticamente em diferentes reuniões do Codespa, enquanto o secretário municipal de habitação assentia com a cabeça. “Mas se eu abrir mão, pra quem que eu vou dar? Pra quem eu passo o meu, Vera? Pro teu filho que tem problema no NIS? Pra vovó que ta toda reunião aqui e não entrou nessa? Pra quem? Qual é o critério, me ajudem, que eu abro mão!”. No processo cotidiano de fabricação dos critérios morais de inclusão na política pública, era Marília que precisa decidir quem ia e quem ficava. “Vocês acham que eu durmo de noite, lembrando de vocês? Vocês acham que é fácil?”, disse aos prantos. Eu sempre digo que pior que o barulho dos maus é o silêncio dos bons”.

A figura grandiloquente de Marília era parte de uma maquinaria local da política pública. Ao performar inclusões e exclusões, a prefeitura eximia-se do fastuoso processo de indicação mais ou menos aleatório de nomes e de possíveis acusações de favorecimento e corrupção, ainda que rumores apontem ser este o caso em outros empreendimentos do PMCMV em Porto Alegre¹⁷⁴. Com o número de beneficiários muito maior que o de benefícios, os critérios oficiais da política tornaram-se inócuos para a seleção adequada das famílias. Associações como o Codespa, através de lideranças persuasivas como Marília, sobrepuseram aos critérios do PMCMV uma nova hierarquia moral de merecimentos – chamando os beneficiários a investirem tempo e dinheiro na participação em reuniões, e a depositarem seus sonhos e expectativas nas mãos de um coletivo desejanste que buscava se distinguir dos

¹⁷⁴ Casos de favorecimento e corrupção envolvendo autoridades municipais, escolas de samba, e outras entidades locais foram abundantemente referidos em nossa visita ao empreendimento do PMCMV no bairro Restinga.

outros pobres urbanos por meio de seus projetos de mobilidade ascendente.

“O que eu cobro muito das famílias?”, Marília remexia-se na cadeira em nossa conversa; “se tu quer alguma coisa, tu tem que ir atrás. O governo não te dá, ninguém bate na tua porta pra te oferecer uma política pública. Tu tem que buscar, respeitosamente”. Quando se referiu, em outra oportunidade, como uma “empregada” do governo, era isto que, no fundo quis dizer, pensei. Em sua narrativa, a líder descrevia as nuances cotidianas do que muitos sociólogos chamaram de estatalização dos movimentos sociais (Druck, 2006; Ricci, 2010) – o processo de captação pelos governos de lideranças e comunidades com o objetivo de levar a cabo suas políticas sociais. Para Marília, esta era uma renovação necessária e inovadora no movimento comunitário. “As pessoas são muito usadas por lideranças que entendem que a pressão, botar as pessoas na frente da prefeitura, fazer faixa, se chega mais rápido”. Para ela, era preciso reconhecer que “o governo não pode tudo, não tem recurso para tudo” e que para fazer valer “nosso direito constitucional de moradia, saúde e educação” cabia “chamar o governo para ver o que ta acontecendo, onde tá a necessidade”. “Eu ensinei eles a pautar o governo. Nós não vamos até aí. Nós mostramos pro governo como ele tem que priorizar e administrar o orçamento e eles nos respeitam pela forma organizada que nós criamos”. Com orgulho, Marília contou como adquiriu o respeito de autoridades políticas e do próprio prefeito, que faz questão de estar presente em reuniões, “porque sabe que sou uma pessoa séria”.

“Nós não queremos políticas pobres pros pobres”, continuou a líder. Municuada de um vocabulário jurídico de direitos e acesso à cidadania, ela era contrária à ideia de que “pros pobres serve qualquer coisa. Eu tenho tentado convencer a minha comunidade de que nós temos que nos impor politicamente. As pessoas acham que estão pedindo favor pros governos e se põem nessa posição, de não exigir, de achar que o que tá, ta bom”. Valendo-se da figura do cidadão ativista, que “pressiona o governo a cumprir seu próprio papel”, e instrumentada pelo idioma da transparência, da horizontalidade e da *accountability*, Marília era capaz de performar suas próprias políticas morais de inclusão e exclusão, garantindo sua reputação e o reconhecimento da comunidade na busca de seus projetos político-eleitorais.

A participação nas reuniões da associação e o pagamento assíduo das mensalidades tornaram-se, rapidamente, os critérios públicos reconhecidos de mobilização. Para receber o benefício, era preciso buscá-lo, lutar por ele, deslocar-se até os espaços e tempos das reuniões, das atividades de fim de semana, tomar parte do trabalho voluntário de construção da nova sede, contribuir com almoços e jantares em benefício da instituição. Ainda assim, não havia garantias efetivas de inclusão; ao fim e ao cabo, era a possibilidade de tornar-se mais merecedor que o vizinho, aos olhos escrutinosos da diretoria do Codespa, que suscitava na comunidade o espírito do cidadão ativista. Era necessário conclamar a inclusão social; um

trabalho laborioso por cidadania tornava-se, doravante, crucial, e a figura do pobre merecedor, ou *deserving poor*, seria fundamental para entender a formação de uma comunidade modelo, baseada no controle e purificação de seus participantes.

Oliven (1980) já notou como a Lei dos Pobres, aprovada no Reino de Elizabeth na Inglaterra do séc. XVI, fazia uma distinção severa entre os “pobres merecedores e aqueles que não queriam trabalhar” (Hill apud Oliven, 1980), punindo os “vagabundos robustos” e autorizando a mendicância de “pobres impotentes”¹⁷⁵. Na configuração local do PMCMV que encontrei em Porto Alegre, discursos êmicos sobre práticas de merecimento foram acionados na justificação de inclusões e exclusões de programas habitacionais, alinhando-se com isso a um projeto de modernização e democratização nacional – defendido, como vimos na primeira parte da tese, por economistas e marqueteiros – que visava à superação da pobreza através da formação de uma “nova classe média”¹⁷⁶.

Por meio de um trabalho intenso por inclusão e cidadania, e de testemunhos públicos a invocar uma miríade de termos como “batalha”, “luta”, “trabalho”, essas pessoas criaram aberturas e conexões com o Estado que visibilizaram suas ansiedades e expectativas de igualdade. Como escreveu Didier Fassin, parte dos processos estatais de objetificação da pobreza requerem “the deployment of a mechanism for exposing suffering” que pode ser interpretado como um “imposed exercise of subjectivation of the poor – that is, of the construction of the self as a subject of aid” (2012, p. 80). Diferente, portanto, do idioma meritocrático e *self made* das classes médias tradicionais (Adamovsky, 2010; Visacovsky, 2008; Visacovsky e Garguin, 2009), a “conquista” da casa própria figurava como a justa recompensa por esforços coletivamente orquestrados de busca da comunidade modelo. Ainda assim, como veremos na parte três da tese, os efeitos dessa economia do merecimento seriam individualmente absorvidos na construção de novas subjetividades e imaginários de classe média que realizariam o projeto de mobilidade ascendente nos espaços do mercado.

3.9.1 Definindo o “Direito do Outro”

Era fevereiro de 2013, e uma reunião de supetão havia sido convocada pelo Codespa. Não havia novidades; o acordado era que Marília nem ao menos estaria presente. No entanto, era preciso reforçar o espírito coletivo de mobilização, repetindo à comunidade que permanecessem esperançosos na tão sonhada casa própria. Nos fundos de um colégio

¹⁷⁵ As Leis dos Pobres baseadas nessas distinções morais foram ajustadas em 1834, mas permaneceram em vigor até a emergência dos Estados de bem-estar social, após a Segunda Guerra Mundial.

¹⁷⁶ Como também notou Oliven (1980, p. 45), a linguagem do merecimento opera como importante mediador simbólico para a definição da classe média na sociedade norte-americana (Overbey e Dudley, 1999; Lawson, 2011): para Gans (1968), os pobres merecedores seriam aqueles que, perseguindo o “sonho americano” do “self made man”, teriam direito à admissão na sociedade afluente, levando a um país de “iguais” em que os excluídos são responsabilizados por seu próprio fracasso.

estadual, uma enorme fila se formara atrás de uma mesa. Nela estavam sentadas Berenice e Alice, a primeira com uma caixa de fichas, a segunda com uma urna. Diligentemente, cada representante de família marcava a sua presença, pagando os dez reais da contribuição mensal. A cobrança de mensalidades era justificada pelos custos de manutenção de infraestrutura associada à realização de reuniões e do espaço da sede, que passou a estar localizada em uma das salas improvisadas ao lado do empreendimento em construção¹⁷⁷.

Simultaneamente à cobrança da mensalidade eram confeccionadas carteirinhas de sócio que facultavam o atendimento individualizado ágil das expectativas e anseios da comunidade. “Com a carteirinha nós hoje conseguimos identificar vocês direitinho. A Patrícia hoje é figurinha carimbada aqui, mas se eu olhar lá nos três mil inscritos, eu não vou saber quem é o teu nome, porque eu tenho mais de dez mil Patrícias. Aí eu pego a carteirinha dela e vou saber”, argumentou Marília durante uma reunião. A prática teve rápida aceitação entre a comunidade, o que estimulou a líder a cobrar dos poucos queixosos: “tem muita gente que está inscrito e não está disposto a pagar. Gente, é o mínimo pra quem vai ter a casa própria subsidiada pelo governo. Mas esses mesmos tão dispostos a ir lá e a pagar mil reais pra pegar o terreno” – ela se referia a fofocas que circularam durante o Natal de 2012 sobre ocupações irregulares de parte do terreno destinado à construção do empreendimento.

A implementação da carteirinha estabeleceu-se como método de contabilização e de governo dos membros do Codespa, doravante chamados de “contribuintes” ou “sócios”, tornando-os visíveis no banco de dados da associação. Isso aumentou sobremaneira a extensão das filas formadas em frente à mesa de registro de presenças. Ao fim de cada reunião, intermináveis burburinhos se avultavam à frente dos principais dirigentes; pessoas municiadas de sua carteirinha vinham carregando suas expectativas e ansiedades para saber das novidades sobre seu futuro apartamento. Consultas individuais se tornaram praxe, mas não excluíram relações pessoalizadas entre os membros. Para estes, o processo burocrático consolidou a figura de Marília como líder que outorgava a benesse da casa própria – o que se fez refletir, igualmente, nos rituais de entrada e saída da diretoria nas reuniões. Cada vez mais pomposos, esses momentos em muito se assemelhavam aos comícios do tempo da política (Palmeira e Heredia, 1995; Palmeira, 1996), permeados por trocas de presentes, carinhos e afetos entre Marília e algumas das senhoras mais antigas, com quem ela mantinha

¹⁷⁷ Estas se baseavam nos usos coletivos do dinheiro arrecadado – a compra da Kombi, a conta de telefone, a compra da aparelhagem de som, as despesas diversas que surgiam pelo caminho. Todas apareciam como decisões que, dado o contexto, foram as mais sensatas a serem tomadas. Assim, a aquisição do veículo supria as carências de deslocamento da diretoria da associação; a conta de telefone, de centenas de reais, justificava-se pelo contato personalizado feito pela secretária Berenice para informar os sócios das datas e horários das reuniões; os aparelhos de som eram explicados pela necessidade de comunicar-se com a comunidade, e as demais despesas, pelos imponderáveis e imprevistos que aparecem no cotidiano da *luta*. Vale notar, aqui, a semelhança dessas estratégias de reprodução do movimento coletivo com a de outras lideranças populares formadas nos espaços de participação do OP, como Chiquinho dos Anjos (ver Damo 2006; 2008; Kopper, 2009) e Juliano Fripp (ver Kopper, 2012).

uma relação quase maternal. Ávidas por garantirem seu benefício, elas lhe entregavam artesanatos e crochês, cartões de natal e votos de saúde que, como vimos, eram carregados por Seu Juliano até o carro.

Ao mesmo tempo, Marília precisava empregar sua expertise persuasiva na mediação dos interesses da comunidade e na busca por parcerias que colocassem as expectativas da associação no radar político. A fim de ampliar a pressão por unidades habitacionais, ela buscou parcerias fora do bairro. Primeiro, aproximou-se de um conhecido de nome Joel, funcionário do DMLU. Este tomou assento na diretoria do movimento e trouxe dezenas de interessados na casa própria para participar das reuniões do Codespa. Da mesma forma, Marília encontrou apoio na associação de funcionários da Carris, de que tomou conhecimento ao ser indicada para trabalhar como conselheira pessoal do presidente da entidade. Além de conseguir alugar o auditório da associação a um preço subsidiado para a realização das reuniões durante boa parte de 2013, Marília chamou para participar delas dezenas de funcionários da empresa de transportes interessados na casa própria¹⁷⁸.

Rapidamente, o Codespa conseguiu congregiar mais de 700 famílias, oriundas de diferentes comunidades do bairro Partenon e adjacências, como a Vila Maria da Conceição, a Vila São José, o Jardim Bento Gonçalves e a Vila Ceris. Marília contou que foram aceitas para participar da associação dezenas de famílias do bairro Lomba do Pinheiro, que na época constituía um único Centro Administrativo Regional (CAR) integrado à Região Partenon do OP. As reuniões passaram a ser realizadas em diferentes espaços nessas comunidades, como sedes de escolas de samba, salões de igreja, pátios de escolas estaduais, até se consolidarem por bom período no salão da Carris e, finalmente, na sede que viria a ser construída ao lado do empreendimento, em parceria com a construtora da obra.

Naquela reunião de fevereiro de 2013, enquanto eu observava o fluxo de pessoas e cobranças, uma senhora, rodeada de crianças, apareceu no local, e indagou se ainda estavam confeccionando carteirinhas de membro para a entidade. André, um dos integrantes da diretoria do Codespa, em tom inquisitivo, posicionou-se à frente da mulher, e perguntou-lhe se ela não participava das reuniões. Diante da surpresa, a senhora apenas retrucou que não sabia da existência da entidade, e que havia se cadastrado diretamente na prefeitura. André então tratou de responder-lhe que se ela não estivesse na listagem do Codespa ela não estaria apta a receber um apartamento; que havia uma parceria com o Demhab que conferia autonomia à associação para delimitar a sua própria lista de acesso às unidades. “Se a senhora se inscreveu pela prefeitura, a senhora concorre pelas vagas *comuns*. Se quiser

¹⁷⁸ A Carris é a empresa pública de transporte coletivo mais antiga do país em atividade. Nasceu em 1872 por decreto do imperador Dom Pedro II e detém, atualmente, 29 linhas de ônibus e 377 veículos. Sua sede conta com comodidades para seus funcionários e está localizada nas proximidades da Av. Bento Gonçalves, atrás de um hipermercado, há aproximadamente um quilômetro do residencial.

participar aqui, pode vir nas reuniões, mas não vai mais ter vaga, isso já tá encerrado desde 2009, teve muita procura pra se inscrever”. André então explicou a importância do Codespa para o desenvolvimento habitacional do Partenon e a “luta” pela implantação do residencial.

Virando-se para onde eu estava, ele parecia atônito. “Não dá pra esperar nada do Demhab. Por isso que nós fizemos esse Conselho! Tu não sabe que critérios o Demhab usa. Como é o sorteio? Eles vão chamar todos os inscritos, levar lá pro ginásio do Tesourinha, e vão botar os nomes dentro do globo? Tu vai fiscalizar? Não tem como!”. Desapontado com a política da própria associação, André não economizou nas críticas: “nós temos mais de 2 mil pessoas inscritas, mas a grande maioria não vai, cara! Nós vamos conseguir botar 10%. Nós temos uma cota com a prefeitura. É complicado, eles só querem usar pra palanque político”.

3.11 – POR DENTRO DO OP: A PRODUÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

Meses após as eleições de 2012, o Demhab colocou novas exigências ao Codespa. A divisão geopolítica da cidade havia mudado; Lomba do Pinheiro e Partenon deixavam de integrar a mesma região, e as pessoas daquele bairro que inicialmente haviam se inscrito para o PMCMV não mais aplicar-se-iam aos critérios burocráticos da prefeitura. Cabia a Marília convocá-los para uma reunião e explicar a sua exclusão, 3 anos após participarem diligentemente da mobilização pela casa própria. A líder tratou de explicar-lhes que esta havia sido uma imposição do poder público, e um erro crônico do programa habitacional. “Quem mora hoje de aluguel no Partenon pode amanhã estar morando em outra região da cidade. A política pública não entende isso”, berrou ao microfone. Para evitar o rompimento dessas famílias com a associação, ela se dispôs a criar o “Codespinha” da Lomba do Pinheiro, para que a comunidade se organizasse para demandar apartamentos na segunda fase do empreendimento. Como resultado, muitos dos demandantes, especialmente seus líderes com apreço por Marília, seguiram participando firmemente das reuniões do Codespa e garantiram a ela seu objetivo maior: congregar o maior número possível de militantes pela casa própria.

Para se adequar à política habitacional do município, Marília precisaria passar, ainda, por um novo desafio: aprovar a lista de indicados em uma plenária do Orçamento Participativo da região¹⁷⁹. No dia 1º de abril de 2013, na primeira reunião após o recesso de início de ano do FROP Partenon, Marília decidiu que havia chegado o momento de submeter a listagem de 150 nomes para apreciação e homologação. Ela iniciou a pauta com uma performance que buscou recapitular os principais episódios do processo de aquisição dos apartamentos do Residencial Bento Gonçalves, salientando o protagonismo desempenhado por sua instituição diante das várias mudanças de rumo impostas pelo Demhab para a

¹⁷⁹ Como vimos na introdução, em Porto Alegre a implementação da Faixa 1 do PMCMV se deu em paralelo à sua discussão nas arenas do OP, o que significa dizer que, para terem suas demandas habitacionais priorizadas e atendidas através do programa federal, as comunidades precisavam fazer parte, discuti-las e demandá-las no OP.

seleção dos contemplados. Além disso, sugeriu a importância da criação de atividades capazes de propulsionar a geração de renda, já que “não se quer um condomínio em que cada porta seja uma boca de fumo”, e tudo seja depredado e descuidado. Marília sugeriu ainda que se formasse uma comissão especial de habitação dentro do FROP Partenon para que outros projetos habitacionais como o Residencial Bento Gonçalves fossem demandados, e que era interesse de seu grupo apoiar esse tipo de iniciativa para os futuros moradores. “Muitas pessoas acham que se não entrarem de primeira, nunca mais terão qualquer casa. Nós temos que lutar por todos”, discursou.

Antes, porém, que pudesse anunciar o seu interesse – que era, precisamente, o de fazer a plenária aprovar a lista de 150 pessoas previamente homologadas pelo Codespa para preencherem as vagas no condomínio – algumas senhoras, líderes comunitárias engajadas há bastante tempo na região, iniciaram as reclamações com Marília. Solicitaram inscrição para fazer uso da palavra. O debate foi caloroso e prolongado – como era de praxe, aliás, nas reuniões de diferentes FROPs e do COP (Damo, 2006; Kopper, 2009) –, e quando tudo já se encaminhava para uma deliberação final que indicava a aprovação da listagem, uma senhora atravessou a sala e foi até a frente, gritando e xingando contra a líder.

“Meu nome é Elenira, eu estive à frente do Codespa desde o seu surgimento, eu ajudei a fundar isso daqui, lá em 2009, quando a Marília se aproximou de mim e me convidou para a gente fazer alguma coisa pela habitação do Partenon”. De fato, o panfleto do Seminário “Do Morro ao Asfalto” indicava seu nome como co-organizadora de um dos painéis. E continuou a vociferar:

Eu aceitei participar, fui em todas as reuniões, chamei o meu pessoal, eles vieram e acreditaram que sairia um apartamento para todos eles. Mas aos poucos eu fui me decepcionando, hoje eu tenho só uma certeza, isso aqui não é Conselho de Desenvolvimento do Partenon. Que Partenon é esse? De quem? Com certeza eles não representam mais a grande maioria das comunidades que estão demandando aqui dentro do OP, que não foram ou não puderam ir nas reuniões do Codespa e hoje vão ficar sem casa por causa disso. O Codespa não é democrático, não consulta nem pergunta o que as comunidades querem. Por isso eu estou me retirando, não vou mais frequentar isso.

Um debate acalorado e interminável surgiu dessas palavras iniciais de Elenira. Várias outras líderes comunitárias que estavam igualmente possesadas se alternaram nos xingamentos e nas reclamações que dirigiam a Marília – que, igualmente severa e resoluta, tratava de vencê-las, como mesmo disse, no “go-gó”. No ápice da controvérsia, uma senhora pediu a palavra e, apesar de não possuir grandes talentos oratórios como as outras, contou emocionada seu caso e seu vínculo pessoal à Marília. “Ela me deu cinquenta reais quando eu mais precisava, gente. Eu tava passando fome. Ela é do bem, ela age no melhor interesse da comunidade”, soluçou. Ao final, já aos prantos, desabou a chorar e foi acudida por um dos membros do Codespa, que colocou a cabeça em seu ombro, afagando os cabelos. Enquanto a senhora terminava de falar, Marília fez sinal discreto para Rodrigo, que ocupava a mesa

principal, para que registrasse em ata o depoimento de apoio da mulher. Outras senhoras perceberam a sutileza e indagaram-no para ver se este havia igualmente registrado seus questionamentos e insatisfações no documento. Claro estava que já não havia clima para uma votação e aprovação da listagem que seria encaminhada ao Demhab pelo Codespa e, para evitar maiores desentendimentos, todos optaram por encerrar aquela sessão sem a decisão¹⁸⁰.

* * *

Cerca de um mês depois, restabeleceu-se no FROP Partenon, após uma série de modificações institucionais na estrutura de funcionamento do OP ¹⁸¹, a Comissão de Habitação da região. Sua primeira reunião, que não contou com nenhum representante oficial do Codespa, foi tida pelas demais lideranças comunitárias como um espaço estratégico a partir de onde poderiam retomar o debate em torno das políticas de habitação para o bairro – de certa forma arrefecido desde a ascensão de Marília e o direcionamento das estratégias habitacionais para o PMCMV e o residencial Bento Gonçalves. “Fui várias vezes no Demhab pedir informação, e me diziam que as obras tavam atrasadas”, balbuciou Seu Joel, uma liderança local inscrita desde 2009 no cadastro da prefeitura. E seguiu:

Aí, um belo dia, fiquei sabendo que existiam reuniões escondidas [refere-se ao Codespa], porque eu sei que se fosse a prefeitura tinha que sair um anúncio. Mas que reunião é essa? Que eu nunca sei? Por que eu não sei? Eu preciso igual aos outros, porque eu moro numa *área de risco*, quando dá temporal é terrível a coisa. E é uma área de risco! Tanto é que teve um pessoal lá semana retrasada e era o pessoal da área de risco! Revisando a área pra ver... Eu fiquei na ilusão de ganhar essa casa, e desde 2009, agora já estamos em 2013.

“Eu briguei muito, não fui mais, porque a gente quando mora numa comunidade tem satisfação a dar! Eu mesma ajudei todo um pessoal a fazer cadastro no MCMV, e eles cobraram” – Dona Vera agarrou o microfone das mãos de Seu Joel para resumir a insatisfação das lideranças locais. Representante de uma das várias comunidades atuantes no FROP Partenon, ela seguiu: “Aí chegava outra pessoa [referindo-se a Marília] e dizia, ‘não vocês têm que ir em tal reunião pra poder ganhar!’. Aí ficou uma coisa, nós começamos todo o mundo a brigar. Não, não tem que ir em reunião nenhuma pra poder ganhar casa!”.

De acordo com Dona Vera, o próprio secretário de habitação teria sugerido em reunião

¹⁸⁰ Um grupo de exaltados ainda se formou nos fundos da sala, enquanto a mulher do depoimento emocionado ainda se recuperava e dava explicações a quem quisesse ouvi-la. Ao sair da sala, um novo tumulto parecia haver se formado. Sem conseguir chegar a tempo de observar o desenrolar da história, percebi que Nira, que havia iniciado a confusão, estava gritando descontroladamente, enquanto Paulo, do Codespa, a xingava; relatos davam conta de que ambos quase partiram para a agressão, sendo impedidos pelos que assistiam. Nira tentava abrir seu carro com as chaves na mão em desespero, até que se foi. Já os outros diziam que não conseguiam entender como tal cena poderia ter acontecido num ambiente “democrático”, nitidamente envergonhados diante da situação.

¹⁸¹ As modificações na estrutura de funcionamento do OP incluíam a elaboração de um novo calendário anual de rodadas únicas das regiões participantes e a criação de novos cargos administrativos em cada região, de tal modo que os fóruns regionais (FROPs) foram decompostos igualmente em fóruns de serviços. Cada espaço passou a ser administrado por agentes governamentais distintos, o que triplicou o aparato burocrático de cada região.

do FROP Partenon que o benefício não dependia da participação de reuniões; num segundo momento, porém, teria voltado atrás. “Ele não sabia nem o que estava falando. Então desde esse dia eu não venho mais em reunião nenhuma. O que que é isso? É ilegal! É ilegal tu chegar aqui e ‘já ta votado, tu já ganhou, tu já é delegado’”, continuou o desabafo. “O que eu vou fazer aqui se tem 20 delegados pra votar contra mim? Aí eu digo assim: ah, eu queria que calçassem a minha rua. E ela diz assim: ah, são os delegados que decidem. Aí todos os outros votam que não é a minha rua, que é a rua dela! Então eu não venho mais! *A gente procura por todos os meios resolver os nossos problemas e não consegue*”.

3.11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem te viu e quem te vê”, era como começava a carta de punho desconhecido endereçada a Marília, transcorridos alguns dias das reuniões acaloradas do FROP Partenon. Com letras de recortes de jornal, o documento endereçava severas críticas e ofensas ao seu trabalho como líder comunitária engajada na militância pela habitação. “Muitas vezes caí no falso choro das tuas palavras”, continuava o(a) autor(a) da carta, que denunciava as mudanças na filiação política de Marília e o uso apelativo da emoção durante seus discursos para convencer as pessoas. A segunda parte reiterava a crítica já feita à associação, de que esta era em realidade uma organização com o propósito de favorecer uma pequena diretoria composta de amigos e familiares da líder. “Tudo não passa de um grande engodo; o Codespa jamais defendeu os interesses do Partenon”, seguiu. O documento encerrava com uma coluna onde se liam, na vertical, as letras do movimento, e ao lado delas algumas palavras ofensivas: Codespa; C de Covardia, O de omissão, A de amigos, P de PMDB.

Entre uma e outra reunião, conversei por diversas vezes com Marília e esta confessou-me que se aconselhara com agentes do Demhab após as discussões acaloradas que tiveram lugar no FROP Partenon. Entre as sugestões feitas, estava a necessidade de refazer a votação dos 150 nomes indicados pelo Codespa, a fim de que se obtivesse a homologação do OP, tudo parecesse efetivamente democrático, e o resultado final, inquestionável. A demanda do departamento foi intensificada por conta de um abaixo-assinado recebido na assessoria comunitária contendo vários nomes, inclusive alguns de supostos membros do Codespa, rubricados, não exatamente assinados, informando que a votação fora feita de maneira compulsória e sem a aprovação e discussão adequada dos nomes.

Dos 150 cadastros enviados pelo Codespa ao Demhab, apenas seis retornaram com problemas. Alguns deles, por ultrapassarem o teto de renda de R\$ 1600 estipulado para a faixa um do programa e afixado em 2009¹⁸². Para Marília, esta era uma das limitações do

¹⁸² Outro caso crítico era o de uma das senhoras que estava no movimento desde 2009 e não perdia uma única reunião: “Como é que eu vou dar uma notícia dessas para essa mulher, que vive lá no meio da vila, o teto da casa

PMCMV, já que impediria que muitas famílias aceitassem novos empregos que pagassem mais que o limite. Nas reuniões, ela dava seu próprio exemplo para ilustrar esse argumento: “Tive que cortar na pele”, afirmou por diversas vezes; Marília fora forçada a abdicar de uma oportunidade de emprego como Coordenadora Regional do Fórum de Serviços do FROP Partenon, o que a levava à assessoria da Carris.

Para a líder, o alto índice de aprovação dos cadastros pelo governo era a prova cabal de que a mobilização coletiva em torno da habitação estava “no caminho certo”. Às frequentes acusações de favoritismos pessoais, clivagens político-partidárias e aparelhamento institucional com vistas ao monopólio das demandas, Marília respondia apontando para as consequências práticas da mobilização e para o extenso circuito de alianças, reciprocidades e favores do qual fazia uso tão logo as circunstâncias do jogo o demandassem. Em suas falas, a líder reafirmava o funcionamento da política comunitária e suas possíveis articulações com o Estado; se criticavam, era apenas porque gostariam de dispor dos benefícios para concedê-los aos seus. Se as senhoras reclamavam, era porque não souberam se articular para militar coletiva e ativamente pela habitação; “muitas gostariam de estar no meu lugar, muitas gostariam de ser eu, mas não têm a coragem, não sabem como participar e fazer a articulação política”, comentou. “A maior dificuldade das pessoas entenderem é que elas não deixaram de ser atendidas porque não foram contempladas. A luta pela casa é um *processo*”.

* * *

A etnografia da formação de uma associação de futuros moradores é a crônica de um capítulo bem-sucedido das políticas habitacionais no Brasil da década de 2000. Ao longo deste capítulo, vimos que o engajamento e a experiência participativa propiciadas pelo Codespa, tanto aos seus líderes quanto aos seus membros, transcende a explicação econômica – em torno da demanda reprimida da habitação – e política – em torno da formação de um mercado imobiliário livre de sanções sociais e morais. Como vimos na fala de Berenice e constataremos com mais detalhes no capítulo seguinte, política partidária e comunitarianismo andam juntos e são moedas mutuamente convertíveis na trajetória de líderes como Marília. Os depoimentos que consolidam sua figura como emblemática na luta pela habitação – aliados às dinâmicas das reuniões, em que entradas e saídas triunfais, jogos emotivos de palavras, abraços e trocas de presentes são constantemente dramatizados – sugerem que a linguagem moral da transformação pessoal coincide com práticas paternalistas e carismáticas de aliciamento político. As intensas manifestações sentimentais

dela quase caindo?”, Marília me disse. Outros, como era o caso de um dos integrantes de sua diretoria, por irregularidades com o número do CPF ou do NIS. Finalmente, um caso esdrúxulo: um sujeito que dizia morar com uma mulher, mas que em realidade era casado com outra, e que precisava regularizar sua situação, já que isso gerava imprecisões no cálculo da renda familiar. Marília, em tom de brincadeira, disse-me que iria exigir que ela seja vizinha de porta do sujeito, para fiscalizá-lo e *controlar* a sua fidelidade, a fim de evitar que ele perca o direito sobre o seu apartamento.

entre Marília e sua comunidade apontam na direção de um excedente semântico que não é redutível ao simples interesse utilitário dos participantes na obtenção meritocrática das vagas habitacionais em disputa, embora configure exatamente a linguagem de merecimento que, em outro registro, justifica a inclusão e exclusão de pessoas no programa.

Transformada num subsídio concedido pelo governo apenas a uma minoria entre os inscritos no PMCMV, a casa própria – sua simbologia, seus meios de aquisição, seu valor de mercado e sua circulação como bem privado – tornou-se o epicentro das disputas sobre a mobilidade ascendente entre seus beneficiários. Organizando um coletivo desejante, o Codespa, seus líderes e membros, agenciaram localmente o PMCMV, escavando um espaço próprio do governo da casa, potencializando-o politicamente, e transformando o Residencial Bento Gonçalves em um microcosmos raro e disputado em que são materializados os desejos, sonhos e esperanças dos beneficiários. Em diferentes níveis, ao coalescerem em torno de um projeto coletivo e bem-sucedido de mobilidade, os membros do Codespa forjaram um espaço de exceção através da política pública que se sedimentou em oposição aos pobres sem ambição encontrados por toda parte em outros projetos no bairro Restinga – que, apesar do deslocamento espacial, não concretizaram a tão desejada ascensão social.

Nesse processo, líderes comunitários e políticos locais engajaram-se na construção de uma comunidade modelo em que os critérios de inclusão e exclusão da política pública passaram a ser performados em termos da capacidade emancipatória dos futuros beneficiários, vale dizer, na habilidade projetada de cada cidadão em, de posse do apartamento, desenvolver uma nova ética subjetiva favorável à mobilidade socioeconômica ascendente. Ressignificada na linguagem tecnocrática de economistas, marqueteiros e planejadores de políticas públicas, essa capacidade propositiva e imaginativa – que, veremos adiante, emergiu como uma economia local da esperança entre os beneficiários –, serviu de sustentação à tese (ela própria imiscuída em redes políticas) da “nova classe média” brasileira.

No capítulo seguinte, veremos como a formação dessa comunidade modelo foi ainda consolidada através de interações entre cidadãos merecedores, líderes comunitários, *experts* sociais e autoridades municipais, e desembocou na própria voz dos beneficiários eleitos que, para receberem a casa própria, precisaram traduzir essa nova ética de si em testemunhos públicos. Seguindo na observação etnográfica de reuniões e trocas simbólicas, em múltiplos níveis de análise e espaços-tempo, é possível descortinar a formação dessa gramática moral que, traduzida no ideário de uma comunidade modelo, cristalizou a emergência de um desejo por um futuro melhor para além da pobreza.

CADERNO FOTOGRÁFICO

Do Morro ao Asfalto

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Seção de Comunicações

PROCESSO	EXERCÍCIO
3574	88

INTERESSADO

MARCIA ALVES

FIDEL

ASSUNTO

Compra de Imóvel

RECEBIDO

16 MAI 1988

Obs. — Informações serão dadas mediante apresentação desta ficha.

RECEBIDO
C. A. T. O. R.

14 – Assunto: Compra de Imóvel; Deferido.
Junho/2013.



15 e 16 – Fluxos Burocráticos. Novembro/2013; Março/2014





17, 18 e 19 – Reuniões do Codespa. Março/2013.

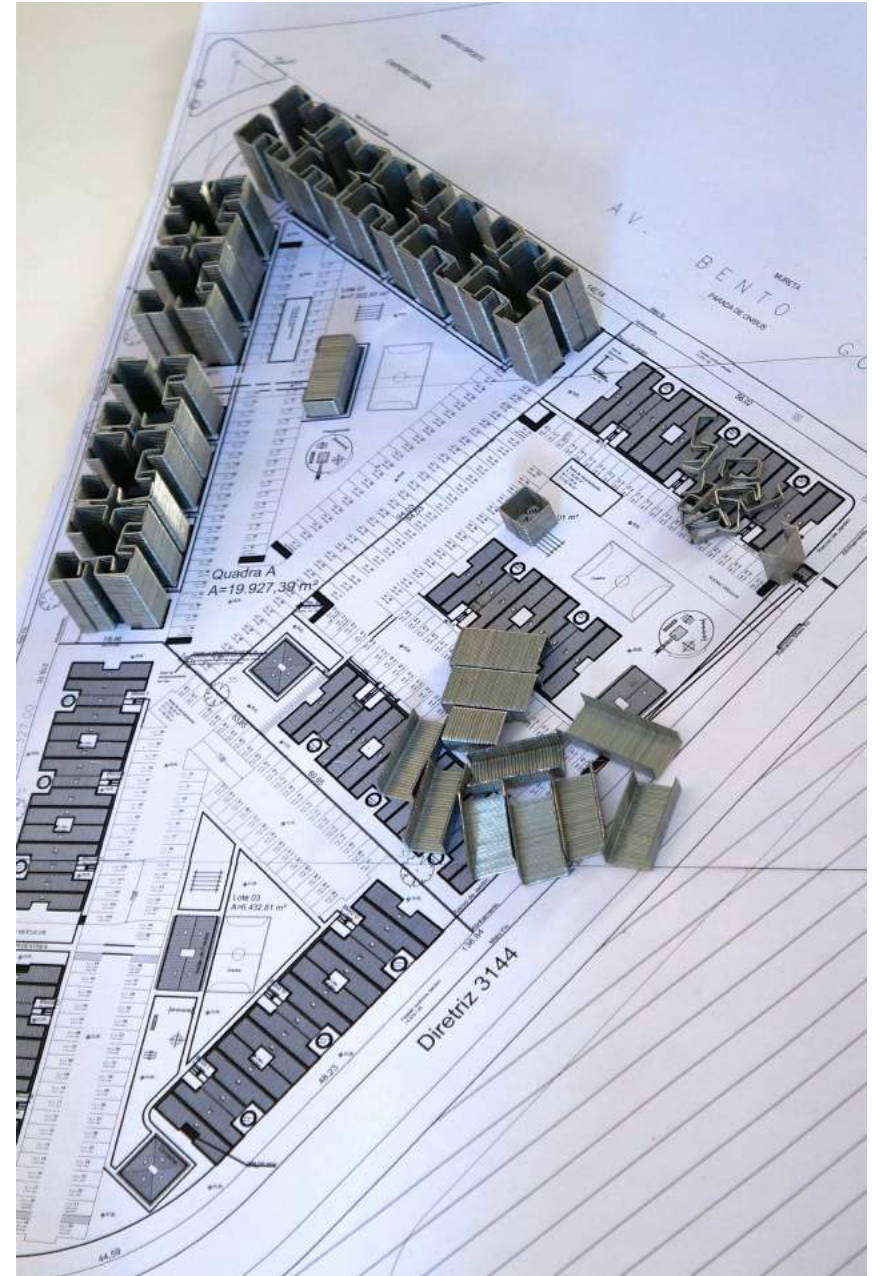




20 – *A Tessitura do Sonho*. Fevereiro/2014.

21 – *Entre Sair e Continuar*. Novembro/2013.





22 e 23 – Fluxos Arquitetônicos. Fevereiro/2013.



24 e 25 – Sócios. Março e Junho/2013.



26, 27, 28 e 29 – Circulando pelo OP. Julho-Agosto/2013.



30, 31, 32 e 33 – A Sede do Codespa. Janeiro/2014.



34, 35 e 36 – Construindo a Nova Sede. Novembro/2013.



37, 38 e 39 – As Performances de Marília. Novembro/2013.



40, 41, 42 e 43 – As Parcerias: SMIC, Demhab, Outras Lideranças. Junho/2014.



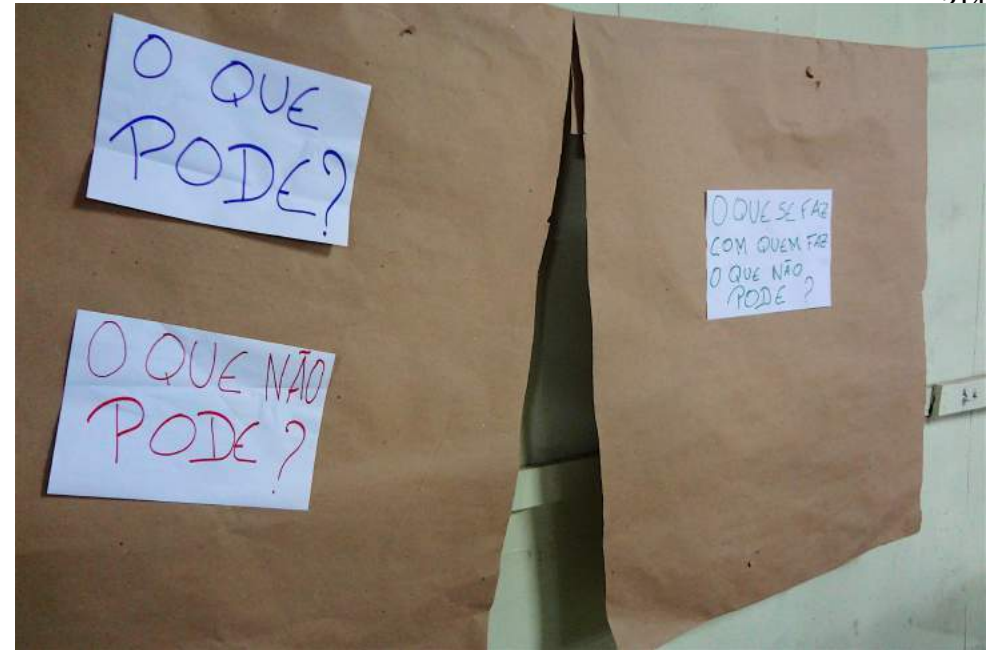
44 e 45 – A Família Exemplar. Maio/2014.





46 e 47 – A Grande Família. Junho/2014.





48, 49 e 50 – O Trabalho Moral. Junho/2014.



51 e 52 – Dona Hilda e o Trabalho por Cidadania. Novembro/2013.



53, 54 e 55 – O Sorteio. Julho/2014.



56 e 57 – O Prefeito com Dona Hilda e a Entrega das Chaves. Setembro/2014.

Fonte: Prefeitura Municipal POA.





58 e 59 – *Uma Visita Especial*. Dezembro/2014.
Fonte: Prefeitura Municipal POA.



4. BORBOLETAS EM TRANSFORMAÇÃO

– “Mãe, vem aqui!” – a voz rouca introduziu ao salão da Carris uma senhora de idade avançada, um pouco corcunda, mas com o olhar vívido.

No meio da reunião, Marília interrompeu seus afazeres e veio rapidamente receber a dupla, pedindo que fossem vestidos com a nova camiseta da associação, confeccionada especialmente para aquela ocasião e comercializada ao “módico” preço de R\$ 20 por sócio. Ela própria fazia questão de vestir outra: a primeira camiseta produzida com o nome da associação e que um dia, há cinco anos, ela trajara na passeata pelas ruas de Porto Alegre.

Dona Hilda agarrou a veste e não permitiu que ninguém a ajudasse a se vestir. Ela agora estava envolta em palavras derivadas de CODESPA e orgulhosamente tomava para si as fronteiras morais, assim estampadas, daquela comunidade modelo:

C ompetência
O rganização
D eterminação
E mpreendedorismo
S eriedade
P arceria
A titude
A comunidade exercendo a sua cidadania

Era junho de 2014. Aquela era uma noite especial: com a presença de membros da Caixa Econômica Federal, do Demhab, da construtora e da diretoria do Codespa, foi realizado o sorteio de distribuição dos apartamentos entre os 150 indicados da associação. No palco, a presença desses representantes deixava claro que cada um deles jogou parte importante no processo de implementação local da política habitacional. No auditório, um “mar” de camisetas pretas com as mesmas palavras que Dona Hilda orgulhosamente vestiu tão logo entrara no salão. Para Marília e sua diretoria, aquela era a celebração máxima da conquista da casa própria, pela qual se empenharam pelos últimos cinco anos.

A camiseta, por sua vez, era uma tecnologia apreendida durante os anos de militância na democracia participativa e já fora empregada por outros líderes comunitários, junto de faixas e cartazes, por exemplo. Em seu conjunto, os dizeres condensavam a própria cosmologia por trás da comunidade modelo em gestação ao longo desses anos e suas relações com o desenho de políticas públicas e a criação de aberturas para a mobilidade ascendente

das “classes populares” no Brasil recente. A organização e a seriedade eram virtudes aprendidas da frequência pela política participativa; a competência, a atitude, a determinação e a parceria denunciavam subjetividades ativistas de engajamento advindos da circulação pelos bastidores da política representativa e partidária (na ideia de que era preciso buscar os direitos e se fazer ouvir); já o empreendedorismo apontava para a presença do mercado como espaço de autorealização pessoal dessas novas subjetividades (e não era menor o fato de que o pagamento da camiseta provava que os membros estavam no “caminho certo”), o que tornava o projeto de mobilidade sustentável no tempo e no espaço.

Alguns dias antes, outro evento promovido pela CEF com os beneficiários levou-os em grupos para dentro das dependências do Residencial Bento Gonçalves, para que pudessem se familiarizar com a arquitetura e fazer uma lista de até dez unidades de sua preferência. Agora, naquela noite, cada família havia recebido um número, que seria sorteado através de um sistema globo – tal qual um jogo de loto ou bingo – para que os beneficiários concretizassem a escolha. A reunião durou várias horas e, pela primeira vez, não foi coordenada por Marília. O microfone era passado de mão em mão, revezado entre seus filhos e o agente da CEF encarregado do cerimonial. Enquanto isso, a líder fiscalizava a formação das filas, separava idosos em uma área prioritária, garantindo que ninguém faltava.

Dona Hilda foi a primeira a ser sorteada e foi celebrada por minutos de aplauso da plenária. Olhando para o teto, os olhos lacrimejando, ergueu as mãos e, abraçada em Marília, agradeceu a Deus pela “conquista”. Após escolher a unidade desejada – procedimento em que foi auxiliada pelo filho que sempre a acompanhava – balbuciou palavras incompreensíveis ao microfone e foi novamente envolvida por Marília, que posou para uma foto e entregou-lhe um imã lilás contendo a sigla e telefone do Codespa.

O objeto havia sido cortado em formato de borboleta e foi chamado pela líder de “Borboleta da Transformação”. O mesmo ritual foi repetido para todos os 150 indicados pela associação e foi a forma encontrada por Marília para fazer lembrar sua influência nas novas vidas que havia ajudado a esculpir. Representando a entrega simbólica das chaves, o objeto sinalizava o protagonismo da associação na vida de cada sócio, e lembrava-os do comprometimento com a busca da comunidade modelo – o que chamarei aqui de uma cosmologia coletiva do habitar –, que seria colocada à prova no novo empreendimento. Ao criar rituais que se sobrepunham ao cerimonial técnico da CEF, ela lembrava a todos(as) que “as regras estão aí para serem mudadas”, como sentenciou ao microfone ao questionar os quinze minutos estabelecidos em regra para cada beneficiário definir sua unidade. “As pessoas pensam porque são pobres tudo serve, que a política tem que ser feita às pressas, como que pra se livrar de um problema”, ela confessou mais tarde.

No capítulo anterior vimos como a formatação técnica de uma política pública concreta – o PMCMV – realizou-se na prática através de uma rede difusa de agências que conecta planejadores, lideranças e políticos locais às aspirações e ao trabalho por cidadania de sujeitos ordinários em busca de um futuro melhor. Por meio da etnografia, foi possível reconstruir a tessitura temporal do cotidiano que levou à formação estratégica de uma associação de futuros moradores – o Codespa –. Através da movimentação de seus líderes, documentei como a fabricação de uma comunidade modelo estava conectada a economias locais do merecimento que justificavam a performance cotidiana de critérios morais de inclusão e exclusão do programa habitacional.

Neste capítulo, demonstro como, no adensamento da temporalidade que caracteriza a espera pelo apartamento, os futuros beneficiários gestaram expectativas que conectaram o passado de dificuldades ao presente da militância e ao dever-ser da casa própria. Nesse processo, o desejo pelo futuro – imaginado, vivido, reproduzido – foi germinado, produzindo novas subjetividades alinhadas aos projetos de líderes comunitários e políticos locais. No cotidiano de preparação para a nova vida, nas reuniões da associação, no contato com autoridades municipais e *experts* sociais, a tessitura intersticial do desejo coletivo de sair do morro em direção ao asfalto foi reafirmada como o tropo urbano de um país que atualiza a metáfora imaginativa da casa própria como caminho legítimo de mobilidade ascendente. Entre os membros do Codespa, esse movimento foi cristalizado na demarcação das fronteiras morais de sua comunidade modelo.

4.1 – “EU NÃO TIRO NINGUÉM, EU DOU ESPAÇO PARA ENTRAR”

– Quem já visitou o apartamento decorado, é lindo ou não é? – Marília berrou ao microfone, cerca de um ano antes.

– Ééééé! É muito lindo! – vários que estavam sentados nos bancos retrucaram.

– E cabe tudo, não cabe? Até pensamento bom! [risos]. O apartamento é maravilhoso. São 45 metros quadrados. Não é pequeno gente, é muito bom. Bom, não é uma mansão, mas é muito bom. Muito bem feito, as janelas todas com persiana, com alumínio... Num quarto de solteiro pode ir até dois beliches, pra quatro camas, pra quem trabalhou um pouco mais, tem mais filhos, então vocês já sabem. Mas o ideal é: tem o quarto de casal, tem o quarto de solteiro, uma sala boa, ampla, e a cozinha que é pequena.

No cotidiano da espera pelo novo apartamento, Marília precisava produzir novas justificações que mantivessem a comunidade participante e desejosa pela casa própria. Nas reuniões do Codespa, os critérios morais de participação, de inclusão e exclusão da política habitacional, eram reforçados através da performance de uma cosmologia coletiva do habitar.

– A Dilma vem e diz ‘é trabalhador, tem que ter casa’, e pega um cara que mora na beira do arroio do Campo da Tuca, um carroceiro que tem 10 filhos, e bota ele pra morar num apartamento desses – seguiu-se a líder em sua oratória diante da comunidade –. Não é que ele não possa, mas hoje não. Tem que ser responsável pra preparar essas famílias pra ir morar lá. Há anos nós temos trabalhado nessa preparação. Tem gente aqui que não sabia da mobilização, mas tem gente como o Vicente, a senhora, que estão lá desde o início. Tem gente que desistiu, que não acreditou também. Tem gente que começou, ah, não vai dar nada, não vai dar nada. Gente! Eu entrei hoje lá, de novo, porque nós vamos *cuidar* dos apartamentos. Eu vi que aquilo lá é uma cidade, no meio dos prédios. É uma cidade!

Na busca pelo engajamento imaginativo das pessoas, Marília costurou uma nova temporalidade intersticial da mobilização política, articulando um *desiring collective*. É no entroncamento entre a escassez do benefício habitacional, o emaranhamento da burocracia local e a luta por cidadania de sujeitos ordinários que a líder buscou desenhar a tessitura desse desejo comunitário. “Volto a dizer, enquanto não assinarem o contrato, ninguém ta fora, ninguém ta dentro”, ela gritou repetidas vezes ao microfone. As incertezas do desconhecido – o tempo da política de bastidor em que ocorrem as decisões – eram amenizadas com figuras cotidianas que rearticulavam a esperança: “Os apartamentos tão sendo feitos aos poucos, é como o *puxadinho* da gente: faz um quarto pro filho, termina outro e dá pro outro filho que veio. A gente tem que ter paciência”, pediu.

“Esse empreendimento foi construído pra ser o exemplo pro Brasil. Por isso que nós temos quadra de esportes, nós temos salão de festas, tem quiosques com churrasqueiras, é *primeiro mundo*! Então tem que valorizar, tem que batalhar pra receber isso!”, ela prosseguiu. Ao relembrar os atributos dos novos apartamentos e apelar ao imaginário da casa própria, a líder consolidava o desejo pela luta como forma de obtenção do benefício habitacional. A comunidade modelo era revigorada na evocação de um horizonte imaginativo que conectava a arquitetura dos apartamentos ao desejo das pessoas, mas também na busca por comprometimentos dos futuros moradores com o projeto encabeçado pelo Codespa.

4.1.1 Calculando a Esperança

Cada vestígio de esperança materializado nas palavras de Marília para projetar a percepção de um grupo seletivo e escolhido era seguido de um cálculo pragmático que visava administrar as expectativas coletivas em torno da transição. Essa matemática ordinária da esperança cristalizava-se sobretudo nos novos dispêndios financeiros que acompanhavam a cosmologia do habitar e que incluíam um variado espectro de serviços associados à operacionalização da vida em apartamento, como a manutenção do condomínio, contas individuais de água, luz, telefone, e por aí fora. “O condomínio é a luz do corredor, do pátio;

é a manutenção, a segurança, a limpeza, e isso é imprescindível”, seguiu a líder ao microfone. “O condomínio tem que ser pago, ele tem que estar nas contas de vocês”, emendou. Como mostrarei na parte três, manter-se adimplente quanto ao condomínio significava, na mesma proporção, permanecer engajado com a persecução da comunidade modelo.

Os custos da nova vida ressaltavam não apenas a inclusão e visibilidade dos participantes do Codespa em dispositivos legais e mercadológicos, mas apontavam também para uma nova relação contratual no acesso à casa. “Vocês estão comprando um imóvel!”, Marília chamou a atenção em diversas reuniões; “vocês não estão fazendo uma Concessão Real de Direito de Uso. Se vocês não pagarem, vocês podem perder. A Caixa retoma e chama um suplente. Então tem que fazer essa conta”, concluiu. Para a líder, as despesas mensais de condomínio e financiamento dos apartamentos implicavam mudanças significativas na administração cotidiana do dinheiro que se referiam menos a um aumento nos gastos familiares do que a uma nova estruturação na organização cíclica das contas domésticas. Na formação cotidiana de uma comunidade modelo, a reinvenção do lugar e estatuto do dinheiro era simultânea à adoção de novas rotinas de vida, em que códigos de conduta eram repensados em nome do desejo e da *luta* pela habitação.

Antes do início de uma das reuniões do Codespa, em conversa informal, uma senhora resumiu em poucas palavras as implicações dessa nova ética de como habitar: “Hoje em dia sou aposentada, mas nem que eu tenha que voltar a trabalhar pra pagar aquilo lá direitinho, eu não me importaria nem um pouco! Aquilo lá é um sonho, nós estamos há vinte anos batalhando para ter um lugar digno”.

Por diversas vezes, questionei Marília sobre a existência de desistentes e insatisfeitos com o projeto que visava deslocar sua comunidade “do morro ao asfalto”. De início, ela se mostrou reticente: “Não havia pessoas que não queriam sair das vilas, porque nós nos mobilizamos desde o início e explicamos os critérios do programa. Chegou um ponto que quem ficou entendeu o processo”, disse-me. Com o andamento das reuniões e a rotatividade dos sócios, contudo, ficou claro que o trabalho do Codespa de persuasão e engajamento da comunidade na mobilização pelo condomínio também gerava queixosos e desiludidos.

“Eu insistia nas reuniões, gente, se vocês não pagarem mesmo que seja R\$ 50 por mês, a Caixa pode retomar. Vocês vão ter que pagar água, luz e condomínio”, confessou Marília. “Aí muita gente disse, ‘ah mas não é pra mim, eu não quero. Eu moro na vila, eu não pago isso?!’”. A habilidade de pagar – e tornar-se um sócio-contribuinte do movimento ao invés de um militante – seja a prestação da casa, seja a mensalidade do Codespa, tornaram-se indícios da capacidade de ascensão econômica e social das famílias e, logo, do merecimento em fazer parte de uma nova comunidade modelo, livre de vícios – da vila, das irregularidades, da informalidade, do crime.

A desistência voluntária de pessoas tornou-se o catalizador natural de um processo de purificação que visava criar novas categorias de diferença entre os pobres urbanos sob o jugo do Codespa. Exemplos citados por Marília – como o do carroceiro, incapaz de ajustar-se econômica e culturalmente às novas condições de vida –, permitiam desenhar uma linha fina entre os pobres merecedores e aqueles sem futuro acertado. As fronteiras dessa comunidade modelo eram ainda dramatizadas em situações concretas, orquestradas por Marília nas reuniões, como o medo da invasão das terras e dos prédios do Residencial Bento Gonçalves – uma possibilidade sempre presente durante os períodos de paralização da obra que ocorreram em meio às relações instáveis entre a prefeitura e empreiteira. Aqui, a invasão – prática não tão distante do cotidiano de muitos dos futuros beneficiários – tornava-se a materialidade do Outro que aviltava o que agora passava a ser definido como o direito conquistado da habitação, o “dever-ser” de propriedade desses sujeitos, produzido no próprio agenciamento dos critérios de acesso que incorporaram.

Nos exemplos apresentados por Marília aos merecedores de sua comunidade, o contraste moral era performatizado no cruzamento entre o direito ao apartamento, a prática de mobilização popular e os usos legítimos do dinheiro. “Me ligaram no domingo antes do Natal”, ela contou durante a primeira reunião do Codespa de 2013, “era onze e meia da noite; eu e o Paulo da minha diretoria fomos até o terreno, onde algumas pessoas tavam queimando mato, fazendo lote e vendendo a mil reais, e já tinha gente comprando!”. Marília logo explicitou seu ponto: entre os compradores, identificou uma senhora que participava ativamente das reuniões da associação e que estava na iminência de ser despejada. “Se tu vai comprar tu já ta queimada aqui no Codespa”, a líder teria dito à senhora. “Ninguém que compra vai ficar lá. Nós temos uma parceria com o Demhab e com a construtora que até agora tem funcionado. Então pra que invadir e bagunçar o movimento? Enquanto eu for presidente deste conselho, nós vamos fazer a coisa certa” – Marília concluiu –. “Se quiser fazer a coisa errada, me derruba primeiro; já teve gente que tentou, mas não conseguiu”.

Episódios como estes eram usados para convencer seus “escolhidos” da necessidade de transformar suas práticas para proceder dentro dos limites de uma moralidade que permitiria consolidar uma comunidade modelo. Além de prepará-los para as dificuldades culturais e financeiras por vir, Marília alertava para os perigos das negociações de bastidor – quando o projeto de longo prazo de habitar era confrontado com a possibilidade de fazer dinheiro e vender o seu direito ao imóvel. “Não fiquem na fila, não me aguentem aqui se vocês não querem o apartamento! Não vendam o direito de vocês!”, ela várias vezes ressaltou. “Não é justo fazer dinheiro com uma obra social. É por isso que eu digo que quem mora na beira do arroio, não paga contas, não vai conseguir se manter sem um apoio. Aí vem o que tem mais dinheiro e compra dele. E o que precisa volta pro buraco de onde veio”, completou.

Quando Marília soube que o Demhab reduzira o número de vagas destinadas ao Codespa visando acomodar pessoas oriundas de remoções e outras ocupações irregulares de Porto Alegre, as fronteiras morais dessa comunidade em vias de construção no Partenon foram colocadas à prova. “Nós precisamos saber quem são essas outras pessoas”, ela continuou ao microfone. “Eu não quero aliciar todo mundo pro Codespa, mas vão entrar 200 famílias que não discutiram o que nós estamos fazendo! Aí alguém vai chegar lá e vai querer jogar lixo pela janela”. À medida que os contornos da comunidade modelo eram formatados através de reuniões periódicas e eventos comunitários, era preciso pensar em novos instrumentos e diretrizes de ação que mantivessem o projeto em andamento após a mudança aos novos apartamentos. “Eu faço o que eu quero porque o condomínio não tem nada a ver com o Codespa”, era a principal ameaça detectada por Marília. “Esse é o grande problema”, avaliou.

Seja para cobrir esse hiato, seja para ocupar as pessoas enquanto esperavam pelos apartamentos, seja para minorar os efeitos da transição, um tema cada vez mais discutido nos meses que antecederam a inauguração da obra foram alternativas viáveis para geração de renda através do condomínio. “As pessoas me perguntam: ‘ah, o que tu quer com lavanderia comunitária?’”, Marília seguiu ao microfone. “Ora, tu trabalha o dia inteiro, e a área de serviço dos apartamentos é pequena. Mas se tu botar varal naquela janela e deixar tudo colorido eu vou te matar! Pelo amor de Deus!”. Um dos projetos apresentados por Marília era o de converter certas áreas coletivas, como salões de festa, para a implantação de serviços autogeridos pela comunidade, como lavanderias e *lan-houses*. “A gente vai baixar o condomínio e gerar emprego, só não pode é permitir o comércio”, completou. Outra possibilidade consistia em aproveitar a passagem de um córrego nas dependências do empreendimento para a produção e comercialização de flores – prática que poderia ocupar idosos e portadores de deficiências. “Se nós não cuidarmos e não garantirmos, aquilo lá vai virar um cortiço!”, Marília profetizou.

Em seu conjunto, esses projetos procuravam estender as competências do Codespa na ingerência do condomínio, mantendo a organização coletiva dos moradores na busca de uma comunidade modelo e ajustando-os moral e esteticamente à cosmologia do habitar prognosticada pela associação. A metamorfose dessas borboletas dependia, assim, da criação de fronteiras morais que legitimavam os escolhidos na posição de incluídos na política pública, mas também os comprometia aos esforços de que doravante se tornavam parte. Para comprometê-los com esse projeto de mobilidade e torná-los cidadãos modelos, Marília precisava mais que estabelecer parcerias e movimentar a maquinaria local da política. Ela necessitava um grande exemplo que, à maneira do centro exemplar (Geertz, 1981), estivesse

acima de qualquer suspeita e operasse mostrando o “caminho das pedras”. Para isso, nada melhor que o envolvimento, na política comunitária, de sua própria família.

4.2 – A GRANDE FAMÍLIA

Era noite do dia 12 de março de 2014. A Avenida Paulino Azurenha estava decorada com luzes natalinas, faixas em papel pardo e de plástico com dizeres de feliz aniversário e agradecimentos diversos. Marília circulava entre sua casa e a rua enquanto recepcionava calorosamente os convidados. Recebi o convite de Berenice no dia anterior e providenciei um champanhe para presentear-la pela passagem. Um dos cartazes, feito de papel pardo, era da creche Eremi, assinado por todos os funcionários, que lhe desejavam os melhores votos. Seu filho Diogo, que também aniversariava no mesmo dia, ajudou-me a estacionar o carro no morro íngreme em frente à casa. Desci do carro e ele me levou até Marília, que veio ao meu encontro dançando e já estendendo os braços para me recepcionar. “Fica à vontade, aqui tu ta em casa!”. Apesar de nunca descurar da estética, naquela noite ela havia investido sobremaneira na aparência, trajando um vestido de gala acompanhado de joias, sandálias de salto alto e uma maquiagem com cores fortes e vibrantes.

O espaço estava completamente tomado de gente. Muitos se sentavam em poltronas e cadeiras de plástico que formavam um grande círculo; no canto do jardim, uma churrasqueira de metal de onde emanava uma fumaça que por vezes quase fazia as pessoas perderem o ar. Sobre a área aberta estava um toldo que evitava chuvas e sereno. O chão era de pedras-ferro quadradas entrecortadas por ervas daninhas que floresciam nos resquícios do concreto. Em uma roda de conversas encontrei alguns membros da diretoria, Berenice, Seu Juliano, uma irmã de Marília, as mulheres da creche e as noras. A caixa de som, usada nas reuniões do Codespa e acionada por um *laptop* de dentro da casa, estava num dos cantos, rodando pagodes e *funks* em volume alto que faziam algumas das mulheres levantarem e se colocarem a cantar e a dançar consigo mesmas.

Procurei por uma cadeira, mas aparentemente estas tinham acabado. Fui até perto da porta de entrada da casa, onde estava Seu Juliano, que me contou das novidades sobre a construção. Dei uma espiada para dentro da casa. A parte de baixo estava precariamente organizada, com vários colchões velhos empilhados, moveis antigos que trancavam a passagem, entre outras coisas. Do outro lado havia outra portinhola, com uma parede de azulejos preto e branco, ao estilo xadrez, e uma pichação escrita “bem-vindo”.

Os salsichões começaram a circular em pedaços, acompanhados de farinha, e eram servidos aos convidados. Aceitei uma cerveja e, assim que uma das senhoras se levantou, sentei-me ao lado de Seu Juliano. Ele pôde então entrar em detalhes.

A construtora viera novamente oferecer-lhe algum dinheiro para o custeio do que

faltava aperfeiçoar na estrutura da sede, que vinha sendo erigida ao lado do empreendimento. Seu Juliano retrucou que não aceitavam contribuições monetárias, mas que não rejeitavam doações, já que as pessoas queriam “apenas ajudar”. A empresa então achou uma solução: perguntou-lhe do que precisava, e ele fez uma pequena lista. Dias depois, uma carga encostou com os itens pedidos, que ele os aceitou generosamente.

Do lado de Seu Juliano estava André, com quem Marília colocou-se a falar, em voz alta, sobre as últimas novidades do PMDB, onde ela tivera reunião no dia anterior. Ela contou das recentes eleições internas e de seu apoio a uma das chapas, que acabou vencendo o pleito. Tempos depois, as forças teriam se reordenado e grupos até então dissidentes aproximaram-se de Marília para tentar juntar-se a ela. Ela permaneceu quieta por toda a reunião, até que alguém lhe consultou, tentando convencê-la a apoiar uma decisão. Ela retrucou que não tomaria nenhuma decisão sem consultar sua “base”. “Esse é o problema de todos os partidos políticos, que acham que as lideranças populares são massa de manobra para fazer aprovar as decisões dos mais influentes. Comigo não tem essa coisa”, queixou-se. “Nossa tentativa aqui é construir um corpo coletivo para tomar decisões”, emendou. E, apontando em minha direção, concluiu: “A tua presença e amizade é o símbolo da nossa legitimidade. Porque se tu não vê que isso é bom, tu não estaria comemorando aqui com a gente, não é mesmo?”.

Continuei bebendo minha cerveja quando, como de supetão, um carro de som encostou na frente da casa, os piscas alertas, e abriu o porta-malas. Luzes brilhantes, de festa, iluminaram a frente da casa e um pedaço da rua; uma música alegre e festiva, falando de relações familiares e sua importância, ricocheteava ao fundo, com a enorme caixa de som que ocupava toda a parte de trás do veículo. As pessoas saíram de dentro da casa, formando um círculo na calçada. Um narrador chamou, então, pelos nomes de Marília e Diogo, os aniversariantes do dia. Uma longa série de homenagens seguiu-se a isso, com direito a choros, declarações, mensagens e danças. Vizinhos e curiosos amontoaram-se no parapeito das janelas para ver o que se passava. Quem passasse por lá, fossem carros ou ônibus, diminuía a velocidade e espiava para fora para ver o que estava acontecendo. Um carro que vendia gás inclusive parou por quase um minuto e acompanhou parte da “cerimônia”.

Um sujeito que parecia conduzir a liturgia desceu do carro e agarrou o microfone, perguntando quem ali conhecia a Marília e qual o seu grau de parentesco ou amizade. Uma a uma, as pessoas que estavam mais próximas do círculo fizeram uso da palavra. Muitas já estavam chorando, sobretudo Berenice e as meninas da creche. Todas falaram de seus vínculos com Marília, da importância de sua amizade, de como eram uma família unida, de que sem ela muitos não eram nada. Berenice demorou-se mais e, às lágrimas, falou longamente de como a líder mudara o rumo de sua vida, ajudando-a em tudo que podia, e que contava com ela como se fosse uma irmã.

Marília e Diogo permaneciam ao centro do círculo, chorando, abraçados, e beijando-se mutuamente as faces, interminavelmente. Não se cansavam de fazê-lo, numa dramatização intensa, para quem quisesse vê-lo, ali na rua, de que a família era “tudo”. Muitas vezes, os abraços tornavam-se mais e mais coletivos, e um amontoado de gente se congregava numa espécie de grande círculo regado de pulos e gritos de alegria. Uma das mensagens foi de Diogo para Marília, outra de Marília para Diogo, e outra ainda da creche para Marília. Todas elas eram narrações com uma voz feminina, suave e provocante, e duravam em torno de um minuto. Eram coroadas com abraços, lágrimas e fotos, capturadas pelas luzes de *flash* dos smartphones de várias pessoas da comunidade. Entre uma e outra homenagem, ouvia-se música, pagodes e *funks*, até que Vitor, outro filho de Marília, e Luana, uma das noras, acertaram o valor em dinheiro com o motorista para que ele se fosse.

Quando o microfone finalmente foi passado a Marília, muitos brincaram dizendo que ela não o largaria, que aquele era seu vício. Ela agradeceu, emocionada, pela “surpresa”, que nem lhe passara pela cabeça, já que seu filho dizia que aquilo era “brega”. Performativamente, ela sugeriu que nunca seria brega demonstrar o amor à família, e que todos que estavam ali, naquela noite, eram sua base de sustentação, seus amigos incondicionais, sua *própria* família. Havia os novos e os antigos, e todos ocupavam um papel importante em seu coração; fui novamente mencionado: “O Moisés, que é de fora, da universidade, percebeu a união e o espírito coletivo e de amor que reina entre nós”.

Encontrava-me exatamente no limite físico entre a rua e a casa – o que, para muitos teóricos que tomam esses tropos como materializações do dentro e fora, do público e do privado (DaMatta, 1997), poderia ser sugestivo de minha situacionalidade em campo. André, mais tímido, não saiu de dentro do pátio, com medo de que alguma mulher o tirasse para dançar. Um foguete foi solto do outro lado da rua, seguido de rojões e de um bolo fantasia com faíscas brilhantes que foi entregue a Marília.

Ao meu lado, o assador de churrasco veio me falar; pediu que eu me apresentasse e emendou que conhecia Marília há anos. Era uma ótima pessoa; agora um de seus filhos trabalhava com ele no setor de remoções, desocupações e despejos de famílias do Demhab. Ele era funcionário público do órgão há décadas. Nada mais o surpreendia nessa vida – continuou. Enquanto lançava mais álcool na churrasqueira, entre uma baforida e outra do cigarro, baixou o tom e disse: “Aqui quem elege candidato político é o Demhab; habitação sempre foi prioridade pras pessoas e o governo sabe disso. É moeda de troca”. Não pude perguntar mais; o odor de cachaça tomava conta e ele cortou o assunto. Quis dar-me seu cartão; colocou as mãos no bolso mas disse que era melhor outra hora porque ele carregava R\$ 5 mil. “Hahaha!”, riu-se de sua própria piada.

A parceria tão íntima entre órgãos de governo e pessoas da comunidade, ali, celebrando

conjuntamente o aniversário de uma liderança comunitária, entre a rua e a casa, chamou-me a atenção. Não era apenas o agente do Demhab; era o colega de serviço de Diogo; era Joel, do DMLU; eram os “amigos” no DMAE que viriam para a próxima reunião nos fundos da obra; era a pressão que Marília prometera colocar “no” Everton – não por acaso o Secretário Municipal de Habitação – para agilizar o início do trabalho técnico social e sugerir novas parcerias. Tudo era muito *íntimo*.

Alguém anunciou que a carne estava pronta e que era possível se servir. Havia uma fartura de comidas, com direito a salada de maionese, cebola e tomate, arroz e vários espetos de churrasco, inclusive com carne de carneiro, de galeto, e porco, além da costela bovina. O assador cortou-as em pedaços e colocou o recipiente sobre a mesa. Diogo apareceu com vários pratos de tamanhos e formatos diferentes. As pessoas formaram filas para servir-se e sentar-se para comer. Quando chegou minha vez, já quase não havia mais talheres ou pratos. Fui um dos últimos a me servir. Tive que revezar a faca com Berenice; de fato, as pessoas não se importavam de fazê-lo, com muitos parados em pé comendo coxas de galinha com a própria mão. Enquanto isso, a fumaça prosseguia seu trabalho de defumação dos corpos nas suas imediações.

As crianças haviam sido transferidas para o andar superior e tinham o privilégio da comida: eram servidas antes dos adultos. De modo inverso, Marília e Diogo comeram depois dos outros, podendo sentar-se à mesa de onde era servida a comida. Luana me servia e oferecia cerveja. Enquanto eu comia, Marília sentou-se do meu lado e seguiu seu trabalho de contar-me histórias sobre como era importante comemorar para rejuvenescer e refrescar as ideias.

Enquanto todos terminavam de comer, assistimos à chegada de Luís, desajeitadamente, com seu novo carro, um Honda Civic. Ele fez questão de estacioná-lo na frente da casa, para que todos o vissem entrar. Para isso, subiu e desceu algumas vezes da calçada, tentando manobrar o veículo sem muito sucesso. Ele chegou abraçando Marília e em seguida me cumprimentou. Não demorou muito para falar do programa de geração de renda, que, segundo ele, iria finalmente sair do papel. Marília tentou desviar o assunto – “amanhã falamos disso” – mas ele estava determinado a ter essa conversa com alguém. E foi comigo. Disse que finalmente conseguira uma área ao lado da sede do Codespa para montar seu projeto, que era estruturado em três pilares: cursos gratuitos de capacitação, o que ele chamou de “bolsa desemprego”, e geração de renda propriamente dita.

Muitos no Codespa tinham Seu Luís como demasiadamente descolado da realidade – um visionário de mão cheia. Mas quando lhe dirigi a pergunta sobre como ele pretendia obter as verbas para isso, ele respondeu, com um sorriso irônico: “Já ta na mão. Eu falei com deputados, gente grande, esse ano é ano de eleições, então eles já estão de olho... Mas não é

um trabalho fácil, esse de estar nos bastidores da política, tem que costurar, e costurar, e costurar, mas sempre sai alguma coisa”. Acenei a cabeça, em sinal de surpresa e concordância. Talvez ele não fosse assim tão ingênuo, pensei. Seu Luís justificou o atraso na chegada: estava presidindo a reunião de sua associação, da qual era vice-presidente. Mas ele não quis entrar em detalhes. Ao contrário, mudou de assunto e disse que lera um texto que eu havia lhe repassado há meses atrás: um capítulo de meu trabalho de conclusão que tratava das lideranças comunitárias no OP, defendido em 2009. “O teu trabalho só fala da Região Centro, do Chiquinho, mas não do Codespa”, queixou-se. Tentei explicar que aquele era um texto antigo e na época o Codespa nem bem existia, e que eu poderia lhe conseguir um texto recente em que eu falava da associação. Ele não parecia dar muita importância às minhas palavras; virou-se para o lado e balbuciou apenas que “pobres são egoístas; só participam do processo quando precisam de algo”.

A irmã de Marília aproximou-se de nós com um prato e talheres limpos na mão para oferecer a Luís para que jantasse. Este gentilmente recusou, dizendo que já tinha se alimentado, que estava bem. Ela insistiu, mas ele tornou a recusar. Então, virando-se para mim, diminuí o tom da voz e confessei: “sou vegetariano”. Há quanto tempo? – perguntei. Ele contou-me outra história. “Cada pessoa tem as suas crenças”, iniciou. Recentemente, ele lera um livro chamado “Magia de Redenção”, de Ramatis, psicografado há mais de vinte anos por Hercílio Maes, que teria mudado sua visão sobre as coisas e, particularmente, sobre o consumo de carne. Para dar-se conta disso, seguiu, bastava ver o que as religiões de matriz africana faziam com o sangue de animais, empregando-o em rituais de conjuração de males, para se ter ideia do que o consumo de carne animal ocasionava ao espírito que a consumia. Seu Juliano, que cruzara e ouvira parte da conversa, sorriu e emendou, com as mãos levantadas: “eu não disse nada”.

Antes de deixar o lugar, fui interpelado mais uma vez por Marília. Ela queria uma foto, que não hesitei em tirar. Uma das mulheres da creche rapidamente acionou o botão com seu *smartphone*. Marília foi comigo até o portão e, enquanto entrava no carro, fez sinal de coração repetidas vezes na minha direção. Em meio a tantos profetas da política comunitária, urgia que eu contasse o que eu havia visto, ouvido e experimentado naquela idílica noite.

* * *

Eventos como este, descritos através dos fragmentos das minúcias do cotidiano (Geertz, 1989), prestam-se a uma multiplicidade de interpretações e abrem-se para a tessitura complexa dos dramas humanos, das experiências vividas e da imaginação do improvável (Stewart, 2007; Biehl, 2013b). De um lado, a descrição evidenciava os códigos locais manipulados por Marília e sua diretoria na definição das fronteiras de pertencimento à comunidade modelo do Codespa – e que falavam também das configurações locais da

mobilidade ascendente por meio das políticas habitacionais. Através da performatização de um sentido estendido de família, ela revelava a um conjunto seletivo de convidados (capazes de espalhar essa imagem às suas redes de influência) que ela encapsulava a própria virtuosidade do que a associação estava em vias de tornar-se: lutando, organizando-se e esforçando-se, Marília vencera na vida, educara seus filhos em uma “trilha correta”, trabalhava e tornara-se líder comunitária – qualidades que, como já vimos, estampavam as camisetas do Codespa e foram apreendidas no decorrer da militância político-participativa. De outro lado, festividades eram parte do que tornava Marília uma líder bem reputada, na medida em que elas provavam sua generosidade, sua capacidade de organização e comprometimento com a comunidade – qualidades necessárias às lideranças, como já notou a literatura antropológica clássica (Malinowski, 1921; 1922; Evans-Prichard, 1940; Clastres, 1974).

O evento, contudo, trouxe elementos que permitiram pensá-lo para além do registro comunitário e local. Procedendo a um exercício de deslocamento, poder-se-ia argumentar, por exemplo que publicitários da “nova classe média” como Renato Meirelles chamariam a atenção para a presença incessante e em distintos níveis do consumo como prática estabelecida nessa descrição: primeiramente quanto à fartura de pratos de comida, os churrascos coletivos e suas estéticas constituindo um atributo por excelência da “nova classe média”; em seguida, quanto ao consumo de serviços como a mensagem de aniversário; ainda quanto aos investimentos estéticos e de vestimenta em jogo; e, por fim, quanto à presença reticente de objetos tecnológicos, como smartphones e carros. Da mesma forma, uma análise que privilegiasse a ótica de economistas como Marcelo Neri chamaria a atenção para os altos índices de otimismo e felicidade – o que poderia apontar para a melhoria numa série de indicadores de bem-estar, tais como baixo índice de desemprego, aumento geral da renda do trabalho, efetividade de políticas de redistribuição e a “inclusão” dessas pessoas no mapa de políticas sociais; fatos que, em seu conjunto, desencadeariam noções prospectivas de futuro.

Para publicitários e economistas investidos em provar a verificação da tese da “nova classe média”, o evento era a própria materialização de suas ideias e a prova cabal dos efeitos da mobilidade econômica na construção de um país moderno, democrático e associado a um ideário de classe média. Sem discordar do que diriam esses personagens, sugiro que o evento contém elementos que permitem diagnosticar essas teorias, embora sua densidade demande modelos analíticos mais sutis de análise dessas borboletas em suas múltiplas metamorfoses, emaranhamentos e tensões. Para entender adequadamente a natureza dessa mobilidade, suas contradições, experiências e alinhamentos com os projetos político-econômicos brasileiros da década de 2000, é preciso seguir olhando, mais de perto, para os nódulos que articulam ativismo comunitário, *desiring citizens*, anseios e expectativas de ascensão realizadas na luta pela casa própria, inclusão em políticas públicas, trabalhos por cidadania,

acesso a redes de consumo e, como veremos agora, parcerias com políticos locais.

4.3 – A FORÇA DA COMUNIDADE, SEGUNDO OS POLÍTICOS

“Eu estou impressionado, eu estou emocionado de ver a força desta comunidade!”, interrompeu o diretor da divisão de Desenvolvimento Econômico da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), durante pronunciamento às famílias do Codespa em reunião da associação, em novembro de 2013. “Isso significa que vocês estão fortes, que vocês estão unidos. Sejam fiéis às lideranças que vocês têm, porque são comprometidas. Eu estou aqui para me comprometer com essas lideranças para que o sonho de vocês se torne material, não apenas um sonho a cada reunião”, completou.

Marília irrompeu em aplausos de onde estava, no palanque do salão de festas da Carris. Aos pulos, sorrisos e socos no ar de vitória, abraçou Nira – a mesma que havia se rebelado contra líder há menos de um ano em reunião do OP e que agora ocupava lugar de destaque ao lado de outros membros da diretoria do Codespa. Quando o diretor retomou sua palestra, Marília veio ter comigo, instigada sobre a possibilidade de fazer um seminário para discutir a implantação de cursos de capacitação profissional e de formação de pequenos empreendedores, para o que precisariam de apoio institucional da universidade e de *experts* na área. E, baixando o tom da fala, revelou: “Essa é uma ótima estratégia política; eu não preciso me comprometer com meu pessoal e empurro esse papel de propor políticas para quem tem o poder da caneta”.

Parte significativa do que acontecia durante as reuniões do Codespa envolvia a presença estratégica de representantes políticos; assistentes sociais da FASC; técnicos e superintendentes da CEF e da construtora do empreendimento; representantes da procuradoria geral do município; secretários municipais de habitação, governança, e comércio; e mesmo o prefeito municipal. “Desde a primeira reunião no Guarani, a gente sempre procurou trazer pessoas da prefeitura pra dar palestras, pra se comprometer. Porque uma coisa é a Marília falar, outra coisa é vim o especialista falar, com poder de comprometimento”, destacou a líder. Ela contou-me que a reação geral das autoridades era de espanto diante de milhares de pessoas “ansiosas, querendo casa, com infraestrutura precária”. E prosseguiu: “Eles disseram que é assim que se chega aos seus objetivos. Falaram do PMCMV e as pessoas viram que é verdade, porque nunca imaginaram poder estar tão próximas de quem tem o poder”.

4.3.1 Microempreendedores de si

“Por que nós trouxemos hoje a SMIC?”, Marília começou aquela reunião. “O nosso sonho da casa está aí, mas nossos pleitos são três. Tu tendo casa para morar, tu tendo

trabalho e tu tendo educação para procurar um bom emprego, o resto tu corre atrás. Tu pode comprar um plano de saúde, tu pode... Agora viver de aluguel é uma insegurança”. Em sua fala, Marília reconstituiu o tripé que já havia desenhado em nossas conversas, e que costurava o modelo de subjetividade planejado para a comunidade modelo do Codespa: habitação, trabalho e educação. Para a líder, a cidadania era o resultado de incentivos governamentais que auxiliassem a fazer a passagem ao mercado – de trabalho e de consumo. Assim como previam as políticas para a “nova classe média” que discutimos na primeira parte, na opinião de líderes como Marília a formatação de políticas públicas devia visar à criação de sujeitos ativistas, independentes e emancipados. Em suas palavras:

Nós não fazemos assistencialismo. Nós ajudamos quem quer se ajudar. Nós nos organizamos para anteder a demanda de habitação daquele que quer casa para morar. Porque quem quer casa para vender não vem à reunião, ele não quer vir aqui ouvir a Marília nem o secretário ou os conselheiros. Ele quer só pegar a chavezinha entrar pra dentro. E se puder ainda vai chamar os vizinhos e parentes para invadir”.

Na sequência, Seu Luís deu maiores explicações sobre os projetos de geração de renda e formação de empreendedores sociais. “Como vocês todos sabem, eu sou formado em economia e já trabalhei com gestão de despesas. Hoje vocês terão todas as informações necessárias para quando vocês quiserem montar algum negócio”. O líder comunitário prosseguiu com sua linha de análise: “Muitas vezes a dona de casa tem vontade de gerar uma renda, tem um espaço em casa, quer trabalhar com uma gastronomia, vender um lanche, e não sabe como fazer. Nós da família Codespa queremos que todos vocês que vão morar aqui no Bento Gonçalves tenham uma condição financeira a mais através do empreendedorismo”.

Seu Luís criticou os programas governamentais que ofereciam cursos de qualificação sem encaminhamento ao mercado de trabalho. “Não adianta você ganhar um curso e ir pra casa com um diploma”. Para ele, a geração de renda era fundamental na medida em que conduzia à “qualidade de vida”. “Você vai comprar um televisor, vai comprar uma geladeira boa, vai dar uma condição de vida pro seu filho, vai comprar um computador”. Seu Luís convidou a todos os interessados em “abrir o próprio negócio” para procurá-lo após a reunião, na certeza de que cada caso seria analisado individualmente: “queremos fazer um trabalho diferenciado”. E acrescentou: “Nós queremos conseguir microcrédito na prefeitura, na Caixa Econômica; nós vamos fazer um grupo de trabalho para acompanhar e monitorar as pessoas, porque muitas vezes elas não entendem de estoque, de marketing, de tendências de mercado”. Antes de chamar o representante da SMIC, Seu Luís arrematou: “Só se estabelece no mercado quem tiver condições e preparo para enfrentar adversidades”.

“Vocês já alcançaram a primeira grande vitória na vida de vocês, que é a casa própria. Agora tá na hora de buscar a segunda vitória, que é se manter para usufruir da qualidade de vida”, começou o diretor de desenvolvimento econômico da SMIC, que logo em seguida

emendou uma pergunta: “Quem aqui já sonhou em ser dono do seu próprio negócio?”. Ninguém na plateia reagiu. Ele repetiu a questão acrescentando uma provocação: “você só querem ser empregados?”. Desta vez algumas pessoas se manifestaram. A sequência de sua fala foi então marcada por uma linguagem do sonho e do desejo direcionada às mulheres, grande maioria da audiência: “As mulheres são sensíveis, são sonhadoras, são batalhadoras, e são principalmente cumpridoras de seus deveres na busca dos seus sonhos. Cada sonho tem a ver com um desejo e um talento”.

“Empreender o que significa? É eu buscar um sonho, me preparar pra esse sonho, e convencer alguém a comprar esse sonho”, o diretor prosseguiu. Adequando a linguagem do empreendedorismo à realidade local, ele buscava competências culinárias entre as mulheres e sugeria que era preciso “acreditar naquilo que se quer e sabe fazer”, “avançando coletivamente, combinando as habilidades de cada um”. “Tem duas palavrinhas mágicas: qualificação e formalização. No mundo do empreendedorismo não dá pra sair catando borboleta, porque tem muito tubarão nadando em rio dizendo que é peixinho. No mundo do empreendedorismo nós temos que nos unir”. Apresentando o ciclo de produção, distribuição e consumo, o diretor da SMIC falou de regras para empreender e superar os “desafios da selva”, para deixar um “negócio familiar pro seu filho”. Atualmente, sugeriu, a SMIC possuía um programa de incentivo e formalização de pequenos negócios chamado “Pró-Negócios”. Ele arrematou: “Ninguém conhece porque nós ainda não conseguimos nos comunicar adequadamente, mas vamos até as comunidades quando nos chamam”.

4.3.2 As Reuniões com o Demhab

A última reunião do Codespa com a presença do Demhab antes da inauguração da obra ocorreu em março de 2013 no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças. O amplo e mal iluminado salão estava tomado de centenas de membros da associação, ávidos por saber das últimas notícias diretamente com o órgão responsável pela implantação do PMCMV em Porto Alegre. Dois técnicos do departamento, municiados de maletas, fizeram a instalação de projetores para apresentação dos detalhes do programa habitacional, enquanto Marília entrava triunfalmente no recinto, sendo ovacionada e cumprimentada, uma a uma, pelas idosas da primeira fila. A caixa de som e o microfone foram trazidos por Rodrigo e já estavam instaladas.

Uma comitiva da diretoria pediu passagem para montar duas mesas atrás do palco improvisado, trazendo vários sacolões de cestas básicas de comida que amontoaram sobre elas. Pela proximidade com o Dia Internacional da Mulher, Marília abriu sua fala destacando o protagonismo feminino na luta pela habitação, e anunciou que aquelas cestas básicas seriam sorteadas entre as mulheres presentes ao fim da reunião. A fila para o registro de

presença, que já era grande, tornou-se ainda maior: nenhuma membra do Codespa perderia a oportunidade de receber um número para concorrer àquele sorteio.

Uma senhora em particular vibrava com a entrada de Marília no salão. Seu semblante não me era conhecido, mas como eu circulava pelo entorno, ela me abordou: “Tira a minha foto!”. Ao lado de dois jovens, que presumi serem seus filhos, ela contou-me sua história. A casa em que vivia estava tomada de ratazanas e era impossível manter uma vida “digna”. “Há quanto tempo a senhora está nessa situação?”, perguntei; sem recordar com precisão, disse ser mais de ano, e que eu fosse até lá para conferir e tirar fotos para mostrar aos técnicos do Demhab. “Eu não posso entrar em casa, os ratos me perseguem com o olhar, me encaram”, disse-me, fitando longe. Ao voltar sua atenção para a reunião, completou: “Não posso esperar pela segunda fase da obra. A minha demanda tem urgência”.

Marília iniciou os trabalhos apresentando ao público os representantes municipais que, para efeitos argumentativos, chamou de diretores do Demhab. Sem corrigir o planejado equívoco, estes se limitaram a explicar o funcionamento do PMCMV. Eximindo-se da responsabilidade sobre a seleção dos beneficiários, eles ressaltaram que a classificação e seleção dos *dossiês* sempre esteve a cargo da CEF. No entanto, os sócios do Codespa tinham suas chances de receber a casa “aumentadas em dobro” pois participavam, simultaneamente, da listagem de interessados da prefeitura e da associação.

Marília discursou, gritou e chorou. Ela também buscava eximir-se da responsabilidade de performar inclusões e exclusões no programa. “Está aqui o Moisés, que é da UFRGS e está gravando e não me deixa mentir”, completou apontando para a minha câmera em movimento. Em certa altura, pediu que uma das senhoras da primeira fila viesse até o palco para contar a sua história de necessidades à audiência, mas rapidamente desistiu da ideia para dar lugar ao tão esperado sorteio das cestas básicas. Cada entrega era comemorada com gritos de vitória e fotografias em que posavam a líder, os representantes do Demhab e os contemplados.

Enquanto eu conversava com Rodrigo, uma senhora relativamente velha aproximou-se de nós. A palma da mão estava rabiscada de números escritos à caneta onde era possível identificar uma soma: $1458 + 161$. Com o semblante desiludido, revelou-nos que, pela primeira vez, havia feito as contas de seu orçamento doméstico. Lamentavelmente, havia chegado à soma de R\$ 1619: R\$ 19 acima do teto estipulado pela CEF em 2009 para o recebimento do benefício habitacional. Em tom técnico, Rodrigo apenas confirmou o seu receio: ela estava fora dos contemplados; se tivesse mais dúvidas, que ligasse para o 0800 do banco federal.

Perto dali, Paulo agarrava o microfone para informar que a data e local da próxima reunião do Codespa ainda não haviam sido decididos e que os interessados deveriam checar no blog da associação. Quem não tivesse acesso à internet, completou, que ligasse para a sede em horário comercial. Marília já havia “desaparecido” do ginásio, junto com as autoridades municipais. Às centenas de curiosos e membros do Codespa interessados em ter com ela, os membros da diretoria respondiam apenas que ela já tinha se ido. Um complexo esquema de controle da figura pública havia se erigido em seu entorno.

4.3.3 A Fasc e as ambivalências cadastrais

“A gente não mexe no cadastro por motivo de renda; eu me nego a fazer”, professou Maria Inês, assistente social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre. Era março de 2013 e a reunião havia sido convocada pelo Codespa para informar aos sócios sobre o funcionamento do Número de Inscrição Social (NIS), sob o qual o governo federal reunia todos os programas de assistência social, como o Bolsa Família e o PMCMV. “Existe uma prática muito comum entre os beneficiários de políticas públicas”, prosseguiu a profissional; “as pessoas pensam que quanto mais parentes eu colocar no meu cadastro como morando comigo, maiores as minhas chances de ser contemplado”. Segundo ela, mesmo que pretendam morar sozinhas no novo apartamento, no momento do cadastramento as pessoas incluíam membros da família, o que do ponto de vista legal acabava inchando a renda daquela unidade doméstica. “Nós achamos que quanto mais pessoas a gente inscrever, mais pena eles vão ter de mim, e eu vou ter mais chances. Não funciona assim. Graças a Deus hoje o direito também é individual. As pessoas sozinhas também precisam morar”, completou.

Enquanto atualizava os critérios técnicos necessários ao cadastramento e à aptidão das famílias a uma vaga no PMCMV, Maria Inês descrevia os dilemas morais associados ao exercício cotidiano de sua profissão e aos novos modelos familiares a partir dos quais tais programas governamentais eram estruturados na prática. Uma das pessoas na plenária quis fazer uso da palavra para dirigir-lhe uma pergunta:

O que aconteceu comigo foi que eu fiz a inscrição na Caixa e a minha mãe ainda morava comigo. Só que eu não atualizei o cadastro pra tirar ela da minha renda. O que aconteceu: eu teria que levar o papel no Demhab, caso a Caixa me chamasse, pra avaliar se eu podia participar do programa. Só que agora o Demhab me ligou quinta-feira, dizendo que ainda tava constando como se a minha mãe morasse comigo. O que eu faço?

“Não é o estado civil que importa, é a condição financeira da pessoa naquele momento”, sentenciou a assistente social, que apontava para as novas inflexões no recrutamento de beneficiários de políticas públicas brasileiras, doravante baseadas em renda. No cotidiano de sua profissão, ela sugeria às pessoas que a procuravam que fizessem cadastros individualizados de acordo com um modelo nuclear de família. “A gente orienta para separar os cadastros. O que nós não fazemos é retirar pessoas do cadastro porque a

renda ultrapassa o limite estipulado pelo PMCMV. Eu sou assistente social e só recebe benefício quem se enquadra dentro dos critérios”. Resguardando-se atrás de argumentos meritocráticos, Maria Inês pretendia educar os membros do Codespa sobre como fundamentar a justificação de seus pedidos de inclusão na política pública: “A gente mexe por mudança cadastral, moram juntos, moram separados; a gente não altera por mudanças na renda”, ressaltou taxativamente.

“Aqui ninguém é tão pobre que não possa ajudar, nem tão rico que não precise de ajuda”, começou Marília em sua fala. Para ela, a política pública deveria ser mais sensível às variações de renda das famílias no tempo. “A situação das pessoas muda, para melhor ou para pior”, sugeriu; “pra muitas pessoas ta sendo triste receber aumento de salário, porque vão ficar de fora! Tem outros se separando para ficar dentro dos critérios!”, gritou. Ao fim, voltou a repetir: “eu tenho compromisso com quem participa. As pessoas escolhem pra onde vão. É que nem um casamento, se eu não acredito eu tenho que sair fora. Sem confiança não se constrói nada”. E, aos indicados para a primeira fase do Residencial, apontou: “eu sei quem já ganhou e continua aqui, com esperança, pra ajudar vocês que ainda não assinaram o *dossiê*. Eu também sei quem assinou e não vem mais; esses eu vou riscar lá no Demhab”.

Em sua fala, Marília esboçava uma crítica indireta às práticas ambivalentes da assistência social na concessão e exclusão de benefícios sociais – aspectos já documentados em estudos que tratam das configurações empíricas do Bolsa Família (Eger, 2013). Em conversa pessoal subsequente, ela me confessou sua insatisfação com a Fasc e a “dramatização da pobreza”:

As pessoas às vezes pra conseguir as suas coisas elas precisam mentir. Porque as coisas são feitas duma forma que se tu falar a verdade tu não recebe. Se a pessoa chega numa assistente social bem vestida... tu tem que ir da forma que a assistente social imagina que tu seja: chinelo de dedo, mal vestida, mas isso não quer dizer que tu tem essa necessidade. Porque de repente eu posso me fantasiar de pobre, de não ter, e conseguir. O que tem se a pessoa trabalha, se ela ganha roupa, ganha calçado, por que ela tem que ir mal vestida? Pra mostrar o que? O serviço social tem que aprender a confiar e a investigar. Mas não me julgar pela aparência e ela já por um X e não me dar a política pública.

No tripé erigido pelo Codespa – entre habitação, emprego e educação – separando os pobres merecedores daqueles que não podiam prescindir do assistencialismo paternalista de políticas públicas consideradas ultrapassadas, Marília costurava uma nova forma de engajamento popular predicada na participação ativa das pessoas na formação de um coletivo desejante. Este esforço alinhava-se aos projetos de economistas e publicitários como Marcelo Neri e Renato Meirelles, empenhados em provar a existência de uma “nova classe média” brasileira por meio de artefatos estatísticos e histórias sobre o consumo dos “grupos populares”. Baseada na inserção em novos mercados como trabalhadores bem-sucedidos, na sua participação em redes comunitárias, e na sua emancipação como batalhadores por vidas melhores, Marília os descrevia através da linguagem do direito e destacava suas qualidades

na busca por cidadania, enquanto justificava seu próprio lugar na performance de inclusões e exclusões na política pública. Nesse cenário, faltava a ela ainda desmistificar outra visão, performada em seus discursos, sobre os pobres urbanos brasileiros: a de que se tratavam de vítimas passivas e sem voz. Para a líder, a participação política era homóloga ao exercício da fala e do testemunho de suas próprias necessidades como condição de obtenção de benefícios estatais e redes de ajuda comunitária. Afinal, como ela mesma já ressaltara, “ninguém é tão pobre que não possa ajudar nem tão rico que não precise de ajuda”.

4.4 – TESTEMUNHAS DA NECESSIDADE

“Quando a gente joga na mega-sena, a gente sonha em ganhar, em como ajudar os parentes, em como comprar uma bela casa, comprar um carro”, começou Paulo, em uma reunião de fevereiro de 2014. “Mas nós estamos sonhando em ir morar ali no Residencial da Bento. Por que isso é um sonho? Porque é demorado!”, acrescentou. Paulo desenvolveu outros exemplos – como o do médico que sonhava em ser “doutor” mas não conseguia devido às dificuldades da vida – para concluir que “o sonho de ganhar na loteria, o sonho de ser médico e o sonho de ter a sua casa própria são todos demorados”.

Cerca de uma hora antes, caminhando até o auditório da Carris, encontrei Dona Ana, uma senhora em seus quarenta anos que ia até a reunião do Codespa. Ela me contou uma história. Seu filho estava começando a faculdade de farmácia, na PUC-RS, mas queria mesmo era ser médico. Ana tratou de “tirar a ideia de sua cabeça”, convencendo-o de que “isso não servia para ele” e que ele escolhesse algum outro curso na área da saúde. “Medicina custa caro, é muito concorrido e tu precisa de especializações fora do país. Um dia tu igual ainda pode tirar *uma* medicina”, ela teria dito. Quando lhe disse que era antropólogo, ela perguntou se eu viajava muito; em seu imaginário das profissões, a hierarquia e a importância de cada ocupação eram avaliadas por sua utilidade prática – isto é, as chances de converter conhecimento em dinheiro – e pela possibilidade de tornar-se um cidadão cosmopolita viajando o mundo. Renda e “cultura” eram valores a serem cultivados como horizontes de imaginação para o futuro. “Tenho muito orgulho do meu filho; sou mãe solteira, sempre tive que manter o lar, nunca tive dinheiro para pagar uma boa escola. Mesmo assim ele não desiste do sonho; ta lá estudando farmácia sonhando em um dia ser doutor”, completou.

À medida que as reuniões do Codespa preparavam seus sócios para a vida em condomínio e a entrega da obra se tornava iminente, Marília passou a engajar mais diretamente a comunidade na dinâmica das reuniões. As velhas senhoras da primeira fila, por exemplo, constituíam um ativo importante, acionado sempre que a líder precisava provar sua legitimidade à frente da associação ou na tomada de decisões. De início, eram convidadas

para performar rituais de entrega de presentes e recepção de benesses, fazendo pequenos comentários de agradecimento em retorno. Essas cenas pontuadas por demonstrações de afeto cristalizavam um certo conjunto de moralidades na consecução da política habitacional, encenando a importância da participação popular como critério de merecimento do benefício.

Naquela tarde tórrida de fevereiro de 2014, Paulo radicalizaria essa prática. Antes de a reunião iniciar, eu conversara com Rodrigo, que revelou que, na organização do espaço, ele resolvera distribuir a plenária em duas metades – sócios e não-sócios do Codespa. Ao drenar as pessoas entre *outsiders* e estabelecidos (Elias e Scotson, 1994), o objetivo da diretoria era ressaltar as diferenças que o engajamento social propiciava e, ao mesmo tempo, oferecer uma oportunidade de filiação para ampliar o quadro de sócios. Paulo começou a reunião chamando cinco pessoas – previamente selecionadas pela diretoria entre os membros do Codespa – para comporem o palco, sentando-as em linha. Em seguida, direcionou as mesmas perguntas a cada uma: “Por que vocês estão aqui? Qual é o teu sonho quando vocês entrarem no apartamento? O que tu quer fazer lá? Tu tem um sonho? Diz pra nós o que é?”.

A primeira senhora levantou-se e agarrou o microfone: “Eu quero entrar na minha casa e sentir que é minha. Que eu consegui e foi através da Marília. Eu tenho o sentimento de que a casa é minha e que eu to junto com a Marília nesse sonho”. Após os aplausos, Paulo moveu-se para a segunda mulher. Antes de passar-lhe o microfone, fez um preambulo: “Semana passada ela me ligou, desesperada. ‘Bah Paulo, eu vou desistir, não consigo’. Aí eu disse, ‘bah tu não desiste; tem muita gente que ta há muito tempo atrás do sonho. Porque os 150 que vão entrar vão realizar o sonho deles, mas eles vão ajudar os outros que não conseguiram ainda”. Paulo precisava falar a todos que não seriam contemplados na primeira fase da obra; e arrematou: “A situação dela é a situação de várias pessoas que tão aqui. Então eu quero que ela não desista, que ela continue sonhando. Agora ela vai me dizer o que ela quer fazer no apartamento dela”.

“É um sonho que eu tive”, começou a mulher; “eu só tive uma moradia, uma casa, quando eu tinha meus pais. Depois que eu perdi eles, a casa se foi”. A senhora encerrou sua fala dizendo que pretendia “arrumar do jeito que gosta” e cuidar dela *como se fosse* sua. “To com a Marília, to nesse sonho ainda”. Paulo passou o microfone para a terceira senhora: “Eu quero morar com meu filho; quero que todo mundo ganhe, não só pra mim; eu conto com todo mundo, com a Marília, com vocês”. E concluiu: “Mas eu preciso urgentemente, por favor!”. O quarto enfileirado era um senhor que queria modular seu apartamento “com a sua cara”; “Eu quero arrumar direitinho, eu quero comprar fogão; já tenho um sofá mas quero guarda-roupa sob medida”. E emendou: “era um sonho meu e da minha mãe; infelizmente ela já partiu mas onde ela estiver quando eu for pra dentro ela vai ficar feliz”.

O último senhor aguardava com ansiedade; suava devido ao calor e quando chegou a sua vez, agarrou o microfone, levantou-se e falou com voracidade. “Quem aqui já foi delegado do OP?”, começou; “eu já fui por três gestões. Lembro do asfaltamento de rua, é muito triste que o pessoal que foi contemplado com o asfalto na sua rua abandona. Esse processo da habitação não é diferente”. E terminou conclamando a todos que foram selecionados para a primeira fase do empreendimento: “Eu e os outros 149 que foram contemplados nós temos que participar sim e com mais fervor ainda, porque tem mais outros tantos que estão desde o início com a Marília que não foram contemplados e ainda estão esperando”.

Após ouvir e apresentar à audiência as narrativas que, invariavelmente, salientavam a preocupação com o coletivo e o esforço em comprometer-se com o projeto participativo do Codespa, Paulo resumiu o sonho da comunidade modelo. “A gente falou em sonho, só que olhem bem pra cá” – ele apontou para um banner montado ao lado da fila de cadeiras em que se via o projeto arquitetônico do Residencial Bento Gonçalves. “Isso aqui existe. Esse sonho existe. O sonho de jogar na loteria esportiva, de ser rico, é um em milhares! Não é? A gente joga na esperança de ganhar, ganhar mas nunca ganhamos. Mas continuamos jogando. Aqui não. É real”. E terminou, aos aplausos: “Vocês têm que abraçar essa causa! Vai ter espaço pra todos vocês entrarem ali. Isso é real. É demorado porque é sonho. Não desistam de vir aqui. Porque o sonho de vocês tá em jogo. Se vocês não vierem, alguém vai tomar o lugar de vocês”.

No registro individual, essas performances constituíam uma oportunidade para os membros da associação documentarem sua própria necessidade, que precisava ser colocada em discurso e articulada aos esforços de sair da precariedade, escapar a pobreza e participar do movimento comunitário. No nível coletivo, tais narrativas, ao reforçarem as fronteiras morais dramatizadas em eventos e reuniões do Codespa, provavam que o perfil de subjetividades merecedoras, almejado para a constituição de uma comunidade modelo no novo condomínio, não só era possível como poderia ser desejado por aqueles que ficaram de fora da primeira fase do empreendimento. Arquitetados individualmente como peças que conectavam o passado, o presente e o futuro na busca por uma vida melhor, esses esforços discursivos sinalizavam a justeza e viabilidade dos critérios adotados por Marília na condução do futuro da política habitacional no Partenon. Seguindo o modelo da grande família, as pessoas precisavam agora transformar-se a si próprias, dando sentido aos seus projetos individuais e familiares através do engajamento na militância coletiva pela casa.

Faltava pouco tempo para o fim da reunião quando fui interpelado por um membro da diretoria do Codespa, que me fez mais uma proposta de engajamento ativo na causa. Rodrigo puxou-me para um canto e sussurrou, provocativamente: “Vem cá, tu não tem interesse em ser delegado da associação no OP? Pode ser interessante, inclusive pro teu trabalho sobre o PMCMV”.

4.4.1 Os *experts* sociais

Os condomínios do PMCMV entregues pela CEF incluíam entre suas diretrizes de execução um projeto de trabalho técnico-social com os futuros moradores. Equipes de *experts* sociais – incluindo sociólogos, antropólogos, psicólogos, advogados e economistas – eram contratadas pelo banco para a execução de pacotes de socialização. Estes custavam aproximadamente 3% do total da obra e duravam nove meses, iniciando três meses antes da ocupação e estendendo-se até seis meses após a entrega das chaves. Entre as diretrizes listadas pela CEF para o trabalho, constavam: divulgação das informações sobre o PMCMV (os agentes envolvidos, seus papéis, direitos e deveres); sensibilização dos beneficiários quanto a importância da moradia, bens e serviços para a melhoria da “qualidade de vida”; realização de atividades que promovessem a participação das famílias na implantação e viabilidade do empreendimento, à cooperação, à organização, à importância da adimplência, ao uso correto e conservação da moradia; implantação de projetos e atividades voltadas à produção, sustentabilidade e melhoria das condições socioeconômicas e culturais da comunidade. Com isso, ainda de acordo com o banco, pretendia-se: comprometer o usuário com as obras e serviços; resgatar direitos e deveres; “considerar o cidadão como sujeito da ação e não objeto de intervenção”; promover a transparência na aplicação dos recursos; estimular o beneficiário a ser protagonista de sua história como ator local.

Valendo-se de uma linguagem técnica, jurídica e econômica, o governo federal, executor da política pública, por meio de um banco financiador, fazia chegar aos beneficiários finais, através da intervenção de *experts* locais, uma filosofia *sui generis* da mobilidade econômica e da inclusão cidadã que deveria projetar novos sujeitos de “classe média” e capturá-los em redes de consumo e cidadania. Organizações comunitárias na busca pela habitação, como o Codespa, viam com suspeitas a eficácia dessas medidas “de cima para baixo” que visavam criar novas subjetividades, entre outras coisas porque, para eles, esta era a replicação de seu próprio trabalho de anos por inclusão, merecimento e mobilidade.

“Antigamente, independente da renda ou da classe social, a CEF exigia o trabalho social”, confessou-me Edna, presidente da Domicilium Bem Viver, uma consultoria de projetos sociais que já atuou em vários empreendimentos do PMCMV. Ela começou a trabalhar nesses projetos em 2001, na Zona Sul de Porto Alegre, acompanhando a implantação de residenciais para a classe média-alta. Quando as construtoras, por meio de sindicatos, pressionaram o banco para que cortasse este “custo”, o serviço passou a ser disponibilizado apenas para imóveis de até R\$ 60mil.

Baseando-se em suas experiências com condomínios de diferentes faixas de renda, ela me disse que “conflitos entre vizinhos existem em toda a parte”. Ao longo de nossa conversa, Edna retratou as principais dificuldades no trabalho com populações de baixa renda. “No

início eu tinha essa ideia de que as pessoas vão morar na casa, todos felizes. É um sonho que eu tive, hoje em dia não tenho mais”, desabafou. “Muita gente se envolve no meio do caminho... É muita política”, seguiu. Edna contou de ameaças que sofreu de moradores que não viam com bons olhos o trabalho técnico-social, mesmo em empreendimentos anteriores ao PMCMV. “Fizeram terrorismo, me ligaram ameaçando de morte. Eram traficantes de drogas, tinham tomado conta”, revelou.

Um de seus últimos trabalhos foi na remoção da Vila Chocolate. Trata-se de uma comunidade de cerca de 700 pessoas que ocupavam há mais de duas décadas um terreno federal, entre dois prédios públicos no centro de Porto Alegre e que em 2011 foi transferida para um conjunto residencial construído pelo Demhab no bairro Morro Santana, distante cerca de dez quilômetros da ocupação (ver Neves, 2011). “O pessoal da Caixa e da prefeitura sempre foi muito técnico, muito imparcial, era tudo na ponta do lápis. Mas aí tinha o pessoal da UFRGS que atrapalhava horrores”, Edna seguiu. Segundo a técnica, tratava-se de um grupo “idealista” que procurava fazer valer o argumento de que boa parte da comunidade era contrária à remoção. “Eles queriam que deixassem eles ali onde eles estavam. Aí tu imagina, num lugar nobre, no centro de Porto Alegre, onde a União é a proprietária...” – Edna deixou que seu interlocutor tirasse suas próprias conclusões.

Entre aqueles moradores, continuou Edna, era possível identificar exemplos de determinação – como uma senhora “que puxava carrinho na rua e tinha todos os móveis, tudo arrumadinho, que ganhou uma coisa de um, outra coisa de outro” e mantinha a casa limpa – até aqueles que, acostumados ao “esgoto a céu aberto”, não se adaptaram ao novo ambiente. Após a ocupação das novas casas, ela continuou, “os traficantes tomaram conta”. Para a técnica, a principal dificuldade residia na sustentabilidade econômica das pessoas. Em geral, os projetos sociais incluíam um cálculo financeiro e temporal para o desenvolvimento de novas competências profissionais, mas não havia acompanhamento de longo prazo capaz de garantir a viabilidade do empreendimento.

Num projeto nós precisávamos fornecer máquinas de recarga de cartucho. Tudo bem. A construtora doou a primeira, mas e depois quem ia manter isso, se eles têm que vender de manhã pra comer de tarde? Outro projeto era máquina de fraldas descartáveis pra crianças. Doava-se as mil primeiras fraldas, mas quem é que ia dar as outras? Então foi feito em cima de uma coisa que não... O material foi entregue, os relatórios que tavam no projeto foram feitos, mas foi uma grana que foi usada e virou pó, porque as pessoas não seguem gerando renda. Uma vez num congresso o pessoal trouxe um exemplo do México, onde o condomínio tinha umas salas de aluguel, pequenas lojas, padaria, lavanderia, salão de beleza, que eram alugadas e o aluguel revertido para o condomínio, e aí pagavam portaria, higiene e organização. Então o condomínio tinha renda. Se fosse feito como no México seria muito melhor.

Algo que na opinião de Edna tornava o trabalho com os beneficiários do PMCMV particularmente difícil era a enorme amplitude cultural, etária e de renda do público alvo. Como já vimos no capítulo anterior quanto ao caso da Restinga, pessoas de diferentes

comunidades – alguns em melhor situação financeira e familiar que outras – eram combinadas em megaprojetos de remoção pela prefeitura. Entre os jovens, os problemas se resumiam à depredação dos equipamentos públicos – como extintores de incêndio e *playgrounds*, por exemplo – e ao tráfico e consumo de drogas no interior do condomínio.

“Sabe aquela história do cara que tirava as estrelas do mar? Tu não vai conseguir tirar todas, só vai conseguir tirar algumas. É mais ou menos por aí”, Edna prosseguiu, com o olhar distante enquanto descrevia a efetividade do trabalho que realizava. “Muito poucos vão continuar ali. E ficam apartamentos velhos, com porcelanato, com gesso, com textura, com *split* central. As pessoas investem muito”, emendou.

Segundo a técnica, o acompanhamento de nove meses realizado pela sua equipe era estruturado em torno de tópicos que incluíam convivência, geração de trabalho e renda, ecologia, lixo, uso da água e conscientização com meio ambiente. “O projeto vem formatado da CEF mas tu tem que levar ele pra tua realidade”, acrescentou. Após a assinatura dos contratos, a equipe iniciava as primeiras reuniões com os futuros beneficiários: “A gente vai conhecendo e vendo o que as pessoas querem, não querem, se tem carro ou não, qual é a classe. A gente começa a aproximar os vizinhos para as pessoas irem se conhecendo. A gente começa a colocar as pessoas juntas para conviverem”. De acordo com Edna, durante os meses que antecedem a mudança aconteciam muitas separações, brigas e mesmo mortes. “A vida das pessoas é muito dinâmica, especialmente diante de algo que vai ser tão importante como a mudança para a casa nova. Então a gente trabalha mais o afetivo e o emocional”, emendou.

A preparação para a nova residência começava com a organização coletiva e terminava na resolução de problemas de ajustamento individuais. “Afim de contas, a gente comprou um apartamento que é um sonho, mas será que o meu sonho é o mesmo que o teu?”, justificou. Entre os primeiros, estava a eleição do síndico, a gestão do condomínio e a instauração de serviços diversos, como portaria 24 horas e zeladoria. “Nós ouvimos as necessidades da comunidade, vamos ver quanto custa isso, e deixo que eles indiquem referências, senão eles acham que eu tenho comissão”, seguiu Edna. Na mesma linha, ela procurava não fazer ata das reuniões: “Depois se tem alguma coisa que alguém não gostou, dizem que a gente tava puxando o saco para a construtora”.

Na elaboração das estratégias de mediação, Edna buscava evitar a formação de conflitos entre os futuros moradores. Valendo-se de tecnologias de mediação e de uma linguagem corporativa visando *accountability*, ela explicava que cada bloco tinha seu representante que precisava “peneirar” as informações recebidas pelo síndico. “O síndico vai ou não receber salário? Quem é representante de blocos, vai ou não pagar condomínio? Como é que é, o que vocês acham? Aí não querem pagar mas ninguém se candidata”, seguiu. No processo, Edna sustentou que “às vezes é preciso deixar eles se debaterem porque chega

uma hora que eles já começam a olhar um para o outro, começam a brigar e a discutir”. Quando atingiam o “limite da tolerância”, Edna interrompia a reunião e retomava no mês seguinte. “Aí tem uns que vieram e outros que não vieram. Aí tu olha, tu dá um *remember*, e vai. Tudo é pré-montado e transparente; ninguém pode dizer nada de ninguém”, concluiu.

Com atividades que reforçavam a participação comunitária e o seu protagonismo na busca por uma “vida digna”, Edna sustentou que as reuniões do trabalho técnico-social contavam, em geral, com 60% de presença do condomínio. “A maioria sabe que a qualidade de vida, o valor do condomínio vai depender da participação deles, do que eles querem”, argumentou. Para a técnica, o principal desafio recente não estava tanto na mediação de conflitos quanto na criação de um espaço doméstico de preparação subjetiva, aprendizado das regras e adaptação à vida em condomínio. “A compra de uma casa é muito parecida com a chegada de um filho. Tem que ter muita tolerância à frustração. Senão, tu idealiza muita coisa como um sonho, e um sonho acaba virando pesadelo se tu não tiver cuidado. Por isso muitos caem fora quando não se adaptam”, concluiu.

4.4.2 Ecoando o Vocabulário do Merecimento e da Cidadania

– Oh, presta atenção! – gritou o psicólogo encarregado do trabalho técnico-social no Residencial Bento Gonçalves, em reunião realizada na sede do Codespa¹⁸³. Era agosto de 2014 e o espaço construído ao lado do empreendimento, inicialmente feito de rebarbas e sobras da construção do condomínio, agora já era capaz de abrigar eventos¹⁸⁴. A dinâmica colocada em prática pelo técnico previa a separação dos beneficiários segundo os blocos em que residiriam. Cada equipe tinha de eleger um coordenador, um escrivão e um orador, que ocupariam o palco para resumir as conclusões do grupo. Em pauta, estavam reflexões sobre “sonhos, desejos e medos” na organização da nova vida em condomínio.

– Muito bem. Vamos prestar muita atenção, que os sonhos e os desejos têm que criar eco. Se a gente não se apegar... Sonho e desejo é a nossa base. É como a construção lá não ter o primeiro andar. Se a gente não tem o nosso sonho e desejo bem concretizado, a gente não faz nada. Não adianta mais nada. Tem que ser sonho e desejo do que vai ser o nosso condomínio. Por favor.

O primeiro grupo passou a frente e tomou o microfone. Nisso seguiram-se os demais.

¹⁸³ A equipe que realizou o trabalho técnico-social foi introduzida em uma reunião extraordinária realizada apenas com os futuros beneficiários da primeira fase do empreendimento em meados de maio de 2014. Composta de um psicólogo, uma socióloga e um advogado, ela já atuou em outros dez projetos do PMCMV, incluindo-se a remoção da Vila Dique em função da ampliação do Aeroporto Salgado Filho.

¹⁸⁴ A sede da associação passava por constantes aprimoramentos (como construção de banheiros, novas telhas e chão e paredes de concreto) pagos com o dinheiro arrecadado de seus membros e por doações advindas de parcerias do Codespa com a construtora.

– O bloco A decidiu que os nossos sonhos e desejos serão: compaixão e... como é que é? Consenso. A gente pretende ajudar uns aos outros em todas as dificuldades do nosso bloco, e se possível for, ajudar no condomínio. Nosso sonho maior é viver em harmonia e poder transformar aquilo lá num lugar bom pras crianças que tão crescendo, que vão viver ali, pros jovens também...

– Nós do bloco B decidimos que os nossos sonhos são segurança, igualdade... já que o governo não deixou a gente vir pra cá antes, que a gente teve que se refugiar no morro, agora a gente ta perto de tudo, né? E a igualdade social que a gente quer, ela também tem que ter o nosso bom senso, como ela disse, por causa que se a gente não respeitar o nosso vizinho, ele não vai respeitar a gente. E aí vai virar um caos. É aquela coisa: vamos se respeitar, e não vamos fazer para o outro o que a gente não queria que fizessem com a gente. Sem brigas, conversando, tudo numa boa, e vamos mostrar pra todos os outros condomínios que o nosso vai ser o melhor.

– O bloco C escolheu vários sonhos. Dentre eles seria viver em harmonia, nosso maior desejo é que seja cumprido e que todos tenham respeito entre si. Que seja realizado o sonho de todos, que já está sendo.

– O bloco D é igual à nossa vizinha. Nosso sonho é que a realização dessa etapa seja concluída logo pra nós poder entrar pra dentro e morar em paz com a nossa família toda. Nosso desejo é que nossas reuniões não fiquem só em conversa, e sim em realidade.

– O bloco E tem vários desejos. Vários! Primeira coisa, a realização de sair do aluguel e de ter a casa própria, né. A sequência de melhorias, que nós queremos pro nosso bloco; a união, que faz parte, o companheirismo, como o colega disse, ser um exemplo. Ter paz! Tranquilidade... Não muita paz, domingo, um churrasquinho, ta valendo [risos]. Mas a paz e a tranquilidade de ter a casa própria é outra coisa. Criar amizades, apesar de nós já estarmos fazendo. Mas lá nós vamos ter que ter muito mais união. É como se nós fossemos formar uma nova família. É isso pessoal.

– O bloco F... praticamente já todo mundo falou. Só reforçar, que todo mundo cuide junto, pra desenvolver esse negócio. Eu não vou repetir tudo de novo [risos].

– O bloco G, nosso sonhos: boa convivência com os vizinhos, participação nas reuniões, realização dos sonhos, da casa própria. Desejamos que não tenha barulho após as dez horas, que tenha união entre todos, manter o prédio limpo, segurança, portaria, grades, interfone, câmera e olho mágico.

– O pessoal do bloco H falou que a coisa mais importante é respeito mesmo, a gente vai conquistar várias outras coisas juntos, mas se não tiver respeito não vai dar... E o sonho, valorizou o sonho, que é a questão da casa própria, deixar o aluguel pra trás, a gente ta

realizando. A cada terça-feira a gente ta mais próximo de realmente largar o aluguel, a área de risco, a casa da mãe, a casa do amigo, o emprestado, os constrangimentos. Ta acabando pessoal. O H ta preocupado e feliz com isso.

Após as falas dos representantes, o psicólogo retomou o microfone e concluiu:

– Muito bem. Vocês captaram o que vocês mesmos estão desejando. O que mais apareceu: respeito, boa convivência, sonho da casa própria, realização, bom senso, igualdade, harmonia, união e amizade. A gente tem que ecoar agora, entre a gente, essas coisas. Isso aqui a gente ta formando o nosso alicerce, onde nós vamos construir as coisas pra frente. Só que morando em um coletivo, numa comunidade, morando junto, a gente não é isolado.

Em suas diversas interrupções, o psicólogo reafirmou a importância da convivência, o respeito às diferenças e o papel da disciplina e organização na vida em condomínio. “Isso aqui é uma mini-experiência de como vai ser. Se vocês não acertarem aqui, imagina depois”, enfatizou. As reuniões subsequentes mantiveram o mesmo tom pedagógico, introduzindo os beneficiários às diretrizes do programa, suas obrigações, deveres legais e o cartão Minha Casa Melhor; à nova organização política e à figura burocrática do síndico, do subsíndico, do conselho, do presidente do conselho e do líder de cada bloco; ao debate sobre a implantação do condomínio (com GTs sobre estacionamento, salão de festas, animais, crianças, etc.) e simulações de potenciais problemas decorrentes do convívio, em que as pessoas precisaram inventar soluções e trazer propostas.

Nem todas as pessoas participavam de igual modo das atividades propostas pela equipe técnico-social. As “senhoras da primeira fila”, tais como Dona Hilda, por exemplo, preferiam não tomar parte e, ao invés disso, regozijavam-se em suas cadeiras contemplando sorridente e pacientemente as pessoas dispostas em grupos para discutir ideias. Jovens como Rodrigo, por outro lado, não titubeavam, tentando usufruir de cada minuto como um momento de aprendizado. Eram estes também os voluntários para falar em nome das equipes que, lentamente, encaminhavam-se para assumir as posições de liderança no condomínio – seja como representantes de bloco seja como membros do conselho ou mesmo como síndico. Quando tive uma chance de falar com Rodrigo sobre a sua impressão do trabalho realizado, ele foi incisivo: “Tem muitas pessoas que tão perdendo o chão, a vida ta mudando completamente em função da mudança pro apartamento. Pra mim vai ser o começo de um movimento sem fim, uma oportunidade única de progredir na vida”.

Em todos esses momentos, Marília acompanhava as reuniões de perto, por vezes interrompendo as dinâmicas, abrindo e fechando reuniões. Na relação com a equipe técnico-social, ela buscava reafirmar seu papel como cabeça de uma associação engajada com a produção de inclusão social e cidadania. Em cada fala dos beneficiários, ela sorria para si,

orgulhosa do trabalho desenvolvido à frente do Codespa e reivindicando para si a autoria das transformações sociais e morais que a luta pela habitação ensejara. O trabalho técnico-social, assim como, antes dele, as visitas de representantes da prefeitura, constituíam momentos oportunos para performar os contornos da comunidade modelo arquitetada nos espaços e tempos coletivos do Codespa – conectando seus membros às expectativas que políticos e marqueteiros nutriam sobre o Novo Brasil formado nos entroncamentos entre políticas públicas, novos merecedores e práticas de consumo.

Em muitas conversas com beneficiários, sobretudo aqueles que já frequentavam as reuniões há anos, ouvi queixas quanto à eficácia daquelas dinâmicas. Além de questionarem a qualidade dessas práticas – argumentando que a associação desempenhava muito melhor e há muito mais tempo o trabalho de conscientização dos futuros moradores – eles apontavam para o linguajar infantilizado com o qual eram tratados. “Eles falam como se a gente não soubesse de nada e não entendesse nada”, ouvi por diversas vezes. Para os diretores do Codespa, tratava-se de uma atividade terceirizada que justificava o sucesso do PMCMV em nível nacional, já que mobilizava ramificações políticas e de mercado que visavam beneficiar a extensa cadeia de planejadores e executores do projeto. Como Paulo certa feita me confessou: “Quando os políticos fazem políticas públicas eles pensam, antes de tudo, em uma maneira de se beneficiar delas”.

Para a maior parte dos beneficiários, contudo, o jargão da cidadania que emanava das tecnologias de intervenção projetadas pelo Estado replicava o trabalho comunitário que era o fruto de sua própria organização política e vontade de lutar por um futuro melhor. Dolorosamente, ele os lembrava daquilo que um dia já foram e que hoje, através de seu trabalho laborioso por cidadania e na busca de uma comunidade modelo, pretendiam superar: a invisibilidade dos pobres urbanos brasileiros. Palavras como dignidade, igualdade, justiça, respeito, consenso, e por aí afora, tornaram-se parte do dia-a-dia dessas novas subjetividades que emergiram do trabalho de acompanhamento realizado pelo Codespa ao longo dos anos, cristalizando uma economia moral do merecimento. Na produção cotidiana de testemunhos sobre sua necessidade, esses cidadãos militantes buscavam recriar sua relação com a pobreza através da prometida inclusão social e da ascensão econômica que a participação em políticas públicas e no uso do vocabulário do merecimento lhes propiciara.

4.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.5.1 Um modelo para o país

“Isso aqui pra mim tem uma simbologia que vai entrar para a história da luta não de Porto Alegre, da luta pela moradia no Brasil!” – começou o prefeito José Fortunati (PDT), em setembro de 2014. Ele estava na sede do Codespa, acompanhado de várias autoridades

municipais, para celebrar a inauguração do Residencial Bento Gonçalves. Naquela cerimônia política, ele reforçou as qualidades que tornavam o empreendimento único, como o alto nível de acabamento, o cuidado com a obra e sua localização privilegiada, ao longo de uma das principais vias arteriais da cidade. Mas esses fatores por si só não justificavam a excelência do projeto. “Eu conheço a organização de vocês, através do Codespa, durante seis anos, idas e vindas, dificuldades, *stress*, choro”, seguiu o prefeito. Depois de reforçar a estrutura burocrática e as “parcerias” – entre o Demhab, a CEF e a Prefeitura Municipal – que viabilizaram projetos habitacionais como este em todo o Brasil, ele arrematou: “Eu sei exatamente que se nós estamos aqui hoje, a poucos minutos de entrarmos nos apartamentos, isto se deve à organização de vocês! Nós cumprimos a nossa parte, muitas vezes pressionados por vocês, sempre no diálogo, sempre buscando soluções”.

Na linha de raciocínio de Fortunati, os beneficiários não apenas dividiam com a prefeitura a responsabilidade pelo sucesso do projeto habitacional, como eram os principais responsáveis por sua conservação em longo prazo. “Nós não podemos não ter memória. Vocês conquistaram durante seis anos com muita luta e muita organização”, repetiu. Apelando às pessoas e a uma difusa noção de família nuclear, o empreendimento convertia-se numa tecnologia de governo sustentável e replicável em outros lugares do Brasil: “Cada família que assume o seu apartamento tem a obrigação de cuidar bem. Vocês representam todos os que lutam pela moradia. E a luta não terminou: vocês ganharam porque lutaram, agora vocês precisam garantir que o residencial continue sendo um modelo para o país nos próximos anos”, completou.

Como conector entre a comunidade e a política, o prefeito reafirmou a “parceria” com o Codespa, através da participação no OP, como mecanismo legítimo de acesso e demanda por benefícios sociais. Ressaltando o esforço do Codespa na criação de uma comunidade modelo, ele criticou quem ainda acreditava no favoritismo: “Não adianta ser amigo do prefeito, não adianta ser amigo de ninguém! Vocês têm que se organizar, se mobilizar, participar! Nada cai do céu! Eu sou Cristão, mas se a gente não se organizar, Deus também nos abandona”. E concluiu, em meio a aplausos da comunidade: “Eu quero dizer pra vocês, do alto do meu 1,98m, que esse é um dos dias mais alegres que o prefeito José Fortunati está tendo na sua cidade, na cidade de Porto Alegre. Parabéns!”.

Ao sugerir que os beneficiários continuassem sua saga na construção de uma comunidade modelo, o prefeito celebrava a coroação de uma subjetividade política governada através do espaço construído e conectada ao Estado através de políticas sociais simultaneamente inclusivas e seletivas. Nessa paisagem, moralidades eram articuladas à mobilização comunitária na produção de cidadãos merecedores e desejosos da “casa própria”. Líderes comunitários como Marília eram essenciais para o funcionamento dessa

maquinaria, já que garantiam a mobilização dos beneficiários e, no processo, convertiam a si próprios em mediadores políticos. Naquela tarde de setembro, a fala da líder foi paradigmática: “Essa é uma parceria com o governo que deu certo! A gente tem o direito humano à moradia, que não se ganha na porrada, mas na lei. Ta na lei? A gente busca! Eu digo pra eles: eu sozinha não removo uma pedra. Eu fui o caminho, mas quem garantiu foi eles. Eles foram a estrada que me levou numa trilha correta e digna”.

Para Marília, a organização do Codespa provava que era possível superar a corrupção endêmica. “A corrupção parte também do povo”, ela prosseguiu, “quando se aceita corromper, quando se aceita dinheiro. Eu tenho compromisso em levar um empreendimento deste tamanho para uma senhora como a Dona Hilda e a Dona Ondina, com toda a idade delas, com a história de vida e de negritude delas”. E concluiu, enfaticamente, apontando para os presentes: “Agora é a hora de falar, prefeito. Se tiver alguma pessoa que botou recurso na minha mão, eu vou-me embora agora. Se tiver alguém pra me acusar, vai me acusar de cobrar, de exigir reunião e participação. Porque quem tem sonho, quem quer buscar, tem que ir atrás!”.

Voltando-se para os políticos, que ouviam atentamente atrás dela, ela reafirmou a figura do cidadão de direitos: “Aqui ninguém ganhou nada! Cada apartamento ta sendo pago por cada um de nós e por todos os porto-alegrenses. Porque é dinheiro público!”. E, voltando-se aos beneficiários, conclamou: “Esse valor que vocês vão pagar *tem* valor, não é um valor insignificante pra vocês *não* pagarem! Porque esse mínimo vai ajudar a trazer os outros!”. E terminou: “Isso prova que vocês estão pagando a casa de vocês e não ganhando! Se for 10, se for 20, se for 100, tem que pagar, e tem que pagar o condomínio que vai garantir que não vire uma podridão. *Aqui não vai ter tráfico*”.

4.5.2 Em busca da transformação

Cada novo condomínio do PMCMV rescreve, por meio de seus investimentos econômicos, sociais e morais, a história de uma comunidade modelo, livre dos vícios da pobreza e em busca da propalada “qualidade de vida”. “Cada lugar é um lugar”, comentava o psicólogo da equipe técnico-social naquela reunião inicial com os beneficiários do Residencial Bento Gonçalves, em maio de 2014. “Aqui vocês têm os hábitos e a cultura de vocês, e a gente tem que fazer valer isso. Não vai ser igual à Restinga nem ao Princesa Isabel¹⁸⁵. Vocês vão ter que fazer do jeito de vocês. O lugar onde vocês moram tem que ser a cara de vocês”, ele proferiu.

¹⁸⁵ O Condomínio Princesa Isabel foi concluído em 2006 pelo Demhab para abrigar 230 famílias oriundas da Vila Zero Hora, situada no Bairro Azenha. Nos últimos anos tornou-se conhecido como “Carandiru” por abrigar um dos maiores pontos de vendas de drogas de Porto Alegre, em plena região central da cidade. Ver, por exemplo,

No mesmo dia, Marília celebrava uma de suas conquistas políticas mais importantes: o agrupamento dos 150 beneficiários indicados pelo Codespa em um único condomínio do Residencial, obtido por meio de negociações de bastidor e pressão política. Aquele era um passo decisivo na consolidação da comunidade modelo germinada em cada reunião do Codespa e garantia à associação uma sobrevivência após a entrega das chaves. Quanto mais o dia da inauguração se aproximava, mais ela fazia questão de repetir que estava comprometida com a “qualidade de vida” das famílias no novo lugar. A matéria do jornal Diário Gaúcho, intitulada “Minha Droga, Minha Vida”¹⁸⁶, que Marília carregava nas mãos, deixava claro que o combate ao tráfico de drogas no interior do condomínio seria prioridade nesse processo.

O objetivo de Marília e de sua diretoria ao confrontar os beneficiários com o “outro lado” da pobreza estava claro: era preciso evitar que o novo espaço seguisse a lógica da periferação que marcara tantos outros projetos habitacionais em Porto Alegre e pelo Brasil – lógica esta tão avidamente documentada por veículos conservadores da mídia para sugerir que “nada mudou”. Para superar o destino dos pobres urbanos brasileiros, era preciso investir na fabricação de uma comunidade modelo, com contornos morais precisos, que colocasse em circulação a figura do pobre merecedor e ativista pelo seu próprio sucesso e futuro. Como vimos no capítulo anterior, os residentes dos recém implementados condomínios no bairro Restinga demonstravam por onde passavam as novas fronteiras de governamentalidade – junto dos limites da presença do Estado, da ambivalente inclusão de mercado e de infraestruturas parcamente planejadas. Ao mesmo tempo, os líderes do Codespa celebravam a “subida de vida” dos membros de sua comunidade para condomínios fechados, centralmente localizados em ambientes urbanos e de classe média em Porto Alegre.

Nesse cenário, a figura da “casa própria” era o conector por excelência para fazer a passagem do “sonho” para o cotidiano da luta e da militância, enquadrando os beneficiários como cidadãos responsáveis, cientes de seus deveres e obrigações. O sucesso desse projeto só era possível com a cristalização de uma nova subjetividade política na relação das comunidades desejanças com o Estado que, ao invés de protestar e reclamar, reivindicava e dialogava, criando “parcerias” e novos canais de comunicação. Essa nova forma de política comunitária, baseada na meritocracia de um coletivo engajado na demonstração do mérito e da necessidade, livre de favoritismos e corrupção, assegurava que a comunidade permaneceria um modelo a inspirar o desenho e consecução de políticas públicas pelo país nos anos vindouros.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/05/condominio-princesa-isabel-e-fortaleza-para-o-trafico-em-porto-alegre-4757238.html>, acessado em 07.02.2016.

¹⁸⁶ Disponível em: <http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/05/traficantes-tomam-conta-de-loteamentos-populares-na-restinga-4507426.html>. Acessado em 07.02.2016.

4.5.3 Em busca da reprodução

Abri este capítulo com uma cena da reunião do sorteio das chaves, ocorrida meses antes da ocupação, com a participação de autoridades municipais e da iniciativa privada. Enquanto os beneficiários que se amontoavam na fila para ter direito ao seu número, chamou a atenção que membros da família estendida de Marília (filhos, noras, e assim por diante) afileiravam-se para buscar o benefício. Meus cálculos confirmaram-se em visitas realizadas no residencial, em janeiro de 2015, quando deduzi que cerca de 30 entre os 150 apartamentos do Codespa estavam, direta ou indiretamente, aparentados à líder.

Num contexto em que disputas eram travadas em torno da demonstração e documentação da necessidade e da urgência do benefício habitacional, as escolhas de Marília alimentavam o paradoxo de, por um lado, serem irrefutáveis – uma vez que, como ela própria colocava, todos “precisam” – e, por outro, serem imprescindíveis para a construção de sua figura pública. Transitando entre os espaços da comunidade e da política, a líder dava corpo à ideia de uma grande família modelar. Vitor e Diogo, os filhos envolvidos com a mobilização, eram frequentemente usados como exemplos de superação na luta contra as drogas, como pais de família responsáveis, envolvendo-se eles próprios em performances públicas visando alimentar esse ideário.

No cotidiano da militância pela habitação, Marília e sua diretoria identificavam falhas e incompletudes na política pública de que participavam. Apesar de se considerarem como parte ativa no trabalho moral de cidadania e adequação dos sujeitos a essas políticas de intervenção, a militância por dentro da maquinaria político-partidária deixava claro que seus canais de comunicação permaneciam precários, ajustados a políticas tradicionais e mesmo clientelistas. Assim, por exemplo, sob a justificativa de aperfeiçoar a legislação do PMCMV, os membros da diretoria do Codespa apoiaram candidatos a deputado estadual e federal nas eleições de 2014, alimentando um complexo esquema de organização das bases eleitorais cujo projeto, como vimos no capítulo anterior, Seu Luís não hesitou em mostrar-me.

Além do aliciamento político-partidário, a militância pela casa própria implicava o ajustamento moral a um modelo nuclear de família que era parte, por sua vez, de uma cosmologia nativa do habitar. Se isso reforçava, por um lado, o desejo das pessoas por inclusão social, por outro também forjava novas exclusões do programa. Na busca por uma comunidade modelo, o trabalho voluntário do Codespa amparava-se na formação de novas desigualdades entre os pobres, na medida em que estabelecia uma corrida pelo escasso benefício que recompensava apenas sujeitos militantes pela própria cidadania.

Mensurada por suas práticas de subjetivação, seus sonhos de mobilidade e pela formação de uma ética participativa, inspirada na circulação pelo OP e com investimentos de

tempo e dinheiro, os membros merecedores do Codespa foram catalogados através de mecanismos e bancos de dados cada vez mais complexos, como a nova ficha cadastral que me foi mostrada por Berenice, em maio de 2014. Além de conter informações pessoais, o papel incluía um histórico público de cada beneficiário, sua circulação por outras políticas sociais e um inventário das condições socioeconômicas de sua família. Em outra reunião, Rodrigo explicou: o objetivo final do dispositivo era a construção de um banco de dados automatizado e exportável para diferentes plataformas digitais, permitindo coletar estatísticas, disparar e-mails automáticos e manter o controle público da história de cada sócio.

A formação dessa subjetividade política estava alinhada ainda à reprodução dos líderes da associação nas posições de poder, de onde era possível controlar a maquinaria do acesso a políticas públicas via participação comunitária e inclusão de mercado. Assim fazendo, seguindo os rastros da política em seus diferentes elos de mediação até a chegada aos beneficiários, eles sedimentavam mais uma peça em uma *assemblage* móvel de múltiplas camadas de governo visando descrever os efeitos da mobilidade no Brasil contemporâneo. “O pobre é egoísta”, eram as palavras daquele mesmo Seu Luís que me apresentara o projeto de aliciamento político de sua comunidade ao PMDB para as eleições de 2014. “E o Codespa não é diferente; depois que entregarem os apartamentos não vai mais ter razão de existir”, reconheceu. Aqui, a “melhora na qualidade de vida”, justificativa última do engajamento na militância pela casa própria, era inseparável da busca por novos canais de reprodução da associação: o Codespinha, os projetos de empreendedorismo e geração de renda, o “Minha Casa Minha Segurança”¹⁸⁷ e o “Habita Carris”¹⁸⁸. Concebidos para serem administradas pela entidade no espaço privado do condomínio, esses projetos fariam os moradores lembrar de sua condição de beneficiários de uma política pública, atualizando o vínculo simultaneamente afetivo e hierárquico com a líder, orquestrado pela gramática do merecimento e do direito à habitação.

4.5.4 Em busca da mobilidade

“Hoje na vida tudo é uma questão de quem nasce com certas aptidões e as aperfeiçoa”, ouvi certa vez de um sócio do Codespa que aguardava pelo início da reunião. “A gente precisa aproveitar as oportunidades da vida. Por isso estou aqui”, completou. Para Marília, as pessoas somente “dariam valor ao que é seu” a partir do momento em que vissem o benefício como o resultado de seu esforço, e não como uma doação do Estado. Em diferentes eventos de campo, em conversas informais e em entrevistas, deparei-me com a

¹⁸⁷ Na tentativa de erradicar o tráfico de drogas do residencial e evitar o fracasso já visto em empreendimentos na Restinga e reassentamentos anteriores do Demhab, Marília pretendia que a CEF, mantenedora do programa, criasse algum mecanismo de acompanhamento da ocupação do condomínio. Assim, caso os problemas se repetissem, o banco poderia ser responsabilizado legalmente pelos desdobramentos.

¹⁸⁸ Tratava-se de uma iniciativa sugerida por Marília para a proposição de um projeto habitacional para os funcionários da empresa Carris por meio da Faixa 2 do PMCMV.

mesma correlação êmica entre sacrifício, merecimento e propriedade do imóvel. Ao longo do processo de apropriação dos apartamentos – que incluía a visitação oficial à obra, o sorteio das unidades e as diversas reuniões com a equipe técnico-social – a possibilidade de “cuidar” e “conservar” emergiu da constatação de que a propriedade privada era um bem a ser valorizado, apropriado e decorado segundo seu próprio gosto, incorporado à rede familiar e passado às gerações futuras.

Marília, em suas contradições e ambivalências, era o próprio retrato de um dilema em que o mérito, o sacrifício e o esforço pessoal caminhavam lado a lado com trocas políticas, baseadas na reciprocidade e na dádiva, entre as “classes populares” e o Estado. Seu maior desafio, talvez paradoxo, era a necessidade de infundir nos futuros beneficiários do Codespa um senso de autonomia e cobrança pelo seu direito habitacional diante do Estado, enquanto dependia, ela própria, para sua reprodução, de uma relação pessoalizada, carismática e duradoura com sua comunidade. Para muitos sócios, Marília era a própria encarnação da casa própria, a maior responsável pelas unidades e com quem nutriam uma relação moral de dívida, que por sua vez alimentava sua figura pública, encorajando-a contra os adversários.

Aqui, o desenho da política pública – o fato de que ela conferia a propriedade privada ao seu beneficiário e, diferente de políticas habitacionais anteriores, o *emancipava* de suas redes de proteção – foi decisivo para entender as novas subjetividades em formação. A casa *própria* tornou-se um ativo que cristalizou, como um ponto de chegada, a formação desse coletivo desejante, materializando o desejo por mobilidade social e dando forma à própria imaginação do futuro (questão crucial em um país onde, como vimos, a posse desigual da terra sempre foi a marca de assimetrias no acesso à cidadania). Uma vez emancipados, os beneficiários-cidadãos do PMCMV ratificaram a política pública que lhes permitiu tomar parte nas estatísticas de inclusão econômico-social de um “Novo Brasil” agora transformado, segundo economistas, políticos, jornalistas e marqueteiros, em “classe média”.

Documentando a relação de colaboração entre cidadãos e políticas governamentais, este capítulo explorou a precária evanescência subjacente ao *spiel* de sucesso dessa “nova classe média” em construção. Na busca diária pelas unidades habitacionais, os membros do Codespa lapidaram um desejo pela emancipação propiciada pelo acesso à propriedade privada. Esta tornava-se o “voto de confiança”, o convite para a busca individual e coletiva por cidadania e inclusão de mercado, atributos decisivos que seriam convertidos por economistas e marqueteiros em artefatos para falar da mobilidade econômica brasileira. Como, porém, em uma história que nunca encontra o seu fim, os cidadãos-beneficiários-merecedores do Codespa precisavam ser constantemente lembrados de sua própria excepcionalidade como modelos de um Estado moderno, democrático e universalista: novos sujeitos políticos em uma identidade nacional igualmente em reconstrução.

V – O TRABALHO POR CIDADANIA

“Ethnography captures this human force that is capable of acquiring sufficient consistency for turning a situation around – call it a language of hope – and transforms it into a map of the present world: a broken world, full of rifts that deepen, yet also a world of previously unimaginable possibilities”.

João Biehl, *Will to Live* (2007, p. 405)

– Dona Hilda, agora é com a senhora. Por que a senhora quer entrar nos apartamentos? – Paulo, membro da diretoria do Codespa, exclamou ao microfone em uma reunião preparatória com os beneficiários, em junho de 2014.

– Por que quero morar? Ué, o Demhab me botou lá pra dentro...

– Mas o que a senhora acha? Como a senhora quer deixar seu apartamento? Bonitinho, pintadinho? Como vai ser?

– Vai ser arrumadinho, quero tudo novinho, não quero levar nada. Quero levar a minha roupa, eu e o meu filho. Só comprei uma geladeira nova, bonita, pra levar. O resto vai ficar tudo lá.

* * *

Até aqui, vimos como a mobilidade econômica foi apropriada por economistas e marqueteiros para contar a história de um país em movimento, graças à incorporação de milhões de brasileiros em redes de cidadania e consumo. Através da etnografia com beneficiários de políticas habitacionais prestes à mudarem de endereço, encontramos pessoas concretas que, segundo esses *experts*, compunham uma “nova classe média”, mostrando como, no caso do Codespa e de seus membros, a mobilidade social coalescia com sua realocação espacial pelo território urbano. A configuração desse coletivo desejante alinhou os devires das pessoas – seus investimentos de tempo, dinheiro e imaginação – na formação de uma comunidade modelo, baseada em uma economia moral do merecimento. Neste capítulo, daremos mais um passo na granulosidade do cotidiano para destrinchar as ambivalências e complexidades que converteram pessoas comuns como Dona Hilda em personagens exemplares de uma engrenagem política, econômica e social mais ampla: o “Novo Brasil” emergente da releitura de estatísticas, da invenção de novos mercados de consumo e da expansão das políticas sociais e econômicas ao longo da década de 2000.

Sob muitos aspectos, a trajetória de Dona Hilda é a materialização da formação de um coletivo desejanste que se estruturou na intersecção entre políticas públicas, redução das desigualdades sociais e abertura de mercados para a “base da pirâmide”. Imiscuída em uma rede composta de políticos locais, vendedores de loja, jornalistas, planejadores públicos, líderes comunitários e outros cidadãos-merecedores, Dona Hilda rapidamente converteu-se no símbolo máximo da “luta” por habitação empreendida pelo Codespa. Como mulher, idosa, negra, moradora de área de risco e chefe de família¹⁸⁹, ela atendia a todos os critérios morais da política habitacional e frequentava assiduamente as reuniões da associação de que era parte. Mais do que isso, sua força subjetiva traduzia-se numa contínua disposição para objetivar a própria história de vida, que se alinhava então à crônica da ascensão do Codespa, da política partidária e comunitária, das políticas públicas, da abertura de novos mercados e das controvérsias taxonômicas sobre o legado nacional da mobilidade econômica recente. Seu trabalho por cidadania deflagrava as múltiplas e variadas dobras que a conectavam – incompleta e fugazmente – ao Estado, ao consumo, às políticas, à formalidade. Sem nunca reduzir-se aos anseios e expectativas dessas agências investidas em provar a tese da “nova classe média”, Dona Hilda movimentava-se por entre as fendas abertas nos interstícios dessa circulação, escavando canais e espaços para imaginar um futuro que insistia em espreitar, apesar da longa vida de sofrimentos.

Em *Imaginative Horizons* (2004), Vincent Crapanzano argumentou que horizontes imaginativos são fronteiras que insistem em estender-se da insistente realidade do aqui e agora em direção ao optativo espaço-tempo do imaginário. “They postulate a beyond that is unreachable in fact and in representation”, escreveu o antropólogo. Esse outro registro ontológico em que o Outro de si é imaginado sugere a exploração da própria espessura da fronteira entre realidade e representação, suas possibilidades, desejos e poderes, aberturas e fechamentos, certezas e contingências. O espaço-tempo da imaginação mantém uma relação dialética, mas elusiva, com a imanência da percepção e da experiência; ela é a percepção que se impõe pela sua ausência, uma presença apenas imaginada.

Essa aura de fantasia do imaginário que afeta a concretude da realidade e, por sua vez, move as fronteiras do imaginário para novos espaços-tempo, beneficia-se da criatividade e das artes de existência das pessoas que, apesar das dificuldades, escavam espaços para sua agência neste mundo. Na fabricação de seu personagem público, Dona Hilda engajou-se na imaginação do passado, abrindo caminhos improváveis para seu futuro. Através de uma

¹⁸⁹ Etnografias recentes visando documentar e avaliar os alcances de políticas sociais entre “grupos populares” no Brasil já exploraram como o seu desenho institucional estava alinhado a concepções nucleares de família que visavam transformar as mulheres, ao alocá-las como responsáveis pela recepção e administração dos benefícios, em cidadãs responsáveis, cumpridoras de direitos e deveres (Egers, 2013; Fonseca, 2000). Figuras femininas como Dona Hilda também foram exploradas como paradigmáticas da participação de “grupos populares” na democracia participativa. Ver, por exemplo, o caso de Dona Nelci, a “matriarca do OP” (Matos, 2009).

etnografia desses afetos ordinários, este capítulo traça os caminhos, possibilidades e limites dos entrelaçamentos entre vida e história, realidade e representação.

Como Dona Hilda foi convertida de pobre sem voz a uma personagem pública capaz de condensar, por meio de narrativas pregnantes (Alberti, 2008), as afetações da mobilidade econômica, alinhando-se com os discursos de intelectuais, marqueteiros e políticos sobre o Brasil recente e suas transformações? Ao retratar-se no registro do mérito, da contrapartida e do merecimento, suas palavras e imaginações abriram canais para navegar os territórios semi-informais e as camadas locais de governo em que sua vida era articulada. Explorando a densidade ordinária dessas dobras e fendas, problematizo as aberturas de sentido que consagraram Dona Hilda em sua luta por mobilidade ascendente, em diferentes registros: de sua presença concreta entre os membros locais do Codespa, à conversão de sua personagem em figura paradigmática de sentido dos pobres urbanos brasileiros, na década de 2000¹⁹⁰. Na articulação com outras experiências – econômicas, científicas, políticas, afetivas – descortinadas pelo trabalho etnográfico, busco reconstruir o laborioso trabalho por cidadania que transformou Dona Hilda na personagem idealizada da política habitacional em Porto Alegre e a inseriu no circuito do consumo e da visibilidade pública. Assim, na sobreposição entre vida e discurso, conhecemos o real impacto de políticas públicas, das articulações entre o trabalho de cidadania e a inserção na sociedade de consumo, e do futuro das subjetividades que infundem vida a programas como o PMCMV.

Em nossas conversas e nas interações de Dona Hilda com líderes e autoridades, ela era capaz de reconectar fragmentos de sua vida através das experiências e andanças por diferentes projetos habitacionais. Ao tomar parte nesse trabalho artesanal de reconfiguração da cidadania, Dona Hilda convidava ao engajamento de um etnográfico sensorial (Stewart, 2007; Berlant, 2011) capaz de captar a poética de suas palavras como uma metáfora de sua plasticidade vital. Ao longo do trabalho de exploração e maturação de nossas interações, percebi que Dona Hilda não se deixaria capturar apenas por políticas de identificação: discursos sobre a pobreza eram parte de como ela se conectava ao Estado, mas não explicavam os efeitos dessa conexão. Para captura-la por inteiro, era preciso olhar para as tecnologias de afetação (Navaro-Yashin, 2012) que articulavam suas experiências, reciprocamente, a diferentes aparatos e camadas de governo. Ao explorar esse trabalho de conexão, é possível cartografar seus pertencimentos em meio ao fluxo subjetivo, apontando

¹⁹⁰ Neste último caso, a figura de Dona Hilda pode ser pensada em um registro similar à personagem “Candeia”, de Renato Meirelles, que conhecemos no capítulo 2. Sem necessariamente remeter à pessoa concreta, ela condensa, por meio de sua oralidade (Alberti, 2004; 2008), a força dos processos sociais que a atravessam como sujeito da história, podendo ser abstraída e encontrada em outras configurações sociais. Com isso, estou preocupado com a expansão dos horizontes metodológicos da imaginação etnográfica e histórica, como Comaroff e Comaroff (2003) documentaram a partir da expansão de uma “economia oculta” baseada na figura do zumbi na África do Sul.

para o que transborda das narrativas hegemônicas sobre a mobilidade brasileira e a produção de universos locais de “classe média”. Assim também, ao render visíveis outras formas de contar a história [em inglês, *storytelling*] a partir das artes de existência (De Certeau, 1994) e dos artefatos políticos que as atravessam, a etnografia explora conexões que carregam o potencial da crítica do presente (Fassin, 2013).

Em linha com as escavações fragmentadas do cotidiano que a etnografia rende possível – e que constituem seu instrumental epistemológico – este capítulo é também um ensaio e uma incursão pela poética das palavras de Dona Hilda. Como “histórias citáveis”, elas compõem unidades narrativas difíceis de serem reproduzidas em toda sua pregnância sem recorrer ao tempo de suas palavras (Alberti, 2008). Por esta razão, trato de preservá-las, tanto quanto possível, em sua forma narrativizada, procurando reconstituir a experiência ao qual estão associadas. Nesse processo, encontro também as ferramentas para pensar a potência da crítica etnográfica: ao des-cobrir os imaginários subterrâneos – os chistes, as pausas, os silêncios, as nostalgias, os cheiros, os cafés e quitutes, os tricôs, as fotografias – que compõem a subjetividade de Dona Hilda, que mundos alternativos, para além da circulação política de um idioma moral do merecimento, elas suscitam? Qual sua potência na problematização ou contradição de narrativas hegemônicas? Como veremos nas páginas que seguem, as conversas com Dona Hilda revelaram que a construção de sua subjetividade não era uma questão de representação *versus* experiência, discurso *versus* realidade, assistencialismo *versus* emancipação, clientelismo *versus* meritocracia, mas uma em que a representação pública era forjada na concatenação das peças de uma nova substância ética de si – uma poética da subjetivação que, ao ser performada e circular, tornava-se política.

5.1 – NA TEXTURA DO COTIDIANO

Eu morei mais de trinta anos na *Maria da Conceição*
Quando fui morar lá não tinha nada!
Não tinha nada!
Não tinha água
Não tinha pipa
Não tinha luz
Não tinha casa
Não tinha nada.

E eu trabalhava.
Eu vi o guri ali, pequenininho, o Roberto.
Era um casal amigo meu
Eles fizeram a casa e a gente morou tudo junto.
E eu ajudei a criar os filhos dele, tão aí.
Me chamam de tia
‘Ah, tia, oh, tia, vem cá tia’
Eles sempre me apoiavam
E tinha bonde, naquele tempo, e ele trabalhava num bonde
Tinha uma menina que eu levava toda semana no médico
Sempre acompanhando eles.
E sempre fiquei no morro
As pessoas daquele tempo não tem mais ninguém
Já foi todo mundo

Já morreu.
Só eu que to viva.

Mas eu trabalhava.
Cinco horas eu tava de pé.
Eu trabalhava lá perto das torneiras,
Pra ir pra cozinha, pra depois ir pro emprego
A Terezinha e o Beto nasceram ali
Naquela *maloquinha* pequeninha
Era uma pecinha
Depois a minha patroa descobriu e arrumou dinheiro da assistência social
Ela comprou as tábuas
Comprou tudo
E aí eles fizeram duas peças, bem direitinho.
Bonitinho.

A gente não tinha água
Não tinha torneira dentro de casa
Não tinha banho
Não tinha nada
Era tudo direitinho, arrumadinho.
E ali que ela casou.
Só saiu dali quando casou.
Porque ele não podia ficar,
Que ele era da polícia, né, escrivão
Não podia ficar ali.

Fomos morar na Botafogo.
Moramos cinco anos na Botafogo.
Mas na Botafogo a gente fervia
Eu fui também, aluguei uma pecinha pra mim,
Mas não com eles, eu morei sozinha!
Sempre sozinha!
A gente ia pra festas, ia pra baile, eles iam.
Às vezes eu acompanhava
Ficava lá sentada na mesa, olhando.
Aí ia pro barzinho
Ali a gente se divertia, na Botafogo.

Dona Hilda faz uma pausa para oferecer café. “Bem quentinho, fiz antes de vocês chegarem”, sorriu para a câmera. Naquela tarde de inverno de 2013 estávamos todos sentados em volta da mesa, farta de comes e bebes, ouvindo as palavras da senhora – Marília, uma de suas filhas de nome Teresinha, o filho Beto.

Em todos esses anos
Eu sempre morava de *casa alugada*
Quando ficava muito perigoso pra mim morar sozinha no morro
Eu alugava no asfalto
Aí tinha uma senhora de Lavras do Sul
Ela se dava comigo, ela disse:
‘Vai pra lá, vai pra lá, lá é bom, *tão vendendo, tão vendendo*’
Parece que as pessoas vêm,
Tomam conta,
Depois vendem, invadem
E depois vendem, *baratinho*.

E eu vou mesmo.
Aí eu vim aqui,
Olhei, olhei, olhei,
A tia me deu a chave,
Abriu, gostei.
Tava cheio de cal,
Ainda tavam arrumando,
Tinha um buraco ali, minha filha que tapou.
‘Acho que vou ficar, quanto é aquela casa ali?’
É 400.

Eu tinha dinheiro, né?
 Eu trabalhava,
 Tinha até um dinheirinho escondido, guardado.
 Passei uma semana com o dinheiro juntinho aqui, na barriga
 Eu peguei meu filho mais velho, que morava na Paulino Azurenha
 Nós fomos lá
 Paguei pra ela
 E já me mudei de noite pra cá
 Dia 10 de janeiro de 1990
 Faz mais de 20 anos que eu to aqui, né.

Eu fico assim, *fechadinha*.
 Não vou na casa de ninguém,
 Não incomodo ninguém,
 To aqui *fechadinha*.
 Bom dia, boa tarde,
 Se tem pessoa doente eu vou,
 Se precisa de uma coisa eu ajudo,
 Se eu tenho e posso dar,
 Eu dou.
 O que é meu é *repartidinho*,
 É um pão, é um açúcar, é um café, é um arroz,
 Eu dou.
 Eu dou porque Deus me ajuda,
 Ele me dá saúde
 Que eu tenho bastante, né,
 Eu to com 92 anos e to assim
 Lavo roupa, passo roupa,
 Me dá um traje pra ver se eu não engomo,
 Tiro de letra!

Em 2009 eles vieram de novo
 Eles tavam dando casas!
 Dessa vez eu tive que ir em reuniões
 Era um apartamento numa área bem chique
 Eu não acreditava que aquilo foi feito pros pobres,
 Mas eu ia nas reuniões.
 Eu não tinha nada pra perder.
 Ali eu vi uma coisa que eu nunca tinha visto antes
 Pessoas como eu querendo casa
 ‘Dona Hilda, a senhora vai ser a primeira a entrar no condomínio!’
 Mas é claro, eu disse;
 Na minha vida já peregrinei por muito lugar, passei por muita coisa
 Agora vou descansar os meus ossos
 Do morro eu vou pro asfalto.

5.1.1 Sentimentos Públicos e Vidas Íntimas

A plasticidade da vida de Dona Hilda, seus altos e baixos, expectativas e desejos, são entretecidos na textura granular do ordinário. Kathleen Stewart escreveu: “the ordinary is a shifting assemblage of practices and practical knowledges, a scene of both liveness and exhaustion, a dream of escape or of the simple life” (2007, p. 1). As memórias de Dona Hilda, os ciclos de vida que viu passar, as relações familiares e de sociabilidade, são narrações que criam passagens e atravessamentos por casas, bairros e projetos habitacionais inacabados. Essa dramatização, no tempo presente, do passado, visa construir o futuro como uma materialidade e uma oportunidade concreta de reinvenção de si. Como uma borboleta em transformação, Dona Hilda construiu um sentido de merecimento – o sonho de finalmente poder mudar-se para o *seu* apartamento – justificado pelo passado de sofrimentos, mas acionado e agenciado na busca ativa pela mobilidade no presente, com o apoio do Codespa.

Aqui, convido o leitor a olhar para os fragmentos de sua rotina diária menos como “práticas de classes populares” do que como fluxos vitais que entretecem a textura do cotidiano que a colocou em movimento. Ao falar de sua sociabilidade por diferentes projetos habitacionais para uma audiência cada vez mais ampla de líderes, políticos e planejadores locais, Dona Hilda costurou um sentido público de merecimento que visibiliza as múltiplas agências e afetações que governam seu cotidiano. Sem nunca se deixar capturar pelo Estado – como em uma teia em movimento, cheia de dobras, fissuras e interrupções –, Dona Hilda deslocou-se sorrateiramente entre políticas públicas e agentes de governo, até tornar-se uma beneficiária do PMCMV, em 2009. A presença ambígua desse Estado é, então, menos uma entidade totalizante (ou biopolítica) que uma *assemblage* difusa de forças e intervenções que se deslocam para abraçá-la em seus braços locais, ainda que sem capturá-la completamente.

As interações cotidianas de Dona Hilda com burocratas locais, líderes comunitários e agentes de mercado constituem o cenário para a construção de suas narrações, mas também nos convidam a observar, como em uma via de mão dupla, a tessitura da presença ubíqua do Estado “in the minute texture of ordinary life” (Gupta, 1995, p. 375). Ao falar dos espaços transitórios de sua sociabilidade, Dona Hilda infunde uma qualidade artesanal [*manmade*] (Navaro-Yashin, 2012, p. 31) ao Estado, que transcende sua construção discursiva na cultura pública (Ferguson e Gupta, 2002). Seus *travails* desafiam a rediscutir a localização e amarração etnográfica do político na antropologia, e sugerem que se leve em consideração os domínios afetivos e as experiências subjetivas em que a imaginação é esculpida (Biehl e McKay, 2012, p. 1211) – o que Stewart (2007) chamou de “afetos ordinários”. Ao alinhar sua trajetória à política pública, Dona Hilda fabrica “public feelings that begin and end in broad circulation”, mas são também “the stuff that seemingly intimate lives are made of” (Ib., p. 2).

Dona Hilda não nasceu em Porto Alegre. Ela mudou-se para a cidade aos 18 anos, escapando as limitações da vida rural, em busca de trabalho e mobilidade social. Mesmo sem lembrar ao certo, ela suspeitava que suas origens remetaiam à *África*. Quando saiu de Bagé, o dono da fazenda onde a família então residia lhe disse: “O teu avô era um homem muito respeitado na região onde eles moravam. Brancos e ricos, negros e pobres, respeitavam ele”. Virando-se para mim ela completou: “Ele tinha uma caligrafia muito bonita... Mas claro, ele era *engenheiro formado!*”.

Durante a segunda metade do século XX, a maior parte das capitais brasileiras recebeu um influxo massivo de pessoas em circunstâncias similares, sendo rapidamente convertidas em nódulos urbanizados e industriais. À medida que as áreas centrais adensaram, indivíduos realocaram-se para as periferias e municípios do entorno, criando novos bairros cujo desenvolvimento não foi monitorado ou investido pelo Estado. Como vimos no capítulo três, nos anos 1960, durante o início da ditadura militar, o Demhab

conduziu o reassentamento de milhares de famílias para um bairro criado especialmente para acomodá-las, que recebeu o nome de Restinga, distante 20km do centro da cidade.

Dona Hilda e muitos outros estabeleceram-se em outro bairro da cidade, o Partenon. Ocupando uma vasta área montanhosa, essa região desenvolveu-se longe do radar administrativo de Porto Alegre, alinhado com a história da maior parte das favelas e assentamentos irregulares do Brasil, em que a primeira geração de ocupantes progride e, depois de mudar-se, “alugam” suas casas para outras pessoas, desencadeando um mercado imobiliário informal. Ao longo dos anos, Dona Hilda esteve constantemente em mudança, ocupando várias casas improvisadas no morro e perto do asfalto. Ela alugava informalmente o espaço ou simplesmente invadia projetos habitacionais inacabados e abandonados pela prefeitura, como o complexo na Av. Nove de Julho, onde residiu desde 1990 até a sua mudança para o Residencial Bento Gonçalves, em 2014. A esses processos ela se referia pela palavra *enjambrado*, que literalmente significa “deformado pela ação do calor ou humidade; dobrado; deformado; permanecer parado por estar fora de posição; ficar preso” (Houaiss, 2009). À maneira do conceito de *bricoleur* para Lévi-Strauss (1989), as realidades enjambradas de Dona Hilda apontavam para uma disputa pela agência – uma tensão entre desistir ou permanecer parado e deslocar-se para um futuro melhor através de soluções criativas. Em seu contexto de vida altamente volátil, “ficar preso” referia-se às circunstâncias difíceis e nem sempre controláveis que ela precisava enfrentar para sobreviver.

Para navegar o terreno semi-informal e para-infraestrutural (Biehl e McKay, 2012) que conectava Dona Hilda às políticas de Estado, ela desencadeou um laborioso trabalho por cidadania. “Minha patroa, onde eu trabalhava de cozinheira, descobriu onde eu morava e conseguiu um dinheiro da assistência social”, ela me disse. A rica senhora de descendência italiana introduziu Dona Hilda pela primeira vez ao Estado e a ajudou a registrar-se no banco de dados social em que os necessitados e pobres deveriam aparecer. Foi apenas pouco tempo antes de aposentar-se que Dona Hilda foi trabalhar, por oito anos, de carteira assinada, como cozinheira do colégio Luciana de Abreu. “Foi aí que eu paguei o meu INPS. E dali eu saí aposentada”. Sua patroa fora quem lhe *arrumara* a primeira casa de duas peças depois da *maloquina* em que nasceram os dois primeiros filhos. Começava ali o percurso que conectava a subjetividade de Dona Hilda à visibilidade das políticas sociais e habitacionais na gestão do espaço urbano.

Quando Dona Hilda se mudou da Botafogo, ela foi interpelada pelo Estado novamente. Desta vez, porém, pelo Demhab, que marcara o terreno em que ela recém havia alugado *duas peças* como “*área verde*. E *área verde* não se aluga”, ela repetiu diante da câmera. Depois de dois anos de negociações, ela veio a residir com um de seus três filhos – um senhor de sessenta anos com debilidades mentais – em uma casa inacabada, antes de

finalmente mudar-se para o Residencial Bento Gonçalves, em setembro de 2014. Aquela casa era parte de uma iniciativa municipal de princípios dos anos 1990 que não atingira seus objetos de intervenção: os tijolos expostos, cobertos apenas parcialmente de concreto, não deixam dúvidas. Dona Hilda “comprou” as chaves de uma desconhecida que havia “invadido” o local e agora passava a cobrar alugueis informais de quem quisesse residir. Ela tornara-se a proprietária de uma casa não-documentada, mas visível para o Estado.

Em *The Margins of the State*, Veena Das e Deborah Poole (2004) propõem uma analítica do Estado em que este passa a ser definido pela espessura e ambivalência de suas margens. Valendo-se do argumento de Agamben (1998) sobre a criação de um espaço de exceção pelo poder soberano como intrínseco ao seu domínio de poder, elas argumentam que um entendimento apropriado das práticas de Estado deve olhar para “the forms of illegibility, partial belonging, and disorder that seem to inhabit the margins of the state” e que constituem “its necessary condition as a theoretical and political object” (p. 6). Para as autoras, “margins are a necessary entailment of the state, much as the exception is a necessary component of the rule” (p. 4).

Em linha com essa perspectiva, a situação ambivalente de irregularidade controlada em que se encontrava Dona Hilda amparava-se na assumpção de que a pessoa que invade uma casa, às margens do Estado, produz um testemunho de verificação que comprova sua necessidade e justifica a inabilidade do Estado em removê-la daquelas condições. A invasão tornava-se, assim, um ato secundário ao fato de que Dona Hilda “precisava” tanto quanto qualquer outro pobre – destituindo de efeito os critérios do Demhab e liberando ainda o Estado do custoso trâmite de providenciar habitação social. Como *invasora*, movimentando-se nos limites do Estado, a vida de Dona Hilda era estranhamente monitorada por este, mas desconhecida pela sociedade.

Registrada no banco de dados social do município, Dona Hilda foi beneficiada com uma *casinha* em um sorteio para outro projeto habitacional do Demhab assim que se aposentou. Foi lá que teve sua primeira experiência em condomínio. A velha senhora viu-se na iminência de deslocar-se para a Zona Sul de Porto Alegre, mas não conseguiu adaptar-se à nova realidade. “Era uma casa de esquina, uma área aberta, térreo. E aquela gurizada noite e dia, pra cima e pra baixo. Já pensou?”, ela me indagou. “Eles chegavam a fazer ganchinhos pra tirar as roupas penduradas lá de cima. Era uma casa bem pequeninha. A sala e o quarto não eram repartidos, a gente é que tinha que colocar tábua. Eu não quis”, concluiu.

Alguns anos se passaram desde a invasão e Dona Hilda foi questionada por um representante municipal que perguntou sobre a sua origem. “Eu vim de *casa alugada*”, ela humildemente respondera; “então a senhora vai ficar aqui e se inscrever no Demhab, porque veio de casa alugada e aqui não tem pretendente”, os agentes lhe teriam dito. “Foi aí que me

mandaram uma *carta*”, Dona Hilda continuou, pausadamente, a voz misteriosa. Vinte anos depois, aquela carta daria à velha senhora a confiança necessária para ir às autoridades e negociar sua entrada no PMCMV. “Por causa dessa carta a minha parte ta liberada, eu *fiquei inscrita*”, ela terminou¹⁹¹.

5.2 – A CONTADORA DE HISTÓRIAS

- Eu quero apresentar para todos os idosos do Brasil e do mundo. Essa aqui é uma guerreira! Nunca faltou a uma reunião, nunca faltou a uma festa! – Marília orgulhosamente dirigiu a voz ao prefeito, durante a inauguração do Residencial Bento Gonçalves, que a abraçou por longos segundos.

- ...20 anos atrás me chamaram... Me deram essa carta... Guardei, e agora to recebendo minha casinha...

Assim que Dona Hilda se aposentou, novos mediadores assumiram a tarefa de conectá-la, mesmo que imperfeitamente, ao Estado. Em 2009 ela foi apresentada por uma amiga ao Codespa, uma associação de futuros moradores que lutava pela implantação de um projeto do PMCMV no bairro Partenon, e que então já reunia mensalmente com cerca de 700 famílias. Como vimos no capítulo anterior, o número limitado de benefícios habitacionais licenciou os líderes locais a desenvolver seus próprios critérios de inclusão na política pública, julgando seus méritos, necessidades e, baseando-se nessa hierarquia moral do merecimento, a decidir quem “precisava” o benefício.

Nessa economia política da casa própria, Dona Hilda e muitas outras pessoas passaram a usar a própria voz para urdir, testemunhar e demonstrar sua necessidade de *lutar* e finalmente *ganhar* o tão desejado benefício habitacional. Em etnografia conduzida na França durante a segunda metade da década de 1990, o antropólogo francês Didier Fassin documentou processos semelhantes ao observar as mudanças na gestão e controle de populações que chamou de “precarizadas” (2004; 2005). Ele mostrou como a adjudicação de auxílios financeiros e a regularização de “indocumentados” colocaram em marcha uma “biopolítica baseada no uso, manejo e na apresentação do corpo diante do Estado” (Kopper, 2014, p. 358). De modo similar, Adriana Petryna em *Life Exposed* (2002) demonstrou como o Estado passou a conceder proteção social seletivamente a vítimas da explosão química em Chernobyl, desde que provassem que as consequências patológicas eram decorrentes do acidente¹⁹².

¹⁹¹ A carta a que Dona Hilda se refere em diversas oportunidades é, de fato, um documento histórico, mas destituído de qualquer efeito legal. O que importa captar aqui é sua afetação como tecnologia de monitoramento e classificação dos pobres merecedores, de que Dona Hilda é parte. Ao encadeá-la em sua narrativa e minorar o papel desempenhado por outras instâncias locais de governo no seu recrutamento (como Marília), a senhora restituía um sentido de agência à sua militância pela casa própria.

¹⁹² Fassin discutiu a “cidadania biológica” proposta por Petryna (2002) em artigo recente, sob o conceito de biogitimidade (ver Fassin, 2009, p. 51ss).

O corpo tornado político é aqui a fonte primária para a produção de biolegitimidade – isto é, dos jogos que tornam o Estado o garantidor da vida por excelência através de políticas múltiplas e desiguais de concessão de direitos. Como mulher, negra, pobre e idosa, Dona Hilda era o perfeito retrato corporificado do merecimento; sua simples presença reafirmava o idioma moralizante e humanitário da vida como bem supremo que subjaz aos critérios da política pública. A concessão do benefício habitacional estava atrelada, portanto, à habilidade de Dona Hilda (e tantos outros beneficiários) em provar, diante da diretoria do Codespa, da comunidade e de políticos locais, com o uso do corpo e da voz, sua própria precariedade. “Vidas precárias” eram assim desigualmente “resgatadas” através de um trabalho constante por cidadania e conexão que implicava a descoberta e performance pública de uma ética de si: uma nova forma de subjetivação que buscava demarcar um movimento da precariedade à dignidade, da vulnerabilidade à inclusão social.

Desde cedo, dei-me conta da habilidade de Dona Hilda com as palavras. Ela era uma hábil contadora de histórias e era assim que navegava com sucesso esse terreno micropolítico e desigual que articulava política eleitoral, clientelismo, corrupção e idealismo coletivo, para realizar seu sonho da casa própria. Ela aprendeu rapidamente a fabricar histórias endereçadas a uma crescente audiência de planejadores públicos, agentes governamentais, líderes locais e cientistas sociais, incluindo-me entre eles. Dona Hilda desenvolveu a capacidade de experimentar com seu passado para combinar peças estratégicas de sua vida e recontá-las através do prisma dos projetos habitacionais pelos quais passou em sua vida.

Cada vez mais, personagens públicos que buscavam nos projetos habitacionais o emblema de um Novo Brasil livre da pobreza vinham capturar suas palavras e tomá-la como representante de uma “nova classe média” em efervescência. Buscando inspiração em seus próprios trabalhos por cidadania e superação da pobreza, Dona Hilda transmitia um senso de mobilidade e persecução ativa de melhoria de vida que a separava da massa invisível de pobres urbanos brasileiros. Desejando e buscando um futuro melhor, o trabalho por cidadania de Dona Hilda encontrou uma intersecção apropriada com as expectativas de políticos e marqueteiros tão profundamente investidos em afirmar a “nova classe média” brasileira e seus projetos político-econômicos.

A poética das palavras espaçadas de Dona Hilda alinhava-se, assim, a um dispositivo de governo em que os critérios de acesso à política hierarquizavam seus beneficiários de acordo com a capacidade de que dispunham os sujeitos de colocar sua trajetória performaticamente em discurso. Por meio das interfaces, evidenciadas no engajamento de Dona Hilda, entre a “vida precária” narrada, a materialidade do corpo sofrido e o desejo árduo pela casa, reivindicações de “necessidade” e “pobreza” eram performadas como

“prova” e modelavam as histórias de vida e práticas de beneficiários, estendendo-se sobre a própria arquitetura e espacialidade desses projetos habitacionais.

5.2.1 A Personagem Pública

Assim que me dei conta de sua habilidade com as palavras, fui à busca de indícios progressos dessa capacidade demonstrada em discursos públicos. Já em junho de 2011 Dona Hilda foi reportada por uma matéria da Prefeitura Municipal de Porto Alegre¹⁹³ como uma personagem emblemática na “luta” pela habitação. O texto documentou a reunião mensal do Codespa, então realizada no Salão Paroquial da Igreja São Judas Tadeu, que contou com a presença do prefeito municipal, José Fortunatti (PDT) e do secretário de Governança Local, César Busatto (PMDB). Após apresentar as características infraestruturais dos novos apartamentos, a reportagem concluiu com as palavras de Dona Hilda: “Já estou inscrita. Eu nunca ganhei nada na minha vida. Agora, eu tenho Bolsa Família e vou ganhar a minha casinha”, disse Dona Ilda de Lima Chaves, 90 anos, na conclusão do seu depoimento cheio de esperança, com aplausos que ecoavam no salão lotado da igreja”.

O texto saudava ainda o 5º Congresso da Cidade e consolidava um novo modelo de governança entre as comunidades e o Estado firmado nas palavras de Busatto: “A coesão de vocês para conquistas dos seus lares é uma ação concreta de governança entre a comunidade e a prefeitura”. Abraçando Dona Hilda e vários outros membros do Codespa, o secretário cantou a música “Fica Mal Com Deus”, de Geraldo Vandré¹⁹⁴, ato documentado em vídeo na internet ¹⁹⁵. Ainda segundo o texto, Marília encerrou o ato, conclamando os futuros beneficiários à “nova vida”: “vamos montar as casas com a união da comunidade e apoio da prefeitura para as demandas sociais e junto ao judiciário para beneficiar mais famílias”.

Em certos momentos, percebi que as palavras de Dona Hilda buscavam retratá-la como a imagem do pobre purificado em busca de um cotidiano ordenado e arrumado. Afinal, ela sempre recusara a ideia de que “pobre precisa andar mal arrumado”. A formação desse senso estético e moral era, eu suspeitava, uma consequência de seu convívio de longo tempo com padrões brancos; por outro lado, ela era, também, uma resposta às interações de longa data com políticas de Estado, que usualmente emolduravam os pobres urbanos brasileiros como imiscuídos em ocupações informais, não-civilizados e perigosos. Dona Hilda, por outro lado, se orgulhava da educação que pôde oferecer aos filhos, que nunca deixaram de

¹⁹³ Matéria disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_noticia=142680&MAIS+DE+500+MORADORES+DO+PARTENON+TRATAM+DE+HABITACAO. Acessado em 08.02.2016.

¹⁹⁴ A letra da música mistura religiosidade com a perseguição de um caminho através do qual o sujeito se transforma: Fica mal com Deus/Quem não sabe dar/Fica mal comigo/Quem não sabe amar. Pelo meu caminho vou/Vou como quem vai chegar/Quem quiser comigo ir/Tem que vir do amor/Tem que ter pra dar. Vida que não tem valor/Homem que não sabe dar/Deus que se descuide dele/O jeito a gente ajeta/Dele se acabar.

¹⁹⁵ Link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S72HZ4zWuO4>. Acessado em 08.02.2016.

frequentar a escola graças ao seu esforço em iniciar a rotina diária de trabalho antes mesmo de o sol nascer.

Não tinha água dentro de casa
 Não tinha luz
 Mas o pessoal dizia assim:
 'Ah, os teus filhos parece filho de rico'
 Filho de rico por quê?
 Porque eles sempre andam bem arrumados?
 Ah, mas claro, isso é o *capricho da pessoa!*
 Não precisa ser filho de rico!
 Isso é o capricho!
 O guardapozinho deles
 Bem engomadinho
 Assim, oh,
 Pra eles irem pro colégio.

À medida que eu ouvi Dona Hilda repetir sua história em diferentes ocasiões, ficou claro que, na relação com os políticos e lideranças locais, ela (assim como boa parte do Codespa) continuava a se retratar como *pobre*. Era assim que as conquistas pareciam ser mais facilmente atingíveis – na capacidade de demonstrar sua própria necessidade. Ainda assim, como o subtítulo do livro de Neri bem capturou (2008: “o lado *brilhante* dos pobres”, grifos meus), Dona Hilda esforçava-se em provar que, ao contrário de outros pobres (como a visita à Restinga, documentada no capítulo 3, já deixou claro), ou mesmo ao contrário das imagens convencionais que muitas vezes povoavam a mente de intelectuais e políticos sobre a pobreza durante os anos 1980 e 1990, sua vida era cheia de projetos: mandou os filhos para a escola, criou a família livre de drogas e vícios, trabalhou fora e manteve a casa limpa e organizada. O benefício habitacional era uma contrapartida justa e merecida pelos anos diligentes de sofrimento e dedicação na busca por uma vida melhor, sem as limitações materiais e simbólicas que povoaram sua história até ali.

Como já vimos no capítulo três, a ideia de merecimento captura um sentido que transcende o mérito intelectual comumente associado às classes médias e altas tradicionais. Ao mesmo tempo, ele retém o senso de agência incorporado à categoria: é apenas por meio de seus esforços pessoais que Dona Hilda tornou-se merecedora das benesses que receberia em vida. Ao falar de seu empenho, a concessão do benefício habitacional acionava um código moral publicamente associado à dramatização da pobreza e que se repetia em suas palavras como a cristalização moral de sua honra e de sua reputação. Como consequência, ele obrigava à expressão pública de suas emoções (Mauss, 1979): simples palavras não eram capazes de expressar completamente seus sentimentos. Depois de duas horas de conversas, perguntei sua opinião sobre os novos apartamentos:

O que que eu achei?
 Mas o que que eu vou achar?
 Mas bah...
 O *pobre*
 Ir morar ali?!
 Hmmmm...

A pessoa tem que ter *muita classe*, meu filho
 Pra morar ali naquele lugar
 Um lugar *chique*, um lugar *fino*, né?
 É fora de série aquilo ali
 Vou lhe contar.

Eu acho até que vou chorar se eu chegar a entrar lá
 Ao ver aquela senhora, né, de cadeira de rodas
 Que *ganhou* uma casa da Caixa Federal, anteontem
 Deu ali na televisão
 Ela chorou, coitada, chorou.
 Cadeira de rodas e ela ganhou
 Tão *bonitinho*
 Ela morava numa *casa de tábuas*
 Caindo os pedaços
 Entrar numa *casa de material*
 Com tudo direitinho
 Com banheiro, com sala, com cozinha, com tudo...
 Ela chorou, e eu também chorei.
 Olha que eu também vou chorar quando eu entrar lá.

Mas claro, já pensou, não é?
 Dá uma coisa na gente.
 Dá uma alegria muito grande no coração da gente, né
 Eu vou contar
 Com essa idade aqui
 Ainda *ganhar* tudo isso aqui?

A expressão de Dona Hilda, “ganhar uma casa”, poderia ser mais bem traduzida pela ideia de “merecer (em inglês, *to earn*) uma casa”, pois sua relação com o Estado era de constante troca. Ela certamente acreditava que tinha o direito de ser uma beneficiária de políticas habitacionais, mas por razões que em muito excediam as intervenções macropolíticas e seletivas de governo. Afinal de contas, Dona Hilda era uma senhora negra de 95 anos, chefe de família, responsável por um filho parcialmente debilitado, vivendo em uma área condenada pelo Estado como de risco e imprópria para habitação. Mais importante, ela pagava regularmente as mensalidades da associação de que era parte, ela frequentava assiduamente as reuniões, ela agradava os líderes locais com presentes, ela posava para fotos e rendia histórias para o Estado, ela voluntariou-se como personagem para a matéria jornalística quando o projeto residencial foi inaugurado, e ela oferecia café e palavras ao antropólogo, em sua casa. O que mais poderíamos esperar de seu laborioso trabalho por cidadania?

5.2.2 A Proposta de Marília

“Eu me lembro que ela sentava assim, lá no tempo em que as reuniões ainda aconteciam no Bar do Getúlio... Eu digo que eram as minhas *Preta Véia*, né, que elas que seguravam essas reuniões, por mais de três anos”, Marília interrompeu a narrativa de Dona Hilda. “Não perdia! Com chuva, com vento, nunca”, cortou a senhora. “Era sempre uma das primeiras”, ela bateu com a palma da mão. “A reunião era às sete, às quatro já estavam ali. A pessoa quer, *tem que lutar!* Você quer uma coisa, tem que lutar! Vai lá, dá o nome e fica deitado, aí não”, Dona Hilda foi taxativa.

“É verdade”, Marília aproveitou para ressaltar, “sem luta não tem vitória. E aí algumas pessoas apenas depois começaram a ver que era verdade, aí começaram a ir. Mas essas mulheres não faltaram nunca a uma reunião. E é uma das *questões de justiça* de ser contemplada na primeira fase”. Para Marília, Dona Hilda cristalizava anos e esforços acumulados na direção de uma certa modalidade de engajamento popular que, como vimos no capítulo anterior, consagrou a busca por uma comunidade modelo entre os pobres urbanos merecedores.

Na interlocução com canais públicos que conectavam a outros espaços e tempos – como era o cenário daquela entrevista – a líder não poderia desperdiçar a oportunidade de criar persuasivamente sua principal personagem na luta por habitação, reafirmando a legitimidade dos critérios adotados pelo Codespa na seleção dos beneficiários. Assim, repentinamente, Dona Hilda assumiu, na voz de Marília, os traços de sua personagem – negra, idosa, mulher, mãe de família, *precarizada* pelos infortúnios da vida:

Se é a idade, pela idade já tá garantida, mas aí vem a idade, junto com o estado, a casa que a senhora mora, que é de risco, aí é que eu te falo. Aqui se *encaixam* várias coisas: ela tem um filho, que ela dá assistência, se ele não tivesse com ela, taria sabe aonde, né? Na verdade, não é nem ele que lhe dá segurança, *é a senhora que dá segurança pra ele*, no meu ponto de vista. Porque ele também é doente, teve um acidente e ficou assim. Exato, então a senhora além de cuidar do filho, teve que comprar de alguém que invadiu, por não ter casa própria – é assim que eu enxergo.

Dona Hilda não escondia no semblante a apreensão que, de outro modo, sua idade fazia questão de esconder. Pelo *avançado dos* anos, ela suspeitava que seria impossibilitada de assinar o Contrato de Compra e Venda com a CEF. “A Dona Alzira falou que tinha uma tia, e ela tava com a idade bem avançada, e que *ganhou* uma casa. Mas aí ela não pôde assumir. Quem assumiu foi uma neta, pra ela não perder”, completou. Marília prontamente agarrou seu braço para consolá-la. “A senhora tem o Beto, seu filho, que mora junto...”. Sacando um papel com o levantamento dos nomes indicados pela associação para aprovação do banco federal, Marília propôs que seu filho assumisse o financiamento do apartamento como garantia de pagamento da unidade. “Acho que talvez seja uma questão de *garantir*... Eu não havia pensado nisso até que a tua filha me ligou preocupada. A gente vai conversar com o diretor da CEF, nós lhe damos mais essa garantia, essa tranquilidade de saber que o seu apartamento ninguém tira”, terminou a líder. Em nome do alegado direito moral de *fazer justiça*, Marília não se furtava, na prática, de fazer ajustes na estrutura de funcionamento do PMCMV.

A proposta da líder comunitária envolvia um conjunto amplo de mudanças na organização familiar e deixou os presentes sem reação imediata. De um lado, era preciso que o filho de Dona Hilda, com quem ela já residia, estreitasse ainda mais os laços com a mãe, emprestando-lhe, na prática, o nome e o registro social para assumir o financiamento de um benefício social concedido pelo Estado brasileiro apenas uma vez a cada cidadão

comprovadamente de baixa renda. De outro lado, a assinatura do contrato no nome do filho anteciparia o intrincado e delicado problema da divisão dos bens da herança, e deixaria claro que, uma vez no nome de um dos filhos, nenhum de seus irmãos poderia demandar juridicamente sua inclusão no espólio da mãe. Diante do impasse, Marília prosseguiu: “eu quero a certeza de que o apartamento vai ser seu, que mesmo outra pessoa se responsabilizando, não vai tirar a senhora de lá. Isso eu não vou permitir. *Aí é uma questão minha*”. A filha Teresinha, que sentava ao lado, surpreendeu-se com a proposta e indagou: “Mas *eles* tão sabendo da idade dela, né?”.

“Eles sabem tudo”, Marília retrucou. “Eles sabem que a senhora lutou e batalhou pra chegar aqui. Que a senhora *precisou* comprar uma chave pra sobreviver”. No calor do momento, ela esboçava mais uma crítica aos programas sociais do governo. “Falta uma política habitacional pra essa classe média que não se encaixa no mercado imobiliário, que precisa vender um carro, fazer um empréstimo, comprar uma chave do pobre pra poder ter a dignidade de onde morar”. E resumiu o seu papel como intermediadora na busca pela habitação: “Meu papel foi: tira a Dona Hilda do anonimato, traz ela pra visibilidade, pra ela ter esse direito. Porque senão ela nunca taria aqui, ninguém saberia a sua história, se não fossem as reuniões, se não fossem as entrevistas”.

Marília nem bem fez uma pausa para respirar, e já foi entrecortada por Dona Hilda, que resolutamente exclamou: “Nunca pedi nada pra ninguém! Eu criei meus filhos, e nunca, nunca, nunca... Graças a Deus, ta tudo aí. Ninguém é aleijado, ninguém falta um pedaço, não”. As imagens elaboradas por Marília para justificar os critérios adotados para o recrutamento de beneficiários tornavam legível a agência da burocracia estatal para a comunidade e isentava a líder de responsabilidade política quanto às decisões que não dependiam exclusivamente de sua “boa vontade”. Nesse processo, eram também demarcadas as barreiras e limites morais que operavam como balizadores a separar os bons dos maus sujeitos, as práticas aceitáveis daquelas condenáveis, os “batalhadores e lutadores” dos que “chegaram ontem”.

Nessa economia política da casa própria – que testava a reputação da líder na mediação de conflitos familiares – idosos como Dona Hilda, com largos percursos na militância pela habitação, passaram a representar ativos importantes. Isso ocorria não apenas para o sucesso da propaganda local do PMCMV – por atenderem ao maior número de critérios do programa –, mas sobretudo porque eram os idosos que recebiam a titularidade da propriedade do imóvel. Revigorada pela posse do contrato de compra e venda, Dona Hilda foi reverenciada pelos filhos por trazer à família a sonhada casa própria.

Mas Dona Hilda tinha ainda uma importância singular para Marília. Sendo a própria materialidade dos valores encabeçados pelo Codespa, a velha senhora ratificava as escolhas

da líder – incluindo-se as moralidades envolvidas nas micropolíticas de inclusão e exclusão da política pública. Dona Hilda, através de seu trabalho por cidadania, era a encarnação do próprio movimento físico mas também subjetivo em direção à construção de uma comunidade modelo. Para Marília, a narrativa de sua trajetória, cheia de desejos e apontando para o futuro, era ilustrativa da transformação operada nas pessoas por conta de sua participação em fóruns como o Codespa.

Na opinião da líder, a apreensão da velha senhora quanto à idade avançada estabelecia o próprio futuro como objeto de disputas. De quem será o apartamento, se não de Dona Hilda? “Por exemplo, chega uma esposa do seu filho, ou a mulher tem um filho, eu penso lá longe, e diz que agora que tem casa, vai pra lá. Porque se eu tiver que vir pra cá e investir eu não quero, mas se eu encontrar um apartamento na Bento, com tudo dentro, e eu ficar só na janelinha, e daí?”, provocou¹⁹⁶. Diante da família, silenciosa e incrédula, Marília discorreu sobre a mudança na própria temporalidade da imaginação: se até ali as fricções se davam no passado, em torno da permanência em ocupações informais, doravante os conflitos sedimentar-se-iam ao redor da posse e herança de uma propriedade particular, no futuro.

“Se os familiares não gostarem de mim, bom, problema deles”, ela prosseguiu, reafirmando seu compromisso com os membros ativos do Codespa e seu engajamento político-participativo. “Eu vou defender o direito de quem foi, de quem buscou. Outro momento, a herança é outra coisa, depois que morre. Vão à luta como a gente foi, entendeu?”. Para Marília, era essa “luta pela habitação” que legitimava a reivindicação à privacidade que “nuclearizava”, através de sua arquitetura social, as famílias do PMCMV: “Hoje eu moro com meus filhos, é cachorro dentro de casa, não posso receber ninguém... Cada um quer ter o seu espaço, é um *direito da pessoa*. É um direito seu, que lutou tanto, criou os filhos, batalhou, ter o seu espaço. Dizer *agora aqui é meu*”, arrebatou.

Nessa e em outras conversas, Marília tratou de renovar o desejo de Dona Hilda pelo futuro que espreitava, persuadindo-a da necessidade de projetá-lo através de um novo horizonte imaginativo. Na costura discursiva dessa ética do merecimento, a líder ajudou a senhora na fabricação dos contornos de uma nova personagem, pensada nos interstícios de uma narrativa contra-hegemônica da urbanização brasileira: “A senhora carrega toda a história racial do negro; os escravos a primeira coisa que perderam foi a casa e depois jogaram pro morro. Por que nós não podemos descer do morro até o asfalto?”, questionou. Dona Hilda tornava-se (em inglês, *to become*) assim a materialização de um Outro

¹⁹⁶ Como lembrou Edna no capítulo anterior, e agora também Marília, a incorporação de novas materialidades nas vidas e trajetórias das pessoas – como é o benefício habitacional – revelavam-se ocasiões privilegiadas para reconfigurar e repensar as relações e estruturas familiares – já bastante móveis – dos “grupos populares”. Certos vínculos eram reforçados e outros se dissolviam ou dissipavam, segundo a dinâmica e a simbiose entre esses objetos-agências e as redes de parentesco e vizinhança que as envolviam.

imaginado no tempo e no espaço, e seu movimento físico e subjetivo rumo à nova vida em condomínio era convertido em instrumento de reparação das desigualdades raciais e sociais que assolaram o país ao longo de sua história.

5.2.3 Da Precariedade à Dignidade, da Vulnerabilidade à Inclusão

Sociólogos e filósofos políticos como Luc Boltanski et al. (2006) e Habermas (1991), exploraram o papel da justificação e de tecnologias pacíficas – como linguagens de ordem, equilíbrio, normas e cultura – na resolução de conflitos em democracias modernas. Sem discordar desses estudos, argumento que os discursos de justificação não apenas garantem a vida em sociedade como também são um elemento crucial na persuasão que assegura agenciamentos colaborativos entre cidadãos e o Estado. Para Dona Hilda e tantos outros, as justificações produzidas em torno da necessidade do deslocamento importavam mais que o ato da instilação do desejo em si, na medida em que, como já vimos, o testemunho da necessidade – colocando-se a si próprio em discurso – era o indício cabal do desejo pela melhoria de vida.

De modo similar, o movimento tornou-se uma noção central para apreender o processo de transformação subjetivo colocado em marcha na luta pela habitação. Diversas etnografias que documentaram movimentos políticos em “grupos populares” no Brasil exploraram como o deslocamento – a “luta” ou a “militância” – adquiriram sentido em sua própria tessitura móvel e fluída. Guedes (2013), por exemplo, analisou o caráter habitável do movimento em sua etnografia entre migrantes no norte de Goiás. Para ele, os rastros do deslocamento eram contados através de uma gramática moral (Fassin, 2012; 2015) que enfatizava a precarização das condições atuais de moradia e “justificava” a entronificação do novo apartamento, simultaneamente como cenário de chegada e horizonte imaginativo capaz de articular uma nova subjetividade em transformação.

Diante do antropólogo, da líder comunitária e da família estendida, Dona Hilda contou uma história de sucesso e merecimento – que era, também, um capítulo da crônica do PMCMV. Ao colocar as necessidades em palavras articuladas, ela enunciava e transformava a vulnerabilidade social em objeto de intervenção estatal. “Por que a senhora gostaria de morar lá se a senhora ta adaptada aqui, conhece os cantinhos, mesmo com todas as dificuldades que tem? A senhora acha que lá vai ser melhor?”, provocou Marília, tentando fazer florescer em sua interlocutora o espírito de sair de onde estava, na ideia de que a valorização de uma *conquista* se dava por meio da efetivação de *contrapartidas*.

Dona Hilda respondeu à pergunta de Marília com os olhos arregalados. “Ah, porque aqui tem *perigo*, né! Isso aqui vai cair! Tem uma senhora que morava ali, ela disse assim, ‘eu vou-me embora daqui porque se isso aqui cair, vai cair por cima da minha casa e vai me

matar'. Isso aqui com o tempo *vai cair*. Isso aqui *vai cair!*”, repetiu, apontando para as paredes úmidas no fundo da casa¹⁹⁷. Na passagem da *casa de tábuas* para a casa de alvenaria, era o imaginário da casa própria como vetor de dignificação das vidas precárias que dava sentido à experiência de luta para *ganhar* o benefício. Marília então explorou os instrumentos que Dona Hilda empregava para registrar suas experiências, instigando sua interlocutora a falar das sensações, sentimentos e opiniões ao passar pelo local e constatar a conclusão das obras.

Estimulada pelo diálogo, Dona Hilda rememorou os vinte longos anos em que residiu no projeto inacabado do Demhab que, por ser demasiadamente íngreme e acidentado, era propício a inundações e alagamentos. Nenhuma reforma fora jamais feita pelo departamento. Da mesma forma, poucas pessoas haviam se empenhado na manutenção e conserto da infraestrutura. Muitos ainda esperavam pela vinda dos órgãos públicos responsáveis.

Diz que ali em cima era uma manancial
As pessoas lavavam roupa pra fora!
Em cima das pedra!
Tem uma senhora que nasceu, se criou e casou aí e mora aí
Ela conta direitinho
Eles não acreditam.
Os tijolos tão quebrando
A gente pisa aqui e ela vai pra baixo e quebra.
A água que corre por baixo inunda o pátio
Fica cheio d'água, parece que chove dentro
Parece um rio
Às vezes a água sai pela porta.
Ali a parede toda molhada
Tudo isso aí, oh.
O fogão ta caindo pra trás, todo empinado
Ta descendo os tijolos
Corre água aqui assim
Corre
Isso aqui vai *cair pra baixo!*

“Esses dias prendeu fogo ali dentro de casa”, seguiu Dona Hilda em sua narrativa; “Bah, eu até me assustei, peguei a minha bolsa, peguei a minha chave e fiquei aqui, qualquer coisa eu saio correndo”, completou aos risos. A senhora havia desenvolvido um protocolo de evacuação de emergência que consistia em deixar sua bolsa preparada com todos os “documentos” e a chave da casa: “Eu não vou ficar dentro de casa, eu não! As pessoas tão vendo o perigo e não se mexem, né. Não, não, não, não. Eu quero ficar *vivinha* até quando Deus quiser que eu teja aqui na terra. Não vou assim mais”.

Em meio à rotina de seus afazeres domésticos – *limpar, lavar, passar, cozinhar* – nada acontecia *por obrigação*. Aproveitar a aposentadoria e a nova casa, ambas fruto de uma vida permeada de esforços e privações, implicava também a possibilidade de quebrar a rotina

¹⁹⁷ De fato, mesmo do ponto de vista estético, era possível notar os tijolos à vista, com partes e concreto mal acimentado, denotando falta de cuidado na finalização da obra social. Os entupimentos do encanamento de esgotos, resultado do subdimensionamento da infraestrutura em relação ao atual número de moradores, configuravam problema semelhante. “Os esgotos aqui não têm nada individual. É uns caninho assim, então enche, e sai pra fora. E enche as casas. Ta sempre cheio”, ela comentou.

em nome do bem estar, como quando foi com seu filho ao litoral catarinense durante o verão de 2014. “Mas o meu sonho é conhecer as minhas origens, as preta-véia [sic] de Salvador”, confessou-me às gargalhadas. Para Dona Hilda, era essa atitude diante da vida, que também a impulsionava para o condomínio vindouro, que explicava sua longevidade:

Quem sabe se eu não vou alcançar os cem, né?
 Quem sabe.
 Eu faço meus doces,
 Eu faço os meus salgadinhos,
 Eu faço tudo aí
 Eu não tenho preguiça de fazer nada.
 Eu desço escada,
 Subo escada, oh
 Com roupa, oh
 Já tá lá a roupa, oh
 Eu tenho que fazer um doce, eu faço.
 Eu tenho que fazer...

 Eu gosto de fazer é de noite.
 Eu fico sentadinha aqui, oh.
 Eu fico *fechadinha* aqui, oh.
 As pessoas pensam que eu não to em casa, mas to bem *quietinha* aqui
 Eu e meu *crochezinho*
 Eu ralo o meu coco sentadinha aqui
 Eu torro o meu coco ali e aqui
 De noite
 Tudo de noite.
 Vejo a novela ali...
 O guri vai se deitar
 Eu fico aqui.
 Vou me deitar às vezes é meia noite
 Passo um pano, deixo tudo limpinho, tudo arrumadinho...
 Mas assim,
 Tá muito frio?
 Eu não vou.

Enquanto conversávamos, Dona Hilda mostrou-nos uma peça de crochê que estava terminando de arrematar; com o sorriso de satisfação no rosto, ela confessou que “isso aí é pra botar nas cadeirinhas da minha casa nova quando eu tiver!”. Aos risos de satisfação e imaginação, ela disse que não pretendia levar nada do local onde então residia: “É só o meu corpo, e a roupa, e essa televisão!”. O restante da mobília e dos eletrodomésticos, pretendia adquirir durante o processo de mudança. “Tudo novo! Não sei da onde, mas vou”.

Marília novamente interrompeu Dona Hilda para explicar o funcionamento do cartão Minha Casa Melhor, que destinava crédito facilitado aos beneficiários para mobiliar a nova casa, e das parcerias com lojas de varejo nas imediações da Avenida Bento Gonçalves para a aquisição dos móveis a preços conveniados. Assim, por exemplo, seria possível adquirir centenas de guarda-roupas com desconto negociado, abaixo de seu valor de mercado. “Planejado! Essa é a minha ideia! Nós vamos fazer uma reunião com as famílias só pra poder planejar o apartamento do jeito que quiser!”, completou, eufórica.

Os planos de Dona Hilda, contudo, eram mais modestos. “Eu não quero nada de *luxo*, tudo *simplesinho*, uma *caminha*, um *roupeiro*, um *fogãozinho*, uma *mesinha...*”, virou-se

para mim e confessou, enquanto Marília tecia seus planos. Suas preocupações de fato pareciam outras. “Tomara Deus que saia de uma vez, porque eu to bem alcançada na idade, né. Que Deus Nosso Senhor me deixe até eu pagar, tudo! Se eu durar dez anos, aí fica tudo pago”. Marília rapidamente converteu a preocupação moral de sua interlocutora de “não ficar devendo” em demanda estética: “Depois mais dez pra curtir... E depois mais cinco pra relaxar... E eu quero estar lá pra ver”, sorriu.

Esse jogo de altercações indicava mais que simples mudanças de assuntos: apontava para distintos modos de subjetivação. Para Dona Hilda, a preocupação com o fim da vida se amarrava ao medo de tornar-se uma devedora e comprometer seu nome e reputação. Para Marília, a proximidade da morte revelava o medo de uma vida de sofrimentos e lutas sem chances para usufruir as merecidas “contrapartidas”, descansos e recompensas. Essas imagens estavam atadas, em última instância, a diferentes retóricas sobre a pobreza. De um lado, a construção da dignidade pessoal dependia da fuga dos estereótipos que definiam o pobre no imaginário social – como o devedor ou o preguiçoso. De outro, Marília procurava libertar-se dessas categorias invocando novos repertórios de significado que remetiam aos antônimos da pobreza: o luxo, o bem-estar, o relaxamento, o consumo ostentativo.

“A senhora não foi ver lá dentro ainda, né”, instigou a líder. “Tem salão de festa para cada condomínio, são sete condomínios... Muito legal... Uma área para caminhar, para tomar sol, nosso pátio é bem *seguro* e bem bom”. Sobre as palavras de Marília que valorizavam a infraestrutura do condomínio fechado do residencial, Dona Hilda deu voz à sua imaginação por meio de uma poética do movimento:

Lá eu posso sair
 Cruzar a porta
 Não preciso de companhia para ir lá até a Barão
 Eu posso pegar um ônibus
 Desço ali
 Vou pra lá
 Venho pra cá
 Entro pra dentro

Não precisa o Beto
 Vai ser tudo mais fácil
 Lotação aqui na porta
 Lá eu posso sair
 A hora que eu quiser
 Vou sair
 Tchau!

Dona Hilda também fazia planos para a residência em que morava. Disse que pretendia deixar as chaves com sua prima, que “não tem nada”. “Ela tem uns irmãos, mas ninguém dá bola pra ela. Ela trabalha na reciclagem. E ela não tem casa, ta dormindo num albergue. Ela ta *toda faceira*. Porque se eu não fosse dar, eu ia fechar a porta, e atirar a chave lá no buraco, lá na rua. *Mas não ia vender, porque eu não comprei*”, concluiu. Marília aproveitou a ocasião para chamá-la para o movimento: “Mas faz ela *valorizar* isso daqui. De

repente faz ela vir lá numa *reuniãozinha*, lhe acompanhar, ela também tem que dar a *contrapartida* dela, porque ela vai *ganhar* uma coisa que a senhora *lutou* pra ter”.

Uma vez no novo residencial, Dona Hilda fazia planos de submeter-se a um novo desafio. Como nunca aprendera efetivamente a ler e a escrever, ela estava disposta a aceitar as propostas que seguidamente lhe faziam quando ia à “academia do INPS”: “Se eu fosse pra lá, eu ia aprender a escrever! Garanto que eu aprendia!”. Mais uma vez, Marília intrometeu-se para sugerir que era possível aproveitar a infraestrutura do condomínio para realizar a alfabetização *lá dentro*. “É uma outra utilidade pro *salão de festas*. Não precisa nem sair dali, vamos fazer, *a gente busca*. Já fiz alfabetização até dentro do presídio”, declarou.

Oferecendo-nos mais algumas notas de sua imaginação, enquanto o olhar ia longe para convertê-la em palavras, Dona Hilda despediu-se com sorrisos de felicidade. Perguntei se ela gostaria de dizer mais alguma coisa. “Mas o que é que eu vou dizer? Vou dizer que eu to feliz, que eu to contente, muito obrigada, eu adoro vocês”, gargalhou. Antes de fechar a porta, veio o convite para nosso retorno: “Quando eu entrar lá eu vou comprar uns coquinhos e vamos fazer *aquela* torta de coco. Vou fazer uma festa, se Deus nosso Senhor permitir. Porque essas *mãozinhas* aqui, oh, essas *mãozinhas* aqui *sabem fazer coisas*”.

5.3 – ENTRE DESLOCAMENTOS E RETORNOS

Os meses que se seguiram ao meu último contato com Dona Hilda, em agosto de 2014, foram marcados pela reformulação das questões centrais que até ali nortearam a pesquisa de doutorado. Enquanto mudava-me para Princeton para o período de doutorado sanduíche, a senhora, suas histórias, personagens e movimentos não deixaram de ocupar minha mente e se tornaram cruciais para a elaboração de um argumento sobre os caminhos da mobilidade econômica e seus entroncamentos com novas políticas públicas brasileiras e com a retórica política de um país de “classe média”. Em meus *papers* e artigos em inglês que escrevi para audiências americanas, Dona Hilda figurava como personagem central de um enlace entre mercado, Estado, ciência e *desiring citizens*. Revisitando o conjunto documentado de interações morais entre planejadores públicos, líderes comunitários, vendedores de loja e outros beneficiários de unidades habitacionais, ficava cada vez mais claro que ela era a própria incorporação de um novo projeto de país assentado na superação da pobreza e na consolidação de novas subjetividades políticas.

De longe, acompanhei as fotos e narrativas que circularam pela internet sobre a mudança e adaptação de Dona Hilda e seu filho no novo apartamento. Rodrigo, com quem mantive contato por e-mail, enviou-me vídeos da inauguração e imagens da senhora abraçada no prefeito, contando sua história de lutas pela derradeira habitação e recebendo de suas mãos a tão esperada chave de sua unidade. Através do Facebook, novas informações

sobrevieram: Dona Hilda posava para fotografias, sorridente, recebendo a mobília que havia comprado com o cartão Minha Casa Melhor, diante do caminhão das lojas de Seu Ilmo, com quem Marília firmara parceria semanas antes. Na matéria oficial de inauguração da obra da prefeitura, Dona Hilda foi novamente chamada a contar sua história, sendo assim retratada:

Hilda de Lima Chaves tem 93 anos e participou de todas as reuniões do Residencial Bento Gonçalves. Sempre com um sorriso no rosto, se tornou um dos símbolos da luta pela moradia entre as 160 famílias. Agora realizou seu sonho. “Ai meu Deus, será que meu coração vai aguentar?”, perguntou emocionada ao receber as chaves. O coração aguentou, e ela mostrou o apartamento com orgulho para os fotógrafos presentes no evento¹⁹⁸.

Meses depois, já em 2015, deparei-me com outro registro midiático que discorria sobre uma visita realizada pelo prefeito ao Residencial Bento Gonçalves a algumas senhoras, incluindo-se Dona Hilda. A matéria concentrava-se no caso de Judith e afirmava sua “satisfação de ter adquirido a primeira casa própria”. Na fala em que é citada, a costureira afirmava: “Eu nunca tive tempo de pensar em mim. Não sabia nem que eu tinha sonhos”. Ao prefeito coube parabenizá-la pela “beleza do apartamento”, “o interior dos prédios, os canteiros floridos e o *playground*”. Acariciando cachorros e tomando chá com as senhoras, Fortunati lembrava aos merecedores do Codespa do pacto de melhoria de vida firmado durante o ato de inauguração.

À medida que observava esses lastros públicos da nova vida e explorava os matizes das histórias registradas em contatos pregressos de campo, um senso de urgência desenhava-se diante de mim. Era preciso voltar mais uma vez: as palavras de Dona Hilda, prenes de significados abertos e horizontes imaginativos em construção, eram um convite ao retorno do etnógrafo para o lugar onde “nasceu a ideia” (Biehl, 2013b, p. 366).

Mas por qual novo pensamento – quais novos personagens? – era plausível esperar, na tessitura desse reencontro? Com qual Dona Hilda eu me depararia? Era a personagem que performava o sucesso do PMCMV ou, ao contrário, a pessoa cujas narrativas contavam uma história de agência e imaginação? Até ali, estava claro que Dona Hilda era a figura central de uma engenharia política, econômica e científica, e suas narrativas refletiam suas interações com líderes locais, agentes de Estado e outros beneficiários – ainda que os colocasse, por vezes, em posições incômodas. Estava claro ainda que, nessas histórias, Dona Hilda não abria mão de retratar-se como pobre e precarizada, mesmo que de um tipo particular que transcendia a lógica da dádiva ou da urgência pela qual as “classes populares” eram costumeiramente referidas: a batalhadora e merecedora do benefício habitacional.

198

Disponível

em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=172876&CENTO+E+SESENTA+FAMILIAS+RECEBEM+MORADIAS+NO+PARTENON. Acessado em 08.02.2016.

Como seria possível, entretanto, acessar as zonas morais e imaginativas em que essa personagem era fabricada? Como a descoberta das origens desse desejo de narrar e performar a própria vida poderia apontar para os limites do *spiel* da nova classe média brasileira em suas ambivalências e contradições? Como essas histórias poderiam ainda falar das aberturas e fechamentos desse novo horizonte imaginativo de Dona Hilda, seus movimentos e deslocamentos?

Sem dar-me plenamente conta na época, essas questões eram também apostas em nossas “lanternas empíricas” (Hirschman, 1998, p. 88; Biehl e Petryna, 2013) que, como antropólogos, podemos auxiliar a desvelar. Na busca pela viscosidade granular do cotidiano – experiências, palavras, emoções e instâncias de “*human becomings*” (Biehl, 2013b) – quais gêneros de história a etnografia ajuda a captar? Quais histórias particulares nossas lentes permitem entretecer, e como elas revelam evidências contra-intuitivas sobre as grandes questões de nosso tempo?

5.3.1 “Assim como eu vivia lá eu quero viver aqui”

Em janeiro de 2015 regressei por dez dias a Porto Alegre para visitar algumas das famílias em seus novos apartamentos. Dona Hilda ocupava uma unidade cuja vista dava para a Avenida Bento Gonçalves, no térreo. Ela recuperava-se de dores no joelho. “A gente é de carne e osso e fica doente”, lembrou, para si própria. Pediu que eu sentasse no sofá, enquanto puxava para si uma cadeira de praia que colocou ao lado da TV, sempre ligada. Enquanto eu preparava a câmera, ela balbuciou que sua filha lhe prestaria uma visita ao fim da tarde para trazer-lhe um telefone celular – ainda não havia linha telefônica em seu apartamento.

Dona Hilda começou naturalmente sua narrativa, falando de algumas indisposições que teve com uma de suas vizinhas, tão logo mudou-se para o condomínio. “Por isso fico aqui dentro, não quero confusão”, esbravejou. E seguiu com seu tom cadenciado, que me fez lembrar de nossas interações passadas.

Eu fico aqui dentro
Aqui é a minha casa.
Aqui eu faço o que eu quero
Aqui é minha!
Eu sou a dona daqui!

Aquela lá diz assim:
‘ah, eu sou dona do terreno’.
Eu sou a dona só da minha casa
Não sou dona de terreno nenhum.
Nem quero plantação.
Vou plantar as florzinhas aqui dentro.
Eu paguei isso aqui
Eu não pago a terra ali

Eu fico aqui
Não me misturo
Não vi

Não sei
Não quero saber
Assim como eu vivia lá, eu quero viver aqui.

O conflito com a vizinha que suscitou a imaginação de Dona Hilda sobre sua propriedade e sua autonomia foi desencadeado quando a senhora chamou a atenção de um adolescente que corria e gritava pelos corredores e havia quebrado um vidro. Sua mãe teria vindo bater à porta para tirar satisfação do ocorrido. “Ao invés de chegar e perguntar o que havia acontecido ela chegou gritando, ‘tu é mal educada, tu não tem educação, tu não pode morar aqui!’”. Fitando-a nos olhos, diante de outros curiosos, Dona Hilda retrucou: “Primeiro você tem que educar seus filhos e me dar um pouquinho da sua educação”. Ela baixou o tom e alternou o olhar. “Agora eles me encaram; não posso ir até a porta que eles me cuidam e mexem comigo”, confessou. “Eu já ouvi histórias por aí de jovens abusando de velhinhas”. Na busca por um espaço de agência para seu personagem, Dona Hilda combinava em sua imaginação desejo e violência.

“Parece que ela briga em tudo que é lugar”, ela continuou. Dona Hilda fez um breve resumo da história daquela mulher casada, separada, viúva que criava os nove filhos da irmã. Perguntei-lhe se era possível criar nove crianças em um apartamento como o dela. “De certo é!”, ela exclamou aos risos. “Eu fico com pena, são crianças, coitadinhas... São crianças”. Dona Hilda contou de quando fez uma panela de pipocas e deu para uma das filhas que as veio buscar em sua porta; em outra oportunidade, ela repartira arroz com a vizinha da frente. “Eu gosto de ajudar as pessoas se eu posso. Eu sou pobre, mas se eu ganho uma coisa vou deixar estragar por quê? É um monte de crianças e os coitadinhos não tem mãe”, completou.

A sociabilidade pontuada pela troca e empréstimos de comida também marcou a instalação e os primeiros dias no novo apartamento. “A primeira noite eu dormi no chão!”, Dona Hilda sorria diante da câmera. “Nós não tínhamos nada; não tinha mesa, não tinha prato, não tinha cama, não tinha fogão. Minha filha trouxe um fogareiro elétrico, pequenininho. Então a gente se dividia. O que um tinha, convidava a vizinha; o que ela tinha, nos convidava. Fazia comida, repartia. Era assim” – o tom de escassez na narrativa não me era estranho. Dona Hilda reportou atrasos na entrega do Cartão Minha Casa Melhor, que levaram a protelações na entrega dos móveis, que ela comprara através da parceria do Codespa com a loja de Seu Ilmo. “Custaram pra vir montar; nem era aquela mesa que eu escolhi, mandaram uma bem...”. Apesar do contratempo, ela não reclamou. “Tinha televisão, eu ficava vendo televisão”, ela sorriu.

A vizinha com quem Dona Hilda mantinha contato era Dona Maria, a “capenguinha”¹⁹⁹.

O Senhor...
 Você não viu ela?
 Ela ta ali
 Vem seguido aqui em casa
 Toma café comigo.

Ela é aposentada
 Ela ganha
 O senhor que ela alugava antes era o irmão dela
 Tirava todo o dinheiro dela
 Ela é bem caprichosa
 Então ela veio pra cá.

Ta tão faceira
 Tem um cachorrinho
 Ela mora sozinha e Deus
 Tudo limpinho
 Eu faço um cafezinho
 Ela toma o cafezinho
 Ela paga tudo bem direitinho.

“Agora, sabe o que tem aqui?, Dona Hilda fez nova inflexão de voz, enquanto curvava-se em sua cadeira. “Aquele bicho brabo, que morde a pessoa e mata”. “Escorpião”, prontamente acrescentou o filho de 60 anos que sentava do outro lado da sala e volta e meia interrompia a conversa. “Entrou ontem por debaixo da porta e ficou no sofá. Ela tava meia tonta porque eu passo um detergente no chão, fica bem limpinho. Aranha tem também, daquela que pula. Deus me Livre! É porque isso aqui era mato, era um banhado, tinha até plantação de agrião aqui”, Dona Hilda resumiu. Rapidamente ela apresentou a solução: já estava trabalhando na confecção de um rolinho de areia que colocaria atrás da porta. “Os bichos tão aí, eu tenho muito medo”.

Do escorpião, Dona Hilda moveu-se em direção à limpeza. “De noite eu deixo tudo limpinho. A gente ta acostumada assim. Eu fui criada assim, no meio de gente branca, lá em Bagé”, ela retomou. “Então a gente tem uma maneira de viver, e eu não perco isso aí não. *Meu ritmo de vida é um só*”. Enquanto colocava suas memórias em movimento, na busca de uma imaginação de sua própria personagem, Dona Hilda lembrou da família italiana para quem trabalhara por longos anos no bairro Partenon. “São italianos. São ricos. A mãe é juíza. Ficaram com toda a fortuna dos tios. Eles tinham tudo”, pausou para lembrar. Dona Hilda conviveu com as famílias e ajudou a criar os filhos. “Eram dois só. Fiz doce, fiz torta, fiz empadinha, fui lá ajudar, vi eles nascer, vi eles se criar, e ainda fui convidada pro casamento!”. Pergunto qual era a diferença entre as crianças que a incomodavam no

¹⁹⁹ Em outubro de 2015, Dona Maria Morona, a “Capenguinha”, foi notificada falecida por Marília Fidel em sua página pessoal do Facebook. “O que nos conforta nesse momento é que conseguimos realizar o sonho de ter seu cantinho, sua casinha, foi feliz por um ano e teve o carinho e a proteção de todos os moradores”, escreveu a líder na mesma página.

condomínio e os filhos de seus patrões: “Eles são moços feito! A criação deles é diferente. Eles não se misturam, não, não se misturaram não”, exclamou.

5.3.2 “Um homem feito”

“Meu casamento ficou lá”, Dona Hilda retomou, depois alguns momentos quieta. Sem entender ao certo a conexão que a narrativa tomava, pedi que repetisse. Sem considerar minha impaciente intromissão, ela seguiu em sua poética.

Lá em Bagé eu cozinhava
Fazia tudo...
Mas ele tinha propriedade em Jaguarão
Não vou pra Jaguarão
Vou pra Porto Alegre.
Se você não vai eu vou-me embora sozinha
O meu filho mais velho é registrado no nome do pai
Mas ele não quis.

Ele queria ir pra Jaguarão.
Era pobre, ir pra campanha?!
É muito brabo
Não tem serviço.
Ele só fazia serviço de campo.
Vim-me embora pra cá
Sozinha

Arrumei um namorado
Mas não casei!
Não quis me casar, não!
Casar
Pro camarada botar a trouxa na cabeça
Não dar nem tchau?
E eu ter que ir
Buscar
Matar
Parar na cadeia?!

Meus pais eram casados
Se separaram
Nos abandonaram
Éramos quatro irmãos
E nunca mais.
Minha neta casou
Fez um casamento bonito
O camarada botou a trouxa na cabeça
Saiu aí
Não deu nem tchau.

Da neta, enfermeira, que casou e separou, Dona Hilda moveu-se em direção ao neto de 18 anos, “um homem feito”:

Ele é uma pessoa adulta!
Não incomoda
Muito bonito até
Um guri bem branco!
O pai é mulatinho
Pouquinho mais claro que o Beto
Ela é sarará
O guri é branco
Parece filho de alemão
Bem grandão
Ele é um homem feito!
Não vai a lugar nenhum

Não incomoda
 Não causa nenhuma...
 Comprou uma moto
 Aprendeu a andar de moto
 Trabalha meio turno
 Faz faculdade de manhã
 Ele foi fazer a universidade
 Fez o exame
 Mas a universidade é cara
 É muito cara
 O guri tirou o primeiro lugar em tudo!
 Ele faz o serviço de pessoa adulta
 Com muita responsabilidade
 Desde pequenininho
 Ele pegava a vassoura
 Pegava o balde, o pano, rodo
 Ia pro colégio ajudar a limpar

 Quando ele terminar
 Ele vai pra Brasília
 Fazer esse curso que ele quer
 Agora, eu não sei
 Ele queria ir pro Canadá
 Dei risada desse guri
 Ele queria ir pro Canadá
 O Canadá é um lugar muito bonito
 Deve ser né?
 Ele é muito lindo
 Benza Deus
 Ele é muito lindo.

Dona Hilda seguiu no trabalho poético de imaginação da família. Seu filho mais velho, do primeiro e único casamento, estava prestes a completar 70 anos e era sapateiro, “um artista. Ele e a esposa tão aposentados. Tão juntinhos, ainda”. Seu outro neto tocava no “pagode Vibração”. Ela não sabia se o casamento iria durar. “Ela é muito ciumenta... E ele tem que ir seguido a Santa Catarina... Meu pessoal ta lá, minha gente ali da Barão, em Santa Catarina”. Imediatamente fui transportado para a sociabilidade da associação Viva a Vida, da qual Dona Hilda e seu filho participavam pelos últimos quatro anos.

“Eu faço parte ali do Bolsa Família, eles têm reunião de pessoa idosa”, ela prosseguiu. Tomando parte nas atividades do grupo, Dona Hilda teve a oportunidade de conhecer praias e se hospedar em hotéis turísticos. “Tudo ali é de graça. Nem condução se paga. Nem a comida, nem a cama. E o café da manhã é um almoço, precisa ver”, sorriu. “Mas eles não vêm me visitar”, lamentou com o olhar longe, ao contrário de sua família.

Enquanto falava das conversas, danças, cantos e rezas que realizavam na organização, Dona Hilda deixara escapar algo sobre sua trajetória como beneficiária de políticas sociais. “Quando me inscrevi, foram uns papel pro Bolsa Família, mas como eu era aposentada eu não ganhei. A Marília mandou, pensou que eu... não, é aposentada”, concluiu. Beto, o filho, levou-a até a reunião e decidiram mesmo assim convidá-la para participar da associação.

A informação de que Dona Hilda jamais usufruía do Programa Bolsa Família contradizia a trajetória da personagem – criada e reforçada pelos meios de comunicação, por

líderes comunitários, por políticos locais e pela própria senhora – e permaneceu em minha mente por algum tempo. No jogo por vezes ambivalente de palavras que Dona Hilda produzia para suas diferentes audiências, algo se perdera na criação de sua imagem pública. “Eu faço parte ali do Bolsa Família”, “eu não ganhei”, eram retóricas antagônicas ou, ao contrário, eram diferentes camadas de um registro imaginativo em que Dona Hilda se referia, no primeiro caso, às práticas de sociabilidade do grupo e, no segundo, ao benefício propriamente dito? Ao invés de valorizar as contradições entre a vida e a personagem, resolvi privilegiar as diferentes escalas narrativas e temporais que vazavam da literalidade de suas palavras – algo que apenas a etnografia de longo prazo poderia ajudar a captar.

5.3.3 O Último Trabalho, a Última Casa

“Qual é a religião da senhora?”, perguntei.

Católica. Apostólica.
 Eu fiz comunhão.
 Eu nunca entrei no colégio pra estudar
 Mas eu sei ler
 Escrever é um pouquinho
 Eu não me dediquei
 Nunca me importei
 Não sei escrever meu nome
 Mas eu entrei no colégio pra trabalhar
 E aprendi muita coisa boa

Ali que eu terminei de pagar a minha aposentadoria
 Ali foi que eu fui trabalhar de carteira assinada.
 Ela queria que eu trabalhasse de noite
 ‘Se a senhora assinar a minha carteira, eu trabalho de noite’
 Eu voava lá dentro daquele colégio

Eu tinha muita vergonha
 A empregada doméstica é muito humilde
 Entrar com uma bandeja de garrafas de café
 Numa sala com 40 e tantas professoras e diretoras
 Eu quase morria
 Eu quase desmaiava de vergonha
 Mas eu entrava
 Elas iam correndo e diziam assim
 ‘Bah mas tu tem uma funcionária chiquérrima!’

Me tiraram da limpeza
 Eu tinha que ficar cuidando as crianças nas salas de aula
 Os meninos diziam assim
 ‘Tia, tu que é a professora nova que entrou?’
 ‘Sou, lá de limpar o banheiro de vocês!’
 E os gurizinhos davam risada...
 Seis e meia eu saía de casa,
 Dez minutos pra meia-noite, eu voltava.

Naquela época, Dona Hilda imediatamente lembrou, ela morava de frente para a o colégio, próximo à Avenida Bento Gonçalves, em uma casa de um cômodo. “Eu tava sozinha, não vou mais ficar na vila. Numa casa de cômodo a gente tem mais proteção”, defendeu-se. As conexões improváveis que Dona Hilda estabelecia entre suas experiências habitacionais e os eventos significativos de sua trajetória deixavam claro que havia uma simbiose

imaginativa entre a casa como espaço do *self* (Bachelard, 1958) e o nascimento e a evocação de suas memórias.

Pagava aluguel
 Morei dois anos
 De lá que eu fui vim vindo pra cá
 Meu filho é casado e mora aqui
 Eu vim vindo
 Vim vindo
 Achei duas peças
 Daí que eu entrei praí
 Quando vim prali era um barraco
 Não tinha hora
 Não era o governo que mandou arrumar isso daí
 Era um barro
 Tinha que descer com o paninho na mão pra limpar os pés e entrar no ônibus
 A gente tinha que descer
 Era um barranco
 Agora tem calçada e rua
 O negrão que fez
 O Alceu Collares

Tinha um senhor que cuidava direitinho
 Ele até era de Bagé
 Ele era segurança
 Mas depois aconteceu uma coisa muito braba
 Os caras entraram
 Meteram a faca na barriga dele
 A faca quebrou
 Ele atirou
 ‘Se vocês não saírem eu vou atirar de novo’
 ‘De noite nós queremos a tua cabeça’
 Ele tinha uma meninazinha pequena

Tinha muita gente que morava sozinha
 Dois rapazes muito bons, de muito respeito
 ‘Qualquer coisa que acontecer com a senhora’, diziam...
 Iam buscar gás pra mim
 Iam buscar leite quando chovia...
 Tinha um bailezinho com as gurias
 Tudo no respeito!
 Eu ficava quieta no meu canto
 Bem deitada escutando a música
 Eram gurus de muito respeito.

Dona Hilda cumpriu sua promessa e deixou a antiga casa para sua prima. Ela mandou arrumar o esgoto e o banheiro para a nova proprietária.

Eu dei pra ela,
 Deixei tudo.
 Deixei cama, colchão, mesa, cadeiras, fogão
 Até o botijão deixei
 Ela ta tão feliz, coitadinha
 Ela antes ficava na rua
 Toda molhada no inverno.
 Com a trouxinha.
 Ficava nos albergues.
 Não tem emprego fixo
 É um pouquinho descontrolada da cabeça
 Agora ta ganhando o Bolsa Família
 Tão respeitando ela.

Dona Hilda passou a casa em que residia adiante para sua prima num momento em que, segundo ela, os preços das chaves não paravam de subir. Quando entrou, trinta anos atrás, ela pagou R\$ 400. Hoje, “chegam a vender por R\$ 16mil!”, surpreendeu-se a senhora.

“É tudo enjambrado mas não querem sair. Não pagam nada! Não pagam luz, IPTU, nada”. Dona Hilda contou a história de uma senhora que possuía uma “mansão” no bairro Glória – propriedade que alugava –, mas que vivia no morro para evitar despesas. “Quanto ela vai pedir por aquilo ali? Uns R\$ 20mil?”, cogitou. “E dão! E dão!”, prosseguiu. Mas quem compra? – perguntei. “Ora, as pessoas! Todo dia tem gente se mudando. É senhora, família, casal, tem funcionário do Estado. Pessoas que têm propriedade, constroem no morro com tudo, segundo piso, pra vender”. Em seu senso ordinário, Dona Hilda esboçava uma crítica ao modo como o mercado informal de casas perpetuava uma relação desigual de hierarquia entre “proprietários” e pobres sem outras alternativas de “aluguel”.

Aos que sempre preferiram ficar, Dona Hilda por diversas vezes dirigira a pergunta: “Por quê? Por que não vendem e vão morar noutra lugar? Por que ficar lá com a casa cheia d’água?”. Entre os ex-vizinhos e a senhora, crescentemente, uma brecha se abria. A gestação de expectativas e a imaginação de um futuro melhor – um novo horizonte imaginativo – a separavam dos pobres da antiga vizinhança e a situavam entre os mercedores. Dona Hilda estava a caminho da visibilidade como beneficiária modelo do PMCMV.

5.3.4 Uma Pessoa Popular

“A senhora se considera uma pessoa popular?”, perguntei a Dona Hilda. “Eu não. Fico bem quieta”, ela retrucou. “E aqui no condomínio, como que é?”, prossegui. “Ah, aqui todo mundo vem e me abraça... ‘Oi vó, oi vó, oi vó. Me conhecem das reuniões’”, ela acrescentou aos risos. Apesar de gostar de visitas, Dona Hilda as prestava apenas a um seletivo grupo de idosas: “Às vezes vou ali na corcundinha, na olhinho apertado, na outra velhinha lá do fundo...”, resumiu. As lembranças do Codespa transportaram-na de volta ao episódio da carta que, como sabemos, ela recebeu da prefeitura e guardou por 20 anos.

Por isso que a minha ficha era a número 1,
‘Pode botar o nome dela lá que ela não deve nada pra nós’,
‘Quem deve somos nós’.

E foi assim.
E muita gente ia
Muita gente não ia
Muita gente tinha preguiça
Eu não.

Podia chover, vento, sol,
Eu sempre tava lá.
Era jantar aqui
Era jantar lá
Era almoço lá
Tenho tudo as carteirinhas
Pagava tudo.
Tinha gente que não queria pagar dez reais
Eu pagava,
Todos os meses,
O que é dez real, né?

Nas reuniões eu ficava sentadinha,
Olhando o pessoal,

Bem quieta.
 Nem falava
 Tinha jantar, vamos!
 Quanto é o jantar?
 Quinze pila
 Vamos lá!
 Eu não perdia
 Bah, eu ia perder?
 Eu não tinha nada pra fazer
 E passou cinco anos que a gente nem sentiu.

Dona Hilda parecia não se importar com a temporalidade da participação que a transformara em uma personagem emblemática da luta por habitação. Acostumada a ouvir e observar cuidadosamente seu entorno, a senhora por anos viu nos eventos promovidos pelo Codespa uma oportunidade de explorar novos espaços de sociabilidade. A casa própria era apenas a superfície – tornada explícita por políticos e líderes comunitários – de um conjunto de motivações que transportava Dona Hilda, em noites de calor ou chuva, para fora de sua casinha e de sua televisão, em direção aos espaços e tempos das reuniões em que seus novos horizontes imaginativos eram fabricados. Voltei a insistir que falasse de suas impressões sobre quando membros da associação e políticos de ofício passaram a dirigir a atenção para sua trajetória de vida. “A senhora gostava disso? Como a senhora se sentia?”, perguntei.

Não, mas eu falava
 Eu falava...
 Vou contar uma coisa
 Sei que vocês não vão acreditar
 A gente foi no auditório da Brigada votar [*refere-se às plenárias do OP*]
 Lá que fizeram meu cartão do INPS
 Bem bonito o cartão
 Mas eu tava horrorosa, era de noite, escuro, saiu horrível
 Você não tava lá?

Eu me sentei na primeira fila
 Veio uma senhora branca e sentou assim
 Bem na minha frente
 Ela me olhava...
 Pouco antes de eles começarem a votar e botar o papel na urna...
 Ela tava com uma pasta preta e uma bolsa branca
 A mulher me olhava
 Me olhava...

Antes de me chamarem ela saiu
 Veio uma voz e disse assim...
 Aquela voz no meu ouvido!
 ‘Se tu atravessares esse salão, tu vai levar um tiro na cabeça!’
 Eu fiquei inconsciente
 E eles me chamando, eu olhando pra Marília...
 E eles me chamando e eu...
 O cartão pra votar!
 Aquela voz... E era aquela mulher
 Era aquela mulher!

No outro dia de manhã nós ia saindo pra pegar o ônibus
 Subiu uma senhora e disse assim
 ‘Minha filha, vocês não falem nada pra ninguém
 ‘Não abram a boca pra dizer que vocês ganharam
 ‘O pessoal que não ganhou ta tudo com raiva e são capazes até de matar’
 Nem sei quem é,
 Nem quem não é.
 Nunca vi aquela mulher nem mais magra nem mais gorda.
 Era uma mulher branca e subiu pra cima

Eu disse assim:
Então aquilo que eu ouvi lá na reunião tava certo.

Dona Hilda e seu filho decidiram permanecer quietos diante da vizinhança até o dia da mudança. Para ela, a questão que eu levantara sobre sua imagem pública suscitava lembranças sobre o dilema que a ocupara durante aquelas reuniões, em que era convidada a assumir a personagem emblemática da luta do Codespa, mesmo tentando manter o anonimato entre os vizinhos para evitar ameaças ou tensões. Quando Dona Hilda começou a imaginar como seria sua vida longe do morro, ela mencionou a um rapaz que cruzava a rua de sua casa que ela iria “mudar-se para a faixa”. “Ah, eu também vou”, teria debochado o sujeito. “Mas eles não iam na reunião”, ela concluiu. Daquele dia em diante, a velha senhora teve a certeza de que seu projeto de mobilidade, para tornar-se real, precisava ser ocultado de sua vizinhança, pois implicava uma separação dos pobres urbanos sem o mesmo privilégio de usufruir do benefício público.

“Tinha dias que eu não acreditava”, Dona Hilda seguiu, as palavras cadenciadas.

Não sei, acho que não.
Pra ali? Nós pobre?
Meio difícil.
Ali eu acho que só pra rico
Mas eu vou!
Eu vou em frente!
Se eu não ganhar, se eu perder...
Não perde nada!
Eu ia pela folia
Tava lá no meio da conversa,
Dava risada,
Brincava,
Se eu não ganhar eu não perdi nada.
Eu lutei!

Os vizinhos deram-se conta da mudança de vida de Dona Hilda apenas quando viram as malas e o caminhão que faria o transporte de seus pertences. Este fora organizado por Beto e custou-lhes R\$ 20 reais para o traslado da geladeira, da máquina de lavar, de dois colchões e das roupas. No dia seguinte, alguns deles bateram à porta do apartamento. “Vieram ver se eu tava aqui mesmo”, ela sorriu. “Eu tive que rir. Eu disse, eu não tenho nada, nem cadeira pra sentar. Mas vamos tomar um cafezinho. Mas que farra, a manicure veio ver se eu tava aqui de verdade. Eu tive que rir”. Assim como a vizinha de Dona Hilda, outras pessoas fizeram o mesmo no dia que se seguiu à mudança. “Desceu o morro todo”, completou o filho; “vieram, olharam pra gente e riram”. “O Beto tava ali na janela e gritou ‘oi fulano, eu to aqui oh’”, Dona Hilda revelou. “As pessoas não acreditaram. Nem eu acreditava”.

Dona Hilda lembrou com emoção de quando recebeu as chaves das mãos do prefeito municipal. “Tava bonito... Eu ganhei um abraço do prefeito. Um abraço e um beijo. ‘Vou dar um abraço nessa nega véia’”, ela lembrou, os olhos longe. O que ele disse pra senhora?, perguntei. “Que eu fosse feliz”, resumiu, deixando que o silêncio se encarregasse do resto. “E a senhora tá feliz?, prossegui. “Mas e não taria por quê? Agora não ganhei até as cortinas de

graça?”. Dona Hilda contou a história de quando estavam distribuindo cortinas no portão do empreendimento e ela fora uma das contempladas. Falando dos bens da casa, ela lembrou das experiências associadas à aquisição dos objetos através do Cartão Minha Casa Melhor.

Eu não quero mais nada
 Só isso aqui tá bom
 Pra que encher a casa?
 A gente sendo feliz, com qualquer coisa.
 Comer bem,
 Beber bem,
 Dormir bem,
 Esse é que é o importante

A cama ta ali
 Baaaah
 Eu deito pro lado que eu quero
 Pra cá
 Pra lá
 É uma delícia pra dormir
 Antes eu tinha uma cama de solteiro
 Essa é bem grande
 Eu deito atravessado
 Boto o travesseiro lá no canto
 Ela é bem grande e eu sou pequenininha
 Eu me esparramo
 Mas ela ta bem esticadinha, bem estendidinha

Pago tudo direitinho
 Eu sei fazer tudo direitinho
 Eu já guardo todo o dinheirinho
 Já recebo
 Tudo guardadinho
 É tanto pra cá
 Tanto pra lá
 O que sobra é meu
 Não sou gastadora
 É isso aqui
 Comer bem
 Beber bem
 Dormir bem
 Só isso.

A inusitada filosofia de vida que relacionava felicidade, consumo da casa, usos do dinheiro e merecimento deixou-me quieto por algum tempo. Dona Hilda havia finalmente encontrado regozijo na conciliação das expectativas nutridas em torno de sua personagem por políticos, marqueteiros e lideranças, e suas próprias aspirações e desejos na busca por uma vida digna. Edward Fischer escreveu que “striving for the good life involves the arduous work of becoming, of trying to live a life that one deems worthy, becoming the sort of person that one desires” (2014, p. 2; 2006). Na incessante busca pela felicidade (Mathews e Izquierdo, 2008) e pela boa vida de Dona Hilda, ela havia encontrado um ponto de chegada que a apaziguava consigo própria – um lugar para “descansar os ossos” –, e para tanto colocou o aparato político, econômico e afetivo, do qual era parte como figura exemplar, à sua disposição: imersa em uma retórica de merecimento e cidadania, em dispositivos de consumo e em novas redes de sociabilidade que costuravam sua subjetividade.

Trazendo-me de volta à realidade, Dona Hilda cortou a narrativa, virou-se na minha direção e convidou-me para o café da tarde que havia preparado especialmente para a visita. Tirou o microfone de seu vestido e sinalizou que aquelas duas horas de trocas, palavras e experiências haviam chegado ao fim. Em sua imaginação, elas convidavam o antropólogo ao eterno retorno onde vida e personagem se imiscuíam na literalidade de seu pensamento.

Durante a conversa que se seguiu, Dona Hilda agradeceu diversas vezes a Deus por onde estava a esta altura de sua vida, rogando que lhe desse os anos necessários para pagar o apartamento. Sua vida seguia a mesma – frequentando reuniões do Codespa, da associação de idosos e eventualmente viajando para a praia. Perguntei se com as novas facilidades trazidas pela mudança ela poderia aproveitar mais a vida, viajar mais. “Só pra praia. Só se eu *ganhar*. Esses dias eu recebi duas cartas do banco. Mão própria. To concorrendo a um prêmio. Quem sabe, não sei. Pode até ser que Deus olhe pra mim e eu *ganhe*. A minha mão esquerda ta comichando muito”, sorriu. Nitidamente, a sobreposição entre vida e história emprestou a Dona Hilda um horizonte imaginativo em que *ganhar* tornava-se a linguagem do merecimento e era motivo de festas. Quanto às crianças, com as quais começáramos nossa conversa, Dona Hilda acreditava que elas estavam “se doutrinando. Até elas crescer elas mudam”. A senhora também colocou grade de ferro na janela, por conta da “segurança”. “Mas claro! Mas tem que ser no padrão da Caixa, senão não pode”, precaveu. Na saída, o convite ao retorno: “Dia 11 faço 94 anos. Vou fazer aquela tortinha de coco. Não carece presente, to muito velha pra essas coisas. Só quero um abraço das pessoas”.

5.4 – PALAVRAS FINAIS

Deixei o novo apartamento de Dona Hilda com a certeza de que as questões que me haviam feito retornar precisavam ser re-calibradas. Era inócuo perguntar-se sobre os limites, ou até mesmo sobre a origem da personagem que dramatizava o laborioso trabalho por cidadania, encabeçado por Dona Hilda ao longo de sua vida. Ela havia se tornado a própria personagem, capaz de lembrar o passado ou imaginar o futuro segundo suas experiências habitacionais pregressas. Dona Hilda propunha um desafio: entender a sobreposição entre vida e história, narração e experiência, por trás de seus esforços de conexão. Ela pertencia ao próprio fluxo que suas palavras poéticas descreviam com vigor – sua vida tornara-se a substância viva de uma afetação política em que o “sonho da casa própria” e a mobilidade socioeconômica ascendente eram apenas um breve e talvez insignificante elemento.

Ao buscar mais atentamente por peças narrativas que revelam os horizontes imaginativos de Dona Hilda, não descobrimos simplesmente que a etnografia possui ferramentas mágicas que

para revelar a trama que prega a emergência de novas subjetividades de “classe média”.

Como antropólogos, estamos talvez mais intimamente implicados no trabalho de afetação que as tecnologias de intervenção produzem com seus sujeitos-alvo – seja como seus produtores ativos ou como audiência desses discursos no modo como ressoam em nossos colaboradores de pesquisa. Justapondo as histórias contadas por Dona Hilda em reuniões e eventos, suas interações com políticos e líderes comunitários, a reconstrução pública dessas narrativas por meios de comunicação e, finalmente, minhas próprias experiências ao longo de anos com esses materiais e com a própria senhora, foi possível descortinar o trabalho de imaginação moral que a levou à visibilidade política, ao desejo por cidadania, à inserção na sociedade de consumo, à recriação do passado e à abertura de um novo futuro de possibilidades. Em seu conjunto, a etnografia das dobras e interrupções dessa trajetória transcendeu o olhar de economistas, políticos, marqueteiros e líderes comunitários sobre a mobilidade e permitiu contar o outro lado – complexo, ambivalente e efêmero – da história desse “Novo Brasil” em transformação da década de 2000.

Nesse jogo não claramente marcado, qual a margem de manobra de Dona Hilda? Qual “parte” de Dona Hilda considerava-se de fato pobre e qual outra “parte” manipulava o repertório de categorias pelas quais o Estado tradicionalmente a demarcara? Esta é menos, como tentei mostrar, uma questão de buscar por sua agência do que engajar-se com uma etnografia sensorial dos horizontes imaginativos que perfazem a criação dessa personagem pública. A etnografia revelou as tensões e complexidades subjetivas deixadas de lado, ocultadas, abnegadas, descartadas ou simplesmente ignoradas na produção do *spiel* da “nova classe média” que esteve na origem do trabalho por cidadania de Dona Hilda. Com isso, ela abriu buracos e complexificou essas narrativas dominantes que, ao afirmarem o testemunho coletivamente produzido da personagem, dizem firmar como naturais as palavras da pessoa. Com isso, também, a etnografia permitiu captar as outras dimensões envolvidas na mobilidade ascendente – aquilo que realmente importa do ponto de vista dessa subjetividade em transformação – mostrando como a re-imaginação do passado levou a aberturas e fechamentos de um futuro nunca antes imaginado.

Em seu conjunto, esses movimentos etnográfico-teóricos apontaram não apenas para as pessoas por trás dos números, das histórias e dos personagens, mas exploraram também como essa plasticidade improvável pode ajudar a apreender sistemas mais amplos em colapso ou efervescência (Biehl, 2013b). Mergulhando na imanência dessa pluralidade vital que a etnografia em sua tessitura criativa resgata, foi possível apontar evidências contra-intuitivas que debatem o real impacto de políticas públicas como o PMCMV embutidas nas visões das pessoas delas próprias e do mundo à sua volta.

Reivindicando uma chance em vida, Dona Hilda, por meio das palavras poeticamente orquestradas, mostrou os limites da própria palavra, do conceito, da identificação, da literalidade. Aqui, ouvir significa ir além da literalidade para perguntar-se sobre as pessoas, sua plasticidade, e menos sobre a categoria. Significa reconhecer que o conceito é, ele próprio, parte de uma imaginação política e normativa – do Brasil, de Dona Hilda, do PMCMV –, mas que pouco reflete o trabalho diário de cidadania e conexão, em múltiplas escalas de tempo e lugar, que pessoas como ela cristalizaram. Quando, certa vez, perguntei a ela se acreditava ter mudado de classe social, ela não teve dúvidas em concordar. Sua vida havia melhorado sensivelmente com a posse do novo apartamento e dos bens adquiridos para casa. Considerava-se ela, entretanto, pertencente a uma “nova classe média” brasileira? De modo algum; a rejeição, contudo, dizia menos sobre os limites de uma política identitária do que, simplesmente, apontava para o fato de que Dona Hilda “não liga para essas coisas”. Para o antropólogo, ela sinalizava que a conexão a ser buscada residia, antes, na *afetação* produzida entre políticas públicas e subjetividades em rearranjo.

A justaposição de vida e personagem é também uma metáfora do caráter irrevogavelmente conectado entre horizontes imaginativos e políticas sociais. Na amálgama de trajetórias econômicas, cidadãs, científicas e comunitárias em que se produziu essa espécie de segunda natureza, Dona Hilda começou a atualizar sua dignidade e seus desejos, até então uma possibilidade improvável. Seus *becomings* – seus movimentos em vida – foram um constante convite para deixar a invisibilidade a que estava destinada como pobre urbana, em busca de reconhecimento social, cuidado e valor político.

Na última parte da tese, atravessaremos as tessituras de outras vidas em rearranjo para documentar como a casa própria, seu consumo e a formação de novas subjetividades políticas se tornaram figuras de sentido para pensar o lugar da mobilidade econômica no Brasil recente. Mergulhando nas trajetórias de pessoas como Dona Hilda, descreveremos os dilemas e as aberturas e fechamentos de devires políticos, econômicos e afetivos, à medida que as pessoas se apropriaram dos efeitos espaciais e simbólicos da política habitacional.

PARTE III

Consumo

6. O CONSUMO DA CASA

*É a única casa que ele conhece como sendo dele
É o espaço dele
5,40m por 5,40m
Tinha um banheiro
Tinha uma cozinha
Tinha uma sala
Tinha um dormitório
Todo mundo dividia o mesmo espaço
Tinha um pátio grande
A casa não tinha muita estrutura
Uma casa de madeira
Ela foi deteriorando, deteriorando...*

Elisa, mãe de João

João é um menino alto, de vinte anos, um tanto magro, negro e de poucas palavras, que conheci em janeiro de 2015. Sua mãe Elisa me recebeu em seu novo apartamento, no Residencial Bento Gonçalves, enquanto ele circulava entre seu quarto e a sala, mostrava-me seus desenhos grampeados em um calhamaço de cores e formas, apontava para eles, olhava ao seu redor com os olhos fosforescentes, e desaparecia em meio a seu próprio movimento. “Casa! Casa! Casa!”, exclamou, antes de deixar-nos.

João é autista e tem na figura da casa seu porto seguro. Sempre morou no alto do Morro da Cruz, mas mudou-se com seu pai e sua mãe para o condomínio em setembro de 2014. Passada uma semana da transferência, o casebre improvisado com lonas de caminhão penduradas sobre estacas que faziam as vezes de telhado finalmente desabou com a chegada de um temporal. “Casa! Casa! Casa!”, João insistia assim que deixava a escola. Durante o primeiro mês após a transferência, João precisou ser levado por seu pai até o morro para visitar os escombros. “Ele observava, contemplava... Pulava o muro de dois metros, entrava no que restou da casa”, Elisa confessou. O pai, então, fitava o menino nos olhos e dizia: “Viu? Não tem mais nada aí. Vamos embora?”. Sem dizer palavra, João o acompanhava, até que certo dia deixou de pedir pela casa. “Mas ainda tem alguma coisa que ta incomodando ele”, revelou a mãe.

No Residencial Bento Gonçalves, João foi exposto a outros objetos que o ajudariam a fazer a passagem para a nova casa e que sinalizavam, ao mesmo tempo, sua incorporação a

uma sociedade de consumo. Sentado na frente do computador pessoal conectado à internet banda larga, em seu quarto privado equipado com a TV que a família trouxera da casa antiga, João agora dava pouca importância aos seus desenhos. Apontava-os sem paciência, apenas para voltar correndo ao quarto e bater a porta. “É o canto dele”, a mãe continuou. “O espaço. O lugar em que ele mais fica. Onde ele se movimenta e sabe onde está. Virar prum lado, virar pro outro. Saber todos os cantinhos. É isso que ele sente falta”. Virando o olhar para o outro lado, ela arrematou: “Aqui ele ta construindo. Aos pouquinhos. Ele gosta daqui”.

Nos capítulos anteriores, observamos como a mobilidade econômica recente foi agenciada por economistas, marqueteiros, líderes comunitários e cidadãos desejantes, situados em escalas variáveis de poder, lugar e tempo. Neste capítulo, exploro como a abertura de horizontes imaginativos de futuro (Crapanzano, 2004) se articula à apropriação e ao consumo da casa própria. Constituindo o objeto de uma política pública, argumento que ela se torna o artefato para a concepção de materialidades políticas que atravessam, como uma teia densa de nódulos e conexões, a invenção de espaços subjetivos de imaginação, expectativas e desejos.

Como um conjunto de práticas materiais, simbólicas e vitais, a figura da casa esteve no centro de diferentes abordagens. De um lado, ela se constituiu em unidade política de governamentalidade (Foucault, 1979): na segunda seção deste capítulo veremos, por exemplo, que um dos objetivos do PMCMV foi projetar e ajustar o espaço social do domicílio a noções idealizadas e nucleares de família. Unidade mínima de intervenção, a casa é, nessa abordagem, uma espécie de espelho da estrutura social. Não é por outra razão que, como vimos no capítulo 1, os principais *surveys* nacionais – e usualmente também tidos como os mais confiáveis – são baseados em amostras de domicílio, a PNAD constituindo seu exemplo paradigmático.

De outro lado, a casa é também tida como a expressão material de cosmologias. Lévi-Strauss, por exemplo, no conceito de “société à maison” (1986; Gordon, 1996), associava-a a um tipo específico de organização social e a descrição de suas formas implicava tornar inteligível os princípios estruturais da sociedade. Carsten e Hugh-Jones (1995) expandiram essa perspectiva, sugerindo que “the house is an extension of the person; e que “moving in ordered space, the body ‘reads’ the house which serves as a mnemonic for the embodied person. Through habit and inhabiting, each person builds up a practical mastery of the fundamental schemes of their culture” (p. 2). A antropologia proposta por esses autores demandava uma visão holística da casa em suas dimensões arquitetônicas, simbólicas e sociais – tal qual o estudo clássico de Bourdieu (2006) sobre a casa Kabila e a interação dialética entre corpo e espaço doméstico.

Em linha com esses estudos, argumento por uma noção total e processual de casa – simultaneamente um constructo político, econômico, simbólico e afetivo em fluxo (Bourdieu, 2001; Cieraad, 2006; Lane, 2007; Miller, 2001; 2005; 2009; Kent, 1990; Oliver, 2007; Rapoport, 1969). Interpreto os investimentos econômicos e temporais realizados por beneficiários do Codespa na apropriação e consumo da casa como parte da formação de um coletivo desejante que, como vimos na parte dois desta tese, estruturou-se em torno de uma comunidade modelo em busca de mobilidade ascendente. Ao projetar-se como uma grande família, o Codespa consolidou a figura da casa como o espelho da unidade familiar; cada apartamento contava uma história de coesão, integração, e emergência como um artefato capaz de resistir à desagregação e dispersão (Douglas, 1991). A casa, enfim, materializava uma relação porosa e dinâmica entre os espaços familiares do condomínio e os espaços públicos da política comunitária e local.

Neste capítulo, estou interessado na reconstituição etnográfica dos nexos entre o espaço construído, suas materialidades políticas e vitais, e a construção de espaços subjetivos de imaginação e mobilidade social. Encontrando-se com o território e a infraestrutura da cidade, os beneficiários de políticas habitacionais esculpem uma relação de troca e transbordamento entre formas sociais *in-the-making* – os devires, sonhos e expectativas – e objetos inanimados. Com isso, afasto-me de abordagens arquitetônicas da casa que separam sua concepção (vista como pura forma técnica) de sua construção (vista como a aplicação mecânica da forma em matéria)²⁰⁰.

Seguindo um argumento feito por Ingold (2011, p. 211; 2012), sugiro que se trata menos de uma relação acabada de agência do sujeito sobre o objeto, mas de uma ontologia que captura a “textilidade” – o que tenho chamado, ao longo da tese, de “textura” e “granulosidade” – de formação, fluxo e transformação de materiais e suas linhas de fuga (Deleuze, 2006; Gordillo, 2014; Bessire, 2013). Diferente deste autor, contudo, para quem apenas praticantes (construtores, jardineiros, cozinheiros, etc.) transformam materiais, considero os beneficiários da casa própria agentes privilegiados da produção de sentido através do espaço construído e das materialidades políticas que povoam a casa. Por meio da apropriação, do uso criativo, do cuidado e da manutenção, as pessoas imprimem suas marcas não sobre, mas em sinergia com a casa. Como um permanente *work in progress*, ela se torna um nexo processual, uma malha porosa e uma janela empírica para explorar realidades políticas, econômicas, interpessoais e afetivas em fluxo.

²⁰⁰ Como sugeriu Matisse Enzer, um construtor com longa experiência no trabalho com arquitetos, “the separation of design from making has resulted in a built environment that has no ‘flow’ to it. You simply cannot design an improvisation or an adaptation. It’s dead” (citado por Brand, 1994, p. 64).

No Brasil recente da mobilidade e das políticas públicas, essa relação simbiótica entre os fluxos de coisas e os devires das pessoas depende da participação destas na sociedade de consumo e na economia do crédito. Em junho de 2013, o governo federal lançou o Programa Minha Casa Melhor – na verdade, uma linha de crédito pré-aprovada de R\$ 5mil a juros reduzidos de 5% ao ano destinada aos beneficiários do PMCMV para a compra de eletrodomésticos e móveis para os novos apartamentos²⁰¹. Como veremos, muitas pessoas com quem conversei utilizaram-se desse instrumento de crédito para o custeio das despesas da mudança, aliado a outras formas de pagamento. Para entender esses processos, a sociologia econômica de Viviana Zelizer (1994) nos oferece uma porta de entrada para a marcação social do dinheiro. Como mostrou Clara Han (2011), nas relações cotidianas das pessoas com os novos objetos adquiridos pelo *boom* dos instrumentos de crédito, o consumo torna-se uma balança entre a demarcação de status e distinção (Bourdieu, 1984; Livingsgton, 2009) e a performance de “gestures of care” e “[affective] relations in the hope of rendering something new in them” (p. 9).

Na esteira dessas abordagens, portanto, interpreto a casa e seus objetos como condutores de uma afetação vital (Navaro-Yashin, 2012) que: a) revela camadas de governamentalidade sobre as unidades domésticas; b) expressa uma cosmologia coletiva de habitar, com mediações porosas entre o apartamento, o condomínio e espaços públicos; c) acumula transformações materiais e criativas; d) abre novos horizontes imaginativos e possibilidades indeterminadas de futuro, de outro modo improváveis. Nas páginas que seguem, sigo esses fluxos de materiais vitais e suas contínuas associações a projetos de vida, expectativas e desejos em construção.

6.1 – “A MINHA HISTÓRIA É UM LIVRO”

“Quando eu nasci a minha mãe por algum motivo achou que não deveria ficar comigo, então ela me vendeu pra outra pessoa que queria muito um filho”, continuou Elisa naquela tarde de janeiro de 2015. Ela tinha nove anos quando seu pai de registro, que já era idoso quando ela foi adotada, veio a falecer. “Daí essa minha mãe não me quis mais e me passou pra outra pessoa que era a minha madrinha”, seguiu. Essa senhora criou-a até os 18 anos, quando Elisa decidiu sair de casa, engravidou e, com menos de 20 anos, concebeu seu filho João.

²⁰¹ O Programa durou cerca de um ano e meio e foi interrompido no início de 2015, devido à falta de recursos para custear os financiamentos. Até ali, o governo havia contabilizado R\$ 2,92 bilhões em empréstimos – muito abaixo da previsão inicial, de R\$ 18,7 bilhões –, para 640mil famílias. De início, o governo havia repassado R\$ 8 bilhões para a CEF, R\$ 5 bi para custos administrativos e e capitalização do banco e R\$ 3 bi para custear os financiamentos.

Elisa sempre estudou em colégio particular. Desde cedo, seu pai – que não sabia ler – decidira que assim era melhor, dadas as greves de amplas proporções que, no fim da década de 1980, eram corriqueiras no sistema público de ensino. Ela se considerava sortuda por sempre ter conseguido bolsas de estudos para escolas que, de outro modo, estariam fora de sua alçada de possibilidades. A formatura no ensino médio como técnica em contabilidade no Murialdo representou o fim do ciclo de estudos.

Elisa sempre morou no Partenon – “eu nunca deixei a comunidade”, ressaltou. Tão logo concluiu os estudos, ela engajou-se no trabalho em creches comunitárias. Um ano depois, João nasceu. “Eu tinha só 19 anos”, Elisa prosseguiu. Aos dois anos de idade, os colegas de creche perceberam que o filho tinha “atitudes diferentes, não acompanhava os outros bebês. Por que ele não fala? Por que ele não se comporta como as outras crianças?”. O médico sugeriu dar-lhe algum tempo para o desenvolvimento das aptidões.

“Até que a gente teve a resposta”, Elisa continuou. “O João é autista”. Com a notícia, iniciou-se uma nova rotina, uma “nova caminhada”, como salientou. O menino agora precisava frequentar uma escola especial e tomar parte em atividades como fonoaudiologia, consultas psicológicas, terapia ocupacional, natação, e assim por diante. A partir daquele momento, por incentivo dos médicos, Elisa passou a buscar outras ocupações para si: “Eu não posso trabalhar porque eu tenho que ficar com o João, então alguma coisa eu vou fazer. É bom pra mim, bom pra minha cabeça, bom pra minha família”.

6.1.1 Imaginando Novos Futuros

“Eu sempre fui muito inconformada”, continuou a mãe de João. Em dois anos ela concluiu o curso de magistério e se formou em 2002. “Meu sonho mesmo era fazer uma faculdade, mas em 2004, 2005 nem se pensava nisso, o ProUni e o Enem tavam recém nascendo”, acrescentou. Elisa então ingressou numa associação de 162 educadores populares que, por anos, “lutaram” para conseguir bolsas de estudo por meio do ProUni²⁰² para a PUCRS. Elas foram divididas em duas turmas, uma voltada à educação infantil e a outra ao ensino fundamental. “O dia da formatura foi o dia mais feliz da minha vida, eu fui oradora, foi inesquecível”, comentou emocionada. Elisa e suas colegas seguiram encontrando-se e monitorando mutuamente suas conquistas: “Algumas trabalham em escolas infantis, algumas fizeram concurso, outras tão de monitoras na prefeitura. A maioria maciça trabalha nas escolas nas periferias. Não sei, ta no sangue. A gente ajuda uma a outra a crescer, ajudando a comunidade a crescer”. Na fala de Elisa, era preciso qualificar-se para estar preparada para quando viesse uma “boa oportunidade” de trabalho. Sua intenção era deixar

²⁰² Criado em 2004, o Programa Universidade para Todos, do Ministério da Educação, oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior a estudantes oriundos da rede pública.

João aos cuidados de seu marido assim que um emprego com boa remuneração em sua área aparecesse. Para ela, era necessário colocar-se em movimento, na busca ativa de uma imaginação do futuro cujo dever-ser dependia exclusivamente de seu próprio empenho no presente.

Daí foi onde tudo começou. Eu preciso estudar, eu preciso me preparar pro futuro. Até porque eu almejava trabalhar na prefeitura de Porto Alegre. No ano passado eu fiz o concurso e fui chamada. Vai fazer um ano agora em abril que eu sou profe. Conforme a gente vai trilhando, vai caminhando, as coisas vão aparecendo. Quando tu fica aqui, to esperando, não chega nunca, não vai chegar. Tu não ta indo ao encontro de nada!

Em sua narrativa, essa disposição militante estava intimamente articulada à experiência comunitária e à possibilidade de crescer na própria carreira, mantendo-se fiel ao grupo de origem. “Quando as pessoas entram nas creches comunitárias pra trabalhar elas entram sem ter condições, sem ter um curso, nada. Depois dali é que elas vão se qualificando. Aconteceu comigo. Eu fiz auxiliar de berçário, aí busquei o magistério, a educação infantil, a pedagogia, pra poder continuar trabalhando nas creches”, concluiu. Morar e trabalhar na comunidade eram, para Elisa, definidos em uma linguagem de reciprocidade em que as crianças atendidas tornavam-se seus próprios “netos”. De fato, morar e trabalhar constituíam duas faces de uma mesma moeda, a tal ponto que a narrativa profissional era contada através da trajetória habitacional:

Eu fiz questão que meu estágio fosse em escola comunitária, no São Guilherme. Eu sempre morei aqui, nasci na Primeiro de Setembro, depois morei na Santo Alfredo, bem ali onde era o Guarani, onde se fazia as reuniões. Depois que eu saí de casa e ‘casei’, fui morar no Morro da Cruz, era lá no fim da linha. Morei lá quinze anos. Até eu vir pra cá. A casa era da minha cunhada, ela comprou, nos vendeu e a gente ficou. Uma casa pré-fabricada, um terreno numa área verde, como se chama hoje em dia.

Elisa se inscreveu no Codespa na busca pela casa própria a convite de uma colega de faculdade com quem se formara no mesmo ano. “Ta acontecendo reuniões, é assim e assim, eu sei que tu vai querer e que tu precisa”, ela lhe disse. Por muito tempo, ela debateu-se entre a possibilidade de construir sua própria casa no alto do morro ou mudar-se de vez para o asfalto. A tensão não era apenas instigada por cálculos financeiros; ela se referia a universos discrepantes que tinham no modo de habitar seu ancoradouro distintivo. “Apesar de ter a vista maravilhosa de praticamente todo o Guaíba, não tinha condições, não tinha saneamento básico, nada. Ônibus era uma tortura, morava no fim da linha”. Elisa explicou que a intenção de quem decidia permanecer e construir sua casa no morro era muitas vezes a mesma que a sua: melhorar de vida. “As pessoas vão morar lá pra fugir do aluguel, pra tentar pagar uma faculdade, melhorar, ter um bom emprego e a partir dali melhorar de vida”, acrescentou.

Por conta do terreno acidentado e da construção irregular de casas, umas sobre as outras, as infiltrações de água – uma constante em dias de chuva – estendiam-se sobre todo o complexo. Essa experiência suscitou uma rede de ajudas mútuas que estendeu a ideia de

moradia para além das paredes físicas de cada casa, ressignificando a casa como figura de sentido que emerge através de um conglomerado ou agregado de famílias. Louis Marcelin (1999; 2015), ao desenvolver o conceito de “configuração de casas”, argumentou que “the house only exists as part of a network of households, thought and lived in interrelations with other houses that partake its production – in the symbolic and concrete sense”. Aqui, a interrelação das casas que constituíam o espaço agregado do antigo local de moradia de Elisa provou-se a materialização de um espaço social, moral e afetivo em que ela entreteceu seu comprometimento com o ideário local de comunidade.

A construção de um muro de dois metros de altura, que evitava que João saísse de casa desavisadamente, foi o único investimento realizado pela família naquela residência. Como eu já havia ouvido de Dona Hilda, poucos residentes decidiam realizar modificações em seus espaços, apesar da precariedade em que viviam. “Agora que tão tentando construir isso com a comunidade, mas ainda as pessoas não acreditam que vai dar em alguma coisa”, relatou. Na rotina de agruras e abandono social em que vidas eram costuradas, não havia espaço para uma imaginação (alternativa) do futuro.

Para Elisa, as conquistas em vida – que incluíam as bolsas de estudo, os colégios de seu filho, e as melhorias infraestruturais – dependiam de uma disposição ativista e militante para a qual era preciso colocar-se em movimento – mobilizar-se e “lutar”, numa “caminhada”, num “processo”. É nesse contexto que a busca pela casa própria, no asfalto, emergiu como o resultado de uma experiência de militância, encabeçada pelo Codespa e levada a cabo por pessoas como ela. “Eu sempre acreditei que ia dar certo. Eu conhecia a Marília como líder comunitária há anos, sabia que ela teria a energia e postura para se impor”. Assim como Elisa educara seu filho João e o ensinara, apesar da doença, que “não é não”, assim também ela avaliava a capacidade de Marília em conduzir a luta coletiva pela habitação na imagem da “mulher com pulso firme”. O dia do sorteio foi, para ela, a consolidação dessa “caminhada”: “Foi incrível. Eu nunca fui sorteada pra nada no mundo. E fui a primeira a ser sorteada pra escolher o apartamento”.

Ao optar pelo deslocamento para o Residencial Bento Gonçalves, do morro ao asfalto, Elisa também apostou numa outra relação subjetiva com o espaço da casa e seu entorno. No novo condomínio, Elisa não tem intimidade com muitos vizinhos. Meses depois da transferência, ela havia visitado apenas duas conhecidas, e mesmo assim apenas por alguns minutos. Era na frequência às reuniões do Codespa que Elisa reformulava a experiência comunitária que marcara sua trajetória até ali: “A associação não deixa de ser uma família. Aqui a impressão que a gente tem é que a gente cuidou mais. A gente construiu junto”.

Nesse deslocamento subjetivo, Elisa tornara-se também uma árdua crítica do Trabalho Técnico-Social. “Era quase um professor do ensino médio dando aula pro berçário. Ele tem o conhecimento, mas não pra atingir aquele público”. E seguiu: “Alguém como a Marília é essencial. Tem que ser uma pessoa da comunidade. Tu tem que falar o idioma que eles falam. Muito carinho, muita coisinha não vai dar certo. Tu tem que falar sério”. Outro dia, ela seguiu num exemplo, o avô de João viera visitá-los no condomínio; imediatamente, Marília perguntou-lhe quem era e se ela o conhecia. “É mais um membro da família que ela conhece. Aqui nós somos uma grande família. Eu quero estar por dentro da situação”, concluiu.

Com o acompanhamento de longa duração do Codespa, que lhes ensinara a como “tratar o lixo, como cuidar do teu apartamento e das áreas coletivas, como não fazer barulho”, era possível confiar no vizinho mesmo sem conhecê-lo. É com base nessa experiência coletiva de construção da habitação que ela formulava sua crítica assim que ouvia e lia sobre os casos de abandono e vandalismo de condomínios do PMCMV em outras partes de Porto Alegre: “Anteontem eu vi o programa Conversas Cruzadas que falava dos problemas que vem tendo em outros condomínios do PMCMV. Eu escrevi um e-mail dizendo do quanto é importante ter um associação”. No engajamento ativo pela casa própria, Elisa deslocava visões hegemônicas sobre o programa a partir de sua própria experiência de militância.

6.1.2 Buscas por Conexão, Mundos Internos Expostos

“Quando nós viemos para cá, o João louqueou de vez. Espiroqueou, gritou, berrou, não queria vir”, continuou Elisa. O menino era um assíduo frequentador das reuniões do Codespa; muitos sócios sabiam de sua condição, mas, mesmo assim, olharam assustados quando viram suas crises se tornarem mais intensas, já nas primeiras semanas no residencial. “É como se ele tivesse quatro, cinco anos. Ele grita, grita, grita. O prédio todo ouve”, seguiu a mãe.

Na fenomenologia do ordinário, encontrei nas palavras de Gaston Bachelard (1958), que escreveu que a casa é uma “topography of our intimate being”, uma aproximação com a história de João. Na condição de autista, sua experiência revelava uma versão intensificada e condensada do papel da casa na nova vida dos beneficiários. Como “a body of images that give mankind proofs or illusions of stability”, a casa tornou-se um imaginário fantasmático que hospeda expectativas e ideais à medida que as pessoas conduzem suas vidas, inevitavelmente complexas.

No novo apartamento, João sentia-se desnorreado; sua tentativa de reconectar-se ao mundo por meio da familiarização da casa lembrou-me as palavras de Freud sobre o *unheimlich* (em inglês, *uncanny*), “that class of the terrifying which leads back to something

long known to us, once very familiar”. Como escreveu Freud, o *unheimlich* é o “estranhamente familiar”; portanto, uma subespécie de seu oposto, o *heimlich*. No processo de adaptação, João novamente encapsulava pulsões subjetivas pelos quais os beneficiários tornavam-se mercedores da casa própria e arquetetavam sua ascensão social.

João se relacionava com o mundo à sua volta por meio de objetos – a casa constituindo-se na materialidade por excelência. Suas representações em desenho, de fato, acentuavam o caráter repetitivo do aprendizado que o conectava à imanência do tempo presente: a casa, o computador, o ônibus, o sol eram temas recorrentes. A mudança para o residencial foi mediada por uma reconstrução desses instrumentos. “Ele não queria sair lá de cima, desconstruir todas as coisas dele”, Elisa prosseguiu. “Ele tinha muita coisinha, nós colocamos algumas fora e outras eu trouxe. Ficou bem difícil de lidar com ele”. Ainda nos primeiros dias, João rasgou um livro e o atirou pela janela. “Eu falei pra ele: João, não, não, não! Peguei e joguei duas coisas que ele gostava fora. Viu como dói? Não é pra fazer”. No dia seguinte, vizinhos alertaram Elisa assim que ela entrou pelo portão do residencial de que João estava procurando por seus objetos na lixeira coletiva do prédio. “Eu e a Isabel pensamos em ir ver se tu precisava de ajuda”, uma delas teria indagado. “É a preocupação das pessoas de que ele vai por fogo no prédio. Mas ele ta sofrendo, ele é autista”, concluiu Elisa, com o olhar longe.

A mudança para o residencial ocorreu já no primeiro fim de semana após a cerimônia de entrega das chaves. “Chovia horrores. Foi o primeiro dia. Foi um domingo. Eu disse pra Berenice, eu tenho que sair daquela casa antes que caia na minha cabeça. A gente veio. Trouxe todas as coisas. E ele não saiu de lá”, seguiu a mãe de João em sua narrativa. Enquanto o pai trazia a mudança, Elisa resolvera ficar com o menino. Era tarde da noite, e ela prosseguia na tentativa de convencê-lo: “Chovia dentro, eu dizia, ‘João, não tem mais nada aqui, olha, ta caindo’”. Às 10h30min, João balbuciou “apapamento”. Durante o mês seguinte, ele buscou diariamente o contato com o lugar antigo. Seu pai o levava após a escola e observava João pular o muro, tentar romper o cadeado, sentar em um canto, e escrever, escrever. “Tem aquela questão da repetição”, continuou Elisa. “Ele escrevia, escrevia, escrevia, desenhava, desenhava, desenhava...”.

Em breve, João deveria enfrentar um novo desafio: sua mãe estava planejando colocá-lo em outra escola, em função do limite de idade, de 21 anos. “Ele gosta muito dessa onde ele ta; pega o caderno, escreve no quadro, essa coisa tradicional”. Elisa já se preocupava com as possíveis consequências emocionais oriundas da despedida. “Nem conversei com ele nem vou conversar. Vai ser uma coisa do tipo, dá tchau pra todo mundo, beijo, e segue o caminho”. Até o dia de nossa conversa, ela comentou, João seguia buscando na internet a primeira escola onde permanecera até os sete anos de idade. “O vínculo que ele constrói é muito forte”.

Com a mudança para o residencial, João passou a dispor de uma nova tecnologia: internet banda larga, implementada junto com a TV a cabo – um serviço antes impossível de ser instalado devido à falta de endereço residencial. Enquanto morava na antiga casa, ele precisava usar pacotes limitados de dados em um modem 3G conectado no computador da mãe. “Internet! Internet! Internet!”, ele gritava assim que gastava os megabytes disponíveis. “Quando instalaram a NET²⁰³ aqui ele queria continuar usando o modem. ‘João, agora não precisa’. Então tem essa dificuldade. Ele não quer mudar. Ele acha que é aquilo”, arrematou a mãe.

João também ficou empertigado com a antiga TV que assistia diariamente. “Eu coloquei a TV no meu quarto pro rapaz instalar a NET”, comentou Elisa. João, por outro lado, queria a televisão em seu quarto. “Televisão! Televisão! Televisão!”, ele gritava na direção do aparelho. Sua mãe viu-se então na iminência de comprar um dispositivo semelhante e, mesmo assim, foi obrigada a transportar a televisão antiga para o quarto de João. “Ele gostou daquela situação de ter a televisão e o computador ali. Ele sabe que a vida dele melhorou. Isso também ajuda na adaptação”, comentou.

A falta de imaginação prospectiva ou criativa alinhavava-se, para Elisa, à falta de desejo. “Hoje eu olhei pro computador dele e tava aquele monte de bunda com fio dental. Ele tinha buscado ‘fio dental’. Eu escrevi ‘fio dental para dentes’. Ele olhou, sentou e ficou navegando. Era o que ele tava buscando”, concluiu a mãe. As vinhetas de canais de televisão eram outro tópico recorrente de busca; “por algum motivo ele vai lá e fica ouvindo. Mas é só a da Globo”. Nesse processo, Elisa descreveu seu papel a partir de um raciocínio dedutivo: “Vou lá e me intrometo. Ele não fala, não diz pra ninguém. Eu preciso *pescar*. Ele ta sempre atento às coisas do dia-a-dia”, acrescentou. Enquanto organizava ativamente a rotina de seu filho, Elisa agenciava os espaços possíveis de desejo que conectavam João ao seu entorno.

Na mudança para o apartamento, a família não aproveitou nenhum utensílio doméstico da antiga casa. Elisa não chegou a usar os benefícios do Cartão Minha Casa Melhor, por considerá-los muito limitados. “Eu peguei um empréstimo e fiz tudo que eu queria. Eu achei mais prático. Eu podia comprar tudo pela internet. Saiu mais barato”, ela comentou. Em sua narrativa, a mãe de João revelou certa intimidade na circulação pelo universo de compras *online*, onde tinha a oportunidade de ter acesso e exercer mais plenamente as escolhas que a caracterizavam como consumidora da casa própria. Na escolha dos móveis, ela novamente tomou a frente: “Aqui a democracia impera, eu vou lá, escolho e pronto”, disse aos risos. “Não sou de grandes... Não quero móveis planejados. Eu quero ter uma mesa pra eu sentar, um sofá pra eu me atirar, uma televisão pra eu assistir e pronto. É

²⁰³ Trata-se de uma empresa de atuação nacional que oferece serviços integrados de TV a cabo, telefonia fixa e internet.

muito rápido”. Nas compras virtuais a crédito, ela provava mais uma vez que a economia da dívida abria não apenas um espaço indeterminado para a conservação de laços sociais através da imaginação da casa, como era ela também que garantia a experiência autônoma e protagonista de tornar-se consumidor.

A aquisição do apartamento permitiu a Elisa exercer uma narrativa de posse, de apropriação e de escolha diante de um leque variado de opções que passavam pelo espaço do mercado. No asfalto, ela tinha acesso a um número maior de linhas de ônibus que rapidamente a deixavam em qualquer lugar de Porto Alegre. Seu campo de movimentações pelo tecido urbano – e sua agência para dizer e fazer coisas – haviam se expandido significativamente. “Aqui eu tenho várias opções. É tudo mais fácil”, concluiu. Como consumidora, avaliava como boa a qualidade da construção do apartamento, embora já tivesse solicitado à construtora reparos no piso e vazamentos no banheiro.

A posse dos bens inerentes à nova casa, mesmo que através de uma economia do crédito, só tornou-se palpável através de um planejamento familiar que incluía o cálculo preciso da renda doméstica. Elisa foi contratada como professora municipal poucos meses antes de mudarem-se para o Residencial Bento Gonçalves – o que os colocou em uma situação financeira mais confortável, acima do limite superior de corte da faixa 1 do PMCMV, de R\$ 1600. No tempo de nossa conversa, era seu marido quem cuida de João, em casa. Na época, ele estava desempregado e, por algum tempo, tiveram de viver com o salário mínimo que João recebia do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas)²⁰⁴. “Nós sobrevivíamos com mil reais e sabíamos que teria que começar a pagar condomínio, luz, água, contas que lá em cima eu não pagava. Lá a gente comprava basicamente comida e uma roupa aqui e ali”, comentou. “Numa reunião o rapaz falou da inadimplência, eu pensei ‘podia ser eu’. Eu compro um quilo de feijão ou pago a luz? Esse dilema já aconteceu com a gente. A gente vai comprar comida”. E arrematou: “Para viver aqui ter pelo menos uma renda é importante”.

Para Elisa, nem todas as pessoas estavam igualmente preparadas para assumirem as despesas e a rotina de formalização e visibilidade que o condomínio demandava de seus moradores. “Aqui não é pra todo mundo”, sentenciou. “E não sei se a gente consegue conscientizar as pessoas. É uma questão de hábito: fumar e atirar o toco pela janela. Aqui não pode. Eles sabem que tá no regulamento mas só com o tempo para mudar. Tem que falar 10, 20, 40 vezes até que vai”, a mãe de João continuou. Para ela, o cuidado coletivo “do que é teu” era uma aposta na educação de longo prazo e contrastava com a experiência caótica da

²⁰⁴ O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social garante ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo o benefício de um salário mínimo mensal, desde que tenha renda domiciliar per capita inferior a 25% do salário mínimo vigente.

vida “na vila”, em que o lixo se acumulava, as pessoas “varrem na frente de sua casa e jogam o resto na frente da tua”, e ninguém “vai dar bola pra ti se tu reclamar”. Na ausência de outras instâncias de acompanhamento e regulação, o trabalho de associações como o Codespa tornava-se fundamental para produzir elos de ligação entre o contexto habitacional de origem e a vida em uma nova comunidade propiciada pelo Residencial Bento Gonçalves: “A associação tem que estar sempre atenta. A figura da Marília, da Berenice, tem que estar à frente pra lembrar as pessoas, isso aqui é um condomínio, isso aqui é bom pra nós, a gente batalhou, a gente tem que cuidar...”.

A participação nesses fóruns lhe parecia crucial para que, através da própria consciência individual, as pessoas ajudassem a delinear uma linha entre os merecedores e aqueles que preferiam “ficar na mesma”. “Eu conheço uma pessoa que tava inscrita e disse não, não quero mais. Quero ficar no morro, vou construir minha casa, quero ter meu canto”. Para Elisa, tratava-se de uma questão de escolha: “Morar na vila, no morro, no beco é como se ninguém te mandasse. As regras é eu que faço, cumpro quando eu quero”. Ela contou o caso de uma vizinha que, mesmo não se dispondo a incorporar a nova rotina financeira da vida em condomínio, insistia em acompanhar as reuniões e mudar-se para o residencial. “A Marília já te falou que tu vai ter que pagar. Te candidata pras casinhas, fica no teu canto. Se tu precisa muito, se isso é tão importante pra ti, vai à luta, tu tem saúde, tu vai conseguir pagar 100 reais, 150 de condomínio”, Maria ter-lhe-ia sugerido. “Mas as pessoas são teimosas, o ser humano é teimoso. A gente acha que o mundo tem que se adaptar a mim”, concluiu.

Além dos custos de manutenção, havia ainda incompatibilidades relativas ao tamanho da família. Uma de suas amigas veio lhe prestar uma visita outra dia apenas para dizer que, tendo seis filhos, dos cinco aos dezoito anos, aquele apartamento não era adequado à sua realidade. “Mas mora num barraco e dá todo mundo. Porque tem o pátio, tem a rua. Na vila a tua casa não é só o barraco. Ela se estende. Aqui eu não posso pegar minha cadeira e sentar na calçada da Bento”. Para Elisa, uma das limitações institucionais do PMCMV estava na modalidade arquitetônica dos projetos construídos. “Nem todo mundo tem condições de viver em apartamento. Tem cachorro, gostam de galinha, de gato, de som alto, de fogão a lenha...”, continuou. Nesses casos, o modelo da casa ajudava a fazer a transição do morro ao asfalto, mantendo a sensação de amplitude e autonomia que, na adaptação aos apartamentos, precisava ser reconvertida. Após certo silêncio, ela retomou, acrescentando algo que havia se perdido em seus pensamentos: “Mas morar na vila também não diz muito da liberdade da pessoa. Então eu acho que algumas pessoas se adaptam porque *querem mudar*”.

6.2 – “CASANDO” NOÇÕES DE FAMÍLIA, CRIANDO OS “POBRES”

A percepção de que os empreendimentos do PMCMV “não eram para todos” não advinha apenas do trabalho moral por cidadania construído através de atividades cotidianas entre beneficiários-membros do Codespa, em busca de uma comunidade modelo. Ela emergia na criação de canais de comunicação que implicavam trocas morais e processos de afetação entre *desiring citizens* e o desenho imprimido por planejadores às políticas públicas. Na prática da implementação do PMCMV, agentes locais do Estado constituíam pontes móveis e conectores desse imaginário da casa própria, levando a linguagem e a materialidade da política ao desejo de mobilidade econômica e social das famílias beneficiadas.

“Eu sempre digo brincando que o jogo começou sem regras”, confessou-me de seu gabinete Glauco, chefe do setor que administra a execução da política habitacional do governo federal no Demhab, em Porto Alegre. Desde 2009, diariamente, o funcionário recebia dezenas de inscritos e futuros beneficiários em um setor especialmente criado para “tirar dúvidas”, proceder às inscrições e aos sorteios. Quando da abertura das inscrições, não existiam ainda diretrizes prontas e fechadas quanto aos critérios de inclusão no PMCMV, razão pela qual a cidade recebera 54mil inscritos. “Viu-se que tinha muito cadastro repetido”, ele comentou, enquanto contava de como a prefeitura contratara um novo software que “fazia a validação por CPF”. O filtro terminou por reduzir o número de cadastros para cerca de 30 mil.

Para Glauco, o PMCMV colocou em marcha uma nova modalidade de engajamento na militância pela casa própria que incorporava os movimentos sociais locais articulados há mais tempo em fóruns deliberativos como o OP. “Muitas pessoas ainda vêm e dizem que estão inscritas há mais tempo que o PMCMV. Não vale mais. Aquelas inscrições forem extintas por falta de recurso”, prosseguiu. Pessoas como Dona Hilda, há décadas inscritas em bancos de dados à espera de políticas habitacionais, foram notificadas e tiveram de atualizar os cadastros.

Aproveitando-se da legislação do Ministério das Cidades, que dava ao município a autonomia para indicar até 50% das unidades habitacionais construídas sob a égide do PMCMV, Glauco revelou que remanejamentos diversos eram perpetrados pelo Demhab para acomodar reassentamentos de populações consideradas de risco ou instaladas no berço de projetos de gentrificação ou modernização do tecido urbano. “As pessoas que estavam no entorno do estádio Beira-Rio. Tinham que ser removidas. Podemos colocar lá? Pode. Isto está dentro da lei”, afirmou categoricamente. Na prática, condomínios como aqueles instalados no bairro Restinga terminavam por acomodar diversas comunidades e pessoas oriundas de diferentes partes da cidade, respeitando decisões políticas. “Se for necessário ocupar todo aquele empreendimento com uma remoção, depois a gente compensa nos outros. Mas as pessoas preferem ficar aguardando na sua região, aí a prefeitura é obrigada a pagar aluguel

social”, continuou. Valendo-se de uma linguagem técnica difusa e verborrágica, Glauco explicou como cada empreendimento realizado pelo PMCMV no bairro Restinga atendia a diferentes propósitos políticos, inequivocamente voltando-se ao combate do *déficit* habitacional²⁰⁵.

Nessa narrativa, os números juntavam-se à gramática técnica para contar uma história de ação e sucesso. Entre as décadas de 1950 e 2000, o Demhab realizara mais de 47 mil ações habitacionais. O termo se referia a um extenso conjunto de modalidades de intervenção que incluem, segundo um libreto que me foi emprestado por Glauco: a) Casas de Passagem (moradias provisórias que viabilizam obras de reassentamento no mesmo local da ocupação); b) Casas de Emergência (*recurso assistencial* destinado à “população de baixa renda com vistas ao atendimento de situações emergenciais”); c) Aluguel Social (*recurso assistencial* mensal para atender emergencialmente famílias sem moradia); d) Indenização Assistida – (recurso indenizatório por benfeitorias em imóvel que garantia o direito à moradia, utilizado na compra de outro em situação regular)²⁰⁶ (sobre isso, ver Mesomo, 2014).

Ao definir a concessão de auxílios como *recursos assistenciais*, técnicos do Demhab trabalhavam em parceria com assistentes sociais na sua implementação, colocando em marcha uma concepção da casa como um espaço moral e social em que ideias como dignidade e família eram reforçadas. Como benefícios emergenciais e temporários, o Demhab deixava claro o caráter improvisado dessa concessão para a promoção da qualidade de vida no acesso à casa. Paralisado pelo paradoxo de um Estado que tem na moradia um direito constitucional, mas sem condições de atender universalmente a seus cidadãos, o Demhab convertia a *assistência* e a *emergência* em modelos permanentes de interlocução dos sujeitos com o governo, moldando, portanto, os espaços em que subjetividades eram organizadas e reinventadas na relação com políticas sociais.

As intervenções orientadas pelo Demhab, performadas na fundamentação técnica, reafirmavam a arquitetura de políticas habitacionais como o PMCMV. Na prática, suas operações eram influenciadas pela ideia da “moradia de interesse social”, caracterizada como “a realização do direito aos padrões de qualidade de vida e ao equacionamento do acesso aos equipamentos públicos urbanos e comunitários, à circulação e ao transporte, à limpeza

²⁰⁵ Assim, segundo o equilíbrio de forças políticas no momento do sorteio dos cadastros, os projetos já entregues tiveram a “missão” de receber famílias residentes em áreas de risco; o Residencial São Guilherme funcionaria como providência contra o aluguel social; e o Residencial Bento Gonçalves atenderia às demandas atrasadas da política habitacional deliberada nos fóruns do OP da cidade.

²⁰⁶ Além disso, eram linhas de ação do Departamento o Programa de Regularização Fundiária (que objetiva regularizar a posse da terra para população de baixa renda); o Programa de Incentivo ao Cooperativismo Habitacional; os Projetos Integrados Municipais; o Programa de Reassentamento; Equipamentos Comunitários e Infraestrutura; Unidade Habitacional Acessível e de Comércio e Serviço; os Projetos Sociais e de Educação Sanitária e Ambiental.

urbana, às condições físicas de habitação e à inserção no território da cidade” (POA, 2010). Ao colecionar pedaços do território urbano e aglutiná-los sob a alcunha de “áreas de interesse social”, isto é, destinadas à construção de habitações voltadas à integração de comunidades de baixa-renda à sociedade e aos equipamentos da cidade, o Demhab consagrava a noção de “família de baixa renda”, definida a partir dos parâmetros técnicos do PMCMV: “aquela cuja renda familiar, somado todos os membros da família, não ultrapasse a três salários mínimos e cuja situação socioeconômica, definida segundo seu padrão de consumo, não lhe permita arcar total com os custos de quaisquer formas de acesso à habitação a preços de mercado” (Demhab, 2009b).

Era no entroncamento entre a disponibilidade de áreas de interesse social, famílias de baixa renda e insuficiência habitacional que o departamento justificava suas ações. Estatísticas e levantamentos oficiais compunham a rotina do órgão e definiam de maneira precisa os objetos dessa intervenção. Assim, por exemplo, o conceito de *déficit* habitacional englobava “o número de moradias novas necessárias para atender a demanda existente”. Esse “dado” era calculado segundo índices padronizados pelo Censo do IBGE e repercutiam no desenho de linhas de ação: para Porto Alegre do início dos anos 2000, eram necessárias cerca de 26mil unidades para satisfazer o direito universal à casa. Segundo outro levantamento do Demhab que cartografava ocupações irregulares, precisava-se de mais 12mil unidades para dar cabo às políticas de reassentamento. Tudo isso perfazia um escopo de intervenção de mais de 38mil domicílios.

As razões que levavam ao *déficit* habitacional incluíam, seguindo o Demhab, domicílios improvisados (3%), cômodos alugados (4%), reassentamentos (32%), e famílias conviventes (61%). Estas últimas supunham um ajuste ideal entre a *unidade habitacional* e a *unidade familiar* – de tal modo que um único domicílio não deveria comportar, pelos critérios legais, duas famílias distintas. Ao perfazer 61% dos casos, elas estavam na origem das intervenções feitas pelo Demhab em nome da habitação em Porto Alegre. Do ponto de vista infraestrutural, o *déficit* habitacional era ainda resumido no conceito de inadequação habitacional²⁰⁷, que se referia a “moradias que apresentam carência de infraestrutura básica (energia elétrica, abastecimento de água, instalação sanitária e coleta de lixo)” ou a áreas “onde há adensamento excessivo (mais de três pessoas por cômodo-dormitório) e/ou em situação fundiária irregular”. Em Porto Alegre, 123.804 domicílios encontravam-se nessas condições, 60% dos quais por irregularidades fundiárias, 17% por adensamento excessivo,

²⁰⁷ O conceito de “inadequação habitacional” espelha-se na ideia de “aglomerados subnormais” (IBGE, 2011; Motta, 2015) e, especialmente, de “assentamentos precários”, expressão esta adotada pela Política Nacional de Habitação para englobar, “numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados” (Ministério das Cidades, 2010).

16% por carência de rede de esgoto, 4% por carência de água, 2% por carência de coleta de lixo urbano e rural, e 1% por carência de iluminação.

Os critérios elencados por materiais publicitários e narrativas técnicas do Demhab para justificar o adensamento do *déficit* habitacional em Porto Alegre são a crônica de um Estado democrático buscando hierarquizar e regularizar territórios não-documentados para, com isso, aceder ao controle dos sujeitos que o habitam. A pretexto de promover o direito universal e constitucional à habitação, o Estado, através de seus órgãos locais e burocráticos, abriu flancos de intervenção sobre populações vulneráveis, outorgando benefícios habitacionais que visavam pedagogizar seus beneficiários. Com a ascensão do PMCMV, ocupações irregulares e famílias conviventes tornaram-se alvos privilegiados de intervenção e moralização, instiladas pelo ideário da casa própria como política de governo e prática de mercado.

Nesse processo, a invenção de uma linguagem técnica operacionalizou a inclusão e exclusão de pessoas na política pública. Agentes como Glauco, operando na mediação direta com beneficiários, conferiram vida e colocaram em prática essa maquinaria difusa de conceitos e classificações.

6.2.1 Uma Casa Bem Arrumada

De seu escritório, Glauco explicou os dilemas que enfrentava ao enquadrar, cotidianamente, critérios e famílias de baixa renda. “Muitos vêm até mim e já querem a chave. Eu digo não, você foi pré-selecionado; agora a Caixa vai analisar”, o funcionário apontou. O enquadramento de beneficiários na burocracia que viabiliza a concessão do benefício era cercado por disputas em torno de noções discrepantes de família. Glauco conta que quando o procuravam para informar a renda, muitas pessoas declaravam apenas a de um membro da família: “Mas é renda bruta. Aí tu vai lá e descobre que o ex-marido ainda mora com ela, o filho de dezoito anos ta trabalhando, tem a filha...”, acrescentou.

Entretanto, a maioria das pessoas que vinha até Glauco para testemunhar sua necessidade declarava como conviventes num mesmo domicílio tantos familiares quantos fosse possível – prática já aduzida em uma das reuniões do Codespa pela representante da FASC. Era isso que, do ponto de vista das famílias, justificava a premência em mudar-se para um local “digno”. Para os analistas da CEF, contudo, Glauco procurava lhes explicar, esses grandes agregados familiares eram traduzidos em renda bruta – quanto maior, menores as chances de enquadrar-se nos critérios de baixa renda²⁰⁸. Além disso, o funcionário

²⁰⁸ A renda era apenas parte do problema. Muitos dos casos em que o limite superior para a concessão do benefício era ultrapassado ocorriam por que seus demandantes incorriam no conceito de *famílias conviventes* – o que configurava, justamente, um dos problemas a serem resolvidos pela política pública.

prosseguiu, as “situações salariais” dessas famílias eram muito diversas – a alta rotatividade de empregos sendo a principal causa – e variavam entre a confecção da lista de selecionados e sua implementação pela CEF²⁰⁹. Levando-se em consideração esses problemas, o banco federal exigia do Demhab o envio de uma lista de espera com 30% a mais de nomes que o número de unidades de cada obra²¹⁰.

Ao estabelecer como critério de corte crucial a renda domiciliar, o PMCMV e seus modelos arquitetônicos precipitaram a produção de um ajuste entre a unidade doméstica e a unidade familiar, buscando recriar a casa como o lugar de uma figura idealizada da família nuclear (Motta, 2015). Glauco deixou claro que, para se ajustarem a essas imagens e permanecerem elegíveis à política, as famílias eram constantemente instadas a atualizarem seus cadastros no sistema municipal. Assim, além de manter o controle dos inscritos, essa tecnologia de classificação e hierarquização das famílias refletia, também, as mudanças nas composições familiares e financeiras dos domicílios cadastrados, tornando-os números visíveis em um banco de dados. Com base nas informações depuradas nos municípios, a CEF performava, ainda, uma triagem dos dossiês selecionados. Através de consultas ao CPF e ao NIS, o governo traçava o “histórico” dos beneficiários, sua participação em políticas públicas e suas fontes de renda.

Em seu trabalho de ajuste entre sujeitos imaginados e reais, Glauco descreveu as discrepâncias entre a política pública – planejada através de noções estanques de renda e família – e as múltiplas fendas e táticas encontradas pelas pessoas para recriarem caminhos improváveis de conexão com o projeto. No raciocínio de Glauco, esses desajustes não eram apenas consequências da pobreza, mas da cultura a ela associada. Assim, os problemas de convivência despontavam como aspecto central da inadequação das populações à vivência coletiva em condomínio. “É um reclamando do outro. São pessoas de baixa renda, moravam em área de risco, numa invasão, gente humilde que não tá acostumada a viver em coletivo, que não tinham água, luz, tudo irregular, e não conseguem o convívio”, comentou. Glauco também realizava visitas esporádicas a alguns projetos: “Às vezes tu não suporta o mau cheiro. É porquinho da índia, é coelho, é cachorro, é gato, é quatro ou cinco dentro dum apartamento, é tudo!”.

²⁰⁹ Em casos de reprovação cadastral por excesso de renda, o Demhab não excluía de pronto o perfil da família; apesar de a CEF fazer apenas uma única leitura de renda por projeto, o cadastro podia ser reinserido, segundo Glauco, em outra obra – dando à família tempo hábil para ajustar sua situação financeira às zonas de corte da faixa 1 do PMCMV.

²¹⁰ A lista de espera com um adicional de 30% de famílias se justificava pelo alto número de reprovações cadastrais, aliado às desistências e irregularidades ao longo do processo. Estas incluía a possibilidade de retomada do imóvel em caso de uso indevido (que abrangem fins comerciais, sublocações ou vendas com contratos de gaveta).

Para Glauco, o tamanho excessivo das famílias residindo em uma única unidade de cerca de 40m² tornava a adaptação aos limites físicos dos apartamentos problemática e, em muitos casos, impossível. “Tem um que tinha 17 moradores. O que aconteceu? A filha acabou invadindo um apartamento desocupado no bloco da frente. Um dormia ao lado do outro na sala até o corredor do banheiro, incluindo uma senhora de mais de 90 anos”. Vizinhos teriam reclamado de que tantas pessoas no apartamento não deveriam ser permitidas. “Nós não temos como controlar isso. Não cabe ao Demhab. Vai da própria família mesmo”, sentenciou.

Em seu celular pessoal, Glauco carregava pastas com fotografias e vídeos que tirava nessas visitas aos empreendimentos construídos no bairro Restinga. Enquanto narrava a precariedade das famílias atendidas, ele deslizava os dedos sobre o smartphone para ilustrar com materiais inequívocos o argumento de que nem todos eram merecedores da benesse estatal.

- Deixa eu te mostrar aqui. Esse aqui é o salão de festas, oh, tudo pichado. Aqui atrás o salão de festas.

- Aquilo ali é lixo?

- É lixo. Eles arrancaram o forro, eles picharam todo o salão. Aqui era um banheiro, tinha um sofá, atiraram lá dentro do banheiro. A porta, quebraram. Eles não se contentaram em quebrar as janelas, eles arrancaram tudo. Arrancaram os fios pra vender, né, aí tu pensa o que que virou o condomínio. Essa aqui é a frente do salão de festas. Isso aqui era lindo. No dia da entrega... Agora é sofá atirado na frente dos blocos... Oh, esse aqui é o apartamento que eu te falei. Ta vazio, a pessoa abandonou, mas já entraram lá dentro, eles tiraram a grade e conseguiram entrar, e aí usuário de drogas vai lá pra dentro. Já comunicamos a CEF que eles tiraram essa barra pra entrar. É fralda que eles jogam do quarto andar... O dia que eu tava passando, quando eu olhei pra trás, uma fralda! [risos]. É, é umas histórias sem pé nem cabeça. Então, a pessoa que tava naquela invasão, aquele monte de lixo, ta fazendo a mesma coisa. Olha, aqui tinha uma horta, uma área comum, né... Aqui oh é a entrada do condomínio, então tu olha toda essa sujeira. Isso era a guarita... Aqui foi muito engraçado, eu até tirei uma foto, porque o cadeado ta intacto, eles quebraram foi a porta mesmo [risos]. Os painéis de luz... Aqui a quadra... Um carro abandonado lá no estacionamento... Então eu não sei quanto tempo...

Devido a tais desajustes, Glauco seguiu, havia muitos casos de desistência e abandono em condomínios já entregues. O processo de retomada de imóveis – seja por invasões²¹¹ diversas ou por inadimplência – estipulado pela CEF exigia a devolução nas mesmas condições em que fora entregue no início da ocupação. Sem dinheiro ou interesse para refazer todas as benfeitorias, os moradores “acabam não devolvendo e passam para outro, ou abandonam. Aí é ocupado pelo tráfico de drogas”, o funcionário revelou. Em um desses casos, os moradores deixaram o imóvel para trás “porque reclamavam dos vizinhos, de vários

²¹¹ Invasões são comuns e podem ocorrer durante a fase de finalização das obras, em linha com as políticas habitacionais anteriores ao PMCMV, ou com o condomínio já implantado. Nesse caso, o termo refere-se a situações em que apartamentos são ocupados por pessoas não definidas legitimamente pelo Demhab. Tecnicamente, nesses casos, a CEF, proprietária do imóvel, é autorizada a remover as pessoas. Na prática, esse processo é demorado e nebuloso, já que é problemático definir o sujeito invasor que merece ser tirado. Isso porque o acompanhamento social após a ocupação é realizado pelo Demhab, que informa ao banco a decisão de retirar as famílias dos apartamentos. “É muito difícil você tomar a decisão de retirar uma família que também precisa e não tem para onde ir”, confessou Glauco, em tom semelhante ao de Marília quando justificava seus critérios de inclusão e exclusão da política.

fatores. Eles acabam, ‘não, não quero mais ficar aqui. O PMCMV se tornou um inferno pra mim, eu quero sair’. E saem”, terminou.

Para Glauco, boa parte dos desistentes, após venderem as chaves de seu apartamento, retornavam aos antigos locais de moradia, que via de regra consistiam em ocupações, invasões ou casas em terrenos irregulares. “São pessoas imediatistas. Pegou o dinheiro ali, deu, ta bom, agora eu quero ficar nisso e aí depois tentam novamente conseguir um novo empreendimento. Só que agora não mais, por que? Porque agora eles estão cadastrados no NIS, uma vez que tu recebeu, não recebe mais”. Em sua gramática moral, as pessoas recebiam uma oportunidade única de provar que desejavam progredir e lutar por uma vida melhor. Essa persecução da mobilidade ascendente contrastava com a informalidade e paralização representada pelo retorno à antiga moradia. “Quem compra, compra junto um risco, né?”, comentou.

Às experiências consideradas caóticas, Glauco contrapunha casos de sucesso que comprovavam o bom andamento do programa. “Tu não acredita no capricho da pessoa, que saiu de uma irregularidade e ta lá. Mas são casos rasos”, completou. Navegando entre uma e outra fotografia, ele contou o caso de um casal portador de necessidades especiais, incluídos no programa através da FASC. “Lá eles cozinhavam numa panelinha com rabo quente, dormiam em um papelão com cobertor. Aí foram adquirindo, agora ta tudo *arrumadinho, limpinho, cheirozinho*. Montaram cozinha, montaram tudo. É um exemplo”, destacou, ao apontar para outra foto: “Olha aqui, que bonito. Tu não acredita”. Ao justificar o sucesso, Glauco fez uso do mesmo repertório moral de pessoas como Dona Hilda que, separando-se dos pobres urbanos sem acesso ao PMCMV, construíram projetos de vida baseados em um ideal de higienização, limpeza e imaginação do futuro associado ao planejamento do espaço doméstico²¹².

Em outro caso de sucesso, Glauco explicou que a família decidira colocar uma grade na porta de casa. A explicação que lhe deram era simples: “Olha, eu entro pra cá, *aqui é meu mundo*. Eu entro, me tranco e deu. Eu só saio para trabalhar. O que os outros tão fazendo não me interessa”. Entre as razões que teriam levado a instalar o dispositivo de proteção estava o fato de que, de outro modo, pertences seriam roubados pelos próprios vizinhos. “Quando tu volta já não tem mais a tua TV, tuas coisas, teus vizinhos já roubaram”, comentou. Trabalhando como feirante, além de receber um salário mensal para deficientes físicos, este era outro exemplo que demarcava, para Glauco, o sucesso do programa. Assim como no caso

²¹² Como já mostrei no capítulo anterior, isso chama a atenção para a sobreposição, no cotidiano de implementação da política, de gramáticas morais entre pobres-merecedores e políticos, lideranças e planejadores locais. Isso termina por articular aberturas políticas, econômicas e morais que os conectam aos espaços e tempos da cidadania e do consumo.

do casal anterior, o que estava em jogo era a edificação de uma família modelo adequada à vida em condomínio, isto é, capaz de viver sem “incomodar os vizinhos”, respeitando direitos, normas e espaços alheios – de modo muito semelhante, novamente, à fala de pessoas como Dona Hilda, preocupadas em tornar o apartamento o lugar para o exercício da autonomia, da cidadania e do consumo.

Nesse processo, a gramática da família modelo, tal qual a da comunidade que a engloba, era convertida em figura paradigmática para pensar a afetação e a troca de experiências em diferentes registros de interações entre burocratas de Estado e cidadãos desejanter. A família exemplar, para se cristalizar como modelo, era contrastada com aquelas que, chefiadas por mães solteiras com diversos filhos, não cumpriam com o que Glauco acreditava ser sua obrigação em cuidar da casa. Assim, o planejamento do espaço doméstico, o desejo de aproveitar a única oportunidade e a vontade de ascender eram tomados como indícios vivos de seu progresso em vida e do desejo interior de evoluir e *tornar-se* (em inglês, *to become*) alguém diferente.

6.3 – CASA COMO TOPOGRAFIA DE MERCADO

Em agosto de 2014, as famílias beneficiárias do Codespa correram para uma das maiores lojas de eletrodomésticos do Brasil para escolher seus móveis para o novo apartamento e tornarem-se consumidoras da casa própria. Dias antes, Seu Ilmo Silva, gerente do estabelecimento, fora até uma das reuniões do Codespa para falar do cartão Minha Casa Melhor e propor uma parceria: abriria sua loja, após o expediente regular, exclusivamente para membros da associação.

Em nossa conversa, algum tempo depois, ele sugeriu que o planejamento da política habitacional concedia aos seus usuários uma oportunidade única para re-imaginarem suas vidas para além da pobreza. A compra de objetos, associada à possibilidade de decorar autonomamente um espaço doravante próprio, era um passo crucial no exercício controlado da cidadania. Para ele, a casa tornava-se a topografia material para a construção de um novo self, e a inclusão econômica através da marquetização da casa levaria os beneficiários a repensarem suas vidas na direção de uma “nova classe média”. Era por essas razões que Seu Ilmo instruíra seus vendedores a ensinarem uma visão holista da casa própria aos novos consumidores:

Nós precisamos clarificar a importância de ter um ambiente doméstico mais confortável. Ao invés da pessoa chegar aqui e dizer: ‘ah, eu quero a maior televisão de 50 polegadas que tu tem’; não, quem sabe tu não compra uma TV menor, de 32 polegadas, que vai te dar a possibilidade de gastar o resto do crédito em um beliche pra acomodar os filhos, por exemplo. As pessoas sabem que tem um limite de crédito pra cada item, mas ainda assim elas vêm aqui e me perguntam, ‘posso pagar a diferença?’. Claro que eu ia adorar vender uma máquina de lavar de R\$ 2500, mas eu não posso. O limite que o governo estipulou é R\$ 1000! O que a

gente tenta é fazer a pessoa imaginar o ambiente da cozinha: tu vai ter uma pia, tu vai ter uma mesa prum jantar em família, tu vai ter uma sala com um sofá. Mas não dá para colocar um sofá de sete lugares; tem que ser um de dois, talvez mais uma poltrona.

Ao colocar os cidadãos-consumidores no radar econômico da política habitacional, Seu Ilmo os ensinava a como fazer uso apropriado do dinheiro – que se tornou um operador para pedagogizar a entrada em uma nova vida, pontuada por novas responsabilidades, prioridades, deveres e direitos. Através dessas práticas, Seu Ilmo operava como um *designer* ativo de casas e sujeitos, performando-os – isto é, “casando” e “subjeticando” os microcosmos que ele ajudava a construir. Seu trabalho não cessava com a venda de bens; ao contrário, estendia-se até a própria imaginação do ambiente doméstico e os modos considerados adequados para sua ocupação. Nesse processo, seu papel assemelhava-se ao de outras figuras envolvidas na produção de *desiring citizens*, como líderes comunitários, autoridades municipais como Glauco, ou mesmo assistentes sociais, todos engajados em entregar “dignidade e inclusão aos pobres”. “Eu fiquei sensibilizado desde o primeiro dia que eu vi a organização do Codespa na batalha por um futuro melhor”, ele revelou naquela conversa. Apesar disso, seu raciocínio estava profundamente amarrado numa linguagem econômica, já que a construção de um lar demandaria que as pessoas retornassem continuamente à sua loja para a compra de outros bens e obtenção de novos créditos além daquele concedido pelo cartão Minha Casa Melhor.

Enquanto falava de suas experiências ordinárias com beneficiários do PMCMV, Ilmo fez diversas referências aos critérios de corte por categoria de bem de consumo da política de crédito (ver tabela abaixo). Os limites financeiros estipulados pelas diretrizes do programa Minha Casa Melhor operavam, na prática, em colaboração com as fronteiras morais de pessoas como Dona Hilda. Naquela mesma noite de sábado de 2014, enquanto escolhia seus móveis na loja de Seu Ilmo, ela revelou: “Eu quero coisa simples. Não sou rica, se eu fosse rica eu me esbaldava”. Em seu conjunto, as categorias de bens criadas pelo instrumento de crédito reproduziam conceitos que orientavam indicadores macroeconômicos em pesquisas de domicílios, como a PNAD e o Critério Brasil. Ao adquirir produtos em cada uma dessas categorias, os consumidores poderiam ter a certeza de que haviam sido incluídos na sociedade de consumo por meio da criação de um lar adequado à família nuclear da unidade doméstica. Ao replicar, em uma linguagem monetária, as divisões e hierarquias morais que converteram *desiring citizens* em alvos de intervenções habitacionais, o programa Minha Casa Melhor traduzia uma pedagogia de consumo embebida no *design* dos instrumentos de crédito e materializada na voz de gerentes de loja como Seu Ilmo.

Tabela 2 – Itens do Programa Minha Casa Melhor por Faixa de Preço

ITEM	PREÇO MÁXIMO DE VENDA
Guarda-Roupa	Até R\$ 700

Cama de casal/beliche, com ou sem colchão, ou cama box de casal	Até R\$ 500
Cama de solteiro/berço com selo INMETRO, com ou sem colchão, ou cama box de solteiro	Até R\$ 400
Mesa com cadeiras	Até R\$ 400
Sofá	Até R\$ 600
Estante ou rack	Até R\$ 350
Móveis para cozinha	Até R\$ 600
Refrigerador	Até R\$ 1090
Fogão	Até R\$ 599
Microondas	Até R\$ 350
Lavadora de Roupas Automática	Até R\$ 1100
TV Digital	Até R\$ 1400
Computador ou notebook, com capacidade de acesso à internet	Até R\$ 1150
Tablet, tela igual ou superior a 7", 8GB, câmera, wifi, cartão SD	Até R\$ 800

Fonte: Autor

“Pegamos duas televisões, um sofá, um computador pro nosso filho, uma cama de casal pra nós, dois colchões de solteiro pra eles, o fogãozinho e o computador”, comentou o casal branco, de meia idade, Rodrigo e Márcia, enquanto terminavam de negociar o valor de seus bens na mesa de Seu Ilmo. “Nós fizemos um acerto com o gerente, ele foi bem acessível, aí fechou tudo, deu R\$ 4.969”, a esposa seguiu. “Nada foi *jogado*”, ela continuou. “Só a TV que nós pegamos duas e passou do limite, mas colocaram em outra nota fiscal e ficou tranquilo. O sonho dos guris é ter TV no quarto; agora ta realizado”.

O casal vinha planejando a aquisição de móveis segundo as diretrizes do cartão Minha Casa Melhor há muito tempo. “A prioridade eram os meninos”, Márcia estabeleceu. Para ela, a aquisição do computador significava a porta de entrada para a internet, para a ampliação dos estudos e para a construção da privacidade dos filhos. Um deles lhe prometera que ensinaria a mãe a “mexer” no laptop. “Quinze anos de aluguel. Quinze anos de luta. Correndo de uma casa pra outra, sendo despejado, nós sofremos, passamos fome. E hoje eu tenho o meu canto. Rodrigo trabalhava de vigilante e Márcia fazia as vezes de doméstica para complementar a renda do casal. “Agora quem sabe eu não preciso mais trabalhar de domingo a domingo”, seguiu. Em meio ao desejo de erguer a família da pobreza, tiveram o auxílio dos pais, que doaram presentes para a nova casa e estavam até mais felizes que eles, disse Rodrigo. “Infelizmente”, Márcia deu sequência, “não estão aqui para nos ver entrar”: a mãe falecera há três meses e o pai agonizava com câncer terminal. “O sonho dela era ver nós no apartamento. Mas ela ta com nós, ela vai acompanhar a nossa entrada”, ela lamentou aos prantos. “Minha filha”, dissera-lhe o pai em leito de morte, “eu to chegando ao fim, mas eu não morro até ver tu entrar no teu apartamento”.

Sorrindo, Rodrigo recapitulou diante da câmera a sucessão de fatos, esperanças perdidas e reanimadas, lutas e reuniões que marcaram os últimos cinco anos em que se tornara um militante pela casa própria: “Todos os dias da semana, do mês, a gente olhava aquele papelzinho da inscrição. De mudança em mudança se perdia móvel, se perdia isso,

mas o papel tava lá, ‘esse é o meu número, ta chegando aí! Vai chegar!’, completou. Para os filhos, um dos quais sofria de epilepsia e precisava de cuidado médico constante, Márcia ensinou a importância de guardar dinheiro e ser agradecido por todos os benefícios:

O meu filho chorava, o pequeno, o de dez anos que tava junto, ‘mãe, nós vamos conseguir?’. E eu brincando com ele pra ele saber que o dinheiro não vem de qualquer lata, não vem de qualquer coisa. Eu disse ‘filho, se nós não vamos ser sorteados, não vai ter apartamento. Aí eu chorava e disse, ‘viu por que às vezes a mãe pede filho, vamos economizar, vamos tentar trocar uma bolachinha por uma bolacha mais saudável, não só a bolachinha, vamos comer um pão, tudo poupar pra ter condições... E ele quer correr o mundo, ele quer fazer aula de inglês...

Marcia esperava arduamente ter sua humanidade restituída. Via na abertura de desejos dos filhos uma porta para reencontrar-se consigo própria. A aquisição da casa simbolizava essa caminhada de longo prazo que temperava suas expectativas e mantinha seus desejos vivos. “Meu sonho, acima de tudo, é ver os meus filhos se dando bem... O *meu* desejo, pessoalmente, é voltar a estudar, que eu larguei os estudos por falta de dinheiro. Tomara que o apartamento traga isso de volta”, ela concluiu com o olhar longe.

Insatisfeitas com os limites por categoria de bem impostos pelo Minha Casa Melhor, outras pessoas passaram a procurar Ilmo para negociarem canais alternativos de aquisição de objetos de maior valor. “Isso aqui é um absurdo! Não da pra comprar nada com esse dinheiro!”, uma senhora negra com semblante fechado vociferou em direção aos *racks* com preços proibitivos que se enfileiravam um do lado da outro. A exceção era o menor e mais frágil deles, rejeitado pela senhora: “Querem empurrar isso goela abaixo porque somos pobres”, queixou-se. Maria sentiu-se lesada em seu direito à livre escolha no espaço do mercado – possibilitado pela política de inclusão econômica que a convertera em uma cidadã com voz. Como marcadores de status, os objetos eram desenhados para performar limites de classe em uma sociedade pontuada por amplas desigualdades socioeconômicas (Kopper, 2016). Como condutores de mobilidade, a compra de eletrodomésticos e móveis de qualidade superior ao limite estipulado pelo governo sinalizava a busca das pessoas por produtos de maior durabilidade (que as demarcavam como consumidores conscientes) e o desejo por ascensão econômica – simultaneamente instigado e freado pelo Estado ao converter as “classes populares” em consumidores.

Nesses casos, Ilmo buscava inicialmente reafirmar os critérios da CEF, embora na prática oferecesse possibilidades que combinavam múltiplas fontes de crédito: o cartão do governo, cartões de crédito de bancos e a própria linha de crédito comercializada pela loja. Como as tentativas das pessoas em “pagar a diferença” mostravam, a gramática moral e econômica do beneficiário colocava em jogo uma miríade de modalidades de dinheiro, cruzadas durante a negociação de bens e opções de pagamento. O cartão de crédito instrumentado pelo governo operava como um meio relacional de troca, muitas vezes

percebido como um dom, um presente, um benefício, ou uma graça: exatamente porque suas parcelas mensais diminutas e espaiadas em 48 prestações permitiam que o empréstimo fosse despercebido como tal no cotidiano.

Como Viviana Zelizer convincentemente mostrou quanto ao *earmarked money* (1994), economias domésticas funcionam desencadeando circuitos de comércio dentro do capitalismo (2010, p. 303-354), conectando agentes através do fluxo de dinheiro, da produção social e do significado e troca de bens. A cadeia de consumo da casa coloca no centro dos debates os complexos entrelaçamentos entre intimidade e economia (Zelizer, 2005) que florescem na textura do trabalho relacional das pessoas (Zelizer, 2012), num processo constante de habitar o mundo. Em linha com sua obra, argumento que, como crédito que emerge do governo, o cartão Minha Casa Melhor esteve sujeito a diversas apropriações e marcações de sentido que enfatizaram a autonomia das pessoas como consumidoras da casa. Nesse processo, como veremos em mais detalhes na próxima seção, elas colocaram em marcha imagens da casa e do ambiente doméstico, usando conjuntos específicos de transações e comprando tipos particulares de bens. Ao empregá-los no cotidiano de suas novas vidas, esses objetos se tornaram materialidades políticas, isto é, instrumentos que, adquiridos com crédito governamental, narram histórias individuais e coletivas de mobilidade e de sucesso.

6.3.1 A Televisão Quebrada

Em um dos novos apartamentos do Residencial Bento Gonçalves, encontrei Dona Geralda – uma senhora idosa e franzina, de aparência frágil e introspectiva. Testemunha de Jeová e desempregada, ela vivia da renda mensal que recebia do ex-marido. Ela separou-se após muitos anos de união, quando descobrira que seu marido matinha outra esposa e havia vendido, inadvertidamente, a casa onde moravam. Sem ter direito a nenhum bem e sentindo-se traída por toda a família, Dona Geralda isolou-se progressivamente e entrou em depressão. Suas memórias, pontuadas pela vergonha e pelo medo do julgamento alheio, eram recontadas pelo prisma de suas experiências habitacionais.

Por muito tempo, ela morou em um quartinho onde dormia ao lado de um vaso sanitário. Este ficava na garagem de uma casa “muito bonita, grande e de boa qualidade”, confessou. Dona Geralda agradeceu a Deus pelo dia em que Marília viera visitá-la para checar as condições de sua habitação e documentar sua necessidade – o medo constante das fofocas fizeram-na crer que julgariam sua casa pelas “aparências”. Mesmo morando em um “quartinho sem nada”, Dona Geralda foi assaltada e teve seus poucos pertences roubados. Traumatizada pelo episódio, começou a passar as noites nas ruas, acompanhada de um dos gatos.

Dona Geralda tem um casal de filhos. Sobre a filha, sempre falou com pouca afetividade ou preocupação, destacando o fato de morar longe, com poucas condições financeiras e de ter uma “vida complicada”. O filho, ao contrário, era alvo de grandes investimentos narrativos e afetivos. Casado informalmente com uma mulher que não nutria grandes paixões por Dona Geralda, ele fazia questão de manter-se próximo à mãe para ajudá-la quando preciso com mantimentos. Com o tempo, suas doações tornaram-se um problema para a nora que, preocupada com a saúde debilitada da única filha do primeiro casamento – que precisava ingerir um tipo caro e especial de leite –, acusou Dona Geralda de “tirar comida da boca da filha, de uma criança que não tem como se defender”.

Em nossas conversas, Dona Geralda comentava que não estava apta a realizar certas tarefas domésticas ou a comprometer-se com trabalhos formais por conta de sua condição precária de saúde. Segundo ela, um “bicho cabeludo” atacou-a enquanto dormia, picando seu corpo em vários lugares e “colocando dentro do corpo” seu veneno. A reação somática fora intensa e deixara a senhora coberta de feridas, fazendo com que passasse alguns dias na UTI de um hospital, correndo risco de vida. Sem que seu tratamento fosse custeado pelo SUS – e sem condições financeiras para fazê-lo – Dona Geralda não dera continuidade ao tratamento. Com a saúde debilitada, ela se tornava inapta ao trabalho. Sem as condições físicas para demonstrar sua produtividade, ela se sentia cansada, sem vontade de fazer nada e por vezes até relutando em levantar-se da cama. Sem nunca ter trabalhado profissionalmente enquanto esposa, sem jamais ter contribuído para a previdência social, sua única renda tornara-se a pensão de menos de um salário mínimo recebida do marido em função da separação – o que a situava numa eterna relação de dependência financeira e, por vezes, moral.

Em uma das visitas, Dona Geralda falou de seus gatos e das atividades religiosas que a mantinham distraída dos problemas. Com ar desiludido, virou-se para um objeto velho, feito de madeira, que espreitava no fundo de sua estante na sala de estar. Ela reportou o caso de uma antiga televisão de tubo que a acompanhara por anos e finalmente havia estragado. O objeto mantinha-a conectada ao entorno mais amplo, através de programas religiosos e noticiários. Sem a televisão, ela ficava completamente alheia aos acontecimentos e, mais importante, desvinculada do mundo. Com a companhia dos gatos e do aparelho, ela se mantinha ocupada e criava uma brecha em seu cotidiano de culpas e privações. A televisão era, em suma, um objeto crucial na construção de sua imanência e de seu desejo de viver no novo apartamento.

Na história que Dona Geralda contou naquela tarde de janeiro de 2015, a televisão tornara-se ainda a fonte de uma nova intriga com a nora. Com o aparelho quebrado, seu filho resolvera emprestar-lhe temporariamente a televisão de sua casa – que era, na verdade, usada pela filha com dificuldades de saúde. Após relutar, Dona Geralda finalmente aceitara a

doação, mas não demorou muito para que a nora aparecesse e reclamasse o objeto de volta. Segundo esta, a velha senhora estaria tirando algo de uma criança doente e indefesa.

Dona Geralda estava, novamente, sem o tão desejado objeto. Entre uma visita e outra ao seu novo apartamento, ocorreu à minha assistente de pesquisa que ela poderia doar uma televisão antiga, já sem uso, estocada no porão de sua casa. Quando a sugestão foi feita à velha senhora, ela não coube em si de contentamento: a entrega foi para o próximo encontro. Entrementes, Dona Geralda foi convidada para que relatasse sua história de vida em uma entrevista gravada, o que aceitou prontamente. Dias depois, no retorno à casa, ela mudara de opinião. Na companhia de seu filho, que a rondava com uma sacola de mantimentos trazida do supermercado, Dona Geralda confessou, timidamente, que não gostaria que sua vida fosse exposta. “Não quero mídia [sic], não gosto disso, vou ter que recusar a televisão”, sentenciou.

Em sua narrativa, a temporalidade da doação coincidia com a concessão da entrevista, o que expunha a relação de dádiva como um ato de troca interessado (Bourdieu, 1996a). Em nossa relação, Dona Geralda esforçava-se em construir-se como uma pessoa pobre, flagelada pelos infortúnios da vida, mas ainda assim digna e honrada. A recusa da televisão sinalizava, por isso mesmo, que sua história de vida não estava disponível para ser negociada em troca de um bem material – pouco importava se esta não tivesse sido a intenção original. Ao fim e ao cabo, Dona Geralda concordou em participar apenas do *survey*, conservando-se no anonimato. A televisão, que torna visível a imagem do Outro, paradoxalmente operava como o dispositivo que rendia sua história de vida invisível e anônima em um grande agregado de apartamentos uniformes.

Seu senso de respeitabilidade transparecia ainda nos comentários sobre a vida no condomínio. “O PMCMV foi feito pra ajudar quem precisa, os pobres”, ela disse. Contudo, os novos encargos financeiros – como as parcelas do financiamento, as taxas de condomínio e as contas de água e luz – não refletiam essa realidade. Por vezes, Dona Geralda era confrontada com o dilema de pagar o condomínio ou conseguir comprar alimentos para todo o mês – momento em que o filho aparecia para ajudar. Em sua narrativa, ela se sentia enganada pela diretoria do Codespa, que prometera um cenário de inclusão durante os anos preparatórios à mudança e que agora afirmava publicamente que o condomínio não era para aqueles incapazes de pagar as despesas básicas da habitação. “Muitos aqui não são pobres”, ela constatou; “não descarto entrar na justiça para garantir a minha permanência no apartamento. Eu ganhei da Dilma e tenho sim o direito de permanecer aqui já que eu nunca me recusei a pagar o condomínio”, queixou-se.

Em diferentes oportunidades ao longo das reuniões do Codespa, Marília usou-se do nome de Dona Geralda para se referir a um caso emblemático de merecimento na luta pela

habitação. Ela se encaixava em todos os critérios do governo federal e precisava, mais que todos, da casa própria para restituir sua dignidade. “Veio a denúncia que ela morava numa casa boa no Morro da Cruz, mas ela morava numa garagem de aluguel. Ela andava arrumadinha, limpinha, mas cozinhava do lado do vaso sanitário”, Marília me confessou em uma entrevista em 2013. “Hoje ela é agradecida, não consigo tirar isso dela, ela não precisa ser tão agradecida, não to fazendo um favor. Mas ela reconhece isso como uma benção pra ela. Eu fui dar um dinheiro meu pra ela poder comer e ela é tão digna que não queria aceitar”, a líder completou. Após conhecer a realidade de Dona Geralda de perto, voltei a conversar com Marília sobre o medo da inadimplência e as famílias sem condições de arcar com as novas despesas, referindo para tanto o caso da senhora. Sua resposta veio automática e sem grandes tergiversações: “Todos sabiam que teriam estes gastos e tiveram muito tempo para organizar as suas finanças para poder pagar as contas em dia. No caso da Dona Geralda, os filhos poderiam ajudar mais”. Diante de meu silêncio, ela arrematou: “Vou ver se arrumo algumas faxinas para ela lá na creche”.

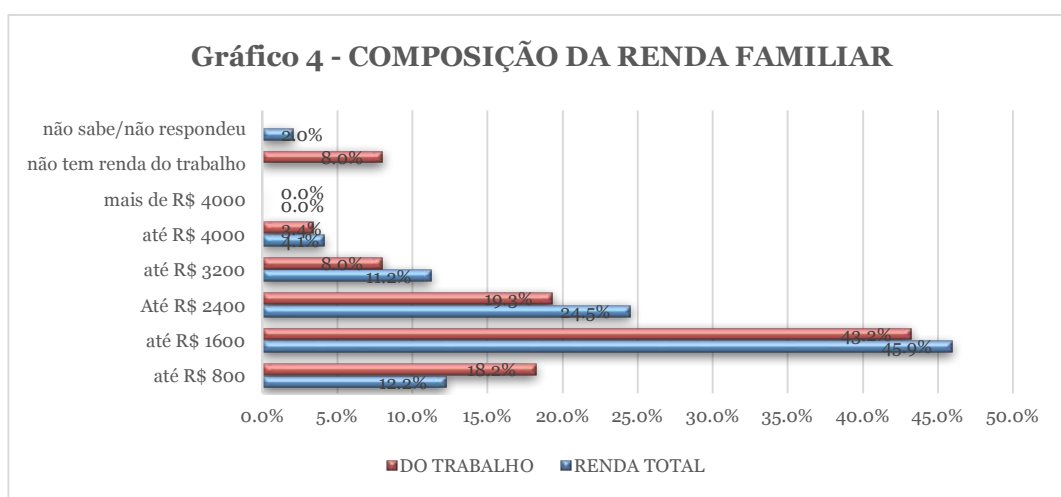
6.4 – O PROTAGONISMO DAS MULHERES

Elisa e Dona Geralda resumem duas modalidades distintas de engajamento na militância pela casa própria que tiveram lugar através do Codespa. Enquanto a primeira valorizava uma atitude proativa de desenvolvimento pessoal e progresso contínuo que articulava a oportunidade da política pública com o esforço individual, a segunda enxergava o apartamento como uma dádiva concedida pelos governantes aos pobres, intermediada por pessoas bem-intencionadas como Marília (que faziam o benefício chegar aos que mais precisavam), mas que cobrava taxas muito altas pela “graça” obtida. Mesmo que ambas estivessem municiadas do vocabulário técnico através do qual o governo se referia à melhoria de vida – que, como vimos, incluem noções como a família nuclear –, essas diferenças apontam para diferentes concepções e limites entre mercado e Estado na origem de cada narrativa. Para Dona Geralda, o Estado precisava prover uma política assistencial de resgate da dignidade dos pobres. Para Elisa, a política estatal representava um trampolim para um processo individual de aprimoramento que seria realizado, doravante, através da aquisição de bens e serviços no mercado, concretizando projetos de futuro.

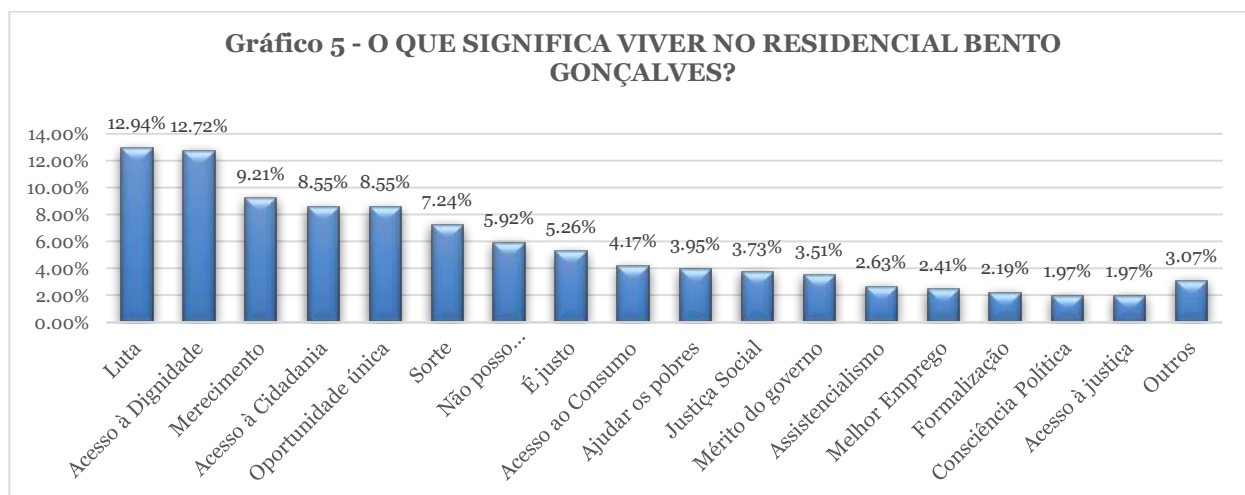
Mulheres, negras, chefes de família, constituem a vasta maioria dos novos proprietários de imóveis do PMCMV. O *survey* sócio-demográfico, realizado entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015 no Residencial Bento Gonçalves, apontou que, entre os beneficiários titulares, 70% eram mulheres; 61% eram negros e pardos; e 40% tinham, pelo menos, 12 anos de estudo, equivalente ao ensino médio completo (5,1% tinham ensino superior incompleto e 2% superior completo). Essas informações ratificam os dados

quantitativos de economistas e marqueteiros quanto à composição da “nova classe média”; de fato, considerando apenas o critério escolaridade, 70% possuem ao menos 8 anos de estudo, média apontada por Neri para a “Classe C” em 2008 (Neri, 2008), o que sugere um sutil incremento nesse indicador.

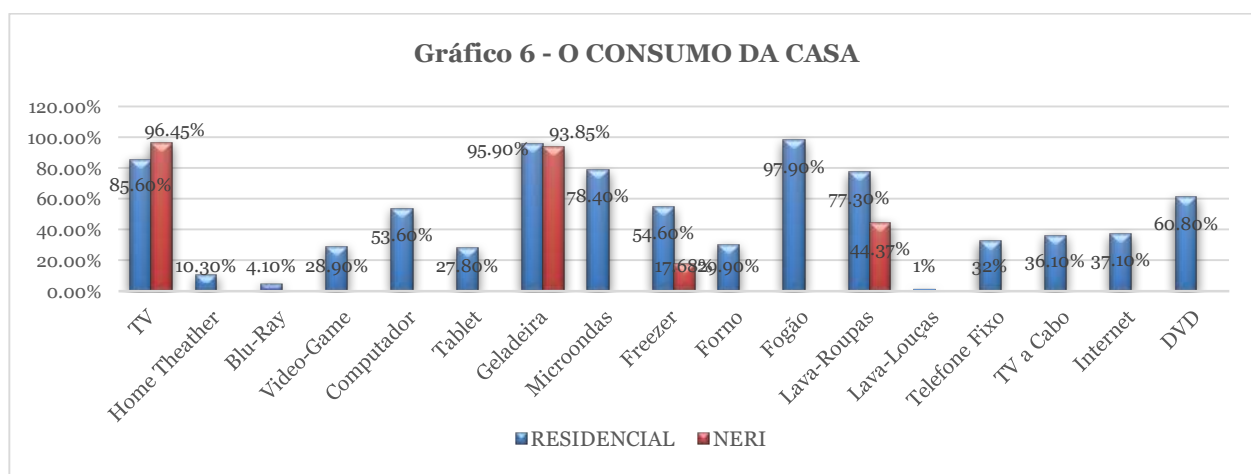
Tomando-se a renda total das famílias, 12% disseram receber até R\$ 800; 46% até R\$ 1600; 24,5% até R\$ 2400; 11,2% até R\$ 3200; 4,1% até R\$ 4000. Mais importante, apenas 8% afirmaram que a renda não era proveniente do trabalho. Como vemos na tabela abaixo, a proximidade entre a renda familiar total e a renda proveniente exclusivamente do trabalho reforça o argumento de economistas – contrários e favoráveis à tese da “nova classe média” – sobre a natureza da mobilidade recente, radicada na diminuição do desemprego e no aumento da participação do trabalho na composição da renda (Neri, 2008; Pochmann, 2012; 2014). Ainda em concordância com esses autores, a vasta maioria dos empregos advém da expansão na área de serviços e inclui, sobretudo, recepcionistas, técnicos de enfermagem, vendedores, auxiliares, funcionários públicos, serviços gerais, telemarketing, cozinheiras, cabeleireiras e aposentados.



Para a grande maioria dos novos moradores, a vida no Residencial Bento Gonçalves era associada a termos êmicos como “luta”, “acesso à dignidade”, “merecimento”, acesso à cidadania e “oportunidade única”. Como vemos no Gráfico 4 e discutiremos a seguir na trajetória das pessoas, esse repertório é parte de uma economia moral da esperança que valoriza, ao mesmo tempo, o engajamento ativo dos beneficiários na demanda pela casa própria, o merecimento produzido nessa militância, e a capacidade de aproveitar a oportunidade única. Essa disposição subjetiva escavou, enfim, espaços para a melhoria de vida e para a transformação cidadã.



Através dos percursos habitacionais e dos múltiplos entrelaçamentos das pessoas com as materialidades que passaram a constituir as ferramentas da melhoria de vida, é possível escrever a crônica dessas vidas em transformação. No Gráfico 5, é possível observar a presença de artefatos nos apartamentos segundo dados do mesmo *survey*. Esses números são comparados aos de Neri (2008, p. 65ss), que destrinchou as “características do consumidor da classe C” e argumentou que máquina de lavar, geladeira e televisão tornaram-se os itens cuja presença mais crescera entre 2003 e 2009.



A cultura material e as práticas de consumo dos beneficiários abrem-se, assim, como uma janela ímpar para observar essas subjetividades em rearranjo. Nas páginas que seguem, mostro a apropriação e relação das pessoas com essas materialidades políticas, à medida que escavavam a casa – sua decoração e administração – como o espaço para a recriação do próprio *self*.

6.4.1 “Eu tenho que comprar, quero tudo do bom e do melhor” (Alice)

“Às vezes fico sonhando acordada”, confessou-me Alice, nora de Marília e professora na creche presidida pela líder, cerca de um ano antes da mudança. “Fico pensando, como vai

ser? Eu tenho que comprar, quero tudo do bom e do melhor. E aí eu penso, Meu Deus, vou me atolar em conta”. Sua irmã já fora beneficiada pelo PMCMV e já morava em um condomínio fechado no bairro Restinga. Quando Alice foi visitá-la, não teve dúvidas: “Acho que vou querer igual”, ela reagiu; “Fiquei viajando. É bom né? Uma coisa que é pra ti, que é pra tua família, que é para os teus filhos, que é uma coisa que vai ficar para eles, é isso”, terminou.

Junto com a irmã, Alice veio morar em Porto Alegre em 1996, aos 23 anos, depois que a mãe perdera o emprego comissionado com o vice-prefeito de São Gabriel. No bairro Partenon, tiveram a ajuda de um parente para instalarem-se no que hoje é considerado “área verde”. “A gente ficou ficando”, disse. Depois que a mãe casou novamente e mudou-se para a praia, Alice ficou com a casa enquanto a irmã mudava-se para a Restinga. Quando perguntei o que ela faria com aquele espaço depois que fosse transferida para o Residencial Bento Gonçalves, ela ficou na dúvida. “Não sei se alugo”, confessou, “acho que tem que alugar, quem sabe com o aluguel já paga o condomínio”, calculou.

Como beneficiária do PBF e mãe de três meninos, Alice estava ansiosa em função dos novos encargos financeiros que viriam com a mudança. Apesar de ser beneficiária das tarifas sociais de luz e água, haveria ainda a parcela do financiamento e do condomínio, cobrados mensalmente. “Nos primeiros meses vai ser bem puxado”, comentou. Esta não era, entretanto, sua principal fonte de ansiedades. Perguntei se ela levaria alguma coisa da casa antiga para a nova e suas feições inverteram-se. “Nada! Só eu e os filhos! Vida nova, tudo novo, não é?”, exclamou. “Vou colocar beliche num dos quartos e cama meio casal pra mim. Às vezes eu fico namorando aquele sofá. No apartamento da minha irmã tem uma mesa com seis cadeiras, mas o sofá é pequeno. Aí não pode. Eu já penso numa mesa grande e um sofá pequeno, para as refeições”, terminou de imaginar, com o olhar vívido.

Encontrei com Alice em seu novo apartamento em janeiro de 2015. Ela havia comprado todos os móveis que imaginara na loja de Seu Ilmo, aproveitando-se da parceria estabelecida pelo Codespa. “Ta faltando muita coisa ainda, a minha sala ta pelada!”, comentou, apontando para o vácuo atrás da porta de entrada. “Eu comprei o meu quarto, o guarda-roupas dos guris e a cozinha, a geladeira, o fogão e a máquina de lavar. Passou do limite, mas ele deu desconto. R\$ 5.000 quando tu vê já foi. Passou. Eu fui a primeira a comprar, mas depois voltei e troquei a cozinha”, seguiu a narrativa. Como resultado, Alice mudou-se apenas um mês e meio após a inauguração da obra. “Não vou me mudar com sacos de lixo! Eu quero os meus móveis!”, ela disse em tom ríspido. E repetiu o que já havia relatado há mais de um ano: “Não vou me mudar com os meus caquinhos. Vida nova, tudo novo!”.

A euforia de Alice era traduzida na organização e cuidado com o novo espaço de moradia. “Meu filho fala para eu parar de passar pano”, ela disse sorrindo para a câmera. Apesar de estranhar o tamanho diminuto da unidade – e a inexistência de pátio – ela não teve maiores dificuldades de adaptação à infraestrutura do condomínio e sua arquitetura social. Os vizinhos, justapostos em apartamentos colados e áreas internas de convivência, não lhe ofereceram maiores surpresas. “A gente já veio de uma jornada”, comentou”; “no Codespa eu cansei de fazer a ficha, por isso conheço muita gente. Agora a gente descobre que algumas pessoas são diferentes daquela simpatia toda das reuniões”.

Uma das questões centrais no processo de mudança de endereço, o aumento das despesas financeiras decorrentes da transferência deixou de se afigurar para Alice como um problema. “Agora é água no meu nome, luz no meu nome, tudo no meu nome! Agora eu tenho comprovante de renda!”, os olhos arregalados brilhavam. “Antes era gato, nada se pagava. Dá pra levar, mas é muito mais gasto”, completou. Diante da câmera, ela procedeu a um cálculo de sua nova agenda de pagamentos: a) prestação da Caixa Econômica, R\$ 25; b) taxa de condomínio, R\$ 143; c) taxa social de água, R\$ 19; d) taxa social de luz, em torno de R\$ 25; e) prestação do cartão Minha Casa Melhor, R\$ 115. Ao todo, a nova conta somava cerca de R\$ 330, que Alice aceitava pagar sem titubear. Sem que dirigisse a pergunta, ela elencou as mudanças positivas advindas do novo lugar:

Eu tive que economizar em algumas coisas né, tipo lanchinho, ir no cachorro quente, isso não dá mais. Ir no McDonalds também não dá mais. Mas eu acho que em vista que é uma coisa pra nós, vale a pena. Coisas que a gente não tinha antes. Tudo no meu nome agora. Tenho como comprovar onde eu moro. É como se antes a gente não existia! Onde tu mora? Eu moro naquele beco ali, 349, Paulino Azurenha, fundos. Mas aquele fundos tinha umas dez casas ali. A minha era a segunda, vai que tu procura. O carteiro deixava numa casa X, como ele conhecia ele distribuía pra todo mundo, mas não ia de casa em casa. Pra buscar emprego, eles te veem com outros olhos. Onde tu mora? Na conceição. Ninguém conhece como sendo coisa boa. Só conhecem o tráfico. Saiu no jornal que mataram um lá. Tinha uma época que eu trabalhava no bingo, eu saía mais cedo, pegava um taxi. Mas eles não queriam subir lá. Tinha que subir a pé. Tinham medo. Agora é tranquilo. Esses dias meu filho tava vomitando, eu peguei um táxi, fui no postão, foi normal. Eles perguntam, onde se inscreve? Eu digo, vai no Demhab. Todo mundo quer!

Apesar das melhorias, Alice foi rápida em afirmar que nem tudo mudou. Ela seguia levando seus filhos para o antigo colégio e consultava no mesmo posto de saúde. Em sua crítica pragmática do PMCMV, a mudança de endereço incitou, sobretudo, uma transformação subjetiva, mas não resolveu os problemas de infraestrutura que não eram previstos pela política pública. “Falta uma creche, falta um posto de saúde, falta infraestrutura. Agora vai superlotar os daqui que vem todo mundo pra cá”, raciocinou. Em compensação, ela continuou, o acesso a supermercados e a transporte público estava mais fácil.

A melhoria de vida experimentada por Alice na medida em que se apropriava do novo apartamento foi imediatamente traduzida em uma disposição subjetiva para imaginar o

futuro e repensar o passado. Ao falar novamente de como se tornou uma das professoras na creche presidida por Marília, ela lembrou que fora preciso esforço e superação. “Uma mulher na creche me perguntava, ‘mas tu vai nas reunião? Isso é perda de tempo!’ Hoje essa mulher podia estar aqui no residencial”, comentou.

Por algumas vezes, Alice voltou para a casa antiga para buscar alguns pertences com o filho mais velho que, provisoriamente, ficara por lá. “Meu desejo é trazer toda a família para o PMCMV, revelou. No caminho, observou com curiosidade o ambiente que havia deixado para trás. “As mesmas pessoas sentadas no beco, não fazendo nada. Não se interessam em ir pra frente. Continuam nessa vidinha”, ela comentara consigo. “Eu fiquei parada, observando... Eu não sinto falta de lá”, emendou pensativa. Alice havia se dado conta de que já não era a mesma pessoa que deixara o morro. Os vizinhos, por outro lado, também passaram a estranhar sua presença. “As pessoas ficam mexendo, ‘o que tu quer? Tu não mora mais aqui, tu mora na Bento, que tu faz aqui? Acho que é um pouco de inveja”, ela concluiu.

As tensões simbólicas com os antigos vizinhos convidavam Alice a ensaiar novas reflexões sobre a passagem para o condomínio. “Sei lá, isso aqui qualquer um poderia ter conseguido. Se a pessoa se esmera ela consegue. Eu tive sorte; eu acho que eu merecia ficar aqui. Eu fiz por onde merecer. Como eu disse, a Marília é meu carma. É uma luta que ta aí até hoje. Se não tivesse ela pra comandar não seria assim”, concluiu. Essa reivindicação de Alice por merecimento terminava por encontrar respaldo na nova filosofia que orientava sua conduta no residencial. “Aqui tem que ter regra, senão vira uma bagunça. Tem gente que traz muito comportamento da vila, aí vira um problemão. Tem que chamar a atenção dos jovens que ficam até tarde fazendo bagunça na rua, respondendo pro porteiro, não adianta, é um serviço dele”.

O primeiro serviço contratado pelo condomínio – e certamente o mais caro – fora o da portaria 24 horas, ela me disse. Apesar de aumentar significativamente a conta mensal de cada morador, poucos dispensavam sua importância. A razão, Alice foi rápida em explicar: cabia ao porteiro a árdua mas relevante tarefa de filtrar quem podia entrar e quem devia permanecer de fora dos limites físicos do condomínio *fechado*. A “segurança” tornava-se, assim, o motivo mais fortemente invocado para resumir os benefícios advindos da mudança para o residencial.

Diferentemente dos muros documentados por Caldeira (2000) – em que as classes médias-altas das grandes cidades buscam proteção do Outro representado nos discursos de violência – o sentido de segurança tinha, aqui, o papel de peneiramento daqueles que ficaram no morro e que insistiam em espreitar na nova realidade, carregando seus vícios e sua má vontade em progredir na vida. Como destacou Alice, a arquitetura cercada do local permitia

“deixar os filhos em casa e saber que vão estar bem”. As grades – precariamente erguidas e frequentemente puladas e transbordadas – denunciavam a proximidade com esse Outro tornado passado de si próprio, agora incivilizado, impuro, perigoso e violento, mas ainda excessivamente íntimo.

Traçando o balanço por vezes incerto entre a sorte e o merecimento através da luta coletiva, entre a presença do espectro da vila e as potencialidades junto ao asfalto, Alice desenhou novos devires subjetivos para si própria, perdendo-se na própria imaginação cadenciada que a poética de suas palavras incitava:

Isso vai ser importante pro desenvolvimento dos meus filhos
 Não é só aquele mundinho lá
 É outro mundo pra cá que pode ser bem melhor
 Eu só quero que eles estudem
 Me arrependo hoje de não estudar
 Eles estudando já é uma grande coisa
 Senão não vão conseguir nada na vida.

Isso aqui é uma mudança de vida
 Tu saiu de lá pra vir pra cá
 É uma mudança totalmente diferente
 Quero terminar de mobiliar ele
 Quero estudar
 Eu quero fazer alguma coisa relacionada à creche
 Modéstia à parte, sou uma boa professora
 Lá atrás eu me arrependo de não ter estudado
 Se a gente pensar pra frente a gente vai pra frente
 Eu quero continuar e crescer dentro do emprego
 Tem que virar o cocho
 Quero ficar aqui
 Aqui é muito bom
 Eu gosto daqui.

6.4.2 “Esse apartamento é a realização pessoal” (Adelaide)

Assim como Alice, já conhecemos Adelaide no capítulo três. Quando conversamos pela primeira vez, ela trabalhava na mesma creche presidida por Marília. Também como Alice, ela contou uma história de mudanças, deslocamentos subjetivos e disposição ativista. Há 27 anos, emigrou com uma tia de uma área rural do Rio Grande do Sul para a capital, na busca por melhores condições de trabalho. Em Porto Alegre, circulou por diferentes tipos de trabalho e habitação: de babá a empregada doméstica, residindo com os patrões, a operadora de lavanderia, a cuidadora de um estacionamento de carros, onde morava numa “pecinha” ao lado do serviço. Esse circuito só foi quebrado quando se casou e teve o único filho, ocasião em que parou de trabalhar para dedicar-se ao croché e a faxinas esporádicas. Nesse período, Adelaide residiu com a ex-sogra até separar-se do marido. Na nova vida que se descortinou, ela buscou dar ao filho todas as facilidades que ela não teve. Em certa altura de nossa conversa, suas palavras foram cortadas pelo choro da emoção e da alegria de poder contar uma história de sucesso:

Uma das piores coisas que eu fiz foi parar de estudar. Hoje me arrependo muito. Eram três quilômetros pra ir, três para voltar. Não tinha transporte. Só fui até a oitava série porque eu era muito teimosa e sempre quis aprender. Sempre fui muito curiosa. Foi bem difícil vir pra cá e deixar tudo. Eu tava sozinha aqui. Mas valeu a pena. Eu não cresci em estudos mas eu aprendi bastante coisa e eu acho que hoje eu sou bem melhor do que era... 27 anos atrás, em estrutura e tudo. Pra quem passou fome, tu poder dar uma estrutura para o teu filho, tu ter um filho hoje que está na faculdade, eu acho que cresci muito, passei muita dificuldade, sofri muito, trabalhei muito, trabalhava 12, 15 horas por dia. Eu tenho o maior orgulho do meu filho.

A iminência da mudança ao apartamento permitiu a Adelaide reconectar-se com sua imaginação e, especialmente, com um desejo ardente pelo futuro. Em meio aos sonhos de voltar a estudar, ela costurou um sentido de mobilidade que envolvia não apenas seu próprio deslocamento subjetivo, mas também o de seu filho. Ela se orgulhava da educação que pôde dar a ele, que nunca passou fome nem precisou “colocar uma roupa com remendo”. Apesar disso, ela segue, incentivava o filho a sonhar com outros horizontes imaginativos: “Eu sempre digo: Bruno, quando tu tiver minha idade, eu quero que tu esteja bem, que tu tenha a tua casa, o teu carro, que tu tenha as coisas que eu não tive”.

Na narrativa de Adelaide, a aquisição da casa própria e de seus objetos cristalizava o projeto de uma vida de sofrimentos e atribuições. Ele se tornava a realização de um sonho em vida. “Ali onde a gente mora é muito propício a tu te mover com o que não deve, então acho esse apartamento, pra mim vai ser isso: a minha satisfação, o meu orgulho, isso aqui é meu, é nosso, vai ser isso. Ter orgulho de abrir e dizer assim, sejam bem-vindos, aqui é o meu endereço”. Nesse contexto, a conservação do novo espaço implicava a conservação do projeto coletivo que possibilitou a realização do sonho. “Quero valorizar muito aquele lugar. Precisa ter um cuidado, isso aqui é meu, foi batalhado. Tenho expectativa de arrumar, comprar as coisas, aos poucos”.

Adelaide já começou a planejar a mudança faltando mais de um ano para a transferência. Já comprara alguns móveis novos e louças para a cozinha. “Não quero mais saber de pratos de cores diferentes. Quero terminar de pagar o que já comprei, quero lençóis novos, toalhas, tudo novinho”, ela contou com um sorriso de satisfação no rosto. Dos utensílios antigos, levaria apenas a televisão e uma cristaleira de mais de 60 anos, presente da tia. “Morei cinco anos num lugar, três em outro. Tudo vai se destruindo. Tive vários roupeiros. Mas não vou mais comprar nada enquanto não tiver meu apartamento. Tu bota dinheiro fora”, comentou. Para Adelaide, a perspectiva de ter o lugar ideal em um futuro não muito distante fez com que refizesse seus planos, passando a enxergar o dinheiro gasto com o consumo da casa como um investimento – não apenas material, mas subjetivo.

Adelaide não tinha receio das eventuais dificuldades financeiras decorrentes do novo espaço de moradia. “Mesmo morando na vila, sempre paguei água e luz, nunca tive gato. Eu prefiro que seja assim, se eu pago eu tenho o direito de cobrar”, ela disse, revelando vestígios

do cidadão-consumidor preconizado pelos economistas da “nova classe média”. Mesmo assim, ela buscou estabelecer prioridades. Uma delas é a cozinha e a sala, que precisam ser “maravilhosas”, para “ter orgulho do lugar onde tu mora”. Contudo, ela continua, “o mais importante é pagar o condomínio”. Nessa afirmação, ela alinhava-se a várias outras senhoras com quem conversei antes e depois da mudança. A ideia de manter as taxas condominiais em dia revelava a hierarquia moral de valores que pontuava os contornos da comunidade modelo. O pagamento do condomínio tornou-se o instrumento para a manutenção do projeto coletivo que levou pessoas como Adelaide e tantas outras da informalidade para o asfalto. Passada a mudança, era nesse espaço moral que o Codespa encontrava um novo flanco para a sua própria existência.

“Essa é a minha vida”, concluiu. “Esse apartamento, essa *casa*, vai ser uma realização pessoal”.

6.4.3 “Viver Dignamente” (Dona Maristela)

Em minha primeira visita à casa de Dona Maristela, fiquei impressionado com sua história de vida e as múltiplas escalas em que ela estava conectada a experiências habitacionais. Com mais de 60 anos de idade, 8 filhos – 2 quais dois adotivos – ela nasceu e criou-se em Porto Alegre, no Morro da Vargas, Partenon, num tempo em que a “água do riacho era maravilhosa, cristalina e tinha peixinhos”. Em nossa conversa, Dona Maristela contou histórias de um tempo em que poucas pessoas ocupavam o morro, um lugar que “não tinha luz, não tinha água, não tinha banheiro” – uma situação similar a de outras senhoras como Dona Hilda. “Nos criamos pegando água de canequinha na bica. A gente descia lá de cima com um latão. Carregávamos dois toneis de água, que eram lavados e esfregados toda semana. A lenha nós buscávamos no mato para o fogão de pedra, que tinha que brilhar, assim como as panelas”, ela narrou. Com o passar do tempo e a urbanização das áreas periféricas de Porto Alegre, o arroio em que era possível tomar banho tornou-se um esgoto a céu aberto. “As pessoas foram fazendo suas casas por necessidade. Tornaram-se as casas de risco”, completou.

Dona Maristela já teve a sua casa própria. Enquanto ela e o marido, um funcionário do Dmae, terminavam de construí-la, um curto-circuito causou um incêndio e ela perdeu tudo. “Fiz uma outra casinha pequenininha. Dali não me alevantei mais. O marido desandou, desanimou. Teve que parar em casa para ajudar. Mudou o chefe, ele não aceitou as faltas e mandou embora. Fui dormir na casa dos vizinhos. Meus filhos dormiam no chão das casas das pessoas”, confessou. “Dali minha vida virou um inferno. Eu fui mãe e pai dos meus filhos”, ela emendou. Dona Maristela era a única pessoa empregada na família. Trabalhou em três empregos simultâneos para dar conta da rotina de pagamentos. De sua ocupação

principal, na CRT, saía para lavar pratos em um restaurante, e no fim da tarde ainda trabalhava na casa de uma enfermeira como doméstica. Sua rotina de trabalho iniciava-se às 5:30 horas da manhã e encerrava próximo da meia-noite.

Enquanto isso, o “marido virou a cabeça, foi pro morro, começou a traficar e eu nem sabia que ele traficava”. Segundo Dona Maristela, nessa época a qualidade de vida melhorou, mas ela acreditava que o dinheiro vinha do trabalho no Dmae. “Pra mim era um descanso”, seguiu, “dentro de casa era só incomodação, eu me metia no meio pra ele não dar nos filhos, ele dava de socos. Aí sobrava pra mim. Apanhava eu, apanhava filho. Mas graças a Deus me liberei dele”.

Quando finalmente viu-se livre das ameaças e agressões do marido, Dona Maristela deparou-se com outro dilema: para onde ir? Decidiu bater na porta de sua melhor amiga de infância: Marília Fidel. “Ela me apoiou na casa dela, mas meu marido não deixou levar os filhos”. Anos se passaram, os filhos de Marília garantiram que o ex-marido de Dona Maristela não se aproximasse dela, até que ela conseguiu alugar uma “pecinha”. Pouco a pouco, os filhos vieram morar com ela – à exceção do único homem, que preferiu ficar com o pai. “Um a um, foram crescendo, umas foram casando, outras começaram a trabalhar, sabiam se defender”, disse. Dona Maristela arrumou um novo companheiro com quem buscou recomeçar a vida. Este tinha uma filha que, após se envolver com drogas, teve um bebê que abandonou nas mãos de Dona Maristela. “To indo pra dezessete netos. Tem três barrigudas na família”, completou com orgulho.

Para Dona Maristela, o apartamento representava uma conquista tornada inteligível e merecida diante da sofrida trajetória de vida, marcada por altos e baixos. “É maravilhoso saber que tu vai ter o teu canto”, comentou. Em seus planos, ela levaria pouca coisa. “A CEF ta financiando R\$ 5.000. Sei que os móveis têm que ser sob medida. Isso aqui não vai caber tudo. To ansiosa, esperando, se Deus quiser vai dar tudo certo! Assim como eu, tem muita gente necessitada que o governo ta dando uma chance”, revelou.

Em janeiro de 2015, encontrei com Dona Maristela já em seu novo apartamento. Ela estava radiante, enquanto comentava do passeio com os vários netos no dia anterior. Aposentara-se há poucos meses e agora tinha condições de passear com as crianças e curtir o apartamento. Em nossa conversa de mais de duas horas, ela atravessou novamente suas experiências profissionais, pessoais e habitacionais. “Trabalhei em restaurante por 28 anos. Trabalhei de carteira assinada toda vida, entre aspas. Porque eu comecei a trabalhar com nove anos, na época meu pai morreu”, declarou. Dona Maristela veio de uma educação evangélica e bastante regrada. “Fui crente por muito tempo, mas fugitiva. Eu e a Marília, nós fugíamos para ir dançar. Aí eu comecei a não querer ir pra igreja, apanhava, até que minha

mãe não pôde mais com a minha vida e a mãe da Marília não pôde mais com a vida dela”, continuou.

Dona Maristela considerava-se uma pessoa ladina. “Eu tinha vários namorados. A gente dava várias voltas neles”. Noivados eram frequentes, mas também rapidamente dissolvidos. Ela tinha o casamento como uma instituição que aprisionava e subjugava sua subjetividade. “Com o pai dos meus filhos eu tive três vezes com o papel pronto para casar, e não ia. Eu achava que ia ser uma propriedade dele”, comentou. Em certa altura, contudo, a pressão familiar fez com que, após o quarto filho, assinasse os papeis. A experiência de Dona Maristela como esposa, sobre o que já havíamos conversado antes de mudar-se, viria a provar seus medos justificados. “Me engambelou por um bom tempo. Eu via que dinheiro entrava, eu era mulher de instituto de beleza. Mas eu jamais pensei que fosse tráfico”, acrescentou.

O apartamento tornara-se o lugar privilegiado para recomeçar a traçar projetos de vida. “O aluguel é um dinheiro morto”, ela prosseguiu; “pra quem tava pagando R\$ 500, agora ta mais fácil. Condomínio tem que pagar; luz e água é só saber controlar”, afirmou. “Tia Naná”, como é conhecida entre os netos e se auto-referencia, pôde comprar um refrigerador e uma televisão de LCD para o seu quarto. “Graças a Deus hoje dá pra comprar essas coisas”, ela emendou. Sua filha, que também fora beneficiada com um apartamento do PMCMV no mesmo residencial, “tirou” um fogão em seu nome – referindo uma prática já documentada por outros antropólogos quanto à circulação de cartões de crédito entre os grupos populares (Biggart, 2001; Müller, 2013; 2014). Apesar de usar o cartão Minha Casa Melhor, ela comprara muitas coisas em dinheiro. Dona Maristela não gostou dos limites estipulados pelo governo: “Já não é minha praia. Tenho que comprar o que eu gosto e o que eu achar bonito. É eu que vou pagar. A Caixa só ta me financiando. Aí eu digo não, pára aí”. Com a aposentadoria, ela conseguiu iniciar uma poupança. “Tem que pensar no dia de amanhã”, sustentou. “Não tenho intenção de mexer. Uma hora a velha bate as botas...” – ela não terminou a frase. Ao invés, conectou-a com outro projeto de futuro: viajar. Seu único filho morava agora no Mato Grosso e talvez fosse possível planejar uma visita. “Faz um ano e pouco que não vejo meu filho. Só por telefone e *whatsapp* é o jeito que eu me comunico com ele”.

Do alto de sua experiência de vida, era o desaparecimento de uma de suas filhas que a fazia pausar e chorar diante da câmera. “Eu tenho quatro filhos netos dela que ela abandonou por causa das drogas. Sei os local que eu posso ir encontrar ela, mas meus filhos ficam com medo”, revelou. “Mas vamos falar de coisa boa”, ela deslocou a narrativa. “Isso aqui é o paraíso, a autoestima vai lá pra cima”. E continuou, numa espécie de filosofia político-econômica:

Não só eu mereço isso aí, muita gente merece. O pobre merece ter uma vida digna. Uma moradia descente, um alimento descente, uma educação descente. Nós ser humano temos que ter esse direito. Esse cartão do governo é muito bom. Tu não ta vendo minha *frigider* nova? Fui comprar uma *frigider* e um computador pros meus netos. Agora só falta pagar. Não gastei meu limite então vou pagar só daqui a três meses. Como eu tenho umas continhas, até chegar esse momento eu já liquido essas. Em muitas coisas eu não condeno o governo, principalmente dar vida digna pras pessoas que realmente precisam. Dar um salário justo. Não tem coisa melhor. Tu sabe que tu ta dando murro mas tu tem tua recompensa no fim do mês. Pode pegar teu dinheiro e dizer: esse é pro gás, esse é pro rancho, essa é pra luz, pra água, esse é pra vestir e dar um calçado, uma alimentação digna. O que é isso? Uma verdura, uma fruta, uma carne, que é o que o povo necessita. Viver dignamente. Pelo amor de Deus. Enquanto tu vê essas barbaridades que ta acontecendo com nosso país, sem vergonhismo.

Em nossa conversa, Dona Maristela sentia-se a porta-voz de tantas outras pessoas que fizeram a passagem ao residencial e que, como Dona Hilda, haviam encontrado no condomínio seu ponto de chegada, o segredo da boa vida, da paz (Fischer, 2014). Com isso, ela politizava suas experiências em uma economia moral do merecimento que não excluía uma crítica pragmática dos modos de implementação das políticas sociais e de suas consequências na prática.

6.5 – CIDADÃS-CONSUMIDORAS DA CASA PRÓPRIA

6.5.1 “Comigo é na ponta do lápis” (Delci)

Dia 4 de outubro [de 2014], um dia antes das eleições. Correria. Não trouxe quase nada, era muito úmido e não deu pra aproveitar muita coisa. Trouxe geladeira, cama e guarda-roupa, máquina de lavar e minha cama, e esses sofás. O resto estragou tudo. Era muito saco. Saco de roupa, era caixa com coisas da cozinha. Era um terror. No domingo de manhã quando eu acordei, olhei, não reconheci o lugar. Meu Deus, onde que eu to? Abri a porta. Vim pra sala. Me sentei. Fiquei olhando. Ah, Meu Deus, eu não acredito. Aí caiu a ficha que eu não ia precisar fazer o que eu fazia lá onde eu morava quando chovia. Era um Deus nos acuda. Não acredito, sem goteira, sem correria, é meu! Tava vazio, tinha pouca coisa, mas pra mim era lindo, mesmo vazio. Sei que ainda tem dez anos pela frente pra que realmente seja meu. Mas to pagando direitinho, tenho a certeza de que é meu. Daqui eu não saio daqui ninguém me tira [risos].

Delci sempre morou em Porto Alegre. Aos 19 anos, quando casou, mudou-se para perto do asfalto, na Avenida Ipiranga, retornando em seguida ao Morro da Cruz, onde permaneceu por 17 anos, em um terreno da família. Casada e com dois filhos, ela encontrava-se desempregada na época de nossa conversa, em janeiro de 2015. Delci participou da maior parte das reuniões do Codespa, desde a realização do seminário “Do Morro para o Asfalto”, em 2009. Antes disso, frequentou por cinco anos uma associação de luta pela moradia que, como disse, “não deu em nada”. “Eu não vi na liderança aquela coisa de vai dar certo, vamos se unir, organizar, as coisas eram perdidas, não tinha reunião, teu nome não tava na lista”, comentou, sugerindo que eram essas diferenças que mantiveram sua esperança acesa na militância pelo Codespa. Por várias vezes, Delci fez planos de comprar uma casa, mas esbarrava nas complicações financeiras decorrentes do aluguel e do desemprego. “Não sobra dinheiro pra comprar, não sobra”. Como as outras mulheres que perfazem este capítulo, ela

via no apartamento o ponto de chegada de uma caminhada que passava pela busca incessante da casa própria e pela construção de um legado para as gerações vindouras: “Vocês não sabem o quanto eu to feliz. É o sonho de uma vida. Me casei de 19 pra 20, to com 40, não pensava que eu ia conseguir ter algo meu, a gente não vai viver a vida inteira e eu queria ter algo pra deixar pros meus filhos”, desabafou.

Para mobiliar a casa nova, Delci utilizou o cartão do governo, o Minha Casa Melhor, e comprou os móveis na loja de Seu Ilmo, através da parceria do Codespa. Antes disso, teve um problema de cadastro na CEF – comum a outras pessoas com as quais conversei; ela teve de se deslocar até uma agência bancária para que o crédito fosse liberado em cerca de dez dias úteis. “Não usei todo o limite. Comprei o que eu necessitava. Uma dívida é uma dívida”, sentenciou. Desde a infância, Delci considerou-se como o polo racional de sua família: “Comigo sempre é na ponta do lápis, eu sempre tomei as rédeas de tudo, desde que morava com a mãe”, explicou.

“Tu tem a prestação da casa, água, luz, despesas de comida, roupa... Quando eu vim eu achei que seria menos despesa, mas sabia que poderia correr esse risco”, continuou Delci. Em seu planejamento doméstico, ela havia encontrado um meio de calcular os gastos e planejar os investimentos no apartamento. “Isso influenciou no modo como a gente administra o dinheiro”, confessou a dona de casa, que já tratava de acomodar a nova despesa, o pagamento do IPTU. “Eu penso em comprar algo mas eu não posso porque vai vir essa conta, senão não vai dar. Quando o meu marido recebe eu já tiro o dinheiro da prestação, do condomínio, da água e da luz, o resto eu tiro depois. Antes não era assim porque não tinha condomínio e prestação”, arrematou.

Delci comprou rack e televisão para a sala, mesa com cadeiras para a cozinha e mobiliou o quarto do filho. Ela tomara a decisão de privilegiar o filho – que precisava de um computador – dispensando, naquele momento, a compra de uma secadora de roupas. “É um adolescente, eles querem ter as coisas deles”, argumentou, enquanto demonstrava como esses bens serviam para a construção da individualidade do rapaz, que agora tinha seu quarto próprio. Quem a convenceu de que precisava comprar objetos para o apartamento todo fora seu marido. “R\$ 120 fixos não é uma prestação alta, ele decidiu comprar o que a gente precisa”, sugeriu.

Apesar da alegria em planejar o espaço doméstico, Delci não ficou satisfeita com a qualidade dos móveis recebidos. “A bancada da cozinha eu fui abrir e saí com a porta na mão. O guarda-roupas do meu filho tu abria uma gaveta e não abria a outra”. Ela atribuiu esses problemas a falhas na montagem, razão pela qual entrou em contato, por telefone, com a loja de Seu Ilmo, relatando o inconveniente. “Eles vão aí, a senhora não sai daí. *Uma hora vão*

chegar na tua casa”, teriam lhe dito. Três semanas haviam se passado e nenhum montador aparecera em sua casa. Delci permaneceu dias no apartamento até que finalmente decidiu conversar pessoalmente com Seu Ilmo, na loja. “Foi aí que as coisas aconteceram”, concluiu.

Delci também teve problemas com a qualidade do apartamento. Alguns dias após a mudança, uma chuva de grandes proporções criou poças de água no chão de um dos quartos. Ela entrou em contato com a construtora, que demorou um mês, entre idas e vindas, para resolver a situação. “Sou dura na queda, insisti bastante. Quando vão resolver? Não interessa como, eu to pagando, é meu dever, eu to cumprindo. Também tenho o direito de cobrar, porque se eu não pagar vão me cobrar, não vão? Então também tenho que cobrar”, teria dito aos técnicos da empresa. Uma vez o problema do vazamento resolvido, começara o seguinte: choques nas janelas, resolvido em dois dias. Finalmente, o piso passou a apresentar rachaduras e soltou em certos pontos do quarto. Delci deixou novo papel no setor de acompanhamento da construtora e aguardou contato. “Ninguém apareceu. Os rapazes vieram ver o piso e disseram que não podiam fazer nada. Que essa parte tinha sido finalizada pela outra construtora, que a Caixa tinha que autorizar. Disseram pra entregar outro papelzinho. Eu digo, outro?”. De modo geral, Delci avaliou que a cobrança era problemática e abordada pelos técnicos da CEF e da construtora “na defensiva”. “Fiquei sabendo que tem o 0800, o serviço de qualidade. Liguei e falei tudo que tinha acontecido. Eles queriam trocar só a parte estragada e iriam me deixar com pisos de cores diferentes. Não aceitei. Deveria ter mais agilidade, tudo é muito complicado”, queixou-se.

Delci, entretanto, seguia tecendo projetos para apropriar-se da casa, em meio às tratativas com a empresa na busca por fazer valer seus recém descobertos direitos como cidadã-consumidora. “Ainda quero comprar um sofá novo, pintar a sala, algumas coisas que dá pra fazer. Nada que mexa com a estrutura que ta ótima, mas algo que deixe a minha cara, uma cortina diferente nos quartos, os boxes do banheiro, nada de mais”, declarou. Quando pediu que deixasse uma mensagem final para um futuro documentário, não teve dúvidas: “Pra gente é um resgate da dignidade. Tu sabe que tem um lugar pra tu ir, que não é insalubre, é limpo, seguro, bom pra te criar teus filhos. É o sonho da maioria dos brasileiros. Chega uma hora que tu fala, meu Deus pra onde eu vou? Eu vou deixar esse apartamento pros meus bebês”, confessou. Pela primeira vez, Delci considerava-se entre os afortunados brasileiros a ter sua casa própria, passando da imaginação do sonho à imaginação da realidade.

6.5.2 “Eu tenho que pensar no progresso” (Ana Paula)

Perto dali residia Ana Paula, uma mulher negra, de meia idade, que há muito tempo atrás, ainda no início dos anos 1990, residira em apartamento. O imóvel fora comprado com o dinheiro do seguro de vida de seu pai, ex-funcionário da extinta CRT. “Fiz um mau

negócio”, ela comentou, “eu tinha um contrato de gaveta que a Caixa não reconhecia. Perdi o apartamento, só não fiquei na rua porque eu retornei à casa da minha mãe pro meu quarto de solteira, com uma filha de 19 anos”. Sua mãe morava na Vila São José, no bairro Partenon. Por longos anos, Ana Paula pensou em realizar investimentos na casa, mas não tinha espaço para guardar seus pertences. Juntou algum dinheiro enquanto aguardava a certeza de que, vinculada ao Codespa, o sonho da casa própria se materializaria. Em 2010, com a festa de 15 anos da filha, o pouco dinheiro economizado foi consumado no evento.

Ana Paula sempre trabalhou como telefonista em *call centers*, incluindo-se finais de semana e feriados. “É horrível. Foi assim que eu criei minha filha, que sempre estudou em escola particular. Foi tudo dividido entre eu e o pai dela”, prosseguiu com a narrativa. Enquanto acompanhava e batalhava pelo desenvolvimento da filha, Ana Paula buscou informações para aprimorar sua própria educação; primeiramente, sobre um curso de recursos humanos na Ulbra. “Sempre fui fascinada, mas era impossível de pagar. Não tinha EAD, não tinha dinheiro, sem perspectiva nenhuma de vida, nada na minha vida acontecia. Eu saía de um *call center* pra outro e pagava o colégio da minha filha”, confessou. “Quando eu tiver oportunidade vou fazer esse curso. Vamos pensar no progresso”, ela teria dito para si mesma.

Em 2010, a chance de iniciar um curso de graduação em recursos humanos à distância, na Unilaserva, concretizou-se. Ana Paula tinha aulas presenciais a cada segunda-feira e formou-se alguns anos mais tarde. “Hoje a graduação é um ensino médio”, ela então raciocinara. “Vou fazer uma pós. Fiquei entre psicologia organizacional e gestão de pessoas com ênfase em *couch*, que é o que eu faço. Eu pensei: a psicologia ta voltada da porta da empresa pra dentro, já a gestão é um mercado que tu faz toda hora”. As dificuldades, entretanto, se assomaram e em janeiro de 2015 Ana Paula já considerava trancar o curso, devido à falta de oportunidades de estágio na área para pessoas sem experiência profissional. Aliado a esse fato, Ana Paula estava desempregada e considerava recomeçar em outro *call center*. “Vou retroceder pra buscar em curto prazo, mas meu currículo está em todo o lugar”, completou.

A situação de incertezas econômicas influenciou sua opinião sobre a nova vida no residencial Bento Gonçalves. “Sou muito ativa, não me atiro, sempre penso no amanhã. Fiquei muito depressiva, tinha tardes que eu passei num choro só, horrível, por estar em casa sem perspectiva. Ninguém te liga, nem para dizer que é engano”, comentou em tom de desabafo. Sua filha estava iniciando o curso de graduação em psicologia enquanto tratava de arrumar espaço para o primeiro emprego de recepcionista. “Esse mês é ela quem vai pagar as contas”, revelou. Em sua narrativa, Ana Paula constatava um descompasso entre sua qualificação curricular e a alta rotatividade em empregos subdimensionados, que aceitava

para dar conta das despesas no residencial. “Quando me mudei, estava sem dinheiro, sem renda mensal. Foi bom, eu tava feliz, mas foi frustrante. Eu queria fazer outras coisas, pintar essa parede. Isso tornou-se supérfluo porque entre fazer o mercado e a parede tu vai fazer um mercado”, constatou. Apesar disso, todas as suas contas, à exceção do IPTU, estavam em dia.

As dificuldades financeiras não impediram que Ana Paula usasse o cartão Minha Casa Melhor para a aquisição de novos pertences para o apartamento. Com ele, comprou um sofá, uma televisão e um *rack* para a sala; um micro-ondas e móveis para a cozinha; uma cama para a filha, roupeiro, colchão e um jogo de armários, além de uma máquina de lavar roupas. Da casa antiga, trouxe apenas um roupeiro, uma mesa com cadeiras, uma cômoda e um livreiro. De sua mãe, ganhou de presente uma geladeira, comprada pela internet, e um fogão usado.

Em sua experiência com diferentes lojas, ela constatou diferenças de tratamento por conta da utilização do cartão. “As pessoas já te olham não muito bem, acham que tu é totalmente miserável, que tu é leiga, não tem estudo nenhum, não te respeitam, te discriminam”, queixou-se. Em uma delas, Ana Paula foi deparada com uma planilha de objetos e custos, que chamou de “cesta básica de eletrodomésticos e móveis” (ver p. 312). “É um xerox dos xerox da Caixa. Até concordo que tem que ter uma ordem porque a gente sabe que tem pessoas lunáticas. Mas que eu desejei e almejei eu comprei”, afirmou. Um dos principais bens procurados por Ana Paula foi a máquina de lavar roupas. Primeiramente, foi até as lojas CR Mentz, onde lhe ofereceram “marcas inferiores” e olharam-na como “pobre e favelada, que desceu do morro e ta no asfalto”. Ela redarguiu dizendo que queria levar uma Brastemp ou Eletrolux: “eu conheço o que é bom, não sou uma pessoa ignorante que não sou informada”. “Nesse cartão não passa”, disseram-lhe. “Então eu não vou levar. Atravessei a rua, fui no Magazine Luiza, fui muito bem atendida e comprei a marca que eu queria”, arrematou.

Enquanto terminava de formatar e criar seu ambiente doméstico – planejando a colocação de grades e a compra de utensílios como porta-sabonetes –, Ana Paula seguia à procura de um emprego na sua área de formação, para poder usufruir plenamente dos benefícios da nova residência. “A gente tem que pensar no progresso, na vida. Vou me tornar uma gestora de RH”, esbravejou com o olhar cintilante. Para ela, um sentido de imanência e de valor moral à vida era forjado à medida que tecia projetos futuros que alinhavam sua realização profissional à construção de um sentido de continuidade intergeracional, um legado que seria passado à filha: “Quero deixar esse apartamento para a minha filha, minha única herdeira. Não penso em vender, mas em dez anos posso alugar, fazer renda. Minha filha pode morar aqui, ou eu fico e ela sai também, ela tem a sua autonomia. É isso que eu penso”, concluiu.

6.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE PERMANECER E SAIR

“Mas o que é classe média?”, Elisa redarguiu em nossa conversa, quando eu lhe dirigi a clássica pergunta sobre auto-identificação. Sem fornecer pistas sobre os múltiplos critérios de classificação em torno dos quais intelectuais brasileiros se digladiavam, deixei que ela explorasse seu próprio esforço de conceituação da nova vida. “Pra mim todo mundo aqui é pobre. Tem o seu carro, tem. O pai trabalha, a mãe trabalha, o filho trabalha. As pessoas trabalham. Minhas colegas ficam assustadas quando eu digo que as pessoas são pobres”. Elisa argumentou contra a consagrada ideia de que pobre não trabalha: “no dia dois de janeiro eu já to trabalhando. Saio às 7h da manhã. Mas se eu fosse classe média, eu não iria morar aqui. Eu ia morar lá no De Ville, perto da Luís de Camões...”, sentenciou.

Apesar de diferir na conceituação que fazia de si – e que a situava no interior de uma estratificação social imaginária – Elisa deixou escapar que, no fundo, “nós somos todos iguais, temos os mesmos problemas”. Entre eles, mencionou as contas que precisava pagar como uma rotina à qual ainda estava se adaptando. “Daqui a uns três anos, sei lá, eu vou precisar ter um carro, que é importante. Quero viajar, quero. Mas isso é mais pra frente. Tudo é uma construção”, completou. Rapidamente, os “problemas” mencionados, que a alinhavam à classe média dos intelectuais, apareciam em sua narrativa como decorrência de uma decisão: mudar-se para um apartamento próprio no asfalto, à beira da Avenida Bento Gonçalves, rodeado de infraestrutura: “Se eu tivesse grana um dia eu faria um casarão e um piscinão no morro, ficaria vendo a imagem linda do Guaíba, teria um carro, mas as coisas não são assim. Eu quis sair. Não aguentava mais os meus pés sujos de barro pra chegar na tua casa. Eu tenho outras prioridades”.

Para Elisa, o apartamento no Residencial Bento Gonçalves representava uma nova fase em sua vida, compatível com a imaginação de um novo futuro. Permanecer ou sair? “Pra sempre é muito tempo”, ela sorriu diante da câmera. “Quero morar aqui até quando... eu não pensei muito lá na frente também. Eu não curti muito ainda. Eu acordo de madrugada, durmo tarde, fico pensando... Coisa boa que eu to aqui, fico na janela, olhando o movimento, coisa boa... Olho o colégio onde estudei o segundo ano do magistério...”. O apartamento e seus objetos carregavam uma afetação que permitia restituir um senso de família, enquanto colocavam Elisa em movimento na imaginação desse futuro: “Tenho outras preocupações, não sei se eu vou ficar os dez anos que dizem, depois tu pode vender, fazer o que quiser. São só quatro meses até agora, não me pressione”, sorriu.

Para economistas como Marcelo Neri, narrativas de pessoas como Elisa falavam de um país que iniciara a lenta marcha rumo à redução das desigualdades, durante a década de 2000. A visão prospectiva de mundo poderia ser captada por instrumentos sofisticados de

mensuração estatística, como as PNADs – que lhe dariam uma “fotografia” exata de sua renda, de sua composição familiar, de seus bens, de sua escolaridade e de seu emprego – apenas para citar alguns dos indicadores que a transportariam, na leitura do economista da FGV, à “Classe C”. Para marqueteiros e publicitários como Renato Meirelles, o sinal da ascensão social à “nova classe média” brasileira estava na passagem da cidadania via inclusão política ao consumo via acesso a mercados; em suas mãos, pessoas como Elisa seriam convertidas em personagens que, através das escolhas de consumo, contam histórias de autoafirmação, autoestima e amor-próprio. Mesmo para sociólogos críticos, vestígios de classe média poderiam estar presentes nas novas rotinas de vida, que incluíam agora a casa própria, em muitos casos o carro e, sobretudo, o pagamento de contas, o planejamento familiar, o retorno à escola, o acesso a crédito, a lazer e viagens – em suma, uma visão prospectiva do futuro (Souza, 2009; 2010). Outros sociólogos, mais reticentes, para quem importa captar as autotransições atribuídas pelas pessoas à sua posição na estratificação social, veriam nas palavras de Elisa apenas um desajuste entre seu perfil socioeconômico e suas percepções de classe (Salata, 2014). Para esses autores, classe média tornava-se ou uma questão de descrição segundo algum critério do pesquisador – sempre discutível, seja estatístico, de renda, de consumo, de capital simbólico – ou do pesquisado.

Neste capítulo, pareceu-me que, para melhor entender como as pessoas (re)conceituaram suas vidas em fluxo em meio à mobilidade ascendente, era preciso, literalmente, dar um passo para trás. Ao invés de perguntá-las explicitamente sobre suas práticas de identificação, resolvi olhar para as instâncias em que afetações foram produzidas no espaço moral que se abriu entre a política pública, seus operadores, e *desiring citizens*. O que, de fato, essas pessoas estavam em vias de tornar-se? Como suas histórias entreteciam-se com o consumo da casa própria? O que a tessitura dessas “coisas” fazia na vida das pessoas? Que modalidades alternativas de entendimento sobre a mobilidade elas propiciam? Na passagem do morro para o asfalto, os objetos adquiridos através da economia de crédito colocada em marcha pela política pública tornaram-se materialidades políticas que, em sinergia com as histórias de vida dos beneficiários, abriram caminhos de imaginação do futuro, desenhando novas subjetividades. Eles permitiram deixar o “velho para trás” e ensaiar espaços de autonomia e individualização – como ficou evidente, sobretudo, na trajetória dos filhos, ao ganharem quartos e computadores, por exemplo.

Pessoas como Elisa e Geralda, Alice, Adelaide e Maristela, Delci e Ana Paula (a presença exclusiva de mulheres não é aleatória e relaciona-se, novamente, aos alvos privilegiados da política pública), falaram, cada qual a seu modo, dos fluxos e transformações materiais resultantes da introdução dessas materialidades políticas em suas vidas: o desejo de progredir, a vontade de emancipação, os novos arranjos familiares, as experiências

políticas de consumo, o planejamento dos novos instrumentos de crédito, a expectativa de retornar aos estudos e de re-imaginar em novas bases um futuro ardentemente desejado. No processo de apropriação da casa, essas mulheres deslocaram os sentidos estabelecidos sobre a mobilidade brasileira e seu enraizamento em práticas de consumo para a complexidade de suas subjetividades em reconfiguração.

CADERNO FOTOGRÁFICO

*Borboletas em
Transformação*



60 – Casas. Autor: João Rafael. Janeiro/2015.



61 e 62 – *Residencial Bento Gonçalves*. Janeiro/2015.





63 e 64 – Futebol e Sociabilidades. Janeiro/2015.





65, 66, 67 e 68 – O Consumo da Casa. Agosto/2014.



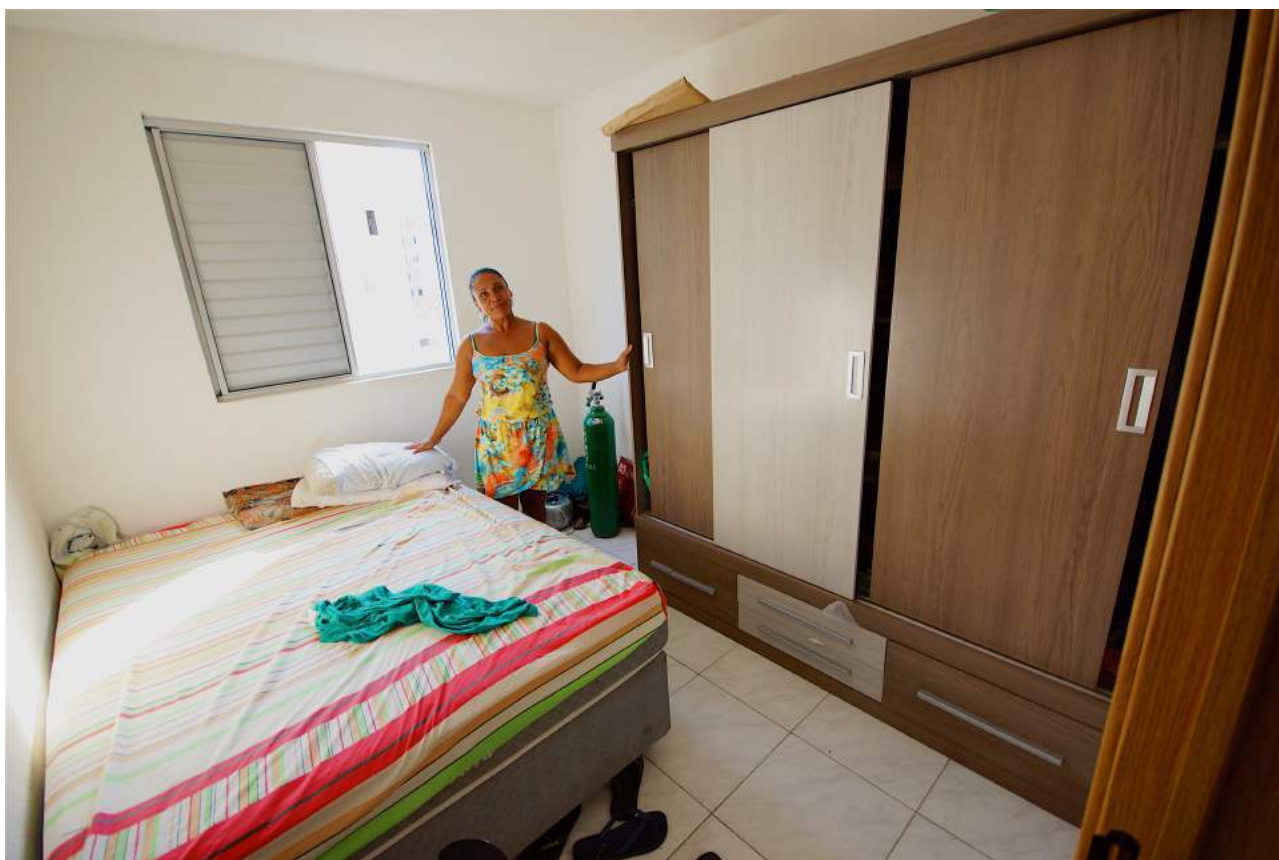
69, 70, 71 e 72 – A Entrega dos Móveis e Eletrodomésticos. Fonte: Codespa. Novembro/2014.



73 – Alice e Família. Janeiro/2015.



74 e 75 – Alice e Família II. Janeiro/2015.





76 – Dona Maristela. Janeiro/2015.

77 – A Casa de Dona Maristela. Janeiro/2015.





78 – *Nos Bastidores da Conversa*. Janeiro/2015.

79 – *Sociedade de Consumo*. Janeiro/2015.





80 e 81 – *Dona Delci*. Janeiro/2015.





82, 83 e 84 – Ana Paula. Janeiro/2015.



85 e 86 – *Seu Juliano e Família. Janeiro/2015.*

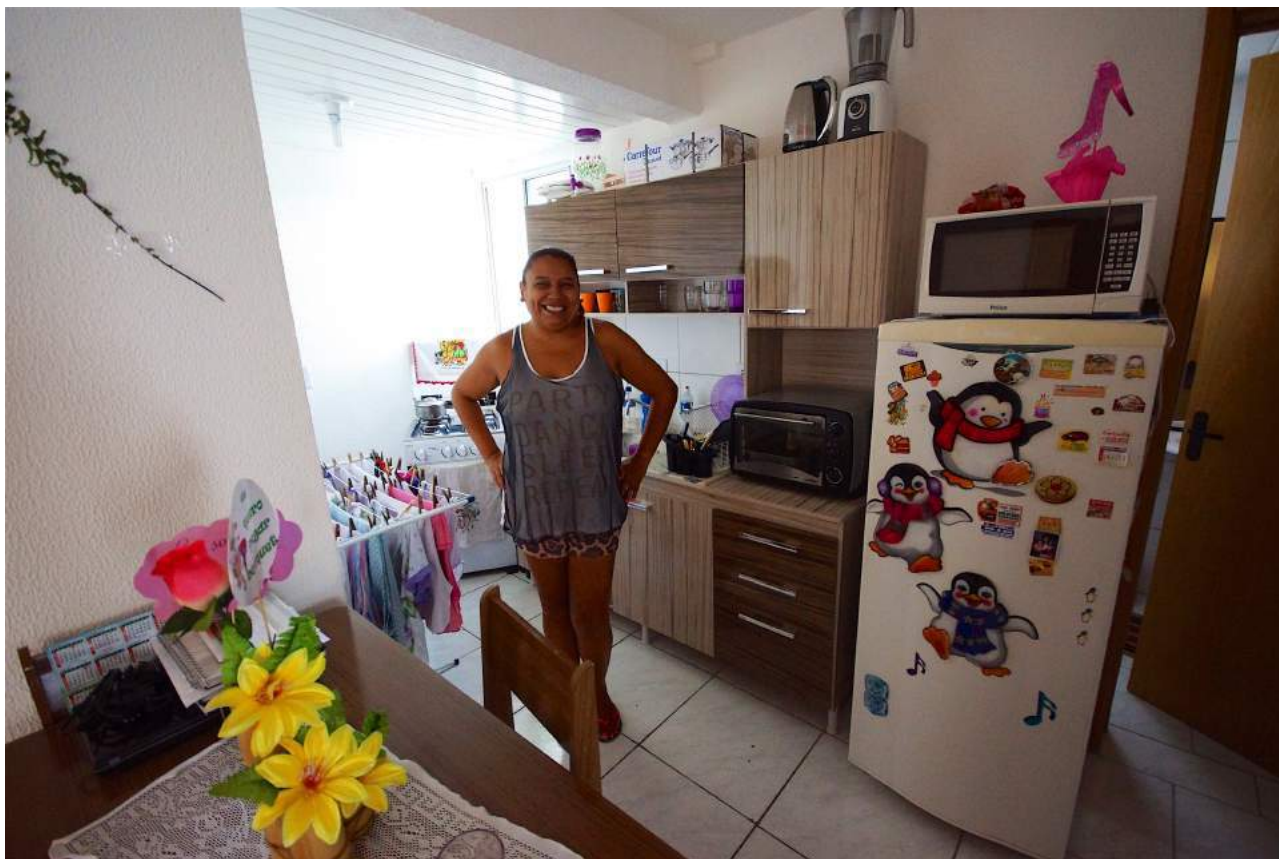




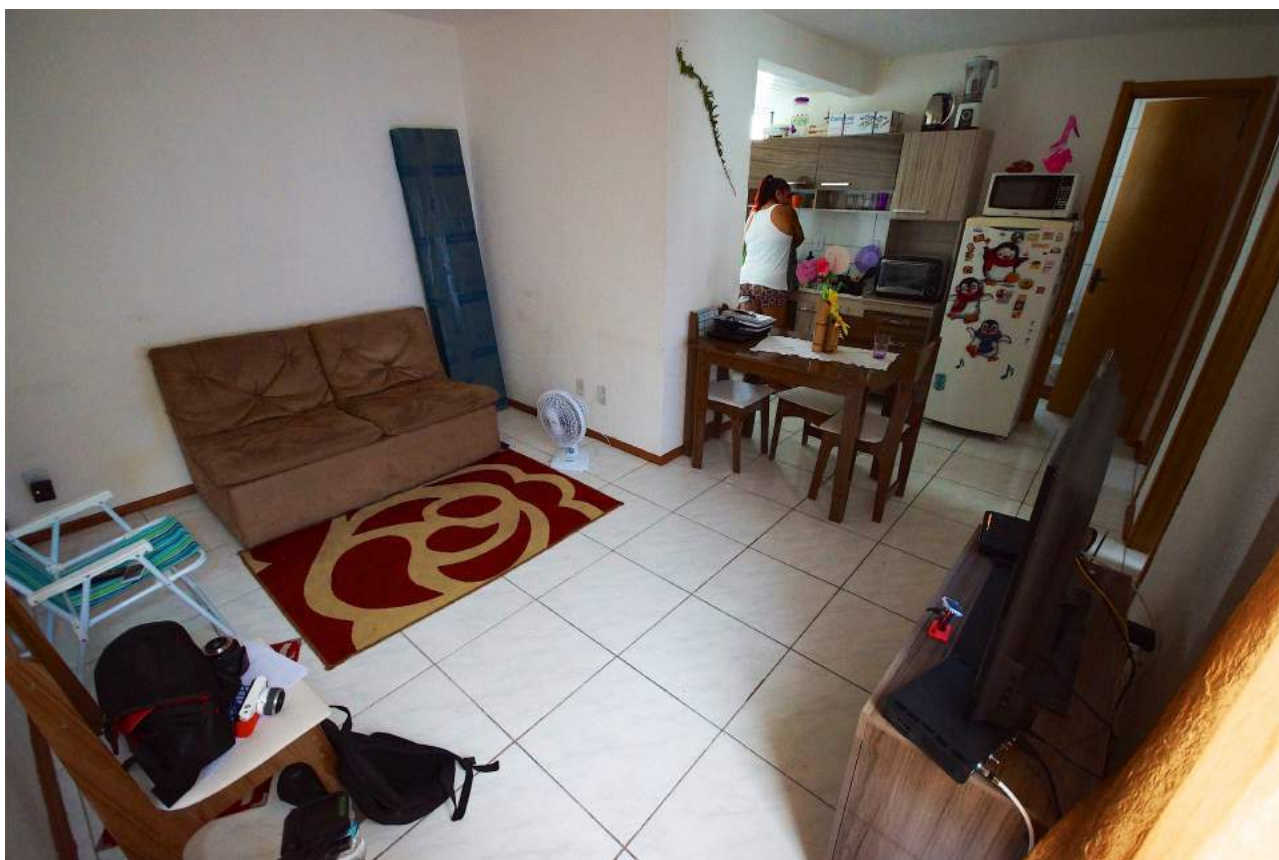
87 e 88 – *Seu Juliano*. Janeiro/2015.



89 – Berenice. Janeiro/2015.



90 e 91 – A casa de Berenice. Janeiro/2015.





92 e 93 – Dona Hilda. Janeiro/2015.



94 – *Desenhos*. Autor: João Rafael. Janeiro/2015.

7. CARTOGRAFIAS MORAIS DA ESPERANÇA

*Já me disseram que eu sonho muito alto
Mas se o Brasil quer ser um país desenvolvido...
Já começaram com as cotas
Dando o Bolsa Família
Quem é rico fica 'bahhhh'
Mas querendo ou não o Brasil melhorou
Se desenvolveu
Por quê?
Porque deram condições pros pobres
Um pouquinho mais de dinheiro pra pensar num estudo
Ajudaram muitas pessoas*

*Minha irmã é um exemplo claro e vivo
O marido dela deixou ela
Ficou de mãe e pai dos filhos
Ela trabalhou, trabalhou, trabalhou
Ficou trabalhando...
Depois quis dar uma chance pra ele
Ela engravidou
Ele largou de novo
Ela foi fazer um técnico em enfermagem
Ganhando o Bolsa Família
Era o dinheiro do gás, do rancho, sacolão, fraldas.*

*Hoje ela é técnica de enfermagem na PUC
Ganha R\$ 1600 por mês.
Fez um empréstimo no fim do ano
Comprou um carro 2004.
Aquele ajudinha
Junto com a educação desde pequena
Batalhar, correr atrás do que quer,
Foi o que ajudou ela a pensar mais alto e conseguir ter aquele subsídio
Ir mais além.*

Jussara

Espiando pela janela de seu novo apartamento, Jussara respirou fundo e suspirou. Em setembro de 2014, ela mudou-se para o Residencial Bento Gonçalves, junto de mais outras 500 famílias. Jussara é uma mulher negra de 32 anos que mora com seu marido e com a única filha do casal. Nas visitas que fiz à sua casa, ela contou-me histórias de sucesso, de quando recebeu as chaves das mãos do prefeito, pontuadas por momentos de incerteza e ansiedade.

Depois de anos de ativismo pela primeira casa própria, Jussara e sua irmã tiveram seu destino separado pela maquinaria ambígua da política pública. Sua inclusão no programa habitacional ocorreu junto com a exclusão de sua irmã. “Na minha vida, eu sinto que a minha família ficou fraturada. Eles não vêm me visitar. Às vezes eu acho que roubei a oportunidade da minha irmã de construir um futuro melhor”, ela confessou.

Tendo vivido com a família estendida em uma casa não-documentada mas relativamente grande no topo de um morro no bairro Partenon, Jussara cumpria apenas parte dos critérios oficiais do PMCMV. Enquanto isso, sua irmã – como chefe de família, desempregada e sofrendo de deficiência auditiva – estava tecnicamente mais apta a preencher os critérios da política. Contudo, as diferenças sociais que emergiram no coração da família de Jussara foram achatadas pelo modo como a política pública foi planejada e implementada localmente.

Neste último capítulo, documento os desdobramentos da(s) nova(s) vida(s) em condomínio e os caminhos que se abriram aos moradores do Residencial Bento Gonçalves à medida que reconstruíram seus devires através das novas materialidades políticas associadas à casa própria. A reconfiguração de suas subjetividades se tornou possível através da invenção de economias locais da esperança, articuladas na presença de políticas públicas que se concretizam na ampliação de mercados consumidores e na formação de coletivos locais de cidadãos desejantes.

Durante seis anos, os sócios do Codespa engajaram-se ativamente em um trabalho de conexão com os canais, a visibilidade e os artefatos políticos do Estado, reivindicando-se merecedores da cidadania por meio do benefício habitacional. Através da imaginação de fronteiras entre os escolhidos e os excluídos, foram sedimentados os contornos dessa maquinaria político-econômica, na figura de uma comunidade modelo. Passada a mudança, o espírito ativista desses cidadãos desejantes e merecedores passou a ser testado através das configurações materiais e espaciais impingidas pela arquitetura da política. Como vimos no capítulo anterior, na apropriação dos apartamentos por meio do consumo, novas formas sociais e contornos de futuro foram engendrados na transformação e amalgamação subjetiva desses materiais. Como veremos agora, esses desenvolvimentos individuais e familiares precisavam ainda coincidir com uma reflexão sobre o futuro do condomínio: que novo coletivo essas subjetividades locais em rearranjo destilariam e colocariam em ação?

Nas páginas que seguem, argumento que esses questionamentos passaram, em partes, pelo replanejamento do papel de instituições locais de governo, como o Codespa, mas não se resumiram a ele. Na tessitura das interações cotidianas, esses novos cidadãos-consumidores instrumentalizaram redes de reciprocidade e sociabilidade que disputaram o futuro do residencial como um nóculo – um microcosmos – na cartografia espacial da mobilidade econômica e social brasileira. Ao engendrarem novas alianças – capturadas pelas lanternas etnográficas e fendas abertas por redes de fofoca –, cartografias afetivas e subjetivas (Deleuze, 2006) foram transfiguradas e mapeadas no espaço. Na amálgama da temporalidade de projetos pessoais com as qualidades do lugar, o Residencial Bento Gonçalves tornou-se o espaço para o exercício de uma economia local da esperança, radicada no sonho da mobilidade ascendente *apesar das e contra as* dificuldades que se interpunham: dos limites da política

pública, do “peso” que o limitado sucesso de outras experiências do PMCMV trazia, das essencializações que a sociedade englobante atribuía aos “grupos populares”, à plasticidade de seus desejos e à busca de canais para sua realização.

Hirokazu Miyazaki, ao acompanhar a trajetória de agentes do mercado financeiro japonês no centro da crise financeira global, escreveu que um sentido de “falha” é apreensível menos na relação de sua conduta com os limites e *gaps* de teorias econômicas do que, simplesmente, como um ponto final em meio à instabilidade (Miyazaki e Rilles, 2005). Ele demonstrou como as próprias técnicas e teorias financeiras modelaram os “sonhos” desses operadores de derivativos na reorientação de suas carreiras e trajetórias intelectuais, “as sources of inspiration for highly reflexive conceptions of their own power to change the world for better” (idem, 2013, p. 2). Para ele, a esperança residia em atos de reorientação do conhecimento (2006) e podia ser tomada como um princípio metodológico, um ímpeto para reorientar questões vitais e antropológicas para o futuro, redirecionando a reflexão crítica (Hage, 2003; Harvey, 2000; Zournazi, 2002). Nesse processo, a esperança tornou-se um princípio geral que une pesquisador e pesquisado; Crapanzano, por exemplo, ao referir-se à afetação provocada pelo conceito de “cargo” entre melanésios e antropólogos, escreveu que “the hope and desire of the cultists cannot easily be distinguished from those of the anthropologists. They are both caught. (...) We are all, I suppose, caught” (2003, p. 25). Diferente do desejo, que se desdobraria em infindáveis linhas de fuga, “the conceptualization of hope as a method invites one to hope” (Miyazaki, 2004, p. 5).

Apropriando-me da metáfora de Rodrigo para pensar a cristalização de novas subjetividades políticas e econômicas – ou “formas emergentes de vida” (Fisher, 2007) – embebidas na temporalidade coletiva da esperança, os beneficiários constroem artefatos cotidianos que “limpam a poeira” e “colocam para caminhar” novamente; de outro modo. Ao fazê-lo, eles deslocam-se das margens (Daas e Poole, 2004) para o centro dos esforços de intervenção do Estado, preocupado com a consolidação de subjetividades de “classe média”. Atendendo a fragmentos de lugares, momentos, tempos e recursos, eles vivem em circuitos de fluxo e economias de esperança, “montando” novos *becomings* – o que Biehl (2007) chamou “will to live”. Nesse processo, as pessoas costuram caminhos improváveis e reavaliam relações familiares, transformando-se em objetos de desejo e conectando-se com o mundo, para além das políticas públicas. Aqui, a etnografia auxilia a navegar esses complexos e ambivalentes entrelaçamentos afetivos entre escalas de poder, lugar e espaço; captando essas “peças” de esperança e desejo, elas ajudam o antropólogo a deslocar concepções arraigadas sobre o significado da mobilidade, da cidadania e do consumo na história política, econômica e subjetiva da “classe média” no Brasil recente. Ao expor o leitor a esses registros dissonantes, a etnografia o convida, enfim, a um engajamento crítico, renovado e esperançoso com o mundo

descoberto por esses fluxos.

7.1 – NOVAS SUBJETIVIDADES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

7.1.1 “Quero mostrar a *minha casa*, por dentro”

Desde 2009, Jussara e sua irmã, Juscelaine, participaram, juntas, das reuniões mensais do Codespa. Como vimos nos capítulos anteriores, o Codespa tornou-se o fórum privilegiado para a discussão de assuntos relacionados à habitação em Porto Alegre. Valendo-se de tecnologias de participação oriundas de dispositivos como o OP e articulando o desejo de cidadãos pela casa própria à agência de partidos políticos, o Codespa criou um elo de mediação entre a comunidade e o Estado cuja força advinha da administração e concessão de um número limitado de unidades habitacionais da política pública. Nos capítulos três a cinco demonstrei como essa arquitetura política e social repousava sobre um trabalho colaborativo entre secretarias municipais, empresas construtoras, representantes da CEF, líderes comunitários e cidadãos desejanter dispostos a testemunhar suas necessidades. No capítulo anterior, mostrei que, na prática, essas mediações buscaram reforçar noções nucleares de família precipitadas através de uma materialidade política: o consumo da casa. Assim, a mobilidade econômica e social, realizada na apropriação dos apartamentos por cada beneficiário do Codespa, foi cristalizada num projeto coletivo: a busca por uma comunidade modelo, livre dos vícios da pobreza. Nessa cartografia moral e afetiva mapeada sobre o espaço, apenas os pobres considerados merecedores e aptos à vida em condomínio eram selecionados para uma nova chance em vida.

Jussara lembrava bem do dia em que membros do Codespa vieram visitá-la, semanas antes das eleições de 2012. Naquela época, a líder da associação concorria a uma vaga política na Câmara de Vereadores e passava de casa em casa para avaliar as necessidades dos futuros moradores. “Cada um tinha que pegar um número de folhetos pra distribuir, pra ajudar na campanha eleitoral”, comentou. Assim que a comissão passou, Jussara ouviu sussurros de como sua casa era bonita, e decidiu abordá-los. “Eu quero que vocês vejam a minha casa, por dentro!”, ela interrompeu. Depois de entrarem através de um beco estreito, ela continuou: “Esta é a *minha* parte da casa; minha mãe mora no segundo piso e eu divido o primeiro piso com a família do meu irmão”. Ela seguiu apresentando os cômodos: “Essa é a sala de estar, uma cozinha improvisada e um quartinho que eu divido com meu marido e a nossa filha”.

Segundo Jussara, os membros do Codespa ficaram impressionados com a sua atitude proativa e aliviados por não terem incorrido no erro de excluí-la do programa. Ela concluiu: “Se eu não estivesse em casa naquele momento para me defender, meu destino teria sido outro. Eu só lamento que eu não tinha um carro para levar a comissão até a casa da minha irmã e

mostrar que a casa dela era ainda pior que a minha”.

Jussara e sua irmã frequentaram diligentemente as reuniões do Codespa por mais de cinco anos. No processo, elas se ajudaram mutuamente para não perderem a esperança na mobilização e no desejo pela primeira casa própria. Ainda assim, depois de todos esses esforços, apenas Jussara pôde continuar. Para os representantes de Estado, a exclusão de sua irmã da política pública era justificada por erros de documentação no cadastro. A cada nova visita ao Demhab, técnicos disseram-lhe que “seu cadastro estava com problemas” e que havia “duplicidade de CEP”, o que invalidava sua candidatura a uma vaga e a obrigava ao fim da lista de espera. “O Glauco disse que já não podia fazer mais nada, porque ela foi excluída do programa”, comentou Jussara.

As lideranças locais, por outro lado, alegaram que, sendo desempregada e mãe solteira, ela não teria condições de arcar com as despesas da realocação. “Chegou na hora dela e ela sentiu que ninguém batalhou por ela”, seguiu Jussara. Em uma interação narrada por Jussara que teria ocorrido entre Marília e Juscelaine, a líder teria lhe indagado sobre como suas condições econômicas lhe permitiriam morar no novo apartamento. “Não quero saber”, prosseguiu Jussara replicando a resposta dada pela irmã, “o programa é de 0 a 3 salários mínimos, eu to dentro dos critérios. Como eu vou pagar? Nem que eu venda algo ali na rua. Isso não importa”.

Como vimos no capítulo anterior, além de parcelas mensais subsidiadas pelo governo, os beneficiários da casa própria deviam pagar taxas de condomínio, contas individuais de eletricidade e água — sem mencionar gastos com deslocamento e com o financiamento da mobília para os novos apartamentos. Em seu conjunto, esses pagamentos tinham o objetivo de disciplinar e pedagogizar as pessoas como consumidoras da casa. “Minha irmã acha que foi feito uma peneira e só foram escolhidas famílias que tivessem condições de pagar o condomínio, a água e a luz, para não se tornar um empreendimento como tantos outros”, Jussara deixou escapar.

Sem conseguir produzir as evidências necessárias para argumentar em seu favor, Juscelaine processou o Estado e a associação de moradores. “Ela botou na justiça”, confirmou. Sua voz se faria ouvir através dos canais jurídicos de um Estado que havia paralisado seus sonhos e interposto arranjos familiares. Sua utopia — de denunciar as práticas condescendentes do Estado recorrendo a um sistema legal igualmente precário e seletivo — era, de fato, o dilema da vida de Jussara no novo apartamento. “O defensor público já disse pra ela que não tem como dar um novo apartamento”, seguiu. Além de favorecimento, Juscelaine acusou Marília de compra de votos, já que, segundo ela, em uma das reuniões a líder solicitara que cada membro do Codespa trouxesse carteira de identidade e título eleitoral para proceder

ao cadastramento dos sócios.

No processo, Jussara foi chamada para depor. “Eu disse pro delegado: eu não posso dizer que foi compra de votos”, ela prosseguiu. “Posso falar por mim. Eu entendi que se ela se eleger, o grupo que está com ela vai ser beneficiado. Ela nunca disse, se vocês não votarem em mim não vai ter apartamento. Só que a gente pressupunha que a coisa tinha que andar por esse lado. Vamos ajudar, vamos votar”. Jussara também falou das razões que fizeram com que votasse em Marília para vereadora, em 2012. “Eu vi a luta toda pra conseguir esse terreno. Eu vi que era a pessoa que tava lutando pelo direito de várias pessoas. Mas é como eu digo: várias pessoas que moram aqui são parentes dela. Mas eu não posso julgar, não sei se não faria o mesmo”. Depois de pensar, arrematou: “Se eu pudesse, se todo mundo ta nos critérios, eu vou ajudar primeiro os meus”.

Na opinião de Jussara, Marília estava isenta de críticas exatamente porque, para ingressar no universo (distante) da representação política, ela fazia uso de uma infraestrutura para-legal que refletia a economia moral dos próprios beneficiários: em um contexto em que todos “necessitavam”, mártires dispostos a abrir mão de sua unidade podiam ser dispensados em nome de mediadores que, pelo seu esforço, faziam operar a precária máquina estatal em nível local, fazendo chegar os benefícios, ainda que de modo incompleto e seletivo, a uma parte dos sujeitos-alvo das políticas públicas.

Nessa rede multissituada de fofocas, a tensão entre Jussara e sua irmã era a metáfora do conflito entre as duas líderes comunitárias que as recrutaram: Nira e Marília, respectivamente. Como vimos no capítulo três, Nira foi uma liderança importante no início da articulação política do Codespa, auxiliando na realização do seminário “Do Morro para o Asfalto” e buscando famílias para se reunirem em nome da insipiente associação. Os conflitos descritos naquele capítulo, que tiveram lugar nas instâncias do OP, repercutiram no modo como se estruturou a tensão entre Jussara e Juscelaine. “A Marília e a Nira acabaram rachando a amizade por causa dessas confusões, das pessoas que entraram, daquelas que não entraram. Eu fiquei mais pro lado de cá porque eu já tava no processo de ganhar apartamento”, confessou. “Depois disso, a Nira falou pra minha irmã que ela não ia mais poder participar, nem assinar, que ela não ia ser membro do Codespa”.

Em seu conjunto, as razões usadas para explicar a exclusão da irmã de Jussara falam da seletividade e da produção de novas micro-desigualdades através das políticas públicas no Brasil recente. Num contexto em que um número limitado de benefícios habitacionais era aleatoriamente distribuído entre os pobres urbanos, a incapacidade de provar a própria necessidade era tomada como indício suficiente para excluir pessoas como Juscelaine da luta de um país por inclusão social através do acesso a bens e serviços que demarcavam a passagem

para uma população imaginada como de “classe média”.

Amarrada a redes diárias de fofoca e histórias que circulavam entre os vizinhos, Jussara sentia-se perseguida: “Eu não vejo a minha família se sentido livre para vir me visitar. Eles entendem que é uma batalha que a gente batalhou juntas e que é uma alegria e uma tristeza”, confessou. Por conta do processo legal impetrado por Juscelaine, Jussara percebeu que ficara marcada como “a irmã da fulana”. Isso se refletia ainda na educação que dá à filha: “Não tenho levado ela mais na pracinha, a gente tem TV a cabo, então ela fica aqui, no computador. Fiquei bitolada, não me sinto tão à vontade como eu poderia me sentir”, completou.

Atenta aos menores acontecimentos nas áreas coletivas do condomínio, Jussara perguntava-se se a cada aceno de mãos, a cada novo acontecimento, uma nova fofoca poderia desabrochar. “Eu sinto, não sei se é desconfiança, mas eu sinto esse afastamento. Às vezes eles tão conversando ali, procuro não olhar pro lado que eles estão reunidos pra não acharem que eu estou catando. Eu me sinto assim, infelizmente. Nunca ninguém me falou nada, são coisas que eu já corro na frente e penso, pra evitar”, confessou, fitando o chão. Jussara contou do dia em que sua irmã quis trazer a filha ao condomínio, enquanto Marília sentava na pracinha. Imediatamente, ela telefonou para a irmã dizendo que não viesse. “Fiquei com medo do confronto. Ela não falou mais comigo, achando que eu tomei partido pro lado deles. Mesmo a Marília dizendo que não tem mais nada contra ela, eu não sinto isso da parte de todo mundo, por olhares e por gestos. Eu continuo sendo a irmã da minha irmã”, acrescentou. E, voltando a olhar para o horizonte, pela janela, acrescentou: “Como vai ser um aniversário aqui? Será que vou poder convidar minha irmã? É uma montanha russa constante. Essa é a minha única tristeza no condomínio: a minha irmã não estar aqui por motivo fútil”, concluiu. “É como alguém que nasce no dia em que outra pessoa morre. Tu fica super feliz mas nunca comemora aquela data com tanta alegria”.

7.1.2 “Não sou inferior, eu vou melhorando”

Juscelaine foi decisiva para que Jussara mantivesse sua esperança na conquista da casa própria. “Teve uma época em que eu não quis mais ir nas reuniões. Será que é verdade? Cada vez que eu achava que tinha uma novidade, era sempre a mesma coisa. ‘Não, porque não pode botar roupa pra fora, tem que pagar o condomínio...’. E aí?” – perguntava-se Jussara, para quem essas informações eram auto evidentes devido à educação que recebera da família. Mesmo assim, a irmã pediu que fosse a mais uma reunião. “Hoje é o dia do cadastramento”, ela teria comentado. “Aí o que aconteceu?”, Jussara continuou a história. “Deus falou comigo. Aquele dia veio o prefeito. Mostraram os *slides* do apartamento decorado. Bah! Foi uma reunião emocionante”. Jussara ainda lembrava das palavras do prefeito naquele fatídico encontro: “Ele disse que Deus nos ajuda, mas que nós tínhamos que estar no OP. Que quem

estivesse com essa baixinha [Marília] ia se dar bem. Ela buscou da forma certa, reivindicando, que nós tínhamos que fazer a nossa parte. Ali eu senti firmeza, que era verdade. O prefeito falou, não era alguém que tava se candidatando ontem”.

Mesmo após a exclusão de sua irmã – que já havia comprado móveis pensando no apartamento novo –, Jussara não desistiu do projeto que ambas perseguiram, de melhorar de vida através da política habitacional. “Ela tem a visão de quem foi prejudicada, eu tenho a visão de quem foi beneficiada. Aqui, eu *tenho* que ficar feliz”, ela resumiu. Assim que se mudou, Jussara pintou as paredes do apartamento de cores vivas e preencheu-o com móveis novos comprados através do programa Minha Casa Melhor. “Hoje eu vejo a política de uma forma diferente. Hoje eu sou beneficiária de um programa, fui beneficiária do Bolsa Família, sou beneficiária do programa de cotas da universidade federal, então hoje eu olho o governo de uma forma diferente”.

Em sua narrativa, Jussara contabilizou as melhorias de vida a partir da gramática moral da inclusão cidadã do sujeito de direitos. “Isso aqui é autoestima, é cidadania, é como se tu dissesse, até aqui eu me sentia a parte excluída; a partir de agora eu me sinto incluída”, comentou. Para ela, a aquisição do apartamento e das materialidades que o compõem contavam uma história de sucesso, pontuada por uma imaginação moral do futuro e por um desejo de colocar-se em movimento, ser diferente, de outro modo. “Eu não ganhei nada, não foi o governo que me deu. Eu conquistei. Eu não sou inferior, eu vou melhorando”, concluiu.

A condição de beneficiária de uma série de políticas públicas fez com que Jussara reconsiderasse o apreço pela política: “ah porque política é tudo ladrão. Não. Não são. Eu vim do nada e sou beneficiária desses programas. Posso dizer que política não é de todo ruim”, seguiu em sua narrativa. Ao mesmo tempo, sua história de “inclusão” e visibilização era acompanhada de um olhar crítico sobre as instituições e instâncias que lhe outorgavam os benefícios. Para Jussara, estas deviam ser o ponto de partida para uma melhoria em vida; os benefícios – monetários, escolares e habitacionais – eram aproveitados como trampolins e acionavam uma economia local da esperança. A partir de sua reapropriação em projetos de vida concretos, o futuro voltava a ser imaginado, em novas bases. Assim, a história de Jussara era a crônica dos efeitos da popularização do acesso das “classes populares” ao dinheiro, ao ensino superior e à casa, respectivamente.

7.1.3 Um “mundo novo”

“Ninguém me deu dinheiro, mas me deram condições” – ela continuou contando de como o PBF auxiliara na manutenção e organização da família enquanto esteve desempregada, valendo-se do salário apenas do marido. “O PBF era o dinheirinho do gás, da feira, a prestação da roupa da minha filha pra ir pro colégio, dum tênis pra ti poder ir procurar um emprego sem

pressão”. Neste ponto Jussara foi incisiva: “Não é *qualquer* emprego, não é deixar os filhos de *qualquer* jeito, com qualquer pessoa”. Para ela, o auxílio instrumentalizado pelo PBF representava a possibilidade de estabilizar sua economia doméstica de modo a alçar projetos de médio e longo prazo.

Uma dessas iniciativas consistia no ingresso em uma universidade pública, de qualidade. Jussara engajou-se em cursinhos pré-vestibular, que pôde pagar graças às vendas de lanchinhos entre os colegas. Finalmente, ingressou na UFRGS através do processo de cotas raciais. “Faculdade era pra rico. Eu mesma passava na frente da UFRGS, dizia, isso aí nunca! Um dia vou trabalhar lá em alguma firma pra limpar lá dentro. Eu nunca me imaginava estudando, não era a minha realidade. Mas se tu não tiver uma basesinha não consegue nem as cotas”, comentou. Com o acesso ao ensino superior, ela viu descortinar-se diante de si um novo universo de possibilidades e desafios. “Primeiro semestre eu rodei em duas cadeiras. Eram dez anos sem estudar, vindo de colégio público, sem internet, tomei aquele choque de realidade”. Ela então deparou-se com as tecnologias virtuais de ensino, como o uso de plataformas *online* e trocas de conteúdo por e-mail. “Era um mundo novo pra mim”, completou. No segundo semestre, Jussara conseguiu aprovação em todas as disciplinas; já no terceiro, repetiu uma, alegadamente em função da alta frequência das reuniões do Codespa e do processo de mudança para o residencial.

Em janeiro de 2015, quando de nossa conversa, ela aguardava pelas notas finais do quarto semestre. Jussara estava esperançosa: “Eu acho que esse semestre vai dar, porque agora eu tenho um quarto, a minha filha tem um quarto, agora eu tenho uma porta que eu posso fechar pra estudar, um sofá bem bom pras crianças. Então são investimentos que a gente fez”, revelou. Com as inovações trazidas pela mudança para o residencial e o acesso ao cartão de crédito do governo, ela se via “chegando mais perto de quem praticamente saiu do segundo grau e está com tudo pronto para estudar”. A diferença, entretanto, era que “a gente teve que batalhar”.

Na UFRGS, Jussara ingressou no curso de Nutrição, um dos mais concorridos, com um público predominantemente branco e de classe média-alta²¹³. Ela sabia que as interações e sociabilidades com a turma seriam problemáticas e que havia chances de que fosse marcada como “a beneficiária de programas sociais”. “Viagem é pra Londres, as viagens deles, os papos deles, ‘ai meu apartamento’... É uma realidade que tu olha e diz, será que um dia eu vou viver isso?”, confessou. Para Jussara, os jogos de distinção social embutidos nessas conversas não

²¹³ No vestibular UFRGS 2016, o curso de nutrição teve uma densidade geral de 15,26 candidatos por vaga disponível, ou 641 inscritos disputando 42 vagas. Destes, 25 candidatos disputaram 5 vagas na cota “Ensino Público com Renda Superior a 1,5 Salários Mínimos e Autodeclarado Preto/Pardo/Índio” (densidade de 5 por vaga); e 34 candidatos disputaram 6 vagas na cota “Ensino Público com Renda Igual ou Inferior a 1,5 Salários Mínimos e Autodeclarado Preto/Pardo/Índio” (densidade de 5,66 por vaga).

ofuscavam seus projetos de mobilidade; ao contrário, distribuíam-se como luzes no horizonte de imaginação, possibilidades que, sem abalar suas convicções, ascendiam o desejo por projetos mais ousados:

Morar em apartamento eu também moro; ‘ah, mas é PMCMV’; não interessa! Eu já tenho a minha casa. Na Avenida Bento Gonçalves. É outra coisa tu dar teu endereço. ‘Ah mas foi o governo que te deu’. Não interessa. É meu. ‘Ah mas tu conseguiu entrar por cotas’. Consegui, graças a Deus, ninguém ta fazendo nenhum favor pra gente. Foi aquilo que foi tirado dos escravos lááá, os filhos dos pobres, que não podiam estudar, que tinham só que trabalhar. Agora o governo ta começando a pagar pra que nossos filhos tenham condições, de geração em geração. Então eu não me sinto inferior a ninguém. O governo ta me *ajudando* em algo que meus avós e tataravós não tiveram.

Certa vez, com o objetivo de denegrir suas conquistas, uma de suas colegas lhe enviara uma mensagem de celular perguntando se traficantes de drogas haviam invadido sua casa. Ela fazia referência às matérias jornalísticas em voga na mídia hegemônica sobre a decadência de projetos do PMCMV situados no bairro Restinga. “Me deu uma vergonha de ser do PMCMV porque ta ficando taxado como bagunça. Os traficantes tão invadindo e tão tomando as casas, e a RBS²¹⁴ tem o prazer de ficar falando toda hora, o que eu acho o cúmulo do absurdo”, comentou. Segundo Jussara, essas matérias não só terminavam por produzir generalizações problemáticas entre a precariedade desses projetos e a vulnerabilidade de seus beneficiários como falhado em seu desígnio de produzir inclusão social, mas também incentivam pessoas mal-intencionadas a continuar invadindo e expulsando moradores de bem de seus novos apartamentos. Depois de ter ouvido, na reportagem, as respostas pouco estimulantes de agentes da polícia e do governo, Jussara concluiu: “A gente não ta amparado por ninguém. Eles tão querendo dizer que eles não têm o que fazer”. Jussara se sentiu acuada e ridicularizada pela mensagem da colega. Em sua resposta, ela escreveu que o residencial em que morava era um “lugar sério, com segurança 24 horas, com uma organização e uma unidade. Aqui não está acontecendo isso”.

7.1.4 Dinheiro e Merecimento

Nas narrativas dos encontros cotidianos entre Jussara e as colegas da faculdade, ela condensou a própria dinâmica do movimento de classes, que era também a dinâmica da ideia de merecimento através da “luta”. Como vimos no capítulo três, esta baseava-se num intenso trabalho por cidadania e visibilidade através de testemunhos públicos que ressaltavam a necessidade das pessoas em se tornarem beneficiárias de políticas sociais. Diferente do mérito tecnocrático, o merecimento encapsulava uma disposição ativista que se realizava em esforços coletivos de busca pela habitação. Aqui, na apropriação da casa, Jussara costurava a tessitura individual desse processo de merecimento, no que poderíamos chamar, tentativamente, de

²¹⁴ O Grupo RBS é filiado à Rede Globo de telecomunicação, conta com 2 emissoras de TV locais, 24 emissoras de rádio, 8 jornais como suas subsidiárias, atuando na Região Sul do Brasil.

mérito sociocrático: através de uma atitude “batalhadora”, ela era capaz de aproveitar as oportunidades que se sedimentavam em sua vida. Na prática das operações que cristalizam limites entre merecedores e não-merecedores, o termo qualifica “quién tiene derecho a qué recursos y bajo qué condiciones, quién ‘merece’ ser sujeto de la ayuda externa y cómo se evalúa el esfuerzo propio que implica el pago de las deudas con las instituciones de gobierno” (Salazar, 2004). O dinheiro torna-se assim uma porta de entrada privilegiada para entender como essas moralidades são constantemente atribuídas à construção de novos projetos (Parry e Bloch, 1989; Wilkis, 2013; Villarreal, 2004; 2009; 2010; Maurer, 2006): ao intencionalmente “misturar” o dinheiro oriundo do programa social com o obtido por meio do trabalho e do esforço familiar, Jussara procurava sinalizar que sua nova subjetividade era o resultado da sinergia entre o desejo das pessoas por uma vida melhor e as condições materiais, objetivas e simbólicas deflagradas pela política pública. Nessa simbiose particular entre *becomings* subjetivos e institucionais, as origens e apropriações do dinheiro refletiam tensões empíricas em torno da arquitetura do merecimento.

Jussara considerava-se privilegiada por suas oportunidades como beneficiária de programas sociais mas também por ter tido uma educação familiar que a fizesse buscar e lutar por essas benesses. “Meus pais sempre foram concursados, tinham uma condição financeira melhorzinha. A gente morava em vila, mas sempre fomos educados a manter e dar valor para as coisas que foram conquistadas no sacrifício”, ela afirmou. A valorização da conquista, na linguagem de Jussara, era traduzida em ações específicas que refletiam o engajamento de longo prazo das pessoas com um projeto de mobilidade — entre as quais manter a casa limpa e cuidar do patrimônio. “Na hora que tu ta envaidecido tudo é bom, tu tem dinheiro, R\$ 5 mil pra gastar, começa naquela empolgação. Mas tu vai ter dinheiro para pagar? Passaram-se as festas de fim de ano, como ta cada família? Quantos já venderam?”, eram algumas das preocupações esboçadas em nossa conversa.

O Programa Minha Casa Melhor, que muitos consideravam formidável, foi apontado por Jussara como um instrumento imperfeito e limitado. “Não é condizente com a realidade. Tu só pode comprar coisas que daqui a um ano, pela qualidade do material, tu não tem mais”, comentou. Ela citou o exemplo da geladeira, cujo preço nas lojas excedia o teto estipulado pelo governo a categoria. “Vai comprar uma geladeira com os R\$ 5 mil que eles te deram? É uma *geladeirinha* que ta quase saindo de linha!”, esbravejou.

Em sua narrativa, ela esboçava uma crítica do modo como a inclusão de beneficiários de políticas sociais na sociedade de consumo estava associada à formação de um mercado para a base da pirâmide. Para Jussara, a falta de qualidade dos produtos destinados pelo cartão do governo às “classes populares” deixava claro que havia uma preocupação com o crescimento desse mercado que não privilegiava as expectativas das pessoas e, por extensão, a

sustentabilidade de sua ascensão econômica e social. Como alternativa, ela propunha um sistema de avaliação caso a caso em que a disponibilidade de crédito variasse de acordo com os bens já possuídos por cada família. “Tu tem isso, isso e isso. O que tu gostaria de comprar? Por que? Ok, tu foi aprovado. Só se a pessoa realmente não tem nada ela vai ter a casa mobiliada com coisas baratas”, declarou.

No caso pessoal de Jussara, ela contou que seu marido não abria mão de um sofá confortável em que pudesse relaxar aos finais de semana, após dias atribulados de trabalho. Ela, por outro lado, priorizava uma cama-baú que pudesse absorver os pertences de modo organizado. “Entramos em comum acordo. Não compramos tudo mas comprei o que eu queria. Para Jussara, a concessão de crédito não deveria estar atrelada à realização um projeto moral de conscientização das famílias sobre como formatar um lar adequado à mobilidade social. Ao contrário, ela deveria facultar a realização de desejos e necessidades pessoais. Sem considerá-lo uma dádiva, o cartão Minha Casa Melhor era apenas um instrumento na realização de seus sonhos, e seu uso deveria assemelhar-se ao de um cartão de crédito convencional, privilegiando a liberdade de escolha e autonomia da figura do consumidor consciente.

7.1.5 Cartografias morais da mobilidade

Na opinião de Jussara, a superação da pobreza não poderia depender apenas de esforços subjetivos articulados aos instrumentos políticos e econômicos da política pública. A mobilidade ascendente dependia também da construção de um espaço coletivo de cidadãos-merecedores, equalizados por seus empenhos individuais em buscar vidas melhores. Para Jussara, a questão – ‘quais os espaços possíveis de imaginação de meu futuro?’ – era indestrinçável de outra: ‘qual o futuro do condomínio?’. O Residencial Bento Gonçalves deveria ser pensado como o microcosmos para a emergência de uma “nova classe média”: resultado dos esforços de cidadãos-merecedores em busca de ascensão social e em oposição aos bolsões de miséria e aos *gethos* americanos de pobreza e segregação (Vincent, 1993; Wacquant, 2009; Ralph, 2014; Whyte, 1993). Espaços centralmente localizados no tecido urbano, como o condomínio e a universidade pública, haviam se tornado palcos de disputas pela ocupação do território, remodelando a arquitetura social das cidades. Por isso mesmo, seu sucesso precisava ser contabilizado como parte de uma cartografia moral da mobilidade econômica brasileira.

Por meio das amálgamas das pessoas com o lugar, disputas sobre o legado do Residencial Bento Gonçalves estavam na base de economias locais da esperança: ao contestarem o futuro do lugar como um microcosmos para a mobilidade, as pessoas escavavam espaços imaginativos e afetivos para a realização de seus próprios projetos e desejos de futuro. Para Jussara, o sucesso do Residencial Bento Gonçalves, do ponto de vista da política pública, era uma questão em aberto. A falta de um acompanhamento sistemático do governo, após a entrega das obras,

era a principal fonte de problemas. “Tem que fazer visitas nos primeiros meses; depois que estiver estabelecido alguma rotina dentro da tua casa, aí vem alguém te dizer que não é pra ti fazer assim? Tem que entrar e ver a realidade da pessoa”, comentou.

Em agosto de 2014, fui procurado por Jussara para conversar sobre seu projeto de conclusão de curso em Nutrição. Sua ideia era trabalhar com as famílias em vias de se mudarem para o residencial, captando os efeitos dessa transformação na nutrição das pessoas. Meses depois, ela me contou que suas professoras acharam o projeto interessante, mas sugeriram guardá-lo para uma pós-graduação. “Minha intenção era provar que a gente vem morar aqui, paga uma mensalidade pequena, mas tu não paga só apartamento. Então, será que tão se alimentando bem? Será que têm dinheiro e acompanhamento pra isso?”, ela raciocinou. Para Jussara, a pesquisa científica era uma extensão de seu engajamento comunitário e precisava endereçar questões de saúde pública. Estas passavam pela higienização dos pobres, sua remoção de bolsões de miséria, e pela busca de um acompanhamento localizado e individualizado, capaz de mapear a origem das práticas insalubres para, em seguida, tratá-las como um problema social.

“Se eles querem que a classe baixa passe realmente a ser uma classe média no total tem que ser todas as pontas cuidadas, pra que realmente não se torne mais um drogado, mas um doutor”, Jussara sentenciou. Para ela a mudança de classe social, equivalente à mobilidade ascendente através da política pública, dependia de um tratamento inclusivo e compreensivo das pessoas que, com desejo de passar da pobreza para a classe média, não tinham, contudo, os meios para fazê-lo. “As pessoas de baixa renda são propícias a vender, então esses nós vamos acompanhar mais enfaticamente. Durante os dez anos”. O ponto central estava na necessidade de abandonar a “rotina da vila”, que Jussara resumiu na ideia de uma “liberdade exacerbada” que incluía “estender roupas em qualquer lugar”, “colocar som bem alto”, “se pegar no pau”. Sem as tecnologias que permitiam superar essas práticas, o espaço de moradia estava condenado a transformar-se em mais uma história de fracasso, de banalização: um “novo vilão”. “Vai acabar virando como virou o Princesa Isabel!”, ela afirmou, referindo-se, como já vimos, ao empreendimento construído na no início da década de 2000 pela prefeitura de Porto Alegre através da mobilização popular. “Tu olha pra lá e tu não vê mais um condomínio residencial, tu vê um vilão!”, ela exclamou.

Em sua crítica pragmática dos programas sociais de que era parte, ela sugeria que, para atingir o desejado objetivo de resgatar as pessoas da pobreza, era preciso que uma racionalidade de longo prazo fosse infundida na mentalidade das pessoas. Perguntei a Jussara se a busca de antemão por certos perfis de beneficiários capazes de dar sustentabilidade ao projeto era legítima ou, ao contrário, se programas como o PMCMV deveriam ser extensíveis a todas as pessoas que não tivessem habitação. “Tu não pode dizer pra ela que ela não pode

entrar. Tu não vai fazer a mesma coisa que sempre fizeram com ela: afastar e desprezar ela da sociedade. Mas quando tu larga uma pessoa que não teve cultura nenhuma, tu tem que botar com consciência”, sustentou. Para ela, era como se o governo tivesse dito: “estou dando uma nova oportunidade de vida. Só que tu é um bebê. Eu tenho que te ajudar nessa nova fase de aprendizado e desenvolvimento”.

O acompanhamento sistemático e de longo prazo proposto por Jussara, que deveria florescer de interações orgânicas entre o governo e os cidadãos, seria monitorado com o avançar do tempo por meio de observações e conversas. “Este mês não tenho como pagar a luz. Mas por quê? Porque eu fiz um rancho. Mas o que tu comprou no teu rancho? Ah, fiz um churrasco pra família. Mas tu entende que ainda não está preparado para viver essa realidade?” — este era um exemplo possível de interação narrado por Jussara. Somente após essa inspeção o governo poderia liberar auxílios como o PBF ou o Minha Casa Melhor. “Aí que entra o governo. Se mesmo depois de ajustar tuas contas tu não tem como comer, então pra ti nós vamos conseguir um auxílio. Mas depois de três meses tu tem que nos provar que tu conseguiu pagar e conseguiu viver melhor durante esse tempo”, completou. Esse controle garantiria às pessoas que, após certo tempo, tivessem o espírito de batalha e progresso incorporado para buscar capacitações, cursos e instrumentos que oportunizassem “a chance de se desenvolver de novo”.

7.1.6 “A pessoa desacredita, mas no fundo ela tem esperança”

Para Jussara, esse papel fiscalizador e distribuidor do Estado não era garantido naturalmente. Associações como o Codespa, empoderadas pelo desejo das pessoas de “ir e mostrar o que tu quer e por que tu quer”, eram fundamentais para dar ao governo uma direção. Na prática, programas sociais como o PMCMV atingiam efeitos redistributivos e de mobilidade, mesmo limitados ou seletivos, graças à articulação entre o que Jussara chamou de uma “ética do trabalho” — a persistência das pessoas em buscar um futuro melhor e prospectivo apesar das dificuldades — e a agência de instâncias mediadores como o Codespa, que direcionavam a atenção do governo e mostravam-lhe onde e como canalizar os esforços interventivos para os necessitados capazes de aproveitar a oportunidade.

Em sua opinião, esse processo colocava em relevo a necessidade de o Codespa repensar-se como coletivo. Para a organização da comunidade modelo, que performou inclusões e exclusões segundo uma hierarquia moral de merecimento, fora preciso articular-se por dentro da máquina do Estado, em seus espaços políticos mais difusos. Já para a sobrevivência dessa comunidade no tempo e no espaço, era preciso reinventar seu papel, mediando a concepção de projetos de futuro e propiciando as ferramentas que asseguravam a essas novas subjetividades realizarem seus desejos e expectativas como consumidores e moradores do residencial. O

Codespa precisava garantir a manutenção dessa comunidade: de um lado, convencendo os beneficiários a pagarem suas taxas de condomínio e a perseguirem seus projetos usando-se de serviços privados no espaço do mercado; de outro, convencendo o Estado a se fazer presente através de serviços como creches, escolas, postos de saúde, programas de capacitação profissional, social e cultural, além do acompanhamento psicológico e sociológico da adaptação à vida em condomínio. Jussara não via problemas em equilibrar a demanda por um Estado fiscalizador e presente na vida das pessoas, com a busca dos moradores por uma estética espacial de “classe média”: “O condomínio de elite que tem atrás da CEEE, as ruas, calçadas e jardins são de primeiro mundo! Mas quem fez aquilo ali, foi o governo? Não! Foram os donos, os moradores”, comentou.

Desse balanço incerto entre mercado e Estado, composições inóspitas de subjetividades emergiam, capazes de crescer pelo próprio esforço e aproveitar as oportunidades de políticas públicas. Para ela, o Estado deveria ensinar aos cidadãos a emancipar-se cada vez mais de seus braços, para que, no longo prazo, sua presença na vida das pessoas não fosse tão necessária. Essa era, enfim, a derradeira passagem da pobreza para a “classe média”.

Perguntei a Jussara se ela se considerava bem-sucedida nessa transformação de classe social:

Agora eu tenho casa, estou na faculdade, temos o que comer, temos a máquina de lavar e secar, que é uma necessidade. Com isso eu vou conseguir desenvolver melhor a minha vida. Eu acho que eu melhorei a minha classe não porque eu já estou bem, mas porque *ta me dando condições de ir mais além*. Isso de classe não é que tu já esteja, é que nem um investimento na bolsa. Tu ganha dinheiro, mas ta rico? Não. Eu investi. Eu tenho dinheiro, mas ainda não é meu. Agora eu tenho condições de investir no meu futuro. Lá na frente eu vou colher isso que eu to plantando.

Imaginar a classe média como um ponto de chegada em um futuro abstrato, mas passível de ser desejado, implicava confeccionar uma ética de vida do presente. Significava aproveitar as oportunidades lançadas pelas intervenções estatais, conjugando-as a uma disposição subjetiva de progredir na vida. Instituições como o Codespa tinham o dever de fazer chegar a informação desses benefícios — muitas vezes elusivas, demasiadamente dispersas e improvisadas — aos cidadãos com a capacidade de fazer delas o uso adequado. “Tu veio do nada. Tu vai subir, com a ajuda de alguém. Mas também não adianta tu dar casa pra quem não sabe administrar uma casa”. Aqui, não havia limitações pessoais, mas diferenças na disposição em aceitar essas mudanças.

Tornar-se classe média implicava então uma atitude prospectiva, resumida por Jussara em uma situação concreta que ocorrera no dia anterior durante a compra de supermercado. Em certo momento, ela ficou em dúvidas se deveria adquirir peito de frango, no valor de R\$ 10,89 o quilo, ou sobrecoxas, no valor de R\$ 5,49 o quilo. “Eu ia comprar o peito, que não tem pele nem osso, para fazer prum almoço pras minhas colegas de faculdade. Mas peguei também

a sobrecoxa, que vai dar um jantar e um almoço pra minha família”. Para ela, essa era a diferença entre quem tinha ou não “noção”: “E quem não tem? Vai lá e gasta todo o dinheiro do mês num fim de semana fazendo uma carne, pra ‘comer bem’. Tem que aprender a guardar o teu dinheirinho”. Muitas das coisas que parecem óbvias, ela argumentou, as classes privilegiadas já aprendiam nas escolas particulares. Ela mesma estava se dando conta de muitas coisas desde que entrara na UFRGS. “O problema é que deveriam ensinar isso no colegial público. Mas só vai aprender quem tem acesso à UFRGS”, criticou. “Essas coisas fazem toda a diferença”, continuou; “a pessoa entender que tu mudou de vida, ta morando numa avenida, perto de um hipermercado, tu não vai sair de lá frustrado te sentindo mais um pobre. Tu vai lá preparado”, concluiu. E, sem que isso representasse uma mudança de tópicos em nossa conversa, arrematou: “Acho que o governo pode e deve parar de desviar dinheiro e ensinar as pessoas pobres a querer crescer”.

Qual o seu projeto de futuro? — perguntei, na sequência de nosso diálogo. Jussara estava dividida; eram tantas ideias que quase a faziam perder o rumo. Já havia cogitado a hipótese de ser política; recentemente, pensava em trabalhar na área da saúde, conscientizando e educando as pessoas a viver uma vida para além da pobreza. “Infelizmente se eu quiser me prender num consultório pra elite, não vou usar meu conhecimento pra nada. Isso que a gente aprende é pra ir lá na raiz e convencer quem tem o poder de mudar. Tu sozinho não muda nada, mas tu pode convencer que através de uma política pública tu vai mudar”, concluiu.

Jussara previa um futuro diferente para a única filha do casal. “Estou aqui só porque na minha vida faltou oportunidade. Inscrevi ela no colégio público com muito pesar no meu coração, porque faltou bolsa pra colégio particular”, ela comentou. “Eu creio que a minha filha já vai ter um outro tipo de pensamento. Batalhar pra ser alguém na vida”. Cinco dias antes de nossa conversa, Jussara fora surpreendida com a notícia de que ela conseguira uma bolsa integral no colégio La Salle. Agora, ela precisaria comprovar ser de baixa renda para que a bolsa fosse efetivada. Sua mãe a aconselhara para que juntasse todas contas — de condomínio, água, luz, cartão de crédito — para que “ninguém se enganasse” com o aumento recebido pelo marido no emprego. “To ganhando mais, mas a partir de outubro eu comecei a pagar mais contas. Então já vou ir munida, eu não vou pagar, não *quero* pagar, mas quero que ela tenha um bom ensino”, completou. “Quero deixar a minha filha bem esperta pro mundo”.

Com a filha em escola particular e com um ambiente doméstico propício para o desenvolvimento pessoal e dos estudos, Jussara acreditava que ela encurtaria as distâncias sociais em relação às crianças “privilegiadas”, aprendendo, desde cedo, a fazer a pergunta e a buscar as respostas que, segundo ela, apenas era feita em escolas particulares: “o que vocês querem ser quando crescer?”.

7.2 – VOZES SUBVERSIVAS

Em janeiro de 2015, durante um breve, mas intenso período de trabalho de campo realizado ao longo do estágio sanduíche na Universidade de Princeton, visitei o Residencial Bento Gonçalves. Seus moradores, velhos conhecidos das reuniões do Codespa, estavam agora traçando seus percursos a partir dos novos apartamentos, na busca por novas rotinas que se adequassem à realidade da vida em coletivo. Durante muitos anos, enquanto se reuniam em diferentes lugares buscando a qualificação e a preparação na construção dessa comunidade, palavras como “dignidade”, “perseverança” e “união” estiveram na boca da maioria dos beneficiários, especialmente de seus líderes. Agora, era preciso seguir os passos difusos das pessoas na medida em que elas desenvolviam seus projetos no residencial, para documentar o tipo de vida tornado possível com a construção de projetos de larga escala que justapunham associações de beneficiários, líderes políticos, marqueteiros e intelectuais da mobilidade no Brasil recente.

Os poucos dias que passei no residencial fizeram que percebesse uma prática recorrente: a fofoca. Cláudia Fonseca (2000, p. 23), ao estudar as vilas de Porto Alegre nas décadas de 1980 e 1990, argumentou que esse “relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio” é “instrumental da definição dos limites do grupo”, sendo fundamental para educar ou informar sobre a reputação dos moradores de um local. No que segue, estou interessado em explorar mais uma dimensão da fofoca: seu potencial de equalizar pessoas e prospectar devires. Ao fazerem uso da fofoca, as pessoas propulsionam narrativas exemplares que revelam os ideais de transformação dos beneficiários em cidadãos-consumidores de “classe média”, orquestrando o futuro do residencial em torno de um projeto coletivo de mobilidade social.

7.2.1 Um novo líder para um novo coletivo

Quem visitasse Seu Juliano em sua unidade dificilmente recordar-se-ia de sua figura como aquele sujeito largado no interior de um *container* de obras que decidira acompanhar, por meses, o desenrolar das obras *in locum*. As condições insalubres de vida que documentei no capítulo três – e que Seu Juliano conservara em nome do projeto coletivo de “lutar” pela moradia e “manter” o terreno sob vigilância – contrastavam com o ambiente organizado e bem-disposto de objetos domésticos que agora caracterizavam seu local de moradia. Ele me recebeu com alegria em seu novo sofá, enquanto apontava para a cozinha e chamava a atenção do novo cachorro “pet” amarrado aos ferros de sustentação da pia. O vira-lata que fora seu único companheiro durante a construção da obra, na sede do Codespa, sobrevivera junto com Seu Juliano às dificuldades daqueles meses e agora havia sido promovido à condição de pet, mudando-se para o residencial junto com seu dono.

A história que Seu Juliano me contou é a crônica da nova composição de forças no

Residencial Bento Gonçalves desde a sua ocupação, em fins de setembro de 2014. Poucos dias antes da inauguração, ele deixou a sede do Codespa para organizar seus pertences e planejar a mudança — sua e de sua família. Insatisfeita com a saída, Marília confiscara-lhe as chaves da associação. “Eu fiquei chateado comigo mesmo. Eu ficava 24 horas dando informação para as pessoas. Fui afastado do Codespa, mas não me afastei das pessoas”. “Hoje”, Seu Juliano continuou, “minha função aqui é como proprietário”. Apesar disso, ele continuava interagindo com os moradores, explicando-lhes as regras de funcionamento da vida em condomínio — embora sem o “poder de antes”.

“A merda toda é que eu sei de tudo”, ele prosseguiu, referindo-se a como as pessoas vinham até ele para contar-lhe das novidades. “Hoje ninguém se aproxima mais da Marília. Sempre tem que ter uma secretária. Ela ta perdendo a credibilidade com as pessoas”, confessou Seu Juliano. Desde que a relação com a líder se estremecera, sua visão sobre as decisões tomadas pelo Codespa quanto à seleção dos beneficiários e às regras de funcionamento do condomínio passou a ser alvo de contestação. “Preciso falar, isso aqui é esclarecimento e não xaveco”, desabafou. Seu Juliano contou, então, de como uma secretária antiga da associação fora destituída após tentar fazer passar uma lista de dez parentes de sua família como beneficiários. “Eu nunca falei, não adiantava falar. As pessoas carentes, até hoje fico chocado e com vergonha, que estavam com nós desde o começo, não conseguiram vaga. Pessoas que precisam mesmo”, seguiu.

“Todo mundo ganhou uma teta”, ele narrou. “Chaves são vendidas quando pessoas são indicadas por alguém. Pessoas com poder aquisitivo. Que não precisam estar aqui dentro. Mas tão aqui porque têm algum presentinho, um agradinho pra dar”. Diferente de outros beneficiários, Seu Juliano não conseguiu indicar mais que um de seus sete filhos a uma vaga no residencial. “Não podiam entrar porque diziam que era parente. Mas eles tinham o direito de qualquer um. De ser uma família independente, ter a sua propriedade, a sua vida”, queixou-se. Na prática, ele prosseguiu, recebiam os benefícios aqueles dispostos a agradecer e louvar permanentemente a figura da líder comunitária. Como resultado, ele foi rápido em concluir, instaurara-se um ambiente de medo, em que as pessoas receavam perder seus apartamentos e, portanto, evitavam fazer críticas necessárias ao modo como os trabalhos eram conduzidos no interior do condomínio.

Para Seu Juliano, os canais convencionais por onde críticas e sugestões de melhoria poderiam ser endereçadas não estavam funcionando. “Uma máfia se montou. Um monopólio” — ele esbravejou, referindo-se aos trabalhos do síndico, Rodrigo, e da presidente do conselho, Marília. Ele considerava que essas posições haviam sido determinadas sem grandes discussões e constituíam uma forma de perpetuar a diretoria do Codespa na nova estrutura de poder advinda com o condomínio. Qualquer reclamação dirigida ao síndico era delatada à presidente

do conselho, desencadeando uma rede de fofocas que terminava por “marcar” o queixoso como tal e impedia melhorias concretas. “Eles falam: nós estamos estudando. Estudando o quê?”, gesticulou. Na esteira desses eventos, muitos representantes de bloco, incluindo-se ele próprio, pediram demissão do cargo. “A gente quis fazer uma reunião, aí vieram: não pode fazer reunião sem a Marília estar junto. Por favor, nós não somos *presos* aqui dentro. Eles se combinam para ter as respostas na mão e passam a borracha em cima do que a gente diz. Aí não dá”, arrematou.

A crítica de Seu Juliano estendia-se ao modo como foram selecionados os serviços prestados ao condomínio e conduzidas as políticas de manutenção dos prédios. Ele reclamou que muitas lâmpadas em áreas coletivas tiveram de ser financiadas por moradores, assim como despesas com materiais de limpeza – obrigações do condomínio. Algumas vidraças, destruídas por moradores, estavam sendo cobradas e superfaturadas nos boletos de cobrança do condomínio. “E esses dois meses de vidro? É R\$ 50 dividido por 160 apartamentos, o pessoal não vê na conta mas nós estamos pagando”. Outra preocupação recorrente era o adicional de R\$ 15 cobrado de cada família por um ano para financiar a colocação de uma portaria eletrônica. “Pagamos e estamos com o portão estragado até hoje. Não existe”, lamentou. Por sua vez, serviços de segurança 24 horas e limpeza eram administrados por uma imobiliária cuja contratação não fora referendada pelos moradores. “Nós temos um espelho bem limpinho que da pra enxergar tudo”, Seu Juliano se referia ao condomínio ao lado, inaugurado em dezembro de 2014. “Ela foi ali e não aceitaram ela”, continuou, em referência a Marília. Para ele, algum favorecimento levava a diretoria do Codespa a optar pela empresa, que cobrava mais que a administradora do empreendimento ao lado.

Tomando a tensão com a líder como ponto de partida, Seu Juliano reconstruiu sua subjetividade através de um olhar crítico sobre a apropriação da casa própria. Já não era suficiente simplesmente “empurrar” decisões “goela a baixo”, mascarando-as com dizeres democráticos advindos da circulação e expertise do OP. “As pessoas levantam a mão e às vezes nem sabem por quê”, exclamou. “Aí reclamam que não sabiam”. Silenciando e em seguida baixando o tom, Seu Juliano explicou: “É uma manobra. No OP ninguém sabia como votar. Aí disseram: quando eu levantar a mão todo mundo levanta. Aí nas reuniões ela pergunta: quem é a favor? E todo mundo levanta. Então perdemos, ganha sempre ela”, ele explicou. “Mas aos poucos as pessoas estão se dando conta”, ele inverteu o tom.

A narrativa subversiva de Seu Juliano passava também pela busca por autonomia no consumo doméstico. Ele relembrou de como o Codespa formara uma Kombi de beneficiários para levá-los até a loja de Seu Ilmo e escolherem seus móveis – em troca alegadamente, de benefícios para a associação, como móveis gratuitos para a sede em construção. “Chegamos lá, era ponta de estoque”, ele redarguiu. “Eu falei pra muitos: o cartão é de vocês. Vocês compram onde acharem melhor, escolham os móveis que vocês quiserem. Senão vai chegar aqui e todo

mundo vai ter os mesmos móveis”, completou. Nesse trabalho de convencimento, ele usava seu próprio exemplo: ao comprar na loja concorrente, com melhor atendimento e maior margem de negociação, ele garantiu que seus objetos eram de melhor qualidade.

Nesse processo, Seu Juliano deixou de enxergar seu papel como o articulador do espírito coletivo que marcara sua permanência no *container* durante as obras. Agora, ele era o porta-voz de um espírito crítico e autônomo, estimulando as pessoas a pensarem-se como proprietárias de um imóvel e consumidores conscientes desse espaço. Era essa atitude, em última instância – e não a invocação de regras vistas como demasiadamente rígidas e absolutas – que garantiria ao residencial o estatuto de modelo para o Brasil nos anos vindouros.

Certa vez, ele me contou nova história, enquanto sentava ao lado da pracinha para conversar com as pessoas e observar o movimento, Seu Juliano ouviu os porteiros chamarem o residencial de “Carandiru”²¹⁵. “Eles querem difamar, porque acham que aqui é vila”, comentou. Antes disso, ele também já deduzira que a empresa mandava porteiros reservas para cuidar do empreendimento, na falta dos titulares. “Esse cara já não presta, ele chega aqui, não conhece ninguém e deixa entrar e sair”, concluiu. Seu Juliano resolveu então confrontar o diretor da equipe de porteiros, que explicou haver sido aquele um mal-entendido. “Não” – prosseguiu Seu Juliano – “não foi. Chegou no ouvido de todo mundo. Nós somos *consumidores* de vocês. Nós estamos pagando e vocês nos difamando. Nós temos direito de ir até no PROCON”, vociferou.

Seu Juliano fez uma pausa, sorriu para mim e cochichou: “Só que eles não esperavam que eu ia falar com essas palavrinhas assim”. No dia seguinte, havia três porteiros fazendo a segurança do local. “Mas foi só fogo de palha. Depois começou a mesma coisa. Quem contratou eles não têm como cobrar, ta com o rabo preso”, referiu-se à diretoria do Codespa. “Eles se acertam e nós sofremos, por isso que tão debochando”, arrematou. Em sua narrativa, a alegada função de “proprietário” que passara a desempenhar no residencial tinha a ver com o desenvolvimento de uma voz crítica em nome de um novo coletivo. Tentando fazer valer a figura do consumidor-cidadão, muitas de suas alegações buscavam resguardar direitos em um mercado imperfeito.

7.2.2 O Espectro da Vila

Para Seu Juliano, tudo começou quando a diretoria do Codespa decidira cobrar uma mensalidade de R\$ 10 de seus sócios. “As pessoas pagavam com medo de perder os

²¹⁵ Apelido dado à Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru foi construído na década de 1920 e chegou a abrigar mais de oito mil presos, sendo considerado o maior presídio da América Latina. Foi também o local do massacre do Carandiru, em outubro de 1992, sendo demolido em 2002, e foi tema de longa-metragem de ficção homônimo. Como já vimos, em Porto Alegre, Carandiru virou apelido para o Condomínio Princesa Isabel, construído no fim dos anos 1990.

apartamentos. Como que dizendo, os primeiros que vão receber as chaves têm que estar em dia. Aí nós indicamos os nomes, não posso fugir disso aí também”, ponderou. “Aumentou o número de pessoas nas reuniões. Não tinha lugar nem pra entrar. Juntava cada vez mais sócios, mas o Demhab já encerrou as inscrições. As pessoas tavam sendo enganadas”, confessou. “Pra onde foi esse dinheiro?”, ele agora se perguntava.

Pausando por alguns segundos e olhando à sua volta, Seu Juliano confessou: “Isso aqui era pra ser bem melhor, depois de seis anos de reuniões”. “A maioria das pessoas vieram pra cá e tinham esperança, mas aí apareceu o fulano, pegou a chave, até hoje ninguém conhece, não participa de nada”, acrescentou. “Quem deu isso aqui pra nós foi o Demhab e a Dilma, não a Marília. Quem se inscreveu tinha que ter uma renda compatível com o merecimento. Mas tem pessoas com dois, três carros”. Outros casos apontados por Seu Juliano referiam-se a moradores não-titulares dos apartamentos. “Botam no nome do filho solteiro mas vira aluguel da mãe. Esses dias eu chamei um de *turista*, ficaram brabos, mas eles só vêm de vez em quando, o apartamento tá no nome da prima”, exemplificou.

Pedi a Seu Juliano que falasse mais sobre sua interessante sobreposição entre merecimento e renda. “Aqui muita gente se sente em dívida com a Marília”, continuou. “Especialmente os que não se enquadram na lei dos 3 salários mínimos. Ela tirou as famílias mais carentes que achava que não tinham como pagar. E aprovou um condomínio de R\$ 100 e poucos. É uma máfia. Eles que mandam. A gente paga”, repetiu o ciclo da crítica. Na sua opinião, os custos mensais de manutenção deveriam ser reduzidos, especialmente na fase de implantação do condomínio, para evitar que famílias menos capitalizadas sofressem as consequências de um despejo, de uma desistência, ou mesmo de práticas ilegais — como sublocações, venda de chaves, e assim por diante. Uma das possibilidades, segundo meu interlocutor, era a autogestão de condomínio, que empregaria moradores e diminuiria os encargos em 90%. Outra consistia no resgate de propostas inventadas pelo próprio Codespa durante as reuniões preparatórias, como a utilização de salões de festa para lavanderias comunitárias e centros de informática, por exemplo.

“Isso aqui é social”, continuou. “A gente saiu duma vila. Daqui a um ano as coisas vão ser melhores. Tem que dar chance. Elas mesmas tem que cair a ficha que elas não estão mais onde elas moravam. Só que não tão dando chance, querem sufocar já”, argumentou. Seu Juliano não entendia como, em um projeto que fora divulgado como sendo social, havia tanta pressão pela cobrança do condomínio. Mais ainda, sua grande incógnita era entender o que levava os pobres a pagarem tão sistemática e regularmente essa taxa, a mais alta, em particular. “Eles não vão ser despejados. A maioria dos burgueses deve. Aqui como são meio analfabeto, não entendem de lei, se descabelam pra pagar. Até prestação de loja a gente atrasa! Muitos aqui são aposentados. É um salário mínimo. Não comem, mas pagam”, desabafou. Os “apadrinhados”,

por outro lado, “os que vêm de berço de ouro”, faziam questão de separar-se: “passam por ti e acham que são bacaninha; dizem que os outros é que são vileiros”. Mas aqui, concluiu Seu Juliano, “todo mundo é vila”.

Como uma peça central do esquema de fofocas que se armara em torno do novo equilíbrio de forças no interior do Residencial Bento Gonçalves, Seu Juliano sabia o que fazer para que a sua mensagem chegasse da maneira certa até a líder. “Tem pessoas que vêm aqui a mandado de não sei quem. Ta se tornando um bolo de neve. Tem gente que espera pra eu dizer abobrinha. Aí que eu me flagrei: tem pessoas que a gente fala abertamente; mas tem pessoas que são cartas marcadas”. Nesse esquema de mensagens defletidas, cobranças e reconhecimentos, Seu Juliano continuava na espera pela restituição de um sentido de grande família – do Codespa como unidade moral e desejante – que se perdera nos detalhes da mudança para o empreendimento.

7.2.3 O Xerife

Conheci Dona Lenir, uma mulher branca de aproximadamente 60 anos, nas últimas reuniões do Codespa antes da mudança. Ela havia ocupado o papel de Berenice como secretária – que se tornara assessora pessoal de Marília – e escrevia as atas de todas as reuniões. Em janeiro de 2015, encontrei-a em seu apartamento, que era de titularidade de uma das filhas, onde morava com o marido Osmar e um dos filhos. O novo espaço de habitação parecia pequeno para o grande número de pertences trazidos pelo casal. Antes de mudarem-se para o Residencial Bento Gonçalves, viviam em uma ampla casa na área rural da zona sul, deixada agora para a filha.

Dona Lenir sentia saudades da época em que tinha contato diário com a natureza e mexia com as plantas – muitas das quais tiveram de ser abandonadas na antiga residência. Em nossa conversa, ela contou com euforia da última atividade promovida pela equipe técnico-social, poucos dias antes de nossa conversa. Com o auxílio de um biólogo, o condomínio engajou-se no plantio de árvores e flores ao longo de toda a lateral do empreendimento; a iniciativa teve o propósito de conscientizar os moradores da necessidade de cuidar e preservar o ambiente coletivo. “Eu me senti realizada mexendo na terra, nas folhagens, nas plantas. Foi uma benção”, ela concluiu. Para ela, a ação já surtira efeitos: “Tava ficando muito feio, a grama tava morrendo, agora tu já vê as crianças que ajudaram a plantar vêm com os regador pra ajudar a molhar”.

Pedi que falasse sobre o processo de adaptação e a nova vizinhança. Dona Lenir parecia serena; “os vizinhos são tranquilos; uns falam, outros não. Cada um tem o seu jeito de ser. Esperava menos deles. Esperava briga, discussão. Não tem atritos. Morar aqui está superando as expectativas”, ela comentou, com um sorriso sem jeito. A “minorias insatisfeita” com as

decisões coletivas havia debandado das reuniões e usava agora os espaços públicos, como corredores e pátios, para canalizar suas fofocas. “Dá a impressão de ‘eu ganhando meu apartamento, o resto é que se exploda’. Mas não é assim. A gente tem que viver que nem em comunidade! A gente não ta livre de um dia precisar do vizinho. A gente nunca diz, desta água não beberei”, completou.

“Eu penso muito antes de falar as coisas”, Dona Lenir seguiu, em tom enigmático, enquanto explicava seu posicionamento durante as reuniões. “Muitas vezes eu não pergunto nada porque tenho medo de escutar uma resposta que não quero escutar”. Seus dedos se cruzavam e, aos poucos, o sinal de desconforto em nossa conversa ficava mais aparente. Quando perguntei de suas experiências no processo de sorteio e entrega das chaves, ela procurou desconversar, até que revelou que ela não conseguira escolher o apartamento desejado no segundo andar. “Sou doente, tenho ponte de safena e faço hemodiálise três vezes por semana. Não posso subir escadas”, declarou. Quando chamaram seu número para que indicasse a unidade desejada, Dona Lenir teve de ser medicada; nesse interim, um membro da diretoria do Codespa que já escolhera seu apartamento decidiu voltar atrás em sua decisão e optou justamente pela unidade desejada por Dona Lenir. Sem poder residir no local de seu interesse, ela se sentiu menosprezada pelos anos de trabalho voluntário investidos no Codespa. “Saí dali bem desanimada, chateada, não foi aquilo que eu queria. Foi sacanagem mesmo”, lamentou.

Aquele episódio, que marcara sua experiência no Residencial, mudou o tom de nossa conversa. “Pra mim, na minha visão, ta tudo errado. Não era isso que eu queria. Não era isso que eu pensava. Se pudesse me mudar amanhã eu me mudava”, confessou. Dona Lenir disse que fora a única moradora não-titular a ter exigida uma procuração junto à CEF pelos representantes do Codespa, previamente à recepção das chaves. “Teve gente que botou a sogra aqui e não precisou de procuração. Sogra não é parente! Eu falo nas reuniões pra Marília e é como se eles tivessem me condenando. Eu to procurando um *direito* meu!”, exclamou.

Enquanto conversávamos, Osmar, o marido, espreitava de uma das portas dos quartos nos fundos do apartamento. Quando Dona Lenir já não conseguiu mais conduzir o diálogo, ele irrompeu para fazer “uso da palavra”. Osmar era um militante do PDT de longa data, habituado ao trânsito pelos espaços da democracia participativa de Porto Alegre, tendo sido delegado no OP pela Zona Sul e pelo Partenon por diversos anos seguidos. Ele pediu para que colocasse o microfone em sua camiseta. “Quero fazer uma colocação que ela não faz”, reivindicou.

Sua crítica seguiu, em linhas gerais, as palavras que já havia ouvido da boca de Seu Juliano. Uma delas referia-se ao processo de contratação da administradora do condomínio. “Eu falei em várias reuniões, nós temos que tomar cuidado com a empresa que vai fazer a

limpeza e a segurança. Coloquei várias opções na mesa. Eu era voto vencido antes de entrar”. Osmar apontou para as complexidades legais decorrentes da escolha de uma empresa inadequada, assim como para a necessidade de uma prestação periódica de contas. “Ficou obscuro, nebuloso. Por que isso?”, questionou. Outro tópico já mencionado por Seu Juliano referia-se aos materiais de limpeza. “No início a Lenir alcançou vassoura, detergente, pano, balde, porque o condomínio não tinha como pagar. Só que não é verdade. Nosso condomínio é o único que está sendo pago um mês antecipado. Não vi em lugar nenhum!”, reclamou. Osmar também se referiu à parceria com a loja de Seu Ilmo: “Não porque meu filho trabalha no concorrente, mas ele cobre qualquer preço de Porto Alegre! E dá mais 5%! Mas quiseram nos empurrar goela a baixo que nós tínhamos que comprar no Ilmo. Algumas pessoas não receberam os móveis até hoje”, vociferou. Finalmente, Osmar criticou o sistema de reservas para os espaços comuns do condomínio, como salões de festa e quiosques. “Quem aparecer primeiro deveria levar. Mas não, tem que assinar dois livros. É o tipo de coisa que se tu não for amigo do rei tu fica no prejuízo”, comentou.

Em nossa conversa, Osmar não cessou de enumerar os problemas que teriam se assomado desde os momentos finais antes da mudança até a implantação do condomínio. Para ele, estes erros eram passíveis de ser traçados, nas suas origens, a uma concepção equivocada de liderança encabeçada pela diretoria do Codespa. “Eu sou da opinião do Brizola, de quarenta anos atrás” – ele prosseguiu – “nós precisamos de um líder, não de um chefe. Aqui nós todos precisamos nos reciclar. Eu to me reciclando de muitas coisas. Nunca morei em apartamento. Sou barulhento. Tenho que mudar”, ilustrou.

Para ele, a força do líder estava mais em sua capacidade de prover o exemplo do que de dar ordens. Por muito tempo, durante o período preparatório, Marília desempenhara com maestria essa figura: servindo de exemplo e organizando uma comunidade de pertencimento que não deixava escapar dos membros a esperança pela casa própria. Com a inauguração da obra e a reconfiguração do papel da associação no interior do condomínio, sua diretoria preferira instituir as próprias regras para que a comunidade modelo tão ansiada nos anos anteriores se estabelecesse — fazendo lembrar aos beneficiários, a todo o custo, os compromissos morais assumidos quando da indicação de seus nomes. “Agora é a grande família que toma conta de tudo. Aí dizem em reunião, a diretoria decidiu. Que diretoria? Que *democracia*? Tu fica sem moral. Moral de cueca!”.

“Eu nunca morei em condomínio”, retornou Lenir à conversa. “Vou te fazer uma pergunta: como é morar num condomínio? Como é as leis dum condomínio?”. Ela falou então da reunião em que poucos beneficiários apareceram para dar sugestões que adaptassem o regimento interno padrão da CEF às suas expectativas. “65 a 70% aqui são gente do bem, 30% são maldosos”, interrompeu Osmar ao estabelecer um limite moral entre o que Seu Juliano

chamara de mercedores com renda e apadrinhados. “Só pelo vocabulário tu já vê. E pelas atitudes. ‘Ah, porque eu vou pegar aquela ali e vou dar na cara dela’. Isso é vileiro”, comentou. “Muitos não tinham uma moradia digna, moravam no valão. O processo é gradativo”, completou Dona Lenir. “Eles não sabem melhor. Nem tudo que a gente acha errado é errado pra eles”, seguiu Osmar que, mais uma vez, deu o próprio exemplo: “Eles não querem que homem ande sem camisa. Tem horas que fica chato, aparece o cofre aberto, aí essa aí me cobra. Eu não me acostumei ainda a viver em comunidade. Tenho que reciclar muita coisa”, reafirmou.

A atitude compreensiva não podia, entretanto, significar malevolência no momento de educar as crianças e adolescentes. Este era, para Osmar e dona Lenir, um processo que devia ser vivenciado na experiência coletiva do condomínio. “O Rodrigo vê eles fazendo os troço errado e não fala nada. O Diogo, filho da Marília, não fala nada. A gente tem que falar!”, vociferou. Cada vez que Osmar descia até a pracinha, no fim da tarde, para beber sua caipirinha e observar o movimento, ele encabeçava um “rali” com as crianças. Ele mencionou o caso de um adolescente que certa vez dissera a um dos vigilantes que este tinha “dentes muito grandes”. “Se ele fala isso pra mim eu quebro ele no meio!”, retrucou; “sei que é errado, tenho que me reciclar”, continuou repetindo enquanto defendia sua atitude como mecanismo de defesa contra a insurreição. Entre os moradores, Osmar já era conhecido como xerife. “Muitas vezes os pais mandam os adolescentes pra rua pra se ver livres, largam ao Deus dará”, concluiu. “A novidade vem em outubro, quando fechar nove meses”, ironizou.

Já havíamos encerrado nossa conversa e Dona Lenir seguia com o olhar triste e distante. “Não vou conseguir ficar muito tempo aqui. Ou eu vou minimizar totalmente, ou vou fechar os olhos e não falar nada”, raciocinou. “Porque se eu falar, uma hora dessas, crio uma inimizade. E com quem vai ser? Com a Marília!”, exclamou. Osmar ainda explicou que Dona Lenir fora desconsiderada na renovação da diretoria do Codespa. “Eles tão numa sinuca de bico. Eles precisam dela mas não querem dar a titularidade”. Enquanto ela arregalava os olhos perante os comentários do marido, este arrematou: “Eu sou maldoso, penso lá na frente. Dificilmente eu erro. Ela fica brava porque eu digo que sou vidente”, brincou.

7.3 – VIVER BEM

7.3.1 O Atestado de Pobreza

“Aqui ninguém entrou não sabendo das regras”, confessou-me Ana Paula em nossa conversa de janeiro de 2015, em seu novo apartamento. Como vimos no capítulo anterior, ela é uma mulher negra de meia idade que morava apenas com a única filha adolescente. Apesar de desempregada, Ana Paula visionava uma atitude determinada e prospectiva quanto à busca

ativa de um futuro melhor. “Têm que dar ferramentas, porque é um público difícil de tu lidar. Mas eles não entendem que têm que pagar. Eles querem morar, mas acham um absurdo ter que pagar”. Para exemplificar, Ana Paula mencionou o caso de uma senhora que, mesmo após frequentar as reuniões do Codespa, seguira afirmando que não pagaria um único centavo para viver no residencial. “Ela associa que é pobre, ela diz que a Dilma que deu. Mas é a visão dela”, criticou.

Entre as conversas de corredor escutadas por Ana Paula, uma chamou-me especialmente a atenção. Segundo minha interlocutora, um grupo de queixosos pretendia articular-se para, coletivamente, deslocarem-se até a Defensoria Pública e mandarem lavrar um “atestado de pobreza”. O argumento era de que sua condição financeira não permitia o pagamento das altas taxas de manutenção do condomínio e dos apartamentos. Para isso, valiam-se da ideia de que a faixa 1 do PMCMV, de 0 a 3 salários mínimos, tinha um objetivo declaradamente social de dar ferramentas para que os pobres pudessem ter acesso à moradia digna. “As pessoas se iludem. É mais fácil”. Ana Paula não acreditava que a simples inadimplência gerasse o despejo: “Na Restinga eu sei que não são tirados. Acho que é sorte”, declarou. Ainda assim, o endividamento podia gerar um efeito “bola de neve” que tornava a recuperação inviável. Para sanar essas questões, ela acreditava que o Codespa devia reestruturar seu papel para aplicar medidas pontuais.

Apesar de não concordar com as tentativas de desresponsabilização dos pagamentos impetradas por alguns de seus vizinhos, Ana Paula acredita que o preço cobrado para a taxa de manutenção condominial era muito alto. “O serviço oferecido não está de acordo com o pagamento”, argumentou. “Ninguém vê, ninguém diz nada. Quando vê estamos em R\$ 200 por mês. Só pra ter porteiro? Não!”. Outras pessoas com quem conversei em janeiro de 2015 concordavam. Daiane, cuja história conhecemos na introdução, disse que o síndico vinha se esforçado, mas faltava transparência na administração. “Pra tudo tem uma justificação, mas falta uma explicação”, sugeriu. Ela explicou que a falta de informação atrapalhava a convivência no condomínio. “As pessoas não têm ideia a quem reportar, acham que tudo deve ser resolvido com o síndico”, argumentou. “Mas depende da gente também. Se tu tentar conviver com as manias de cada um da melhor maneira possível os problemas vão diminuir. Sobrecarregar uma pessoa só vai aumentar o problema”, sustentou.

Delci, cuja história conhecemos no capítulo anterior, pensava da mesma forma. Em nossa conversa, ela disse que “a gente teve todo o suporte para entender o que é morar num condomínio e conviver com pessoas diferentes. Mas depende de ti aceitar o que foi ensinado. Tem gente que infelizmente não assimilou o que aprendeu”. Situações pontuais, como a separação do lixo nos dias apropriados à coleta, o respeito e a conservação das áreas coletivas, não estavam sendo observadas. “Tu não mora mais sozinho. Agora tu mora numa comunidade.

Minha liberdade começa onde termina a do outro”, salientou. Delci sempre procurava ir às reuniões de condomínio e de bloco. Nesse processo de exercício da participação, ela buscava se posicionar, “mesmo que voto vencido”. “Se eu ficar quieta eu to consentindo com uma decisão que ta sendo tomada. Se eu não falar ninguém vai saber o que eu penso”, refletiu. “Regras são regras”, continuou; em muitas situações, ela acabava tendo que abrir mão de sua opinião. “Por isso eu fico aqui dentro, já tenho fama de ser chata. Eu sou brava. Pra evitar conflito, eu não saio. Mas acho que as coisas deveriam ser levadas mais a sério”. Muito do que fora discutido em reuniões preparatórias se perdera com a mudança. “Muitos tavam lá só pra marcar presença. Mas aos poucos eu tenho esperança que as pessoas vão cair em si, vão se habituar a essa nova realidade”, concluiu.

7.3.2 A Sargentão

“Muita gente já me chama de sargentão aqui dentro”, revelou Berenice durante nossa conversa em janeiro de 2015. “Eu circulo bastante para observar como estão as coisas. Tenho que fazer jus ao meu apelido. Quero ajudar a manter a ordem, que as coisas entrem nos eixos. Que as regras sejam cumpridas e que todo mundo viva bem”, continuou. Com a implantação do condomínio, Berenice, até então a vice-presidente do Codespa e secretária pessoal de Marília, assumiu o cargo de subsíndica, ao lado de Vitor, o filho da líder. No processo de mediação das insatisfações dos novos moradores, ela buscava resolver todos os problemas que estão ao seu alcance de modo a atribular Rodrigo com o menor número de inconvenientes possível.

Em sua rotina como subsíndica, Berenice constatou que o maior desafio na implantação do condomínio fora a adaptação dos novos moradores. “As pessoas esquecem o bom senso em casa; a maioria optou e votou nas regras e agora não aceitam colocar em prática. A chapa do conselho e do síndico está aqui para fazer que isso seja cumprido. Senão vira bagunça”, defendeu. As principais fontes de tensão incluíam a realização de obras fora do horário previsto, o uso do estacionamento rotativo por não-moradores, a circulação de animais sem coleira, a entrada e saída de pessoas não autorizadas, o uso da pracinha de brinquedos fora do horário e de modo inapropriado — com lixo pelo chão, por exemplo — e a instalação de serviços de televisão a cabo e internet fora das normas aceitas pelo padrão construtivo do empreendimento. “Foi um trabalho de convencimento árduo mas deu certo. Eles ainda tão pensando que moram em casa. Às vezes o adulto é mais difícil que a criança porque ele já vem com aquela coisa pronta”, salientou.

Para provar que se tratava de um problema de adaptação, Berenice deu o exemplo da pracinha de brinquedos. Assim que os primeiros moradores se estabeleceram, “aquilo encheu como se fosse gafanhoto. Porque não era algo que eles tinham à disposição antes. Era uma

novidade”, argumentou. Com o passar do tempo, algumas crianças foram perdendo interesse e, entra as que permaneceram fazendo uso do dispositivo, estabeleceu-se um maior respeito pelas regras e horários de utilização.

Em sua visão, muitas das reclamações, perpetradas por uma minoria, não faziam sentido na prática. “A única coisa que nós tivemos foi depredação de luzes e alguns vidros, mas já foi resolvido e vai ser consertado”, minimizou, emendando que “aqui nós temos que aprender a pensar no todo”. Berenice se esmerava em pintar um quadro de integração orgânica e tranquilidade entre os novos moradores – fruto do trabalho de longa duração do Codespa de harmonizar as diferenças e pedagogizar as pessoas para a vida em condomínio. “Sempre tem um ou outro que incomoda, banca o gostoso, mas é uma parcela muito pequena, são uns bobalhão mesmo”, satirizou.

O trabalho empreendido pelo Codespa era o fator crucial na demarcação de diferenças quanto ao condomínio ao lado que, dependendo apenas do trabalho de curta duração da equipe técnico-social da CEF, já estaria lidando com o aparecimento do tráfico de drogas. “Aqui a Marília disse que não iria ter e realmente não teve”, alegou. Segundo Berenice, a líder fora convidada pelos próprios moradores a participar das deliberações naquele condomínio, tendo em vista sua expertise na lida com beneficiários do PMCMV. A diretoria do Codespa teria sugerido que contratassem a mesma equipe administrativa que, segundo Berenice, era especializada no treinamento para as necessidades desse público. Estava claro que, para a minha interlocutora, o futuro das relações com o condomínio ao lado dependia de seu próprio sucesso como comunidade modelo. “Se não der certo a gente vai acabar fazendo um murão e vai ficar isolado deles. Não é o que a gente quer, mas nós precisamos preservar a nossa ordem”, deliberou.

Em seu trabalho, Berenice buscava reconectar a conquista da casa própria ao trabalho do Codespa. “Ninguém aqui foi numa imobiliária e deu R\$ 100 ou 200 mil para comprar esse imóvel. Quem ta aqui no condomínio foi indicado pelo Codespa, pela Marília, não passaram por sorteio. Então o Codespa vai tomar parte aqui, vai tomar ordem”, discursou com convicção. Para ela, cabia à associação fazer valer, na prática, as regras de convivência aprovadas e conversadas durante as reuniões. Esse processo de adequação incluía convencer um “pequeno grupo” da necessidade de dissolver-se e engajar-se no que chamou “viver bem”.

No momento em que tu tem mantém as regras e mora bem e tem a convivência com o vizinho, a boa vizinhança, uma cabeça mais aberta, tu sabe o que tu pode e não pode fazer, tu consegue viver bem. Sempre tem um grupinho do contra que acha que tem força suficiente prum grande grupo. Eu não pagava luz la em cima, porque eu tenho que pagar aqui? Vamos tirar essa empresa, vamos botar a Dona Maria pra ser porteira, botar o seu João pra ser zelador. Eles não querem regras, mas ninguém desse grupo entrou aqui por eles próprios. Eles entraram aqui por causa do Codespa, por causa da Marília. São pessoas que acham que podem mudar as coisas. Tudo é motivo pra eles reclamarem. As pessoas quando não conseguem viver bem com as outras, não

conseguem admitir que estamos fazendo um trabalho bom, eles querem bagunçar.

Na narrativa de Berenice, as melhorias propiciadas pela vida em condomínio podiam ser resumidas na expressão “viver bem”. Como vimos na trajetória de Dona Hilda, esta incluía a perspectiva de contemplar a vida como um ideal de felicidade, um ponto de chegada das transformações subjetivas e materiais. Berenice estendia esse significado sobre a própria vida em condomínio; reapropriando-se do ideário da boa-vizinhança, da paz e do bem-estar, ela despolitizava as críticas em nome de um bem comum maior: a transformação do residencial em um microcosmos para a ascensão social desenhada por seis anos pelo Codespa em sua busca por uma comunidade modelo. “Tu vem pra cá pra morar bem. Morar com dignidade”, ela contou enquanto resumia as vantagens de poder sentar na pracinha despreocupadamente, observando a limpeza e a beleza da arquitetura da construção e dos canteiros floridos. Para ela, o futuro do Residencial Bento Gonçalves era povoado por árvores, flores e crianças brincando em harmonia umas com as outras; de adolescentes, já adultos, conseguindo bons empregos graças à boa localização e ao aumento na autoestima; de melhorias na infraestrutura, como construção de postos de saúde, escolas e creches, trazidas por meio da mobilização do Codespa. “As pessoas do bairro acharam que ia descer só maloqueirada da vila. Agora tão vendo que são pessoas normais, que trabalham e têm famílias, que gostam de se divertir. A partir do momento em que tu inicia uma coisa boa tu consegue manter isso. Só tem a melhorar. Vamos nos tornar um modelo para o PMCMV”, concluiu em tom otimista.

7.3.3 O Novo Carandiru

A expressão “Novo Carandiru” não me era nova. Já havia escutado em uma de minhas conversas com Ana Paula. Ela compartilhava da mesma economia moral de Delci quando tratamos dos efeitos da mobilidade social em sua vida. “Não é porque tu mora aqui, ou no Moinhos de Vento, que tu não pode ser ladrão. Isso tem em tudo que é lugar”, confessou. Para ela, a seleção dos beneficiários deveria ter colocado essas fronteiras morais em prática, separando os merecedores dos fraudulentos. “É lá na captação. Esse vai, esse não vai”, comentou. “Pessoas que não são do bem” – para ela, os não-proprietários, os que traziam carros roubados para o condomínio – contribuía para a formação do que chamou de um “Novo Carandiru”.

“Descobri, e isso não é segredo para ninguém, que nós temos um morador no meu prédio que rouba carros e trás para cá. Isso me gerou uma insegurança incrível”. Ana Paula confessou que viu pessoas armadas entrando e saindo do condomínio. Para ela, tratava-se do mesmo sujeito que, dizia-se à boca pequena, traficava drogas do interior do residencial. “A família é do bem, ele que é dessa vida. Eu e os vizinhos estamos preocupados. Qualquer barulho que tu escuta tu te pergunta: o que é isso aqui? É polícia? É correria? É marginal? O que é?”, concluiu,

com ar apreensivo.

“Já ouvi dentro do ônibus a fofoca” – começou Letícia, uma mulher negra de 30 e poucos anos que morava com a filha de cinco no residencial –, “tão dizendo que esse aqui vai ser o Novo Carandiru”. Ela acreditava que, em função da localização privilegiada, o condomínio tornava-se muito “visado”. Todos estavam interessados em assistir com entusiasmo aos desdobramentos, positivos ou negativos, da nova vida no empreendimento. “Já houve dois fatos de entrar polícia aqui”, ela continuou. Um deles referia-se uma interação entre os sujeitos armados já mencionados por Ana Paula e o possível traficante de drogas que residia no condomínio. “O vigilante chegou neles e pediu pra respeitar as crianças e outros moradores. Eles esconderam a arma. Mas entraram. Disseram que tinha uns 30, entre carro e moto. Saíram de sacolas. Vieram buscar o que o cara tinha roubado. Disseram assim: o que é teu ta guardado”²¹⁶. Desde o ocorrido, muitos moradores estavam com medo de eventuais retaliações ou desdobramentos. Letícia, por exemplo, já não levava mais a filha para brincar na pracinha; em seu lugar, preferia deslocar-se até a praça da Encol, que ficava nas proximidades do condomínio. “Não vou botar em risco a vida da minha filha. Janela? Nem pensar. Se os moradores não cortarem pode se tornar um Carandiru. Em dez anos espero que esteja melhor, mas o pessoal precisa bater de frente com essa meia dúzia que ta patifando, dar uma educação, parar de bater boca”, declarou.

Nas mesmas conversas de ônibus, Letícia também ouviu falar de anúncios de vendas dos apartamentos. “Já tem gente oferecendo chave”, relatou, enquanto mostrava uma mensagem de texto no celular de uma conhecida que lhe perguntara sobre possíveis vendedores. Em outra oportunidade, ela encontrara um folder caseiro com os dizeres “vende-se apartamento”. No papel, havia apenas o número de telefone para contato. “Não foi a primeira vez que peguei esse mesmo bilhete. Não to acreditando nisso. Tem pessoas que não querem e tão tirando de quem realmente não tem, que dariam tudo para ter o seu cantinho”. Muitos dos apartamentos à venda pertenciam a beneficiários que se inscreviam para, em seguida, repassar o apartamento a outro membro da família. “Meu sobrinho também quis. Eu indiquei ele pra Marília, dei o nome, fiz a minha parte. Dei o empurrão e mostrei como ele podia fazer para se inscrever”, esclareceu.

Daiane, que residia no mesmo prédio, compartilhava dessas preocupações. “To protegidinha aqui, no quarto andar; até os bandidos chegar aqui demora”, gargalhou. Apesar

²¹⁶ Osmar em nossa conversa valendo-se de suas qualidades como “xerife” descreveu em detalhes o mesmo episódio, seguido das providências que tomara. “Na segunda-feira depois do ocorrido eu interceptei uma menina da cúpula, falei ‘aconteceu isso’. E ela: ‘não, não, o senhor ta enganado, já foi solucionado’ – fora a sua resposta. “Não, eu não acho que foi solucionado” – ele retrucou – “vocês têm experiência pra saber, a raposa vai no ninho até que deixa o focinho. Daqui a pouco a polícia vai bater. Dá um tiroteio, tem gente na rua, morre um inocente. Só falta me dizer que era chocolate que tavam distribuindo. (...) Daqui a pouco só falta dizer que eu sou caduco!”, queixou-se.

da piada, ela também ouvira boatos de invasão no residencial. “Não me sinto totalmente segura; quero botar uma grade nas portas e nas janelas”. Mesmo com o convívio de seis anos em reuniões com os novos vizinhos, ela ainda não os conhecia como gostaria. “Enquanto não souber quem é quem sempre vai ficar uma dúvida, se não tem um elo com algum tipo de coisa lá fora que pode trazer pra cá...” – ela referia-se à possibilidade de penetração do tráfico no condomínio. “Aqui no bloco é tranquilo. Só tem uma coisinha ou outra chamando a atenção, um cheirinho, uma fumacinha diferente. É maconha mesmo. É muito chato”, revelou, insatisfeita. Daiane acreditava que, em função desses inconvenientes, era responsabilidade do Codespa criar mecanismos de controle da família e, sobretudo, dos jovens. “Infelizmente se não cortarem vai tomar conta”. Para ela, a associação deveria engajar-se em um trabalho de conscientização e prevenção das drogas.

Em seu conjunto, essas imagens falam das novas ansiedades e expectativas desenvolvidas pelos sujeitos da mudança em seu deslocamento para o residencial. A vila, a desorganização, o perigoso, o obscuro e o incerto ainda pairavam, mais ou menos próximos, a espreitar o futuro. Nessas economias locais da esperança, marcadores de “dentro” e “fora” abundavam como tropos efetivos de narração dos medos, das ansiedades e das expectativas que permeavam a mobilidade. Mais que a iminência do perigo concreto, as fofocas sobre a insegurança revelaram-se uma porta de acesso à imaginação dessa liminaridade, seus modos de narração e repertórios de reações no enfrentamento de suas consequências. Em meio à fabricação de novas subjetividades, a violência cotidiana constituía-se num tópico privilegiado de conversas e o perigo de sua concretização, uma ameaça iminente. Para mantê-la sob controle, os moradores contavam com as novas materialidades políticas propiciadas pela vida em apartamento e, sobretudo, com os circuitos locais de esperança, desejo e merecimento que articulavam o projeto coletivo de mobilidade.

7.4 – UM TRAMPOLIM PARA UMA VIDA MELHOR

7.4.1 “Aqui a gente depende da nossa própria autonomia”

Antes de deixar o residencial, em janeiro de 2015, encontrei-me com o síndico, Rodrigo, para uma conversa sobre o balanço dos primeiros meses de ocupação. Ele me recebeu em sua casa, onde morava com a esposa e o único filho. Entre uma mediação e outra de problemas, ele teve pouco tempo para cuidar da própria adaptação ao apartamento. “Os dois primeiros meses foram dedicados só ao condomínio”, alegou. “Tudo foi deliberado muito rapidamente”. Faltando poucas semanas para a inauguração da obra, Marília, Berenice e Rodrigo tiveram uma reunião com Glauco, representante do Demhab, para decidir sobre a administração do residencial. “Não tinha ninguém. E aí, vão colocar quem? Foi do dia pra noite. Eles brincaram, quem sabe o Rodrigo? Os três me olharam... Tu ia? Eu falei, vamos! Não tem problema. Se

acham que tem que ser eu”, resumiu. Sua primeira medida como síndico foi assumir as contas de água e luz do empreendimento em seu nome, até que o condomínio estivesse legalmente instituído como pessoa jurídica — o que veio acontecer semanas após a inauguração. Em seguida, Rodrigo procedeu a simulações diversas para adequar o valor das taxas condominiais, incluindo um cálculo de inadimplência projetada de 10%.

Na esteira do que outras pessoas já haviam reportado, Rodrigo constatou que a principal fonte de tensões ao longo desses meses fora a “dificuldade das pessoas de aceitarem o que elas mesmas decidiram”. Ele foi mais explícito: “o pessoal não gosta de regra”. Um dos principais tópicos de discussão fora o horário de sossego; seus principais infratores, as crianças e adolescentes que faziam uso da pracinha. “Mudou a vida deles. Até eles se acostumarem com isso leva tempo. O Codespa consegue cuidar mas não consegue viver 24 horas ao lado”, constatou.

Para resolver essa situação, Rodrigo desenhou um plano de intervenção. De início, tirou dez dias de férias e criou um grupo de convivência com os adolescentes que mais usavam a praça de brinquedos. “Entreí no mundo deles. Conversei. Fiz amizade com quase todos. Eles me chamam. Eu consegui ganhar a liberdade de pedir mais pra eles”, comentou. Como resultado, ele continuou, as crianças estavam mais cientes que os próprios pais das responsabilidades quanto ao sossego e aos horários de uso dos equipamentos. “A gente falou com os filhos; agora vamos retornar aos pais, vamos ser mais enérgicos”, ponderou. Para Rodrigo, as pessoas já tiveram a experiência “do que é deixar solto, passar pelo barulho, pela perturbação”. Agora, era preciso voltar aos pais para convocá-los a ajudar nesse trabalho: “Conheço o teu filho agora, sei como é a vida dele. Tem muitos que deixam liberado acima do normal. Não pode, tá errado, não é saudável”, avaliou.

Com a estratégia de socialização dos pais por meio das crianças, Rodrigo pretendia encontrar alternativas à aplicação de multas, visto como o modelo convencional de intervenção em situações de desrespeito à norma condominial. Muitas pessoas, ele seguiu, demandavam pela aplicação desse procedimento durante as reuniões de condomínio como forma de punição dos infratores. Para ele, entretanto, a multa provava-se inócua pela recorrência do problema entre vários moradores e pelas baixas condições financeiras de muitos condôminos. “O processo formal só não adianta, ele desestimula. Vou acabar aplicando uma multa numa pessoa que não conseguiu aceitar a realidade atual. Já vou começar ao invés de ganhar, perder essa pessoa. Ela vai desandar pro outro lado e gerar um caos”, comentou. Para que as pessoas percebessem sua própria excepcionalidade e desenvolvessem novos horizontes imaginativos, era preciso dar uma oportunidade que valorizasse a economia moral daqueles sujeitos. Com isso, Rodrigo chamava-os para o comprometimento com o projeto coletivo de habitação desenhado pelo Codespa durante os anos de preparação para a mudança.

Muitos dos queixosos quanto à organização do condomínio e dos ávidos pela aplicação de multas como solução dos problemas de adaptação criticavam a escolha da empresa que realizava a administração do residencial. “Tem o lado da adaptação desses profissionais também”, comentou Rodrigo. “Muitos reclamam das meninas da limpeza, que são só duas, mas se esquecem que demora treinar o funcionário para a nossa realidade”. De fato, eu já havia escutado histórias a respeito deste ponto de outros moradores; Ana Paula, por exemplo, relatara que muitos vizinhos pediam que se lavasse a parede todos os dias. “Só um pouquinho, Moisés. Vamos calçar a sandália da humildade”, ela se queixou; “tu vai me dizer que tu lavava a parede toda semana na tua casa?”. Para Ana Paula, os maus tratos dos moradores para com os prestadores de serviço causaram uma rotatividade excessiva desses profissionais nos primeiros meses de ocupação. “As mulheres se apoderaram de uma maneira. Acham que agora são madames. Que tem que tripudiar das pessoas. ‘Eu pago, tu tem que fazer’. Elas têm que estar ouvindo o barulho da vassoura”, comentou. Rodrigo, por sua vez, acreditava que isso se refletia nas críticas dos moradores à sua gestão. “O pessoal fica sempre procurando um furo. Não tão acostumados, é novidade, ficam cutucando a gestão. É natural, como uma criança com brinquedo novo. Ta explorando aquilo ali, mas nessa o pessoal vai aprendendo que não é bem assim”, comentou. “Não é fácil fazer que aquilo ali esteja funcionando aos olhos de todos. Sempre existem problemas por trás de uma estrutura. Uns entendem, outros não querem”, concluiu.

Durante nossa conversa, perguntei a Rodrigo se ele recordava da visita que tínhamos feito dois anos antes a um dos empreendimentos do PMCMV, na Restinga, que abre o capítulo três. “Aquilo ali serviu de exemplo”, ele retrucou. “Nunca me esqueço as palavras: ‘aqui o pessoal não sabe o que é um síndico’. Aqui não, as pessoas tão vendo que a coisa é diferente”. Essa diferença devia-se, na sua opinião, ao trabalho de acompanhamento e fiscalização do Codespa, bem como às parceiras que este desenvolvia com setores do poder público na busca por serviços de conscientização dos moradores. O papel de intermediação desempenhado pela associação não isentava, contudo, o governo de críticas. “Aqui nós estamos sozinhos, a gente depende da nossa própria autonomia”, criticou o síndico ao tratar da ausência do Estado na vida dos novos beneficiários de políticas públicas. Foi assim que Rodrigo resumiu a situação:

Esse é um problema que o governo tem. Ele te dá moradia, sem tu nunca ter morado numa estrutura parecida, sem tu nunca ter tido que lidar com qualquer tipo de regra na tua vida; financeiramente tu não tem estrutura pra manter as contas que aquele novo imóvel gera, e ainda te dá um cartão, que é mais uma dívida. A pessoa já começa perdida. Se vê num ambiente estranho sem parceria nenhuma, sendo cobrado de uma forma errada às vezes. Não tem ninguém que mostra pra ela que aquilo ta sendo melhor pra ela, que as coisas mudaram, é uma nova realidade, tua vida mudou, tu precisa te adaptar, vai ser melhor pra ti, que ela vai passar por uma transformação agora que é melhor pra ela depois no futuro. Por isso que se tu não acertar de início tende a não dar mais certo. A pessoa de má fé que vê a coisa desandar vê a oportunidade de se estabelecer e fazer o que sempre fez fora, num ambiente onde não tinha regras, onde não era policiado por nada, terra de ninguém. Eu passei por vilas, cresci no meio de

vila, brinquei no meio de vila, mas tudo dentro de famílias de bem. Tem gente que viveu isso aí, vem disso aí, e não quer mais isso aí, dá graças a Deus que saiu daquele meio, mas é difícil a transformação dessa pessoa. É um processo. E o pessoal na volta quer ver isso acontecer pra ontem. Aí é onde desanda.

Para Rodrigo, pessoas conscientes das reais necessidades dos novos moradores — e para isso nada melhor que aqueles que, entre os próprios beneficiários, fizeram a passagem para uma ética adequada à vida em condomínio — eram as únicas capazes de garantir a sustentabilidade e o sucesso do Residencial Bento Gonçalves. Essa sensibilidade humana — florescendo em economias locais da esperança, na tessitura de vidas conectadas umas às outras —, devia, então, ser acoplada a apoios externos que, por sua vez, precisavam ser buscados por um *desiring collective* como o Codespa. “Só com os contatos que a gente tem, a organização que a gente tem, as equipes que a gente monta, que a gente vai ter um suporte pra poder fazer as coisas e superar as dificuldades colocadas pela falta de acompanhamento da Caixa”, relatou. Segundo o síndico, a CEF — banco responsável pela construção, administração e concessão dos benefícios habitacionais — nem ao menos havia liberado a documentação do condomínio que facultava a prestação de certos tipos de serviços. “É a pessoa jurídica que vai resolver certas coisas. Então é como se eles tivessem fechando as portas, se livrando de um problema: colocamos as pessoas lá porque elas estão colocando pressão na gente. Agora se virem”, desabafou Rodrigo. “A Caixa sabe o que acontece, essa que é a verdade, mas ela se brinda com aquilo ali e deixa tu te virando nesse meio tempo”, completou.

Na opinião do síndico, sem a presença da diretoria do Codespa — que cumpria um papel fiscalizatório e organizacional da nova vida em coletivo, levando em conta as realidades vividas de cada sócio — o condomínio estava fadado a desandar rapidamente e converter-se em outro nódulo abandonado e fracassado das políticas habitacionais no Brasil recente. Nessa adaptação, como Jussara já mencionara, era preciso reavaliar o papel da associação — que agora devia convencer seus membros a pagarem o condomínio e aguardarem pelas melhorias e benfeitorias decorrentes da aplicação deste fundo.

Administrar a nova rotina de vida implicava então uma conversão da mobilização de um sujeito político para a mobilização de um sujeito econômico, cuja participação era medida menos pela frequência às reuniões do Codespa do que às reuniões de condomínio. “Às vezes tu acha que conhece as expectativas, os sonhos, os desejos e os anseios daquela pessoa e na verdade tu não conhece”, disse Rodrigo. “Então tu tem que construir aqui essa nova vida. Muitas vezes eles [os queixosos] recuam porque eles sabem porque eles tão aqui. Como eles chegaram aqui. O que eles vieram fazer aqui. Só que tu tem que estar sempre lembrando eles”.

7.4.2 “Não importa da onde a pessoa veio, importa onde ela quer chegar”

“Eu me enfiei de cabeça naquela missão”, continuou Rodrigo enquanto explicava os

desafios de ser síndico. “Eu tenho forte e fixo na minha mente que aqui é um trampolim pra ter uma vida melhor. Não pode ser diferente. Quem tá aqui dentro faz toda a diferença. Temos condomínios de classe média-alta que não têm essa estrutura”, exclamou. Na sequência de nossa conversa, ele elencou as melhorias que já foram realizadas ao longo do que chamou “trabalho de formiga” do síndico. Estas incluíam o engajamento de um número cada vez maior de moradores em atividades coletivas como reciclagem do lixo e plantio de vegetação nos entornos do muro.

“O objetivo é mudar de classe social estando aqui”, referiu. “Mas as pessoas ainda não sabem disso”. Rodrigo seguiu comentando sobre as iniciativas tomadas por sua gestão e que muitas vezes passavam sem o reconhecimento dos condôminos. Para ele, uma etapa crucial nesse processo estava no abandono de rótulos que marcavam lugares fixos. “Vamos tirar esse ‘eu vim da vila’ da cabeça. Tu só precisa te organizar e ter uma oportunidade de melhorar”. Por muito tempo, Rodrigo permaneceu incomodado com o título do seminário realizado pelo Codespa em 2009, “Do Morro para o Asfalto”. “Não precisa o morro e não precisa o asfalto. Não precisa *rotular*. Não importa da onde as pessoas vieram, o que importa é pra onde elas querem ir, onde elas querem estar”.

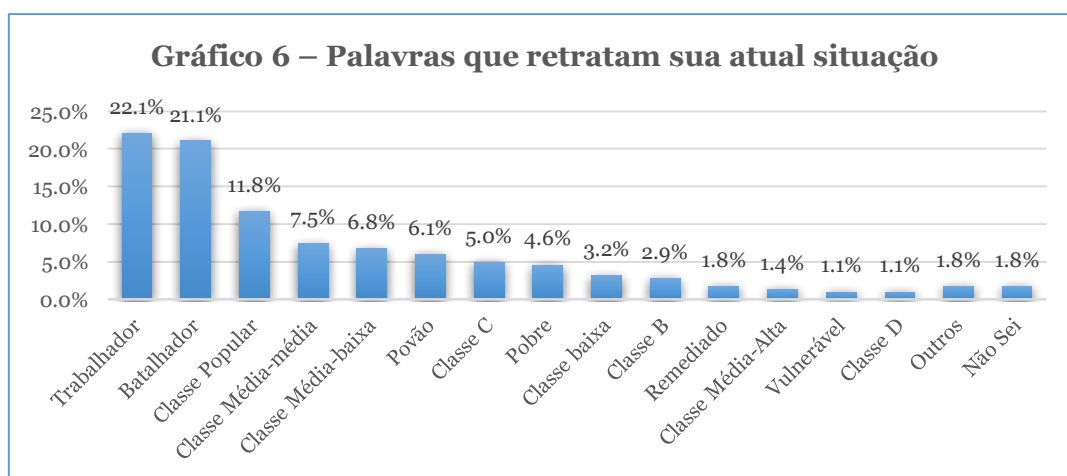
Na narrativa de Rodrigo, morro e asfalto eram tropos de referência utilizados pela sociedade englobante para referir-se aos pobres urbanos e para mantê-los em seus lugares. Como termos que se opunham para acentuar um contraste, ele sugeria que não eram os substantivos que deviam ser valorizados, mas as conjunções que indicavam movimento: “para”, “em direção a”. Além de revelarem um deslocamento – que conectava mas também tensionava a essência dos dois nomes próprios – esses articuladores descortinavam um devir, um *becoming*, um desejo concreto, um fluxo vital, de melhoria, de desenvolvimento, de progresso, de simples esperança. Esse movimento era, enfim, subjetivo porque não existia, ainda, em sua concretude; estava, antes, no potencial que cada pessoa, ao se deslocar, liberava: um horizonte ainda desconhecido por muitos mas que devia ser realizado através das materialidades políticas que povoam a casa própria.

“As pessoas ficam cegas por conta das dificuldades”, ele seguiu. “Não se veem bem financeiramente, pegando seu carro na esquina, vendo seu filho se formando na faculdade, tendo uma vida melhor e saindo do meio em que vive para uma classe melhor”. E concluiu: “a ideia é mostrar que isso é possível e desejável”. Ao procurar incutir e criar o próprio desejo pela mudança, Rodrigo mostrava que uma economia local da esperança estava em marcha. Sua condição de realização era, como tão eloquentemente sustentava, o alinhamento de três escalas variáveis de fenômenos sociais: o ativismo dos cidadãos-beneficiários, a mobilização de uma associação-administradora, e o desenho de uma política pública simultaneamente social e emancipatória.

A mobilidade ascendente, descrita por Rodrigo como uma passagem de classe social, traduzia um ajuste entre as novas condições objetivas propiciadas pela estrutura da política pública – a chamada “oportunidade única” – e a disposição das pessoas de organizarem-se a aceitarem a ajuda de uma instância mediadora – o Codespa – capaz de organizar esse fluxo na fabricação de uma nova subjetividade política e econômica. “Agora”, ele arrematou, “tu pode te comportar como uma pessoa de classe superior porque tu ta numa classe superior. Se tu precisar de apoio pra isso, tudo bem. Se tu precisar de alguém que lembre disso, a gente vai estar aqui pra lembrar. Para que tu seja o produto do meio em que tu vive”.

7.4.3 – Vidas no Subjuntivo

Para muitas pessoas, a mobilidade social podia ser traduzida na ideia de uma mudança de classe. Este era, por exemplo, um dos tópicos explorados pelo *survey*, realizado com 98 famílias do residencial entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015. Para explorar as conceituações nativas da mobilidade associada ao pertencimento de classe, o tópico iniciava com perguntas relativas à renda familiar; em seguida, indagava sobre a melhoria de vida: 93% dos entrevistados disseram que sua vida melhorara nos últimos anos, e apenas 3% que piorou. Em outro nível, então, as pessoas eram perguntadas sobre melhorias na situação econômica: 50% disseram estar melhor ou muito melhor, 35% igual e 8% que piorou. Na sequência do *survey*, os entrevistados eram instados a escolher até três palavras em um universo de classificações para apontar sua situação atual (ver questão C10 do Anexo II). O resultado pode ser observado na tabela abaixo. De posse da autoclassificação, o questionário perguntou sobre mudanças na classe social – 59% disseram que mudaram – e, finalmente, se os entrevistados concordavam com a afirmação de que pertenciam à “nova classe média”: 38% concordaram, 27% não concordaram e 22% não souberam.



Este foi, igualmente, um tópico constante durante as entrevistas conduzidas em janeiro de 2015 entre beneficiários do PMCMV no Residencial Bento Gonçalves. Após longas

narrativas sobre trajetórias de vida, processos de mudança e as novas vidas no residencial, as pessoas eram instadas a falar dos efeitos dessas passagens e de suas percepções sobre a mobilidade. Em muitos casos, voltávamos ao conjunto de categorias discutidas no *survey*; as respostas, contudo, eram diversas e inesperadas²¹⁷. A partir dessas interações, percebi que “nova classe média” – e os critérios aventados pelos meus interlocutores para se situarem na pirâmide social brasileira – eram apenas uma das metáforas possíveis para narrar uma experiência que em muito transcendia o argumento de economistas e sociólogos interessados em discutir os rumos da mobilidade no Brasil. Menos preocupadas com uma política de identificação, as pessoas estavam, continuamente, fabricando explicações para dar conta de algo mais profundo: suas experiências complexas e profundas de afetação, costuradas entre as tecnologias políticas e econômicas de intervenção e seus esforços de conexão, que os tornaram cidadãos-merecedores da casa própria.

Interlocutores como Dona Delci destacaram os choques culturais entre os beneficiários que fizeram a passagem e os antigos vizinhos, que seguiam com suas vidas no morro. “Agora tu ta chique, ta no asfalto, tu mora na Bento”, lhe disseram. “Gente, eu continuo sendo a mesma pessoa, as mesmas coisas, a mesma situação financeira”. Alguns deles vieram visitá-la no residencial, e parabenizaram-na pela conquista. “Eles sabiam que eu morava muito mal”, destacou. Por estas razões, que incluíam o fato de que Delci seguia tendo as mesmas limitações financeiras, “se bobear até mais” devido ao desemprego, ela não se considerava *ainda* de classe média. “Eu sou pobre! Primeiro eu teria que arranjar um emprego, aí já poderia respirar aliviado, poderia sair, mesmo ir na esquina e comprar um refrigerante”, prosseguiu. “Nós temos algumas restrições, tudo tem que ser muito bem pensado e planejado, não da pra pensar a longo prazo, tudo tem que ser na ponta do lápis”. Por outro lado, a mudança para o condomínio ascendeu o desejo por uma mobilidade prospectiva. “Estando aqui facilita para ser classe média. O local é bom. Fica perto de tudo. É uma coisa tu fazer uma entrevista de emprego e dizer que mora na Bento e outra dizer que mora no morro, travessa tal. Eu sou a mesma pessoa que mora lá, mas pros outros soa diferente”.

Mesmo que Delci tratasse de seguir a mesma rotina e percebesse sua situação financeira imediata como tendo até piorado, para seus antigos vizinhos era a coragem e a disposição subjetiva de colocar-se em movimento e traçar um novo futuro em um ambiente distinto que caracterizava a passagem de classe social. Aos poucos, ela percebia essas mudanças cristalizando-se em diferentes dimensões de sua vida. “Talvez eu consiga um emprego melhor,

²¹⁷ Uma das estratégias usadas para introduzir o debate sobre a “nova classe media” foi expor o entrevistado à seguinte situação: Se um jornalista quisesse entrevistá-lo para dizer que, devido às transformações na sua vida, você agora pertencera a uma nova classe media, você aceitaria participar da matéria?”. Outra situação: “Se viessem entrevistá-lo para falar do PMCMV para uma campanha eleitoral do governo federal, você aceitaria?”.

porque tem gente que ainda avalia a pessoa pelo local onde mora”. Para ela, essas distinções baseadas exclusivamente no local de moradia não eram expressivas de sua subjetividade. As fronteiras morais passavam, antes, entre a pessoa “honesto” e “trabalhadora” e aquela “trapaceira” e “preguiçosa” – tipos que podiam ser encontrados em todas as classes sociais. No residencial, era mais facilmente possível convencer a sociedade englobante de seu merecimento, enquanto o governo oportunizava caminhos para crescer na vida. “Se tu puder e tiver um endereço melhor não vou te dizer que vão abrir as portas, mas vai ser um empurrãozinho, pode não escancarar a porta mas já abre uma brechinha”, metaforizou.

Ana Paula, que morava no mesmo prédio, tinha uma opinião similar. “Muitos aqui já eram classe média. Poucos são os carros populares que têm no estacionamento. É Ecosport, é Citroen, é Peugeot, é cada moto...”, comentou, revelando seus indicadores êmicos de classe. Com a mudança, ela observou que muitas pessoas que nas reuniões do Codespa se mostravam simpáticas agora mal a cumprimentavam. “Tão grande, como se diz”. Enquanto situava indiretamente seus vizinhos em uma hierarquia de classes baseada no consumo de automóveis, ela traçava seus próprios projetos de futuro: “O condomínio mexe com tua autoestima. Eu to um pouco caída porque to desempregada, mas muito feliz. Vou me organizar, vou trabalhar porque eu vou comprar um carro, popular, mas vou comprar”, arrematou com um sorriso.

“O status mudou um pouco; agora moro na Bento”, disse-me às gargalhadas Daiane, enquanto negava contundentemente que fosse de “classe média”. “Ainda não consigo passar o mês sem aperto; teria que sobrar um dinheiro para fazer uma atividade extra”, declarou. Com a mudança de endereço, ficava mais fácil conseguir trabalhos melhores e formalizados. Daiane considerava inclusive voltar a estudar: “Antes ficava longe, tinha que pegar vários ônibus. Agora tem colegial aqui em baixo. A tendência é facilitar ainda mais”, concluiu, esperançosa. Alice, que morava no prédio da frente, dividia a mesma opinião. “Não sou classe média; eu continuo trabalhando e tendo que pagar as minhas contas. Eu só adquiri um bem que antes eu não tinha”, argumentou. “Eu sou batalhadora, é isso que eu sou. De mão beijada ninguém me dá nada. Tu tem que batalhar. E se tu for merecedor tu vai conseguir”. Com o apartamento, Alice se sentia “mais incluída. Mas pára de comprar! Uma coisa de cada vez, não dá para dar um passo maior que a perna e deixar as contas fugirem do controle”, salientou referindo-se às possibilidades abertas pelo consumo.

“Aqui é classe C”, Seu Juliano espontaneamente referiu. “As pessoas saíram lá de baixo; não tinha casa, não tinha nada. Mudou tudo. Até a pele tá melhor, estão sorrindo mais”, argumentou, colocando ele próprio um grande sorriso no rosto. “Onde eu morava não tinha classe; na vila era tudo descartável”, seguiu em sua conceitualização pragmática da mobilidade ascendente de que era personagem integrante. “Agora as pessoas têm orgulho de comprar na loja, usar o cartão. Muitos passam várias vezes por dia na caixinha do correio para ver se não

veio cartinha. Antes o carteiro não entrava. O carro não passava”. Em sua descrição, Seu Juliano opunha o morro, lugar em que nada circulava, ao asfalto, esse espaço que conduzia as pessoas a mudarem e colocarem-se em movimento. “Sem querer, a pessoa vai ficar melhor de mente. Até os outros falando bem reflete na gente. É bacana ver as pessoas falar da gente”, concluiu.

7.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quem vender aqui é burro!
Aqui é teu.
Quero ficar pra sempre.
Até morrer.
Não quero morrer tão cedo.
Se eu vender vou comprar onde?
Isso aqui é uma coisa que eu adquiri pros filhos e pros netos.
Até hoje nunca tive nada,
Só devendo pras pessoas.
Isso aqui muda tudo.*

Estas foram as palavras de Seu Juliano, proferidas pouco antes de meu retorno a Princeton, em janeiro de 2015. Em sua poética do ordinário, ele resumia uma visão prospectiva do futuro que falava da economia local da esperança que se costurara nos primeiros meses de ocupação do novo espaço de moradia. Na passagem, ele reconfigurou, em novas bases, sua subjetividade. Ao romper com a líder, ele também se afastava – mesmo que momentaneamente – do modelo de política posto em prática na organização do sonho coletivo do Codespa. No residencial, ele deslocou a inércia dessa trajetória e, como “proprietário”, encontrou novos canais para ajudar seus novos vizinhos na fabricação de seus próprios devires, informando-os de seus direitos como consumidores. O espaço-tempo da comunidade era agora transfigurado no condomínio, e seus proprietários-residentes ofereciam a oportunidade para uma nova concepção de política, em que era preciso superar as tecnologias absorvidas da democracia participativa, que só faziam reproduzir lideranças no poder, e implementar uma polis local composta de cidadãos informados buscando seus direitos. Com mais pessoas participando transparente e horizontalmente de discussões e tomadas de decisão, era possível diminuir custos, aperfeiçoar a eficiência da administração, e ampliar as chances de sustentabilidade dos beneficiários engajados na mobilidade junto ao asfalto.

*Lógico que o governo quer tirar as pessoas da pobreza
Quer dar residência
Mas tem muitas pessoas que não querem se ajudar.
Não adianta o governo
Ou uma associação
Querer te ajudar.
A pessoa tem que querer se ajudar!
Talvez o IBGE tenha que começar a escutar mais as pessoas
O que as pessoas querem pra si mesmas?*

Estas foram palavras de Berenice, do alto de nossa conversa sobre os efeitos de políticas sociais na vida das pessoas. Para ela – e muitas outras mulheres com quem conversei em

janeiro de 2015 – a passagem do morro ao asfalto era o resultado de uma decisão e, como tal, trazia consequências que precisavam ser dimensionadas antes da mudança. Daí a relevância de instituições como o Codespa que, por longos anos, tiveram o papel de buscar, recrutar e inculcar nas pessoas o espírito da mobilidade necessário à sustentabilidade em um projeto de “classe média”. Quem, nesse interim, não tivesse aprendido a “se ajudar”, desenvolvendo uma disposição ativista e cidadã pela casa própria e planejando seu futuro, definitivamente não conseguiria fazê-lo após a ocupação do residencial. Por essa razão, limites morais entre merecedores e “pobres sem futuro” sempre foram necessários e, com a mudança, tornavam-se ainda mais essenciais: a sustentabilidade não poderia partir de um novo projeto político; antes, o projeto político do Codespa era sua própria dissolução em um projeto econômico autossustentado pela disposição interior de cada morador, e o verdadeiro espaço de batalhas tornava, com a implantação do condomínio, a sustentabilidade da economia doméstica e familiar de cada unidade habitacional.

Os devires de Seu Juliano e Berenice são a condensação dos devires possíveis do próprio Residencial Bento Gonçalves – que se refletiam nos diversos idiomas de auto-identificação produzidos pelas pessoas ao responderem ao *survey* e reagirem às entrevistas²¹⁸. O que o condomínio está em vias de tornar-se? Quem, nesse processo pode ter esperanças, e de que tipo? Sobrepostas umas sobre as outras, as trajetórias dos beneficiários e a trajetória do lugar materializam um microcosmos que conta a história da mobilidade econômica e social no Brasil recente. Revelando a tessitura das decisões, expectativas, (des)igualdades, rearranjos familiares, escolhas de consumo e sociabilidades, esses imbricamentos em diferentes escalas – entre coletivos de *desiring citizens*, aberturas de mercado, alianças políticas e planejamento de políticas públicas – evidenciam caminhos possíveis e contornos prováveis nessas economias locais da esperança.

Aqui, a história de Jussara, com o qual abrimos a discussão deste capítulo, parece seguir o caminho do meio. À medida que ela refazia sua vida, ela deslocou o significado de como uma casa, suas pessoas, objetos e economia, devia ser organizada e governada. A casa emergiu então como um espaço contestado para o replanejamento da própria vida, um nódulo material conectando cidadania, consumo e ativismo pela mobilidade.

Ainda assim, sua “luta” por inclusão na política pública trouxe consequências duradouras para a relação com a irmã, e moldou suas interações com vizinhos e membros da associação. Enquanto o Codespa e seus líderes celebravam a mudança de sua comunidade para um

²¹⁸ A maioria considerava ter melhorado de vida, retratavam-se como trabalhadores e batalhadores, mas não descartavam a possibilidade de participarem de uma “nova classe média”. Esse resultado está de acordo com o que ouvi de pessoas como Jussara, de que o residencial abria caminhos de mobilidade que tornavam a “classe média” um horizonte atingível.

condomínio fechado, bem localizado, urbano e de “classe média”, Jussara seguia olhando pela janela, incapaz de abandonar as próprias escolhas que a implicaram nesse projeto, enquanto tentava entender e conectar as peças despedaçadas de sua família, afetada pelas cartografias habitacionais e seus efeitos duradouros.

POSFÁCIO

Em *Postscript on Control Societies*, Gilles Deleuze (1992) discutiu a rápida passagem do que Foucault chamou de Sociedades Disciplinares – baseadas no poder soberano exercido de modo descontínuo e duradouro por instituições panópticas como prisões, hospitais, fábricas, escolas e a família – para Sociedades de Controle – estas desenvolvidas na interconectividade dinâmica e contínua de aparatos sociotécnicos que controlam por meio da sensação de liberdade. Ele sugeriu que essa inflexão, consequência do avanço tecnológico e de uma nova fase do capitalismo, dissolve o poder institucional em uma miríade de micro-lugares que convocam à busca de “novas armas”: sem o Estado disciplinador, que novos modos de governamentalidade tomam forma para intervir, “controlando” e “libertando”, (grupos-alvo de) cidadãos?; sem a fábrica como lugar de confinamento e produção, que novas formas móveis de mercados de serviços, produtos e atividades são tornadas objeto de administração? Na formação dessa ética móvel e empreendedora, o confinamento dá lugar ao endividamento. Uma coisa, porém, escreveu o filósofo, não mudou: “capitalismo still keeps three quarters of humanity in extreme poverty, too poor to have debts and too numerous to be confined: control will have to deal not only with vanishing frontiers, but with mushrooming shantytowns and ghettos” (p. 6).

Desde a sua publicação, os números da pobreza diminuíram, e certamente não faltaram projetos de intervenção – humanitários e filantrópicos, governamentais e privados, nacionais e transnacionais, arquitetados nos interstícios dessas novas formações – para controlá-la. Nesse interim, a resiliência das pessoas em escapar à pobreza (Deaton, 2013) e forjar “vozes” (Hirschman, 1970) foi colocada à prova e reconfigurou as táticas de captura do Estado e do mercado: descobriu-se que os “pobres”, ao menos uma parte deles, podia e deveria falar em seu nome (Narayan, 1999) e, no escrutínio de suas necessidades e anseios, era possível torná-los endividados (Pralhad, 2004). As novas armas colocadas em jogo na mobilidade para além da pobreza reorientaram estratégias de inclusão e *targets* de governo: a superação dos guetos seria alcançada não com o poder disciplinador e re-socializador do Estado sobre os pobres, mas através de seu próprio trabalho de colaboração com projetos políticos pontuais de intervenção: para convencê-los era preciso “ouvi-los”; para controlá-los, urgia trabalhar *com* eles.

Em diversas partes do chamado mundo em desenvolvimento, a combinação de economias em crescimento e estratégias políticas pós-neoliberais ao longo da década de 2000 instigou debates sobre as portas de saída da pobreza e a formação de novos coletivos sociopolíticos. As “novas classes médias” globais (Graham et al., 2000; Lange e Meier, 2009; Heiman et al., 2012) foram definidas pela renda *per capita* diária entre US\$ 2 e 13 (Ravallion, 2010; Ferreira et al., 2013)²¹⁸ e foram apontadas por críticos, jornalistas, políticos e marqueteiros como os baluartes de novas bandeiras políticas, vozes críticas com poder de mobilização para se fazer ouvir na esfera pública²¹⁹. No Brasil, em particular, a combinação de estabilidade econômica e políticas públicas (entre as quais o aumento real do salário mínimo, estímulos ao mercado de consumo interno, a expansão dos instrumentos de crédito e o sucesso de programas de transferência condicionada de renda) que vigorou por mais de uma década levou ao aumento de renda de dezenas de milhões de pessoas na “base da pirâmide”. Cidadãos-consumidores de uma emergente “nova classe média” foram deslocados para o centro de controvérsias científicas, governamentais e mercadológicas sobre sua classificação taxonômica, sobre as políticas públicas e iniciativas de mercado necessárias à sua sustentabilidade, e sobre os efeitos políticos, econômicos e subjetivos dessa mobilidade em suas vidas.

Ao longo desta tese, problematizei, através de múltiplas escalas analíticas e etnográficas, os alinhamentos e agenciamentos dessa mobilidade em suas consequências taxonômicas, políticas, econômicas e subjetivas. Na parte 1, destrinchei as imagens e dispositivos produzidos para classificar, localizar e subjetivar essa população e torná-la visível como *targets* de governo e de mercado. O primeiro capítulo mostrou como esse processo culminou na invenção de uma categoria – a “nova classe média” brasileira – por economistas autodenominados sociais, com circulação e formação internacionais, vinculados às principais instituições nacionais de produção de números públicos. Explorei como a qualificação dessa mobilidade através da performance de experimentações estatísticas despertou o interesse do governo federal, que cunhou um novo sistema de estratificação brasileiro sob os auspícios da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE-PR). A extinção da

²¹⁸ O estudo das formações de estratos médios em diferentes partes do mundo tornou-se uma porta de entrada privilegiada para a compreensão das contradições do mundo contemporâneo. Esta é uma literatura que floresce sobretudo em países em desenvolvimento, como a China (ver Zhang, 2012; Brown, 2012; Tsang, 2014), a Índia (ver Verma, 2014; Fernandes, 2006; Brosius, 2010) e a Rússia (Patico, 2008). Em seu conjunto, eles convidam a antropologia a recolocar-se no debate sobre classes, a partir da etnografia (Carbonella, 2006; Ellis, 2011; Smith, 1984).

²¹⁹ Protestos de grande repercussão internacional ao longo dos últimos dez anos, como a Primavera Árabe em 2011, as Jornadas de Junho em 2013, além de rebeliões na Turquia, China e Índia, foram apontadas, pela mídia internacional, como condensações das vozes de novos coletivos prósperos, educados e independentes em economias pontuadas por rápidas transformações urbanas e sociais, e democracias efervescentes com governos burocráticos e corruptos. Ver, por exemplo, <http://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323873904578571472700348086> e <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2015/10/21/middle-class-frustration-that-fueled-the-arab-spring>.

secretaria, em 2015, junto com a derrocada política de figuras centrais ao debate, como o economista Marcelo Neri – responsável por colocar as bases para a tese da “nova classe média” – marcou o fechamento de um ciclo político-econômico da mobilidade brasileira, que coincidiu com a instauração de uma temporalidade de crise na esfera pública nacional.

A orquestração concertada de números e políticas públicas voltadas à sustentabilidade da mobilidade desenhou os contornos de uma gramática moral em que o deslocamento da pobreza para a classe média foi definida por uma visão prospectiva da vida (Neri, 2011, p. 18; SAE, 2012)²²⁰ e por intervenções governamentais visando sua sustentabilidade. Para convertê-la em um espelho verossímil da sociedade nacional, foi necessário escrutinizar seus comportamentos, suas opiniões e, sobretudo, suas demandas. Da parte do Estado, esse processo foi marcado por uma re-calibragem dos objetivos e desenhos de políticas públicas, engajado em fazer valer os direitos de um novo e elusivo cidadão-consumidor no mercado de consumo e de trabalho. Ao refinar os instrumentos de captação e visibilização dos desejos e expectativas dessa “nova classe média”, o Estado consagrou o mercado como o espaço privilegiado para a sua realização.

As pesquisas de mercado converteram-se em um site crucial para a produção de verdades sobre o gosto, os anseios e as características de consumo dessas novas populações. No capítulo dois, mostrei como a tese da “nova classe média” foi expandida através da invenção dessas instituições científicas e mercadológicas que se beneficiaram com a expansão do mercado de trabalho e do potencial de consumo de milhões de brasileiros²²¹. Com isso, eles desenharam os contornos sociotécnicos de um novo mercado dirigido à “base da pirâmide”; este envolvia a presença de dispositivos metodológicos e aparatos científicos capazes de converter a pobreza em assunto de mercado. Por meio de tecnologias como grupos focais, co-criação e mesmo observação etnográfica, os novos cidadãos-consumidores foram escrutinizados em suas peculiaridades culturais e tornaram-se personagens (ativos, emancipados, autônomos) na voz de uma nova figura persuasiva: o consultor da “nova classe média”. No processo, argumentei que os saberes do *marketing* desempenharam papel crucial na requalificação e adequação de produtos a consumidores, ao tentar prognosticar suas

²²⁰ Como vimos no primeiro capítulo, Neri argumentou que o termo “nova classe média” descrevia melhor a “dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã” (2011, p. 18) que caracterizava a aspiração pelo futuro dessa população. Igualmente, no primeiro caderno “Vozes da Classe Média”, o ministro Moreira Franco escreveu que “existe pleno consenso de que a ação governamental precisará se adequar às necessidades da crescente classe média. (...) a classe média se concentra no futuro, buscando formas de promover ou preservar sua ascensão” (SAE, 2012, p. 7).

²²¹ Os institutos de pesquisa de mercado voltados ao escrutínio da “nova classe média” certamente tiveram papel central na criação de um espaço para discutir um novo projeto político para o país. Como vimos, Renato Meirelles fez parte da comissão da SAE que estabeleceu um novo critério brasileiro de estratificação, e o Data Popular contribuiu ao projeto “Vozes da Classe Média” fornecendo pesquisas quantitativas e escrevendo colunas para os cadernos.

necessidades e enredá-los em imagens do mercado como arena democrática da liberdade de escolha.

Nesses novos tensionamentos que visaram modular e subjetivar, constantemente, a “nova classe média”, mercados tornaram-se espaços centrais para o exercício da cidadania, e as políticas públicas desempenharam papel fundamental como instrumentos de governo indireto, facultando aos seus beneficiários o acesso ao dinheiro e, por extensão, a arenas de consumo. Desde a redemocratização, políticas públicas como o PMCMV aqui discutido converteram-se em instâncias locais privilegiadas para observar como governos e mercados sobrepuseram suas racionalidades e seus focos de intervenção, delegando aos cidadãos na base a responsabilidade pela busca ativa desses recursos e, no processo, atomizando sua efetividade.

Pessoas como Dona Hilda, por meio de seu trabalho colaborativo e ativo(ista) por cidadania, foram progressivamente tiradas do anonimato e das margens do Estado para compor, junto com ele, a crônica do desenvolvimento e da inclusão social. Nas ramificações locais das políticas habitacionais, a etnografia seguiu os rastros de um novo elo local de mediação e governança: o Codespa tomou para si a tarefa de organizar potenciais beneficiários e instilar-lhes o desejo de engajar-se ativamente na busca do(s) benefício(s). Com isso, os recursos públicos encontraram seu caminho até os beneficiários e estes, reciprocamente, reconfiguraram-se em novas agências colaborativas de cidadãos e coletivos desejantes. Esses circuitos situados provaram-se, então, fragmentos e alinhamentos temporários através do qual as faces políticas, econômicas e subjetivas da mobilidade adquiriram forma no Brasil da década de 2000.

* * *

“Attention to such intermediary power formations presents new ethnographic quandaries as we engage and think through the ambiguous political subjectivities that crystallize amidst the blurring of distinctions between populations, market segments, target audiences, and collective objects of intervention or disregard, escreveram Biehl e McKay (2012, p. 1212). Ao longo desta tese, mostrei como os canais de comunicação entre instituições e pessoas são renegociados, na medida em que estas se movimentam e escavam suas artes de existência (De Certeau, 1994; Biehl, Good and Kleinman, 2007). Explorei as novas províncias de sentido e éticas alternativas que costuram as *assemblages* do político, do econômico e do subjetivo, descortinadas pela etnografia da mobilidade econômica e de seus agenciamentos. Na abertura de novas fissuras sensoriais (Stewart, 2007; Seigworth e Gregg, 2010), nossas lanternas empíricas (Hirschman, 1998 apud Biehl e McKay, 2012, p. 1209) rendem visível os afetos, os detalhes improváveis, os conceitos inacabados e as fricções que povoam o cotidiano dessas infraestruturas (Reeves, 2016; Larkin, 2013) locais da esperança.

Na tensão entre vidas fragmentadas (Tsing, 2005) e conectadas (Zelizer, 2010) e políticas de intervenção, novas economias morais sobre o socialmente possível e esperável foram escavadas. Como a etnografia crítica do político ajudou a iluminar essas arquiteturas locais de governo do presente, revelando táticas e modos de vida vis-à-vis instituições públicas em fragmentação?

Fabricadas no cotidiano das interações entre políticos locais, líderes comunitários, planejadores públicos, economistas, arquitetos e beneficiários de políticas públicas, essas novas formas de engajamento no político e no econômico ativaram circuitos locais de merecimento. Na cartografia do mérito traçada pelos “grupos populares” acompanhados pela etnografia, esculpiram-se divisões morais entre os pobres capazes de imaginar prospectivamente novas vidas e aqueles que, sem essa força interior, continuariam pobres. Enquanto o topo da pirâmide brasileira (seus intelectuais, jornalistas, políticos e marqueteiros) discutia o mérito de categorias analíticas – aquelas mais adequadas para descrever as mudanças em curso na sociedade – a base da pirâmide debateu-se em torno de outra modalidade de meritocracia: a do acesso às políticas públicas. A definição das fronteiras de quem, afinal, era merecedor, ou de que tipos de investimento (temporais, monetários, subjetivos) configuravam o mérito, ou ainda de que gramáticas morais eram mais adequadas do que outras para justificar o acesso aos benefícios, pontuou o engajamento dos “grupos populares” com a política e, particularmente, com a mobilidade brasileira da década de 2000. Como mostrou a etnografia, essas economias e hierarquias morais do merecimento foram centrais para entender a dramatização de sentimentos públicos que esculpiu os contornos de um coletivo desejante e que levou os membros do Codespa a esperar pelo Residencial Bento Gonçalves.

Espelhando as novas fronteiras da governamentalidade que se cristalizaram na economia política da mobilidade, essas micropolíticas da desigualdade arquitetaram o que chamei, no capítulo três, de uma busca pela comunidade modelo. Líderes comunitários como Marília – e as conexões heterodoxas que suas trajetórias abrem, com a política partidária, com as parcerias governamentais, com a gramática do cidadão de direitos, com, enfim, a engenharia social da política pública – foram essenciais para que o benefício habitacional chegasse àqueles que, como vimos no capítulo quatro e cinco, estiveram dispostos a produzir testemunhos públicos de sua necessidade e a engajar-se na temporalidade da mobilização promovida por coletivos de mediação como o Codespa.

Reforçado e espelhado nos discursos de figuras como o prefeito; secretários municipais; agentes de intervenção do Demhab, da Fasc, da Smic, da Caadhap; de arquitetos do PMCMV; o trabalho de conexão política, visibilidade pública e deslocamento subjetivo desses coletivos desejantes instrumentalizou uma tensão entre as pessoas e as personagens,

entre a história e o vivido, entre a narrativa e a experiência. Na granulosidade ordinária da vida de Dona Hilda, escavada pela etnografia multi-escalar de seus movimentos, aprendemos como, para colocar em marcha a maquinaria da política pública, ela retratou-se e foi retratada como a figura-pôster da política: sua personagem encapsulava, em distintos níveis, a própria arte de governo que tornara o PMCMV um instrumento crucial de redistribuição de renda, acesso ao consumo, inclusão social e acesso à mobilidade para tantas famílias brasileiras.

Por debaixo da engrenagem do merecimento, nas entrelinhas densas de seu *storytelling* normativo, a poética das palavras de Dona Hilda falava da imanência de uma experiência vivida e transcendia o escopo dos projetos de intervenção de que era parte. Como, então, capturar etnograficamente esse transbordamento humano, buscando render algo novo em suas palavras (Biehl, 2013b)? Como a construção de sua personagem e a inextrincável reverberação com sua tessitura vital apontavam para pontos de fricção e convergência com a materialidade da política habitacional, das ambivalências do Estado de bem-estar brasileiro e de sua sociedade de consumo? O que a situacionalidade da mobilidade política, econômica e afetiva de Dona Hilda revelava e deslocava em relação às institucionalidades mais amplas desse “Novo Brasil” em transformação?

Biehl e Locke (2010) argumentaram, inspirados em Deleuze (2006), pela primazia do desejo sobre o poder como elemento da microanálise etnográfica. Priorizar as *assemblages* de forças, artes, trajetórias e linhas de fuga que emanam criativamente, em todas as direções, desses fluxos sociais permite deslocar concretizações de poder e abrir formas subjetivas e territoriais improváveis. “Desire”, escreveram esses autores, “serves the engine of becoming” (p. 323); logo, essa plasticidade vital deve ser buscada menos nas origens arqueológicas que em mapas de deslocamentos que capturam os limites, as fronteiras, as quebras, os silêncios, as invasões, as dobras escavadas pelas pessoas em circulação por esses *milieus*. No trabalho de recuperação poética das palavras de Dona Hilda, revisitando com ela as cartografias pontuadas pelos espaços que *afetaram* seus desejos, subjetividades, expectativas e anseios, encontrei embutida nos esforços de construção da personagem pública a partir de suas memórias, resquícios de uma *esperança* do que poderia ter sido diferente, de outro modo. Ao visitar suas experiências habitacionais, Dona Hilda reviveu as encruzilhadas em que decisões foram tomadas, amarrou os *milieus* que costuraram seus *becomings* e entreteceu um sentido imanente de pertencimento e merecimento, presente e futuro, da boa vida – a que fazia dela uma cidadã-beneficiária-consumidora-da-casa-própria. Atravessada pelo desejo, a esperança de Dona Hilda amarrava o passado – a *espera* nas dificuldades – e o futuro – a *esperança* na melhoria de vida.

A história de Dona Hilda, entre deslocar-se e permanecer, entre conectar-se e fragmentar-se, entre rescrever imaginativamente o futuro ou aceitar a realidade, era a metáfora dos platôs de centenas de beneficiários habitacionais no Residencial Bento Gonçalves. Nutrir o desejo pela própria transformação e mobilidade passou, vimos no capítulo seis, pela transformação de artefatos; pela construção de devires em sinergia com as materialidades políticas – construídas simultaneamente pela política pública, pelo mercado e por coletivos desejanter. A casa própria e os objetos que a povoam tornaram-se pontes móveis de intensidades e afetos que canalizaram trajetórias individualizadas de mobilidade e de projetos subjetivos de transformação – simbioses que tencionam leituras recentes sobre a vida dos “grupos populares” afetados pela mobilidade da década de 2000 e suas “economias de compartilhamento” (Yaccoub, 2014). Em seu conjunto, os artefatos são inscrições espacializadas da cartografia desses desejos.

Como um mapa simbólico incrustado no tecido urbano da cidade, o Residencial Bento Gonçalves tornou-se o microcosmos das histórias vividas e idealizadas de cada um e de todos ao mesmo tempo. Sendo o próprio novo *milieu* da transformação subjetiva, não foi surpresa ver que muitos dos moradores dispendiam horas conversando sobre as realizações e práticas de vizinhos, sobre as imagens da sociedade circundante e, especialmente, sobre o futuro daquele espaço. Como um lugar para “descansar os ossos” e para refazer a vida, o condomínio cristalizava o devir comum do coletivo em formatação: “dar uma esperança”, nas palavras do síndico Rodrigo, era esse artefato subjetivo, capaz de “fazer enxergar que o meio onde ela vive empurre ela para isso”. Cada parede, cada janela, cada área coletiva, cada sincronia de luzes e o balançar de brinquedos, era a materialização imaginativa de todos os outros espaços ao mesmo tempo: representados, contestados, invertidos, fantasmáticos; contra-espacos desejados, espacos outros, heterotópicos (Foucault, 1986); arquiteturas da esperança. Na justaposição e exposição dos devires de cada um, o condomínio cristalizou afetações e materialidades políticas que se transubstanciaram em cartografias da mobilidade social.

* * *

O que as cartografias morais da esperança incrustadas no espaco, os horizontes imaginativos e as novas subjetividades políticas e econômicas dizem, deslocam, transcendem e fazem pensar sobre a mobilidade da década de 2000, envidraçada na tese da “nova classe média” brasileira? A etnografia com beneficiários de políticas públicas revelou a arquitetura dos trânsitos entre governo, mercado e ciência na paisagem política, econômica e afetiva desse “Novo Brasil”. Na medida em que os trajetos das vidas de pessoas concretas como Dona Hilda traçavam cartografias através de diferentes *milieus*, documentei escalas em conexão

que expuseram o real impacto de práticas científicas de classificação, políticas de intervenção sobre grupos e a invenção de novos mercados.

Em sintonia com movimentos subjetivos e *becomings* coletivos, e através da força poética das palavras, a etnografia desvelou a textura cotidiana das experiências dessas pessoas que, ao engajar-se com projetos mais amplos de mobilidade, deslocaram os eixos e os escopos de políticos, marqueteiros, planejadores, economistas e sociólogos investidos em afirmar a gramática moral da “nova classe média”. No acompanhamento das experiências concretas e da fabricação de sentimentos públicos, algo dessas *assemblages* locais de subjetivação parecia constantemente escapar aos regimes de identificação pressupostos pela maquinaria da política pública.

Em nossas conversas, ou quando perguntados na aplicação do *survey* sobre o lugar que as pessoas acreditavam ocupar na pirâmide social brasileira, muitos hesitavam e me perguntavam, de volta, com o olhar enigmático: “em relação a quem?”, ou ainda, “o que é classe média?”. O que muitos sociólogos tomariam como a negação da tese da “nova classe média” e cientistas políticos como o sinal de seu desinteresse por política ou por informação, pareceu-me, cada vez mais, uma recusa à autoclassificação – ou, se quisermos, uma refutação à ideia de que suas subjetividades, em pleno fluxo da mobilidade, eram redutíveis às verdades estanques de conceitos que transcendiam a imanência de suas experiências locais. Em sua subversividade cotidiana, esses fragmentos ressoavam com as palavras de Foucault, que argumentou que as táticas de governamentalidade “cannot be dissociated from the question ‘how not to be governed?’” (2007, p. 44). Ao recusar a política de localização que minha questão carregava, meus interlocutores deslocavam o registro do político para o cotidiano e ensaiavam uma crítica dos modos hegemônicos de narração da mobilidade social no Brasil.

Os *travails* das pessoas e seus esforços de colaboração com planejadores, governos e mercados descortinou o que lhes parecia mais improvável: o espectro da mobilidade ascendente. Aqui, posicionar-se em hierarquias classificatórias impedia o fluxo, os traçados, os movimentos que encurtavam distâncias sociais e permitiam construir novos *selves*, no futuro. Em sintonia com esses fluxos vitais, a etnografia buscou captar os processos de afetação que permitiram esse deslocamento: como esses espaços simbólicos foram construídos? Que artefatos levaram à imaginação desses futuros até então improváveis?

Ao olhar para os múltiplos e sutis processos de afetação entre materialidades, engajamentos políticos e aberturas de sentido, novos canais de conexão emergiram entre pessoas concretas e a “classe média” de intelectuais, políticos e marqueteiros. Embebidos na sociedade de consumo, no centro de políticas públicas, buscando melhorias através de sua própria emancipação, esses beneficiários escavaram visões prospectivas de vida – o que muitos teóricos chamaram de um “caminho do meio” e que Rodrigo assim definiu, em

homologia às palavras de Neri (2011, p. 18)²²²: ““Não importa da onde a pessoa veio, importa onde ela quer chegar. O objetivo é mudar de classe, mas muitos ainda não sabem”. Rodrigo resumiu o trânsito entre classes na imagética do movimento e da transformação, em que pouco importava o termo de referência.

Mark Liechty, ao propor uma analítica espacializada do que classe *faz*, argumentou que espaços culturais do “meio” (middleness) são escavados em relação ao acima e o abaixo, o global e o local: “It is impossible to make sense of the class-cultural politics of consumption and the moral narratives that circulate through it, the worlds of imagination and desire opened up by the windows of massa media (...), without each of these cultural dynamics making reference to the others. They are, in effect, ‘joint productions’ (Liechty, 2002, p. 249). Num esforço similar quanto ao caso brasileiro, esta tese foi dedicada a destrinchar as gramáticas morais da “nova classe média” que, qualificando a mobilidade econômica, floresceram dessas “produções conjuntas” que articularam economistas e políticas públicas; marqueteiros e dispositivos de governo; publicitários e a criação de novos mercados, produtos e serviços; planejadores do espaço urbano e arquitetos; redes de políticos locais e lideranças populares; e beneficiários e seus mundos locais de imaginação, desejo e esperança. Através de suas fricções e pontos de convergência, esta tese apostou na etnografia desses alinhamentos instáveis e efêmeros como artefatos que visibilizam, problematizam e amplificam os estudos sobre formações políticas, econômicas e subjetivas emergentes de classe (média) na atualidade.

* * *

“Writing is a question of becoming, always incomplete, always in the midst of being formed, and goes beyond the matter of any livable or lived experience. It is a process, that is, a passage of life that traverses both the livable and the lived”, escreveu Deleuze (1997, p. 1). A etnografia, sua aporia por integração e dissolução, seu engajamento com escalas ficcionais e friccionais que revelam divisões ou fazem transitar, transporta leitores para a confecção de mundos alternativos. O artefato etnográfico, ao engendrar uma voz antropológica, estende os fluxos vitais dos encontros e fragmentos na tessitura da transformação de vidas e futuros. Ele é, ele próprio, a cartografia de um *becoming* (Ib., p. 6). Na apreensão dos desejos e economias locais da esperança, os movimentos das pessoas transubstanciam-se nos deslocamentos do próprio antropólogo pelo tecido dessas imaginações prospectivas de vidas no futuro.

Na atenção aos modos de contar a história, no trabalho com “instances of human becoming” (Biehl, 2013b, p. 394), na temporalidade do eterno retorno – transfigurados,

²²² No capítulo 1, citei as palavras de Neri (2011, p. 18), que reproduzo novamente para efeitos de comparação: “Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está”.

antropólogos e interlocutores –, a força política, poética e conceitual da etnografia adquire seus contornos. No fim deste percurso, não sabemos o destino das pessoas e coletivos que compuseram as páginas desta tese; sabemos, contudo, que suas trajetórias cartográficas não encontraram um ponto final, convidando o antropólogo para voltar e mapear a provisoriedade de vidas, afetos e campos sociais em fluxo perene. Transmutadas para estas páginas, personagens abriram-se à imaginação do leitor na composição de mundos alternativos, improváveis, na busca de artefatos de outro modo invisíveis ou condenados ao desaparecimento. Elas convidaram-no, assim como ao antropólogo, a esperar, com esperança.

Do alto de seus 95 anos, após duas horas de entrevistas em pleno verão inescrupuloso de Porto Alegre, Dona Hilda se remexia em sua cadeira, ansiosa, como uma criança diante do doce. “Vocês não estão com fome?”, indagou, já sorrindo, à audiência. Sem ouvir pronta resposta, ela foi até a geladeira que comprara a menos de dois meses. De lá, sacou uma torta que preparara especialmente para a ocasião. Incrédulo, perguntei-lhe se aquilo tudo era em função da visita. A questão pareceu não lhe surpreender; como não seria? Ah, a torta de coco! – pensei, lembrando de nossas conversas anteriores. Dona Hilda não esquecera daquela temporalidade da espera que havia embarcado sua subjetividade nessa viagem e a transportado para os tempos e lugares da boa vida. Afinal, “essas mãozinhas aqui, oh, essas mãozinhas aqui sabem fazer coisas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de la Clase Media Argentina: apogeo y decadencia de una ilusión, 1919-2003*. Buenos Aires: Planeta, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- AGUIAR, Luciana. *Spinning Lives*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Cornell University, New York, 1993.
- ALBA, Victor. *Alliance Without Allies: the mythology of progress in Latin America*. New York: Praeger, 1965.
- ANDRADE, Eliana Santos Junqueira de. *Política Habitacional no Brasil (1964 a 2011): do sonho da casa própria à minha casa, minha vida*. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2011.
- APPLBAUM, Kalman. *The Marketing Era: From Professional Practice to Global Provisioning*. New York: Routledge, 2004.
- ARIDA, Persio. “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”. In: REGO, José Marcio (org.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ARIZAGA, María Cecilia. “La construcción del gusto legítimo en el mercado de la casa”. *Bifurcaciones*, N^o. 5, pp. 1-12, 2005.
- _____. “Murallas y barrios cerrados. La morfología espacial del ajuste en Buenos Aires”. *Nueva Sociedad*, Vol. 166, pp. 22-32, 2000.
- ARRETCHE, Marta. “Desarticulação do BNH e autonomização da política habitacional”. In: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. (Org.). *Descentralização e Políticas Sociais*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- ARVIDSSON, Adam. “Creative Class or Administrative Class? On Advertising and the ‘Underground’”. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, Vol. 7, N^o. 1, pp. 8–23, 2007.
- AVILA, Naida. *DEM HAB: Com ou Sem Tijolos, a História das Políticas Habitacionais em Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000.
- AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, Marcelo da Rocha; MARDEGAN, Elyseu. *O Consumidor de Baixa Renda*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space: the classic look at how we experience intimate places*. Boston: Beacon Press Books, 1958.

BARBOSA, Walmir. *IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): Planejamento e reprodução do capital (1964 a 2004)*. Tese de Doutorado. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História da UFG, 2012.

BARCELLOS, Daisy. *Família e Ascensão de Negros em Porto Alegre*. Tese de Doutorado em antropologia social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996.

BARTELT, Dawid Danilo. *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

BERLANT, Lauren. *Cruel Optimism*. Durham; London: Duke University Press, 2011.

BERMAN, Elizabeth. *Creating the Market University: how academic science became an economic engine*. Princeton; London: Princeton University Press, 2012.

_____. *Thinking like an Economist: on expertise and the U.S. Policy Process*. Princeton: Institute for Advanced Studies, Paper Number 52, 2014.

BESSIRE, Lucas. *Behold the Black Caiman: A chronicle of Ayoreo Life*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2013.

BIEHL, João; GOOD, Byron; KLEINMAN, Arthur (Eds.). *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2007.

BIEHL, João; LOCKE, Peter. “Deleuze and the Anthropology of Becoming”. *Current Anthropology*, Vol. 51, Nº. 3, pp. 317-351, 2010.

BIEHL, João; MCKAY, Ramah. “Ethnography as Political Critique”. *Anthropological Quarterly*, Vol. 85, Nº. 4, pp. 1209-1228, 2012.

BIEHL, João; PETRYNA; Adriana (Eds.). *When People come First: Critical Studies in Global Health*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2013.

BIEHL, João. “The judicialization of biopolitics”: claiming the right to pharmaceuticals in Brazilian courts”. *American Ethnologist*, Vol. 40, Nº. 3, pp. 419-436, 2013a.

_____. *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2013b.

_____. *Will to Live: AIDS Therapies and the Politics of Survival*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2007.

BIGGART, Nicole Woolsey. “Banking on Each Other: The Situational Logic of Rotating Savings and Credit Associations”. *Advances in Qualitative Organization Research*, Vol. 3, pp. 129-53, 2001.

BINKLEY, Sam; CAPETILLO, Jorge. *A Foucault for the 21st Century: Governmentality, Biopolitics and Discipline in the New Millennium*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

BINKLEY, Sam. “Governmentality and Lifestyle Studies”. *Sociology Compass*, Vol. 1, Nº. 1, pp. 111-126, 2007.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent; PORTER, Catherine. *On Justification: Economies of Worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BOLTANSKI, Luc. *The Making of a Class: Cadres in French Society*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1987.

BONDUKI, Nabil. “Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida”. *Teoria e Debate*, Vol. 82, pp. 8-14, 2009.

_____. “Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Nº. 1, pp. 70-104, 2008.

BORBA, Sheila; ALFONSIN, Betania; GONZÁLEZ, Sylvia. “Análise de experiências alternativas de habitação popular em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre”. In: CARDOSO, Aduino (org.). *Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. “A Política Habitacional no Brasil (1930-1990)”. *Periódico de Divulgação Científica da FALS*, Ano 1, Nº. 2, p. 1-14, 2008.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “Condição de Classe e Posição de Classe”. In: _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

_____. “Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom”. *Mana*, Vol. 2, Nº. 2, pp. 7-20, 1996a.

_____. “Principles of an Economic Anthropology”. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005b.

_____. *Argelia 60: Estructuras Económicas y Estructuras Temporales*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.

_____. *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

_____. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Las Estructuras Sociales de la Economía*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

_____. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996b.

BOWERS, Todd. “Bringing the 'Multitude' Back In': The Biopolitics of Marketing Affectivity”. Paper presented at the annual meeting of the *American Sociological Association*, 2008.

BRAND, Stewart. *How Buildings Learn: What happens to them after they're built*. Harmondsworth: Penguin, 1994.

BROSIUS, Christiane. *India's Middle Class: New Forms of Urban Leisure, Consumption and Prosperity*. New York; London: Routledge: 2010.

BROWN, Mick. *The Anxious Dragon: China's new middle class*. London: Telegraph Books, 2012.

BURGOS, Marcelo. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, pp. 25-60, 1998.

CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. “State and Urban Space in Brazil: From modernist Planning to Democratic Interventions”. In: COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa (Eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford; Malden; Victoria: Blackwell Publishing, pp. 393-416, 2005.

CALDEIRA, Teresa. “Uma incursão pelo lado ‘não-respeitável’ da pesquisa de campo”. *Ciências Sociais Hoje*, Vol. 1, ANPOCS/CNPq, 1981.

_____. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

ÇALISKAN, Koray; CALLON, Michel. “Economization, part 1: shifting attention from the economy towards processes of economization”. *Economy and Society*, Vol. 38, N° 3, pp. 369-398, 2009.

_____. “Economization, part 2: a research programme for the study of markets”. *Economy and Society*, Vol. 39, N° 1, pp. 1-32, 2010.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Acting in an Uncertain World: an essay on technical democracy*. Cambridge; London: The MIT Press, 2001.

CALLON, Michel. “Introduction: the embeddedness of economic markets in economics”. In: _____ (Ed.). *The Laws of the Market*. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 1-58, 1998.

_____. “What does it mean to say that economics is performative?”. *Papiers de Recherche du CSI*, N° 5, Paris, pp. 1-59, 2006.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão*. Brasília: IPEA, 2013.

CARBONELLA, August; KASMIR, Sharryn. “Rethinking the anthropology of social class”. *Focus (Anthropology News)*, Vol. 47, Issue 8, pp. 8-9, 2006.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim. “Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida”. In: CARDOSO, Adauto L. (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Espaciais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Themis; ARAUJO, Flavia. “Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano”. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, pp. 1-20, 2011.

CARDOSO, Adauto; LAGO, Luciana Correa do. “O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais”. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Espaciais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto. “Mercado Imobiliário e Segregação: o caso do Rio de Janeiro”. In: *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Revan/Observatório-IPPUR/UFRJ: 2000, pp. 319-350.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARDOSO, Ruth; DURHAM, Eunice. “Elaboração cultural e participação social nas populações de baixa renda”. In: CALDEIRA, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: Obra Reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011 [1977], pp. 133-144.

CARDOSO, Ruth. “Favela: Conformismo e Invenção”. In: CALDEIRA, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: Obra Reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011 [1977], pp. 159-169.

_____. “Sociedade e Poder: as representações dos favelados de São Paulo”. In: CALDEIRA, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: Obra Reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011 [1978], pp. 170-184.

_____. “Subcultura: uma terminologia adequada?”. In: CALDEIRA, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: Obra Reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011 [1975], pp. 127-132.

CARIELLO, Rafael. “O Liberal contra a Miséria: a vida e as disputas com o PT do economista Ricardo Paes de Barros, o arquiteto improvável do programa social de Lula”. *Revista Piauí*, Edição Nº. 74, nov. 2012.

CARRARO, André; FONSECA, Pedro. “O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945). *Anais do 5º Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu/MG, 2003.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHOS, Rodrigo. *Subindo o Morro: Consumo, Posição Social e Distinção entre Famílias de Classes Populares*. Dissertação (Administração-PPGA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAVALCANTI, Mariana. “Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, Nº. 69, pp. 69-80, 2009.

_____. *Of Shacks, Houses, and Fortresses: An Ethnography of Favela Consolidation in Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. University of Chicago, Chicago, 2007.

CHAUÍ, Marilena. “Uma nova classe trabalhadora”. In: SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: Dez Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil: 2013, pp. 123-134.

CIERAAD, Irene (Ed.). *At Home: An anthropology of domestic space*. Syracuse: Syracuse University Press, 2006.

CLASTRES, Pierre. *Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003 [1974].

COHEN, Lizabeth. *A Consumer's Republic: The Politics of Mass Consumption in Postwar America*. New York: Vintage Books, 2003.

COLLADO, Emanuel. *The Shrinking Middle Class: Why America is Becoming a Two-Class Society*. Bloomington: iUniverse, 2010.

COLLIER, Stephen; LAKOFF, Andrew. “On Regimes of Living”. In: _____ (Eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford; Malden; Victoria: Blackwell Publishing, 2005, pp. 22-39.

COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa. "Global Assemblages, Anthropological Problems". In: _____ (Eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford; Malden; Victoria: Blackwell Publishing, 2005, pp. 3-21.

COLLIER, Stephen. *Post-Soviet Social: Neoliberalism, Social Modernity, Biopolitics*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

COLLINS, Daryl; MORDUCH, Jonathan; RUTHERFORD, Stuart; RUTHVEN, Orlanda. *Portfolios of the Poor: How the world's poor live on \$2 a day*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. "Ethnography on an Awkward Scale: Postcolonial Anthropology and the Violence of Abstraction". *Ethnography*, Vol. 4, N^o. 2, pp. 147-179, 2003.

COOK, Daniel Thomas. "In Pursuit of the 'Inside View': Training the Research Gaze on Advertising and Market Practitioners". In: BELK, Russel (Ed.). *Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006, pp. 534-546.

CRAPANZANO, Vincent. "Reflections on Hope as a Category of Social and Psychological Analysis". *Cultural Anthropology*, Vol. 18, N^o. 1, pp. 3-32, 2003.

_____. *Imaginative Horizons: An Essay in Literary-Philosophical Anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro; HIPOLITO, Lucia (Orgs.). *IPEA – 40 anos: Apontando Caminhos; Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. "O Brasil no Horizonte dos Megaeventos Esportivos de 2014 e 2016: Sua cara, seus sócios e seus negócios". *Horizontes Antropológicos*, Vol. 19, 2013, pp. 19-63.

_____. *Megaeventos Esportivos no Brasil: Um olhar antropológico*. Campinas: Autores Associados, 2014.

DAMO, Arlei Sander. "A Peça Orçamentária: os Sentidos da Participação na Política a Partir do OP Porto-Alegrense". In: FONSECA, Claudia; BRITTES, Jurema (Org.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 136-183.

_____. "Cultura e Agência: o Engajamento no Orçamento Participativo". *Revista Campos*, Vol. 9, N^o. 1, pp. 51-85, 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. "States and its Margins: comparative ethnographies". In: _____ (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp 3-34.

DÁVILA, Arlene. *Latinos, Inc.: The Marketing and Making of a People*. Berkeley: University of California Press, 2001.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE FERRANTI, David. *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with history?* Advance Conference Edition. Washington D.C.: The World Bank, 2003.

DE SOTO, Hernando. *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. New York: Basic Books, 2000.

_____. *The Other Path: The Economic Answer to Terrorism*. New York: Basic Books, 1989.

DEATON, Angus; MUELLBAUER, John. *Economics and Consumer Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

DEATON, Angus. *The Analysis of Household Surveys: A Microeconometric Approach to Development Policy*. Washington D.C.: World Bank Publications, 1997.

_____. *The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

_____. *Understanding Consumption*. Wortley: Clarendon Press, 1993.

DELEUZE, Gilles. "Literature and Life". In: _____. *Essays: Critical and Clinical*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, pp. 1-6.

_____. "Postscript on Control Societies". *October*, Vol. 59, MIT, pp. 3-7, 1992.

_____. *Two Regimes of Madness: texts and interviews 1975-1995*. Los Angeles: Semiotext(e), 2006.

DEMHAB. *Plano Habitacional de Interesse Social. Etapa II – Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre: DEMHAB, 2009a.

_____. *Plano Habitacional de Interesse Social*. Porto Alegre: DEMHAB, 2007.

_____. *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre: DEMHAB, 2009b.

DESROISIÈRES, Alain. *La Politique des Grandes Nombres*. Paris: Éditions Découverte, 1993.

DI LEONARDO, Micaela. "Gender, Race, and Class". In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (org.). *A Companion to the Anthropology of Politics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, pp. 135-151.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/Cnpq, 1986.

DIB, Darwin. "A controvérsia do planejamento na economia brasileira: a retórica como instrumento de transmissão de crenças". In: GALA, Paulo; REGO, José Marcio (Orgs.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 251-282.

DINES, Alberto. *Stefan Zweig no País do Futuro: A Biografia de um Livro*. São Paulo: EMC Edições, 2009.

DOUGLAS, Mary. "The Idea of a Home: a kind of space". *Social Research*, Vol. 58, Nº. 1, pp. 287-307, 1991.

DRUCK, Graça. "Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência". *Observatorio Social de America Latina*, Ano 6, Nº. 19, CLACSO, Buenos Aires, pp. 329-340, 2006.

DURHAM, Eunice. “A Pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: DURHAM, Eunice et al. (Org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 17-38.

_____. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURHAM, Eunice; CARDOSO, Ruth. “A investigação antropológica em áreas urbanas”. In: CALDEIRA, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: Obra Reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011 [1973], pp. 119-128.

DURHAM, Eunice; TORRES, Lilian de Lucca. *Entrevista: Eunice Ribeiro Durham*. *Ponto Urbe*, Vol. 4, pp. 1-14, 2009.

ECKERT, Cornelia. “Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia da e na cidade no Brasil”. In: MARTINS, Carlos B. e DIAS DUARTE, Luiz F. (Coords.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo, ANPOCS, 2010.

EDIFICAPOA (Escritório Geral de Licenciamento e Regularização Fundiária – Secretaria de Gestão). *Manual DM Web*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2013.

EGER, Talita Jabs. *Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: Uma perspectiva etnográfica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *The Established and the Outsiders*. New York: SAGE Publications, 1994.

ELLIS, Rowan. “The Politics of the Middle: re-centering class in the postcolonial”. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, Vol. 10, N^o. 1, pp. 69-81, 2011.

ELMER, Greg. *Profiling Machines: Mapping the Personal Information Economy*. Cambridge: MIT Press, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford: Oxford University Press, 1969 [1940].

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008 [1958].

FASSIN, Didier. “Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes”. *Educação*, Vol. 56, N^o. 2, pp. 201-226, 2005.

_____. “Introduction: the moral question in anthropology”. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (Eds.). *Moral Anthropology: A critical reader*. London; New York: Routledge, 2014, pp. 13-18.

_____. “Le corps exposé: essai d'économie morale d'illégitimité”. In: FASSIN, Didier; MEMMI, Dominique (Eds.). *Le Gouvernement des Corps*. Paris: Éditions de l'EHESS. 2004, pp. 237-266.

_____. “Why Ethnography Matters: On anthropology and its publics”. *Cultural Anthropology*, Vol. 28, N^o. 4, pp. 621-646, 2013.

- _____. *A Companion to Moral Anthropology*. New York: Wiley Blackwell, 2015.
- _____. *Humanitarian Reason: A moral history of the present*. Berkeley; London: University of California Press, 2012.
- FEDOZZI, Luciano. *O Poder da Aldeia: Gênese e História do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- _____. *Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. "Spatializing States: toward an ethnography of neoliberalism governmentality". *American Ethnologist*, Vol. 29, N^o. 4, pp. 981-1002, 2002.
- FERNANDES, Florestan. "A Análise Sociológica das Classes Sociais". *Sociologia*. Vol. 10, N^o. 2 e 3, 1948.
- FERNANDES, Leela. *India's New Middle Class: Democratic Politics in an Era of Economic Reform*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.
- FERNANDES, Ramón García; PESSALI, Huáscar Fialho. "Retórica e Economia: um balanço após os primeiros vinte e cinco anos". In: GANEM, Angela; FREITAS, Fabio; MALTA, Maria Mello de (Org.). *Economia e Filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, pp. 173-192.
- FERREIRA, Francisco; MESSINA, Julian; RIGOLINI, Jamele; LÓPES-CALVA, Luís-Felipe; LUGO, Maria Ana; VAKIS, Renos. *Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class*. Washington D.C.: The World Bank, 2013.
- FIORI, Jorge Luís; RILEY, Elizabeth; RAMIREZ, Ronaldo. *Urban Poverty Alleviation through Environmental Upgrading in Rio de Janeiro: Favela-Bairro*. Londres: Development Planning Unit/University College London, 2000.
- FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Palo Alto: Stanford University Press, 2008.
- FISCHER, Edward; BENSON, Peter. *Broccoli and Desire: Global Connections and Maya Struggles in Postwar Guatemala*. Palo Alto: Stanford University Press, 2006.
- FISCHER, Edward. *The Good Life: Aspiration, Dignity, and the Anthropology of Wellbeing*. Palo Alto: Stanford University Press, 2014.
- FISCHER, Michael. "To live with what would otherwise be unendurable: return(s) to subjectivities". In: BIEHL, João; GOOD, Byron; KLEINMAN, Arthur (Eds.). *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2007, pp. 423-446.
- FISCHER, Tânia. *O Ensino da Administração Pública no Brasil, os Ideais do Desenvolvimento e as Dimensões da Racionalidade*. Tese de doutorado em administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- FISHLOW, Albert. "Brazilian Size Distribution of Income". *American Economic Review*, Vol. 62, N^o. 2, pp. 391-402, 1972.

FLEURBAEY, Marc; BLANCHET, Didier. *Beyond GDP*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FONSECA, Claudia. "Classe e a Recusa Etnográfica". In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Orgs.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, pp. 13-35.

_____. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia (et al.). "Direitos dos Mais e Menos Humanos". *Horizontes Antropológicos*, Ano 5, Nº. 10, pp. 83-121, Porto Alegre, 1999.

FONTAINE, Pierre-Michel. *Race, Class and Power in Brazil*. Center for Afro-American Studies, University of California, 1985.

FOSTER, Robert John. *Coca-Globalization: Following Soft Drinks from New York to New Guinea*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

FOUCAULT, Michel. "A Governamentalidade". In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 277-293.

_____. "Of Other Spaces". *Diacritics*, Nº. 16, Vol. 1, p. 22-27, 1986.

_____. "What is Critique?". In: _____. *The Politics of Truth*. Los Angeles: Semiotext, 2007, pp. 41-81.

_____. *Dits et Ecrits: 1954-1988*. Paris: Editions Gallimard, 1994.

_____. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal, 2006.

_____. *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1977-78*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

FRANZONI, Juliana-Martínez; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, Diego. *Good Jobs and Social Services: How Costa Rica achieved the elusive double incorporation*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2013.

FREEMAN, Carla. *High Tech and High Heels: Women, work, and pink-collar identities in the Caribbean*. Durham: Duke University Press, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FURTADO, Celso. *Desarrollo y Subdesarrollo*. Eudeba, Buenos Aires: FCE-CEPAL, Santiago de Chile, 1961.

_____. *El Subdesarrollo Latinoamericano*. Cidade do México: FCE-México, 1982.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*. Eudeba. Biblioteca de América. Buenos Aires: Libros del Nuevo Tiempo, 1966.

_____. *Teoría y Política del Desarrollo Económico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1968.

_____. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

- GALA, Paulo; REGO, José Marcio (Orgs.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- GANS, Herbert. "Culture and Class in the Study of Poverty". In: _____. *People and Plans*. New York: Basic Books, 1968.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1989.
- _____. *Negara: The Theatre State In Nineteenth-Century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- GIROLA, María Florencia. "Tendencias globales, procesos locales: una aproximación al fenómeno de los conjuntos residenciales con seguridad de la región metropolitana de Buenos Aires". *Revista de Antropología Iberoamericana*, N.º. 43, pp. 1-24, 2005.
- GODOY, Paulo; NARDI, Sergio. *Marketing para o Varejo de Baixa Renda: Como otimizar o uso dos 4Ps*. São Paulo: Novo Século, 2006.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975 [1959].
- GOLDTHORPE, John et al. (Org.). *The Affluent Worker: Political Attitudes and Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GORDILLO, Gastón. *Rubble: The Aftermath of Destruction*. Durham; London: Duke University Press, 2014.
- GORDON, César. "Resenha de "About the House"". *Mana*, Vol. 2, N.º. 2, Rio de Janeiro, 1996.
- GORMLEY, William. *Voices for Children: Rhetoric and Public Policy*. Washington D.C.: Brookings Institution, 2012.
- GRAHAM, J. K.; RESNICK, Stephen e WOLFF, Richard. *Class and its Others*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Selections from the Prison Notebooks*. Edited and translated by HOARE, Quintin; SMITH, Geoffrey. New York: International Publishers, 1971.
- GUANO, Emanuela. "A Color for the Modern Nation: The discourse on education, class, and race in the porteño opposition to neoliberalism". *Journal of Latin American Anthropology*, Vol. 8, N.º. 1, 2003, pp. 148-171.
- GUEDES, André Dumans. *O Trecho, as Mães e os Papeis: Etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás*. São Paulo: Garamond, 2013.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. "Classes Sociais". In: MICELI, Sergio (org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: editora Sumaré; ANPOCS; Distrito Federal: CAPES, 1999.
- GUPTA, Akhil. "Blurred Boundaries: The discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state". *American Ethnologist*, Vol. 22, N.º. 2, pp. 375-402, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

HAGE, Ghassan. *Against Paranoid Nationalism: Searching for hope in a shrinking society*. Sydney: Pluto Press Australia, 2003.

HAN, Clara. *Symptoms of Another Life: Time, possibility and domestic relations in Chile's credit economy*. *Cultural Anthropology*, Vol. 26, N^o. 1, pp. 7-32, 2011.

HART, Stuart. *Capitalism at the Crossroads: next generation business strategies for a post-crisis world*. New Jersey: FT Press, 2010.

HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2000.

HEIMAN, Rachel; FREEMAN, Carla; LIECHTY, Mark. *The Global Middle Classes: Theorizing through ethnography*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2012.

HEIMAN, Rachel. *Driving after Class: Youth and the cultural politics of suburban life in the boom economy*. Ph.D. Dissertation. Department of Anthropology, University of Michigan, 2004.

HILL, Christopher. *The Century of Revolution, 1603-1714*. London: Cardina, 1974.

HIRSCHMAN, Albert. *Crossing Boundaries: Selected Writings*. New York: Zone Books, 1998.

_____. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to decline in Firms, Organizations, and States*. Boston: Harvard University Press, 1970.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa: Presença, 1973.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

HOLSTON, James. "Spaces of Insurgent Citizenship". In: HOLSTON, James (Ed.). *Cities and Citizenship*. Durham; London: Duke University Press, 1999, pp. 155-176.

_____. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. *Para Compreender a PNAD: um texto simplificado*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, 34p.

INGOLD, Tim. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. New York: Routledge: 2011.

_____. "Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais". *Horizontes Antropológicos*, Ano 18, N^o. 37, pp. 25-44, 2012.

ISENSTADT, Sandy. *The Modern American House: Spaciousness and middle class identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JAMBET, Christian. "The Constitution of the Subject and Spiritual Practice". In: ARMSTRONG, Timothy (Ed.). *Michel Foucault, Philosopher*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, pp. 233-247, 1992.

JIMÉNEZ, Michael. "The Elision of the Middle Classes and Beyond: history, politics, and development studies in Latin America's short twentieth century". In: ADELMAN, Jeremy (Ed.). *Colonial Legacies: The Problem of Persistence in Latin American History*. London: Routledge, 1999.

KENT, Susan. *Domestic Architecture and the Use of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KOPPER, Moisés. "Minha Casa, Minha Vida": Experts, Sentidos de Classe e a Invenção do 'Mercado' da Casa Própria no Brasil Contemporâneo". *Horizontes Antropológicos*, Vol. 22, Nº. 45, Porto Alegre, pp. 185-215, 2016.

_____. "Nos Limites da Intervenção: A antropologia crítica de Didier Fassin". *Mana*, Vol. 20, Nº. 2, pp. 355-370, 2014.

_____. "Vestígios de um 'Novo Brasil': A configuração do mercado de pesquisas para a 'base da pirâmide'". In: Yaccoub, Hilaine (Org.). *Consumo Popular*. Rio de Janeiro: Mundo do Marketing Editora, 2015, pp. 63-98.

_____. "A Invenção da "Nova Classe Média" a partir do Mercado da Casa Própria: Etnografia dos processos de mobilidade social e espacial no Brasil contemporâneo". *Anais XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Salvador, 2013.

_____. *Arte Oratória e Democracia Participativa: Uma etnografia das performances e estratégias discursivas de líderes comunitários a partir de sua atuação na esfera pública de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS: Porto Alegre, 2009.

_____. *De Camelôs a Lojistas: Etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Marketing Management*. 14ª ed. New Jersey: Prentice Hall, 2012 [1967].

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. *Social Marketing: Changing Behaviors for Good*. 5ª ed. New York: SAGE Publications, 2015.

KRAMER, William J. (et al.). *The Next 4 Billion: Market Size and Business Strategy at the Base of the Pyramid*. World Resources Institute and International Finance Corporation/World Bank Group, 2007.

KUNRATH SILVA, Marcelo. *Construção da "participação popular"*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PPG Sociologia, 2002.

LANDA, Pablo. "Planning for Citizenship: Social and Political Relations in Mexico City's Public Spaces". *Resumos da 113ª Reunião Anual da American Anthropological Association*, 113, Washington D.C., 2014.

- LANE, Barbara Miller. *Housing and Dwelling: Perspectives on Modern Domestic Architecture*. New York: Routledge, 2007.
- LANGE, Hellmuth; MEIER, Lars. *The New Middle Classes: Globalizing Lifestyles, Consumerism and Environmental Concerns*. Springer: 2009.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- LARKIN, Brian. “The Politics and Poetics of Infrastructure”. In: *Annual Review of Anthropology*, Vol. 42, pp. 327-343, 2013.
- LAWSON, Victoria. “De-centering Poverty Studies: middle class alliances and the social construction of poverty”. *Apresentação de Trabalho*, IDES, Buenos Aires, 2011.
- LEFEBVRE, Henry. *La Production de L'Espace*. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Noção de Casa”. In: _____. *Minhas Palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *O Pensamento Selvagem*. 12ª ed. Campinas: Papirus, 1989.
- LEVY, Santiago. *Good Intentions, Bad Outcomes: Social Policy, Informality, and Economic Growth in Mexico*. New York: Brookings Institution Press, 2010.
- LEWIS, Oscar. *Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*. New York: Basic Books, 1961.
- LIECHTY, Mark. *Suitably Modern: Making Middle-Class Culture in a New Consumer Society*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- LIMA, Nisia Verônica Trindade. *O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: Políticas do Estado e Lutas Sociais (1954-1973)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1989.
- LOMNITZ, Claudio. “Times of Crisis: Historicity, sacrifice, and the spectacle of debacle in Mexico City”. *Public Culture*, Vol. 15, Nº. 1, pp. 127-147, 2003.
- LONDON, Ted; HART, Stuart. “Reinventing strategies for emerging markets: Beyond the transnational model”. *Journal of International Business Studies*, Vol. 35, pp. 350–370, 2004.
- LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero-URFRJ, 1987.
- LOUREIRO, Maria Rita; LIMA, Gilberto Tadeu. “A Internacionalização da Ciência Econômica no Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 14, Vol. 55, Nº. 3, pp. 31-50, 1994.
- LURY, Celia. *Brands: The Logos of the Global Economy*. London: Routledge, 2004.
- MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia. “Introduction”. In: _____. (Eds.). *Do Economists Make Markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007, pp. 1-19.
- MACKENZIE, Donald. *An Engine, Not a Camera: How Financial Models Shape Markets*. Cambridge; London: The MIT Press, 2006.

_____. *Material Markets: How Economic Agents are Constructed*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MAGNANI, José G. C. “Quando o Campo é a Cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José G. C.; TORRES, Lilian de L. *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996], pp. 12-53.

_____. *Festa no Pedacço: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003 [1984].

MALEFYT, Timothy; MOERAN, Brian. *Advertising Cultures*. Oxford; New York: Berg, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. “A economia primitiva dos Ilhéus Trobriandeses” [tradução]. *The Economic Journal*, Londres, v. 31, 1921.

_____. *Argonauts of the Western Pacific*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1953 [1922].

MARCELIN, Louis H. “A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano”. *Mana*, Vol. 5, Nº 2, Rio de Janeiro, pp. 31-60, 1999.

_____. “In the name of the nation: Blood symbolism and the political habitus of violence in Haiti”. *American Anthropologist*, Vol. 114, Nº 2, pp. 253-266, 2012.

_____. “Violence, Human Insecurity and the Challenge of Building Haiti: A Study of a Shantytown in Port-au-Prince, Haiti”. *Current Anthropology*, Vol. 56, Nº 2, 2015.

MARICATO, Ermínia. “Metrópole, Legislação e Desigualdade”. *Estudos Avançados*, Vol. 17, Nº. 48, pp. 151-167, 2003.

_____. *Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINE, George; CAMARANO, Ana A.; FLETCHER, Philip e NEUPERT, Ricardo. “A PNAD: notas para uma avaliação”. In: SAWYER, D. (Org.). *PNADs em Foco: Anos 80*. Belo Horizonte: Abep, 1988, p. 281-305.

MARTINE, George. “O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol. 22, Nº. 2, São Paulo, pp. 257-275, 2005.

MATHEWS, Gordon; IZQUIERDO, Carolina (Orgs.). *Pursuits of Happiness: Well-Being in Anthropological Perspective*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2009.

MATOS, Liziane Gonçalves de. *As Mulheres na Democracia Participativa: Etnografia da participação feminina no Orçamento Participativo de Porto Alegre a partir das lideranças comunitárias*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS: Porto Alegre, 2009.

MAURER, Bill. “The Anthropology of Money”. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 35, pp. 15-36, 2006.

MAUSS, Marcel. “A Expressão Obrigatória dos Sentimentos”. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (Org.). *Marcel Mauss: Antropologia (Grandes Cientistas Sociais, 11)*. São Paulo: Ática, 1979 [1921], pp. 147-153.

MAZZARELLA, William. *Shoveling Smoke: Advertising and Globalization in Contemporary India*. Durham: Duke University Press, 2003.

MCCLOSKEY, Deirdre. *Knowledge and Persuasion in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. “The Rhetoric of Economics”. *Journal of Economic Literature*, Vol. XXI, pp. 481-517, 1983.

MEDEIROS, Marcelo. *As Teorias da Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos*. Texto para Discussão N. 998. Brasília: IPEA, 2003.

_____. *O que faz os Ricos, ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Anpocs, Aderaldo & Rothschild, 2005.

MEHTA, Jal. *The Allure of Order*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MESOMO, Juliana. *Cotidiano em Suspense: Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto da duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2014.

MILLER, Daniel. *Home Possessions: Material Culture Behind Closed Doors*. Oxford: Berg, 2001.

_____. *The Comfort of Things*. Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. (Ed.). *Materiality*. Durham; London: Duke University Press, 2005.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governing the Present*. Cambridge: Polity Press, 2008.

MILLER, Toby. *Cultural Citizenship: Cosmopolitanism, Consumerism, and Television in a Neoliberal Age*. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

MILLS, C. Wright. *White Collar: The American Middle Classes*. Oxford: Oxford University Press, 2002 [1951].

Ministério das Cidades. *Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários*. Brasília: Governo Federal, 2010.

MIYAZAKI, Hirokazu; RILES, Annelise. “Failure as an Endpoint”. In: COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa (Eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford; Malden; Victoria: Blackwell Publishing, 2005, pp. 320-332.

MIYAZAKI, Hirokazu. “Economy of Dreams: Hope in global capitalismo and its critiques”. *Cultural Anthropology*, Vol. 21, N^o. 2, pp. 147-172, 2006.

_____. *Arbitraging Japan: Dreams of capitalismo at the end of finance*. Berkeley; London: University of California Press, 2013.

_____. *The Method of Hope: Anthropology, Philosophy, and Fijian Knowledge*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

MOORE, Elizabeth. “Branded Spaces: The Scope of ‘New Marketing’”. *Journal of Consumer Culture*, Vol. 3, N^o. 1, pp. 39-60, 2003.

MORAES, Aldovan de Oliveira. *Duas ou Três Coisas a Respeito da Regularização Fundiária*. Porto Alegre: DEMHAB, 2007.

MOTTA, Eugenia. "Houses and Economy in the favelas". *Vibrant*, Vol. 11, Nº 1, pp. 118-158, 2014.

_____. "Houses: quantified, projected and lived". Oikos Seminar, Princeton University, 2015.

MÜLLER, Lucia Helena Alves. "Negotiating debts and gifts: Financialization policies and the economic experiences of low-income social groups in Brazil". *Vibrant*, Associação Brasileira de Antropologia, Vol. 11, Nº 1/2, Brasília, pp. 191-221, 2014.

_____. "Políticas de Inclusão e de Educação Financeira". *Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs*. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013.

_____. *A Alma do Negócio: Um estudo antropológico sobre o uso da pesquisa de mercado na publicidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 1989.

MUNIESA, Fabian; CALLON, Michel. "Economic Experiments and the Construction of Markets". In: MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia (Eds.). *Do Economists Make Markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007, pp. 163-189.

NARAYAN, Deepa; PATEL, Raj; SCHAFFT, Kai; RADEMACHER, Anne; KOCH-SHULTE, Sarah. *Can Anyone Hear Us? Voices from 47 countries*. Voices of the Poor, Vol. 1. Washington D.C.: Poverty Group/World Bank, 1999.

NARDI, Sérgio. *A Nova Era do Consumo de Baixa Renda*. Osasco, Novo Século Editora, 2009.

NASCIMENTO, Denise; TOSTES, Simone. *Programa Minha Casa Minha Vida: A (mesma) política habitacional no Brasil*. *Arquitextos*, 133.03, ano 12, 2011.

NAVARO-YASHIN, Yael. *The Make-Believe Space: Affective Geography in a Postwar Polity*. Durham; London: Duke University Press, 2012.

NEALON, Jeffrey. *Foucault Beyond Foucault: Power and its Intensifications since 1984*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

NEIBURG, Federico. "As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro". *Mana*, v. 13, n.1, Rio de Janeiro, 2007.

NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média: O lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011a.

_____. *A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008a.

_____. *A Pequena Grande Década: Crise, Cenários e a Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010.

_____. *Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, CPS/FGV, 2009.

_____. *Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2006.

_____. *Desigualdade de Renda na Década*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2011b.

_____. *Labor Markets Adaptation to Inflation and Household Financial Behavior: lessons from the Brazilian case*. Tese de Doutorado. Princeton: Princeton University, 1996.

_____. *Microcrédito: O Mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b.

_____. *Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008c.

NEVES, Marcos Freire de Andrade. *A Estética do Acaso: Um estudo antropológico sobre a dinâmica estética e econômica da Vila Chocolatão*. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

O'DOUGHERTY, Maureen. "Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de "Cultura" e Consumo em São Paulo". *Dados*, Vol. 41, Nº. 2., Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Consumption Intensified: The Politics of Middle-Class Daily Life in Brazil*. Durham and London, Duke University Press, 2002.

OLIVEN, Ruben George. "Clase Media, Consumo y Ciudadanía". In: ADAMOVSKY, Ezequiel; VISACOVSKY, Sergio e VARGAS, Patricia. *Clases Medias: Nuevos enfoques y estudios comparativos en Europa y América Latina*. Buenos Aires: Ariel, 2014.

_____. "Cultura Brasileira e Identidade Nacional (O Eterno Retorno)". In: MICELI, Sergio (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)*. Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Distrito Federal: CAPES, 2002, p. 15-44.

_____. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

_____. *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVER, Paul. *Dwellings: The vernacular house worldwide*. Phaidon Press, 2007.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTNER, Sherry. "Reading America: preliminary notes on class and culture". In: FOX, Richard (Org.). *Recapturing Anthropology: Working in the present*. Santa Fé: School of American Research Press, 1991.

_____. *New Jersey Dreaming: Capital, Culture, and the Class of '58*. Durham: Duke University Press, 2003.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOUZA, Pedro; SOARES, Sergei; OLIVEIRA, Luís Felipe. *Perfil da Pobreza no Brasil e sua Evolução no Período 2004-2009*. Texto para Discussão n. 1647. Brasília: IPEA, 2011.

OSSANDON, Jose (et al.). "The Economy of the Quota: The Financial Ecologies and Commercial Circuits of Retail Credit Cards in Santiago, Chile". Disponível em: <http://blog.imtffi.uci.edu/2012/11/the-economy-of-quota-financial.html>. Acessado em 15.03.2016.

OVERBEY, Mary Margaret; DUDLEY, Kathryn Marie (Eds). *Anthropology and Middle Class Working Families: a research agenda*. American Anthropological Association: 1999.

OWENSBY, Brian. *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

_____. “*Stuck in the Middle*”: Middle Class and Class Society in Modern Brazil, 1850-1950. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Yale University, 1994.

PAES DE BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (Org.). *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente*. 2 vols. Brasília: IPEA, 2007.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Texto para Discussão n. 800. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. “Os Comícios e a Política de Facções”. *Anuário Antropológico*, N.º. 94, Brasília, 1994.

PALMEIRA, Moacir. “Política, Facção e Voto”. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 1996, pp. 41-56.

PARENTE, Juracy (et al.). *Varejo para a Baixa Renda*. São Paulo: Editora FGV, 2008.

PARRY, Jonathan; BLOCH, Maurice. “Introduction”. In: _____ (org.). *Money and the Morality of Exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 1-32.

PASTORE, José; SILVA, Nelson Valle. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Macron Books, 2000.

PASTORE, José. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.

PATICO, Jennifer. *Consumption and Social Change In a Post-Soviet Middle Class*. Chicago: Stanford University Press, 2008.

PAULANI, Leda Maria. “Economia e Retórica: o capítulo brasileiro”. *Revista de Economia Política*, Vol. 26, N.º. 1, pp. 3-22, 2006.

PEREIRA, Fabíola M.; RIETH, Flávia. “De classes populares, classes trabalhadoras, trabalhadores pobres e grupos populares à perspectiva de mediações de classes”. *Anais do IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho*, Pelotas, 2007.

Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília, 2009.

PETRYNA, Adriana. *Life Exposed: Biological Citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

PIKETTY, Thomas; GOLDHAMMER, Arthur. *The Economics of Inequality*. Boston: Belknap Press; Tra Edition, 2015.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Boston: Belknap Press, 2014.

POCHMANN, Marcio. *Distribuição Funcional da Renda no Brasil: Situação Recente*. Comunicado da Presidência n. 14. Brasília: IPEA, 2008a.

_____. *Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano*. Comunicado da Presidência n. 07. Brasília: IPEA, 2008b.

_____. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. *O Mito da Grande Classe Média: Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas*. Comunicado da Presidência N. 38. Brasília: IPEA, 2010.

PORTER, Theodore. *Trust in Numbers: The pursuit of objectivity in science and public life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

POVINELLI, Elizabeth. "Interview with Elizabeth Povinelli by Mat Coleman and Kathryn Yusoff". *Society and Space*, 2014. Disponível em: <http://societyandspace.com/material/interviews/interview-with-elizabeth-povinelli-by-mat-coleman-and-kathryn-yusoff/>. Acessado em 12.03.2016.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1933].

_____. *História e Desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1968].

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012 [1945].

PRAHALAD, C. K.. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid, Revised and Updated 5th Anniversary Edition: Eradicating Poverty Through Profits*. New Jersey: Prentice Hall, 2004.

PRAHALAD, C. K.; HAMMOND, Allen. "Serving the World's Poor, Profitably". *Harvard Business Review*, pp. 4-11, 2002.

PRAHALAD, C. K.; HART, Stuart. "The Fortune at the Bottom of the Pyramid". *Strategy+Business*, Vol. 26, pp. 1-14, 2002.

PREBISCH, Raúl. *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963.

_____. *Interpretación del Proceso de Desarrollo Latinoamericano en 1949*. Serie Conmemorativa del XXV Aniversario de la CEPAL. Santiago de Chile: CEPAL, 1973.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Lei Complementar N.º. 646*, de 22 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/646%20rep-PDDUA>. Acessado em 15.03.2016.

PUTNAM, Robert. *Our Kids: The American Dream in Crisis*. New York: Simon & Schuster, 2015.

QUADROS JR., Itanel Bastos de. "A Propaganda no Brasil: uma brevíssima resenha do séc. XX". *Anais XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Campo Grande, 2001.

QUADROS, Waldir José de. *A Nova Classe Média Brasileira: 1950-80*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 1985.

_____. *O "Milagre Brasileiro" e a Expansão da Nova Classe Média*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 1991.

RABINOW, Paul. "Midst Anthropology's Problems". In: COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa (Eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford; Malden; Victoria: Blackwell Publishing, 2005, pp. 40-54.

RAHMAN, Mizan; HASAN, Md Rajibul; FLOYD, David. "Brand Orientation as a Strategy That Influences the Adoption of Innovation in the Bottom of the Pyramid Market". *Strategic Change*, Vol. 22, N^o. 3-4, pp. 225-239, 2013.

RALPH, Laurence. *Renegade Dreams: Living through Injury in Gangland Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

RAPOPORT, Amos. *House Form and Culture*. Prentice Hall, 1969.

RAVALLION, Martin. *The Developing World's Bulging (but vulnerable) Middle Class*. Policy Research Working Paper. Washington D.C.: The World Bank, 2009, pp. 1-28.

_____. "The Developing World's Bulging (but vulnerable) Middle Class". *World Development*, Vol. 38, N^o 4, pp. 445-454, 2010.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. *O Planejado e o Vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

REEVES, Madeleine. "Infrastructural Hope: Anticipating 'Independent Roads' and Territorial Integrity in Southern Kyrgyzstan". *Ethnos (Journal of Anthropology)*, Vol. 81, N^o. 1, sem paginação, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. "A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não-Hegemônico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, N^o. 74, pp. 21-38, 2010.

RICCI, Rudá. *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2010.

RICUPERO, Bernardo (Org.). *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

RILES, Annelise. *Collateral Knowledge: Legal Reasoning in the Global Financial Markets*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ROCHA, Angela da. *Consumo na Base da Pirâmide: Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

ROCHA, Sonia. *Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Texto para Discussão N^o. 721. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROITMAN, Janet. *Anti-Crisis*. Durham; London: Duke University Press, 2014.

_____. *Fiscal Disobedience: An anthropology of economic regulation in Central Africa*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005.

ROIZ, Diogo da Silva. "Uma história do pensamento político e social brasileiro: entre o 'estado patrimonialista' e a 'ação das massas'". *Sociedade e Cultura*, Goiânia, Vol. 13, N^o. 2, pp. 299-302, 2010.

ROSE, Nikolas. "La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno". *Revista Argentina de Sociología*, Vol. 5, N^o. 8, pp. 111-150, 2007.

_____. *Powers of Freedom: Reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SACHS, Jeffrey. *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York, Penguin Books, 2005.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. In: DURHAM, Eunice (et al., Orgs.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 39-68.

SADER, Emir (org.). *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SALATA, André. *A Nova Classe Média Brasileira: Contribuição para um debate político*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2012.

_____. “Notas sobre a Tese da Nova Classe Média Brasileira”. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, 2013.

_____. *Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo Sobre Identidades de Classe*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SALEM, Tânia. “Família em Camadas Médias: uma perspectiva antropológica”. *BIB*, Rio de Janeiro, N^o. 21, p. 25-39, 1986.

SALVUCCI, Richard. *Politics, Markets, and Mexico’s ‘London Debt’, 1823-1887*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, Anpur, 1994.

SASSEN, Saskia. “Introduction: locating cities on global circuits”. In: _____ (Ed.). *Global Networks, Linked Cities*. New York; London: Routledge, 2002, pp. 1-38.

_____. *The Global City*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SCALON, Celi; SALATA, André. “Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 27, N^o. 2, pp. 387-407, 2012.

SCALON, Celi. “Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate”. *Contemporânea*, Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades, N^o. 1, pp. 49-68, 2011.

_____. *Ensaio de Estratificação*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_____. *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SCHIELKE, Samuli. “Living in the Future Tense: Aspiring for World and Class in Provincial Egypt”. In: HEIMAN, Rachel; FREEMAN, Carla; LIECHTY, Mark (Eds.). *The Global Middle Classes: Theorizing through ethnography*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2012, pp. 31-55.

SCHÜLL, Natasha D. *Addiction by Design: Machine Gambling in Las Vegas*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

SCHULTZ, Theodore. “Secular Trends and Cyclical Behavior of Income Distribution in the United States: 1944-1965”. *Six Papers on the Size Distribution of Income and Wealth*, NBER, 1969.

SCHUTZ, Alfred. “Ação no mundo da vida”; “O mundo das relações sociais”. In: WAGNER, Helmut R. (Org. e Introdução). *Fenomenologia e Relações Sociais*. Textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos”. In: LUND, Joshua; McNEE, Malcolm (Ed.). *Gilberto Freyre e os Estudos Latinoamericanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidade de Pittsburgh, 2006.

_____. *Racismo no Brasil: Folha Explica*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCIRÉ, Claudia. *De ‘Pai de Santo’ a Artefato de Conectividade: O mercado de telefonia móvel no Brasil e as estratégias em disputa na construção do usuário pré-pago*. In: YACCOUB, Hilaine (Org.) *Consumo Popular*. Rio de Janeiro: Mundo do Marketing Editora, 2015, pp. 201-232.

_____. *Vida em Conexão: Celulares, usuários e mercado na construção do novo social*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, 188f.

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). *Vozes da Classe Média*. Edição Marco Zero. Brasília: Governo Federal, 2012a.

_____. *Comissão para Definição da Classe Média no Brasil*. Brasília: Governo Federal, 2012b.

SEIGWORTH, Gregory; GREGG, Melissa. “An Inventory of Shimmers”. In: _____ (Eds.). *The Affect Theory Reader*. Durham; London: Duke University Press, 2010.

SEN, Amartya. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. *O Bolsa Família: Problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil*. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Vol. 12, Nº 6, Rio de Janeiro, pp. 1429-1439, 2007.

SILVEIRA, Helder; ABREU; Luciano; LOSSO, Tiago. *Estado e Desenvolvimento: Política e Relações Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

SIMMEL, Georg. “Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 165-181.

SLATER, Don. “Capturing Markets from the Economists.” In: DU GAY, P.; PRYKE, M. (Eds.) *Cultural Economy: Cultural Analysis and Commercial Life*. London: Sage, 2002. pp. 59–77.

SMITH, Raymond. “Anthropology and the Concept of Social Class”. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 13, pp. 467-494, 1984.

SOARES, Sergei. *O Ritmo de Queda na Desigualdade no Brasil é Adequado?* Evidências do contexto histórico internacional. Texto para discussão n. 1339. Brasília: IPEA, 2008.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. *A Classe Média Brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. “Gilberto Freyre e a singularidade da cultura brasileira”. *Tempo Social*, São Paulo, Vol. 12, Nº. 1, pp. 69-100, 2000.

_____. “O Economicismo e a Invisibilidade das Classes”. *Anais 37º Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de Lindóia, 2013.

_____. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *A Tolice da Inteligência Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

_____. *Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPRANDEL, Marcia Anita. *A Pobreza no Paraíso Tropical: Interpretações e Discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

STEWART, Kathleen. *Ordinary Affects*. Durham: Duke University Press, 2007.

STIGLITZ, Joseph E. *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future*. New York: W. W. Norton & Company, 2013.

STRATHERN, Marilyn. “Out of Context: The Persuasive Fictions of Anthropology”. *Current Anthropology*, Vol. 28, nº 3, jun., pp. 251-281, 1987.

SULLIVAN, Teresa (ed.). *The Fragile Middle Class: Americans in Debt*. New Heaven: Yale University Press, 2001.

The Economist, “Brazil takes off”, 12.11.2009, Disponível em: <http://www.economist.com/node/14845197>. Acessado em 08.03.2016.

_____, “Brazil’s Fall”, 02.01.2016, Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21684779-disaster-looms-latin-americas-biggest-economy-brazils-fall>. Acessado em 08.03.2016.

_____, “Has Brazil Blown it?”, 28.09.2013, Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>. Acessado em 08.03.2016.

THÉVENOT, Laurent. “Cifras que falam: medida estatística e juízo comum”. In: BESSON, Jean Luc (Org.). *A Ilusão das Estatísticas*. São Paulo: UNESP, 1995.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books, 1966.

TORQUATO, Shirley A. “Entre o Conflito e a Acomodação: Mudança de endereço e a nova lógica do consumo doméstico dos moradores do PAC Morro do Preventório”. In: YACCOUB, Hilaine (Org.). *Consumo Popular*. Rio de Janeiro: Mundo do Marketing Editora, 2015, pp. 293-320.

_____. *Casa Nova, Vida Nova: Consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do Morro do Preventório*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal Fluminense, PPGA, 2013, 298 pp.

TORRETTA, André. *Mergulho na Base da Pirâmide*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2009.

TSANG, Eileen Yuk-Ha. *The New Middle Class in China: Consumption, Politics and the Market Economy*. Palgrave Macmillan, 2014.

TSING, Anna L. *Friction: An ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Democracy Realized: The progressive alternative*. New York: Verso, 1998.

_____. *Free Trade Reimagined: The World Division of Labor and the Method of Economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

_____. *The Singular Universe and the Reality of Time: A Proposal in Natural Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (org.). *Rio de Janeiro: Cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *A Utopia Urbana: Um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1973.

_____. *Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. *Mudança, Crise e Violência: Política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Subjetividade e Sociedade: Uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O conceito de cultura e o Estudo de Sociedades Complexas". *Artefato*, Vol. 1. Nº. 1, pp. 4-9, 1978.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. "Buuu". *O Estadão*, Rio de Janeiro, 29.04.2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,uuuu-imp-,711779>. Acessado em 08.03.2016.

VERMA, Pavan. *The New Indian Middle Class*. HarperCollins Publishers India, 2014.

VILLARREAL, Magdalena. “Cálculos Financieros y Fronteras Sociales en una economía de deuda y morralla”. *Civitas*, Vol. 10, N° 3, pp. 392-409, 2010.

_____. “Mujeres, finanzas sociales y violencia económica en zonas marginadas de Guadalajara”. *Instituto Jalisciense de la Mujeres/ Instituto Municipal de las mujeres en Guadalajara*, Guadalajara, 2009.

_____. *Antropología de la Deuda: Crédito, ahorro, fiado y prestado en las finanzas cotidianas*. Cidade do México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2004.

VINCENT, Joan. “Framing the Underclass”. *Critique of Anthropology*, Vol. 13, N° 3, pp. 215-230, 1993.

VISACOVSKY, Sergio; GARGUIN, Enrique. “Introducción”. In: _____ (Orgs.). *Moralidades, Economías y Identidades de Clase Media*. Estudios históricos y etnográficos. Buenos Aires, Antropofagia, 2009, pp. 11-60.

VISACOVSKY, Sergio. “Estudios sobre ‘Clase Media’ en la Antropología Social: Una agenda para la Argentina”. *Avá*, N° 13, Posadas, jul. 2008.

WACQUANT, Löic. “Red belt, black belt: racial division, class inequality and the state in the French urban periphery and the American ghetto”. In: MINGIONE, E. (Org.). *The New Poverty and the Underclass in Advanced Societies*. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. “Making Class: The middle-class(es) in social theory and social structure”. In: McNALL, Scott; LEVINE, Rhonda; FANTASIA, Rick. *Bringing Class Back In: Contemporary and Historical Perspectives*. Boulder: Westview Press, 1991.

_____. *Prisons of Poverty*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

WEBER, Max. “Estamentos e Classes”. In: _____. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999, pp. 199-206.

WHYTE, William Foote. *Street Corner Society: The social structure of an Italian Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

WILKIS, Ariel. *Las Sospechas del Dinero: Moral y economía en la vida popular*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

WINICK, Charles. “Anthropology’s Contributions to Marketing”. *Journal of Marketing*, Vol. 25, N° 5, pp. 53-60, 1961.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme. “‘Classe C’ e sua alardeada ascensão: Nova? Classe? Média?”. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, Vol. 38, N° 4, p. 67-80, 2011.

YACCOUB, Hilaine. “A Chamada ‘Nova Classe Média’: Cultura material, inclusão e distinção social”. *Horizontes Antropológicos*, Ano 17, N° 36, pp. 197-231, 2011.

_____. “O Subúrbio e seus Moradores: ‘elite local’, estilo de vida e formação de gosto”. In: _____ (Org.). *Consumo Popular*. Rio de Janeiro: Mundo do Marketing Editora, 2015, pp. 35-62.

_____. *Lições da Favela: As Economias de Compartilhamento de Bens e Serviços na Barreira do Vasco*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

YUNUS, Muhammad. *Banker To The Poor: Micro-Lending and the Battle Against World Poverty*. New York: Public Affairs, 1999.

_____. *Building Social Business: The New Kind of Capitalism That Serves Humanity's Most Pressing Needs*. New York: Public Affairs, 2010.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZELIZER, Viviana. "How I Became a Relational Economic Sociologist and What Does That Mean?". *Politics & Society*, Vol. 40, pp. 145-174, 2012.

_____. *Economic Lives: How culture shapes the economy*. Princeton: Princeton University Press, 2013 [2010].

_____. *The Purchase of Intimacy*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. *The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other Currencies*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

ZHANG, Li. *In Search of Paradise: Middle-Class living in a Chinese metropolis*. New York: Cornell University Press, 2012.

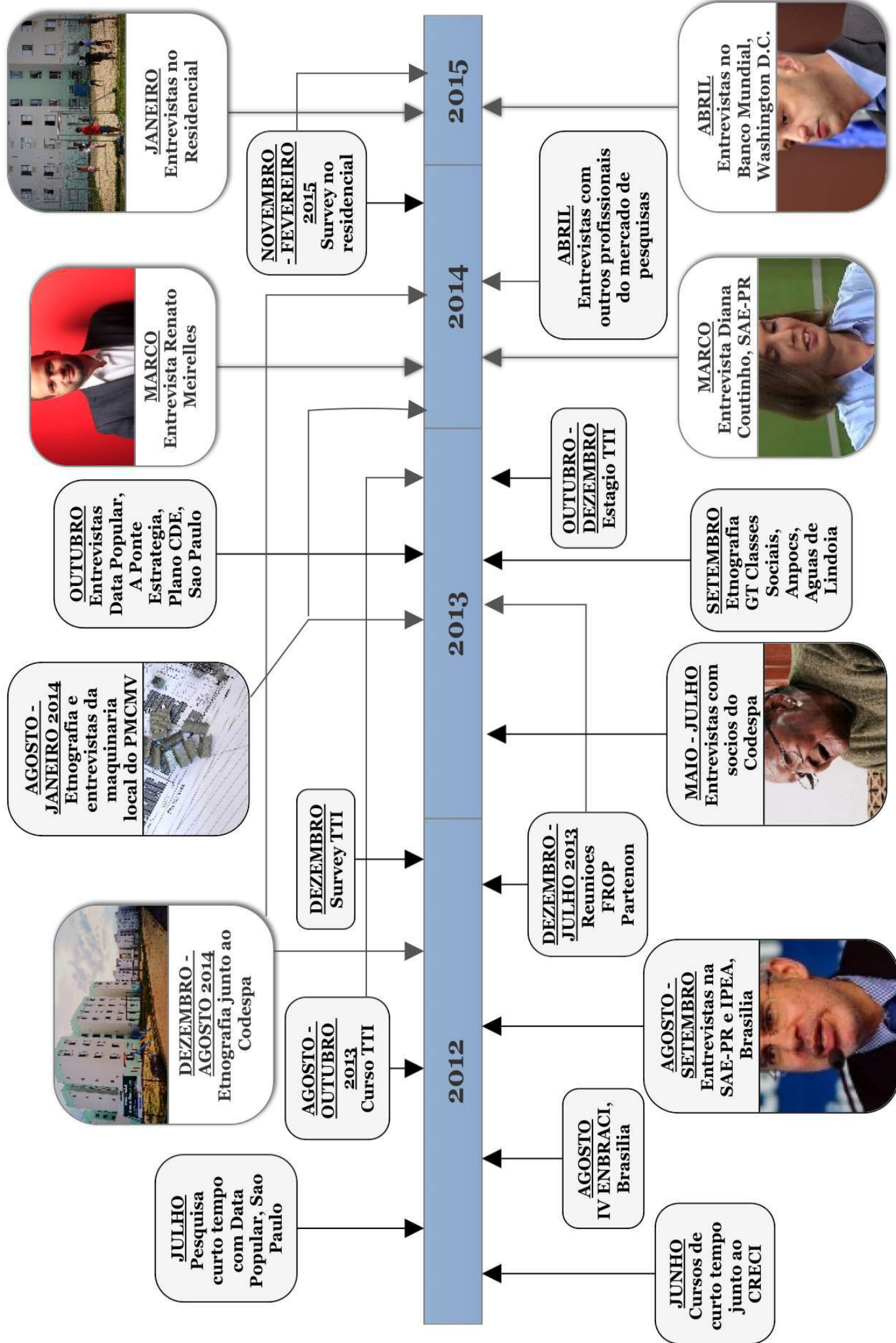
ZOURNAZI, Mary. *Hope: New Philosophies for Changes*. New York: Routledge, 2003.

ZWEIG, Stefan. *Brazil: Land of the future*. New York: The Viking Press, 1941.

ZWICK, Detlev; BONSU, Samuel K.; DARMODY, Aron. "Putting Consumers to Work: 'Co-creation' and new marketing govern-mentality". *Journal of Consumer Culture*, Vol. 82, N^o. 2, pp. 163-196, 2008.

ZWICK, Detlev; CAYLA, Julien. "Introduction". In: _____ (Eds.). *Inside Marketing: Practices, Ideologies, Devices*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 3-22.

ANEXO 1 - Circuito dos Principais Eventos de Campo (2012-2015)



ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

RESIDENCIAL BENTO GONÇALVES

APARTAMENTO/BLOCO: _____/_____

A – PERFIL DA UNIDADE DOMICILIAR

Quantas pessoas residem no apartamento? _____

RESIDENTE	IDADE	SEXO	ETNIA	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO

B – PERFIL DO CHEFE DE FAMÍLIA (RESPONDENTE - R)

B1) É proprietário do imóvel? Sim () Não ()

B2) É chefe(a) de família? Sim () Não ()

B3) Há quanto tempo obteve o ultimo título escolaridade? _____

B4) Continua estudando? Sim () Não ()

B5) Se sim, o que estuda? _____

B6) Se sim, onde estuda? _____

B7) Se sim, quais as expectativas futuras? _____

B8) Se não, pretende voltar a estudar futuramente? Sim () Não ()

B9) Quando? _____

B10) Qual a escolaridade de seus pais? (em anos de estudo) _____

B11) Qual a escolaridade de seus (suas) filhos(as)? _____

B12) O Sr.(a) está trabalhando atualmente? Sim () Não ()

B13) Há quanto tempo trabalha na atual profissão? _____

B14) Por que escolheu essa profissão?

B16) Por quanto tempo? _____

B17) Como você avalia sua situação profissional daqui a dois anos?

() Muito Melhor () Melhor () Igual () Pior () Muito Pior

C – RENDA E CLASSE

C1) Qual a renda mensal total da sua família? _____

C2) Quanto dessa renda é proveniente do trabalho? _____

C3) Quantas pessoas são responsáveis pelo sustento da família (indicar)? _____

C4) Possui carro? Sim () Não ()

C5) Quantos? _____

C6) Se sim, () Quitado () Financiado

C7) Nos últimos anos, sua vida mudou para melhor, para pior, ou não mudou?

() Muito Melhor () Melhor () Igual () Pior () Muito Pior

C8) Por quê? _____

C9) Nos últimos anos, sua situação econômica mudou para melhor, pior ou não mudou?

() Muito Melhor () Melhor () Igual () Pior () Muito Pior

C10) Escolha até três palavras que mais retratam sua atual situação: () Classe Alta; () Classe Média-Alta; () Classe Média-média; () Classe Média Baixa; () Classe Baixa; () Vulnerável; () Pobre; () Miserável; () Trabalhador; () Batalhador; () Ralé; () Elite; () Rico; () Remediado; () Classe Popular; () Povão; () Classe A; () Classe B; () Classe C; () Classe D; () Classe E; () Não Sei; () outro.

D – POLÍTICAS PÚBLICAS E PMCMV

D1) Nos últimos cinco anos, sua família foi beneficiária de algum programa social? Sim () Não ()

D2) Se sim, qual(is) o(s) programa(s)? () Programa Bolsa Família; () Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; () Aposentadoria para Pessoa de Baixa Renda; () Programa Brasil Alfabetizado; () Benefício de Prestação Continuada; () Programa Leite das Crianças; () Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); () Telefone Popular; () Tarifa Social de Energia Elétrica; () Projovem Adolescente; () Prouni; Outro: qual? _____

D3) Se sim, quantos e quais são os(as) beneficiários(as)? _____

D4) Por que decidiu inscrever-se no PMCMV? _____

D5) Você possui parentes ou conhecidos que também se inscreveram no PMCMV? Sim () Não ()

D6) Se sim, quantos(as) foram contemplados? _____

D7) O que você acha do PMCMV? _____

- E2) Quais as cidades, bairros e comunidades em que residiu anteriormente? _____
- E3) Seu imóvel era: () próprio; () alugado; () emprestado (favor); () ocupação regular (invasão); () assentamento; () outro
- E4) O(a) Sr.(a) tinha acesso a: () esgoto; () água encanada; () eletricidade; () pavimentação
- E5) Quantas pessoas residiam em seus dois últimos imóveis? _____
- E6) Qual o gasto aproximado com a manutenção dos dois últimos imóveis? _____
- E7) O que fez com o antigo imóvel após a mudança? _____
- E8) Por quê decidiu mudar-se? _____

F – RESIDENCIAL BENTO GONÇALVES (RBG)

- F1) O(a) Sr.(a) já morou em condomínio fechado antes? Sim () Não ()
- F2) Quais os pontos positivos do RBG? _____
- F3) Quais os pontos negativos do RBG? _____
- F4) Se pudesse voltar atrás, o(a) Sr.(a) voltaria a morar no RBG? Sim () Não ()
- F5) Pretende permanecer futuramente no RBG? Sim () Não () Talvez ()
- F6) Se sim, por quanto tempo? _____
- F7) Qual o maior problema/dificuldade/limitação em residir no RBG? _____
- F8) Por quê? _____
- F9) Marque até cinco palavras que expressam o que representa para você viver no RBG:
 () acesso a cidadania; () acesso à dignidade; () acesso consumo; () formalização;
 () acesso à justiça; () consciência política; () melhor emprego; () merecimento; () luta; () sorte; () oportunismo; () oportunidade única; () ajudar os pobres; () é justo; () politicagem; () não queria estar aqui; () mérito do governo; () toma lá dá cá; () não posso desperdiçar esta chance; () paternalismo; () vou fazer acontecer; () assistencialismo; () justiça social; () não é importante/não quer dizer nada; () não sei; () outro.
- F10) Por quê? _____
- F11) Qual o seu grau de satisfação com:

	Muito Satisfeito	Satisfeito	Parcialmente Satisfeito	Insatisfeito
Qualidade Geral do apto.				
Tamanho do apto.				
Infraestrutura do condomínio				
Localização do condomínio				
Vizinhança interna				
Vizinhança externa				
Conservação das áreas coletivas				

Organização das tarefas coletivas				
--	--	--	--	--

G – CULTURA MATERIAL

G1) Quais os principais bens e objetos adquiridos durante a mudança? _____

G2) Como você pagou por esses bens? () à vista/em dinheiro; () cheque; () carnê da loja; () cartão de crédito próprio; () cartão de crédito emprestado; () dinheiro emprestado; () cartão minha casa melhor; () não pagou; () outro.

G3) Por que optou por esses bens? _____

G4) O(a) Sr.(a) se desfez de algum objeto durante a mudança? Sim () Não ()

G5) Se sim, qual(is)? _____

G6) Seu apartamento conta com: () Televisão Plasma/LCD/LED; () Home Theater; () Blu-Ray; () Video-Game; () Computador/Notebook; () Tablet; () Geladeira; () Microondas; () Freezer; () Forno elétrico; () Fogão; () Lava-roupas; () Lava-louças; () Telefone fixo; () TV a cabo; () Internet; () DVD; () Outros

G7) O que pretende mudar no seu apartamento? _____

G7) Você concordaria com as seguintes afirmações:

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Discordo	Discordo totalmente
Costumamos planejar com antecedência os gastos financeiros.				
Nossos gastos aumentaram com a mudança para o RBG.				
Costumamos poupar dinheiro no fim do mês.				
Estamos satisfeitos com a administração de nossas finanças.				
Sobrava mais dinheiro quando morávamos na antiga residência.				
Estamos gastando dinheiro em coisas que não costumávamos gastar.				

H – POLÍTICA E ASSOCIATIVISMO

I1) Como o(a) Sr.(a) se mantém informado? () jornal; () internet; () rádio; () televisão; () outro.

I2) O(a) Sr.(a) se interessa por política partidária? ()Muito Interessado ()Interessado ()Pouco Interessado ()Desinteressado

I3) Em que partido votou nas duas últimas eleições presidenciais? ()PT; ()PSDB; ()PSOL; ()PV; ()OUTRO; ()NÃO SABE

I6) O(a) Sr.(a) participa de alguma associação comunitária? () Sim () Não

I7) Se sim, de que tipo? () Associação esportiva; () ONG; () Associação religiosa; () Associação de Moradores; () Associação Cultural; () Associação educacional; () Associação assistencial; () Associação profissionalizante; () Associação de saúde; () Orçamento Participativo; () CODESPA; () Outra; () Não Participa.

I7.1 Qual(is)? _____

I8) Qual a importância de participar dessa(s) associação(ões)? _____